

UNIVERSIDADE DO PORTO

REVISTA
DA
FACULDADE DE LETRAS

HISTÓRIA

U.PORTO

FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

III SÉRIE • VOL. 10 • PORTO • 2009

Gaspar Martins Pereira	5	Nota de abertura
Dossier Temático: As invasões francesas		
Jorge Martins Ribeiro	9	Introdução ao Dossier Temático
Carlos de Azeredo	11	O reino de Portugal e o Bloqueio Napoleónico
Ana Sofia de Almeida Coutinho	17	Imagens de França do Século XVIII através da Colecção Cartográfica do Visconde de Balsemão
Maria Teresa Nascimento	29	Ecos das invasões napoleónicas na produção literária portuguesa em diálogo
João Francisco Marques	37	Algumas notas sobre as Invasões Francesas em Portugal na historiografia do século XIX
Henrique José Martins Matos	43	As Juntas minhotas de 1808 na reacção à ocupação francesa
Luís A. de Oliveira Ramos	57	Do Bloqueio Continental à Mudança da Corte para o Rio de Janeiro
Jorge Martins Ribeiro	63	A importância do Bloqueio Continental para o futuro de Portugal e do Brasil
Abel Rodrigues	71	O Gabinete do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1804-1808). Análise da produção informacional
Maria do Carmo Serén	91	Carisma e realidade do General Francisco da Silveira
Francisco Ribeiro da Silva	103	Objectivos e aspectos estratégicos da invasão de Sout
Outros Estudos		
Luís Carlos Amaral	113	O povoamento da terra bracarense durante o século X

Pablo S. Otero Piñeyro Maseda	129	O apoxeo dos escudeiros na galiza baixomedieval. O caso dos vilariño. O seu patrimonio e parentelas
Maria do Rosário Castiço de Campos	145	A Fábrica de Papel da Lousá e o processo de industrialização em Portugal
Carlos Manique da Silva	151	Da vontade unificadora do Estado à adaptação da escola pública às realidades locais: o papel dos governadores civis e dos comissários de estudos (anos de 1840-1860)
Maria Antonieta Cruz	161	Os recenseamentos eleitorais como fonte para o estudo das elites no decurso da monarquia constitucional: da regenera- ção à república
Luís Grosso Correia	181	A evolução demográfica da Freguesia do Bonfim da Cidade do Porto na Época Contemporânea
	197	Notícias
	203	Notas de Leitura e Recensões Críticas
	217	Abstracts

Introdução ao Dossier temático

As Invasões Francesas constituem o tema genérico do dossier temático deste volume 10, da III série da Revista da Faculdade de Letras – História, relativo ao ano de 2009. De facto, numa altura em que a cidade do Porto e o norte de Portugal evocaram o bicentenário da invasão comandada pelo Marechal Soult, duque da Dalmácia, que ficou tradicionalmente conhecida como a 2ª invasão francesa, achou-se pertinente dedicar o número de 2009 às intervenções napoleónicas em Portugal e, de algum modo associar-se à recordação desta efeméride. Dentro do mesmo espírito, a Universidade do Porto e a sua Faculdade de Letras, através do Departamento de História, estiveram ligadas à organização do XXXV Congresso Internacional de História Militar, que decorreu no Porto, sob o tema: *A guerra no tempo de Napoleão. Antecedentes, campanhas militares e impactos de longa duração*, tendo tido lugar uma reflexão alargada sobre o período em questão.

A cidade esteve nas mãos das tropas do marechal Jean de Dieu Soult entre 29 de Março e 12 de Maio de 1809, altura em que foi libertada pelas forças anglo-lusas, comandadas por Sir Arthur Wellesley, o futuro duque de Wellington. Não nos podemos esquecer que o burgo portuense, após ter sido ocupado, neste ano, pelas tropas gaulesas, foi sujeito a um saque geral, o único que até agora sofreu perpetrado por um exército estrangeiro. No entanto, esta não foi nem a primeira, nem seria a última vez que Napoleão procuraria controlar Portugal: já o invadira em 1807-1808 e voltaria a tentá-lo em 1810-1811.

Os dez trabalhos que constituem este dossier temático, além de abordarem alguns aspectos deste episódio da História de Portugal, explicam também as razões que levaram o Imperador dos Franceses a lançar os seus exércitos contra o território metropolitano português, única parcela do espaço lusitano ao seu alcance, desde que perdera o controlo dos oceanos a favor da sua rival: a Grã-Bretanha. Assim, os vários estudos abordam diversos aspectos, desde as imagens que em Portugal se faziam da França no século XVIII até aos ecos das invasões napoleónicas na literatura portuguesa, bem como o modo como este evento foi abordado pela historiografia de oitocentos. Alguns artigos também mostram a importância do Bloqueio Continental e um deles reflecte também sobre a importância da partida da corte para o Brasil. As Juntas minhotas formadas em 1808, a personalidade do general Silveira e os objectivos e estratégias do marechal Soult são outros dos pontos abordados. Por último, de assinalar um artigo sobre o arquivo do conde da Barca, guardado no Arquivo Distrital de Braga, onde se encontra uma importante documentação para o conhecimento dos alvares do século XIX.

Este episódio da História de Portugal, que tem sido estudado desde há 200 anos, ao sabor das ideologias e conveniências políticas do momento, necessita de novos estudos e a utilização de documentação coeva, que apesar de decorrido tanto tempo, continua inédita em arquivos públicos e privados, tanto em Portugal como no estrangeiro. É também tempo de mostrar aos europeus que os portugueses, tal como os outros povos da Europa, contribuíram de forma decisiva para o revés da política imperial de Napoleão, o qual até à sua intervenção na Península Ibérica tinha a fama de invencível.

Além disto, não podemos finalizar esta introdução sem recordar a importância das invasões napoleónicas para o desenvolvimento do Brasil e para a sua independência e que as tropas francesas ajudaram a espalhar em Portugal as sementes da *ideia nova*, quer dizer, dos ideais revolucionários, que irão germinar e dar frutos em 1820, aquando da 1ª. Revolução Liberal Portuguesa.

Jorge Martins Ribeiro

Nota de abertura

Este número da *Revista da Faculdade de Letras — História*, cujo *dossier* temático é dedicado às «Invasões Francesas», traduz o envolvimento de vários docentes do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da FLUP nas Comemorações do Bicentenário desse acontecimento marcante da história portuguesa, sobre o qual vêm, há muito, a desenvolver trabalhos de investigação.

A estudos dos aspectos político-militares e das suas repercussões não só no espaço nacional e peninsular mas também europeu e mesmo transatlântico, com consequências assinaláveis e duradouras nas relações luso-britânicas e no complexo imperial português, juntam-se outras perspectivas, não menos importantes, sobre a diplomacia da época, a participação de diversos grupos sociais na resistência à ocupação ou, ainda, as memórias e representações veiculadas quer pela produção literária quer por acções comemorativas.

Como é habitual, além do *dossier* temático e das rubricas finais de notícias e recensões, este número da revista inclui, na secção «outros estudos», diversos artigos que se alargam a outras problemáticas, reflectindo a abertura a todos os domínios da história. Neste caso, os estudos aqui publicados cobrem temáticas que vão desde o povoamento da terra bracarense no século X até à importância dos escudeiros na Baixa Idade Média, a partir do caso dos Vilarinho, do seu património e parentelas, ou à discussão do processo de industrialização em Portugal, com base no exemplo da Fábrica de papel da Lousã, passando por estudos sobre a adaptação da escola pública às realidades locais em meados do século XIX, sobre os recenseamentos eleitorais como fonte para o estudo das elites no período da monarquia constitucional, ou, ainda, sobre a evolução demográfica de uma freguesia do Porto (Bonfim) na época contemporânea.

Mais uma vez, deve destacar-se, tanto no dossier temático como nos outros estudos que aqui se publicam, a abertura da revista a múltiplas colaborações, integrando resultados de investigação de colegas de outras universidades, de jovens investigadores que preparam as suas dissertações de pós-graduação ou de estudiosos que têm vindo a dedicar muito do seu labor ao conhecimento das temáticas abordadas. Neste sentido, a nossa revista continua a constituir um espaço aberto de diálogo e de divulgação do conhecimento histórico. Este número inclui, além disso, a participação, sempre enriquecedora, de diversos investigadores seniores, que, apesar de já aposentados da actividade docente, continuam a manter uma invejável vitalidade na sua produção científica, valorizando o salutar diálogo entre diferentes gerações de docentes e investigadores do nosso Departamento.

A publicação de mais este número da *Revista da Faculdade de Letras — História* deve muito a essa pluralidade de colaborações. E, simultaneamente, ao esforço dos colegas que se envolveram mais activamente na respectiva edição. É justo realçar aqui o empenhamento do responsável pela organização do *dossier* temático, Jorge Martins Ribeiro, dos membros da Comissão Redactorial (Amélia Polónia e Luís Miguel Duarte) e da secretária do Departamento e da revista, Susana Cunha.

Gaspar Martins Pereira

Carlos de Azeredo¹

O reino de Portugal e o Bloqueio Napoleónico

R E S U M O

Com as derrotas navais do cabo S. Vicente, Aboukir e Trafalgar, o Reino Unido destruiu o potencial marítimo de Napoleão, restando a este o duvidoso intuito de arruinar a Grã-Bretanha com o Bloqueio Continental. Assim, após o tratado de Tilsit, o Imperador vira-se contra Portugal que ousara continuar a manter os seus portos abertos ao comércio inglês. No entanto, a conquista e o domínio do território português já, antes de 1806, estava nos planos de Napoleão, conforme se pode ver através da sua correspondência. Nos inícios do século XIX, Portugal era, ainda, uma das maiores potências marítimas mundiais, embora tivesse de se manter neutral e ter boas relações com a Inglaterra, bem como a França e a Espanha. Londres reage contra as imposições napoleónicas e declara um bloqueio à França e às potências suas aliadas. Na base do Decreto de Berlim parecem ter estado outras razões tais como, ter um pretexto para atacar e ocupar Portugal, manter firme a aliança espanhola, acrescentar à quasi inexistente frota francesa a portuguesa, facultar à França a posse do porto de Lisboa e pôr fim ao comércio dos vinhos portugueses com a Inglaterra.

I – Um Império Continental ávido de navios

Com as batalhas navais do Cabo de S. Vicente em Agosto de 1797, de Aboukir (ou do Nilo) em 1 e 2 de Agosto de 1798, e finalmente com a Batalha de Trafalgar a 21 de Outubro de 1805, a Inglaterra, ao destruir o potencial de combate marítimo do Império Napoleónico, reforçava definitivamente a sua posição incontestável de domínio marítimo, à escala mundial e retirava a Napoleão qualquer capacidade de levar a cabo operações navais.

Na realidade, a notícia do desastre de Trafalgar recebida no clima de plena euforia sequente à vitória de Austerlitz, desenganava definitivamente o Imperador quanto aos seus projectos de invasão da Inglaterra.

Sem meios navais que lhe proporcionassem a necessária possibilidade de projectar capacidade militar para o exterior do continente, o Império Napoleónico não passava de uma potência continental ávida das esquadras abrigadas nos portos de Copenhague, de Lisboa ou de Cádiz.

Entretanto, a Napoleão restava-lhe o duvidoso intuito de tentar arruinar a economia britânica com o Decreto do Bloqueio Continental aos navios e comércio Ingleses, assinado em Berlim a 21 de Novembro de 1806, decreto que foi acatado por todos os governantes europeus, com as excepções do Papa Pio VII e do Príncipe Regente de Portugal D. João, futuro sexto Rei deste nome.

II – O Imperador dos Franceses e o Reino de Portugal

Napoleão, conseguida que foi, a aliança do seu anterior adversário, o Czar Alexandre I da Rússia que, após o Tratado de Tilsit de 7 de Julho de 1807, assinado numa barcaça no meio do rio Niemen, se converteu em aliado e apoiante, Napoleão vira-se para o pequeno Reino de Portugal, detentor ainda de uma apreciável esquadra, velho aliado da Inglaterra e que ousara o desafio de manter os seus portos e comércio abertos aquele País.

¹ General

Tal situação era inaceitável para o Imperador que acreditava que, uma vez interrompida, levaria a Inglaterra a pedir a paz, conforme escrevia em carta de 23 de Fevereiro de 1805, para Carlos IV Rei de Espanha, onde se pode ler “*A perda da comércio de Lisboa forçará os ingleses a tomar finalmente um partido.*”²

Entretanto, por militarmente inofensivo, deixou para posterior ocasião o ajuste de contas com o místico, piedoso e afável Pio VII que veio a ser aprisionado durante seis anos, entre 1808 a 1814, em Savona e posteriormente em Fontainebleau. Os seus Estados Pontifícios foram integrados no Reino napoleónico da Itália.

O que de imediato o preocupou foram os preparativos para a guerra contra Portugal.

Mas terá sido a questão do Bloqueio à Inglaterra, a que não nos associamos, o que constituiu a verdadeira razão-fundamento para as três falhadas investidas dos exércitos imperiais contra o pequeno Reino Lusitano?

Julgo que não.

III – Impor o Bloqueio – um simples pretexto?

A Correspondência de Napoleão I, editada por iniciativa do terceiro Napoleão, entre 1862 e 1865 em Paris, informa-nos, sem lugar para qualquer dúvida, que a conquista e domínio do pequeno Reino de Portugal já estava entre os projectos mais persistentes das suas intenções, muito anteriores à assinatura, quer do decreto imperial que estabelecia o Bloqueio contra os ingleses, em Novembro de 1806, quer ainda ao Tratado de Fontainebleau, assinado com a Espanha a 27 de Outubro de 1807.

Nessa correspondência, refere por várias vezes os portos lusitanos e que a importância do seu comércio, para a economia inglesa, era tal que, uma vez encerrados, a Inglaterra ficaria desprovida de meios económicos para continuar a guerra, contra a França.

Mas vejamos, muito sucintamente, o que nos diz essa correspondência, toda ela bem anterior ao Decreto do Bloqueio, sobre as intenções imperiais acerca do pequeno Reino Lusitano. Portugal:

Logo em carta para o Príncipe Regente D. João, de 12 de Dezembro de 1804 (anterior portanto ao decreto do Bloqueio), Napoleão convida o “*sereníssimo, muito amado bom Irmão e Primo*” a juntar-se à França e à Espanha para fazerem causa comum contra a Inglaterra.³

Em carta para Talleyrand de 12 de Janeiro de 1805, Napoleão expõe a necessidade de uma convenção com a Espanha para que as duas potências (*isto é a França e a Espanha*) obriguem Portugal a fechar os portos e o comércio com a Inglaterra e a fazer parte da aliança continental.⁴

Notas de 30 de Janeiro de 1805, do Secretário do Governo imperial para Godoy em que, além das preocupações de Napoleão com a frota espanhola em Cádiz, mais uma vez se dá conta de que a Portugal será “*absoluta e inteiramente exigido*” que se declare com a Espanha e a França contra a Inglaterra.⁵

Carta de 19 de Fevereiro de 1805, de Napoleão para Godoy a informar do envio para Lisboa, como embaixador da França, do general Junot, afim de levar o governo português a juntar-se ao rei da Espanha e “*a mim*”, contra a Inglaterra.⁶

Carta de 23 de Fevereiro de 1805, de Napoleão para Carlos IV de Espanha relativa à futura invasão de Portugal, e a importância decisiva do comércio de Portugal com a Inglaterra para a manutenção da guerra.⁷

Carta de 26 de Julho de 1805 de Napoleão para o Secretário de Estado M. Lacépède, em que o Imperador estima que 60 000 franceses seriam demais, mas 16 00 franceses e 60 000 espanhóis seriam suficientes para conquistar e dominar Portugal.⁸

² Correspondência de Napoleão I, Tomo X, Doc. Nº. 8351 p. 204-205

³ Correspondência de Napoleão I, Tomo X, Doc. 8208, p. 85 e 86

⁴ Idem, Tomo X, Doc. 8269, p. 139

⁵ Idem, Tomo X, Doc. 8299, p. 163-165

⁶ Idem, Tomo X, Doc.8337, p. 191 e 192.

⁷ Idem, Tomo X, Doc 3351, p. 204-205

⁸ Idem, Tomo XI, Doc 9017, p. 45-46

Nota de 6 de Fevereiro de 1806 para o seu Secretário de Estado:

Napoléon prevê uma possível guerra entre a Espanha e Portugal, com o apoio de França.⁹

Carta de 14 de Abril de 1806 para o vice-almirante Decrés em que ordena para atacar a navegação portuguesa, bloquear o porto do Porto e portos brasileiros e a informar de uma próxima declaração de guerra da Espanha, apoiada pela França, contra Portugal.¹⁰

Faço notar que toda esta correspondência é bem anterior a 21 Novembro de 1806, inclusive a carta para o Vice-Almirante Decrés, que na realidade determina actuações militares violentas, só possíveis em situação de guerra declarada.

Ainda entre os antecedentes do bloqueio e consequência da situação de quase permanente estado de guerra entre a França e a Inglaterra, está o facto dos mercadores ingleses que compravam vinhos da região do Médoc, no porto de Bordéus, terem abandonado os fornecedores gauleses e terem intensificado a sua procura no norte de Portugal, na região do Douro, com manifesto prejuízo económico para a França.

Como é evidente, o Corso Imperador já previa a futura invasão de Portugal em acção conjunta com a Espanha, pelo menos desde Fevereiro de 1805, cerca de dois anos antes da assinatura do Tratado do Bloqueio, pelo que é de admitir que o Bloqueio não passou de um simples pretexto.

IV – A tentativa portuguesa da Neutralidade Impossível

No início do século XIX, Portugal era ainda uma das maiores potências marítimas mundiais, com um Império estendido desde Timor às costas da China, passando pela Índia e largas regiões da África até ao gigantesco Brasil, o que permitia afirmar que o sol nunca se escondia sobre o nosso Império.

Para ligar e administrar territórios tão vastos, como longínquos e dispersos, havia mister de duas condições: Uma esquadra relativamente poderosa e liberdade dos mares.

E se é verdade que já não éramos a primeira potência marítima mundial, como o fomos durante parte dos séculos XV e XVI, ainda dispúnhamos de uma importante força naval, de um vasto e disperso Império e a garantia da aliança com a Inglaterra – a potência marítima mundial emergente.

Nestas condições era-nos absolutamente necessário manter boas relações com a Inglaterra, que nos garantia a liberdade de navegação, mas por outro lado, dada a exiguidade dos meios do nosso exército, descuidado, reduzido e esganado com orçamentos de miséria, desde o final da Guerra dos Sete Anos, durante o consulado pombalino, e anos seguintes, Portugal de modo algum podia hostilizar, no terreno, a aliança franco-espanhola.

A verdade era que a nossa neutralidade, para os ingleses e para os franceses era mais de temer que a aberta hostilidade, repetindo-se com o reino de Portugal a trágica situação que já em 415 A.C. viveu a pequena autocracia da ilha de Melos, que chegou até nós relatada por Tucídides na sua “*Guerra do Peloponeso*”, e cujo diálogo entre as duas partes, é paradigmático

De população de origem dórica, como os espartanos, a pequena ilha situava-se na área de influência da jónica Atenas, que pragmaticamente não podia aceitar nas suas proximidades tal neutralidade; Perante a recusa em lutarem contra Esparta, a pequena ilha, que pretendia manter-se neutral, foi atacada por Atenas, os seus homens passados à espada e as mulheres e crianças reduzidas à escravatura.

Também, mais perto do nosso tempo, o pequeno reino da Dinamarca, à mercê de um ataque de Napoleão, mas confiado na sua neutralidade, não aceitou o convite para entregar a sua importante esquadra à guarda dos britânicos até ao fim das hostilidades, e viram-na ser destruída pela poderosa esquadra de Nelson no porto de Copenhague, em Agosto de 1807.

Também perante o Príncipe Regente D. João em Mafra se deve ter posto o dilema: ou a nossa esquadra deixava o Tejo para a Madeira ou para o Brasil, ou seria destruída pelos Ingleses para que não caísse nas mãos do ávido Imperador gaulês. Mas o bom senso acabou por vencer e apesar dos graves prejuízos, o reino sobreviveu e o invasor foi expulso e vencido.

⁹ Idem, Tomo XII, Doc.9766, Tomo XII, p. 20

¹⁰ Idem, Tomo XII, doc. 10094, p. 342-344

IV – Reacções ao Bloqueio, por parte da Inglaterra e de Portugal

Londres vai reagir contra a imposição do bloqueio continental aos seus navios, intensificando e procurando novos mercados, na Ásia, na América e na África, utilizando de preferência os portos do império colonial Britânico e do ultramar Português.

No continente europeu vai impor, por sua vez, um bloqueio aos portos das potências aliadas da França.

Portugal continuou insubmisso e mesmo durante a ocupação de Lisboa, na primeira invasão, se o rio Tejo foi, em termos navais neutralizado, o comércio marítimo com a nossa velha Aliada continuou, principalmente pela barra do Douro e a prova inofismável desta realidade é a carta de Napoleão em Baiona, para Junot em Lisboa, de 19 de Abril de 1808, na qual o Corso Imperador acusa Junot de “*Violar a lei do bloqueio contra a Inglaterra em Portugal*”, de receber navios neutros carregados de mercadorias coloniais, de permitir a exportação de “*vinhos do Porto*”, em navios da companhia *Kniphhausen* e hamburgueses, e comenta “*ser absurdo que, enquanto Bordéus não pode exportar um tonel de vinho e que a Holanda não possa fazer sair um navio, Portugal seja livre de comerciar com a Inglaterra.*”¹¹

Isto acontecia com o Tejo ocupado por uma esquadra do Império Russo, então aliado da França contra a Inglaterra

Perante tão grave desatenção do representante do Imperador em Lisboa, é caso para recordarmos e homenagearmos aqui o nome da lindíssima e frágil Condessa da Ega que, fazendo uso dos seus belos dotes, pôde distrair o inflamado Junot do cumprimento dos seus deveres de ocupante em Portugal e agente do Anti-Cristo napoleónico, como acreditava a nossa heróica e sacrificada resistência popular contra o invasor.

Aliás, Napoleão, que se revelou um tático genial no que se refere à manobra das suas formações de combate no campo da batalha, com relação à guerra no mar era pouco mais que ignorante.

Na verdade, como se pode pretender impor um bloqueio dos mares com os seus meios navais precipitados no fundo do oceano ou apresados pelo adversário, que no caso, era a maior potência marítima mundial?

Mesmo durante a segunda invasão, quando o Marechal Soult entra na cidade do Porto, em 1809, pôde apresar no rio Douro navios ingleses carregados de vinho do Porto e de outros bens, destinados a Londres, que não puderam sair a barra devido ao estado do mar.

Também D. João VI, no Rio de Janeiro, teve como uma das primeiras preocupações, a abertura dos nossos portos de além-mar aos navios da nossa velha aliada, procurando deste modo tornar inócuo o decreto imperial do bloqueio, e minimizar os inconvenientes para a economia inglesa, nessa altura, já industrial, causados pelo encerramento dos portos europeus aos seus navios.

VI – Algumas considerações finais

Como não podia deixar de acontecer, um bloqueio naval instaurado por uma potência continental, destituída de poderio naval contra uma potência marítima, dispoendo de poderosos meios navais, resulta praticamente inócuo, como demonstrou o resultado do conflito que opôs a Grã-Bretanha à França.

É de admitir, com base no conhecimento e análise da correspondência napoleónica e com grande probabilidade de acerto, que entre os motivos que estiveram na base do decreto do Bloqueio Naval contra a Inglaterra, além da finalidade proclamada por Bonaparte de vencer os ingleses pela destruição da sua economia, se possa incluir as seguintes razões:

- a. Ter um pretexto para finalmente atacar e ocupar o recalcitrante e insubmisso reino de Portugal e simultaneamente acabar com o pequeno e incómodo enclave da Etrúria no seu Reino da Itália, dando, como solução honrosa, à sua raíinha Dona Maria Luísa de Bourbon, filha do ainda aliado Carlos IV de Espanha, o trono da Lusitânia do Norte.¹²
- b. Manter firme a aliança espanhola com o engodo da posse do Reino Lusitano, esse velho sonho doentio da conquista das áreas periféricas da Península, com origens, diríamos, quasi genéticas, que a História nos diz ter infectado todos os povos que dominarem o centro da Meseta Ibérica, quer se tratasse de cartagineses, de romanos, de visigodos ou de castelhanos.

¹¹ Id., Tomo XVII, Doc. 13764, p. 29-30

¹² Veja-se o clausulado do Tratado de Fontainebleau, celebrado entre a França e a Espanha, pelo qual o Reino Português era retalhado em três pedaços, entregues a Madrid.

- c. A necessidade de aumentar o sua quase inexistente frota de guerra com os meios navais Portugueses, que ao tempo constituíam uma importante força naval na Europa, a que posteriormente poderia ser adicionada a frota espanhola de Cádiz.
- d. Facultar à França a posse do porto de Lisboa, o melhor, mais vasto e seguro, dos portos da fachada atlântica do continente europeu, e cuja distância da meso-América francesa era a mais curta
- e. Pôr fim ao comércio dos vinhos do Norte de Portugal com a Inglaterra, até para um possível e posterior restabelecimento da exportação dos vinhos do Mèdoc para Londres, como aliás ainda há bem pouco tempo o Senhor Dr. Pedro Brito referiu em intervenção ocorrida no Q. G. da recentemente extinta Região Militar do Norte.

Conclusão

Com o império Napoleónico, acabou mais uma vez, por se confirmar uma velha lei da História, aliás enunciada pelo Almirante Alfred Thayer Mahan no seu livro *“The Influence of Sea Power upon History”* (1890), segundo a qual se verifica uma supremacia das potências marítimas, porque capazes de projectar meios de combate à distância, sobre as potências continentais normalmente mais limitadas às proximidades das suas fronteiras.

Como excepção inevitável em todas as regras ou leis, temos o império mongol de Gengis Kan, incontestavelmente uma potência continental, mas cuja mobilidade das suas hordas de cavalaria lhe permitiu dominar um vasto império estendido desde a Manchúria até às portas de Viena.

Esta velha lei, exposta por Mahan, pôde verificar-se com o fracasso do poderoso Kublai Khan e o Japão, com o largo domínio dos Acménidas face à marítima Atenas, ou com Portugal e os poderosos estados do subcontinente indiano e já nos nossos tempos com a Alemanha do III Reich não obstante o poderio dos seus meios blindados e mecanizados de combate, face ao poderio naval dos Anglo-Americanos.

Estas realidades da História, anteriores ao aparecimento dos meios aéreos da guerra, exemplificam as limitações das potências continentais, face às potências marítimas, estas capazes de projectar capacidade militar à distância, de dominarem longínquos territórios e longas vias comerciais.

Tal aconteceu com a pequena cidade de Tiro dos fenícios, como a ática Atenas, liderada por Péricles, ou mesmo como o nosso pequeno Portugal, cuja ligação e domínio do Mar, o admirável génio de Fernando Pessoa condensou na fala do timoneiro de Bartolomeu Dias para o gigantesco e terrífico Adamastor:

*Trez vezes do leme as mãos ergueu,
Trez vezes ao leme as repredeu,
E disse no fim de tremer trez vezes,
“Aqui, ao leme sou mais do que eu:
Sou um Povo que quer o mar que é teu;
e mais que o mostrengo, que me a alma teme
e roda nas trevas do Fim do Mundo,
manda a vontade, que me ata ao leme,
d’El Rei Dom João Segundo!*

Ana Sofia de Almeida Coutinho

Imagens de França do Século XVIII através da Colecção Cartográfica do Visconde de Balsemão

R E S U M O

Encontra-se conservado na Biblioteca Pública Municipal do Porto, um conjunto de representações cartográficas de França datadas do século XVIII. Esta colecção que terá em parte pertencido ao Visconde de Balsemão foi objecto de um levantamento em 2002. A identificação dos aspectos técnicos e históricos deste conjunto cartográfico e a sua leitura geográfica tiveram um objectivo duplo: revelar a imagem do território francês dada através destes mapas e atlas assim como entender o propósito da sua aquisição naquela época.

Introdução

A procura de representações cartográficas antigas de França nos arquivos da Biblioteca Pública Municipal do Porto levou-nos à descoberta de um conjunto de atlas e mapas datados do século XVIII em que se encontra figurado o território francês em várias escalas. Apesar da proveniência destas cartas antigas ser incerta, supõe-se que alguns mapas terão vindo do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e de outras instituições enquanto que a maior parte terá certamente pertencido ao primeiro Visconde de Balsemão.

De facto, Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1º Visconde de Balsemão (1735-1804) terá tido um forte interesse pelos mapas ao longo da sua carreira política. Governador e capitão-geral de Cuiabá e Mato Grosso de 1769 a 1772 sob o governo do Marquês de Pombal, Luís Pinto de Sousa Coutinho foi a seguir nomeado, Ministro Plenipotenciário para a Inglaterra em 1774. Aquando da remodelação ministerial de 1788 resultante da subida ao trono de D. Maria I, tomou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, vindo assim a exercê-lo durante o período difícil da Revolução Francesa. Em 1801, tornou-se Ministro do Reino sendo agraciado com o título de Visconde de Balsemão. O exercício das suas funções diplomáticas levou-o a tratar de assuntos ligados às relações externas com diversas potências - Espanha, França e Inglaterra – com o principal objectivo de manter a neutralidade de Portugal e os seus interesses ultramarinos. À imagem do Marquês de Pombal, Luís Pinto de Sousa procurava na medida do possível controlar os vários laços de dependência para com os países terceiros, não contendo no entanto uma certa simpatia pela Inglaterra. Mais ainda, Portugal opunha-se à política de expansão colonial levada a cabo pelos Franceses, confirmada pela tomada de Cabinda por Marigny em 1784. Enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Visconde de Balsemão debruçou-se sobre os acontecimentos políticos que decorriam na época em França, em particular os conflitos internos e externos decorrentes da Revolução Francesa. Com efeito, “qualquer dissidência interna da França era vista como um enfraquecimento dos projectos coloniais que aquele país alimentava em relação a alguns territórios portugueses”¹ tal como era o caso da definição dos limites fronteiriços da Guiana com o Brasil. O interesse do Visconde de Balsemão pelo decorrer dos acontecimentos da vida política francesa é visível na correspondência que mantinha com Vicente Sousa Coutinho, embaixador português em Paris. Podemos pressupor que o Visconde de Balsemão terá encomendado mapas do território francês ao embaixador para localizar e enquadrar no espaço as dissidências internas e os conflitos fronteiriços ligados à Revolução Francesa

¹ BORALHO, 1999, p. 293

e mais tarde, à expansão do Império Napoleónico. A parte final da carreira do Visconde de Balsemão foi marcada pela ilusória vitória da chamada “Guerra das Laranjas” em que a sua intervenção face ao avanço das forças armadas franco-espanholas fora essencial. Assinatura do tratado de paz de 6 de Junho de 1801 obrigou Portugal a pagar à França indemnizações e a aceitar a imposição pelos Franceses dos novos limites da Guiana fixados no rio Carapanatuba, afluente do Amazonas. A preocupação do Visconde de Balsemão ficaria como tal infelizmente confirmada e justificada.

Entendido o contexto no qual maior parte destes mapas antigos terão sido adquiridos, procedeu-se à sua inventariação através da elaboração de fichas descritivas para cada um dos 29 mapas e atlas. Com base nas regras de descrição de mapas enquanto documento gráfico, foram anotadas sempre na medida do possível as seguintes características: o título, o nome do autor e/ou do gravador, a escala, o local e a data de edição, se impresso ou manuscrito, a preto e branco, com traçados coloridos, as dimensões e as escalas gráficas. Foi igualmente assinalado se neles estavam incluídos mapas de pormenor, de enquadramento e plantas bem como outras indicações essenciais para o estudo das próprias cartas. A partir da informação contida nestas fichas, foram primeiro abordadas as características ditas “técnicas”, próprias a cada um dos mapas: se impressos ou manuscritos, se avulsos ou insertos em obras, as suas dimensões, a sua natureza (militar, administrativa...) e os seus elementos (título e escala). A seguir, sempre com base na informação contida nas fichas, foram analisadas as dimensões históricas subjacentes a estes mapas antigos: a sua abrangência cronológica, o seu local de publicação, os seus autores tal como o seu propósito, nomeadamente revelado através das dedicatórias. A questão acerca de para quê e para quem foi feito o mapa é importante na medida em que as finalidades interferem na feitura bem como na divulgação e na leitura dos mapas. Por fim, procedeu-se à leitura geográfica deste núcleo de mapas antigos, consistindo por um lado, na identificação das áreas em diversas escalas e por outro lado, na representação da abrangência territorial de algumas cartas regionais através da sua localização num mapa de base actual de França.

1. Características técnicas

1.1 Atlas e mapas impressos

Os mapas inventariados são todos eles impressos, não havendo nenhum manuscrito. Trata-se de uma característica importante deste núcleo cartográfico tendo em conta a sua datação. No século XVIII, circulavam obras e mapas manuscritos a par dos impressos, sendo estes mais valiosos devido ao processo de impressão ser mais dispendioso. Estas cartas encontram-se na sua maioria, avulsas embora haja indícios de que tenham sido outrora inseridas em obras.

No entanto, diversos mapas ainda fazem parte de atlas: *First Map of France* e *Second Map of France*, reunidos no volume *An Elementary and Methodical Atlas...*; um atlas sem título provavelmente holandês em que constam dois outros mapas, *Nieuwe Generale Wassende paskaart...* e *Nieuwe Paskaart Van de Gehee...*; dois mapas corográficos de Sardenha e Génova que respectivamente em 12 e 8 folhas constituem um só álbum cartográfico e por fim, um atlas de Paris que apresenta a capital em 20 folhas. Os atlas representavam no século XVIII, obras luxuosas procuradas nem só pelos adornos como as iluminuras, as encadernações e as páginas douradas, como pelo facto de permitirem um olhar tanto sobre a totalidade do espaço cartografado bem como sobre os diversos pormenores oferecidos em imagens de maior escala. Assim, face a um público com interesses intelectuais e “enciclopédicos”, os editores de atlas concebiam obras cada vez mais importantes, acumulando as folhas e multiplicando os volumes. A venda de um atlas acabava por ser mais proveitosa do que a venda de mapas avulsos sendo que poucos clientes adquiririam um número elevado de cartas de uma só vez se estas não fossem reunidas sob forma de atlas.

Embora originalmente impressos a preto e branco, estes mapas possuem na sua maioria traçados coloridos, tendo sido aguarelados certos limites e áreas com a finalidade de tornar mais fácil a leitura do mapa, usando então a cor como variável de separação. Trata-se de uma forma simples de interpretar o espaço cartografado realçando os fenómenos que mais importavam. Foram assim seleccionados e pintados a vermelho ou a rosa os principais núcleos de povoamento, e em tons rosados, amarelos, azuis e verdes as divisões, as vias de comunicação e as superfícies de territórios.

1.2 Dimensões dos mapas

Quanto às dimensões, os mapas que apresentam menor mancha gráfica são: *Théâtre de la Guerre en Italie...* com 24,8 x 33,8 cm em folha de 35x51 cm e *[Isle de Ré.]* em que cada uma das duas janelas tem por altura 18,4 cm e por largura 32,2 cm. *Post Charte der Kaiserl...* e *...hollandaise ou Première Carte de la Meuse...* constituem as maiores cartas sendo respectivamente de 100,4x150,6 cm e de 96,4x139,8 cm. Porém se considerarmos os mapas inseridos em obras, uma vez as suas folhas postas juntas, a planta de Paris acaba por ser a representação cartográfica de maior dimensão com 2,50 por 3,20 metros.

É de salientar que os próprios mapas contêm no seu interior, nos cantos geralmente, mapas de enquadramento, como na *Première carte de la Meuse...*, de localização em relação a determinada área como na carta *Le Gouvernement de Champagne...*, ou mapas de pormenor como em *Gallia Antigua...* e plantas de cidades representadas nas cartas, Brest no mapa *Tabula Ducatus Britanniae Gallis...* e em *La Partie Méridionale des Etats du Duc de Savoie...*, Vercueil, Verrue e Turim.

1.3 Tipos de cartas

A natureza dos mapas desta colecção foi definida tendo em conta os fenómenos representados. Constan deste núcleo, 4 mapas de natureza militar de variadas escalas, desde local e pormenorizada até à regional. Trata-se de mapas que geralmente retratam a área geográfica dos campos de batalha como no caso de *Carte Generale du Théâtre de la Guerre en Italie...*, onde são representados fortes; *...hollandaise ou Première Carte de la Meuse...* que possui a seguinte indicação: “Théâtre de la Guerre en Flandre et Barbant, les pays conquis et le Bas-Rhin” e a *Carte des Alpes...* que contextualiza na sua dimensão espacial a invasão de Aníbal. São característicos destes mapas de guerra produzidos sob o Antigo Regime, os seus elementos decorativos e figurativos em que se destaca geralmente em primeiro plano o nome do soberano ou do chefe vitorioso. Por sua vez, *Plan of the coast of Cherbourg* é um exemplo de cartografia praticada pela engenharia militar. Nesta planta publicada em Inglaterra, são cartografadas com grande detalhe as obras de defesa da costa realizadas pelos Franceses nesta cidade situada ao longo do canal da Manche frente ao litoral britânico. Um corte acompanha esta planta sendo no título mencionado, “with a sketch of the works which the French are now executing to inclose and defend the road”.

Podemos considerar a *Carte des Alpes...* como sendo igualmente um mapa de carácter histórico, juntamente com *Gallia Antigua*, por estes dois mapas terem como objectivo de reconstituir espaços onde decorreram acontecimentos passados, a saber: a invasão do Aníbal nos Alpes e o território Francês enquanto província romana.

Post Charte der Kaiserl possui uma iconografia que explicita de antemão a sua natureza: trata-se de um mapa de correios da Europa central. A representação das vias de comunicação é aqui privilegiada sendo também representados o povoamento, o relevo e a hidrografia. Toda esta informação é figurada para a Alemanha e os seus territórios adjacentes tal como a parte oriental da França.

No entanto, a maioria dos mapas inventariados destacam-se por representarem essencialmente os limites internos e externos do território Francês. Assim, temos a divisão da França em *départements* em três mapas: *Le Royaume de France en 83 départements...*, *A New Map of France divided into 83 Departments...* e *Carte de la France divisée en ses 83 départements...* Trata-se de uma imagem cartográfica da França revolucionária, dividida em *départements*, que se opõe à multiplicidade existente de mapas das instâncias administrativas e religiosas do Antigo Regime. Nessa época, a França era considerada como um conjunto de *provinces*, reunidas sob a autoridade do monarca. Esta divisão aparece cartografada à escala nacional no conjunto cartográfico: *Le Royaume de France divisé par gouvernements militaires...* onde para além da representação das províncias e dos governos militares, também são figurados os limites fronteiriços com os países vizinhos e diversos fenómenos geográficos: vias de comunicação, cursos de água, florestas... À escala regional, seis mapas se destacam pela divisão territorial complexa que neles é figurada: *Le Comté et Gouvernement de Provence, avec les terres adjacentes, divisé en Dioceses ou sene chaussées et en vigueries*, *Lotharingiae tabula generalis in qual Ducatus Lotharingiae et Barri nee non Metensis, Tullensis et verdu nensis Episcopatus com insertis Finctimis Ditionibus...*, *Le Gouvernement de Champagne ie Praefectura Generalis Campaniae in electiones suas divisa...*, *Le Gouvernement General de Bretagne, in suas novem Episcopatus omnes Turonensi Aurel, Archi. Epº Subjectus divisa, L'Alsace divisée en ses principales parties sçavoir les Landgraviats de la Haute et Basse Alsace et le sunigaw* e por fim, *La Principauté et le Comté de Roussillon*. Os dois mapas de França

do atlas inglês de John Palairret também dão conta da complexidade do sistema de soberania do Antigo Regime no território francês.

A delimitação territorial destaca-se nos títulos dos mapas, reveladores do poder central ou de particularismos regionais. Visto já anteriormente com os mapas do reino de França e das províncias, também verifica-se o mesmo relativamente aos mapas de territórios que foram outrora anexados ou alvos de invasões por parte da coroa francesa: *Las Flandes y la Holanda divididas en sus principales provincias...*; *La Partie Méridionale des Etats du Duc de Savoie...*; *Carta que contiene parte de Conflan, las dos Cerdanias, capsis, valle de carol, Donezan, pais de Sault, una porcion del Condado de Foix, y Fronteras de España* e a *Carta que comprehende la tierra llana del Roselon, el valle de Espira, Conflan y frontera de Cataluña*.

Dentro dos mapas identificados, alguns possuem informação de carácter náutico sendo mencionadas nas áreas costeiras as distâncias marinhas, a batimetria... Trata-se do mapa [*Isle de Ré, Isle d' Oleron*], e dos dois mapas do atlas holandês *Nieuwe Paskaart Van de Geheele Canaal Tusschen Engeland en Vrankryk* e *Nieuwe Generale Wässende Paskaart van de Bogt van Vrankryk* onde se encontram cartografados respectivamente o Canal da Mancha e o Golfo de Biscaia.

Por fim, destaca-se pela sua particularidade o *Plan de Paris*, considerado o mais pormenorizado e mais preciso das plantas “à vol d’ oiseau” de Paris. A perspectiva e o ângulo de vista escolhidos põem ao alcance da vista do leitor detalhes tais como a altura das casas, a fachada dos prédios... As 20 folhas dão-nos a conhecer a organização espacial da cidade-capital ao revelar o traçado das ruas e das estradas, a localização precisa das pontes e dos prédios bem como a configuração dos jardins e dos campos, sendo igualmente mencionada toda a toponímia dos arruamentos. Importa sublinhar que este atlas apresenta igualmente um mapa reduzido de todas as folhas para facilitar a procura e a localização de uma determinada área ou ponto da capital.

Embora a representação de mapas de natureza militar não possa ser negligenciada neste núcleo cartográfico, acabam por predominar cartas que têm principalmente por objecto as divisões administrativas e as fronteiras de França. Esta dualidade encontrada na natureza destes mapas antigos reflecte a existência de duas escolas cartográficas que se desenvolveram em França no século XVIII: uma fundada pelos científicos cuja Carta de Cassini é a sua melhor realização e outra colocada ao serviço exclusivo do exército, autor no entanto de obras cartográficas com objectivos civis. Embora, estivessem em concorrência naquela época, revelaram serem complementares na sua contribuição à cartografia: a primeira escola dita “científica” pelo rigor da triangulação no posicionamento dos pontos do mapa de França e a segunda escola “militar” pelo fomento de levantamentos precisos. Os engenheiros civis de Cassini e os geógrafos militares opuseram-se na questão da representação e da divulgação de áreas estratégicas do território: em que medida era permitido divulgar junto do público, quer francês, quer estrangeiro, a cartografia de regiões ditas “sensíveis”? Para manter o princípio do sigilo, a difusão de mapas militares foi obviamente controlada de forma restrita. Assim sendo, no caso da figuração das áreas fronteiriças de França no século XVIII, prevaleceu a difusão de cartografia civil e não militar, guardiã dos pormenores topográficos. Razão pela qual este núcleo de mapas, cuja parte foi adquirida pelo Visconde de Balsemão, é constituído por tão poucos mapas militares.

1.4 Elementos cartográficos: título e escala

O título como elemento de identificação do documento é de uma certa forma redundante em relação à própria imagem. Se for uma carta de boa qualidade, o título torna-se dispensável... Porém, o mapa como meio de comunicação, tem por objectivo de difundir determinadas informações acerca do território. Qual é então a relação entre os lugares e os fenómenos mencionados no título e o espaço figurado no mapa?

Já a própria escolha do idioma usado no mapa determina de facto quem tem conhecimento e consequentemente autoridade sobre o espaço cartografado, sublinhando o ponto de vista de quem considere o território. No caso dos Países Baixos, este espaço está figurado em dois mapas, um escrito em francês... *hollandaise ou Première carte de la Meuse* e outro em castelhano *Las Flandes y la Holanda...*, dando conta das vicissitudes deste território que esteve sob domínio da coroa Espanhola no século XVII e que sempre foi alvo de invasões por parte da vizinhança França até finalmente cair nas mãos das tropas de Napoleão. Os mapas das províncias de França possuem na sua maioria o seu título escrito na íntegra ou parcialmente em latim: a Lorena, *Lotharingiae...*, a Borgonha...*Burgundiae...*, a Bretanha...*Britanniae (...)* *le Gouvernement General de Bretagne...* A Alsácia e a Provença são excepções sendo os títulos das cartas correspondentes a estas regiões inteiramente escritos em francês. A passagem do Antigo Regime

para o período revolucionário é marcante no próprio título, revelando a nova delimitação administrativa. Os particularismos regionais deixam de predominar face ao aparelho revolucionário centralizador e uniformizador. O clero e a aristocracia ligada nomeadamente ao exército são postos abaixo na Revolução, as dioceses, os governos militares e os condados são então substituídos por uma nova unidade administrativa, os *départements*. O número preciso de *départements*, 83, sempre mencionado no título comprova o desejo do Comité Constitucional em ver a França como um território delimitado de forma precisa para melhor ser governado e administrado e não mais fragmentado nas mãos de privilegiados, como sob o Antigo Regime. A cartografia à escala nacional acaba por revelar não só um espaço geográfico bem como um conceito político.

Se o título faz primeiro menção do território apresentado aos olhos dos leitores, ele indica igualmente como foi elaborado o mapa, nomeadamente qual foi a sua fonte: “fait conforme aux cartes, imprimées et manuscrites, dessinées sur la situation des lieux et conférées avec les itinéraires anciens et modernes”, “dressée sur les observations astronomiques”, “dispuetas segun las mas exactas y correctas observaciones...”. Embora apresentadas com detalhe, estas informações não garantem de facto em nada o carácter fidedigno e exacto dos processos de observação e de levantamento no terreno, dos cálculos nem do desenho dos mapas realizados em gabinete.

Neste núcleo de mapas antigos, surgem tantos títulos extensos como outros muito concisos. Geralmente, os títulos são compridos devido ao facto de não só indicarem a área geográfica, mas igualmente os principais fenómenos figurados no mapa, como assim aparece no título seguinte: *Carte des Alpes entre la mer, et le lac de Genève. Pour faire voir les Douze vallées, et Rivières qui coulent en Piemont et Savoye. Les cinq qui descendent en France, et les communications de ces Deux Etats avec la France et la marche d' Annibal a travers les Alpes depuis son passage du Rhône* ou igualmente na *Carte Generale du théâtre de la Guerre en Italie ou sont marquées toutes les Routes que l'on peut tenir de France, depuis Paris que d' Allemagne, depuis Vienne en Autriche pour allere a Milan, a Venise, a Florence, a Rome, a Naple et autres villes considerables sur ces routes*. Também são identificadas no título as divisões das áreas cartografadas e enumerados os lugares nelas localizados como em *Carta que contiene parte de Conflan, las dos Cardanias, Capsis, valle de Carol, pais de Sault, una porción do Condado de Foix: e fronteras de España* e nos mapas de certas províncias de França, como os de Lorena e da Borgonha. Por fim, outros títulos estendem-se para além da descrição do território, devido às dedicatórias, sendo a Planta de Paris, o melhor exemplo. Outros títulos parecem pelo contrário quase que incipientes: *First Map...* ou *Second Map of France* do Atlas de John Palairat, obra qualificada como sendo de facto metódica e elementar. Estas diferenças assinaladas quanto ao título resultam assim do próprio propósito do mapa.

Outro elemento interessante, a denominação de um mesmo território cartografado varia no título de um mapa para outro. Na carta de autoria francesa da Catalunha e do Rossilhão, estes dois espaços estão claramente divididos, havendo de um lado “la Principauté” e do outro “le Comté”. Ao passo que nos dois mapas espanhóis, é dada através do título uma imagem fragmentada do território francês junto às fronteiras de Catalunha e de Espanha: *Carta que contiene la tierra llana del Roselon, el valle de Espira, Conflan e Carta que contiene parte de Conflan, las dos Cerdanias, Capsis, valle de Carol, Donezan, pais de Sault, una porcion del condado de Foix...*. No mapa de Alsácia, apesar de também estar cartografado o território vizinho ocupando quase metade da mancha gráfica, só é feita referência às regiões pertencentes à coroa francesa. A Alsácia é segundo o título unicamente dividida em “ses parties principales sçavoir les landgraviats de la Haute et Basse Alsace et le suntgaw”. O título revela afinal o ponto central do território e não a totalidade do espaço cartografado. A Mosa aparece como o mais importante ao lermos o título, mas afinal são os “pais, duchez et comtez voisins” que predominam graficamente no mapa. Sendo os Franceses autores deste mapa, é óbvio que a Mosa é o elemento estratégico que importa mais destacar e a partir do qual se olha para os lugares vizinhos da Europa do Nordeste. O título possui uma função sócio-política ao difundir informações que embora pareçam neutras através do carácter científico e técnico do próprio mapa, acabam por traduzir uma retórica ligada à autoridade. A informação contida no título não corresponde a um inventário do conteúdo da carta, ela é truncada, descentrada devido aos valores de poder que modela o mapa, e que este acaba por veicular.

Os mapas antigos desta colecção do Visconde de Balsemão possuem todos uma ou várias escalas gráficas: representações das distâncias reais sobre segmentos de recta com gradações em determinadas medidas de comprimento. “Grandes lieues de France ou lieues d' une heure de chemin”, “lieues de France de 20 au Degré”, «lieues communes de France de 25 au Degré», “Leucae Gallica magna fine hor a itineris 20 in Gr», umas das escalas destes mapas por

nós estudados, dão conta da diversidade de medidas francesas existentes na cartografia antiga. Certos mapas por figurarem vários territórios europeus, possuem medidas correspondentes a cada um deles, podendo serem incluídas numa mesma carta medidas alemãs, húngaras, francesas e italianas, como é o caso de *Post Charte der Kaiserl.*

Com base numa tabela de equivalências, foram seleccionadas e convertidas as medidas antigas nos valores usados hoje em dia para obter uma escala numérica em centímetros (com arredondamentos às décimas) para cada mapa. Não foram calculadas as escalas para o Atlas de Paris e os dois mapas corográficos de Sardenha e Génova, como tal excluídos da nossa análise, tornando-se no entanto óbvio que a planta de Paris possui a maior escala dentro deste núcleo de mapas. A escala mais pequena corresponde à *Carte Generale du théâtre de la guerre en Italie* com 1:3 841 414. Os mapas que representam o território francês na sua totalidade, possuem também escalas pequenas que variam desde 1:2 636 709 até 1:2 415 456, tal como *Post Charte der Kaiserl* com 1:1 272 263. A planta da costa de Cherbourg é a que apresenta a maior escala, sendo esta de 1:22 674, seguida dos dois mapas espanhóis da autoria de Tomas Lopez, com 1:79 691 e 1:78 614, oferecendo grande pormenor da fronteira franco-espanhola nos Pirenéus. Surgem por fim escalas de mapas regionais que vão desde 1:638 568 para o mapa da Bretanha e 1:617 283 para a *Carte des Alpes entre la mer et le Lac de Geneve...*, até escalas maiores como 1:141 844 e 1:199 005 respeitantes aos mapas das ilhas de Ré e d'Oleron e da Lorena. Importa aqui relembrar que as escalas gráficas estão directamente ligadas às coordenadas geográficas de latitude e longitude. No entanto, a medida correcta de um arco meridiano em França só foi determinada na primeira metade do século XVIII, época em que se procura alcançar a medida exacta da Terra, com a invenção de novos instrumentos. Isto supõe que os mapas concebidos anteriormente não possuíam uma localização correcta dos lugares, dado que os cálculos da longitude e da latitude não eram precisos e como tal, as escalas gráficas careciam igualmente de exactidão.

2. Aspectos históricos

2.1 Abrangência cronológica

Dificuldades surgiram na definição da abrangência cronológica das cartas relacionadas com o facto de algumas delas não apresentarem nenhuma data de edição nem o nome do autor, a partir do qual seria possível atribuir uma baliza temporal à feitura do mapa. Por estas razões, não foi possível determinar o período de edição de *Carte des Alpes...*, [*Isle de Ré; d' Oleron*] e *La Partie Meridionale des Etats du Duc de Savoie...*tendo sido provavelmente retiradas de obras às quais pertenciam originalmente. No que diz respeito aos mapas que se encontram unicamente sem indicação de data de edição, foi determinado um período de tempo de publicação com base nas datas de nascimento e de óbito dos autores destes mapas em questão. Importa sublinhar que esta atribuição temporal não é de todo fidedigna na medida em que era prática corrente reeditar mapas após os seus autores já terem falecido.

No seio do núcleo cartográfico em estudo, encontram-se precisamente seis mapas sem data cujo período temporal foi definido a partir do período de vida activa do seu autor. Como tal, a maioria destes mapas deverá ter sido publicada na primeira metade do século XVIII nomeadamente no primeiro quartel, embora outros poderão datar dos finais do século XVII. *Comitatus Burgundiae...*, *Tabula Ducatus Britanniae Gallis...* e *Lotharingiae Tabula...* da autoria de Johann Baptist Homann (1663 a 1724) poderão ter sido editados no período que cavalga os finais do século XVII e inícios do século XVIII tal como poderá ser o caso do mapa de Guillaume de L' Isle (1675-1726), *Le Comté et Gouvernement de Provence.....* Quanto aos mapas de George Matthaus Seutter (1678-1757), *...hollandaise ou Première Carte de la Meuse...* e *Le Gouvernement de Champagne...*, estes datarão de um período mais tardio, a primeira metade do século XVIII.

Quanto aos mapas datados, os seus períodos de edição abrangem todo o século XVIII, sendo o mapa mais antigo datado de 1700: *L'Alsace divisée...*, e o mapa mais recente de 1794, *Carta que contiene parte de Conflan...*. A grande maioria dos mapas (12 dos 14) foram editados na segunda metade do século XVIII nomeadamente entre 1757 e 1765 e em finais do século, entre 1788 e 1794. Por um lado, considerando os episódios históricos europeus, estes dois períodos de tempo correspondem a dois conflitos importantes em que participou Portugal, a Guerra dos Sete Anos e a Revolução Francesa. Por outro lado, estes dois períodos coincidem igualmente com o período de vida activa do Visconde de Balsemão.

A provável utilização dos mapas pelo Visconde de Balsemão permite-nos entender melhor a abrangência cronológica destes mapas antigos. Enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros durante o período da Revolução

Francesa, o Visconde de Balsemão recolheu material cartográfico contemporâneo aos acontecimentos políticos que ocorriam na época para apoiar a análise destes mesmos, mas não só. Foram igualmente adquiridos alguns mapas de períodos anteriores em que Portugal fora envolvido em conflitos importantes: a Guerra dos Sete Anos e a guerra de sucessão de Espanha no início do século XVIII. De facto, as questões diplomáticas exigiam o conhecimento das áreas territoriais em períodos anteriores e da evolução dos seus limites através dos sucessivos tratados assinados.

2.2 Locais de edição

Dentro do núcleo inventariado, seis mapas encontram-se sem local de edição (*Carte des Alpes...*, *Le Gouvernement de Champagne...* e *La Partie Méridionale des Etats du Duc de Savoye...*, *Las Flandes y La Holanda...*, *Carte de la France divisée en ses 83 départements...*, *Plan of the Coast of Cherbourg...*). Mais uma vez trata-se de cartas que se encontravam na origem insertas em obras em que vinham indicados o local e a data de edição. No entanto, no mapa [Isle de Ré, Isle d' Oleron], ainda foi acrescentado à mão abaixo da legenda o local de edição: “a paris chez le rouge rue des grands augustins”.

O nome da localidade é o mais frequentemente mencionado como local de edição. No mapa *Le Comté et Gouvernement de Provence...* é referido “Chez les Héritiers d'Homann”. Esta indicação por si só bastava sendo por certo este local de edição prestigioso o bastante para a localidade ser facilmente dedutível.

Quase dois terços dos mapas foram produzidos em França, nomeadamente na capital: *Carte Generale du Theatre de la Guerre...*, editado, “Chez J.B.Nolin(...) sur le quay de l' Horloge du Palais à l' Enseigne de la Place des Victoires vers le Pont Neuf”, na carta *L'Alsace divisée...*, com a indicação: «Chez le Sr. Laillot(...) joignant les Grands Augustins aux Deux Globes» (lugar acima já referido na carte [*Isle de Ré...*]) e na carta, *La Principauté de Catalogne...*, temos «Chez le Sr. Julivena, l' Hotel de Soubise».

Os restantes mapas do território francês foram impressos no estrangeiro, nos grandes centros de produção cartográfico. Londres, onde foram publicados *A New Map of France...* por John Wallis “at his Map Warehouse, nº 16 Ludgate Street”; os mapas do Atlas de John Palairret, “printed for J.Nourse, in the strand, Bookseller to his Majesty”; e as cartas corográficas de Sardenha e Génova “in Duke's-Court, St Martin's-Lane”. Noremburga, um dos primeiros locais de impressão, através de mapas de províncias todos eles da autoria de Johann Baptist Homann: *Lotharingiae tabula...*, *Comitatus Burgundiae...* e *Tabula Ducatus Britanniae Gallis...* Amsterdão, onde três mapas dentro dos inventariados foram editados: *..hollandaise ou Première carte de la Meuse*, pelos editores J.Covens e C. Mortier e os dois mapas do atlas holandês, editados por Johannes van Keulen “Boek Zeekart Verkoper in Graad-Boog Maker Aan Oost.” Madrid é também local de edição de duas cartas “...que contiene parte de Conflan...” e “...que comprehende la tierra llana del Roselon...”. Mansfield no caso dos mapas de correio *Post Charte der Kaiserl...* e Veneza, na carta *Le Royaume de France divisé par gouvernements militaires...*, onde mais uma vez estão indicados com grande precisão o nome do editor e a morada: “A Venise, par François Santini, rue Ste Justine, près de la ditte église, chez Mr. Remondini”.

2.3 Autores

Por se tratar de representações do espaço francês, a maioria dos mapas antigos foram realizados por cartógrafos franceses, que estiveram muito deles ao serviço da coroa francesa enquanto “Geógrafo do rei” como Jean-Baptiste Nolin, Guillaume de l'Isle e Jean-Baptiste d' Anville. No mapa, a referência a este título acompanha o nome dos autores: Sanson e J.B.Nolin são designados como “*Geographe (Ordinaire) du Roy*”; Matthaues Seutter como “*S.C.M. quand Geograph*” e “*Geographe de S.M^t*”; o editor do mapa *L'Alsace divisée en ses principales parties...*, Sr. Laillot como “*Geographe de sa Majesté*”. Isto remete para uma distinção já afirmada sob o reino de Luís XIII entre geógrafos do rei, cartógrafos que trabalham em gabinete recebendo uma pensão do seu mecenas, o monarca e os antecessores dos actuais engenheiros geográficos designados como *ingénieurs des camps et armées* e *ingénieurs ordinaires du roi* que pertenciam ao exército. O estatuto de *géographe du Roy ou de sa Majesté confirmava a* ligação estreita entre a geografia e o poder monárquico: “Dresser une carte, c'est une sorte de pouvoir sur le territoire représenté”². A carreira de Nicolas Sanson (1600-1667) ao serviço da coroa é reveladora desta relação: introduzido por Richelieu, foi em troca de lições de geografia dadas ao rei Luís, que pôde desenvolver o seu trabalho cartográfico, cujo impacto na história da representação cartográfica das divisões administrativas não é negligenciável.

² PELLETIER, 1990, p. 17.

Relativamente aos autores estrangeiros, parte deles também se encontravam ao serviço da monarquia recebendo subsídios para a sua actividade cartográfica. Em Espanha, Tomás Lopez e o seu filho, Juan, eram “*Geografos de S.M.*”, e William Faden, “*Geograph to the King*” e John Palairet, autor do “*elementary and methodical atlas...*” era “*Agent of their Mightiness the Status-Central at the court of Great-Britain.*” Outros autores são referidos como possuindo outras habilitações que os tornavam competentes na área de cartografia como: Abbe Georg Ygnaz Freyherrn, professor de matemática na Universidade de Viena.; D. Juan Manuel Giron del Claustro, “*gremio de la Universidad de Paris y Protho. Notario Apostolico*” e Louis Bretez, que ensinava a perspectiva sobre a qual aliás escreveu um tratado quando lhe-foi pedida a realização da planta de Paris. Johann Baptist Homann, geógrafo e cartógrafo alemão, é o único autor neste núcleo de mapas a não ter o seu nome acompanhado por qualquer referência ao encargo ou às suas funções.

2.4 Propósito dos mapas

Nos mapas antigos inventariados, é frequente ler dedicatórias dirigidas a uma figura importante devido ao seu encargo político, militar ou ao seu título monárquico ou aristocrático. As palavras empregadas elogiam e reconhecem a superioridade da figura a quem é dedicado o mapa. As dedicatórias constituíam um espaço oportuno no mapa para agradecer ou obter a protecção de uma figura ilustre e abastada.

Dentro deste núcleo de cartas antigas do território francês, encontra-se um atlas e um mapa militar concebidos à intenção do Príncipe de Orange e Nassau. O Atlas de John Palairet foi “*originally intended for the use of his serene highness the prince of Orange and Nassau, Stadtholer of the United Provinces.*” e a “*..hollandaise ou Première carte de la Meuse “présentée à son altesse serenissime le Prince d’ Orange et de Nassau. Par ses très humbles serviteurs J. Covens et C. Mortier, libraires à Amsterdam.*». Estes objectos cartográficos foram produzidos a pedido do monarca para afirmar os seus plenos poderes sobre um território cuja autoridade lhe foi recentemente atribuída. Por sua vez, John Palairet e os livreiros J. Covens e C.. Mortier receberam protecção para o exercício do seu ofício, conferindo prestígio aos seus mapas e assegurando de certa forma os seus negócios editoriais. A carta de *La Principauté de Catalogne et le Comté de Roussillon...* foi concebida a pedido do Duque de Noailles, a partir das suas memórias: “*Monseigneur le Maréchal Duc de Noailles Pair de France chevalier des ordres du Roy, Premier Capitaine de ses Gardes, Gouverneur du Roussillon.*”. A carta de *Las Flandes y la Holanda...*, dedicada “*Al M.I.S.D. Pedro de Lujan Marques de Almodovar Señor de vários lugares y Maiordomo de semana de S.M.C.*”, remete para a época em que a coroa espanhola governava os Países Baixos. A célebre planta de Paris foi encomendada por Michel-Etienne Turgot, “*Prevôt des Marchands*”, conselheiro de Paris e por um conjunto de figuras representantes das elites de Paris que detinham um certo poder na capital, estando o poder monárquico centrado em Versalhes. São mencionados na dedicatória os nomes das oito figuras que presidiram à feitura do planta – Michel Etienne Turgot, Henry Millor, Claude Faconnet de Vildé, Claude Augustin Josset e Antoine Moriau, Jean Baptiste Toutbout e Jacques Boucot – tal como os seus respectivos encargos, sendo eles a título de exemplo “*Ecuier procureur et avocat du Roi*”, “*Greffier n chef, chevalier de l’ ordre du roi...*”. A planta ao permitir um conhecimento preciso e detalhado da capital, constituía um instrumento necessário à melhoria da sua administração. Como outro exemplo revelador do propósito subjacente a qualquer mapa, destacam-se os dois mapas de França com a divisão em *départements*, um publicado em Grã-Bretanha e outro em França. Editados aquando da época revolucionária em que as cartas eram consideradas como autênticos bens nacionais, indispensáveis para a administração civil e militar do território, estes mapas correspondem à famosa carta de França de Cassini. Esta última foi confiscada pelo Comité Constitucional, tendo sido modificada ao lhe ser acrescentada a nova delimitação em *départements* e nova dedicatória, dirigida desta vez à Assembleia Nacional. Este processo visava reforçar o controlo do novo governo revolucionário sobre o espaço francês e claramente marcar a ruptura com o Antigo Regime através da divulgação dos novos limites internos de jurisdição.

A análise dos propósitos destes mapas antigos revela-nos que a cartografia civil possuía marcas claras do poder central. As menções “*avec privilège du Roy*”, “*Cum. Priv. Sac. Coes Majest*”, “*Execudit cum Privil. Ord Holland et Westfrisiae*” “*avec privilège du Vicariat du St Empire Romain dans les endroits du Souabe et du Jurisdiction de France*”, “*Met privilege voor 15 jaaren*”, “*published as the Act directs 14th May 1787*”, são tantos outros sinais de que a figuração dos espaços através dos mapas era estreitamente controlada pelas autoridades. A imagem dos territórios pertencia-lhes. O domínio territorial passava de facto pelo controlo da informação contida nas cartas. Mais ainda, a difusão destas imagens cartográficas além fronteiras contribuiu à glória dos governantes.

3. Leitura geográfica

Depois de descritas as características técnicas e as dimensões históricas destes mapas antigos de França, interessa-nos proceder à sua leitura geográfica ou seja, identificar quais as áreas do território francês que se encontram cartografadas.

À escala nacional, existem oito mapas de França que são contemporâneos do Antigo Regime como *Le Royaume de France divisé par gouvernements militaires dressé sur les observations astronomiques*, ou do período revolucionário, *Le Royaume de France en 83 départements suivant les décrets de 1790*, com excepção de *Gallia Antiqua...*, carta de França enquanto província romana. À escala regional, três mapas cobrem grande parte do território francês. Trata-se de *Post Charta der Kaiserl*, em que é representada a parte oriental de França e dos dois mapas do atlas holandês: *Nieuwe Paskaart van de Geheele...* e *Nieuwe Generale Wassende Paskaart van de Bogt...* onde é figurado respectivamente em cada mapa o norte da França e toda a costa ocidental com o Golfo de Biscaia. As áreas mais cartografadas correspondem a sub-conjuntos regionais de França que por vezes incluem áreas de territórios vizinhos. A parte meridional de França é representada em três mapas de fronteira com a Espanha que incluem o Rossilhão (*La Principauté de Catalogne et le Comté de Roussillon...* e os dois mapas de Tomás Lopez); numa mapa de Provença (*Le comté et gouvernement de Provence...*); em dois mapas corográficos de Sardenha e Génova; em *Carte des Alpes entre la mer et le Lac de Genève...* e em *carte general du théâtre de la guerre en Italie*, estando figuradas em ambas a área dos Alpes contígua ao Piemonte e a Suíça. Os mapas de Borgonha, Alsácia, Champanhe e Lorena abrangem todo o território francês situado a leste, enquanto que as cartas *...hollandaise ou première carte de la Meuse...* e *Las Flandes y la Holanda...* contêm algumas áreas do extremo nordeste. Por fim, a Bretanha e a *Vendée* como regiões do noroeste de França são cartografadas em *Tabula Ducatus Britanniae...* e [*Isle de Ré, Isle d' Oleron*]. A escala local também é representada nestes núcleo de mapas, não só através das plantas da costa de Cherbourg e de Paris bem como nas plantas inseridas nas cartas como a de Brest no mapa da Bretanha, as de Mont-Louis e Perpignan na carta de Catalunha e Rossilhão.

Embora todo o espaço francês seja coberto por este conjunto de mapas antigos, desde a escala nacional e regional até à escala local, é a representação cartográfica de áreas fronteiriças que predomina. De facto, são particularmente cartografados nos mapas regionais, territórios conquistados aquando da expansão francesa sob o reinado de Luís XIV e durante a segunda metade do século XVIII no decorrer dos sucessivos conflitos resultantes da guerra de sucessão da Áustria, da Revolução Francesa e do Império Napoleónico. De facto, é a partir do tratado de Munster de 1648, que se dão os sucessivos alargamentos do território francês: a Alsácia em 1648, o Rossilhão e Artois em 1659 e Estrasburgo em 1681. Mais tarde, em 1766, Luís XV herda a Lorena. Após o eclodir da Revolução Francesa, a França entrou em guerra com o resto da Europa para espalhar os princípios universais de liberdade, igualdade e fraternidade, mas sobretudo os ideais republicanos. Os monarcas de Europa preocupados com a conservação das suas soberanias e por solidariedade dinástica, formaram uma coligação monárquica. A morte do rei acaba por desencadear em 1793, conflitos em que a Revolução vence o Antigo Regime Europeu: já em 1792 com a batalha de Valmy, que quebrou a ofensiva da Prússia, em Champanhe e a seguir, em diferentes frentes de combate todas elas situadas nas fronteiras de França, particularmente em toda a parte oriental e nos Pirenéus, lembrando a guerra de Rossilhão em que Portugal participou. A vitória dos revolucionários levou a sucessivas anexações: os Países Baixos Austríacos, a Savóia e Nice em 1792 e a margem esquerda do Reno conquistada neste ano e reocupada em 1795. Acrescentadas à guerra, tensões internas eclodiram em vários pontos de França: já na Primavera de 1789 até ao Outono de 1792, dá-se uma grande agitação social com a revolta dos camponeses contra a nobreza, nomeadamente na região alpina e em Provença, levando então à fuga de príncipes de sangue. No entanto, a emigração nobiliária e eclesiástica, organizada à volta do príncipe de Condé e de Turim, tenta uma contra-revolução em Provença para a evasão do rei, mas sem sucesso. Por outro lado, a guerra da *Vendée*, de 1793 a 1796, reflectindo uma preparação secreta de contra-revolução por parte dos partidários de uma corrente anti-burguesa e anti-urbana. Aproveitando a invasão das tropas estrangeiras nas fronteiras, a *Vendéia* revolta-se contra Paris onde sediava o aparelho revolucionário, responsável pela abolição dos privilégios de nobreza e da separação da igreja e do estado. A contra-revolução encabeçada por uma população camponesa com fortes crenças religiosas e simultaneamente por nobres apoiantes da monarquia, acabou por ser desmantelada. Napoleão na continuação da revolução francesa trava uma série de guerras contra a aliança das monarquias europeias, cujos governadores temiam que as reformas democráticas em França se alastrassem fora das suas fronteiras. É então organizada uma

coligação que visa a derrota dos exércitos napoleónicos e a restauração da nobreza francesa no trono. De facto, após o fim do período revolucionário, as tropas francesas vão ser unidas nas campanhas de conquista da Europa sob o comando de Napoleão. Com o tratado de Luneville duas regiões passam a ser controladas pela França: a área correspondente à actual Bélgica, toda a margem esquerda do Reno e a quase totalidade da Itália. Como tal, estes mapas antigos representam por um lado, as áreas fronteiriças de França onde se deram as batalhas decorrentes das guerras de coligação: a Champanhe com a vitória de Jemmapes; Cherbourg e a Bretanha onde se deram conflitos no litoral com a Inglaterra; a região do Rossilhão e por outro lado, os territórios anexados pelos franceses: a margem esquerda do Reno, os Países Baixos Austríacos e parte da Itália. São igualmente figuradas regiões onde se deram revoltas internas: os Alpes, a Provença e a Vendéia.

Para completar a nossa leitura geográfica, foram escolhidos sete dos mapas à escala regional:

- *Carte des Alpes entre la mer, et le lac de Genève...*
- *L'Alsace divisée en ses 'principales parties...*
- *Comitatus Burgundiae tam in Primarias Ejus Praefecturas...*
- *Tabula Ducatus Britanniae Gallis. Le Gouvernement Général de Bretagne...*
- *Le Gouvernement de Champagne...*
- *Lotharingiae tabula generalis...*
- *Le Comté et Gouvernement de Provence...*

Para obter a cobertura do espaço francês por estes mapas regionais, foram desenhados num mapa de base actual de França os contornos destes mapas correspondentes à delimitação das áreas neles cartografadas. Uma vez figurados os limites do território figurado nos mapas, não se obtém rectângulos correspondentes à forma das folhas dos mapas, mas formas geométricas irregulares como se as próprias cartas tivessem sido esticadas pelos seus extremos.

Esta distorção gráfica deve-se à localização incorrecta dos lugares nestes mapas antigos, derivada da falta de exactidão das medidas das coordenadas geográficas, nomeadamente da longitude. A imagem mais deturpada é a do mapa da Bretanha em que a linha da costa a sul não corresponde em nada à realidade topográfica. No mapa antigo, a Bretanha possui uma configuração bastante alargada no seu extremo noroeste. Os mapas de Champanhe e da Lorena também se apresentam como que esticados nas pontas correspondentes às áreas situadas a nordeste. O posicionamento dos núcleos de povoamento entre si também sofre várias incorrecções. Muitas vilas encontram-se alinhadas como Mayenne, Laval e Angers em Bretanha ao passo que conforme a localização exacta, Angers fica situado muito mais a leste do que Laval. Na *Carte des Alpes...*, Avignon e Sisteron também estão situados à mesma latitude, ao passo que Avignon localiza-se muito mais a sul, verificando-se também o mesmo com o caso de Toulon para Marselha.

Tendo em conta que estes mapas antigos não figuravam com exactidão o contorno das costas litorais, nem o posicionamento absoluto e relativo dos lugares, nem o traçado dos limites internos e externos de uma determinada área, a imagem do território e a informação dadas pelos mapas não eram tão fidedignas quanto era de esperar. A aquisição de vários mapas de uma mesma área tornava-se necessária naquela época para permitir o cruzamento das informações contidas nas cartas e obter com a maior exactidão possível, a localização dos lugares e o desenho das fronteiras terrestres e marítimas, tal como qualquer outra informação cartografada.

Conclusão

Conservados na Biblioteca Pública Municipal do Porto, estes mapas impressos de França datados do século XVIII constituem imagens cartográficas difundidas na época sem restrições tendo em conta as suas características gráficas, os locais onde foram editados e os seus autores.

Este núcleo cartográfico oferece uma visão geral e pormenorizada do território francês e de determinados fenómenos, prevalecendo a representação dos núcleos de povoamento, das vias de comunicação e dos limites jurídico-administrativos. Esta imagem de França, quer na sua totalidade à escala nacional, quer parcial através dos numerosos mapas regionais, acaba por nos revelar o processo de construção do território num determinado período: os sucessivos alargamentos iniciados no século XVII sob Luís XIV e prosseguidos pelas campanhas napoleónicas.

Terá sido precisamente para inteirar-se destes acontecimentos na sua dimensão espacial que o Visconde de Balsemão, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros e Ministro do Reino, terá recolhido parte destes mapas

e atlas. Fontes de informação inigualáveis, as representações cartográficas terão sido utilizadas para a discussão estratégica das áreas territoriais, palco de conflitos. A existência de vários mapas figurando um só mesmo espaço sublinha não só a importância deste mesmo, bem como revela igualmente a necessidade de cruzar as fontes cartográficas numa época em que eram do conhecimento geral as inexactidões quanto à localização absoluta e relativa.

Ao longo da sua carreira política, o Visconde de Balsemão terá procurado manter-se informado acerca do que sucedia em França com vista a proteger os interesses de Portugal. Os mapas constituíam uma fonte preciosa de informação e um instrumento de reflexão estratégica e política. Todas as áreas, palco de acontecimentos conflituosos na Europa da segunda metade do século XVIII e de inícios do século XIX, cujo conhecimento era fundamental para a tomada de decisões e acções diplomáticas por parte de Portugal estão como tal representadas neste conjunto de mapas antigos de França.

Bibliografia

- 5e cours de Cartografia Francesa*, Barcelona, Generalitat de Catalunya, Departament de Política Territorial; Obres Públiques, Institut Cartogràfic de Catalunya, 1996.
- BORALHO, Maria Luísa Malato R., 1999 – *D. Catarina de Lencastre (1749-1824), libreto para uma autora quase esquecida*, Tomo I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- DUBY, Georges-, 1991 – *Histoire de la France de 1348 à 1852*, Paris, Larousse.
- JACOB, Christian, 1992 – *L'empire des cartes, approche théorique de la cartographie à travers l'histoire*, Paris, Bibliothèque Albin Michel.
- MAGALHÃES, José Calvet de, 1990 – *Breve História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- MARQUES, Miguel da Silva, 2001 – *Cartografia Antiga. Tabela de equivalências de medidas. Cálculo de escalas e conversões de valores de coordenadas geográficas*. Lisboa, Biblioteca nacional.
- PELLETIER, Monique, 1990 – *La Carte de Cassini, l'extraordinaire aventure de la Carte de France*, Paris, Presses de l'École Nationale des Ponts et Chaussées.
- PELLETIER, Monique, 1999 – *Tours et contours de la terre, itinéraires d'une femme au cœur de la cartographie*, Paris, Presses de l'École Nationale des Ponts et Chaussées.
- PELLETIER, Monique e OZANNE, Henriette, 1995 – *Portraits de la France, les cartes témoins de l'histoire*, Paris, Hachette.
- PICON, Antoine e ROBERT, Jean-Paul, 1999 – *Le dessus des cartes- un Atlas Parisien*, Paris, Picard éditeur, éditions du Pavillon de l' Arsenal.

Maria Teresa Nascimento

Ecoss das Invasões Napoleónicas na produção literária portuguesa em diálogo

R E S U M O

A análise de um conjunto de diálogos publicados em Portugal, no período conturbado das invasões francesas, veio demonstrar as potencialidades do género como instrumento de resistência ao invasor, através da crítica, do riso, da derisão, mas também pelo papel de encorajamento a manifestações e gestos de natureza patriótica. O diálogo, que não perdera a sua vitalidade desde que em 1532 se registara o aparecimento de «*Ropicapnefma*», parece enveredar agora claramente por uma vertente lucianesca.

Data de 1532 o primeiro diálogo da Literatura Portuguesa – *Ropicapnefma* – de João de Barros, porque *O Diálogo do Robim e do Teólogo*, que lhe é anterior, não difere muito do catecismo cristão não podendo, por isso, inscrever-se na tradição do diálogo greco-latino.

A ductilidade temática do diálogo, aliada às suas extraordinárias capacidades pedagógicas, seria, com certeza, responsável pela invulgar vitalidade do género que chega, assim, ao séc. XIX, em Portugal, sem quaisquer quebras de continuidade¹.

Num momento conturbado, como o das Invasões Francesas, a literatura e, nomeadamente, a literatura em diálogo, poderá revelar-se um instrumento de resistência ao invasor, através da crítica, do riso, da derisão, mas igualmente uma forma de incentivo a manifestações e gestos de natureza patriótica. Enveredar por um caminho como este representará, contudo, a alteração do paradigma ciceroniano que norteava a maior parte do diálogo português.

O interesse pelo estudo do diálogo no séc. XIX comporta para nós uma dupla vertente: por um lado a que decorre da relação essencial entre a História e a Literatura, por outro, a de poder constituir mais um contributo para a definição do género no panorama literário Português, sem perder de vista as possíveis conexões com manifestações congéneres noutras literaturas europeias. O estudo das traduções e da sua recepção em Portugal poderá ser um dos caminhos. O presente trabalho é um primeiro subsídio para o cumprimento dos objectivos enunciados. O *corpus* tratado é ainda reduzido e as conclusões serão, por isso, parciais e provisórias.

Serão objecto de análise pela ordem que enunciamos um conjunto de quatro diálogos: *Mentor da Moda ou Educação À Francesa em Forma de Catecismo para Conhecimento do Desorientado Sistema da França Nestes Últimos dias*, composto por duas partes, publicadas em 1808 e 1809, escrito por M.V.M; *Portugal desafrontado. Diálogo entre um oficial francês da Legião do Meio-Dia, e um eclesiástico da Província d'Entre – Douro e Minho*, anónimo e sem indicação de data e local de publicação; *Diálogo entre as Principais Personagens Francesas no Banquete dado a bordo da Amável por Junot*, que tem como autor L. S. O e, finalmente, *Diálogo entre Dous Mortos, ou Entretenimento entre dous Soldados que morreram na Batalha do Buçaco, um Inglês e Outro Francês*, composto por três partes, de que a primeira sai a lume em 1810 e as duas seguintes em 1811, da autoria, também, de M.V. M.

De comum a todos estes diálogos, registamos o espectro das invasões francesas e a quase simultaneidade entre a ocorrência do facto histórico e a publicação do texto, pelo menos para aqueles cuja data de publicação se conhece.

¹ Este trabalho inscreve-se num projecto mais vasto de estudo do diálogo em Portugal, cumprida que foi já uma das suas etapas para o período compreendido entre 1532 e 1618 através da tese de doutoramento *O Diálogo na Literatura Portuguesa. Renascimento e Maneirismo*, por nós apresentada à Universidade de Coimbra em Outubro de 2006.

Mentor da Moda ou Educação À Francesa em Forma de Catecismo para Conhecimento do Desorientado Sistema da França Nestes Últimos dias

Não se inscrevendo o espírito do catecismo cristão nos moldes do diálogo humanista da sã comunhão de espíritos e da discussão frutífera, não deixa de ser verdade que o método dialéctico que ambos partilham os torna próximos, no que se refere ao modo de expressão usado. Exemplo paradigmático para a primeira situação, e não querendo citar outros que se repetiram ao longo dos séculos, é o caso da *Doutrina de Princípios e Fundamentos da Cristandade* de João de Melo², exclusivamente assente no enunciado de orações, como o Credo e o Pai-Nosso, enumerações de regras, mandamentos e sacramentos ou definição de virtudes que todo o bom cristão há-de seguir.

Chegados ao séc. XIX e ao momento particular que agora nos ocupa, não pode deixar de chamar a nossa atenção um diálogo como o *Mentor da Moda ou Educação À Francesa em Forma de Catecismo para Conhecimento do Desorientado Sistema da França Nestes Últimos dias*³, não diferindo, relativamente ao diálogo que anteriormente citávamos, nem a designação das personagens – Mestre e Discípulo – nem o método utilizado para a exposição doutrinal, assente no esquema da pergunta-resposta, com origem no primeiro dos interlocutores. Apontadas as semelhanças, realcemos as diferenças que são significativas. Nem se trata de um catecismo cristão, nem este Mestre que questiona, o faz para verificar os eventuais ensinamentos que teria ministrado. A ironia é o suporte de boa parte do diálogo, como várias vezes o paratexto faz questão de frisar, seja no texto preliminar – “O Leitor quem quer que for fique já daqui sabendo, que esta ironia não é outra cousa mais que uma seta espedida com pequena força ao peito dos ímpios Jacobinos”⁴, seja em diversas notas de rodapé. A ironia consiste, então, no facto de se recorrer ao modelo do catecismo para, através do seu modo de funcionamento, expor uma doutrina que, não sendo cristã, recupera, contudo, alguns dos fundamentos e rituais do cristianismo com o intuito de os subverter.

Assim vemos acontecer com o Pai-nosso, o Credo ou os Dez Mandamentos. Sem espaço para nos ocuparmos de todos, quedamo-nos na primeira oração, designada como *Oração Dominical do Tempo Iluminado* mediante a qual se invoca, não o Pai-nosso, mas Bonaparte, a quem se pede perdão pela falta de iniquidades cometidas em seu nome, ou ainda protecção contra o inimigo inglês, francês ou espanhol:

“Padre Bonaparte, que estais em Labirinto; amaldiçoado seja o vosso nome, assim na Terra como no Inferno: venha a nós o vosso Reino da ambição, e de tirania, e seja feita a vossa maldita vontade assim na terra como no Averno: o Pão da vossa protecção dai aos vossos apaixonados e perdoai-nos senão temos desempenhado os nossos deveres, com mortes, horrores e atrocidades, pois é o que devemos fazer àqueles que queremos que sejam nossos devedores, e não nos deixeis cair em sermos honrados, e verdadeiros Cristãos e livrai-nos das Bombardas Inglesas, Portuguesas e Espanholas, e dos campos do Vimeiro, assim seja.”⁵

Procedimento reiterado após a recitação das orações ou de outros princípios doutrinários é a formulação continuada, por parte do Mestre, de pedidos de esclarecimento relativamente a pontos sistemáticos do conteúdo, da maneira que segue:

“Bem dissestes Menino, porém dissei-me, que dizeis, e que entendeis por Padre Bonaparte que estais em Labirinto?”⁶

Mais do que um aparente exercício de retórica, o recurso a esta forma de questionação permite ainda direccionar o discurso no sentido pretendido pelo Mestre, tornando mais claras as convicções do Discípulo, verdadeiro delegado da educação francesa. Dele diz, a este propósito, o Mestre: “na vossa pessoa estão bem remarcados os nobres assentimentos, e virtuosas acções da vossa iluminada Nação.”⁷ É, na verdade, também, a pergunta que permite a progressão do diálogo, repartido em duas lições, por elas discorrendo a exposição da ideologia jacobina.

Em que consistem, então, as suas linhas programáticas, colhidas por entre o jogo de pergunta-resposta? Quem são os seus inspiradores?

² MELO: a partir de 1549.

³ M.V.M: 1808 e 1809.

⁴ M.V.M: 1808, Primeira Parte, p. 4.

⁵ M.V.M: 1809, Segunda Parte, p. 8.

⁶ M.V.M: 1809, Segunda Parte, p. 8.

⁷ M.V.M: 1808, Primeira Parte, p. 20.

A remissão em três momentos do diálogo para o Abade Barruel, cujas doutrinas se afirmam seguir de perto, explica não apenas a derivação do jacobinismo relativamente à maçonaria, como também o fundamento dos seus princípios em figuras tutelares do Iluminismo Francês. Assim o lemos em *Mémoires pour servir à l'Histoire du Jacobinisme Français*⁸ e assim o encontramos no *Mentor da Moda*, onde se denunciam as iniquidades cometidas em nome de uma liberdade alicerçada “no pensar: no uso da consciência, nas paixões voluptuosas, e em todas as mais que não são tendentes com a obrigação das leis civis”⁹; na obediência a Bonaparte e às leis da Natureza, no desprezo por um Ente Supremo, enfeitados que foram os princípios cristãos que serviram de esteio à nação francesa, preferindo agora substituir aos Doutores da Igreja os nomes de Junot e Lagarde, Loison ou Laborde.¹⁰

O final do *Mentor da Moda* desmonta a ironia que norteara todo o comportamento do Mestre, desde a que fora permitindo a inquirição aparentemente ingénuo das crenças do Discípulo, sem lhes oferecer oposição:

“Muito aprovo a vossa vivacidade, e muito me admiro como tão depressa vos adiantastes nessa brilhante carreira: vós sem dúvida vireis a ser ainda um espírito privilegiado, um talento raro do nosso iluminado século.”¹¹

até àquela que se traduziria na verbalização do assentimento e regozijo com as respostas obtidas:

“(...) vós sem dúvida mereceis ser condecorado com a Dignidade de Doutor da Impiedade, ou pelo menos Bacharel em direito libertino”¹²

Agora, pelo contrário, vemos a última intervenção do Mestre a erigir-se como apelo, feito de sucessivas formas imperativas, ao abandono por parte do Discípulo da errada doutrina jacobina em que tem vivido. É preciso enveredar pelo caminho do Bem, do amor à pátria e ao seu príncipe – “lembrai-vos do grande sacrifício que obrou por nós, atravessando o Oceano Atlântico só por não ver nosso sangue derramado”¹³ – tomar Jesus Cristo como único guia.

Portugal desafrontado. Diálogo entre um oficial francês da Legião do Meio-Dia, e um eclesiástico da Província d’Entre – Douro e Minho

Num momento como o da ocupação do país pelo exército francês, nenhuma outra obra serviria melhor a exaltação dos ânimos patrióticos do que *Os Lusíadas*, objecto de demorada citação quer na dedicatória a o *Portugal desafrontado. Diálogo entre um oficial francês da Legião do Meio-Dia, e um eclesiástico da Província d’Entre-Douro e Minho*, quer na própria epígrafe inaugural, particularmente feliz pela oportunidade da selecção operada relativamente ao texto do Épico:

“Pois de ti, Gallo indino, que direi?
Que o nome Cristianíssimo quiseste,
Não para defendê-lo, nem guardá-lo:
Mas para ser contra ele e derribá-lo.

Achas que tens direito em senhorios
De Cristãos, sendo o teu tão largo e tanto;
E não contra o Cristão, e Nilo, rios,
Inimigo do antigo nome Santo.
Ali se hão-de provar da Espada os fios,
Em quem quer reprovar da Igreja o Canto.
De Carlos, de Luís o nome, e a terra
Herdaste, e as causas não da justa guerra?”¹⁴

⁸ BARRUEL: 1798-1799. 1809-1810.

⁹ M.V.M: 1809, Primeira Parte, p. 7.

¹⁰ M.V.M: 1809, Primeira Parte, p. 17.

¹¹ M.V.M: 1809, Primeira Parte, p. 10.

¹² M.V.M: 1810, Segunda Parte, p. 14.

¹³ M.V.M: 1810, Segunda Parte, p. 22.

¹⁴ CAMÕES: 2002, Canto VII, 6-7.

A dedicatória, de extensão significativa, se comparada com o diálogo propriamente dito, de modo mais exacto se poderá considerar uma exortação como textualmente verificamos pelo título que a precede – “Aos verdadeiros Portugueses Restauradores da Pátria” – seguindo-se um discurso cuja análise retórica, nos dispensamos de fazer, mas do qual queremos realçar as suas linhas de reflexão, suscitadas pela citação de novas estrofes *d’Os Lusíadas* no seu todo ou em parte¹⁵:

- 1 – Exaltação do papel dos Portugueses no seio da Cristandade;
- 2 – Apelo à luta contra o usurpador;
- 3 – Insistência no valor sagrado do empreendimento;
- 4 – Envolvimento do clero na luta religiosa – “quando a Pátria é invadida, todo o homem é Cidadão, quando a Religião é atacada, todo o homem é soldado”¹⁶

O Eclesiástico, qual Teotónio Prior¹⁷, estará, pois, pronto para empunhar as armas.

O conteúdo do diálogo cobre parcialmente o da dedicatória. Ao Eclesiástico competirá demonstrar, respondendo ao reparo do Oficial Francês, como a acção heróica dos Portugueses não se cingiu às lutas contra Mouros e Castelhanos, nem terminou com a batalha de Alcácer-Quibir. O combate pela recuperação dos territórios ocupados pelos Holandeses no Brasil, durante o domínio filipino, bastaria para sustentar o argumento, se a glória se alimentasse apenas das batalhas vencidas, mas ela mede-se também pela resistência ao ocupante e salda-se sobretudo pela capacidade, que nenhuma outra monarquia detém, do inviolável respeito à constituição e às suas leis, à religião e à fidelidade incontroversa ao Soberano.

Encarada pelo Clérigo apenas como hipótese o cotejo entre a França e Portugal – “Se eu quisesse fazer agora o paralelo da vossa e da minha Nação, então veríamos, Senhor Oficial, de que parte estava a verdadeira glória”¹⁸ – toda a sua argumentação preferirá tomar outros termos de comparação e assim, veremos o Padre, convertido em agressor, a buscar no exemplo dos Bárbaros, atitudes que em nada diferem das que agora vê serem tomadas pela Nação Francesa:

“A comparação, que acabo de fazer dos Franceses com os Godos, é justa em todo o sentido. O furor das conquistas, o desprezo da Religião, e de seus Ministros, o roubo, a pilhagem, o assassinio, a ignorância em fim caracterizam igualmente os Franceses, e os Godos. Quando não tivéssemos outras provas, bastava a conquista de Portugal, e a invasão da Espanha (...). Com efeito, os Bárbaros que, no fim do quarto, e princípios do quinto século desceram dos Países Septentrionais sobre o meio dia da Europa, e conquistaram as ricas províncias do vasto império Romano, não praticaram nelas mais crueldades, mais extorsões e violências, do que os Franceses tem feito em Portugal.”¹⁹

A argumentação do Oficial recusará naturalmente a opinião do Clérigo. Não é bárbara uma Nação que oferece tantas provas de cultura e a validação de cada opinião deverá segundo ele ter em linha de conta as idiossincrasias de quem as emite.

Contra os argumentos do Oficial prevalecerão, na óptica do Clérigo os que ele próprio oferece, porque fundados no Direito Natural e em princípios “luminosos”, não admitem “réplica” e mesmo se entre os Portugueses houver partidários dos Franceses, não chegarão eles a vencer aqueles que suspiram pela “Restauração da sua Pátria, do seu PRÍNCIPE, e da sua Religião”²⁰

Pela unidade temática em que se alicerça, pela orquestração argumentativa que não permite que se transite de um assunto a outro, sem ter passado pelo menos pela refutação da opinião contrária, pelo recurso à comparação como elemento fundamental para a construção do texto, podemos afirmar, segundo o que nos foi dado estudar até agora, estarmos perante um dos diálogos portugueses mais bem conseguidos do ponto de vista retórico. O texto é, todavia, de extensão pouco significativa.

¹⁵ Por ordem do seu aparecimento: C VII, 2-3; CV, 15, CIV, 13, CVIII, 19.

¹⁶ *Portugal Desafrontado*, p. 5.

¹⁷ CAMÕES: C VIII, 19.

¹⁸ *Portugal Desafrontado*, p. 9.

¹⁹ *Portugal Desafrontado*, p.12.

²⁰ *Portugal Desafrontado*, p. 15.

Diálogo entre as Principais Personagens Francesas no Banquete dado a bordo da Amável por Junot

O humor é o principal registo do *Diálogo entre as Principais Personagens Francesas no Banquete dado a bordo da Amável por Junot*, sem que com esta opção se entenda algum abrandamento na crítica perpetrada contra os Franceses, como a Advertência do Autor o deixa perceber – “nesta produção de nenhuma monta espero ao menos, que os meus Companheiros divisem o ardente desejo, que me anima, de combater os Assassinos da espécie humana, seja pela espada, seja com a pena.”²¹

A forma do *Banquete* apresenta uma longa tradição na literatura greco-latina, e em particular no diálogo. Platão e Xenofonte foram os iniciadores do género, mas caberia a Luciano a sua paródia, quando faz surgir actos e propósitos de vandalismo entre os convivas, dos quais resultariam vários feridos, de entre eles a própria noiva, cujo casamento se celebrava.

Não longe anda o diálogo que aqui trazemos, travado entre um alargado número de convivas, personagens emblemáticas do exército francês, imediatamente antes da sua retirada inglória para França, em 1808, após a assinatura do Armistício pela Convenção de Sintra.

O diálogo apresenta uma partição invulgar, no panorama do género, sugerida pelas diversas etapas da refeição. A Primeira Parte compreende a Sopa de Pão, Vaca Cozida, Feijões com Cebola, Prato de Camarões. A Segunda Parte e “Segunda Coberta” é a que inclui Cavala Frita, Empadinhas de Carneiro e após a Sobremesa, constituída por Uvas, Queijo e Nozes e o Prato de Palitos, segue-se o Café de Cevada.

Entremeadas com a discussão, são várias as manifestações grosseiras do apetite voraz de alguns convivas:

“O senhor Thomiers faz tenção de comer toda a vaca? Arre com ele que come demasiado! Apenas engoli uma pingueta de caldo; a vaca nem a cheirei; e se continua por este teor, tenho entendido que me convidaram para jejuar. Excelentíssimo Senhor Ex-Duque de Abrantes, requeiro que me mande para outro lugar, ou me dê uma cadeira, para que seja visto de quem reparte o comer. De resto fiquei sentado sobre um baú, cuja pregaria me assassina o traseiro.”²²

Ou ainda a contrariedade pela falta de provisão de vinho. Detalhes, num diálogo em que avultam os traços caricaturais denunciados pelos outros convivas ou com que as próprias personagens se expõem, oferecidas elas próprias ao ridículo. A novidade relativamente aos diálogos anteriores consiste agora no facto de ser também através da fala das personagens intervenientes, nomes sonantes da milícia francesa, que nos são reveladas as suas fraquezas e misérias.

Diferente também, ainda, é a complementaridade que se estabelece entre a caracterização assim feita e a de uma voz autoral que se reserva o direito de, no peritexto, constituído pelas notas de rodapé, ir facultando esclarecedoras informações sobre cada uma das personagens. Leia-se, a título de exemplo, a seguinte nota referente a Thomiers:

“General de Brigada, e Comandante de Peniche; na sua boca não se ouviam senão fuziladas, metralhadas, sangue e morte; era de grande estatura e tinha fisionomia de Comilão.”²³

Nada escapa a cada um dos convivas convertido em mordaz censor do Companheiro: desde a baixa extracção social que nem as patentes militares conseguiram dourar, aos reveses sofridos em terras lusitanas, passando pela revelação despidorada da avidez desmedida no acto das pilhagens, intercalada de episódios burlescos, como o do suposto roubo dos diamantes²⁴, até ao momento da inglória retirada depois do vexame do julgamento pelas tropas inglesas. Passados em revista os acontecimentos mais recentes, resta a perspetivação do futuro. Que reservará Napoleão a cada uma destas personagens? Junot, mais esperançado, não hesita em afirmar que seguramente não deixará o Imperador de reconhecer este “Ex – Exército de Portugal, que tanto se distinguiu na arte rapinatória.”²⁵

²¹ L. S. O.:1808: “Advertência do autor”.

²² L. S. O.:1808, pp. 9-10.

²³ L. S. O.:1808, Nota 2, da página 10.

²⁴ “mostrei-os a um Lapidário, e perguntei-lhe em quanto os estimava? Apenas ele lhe pegou, entrou a rir. Porque ri V. M. ? Rio da sua simplicidade, e que seja com esses anos, ainda dos que pensam que tudo que luz é ouro. Ora tome lá esses cristais de roca, e aprenda melhor a conhecer pedras?”, L. S. O.:1808, p. 25.

²⁵ L. S. O.:1808, p. 13.

Mas o Imperador está fugido, diz Delaborde, com medo da febre amarela que grassa em Espanha e, dirigindo-se jocosamente a Junot pergunta-lhe “porque não pede o ducado das Berlengas? Bem como chupou o d’ Abrantes, só por aí ter entrado, é justo que grame o das Berlengas por donde tranquilamente sairá.”²⁶

O final do banquete vem a descambar em zaragata. Exaltam-se alguns ânimos, ouvem-se impropérios e Junot e Delaborde chegam a quase empunhar armas um contra o outro, indo ao ponto de pôr em risco a manga do maneta Loyson: “Olhem lá como fazem isso, que me levam a minha manga; batam-se, mas não me manguem.”²⁷

Assim acabava o *Banquete* de Luciano, com uma tremenda e ordinária briga entre os convivas.

E o leitor do séc. XIX não deixará de se regozijar ao ver o inimigo reduzido à sua verdadeira insignificância, dependente daquilo que os ingleses lhe quiserem dar – Junot, circunscrito à “santa bolacha e pinga de chocolate”²⁸.

Diálogo entre Dous Mortos, ou Entretenimento entre dous Soldados que morreram na Batalha do Buçaco, um Inglês e Outro Francês

Com o *Diálogo entre Dous Mortos, ou Entretenimento entre dous Soldados que morreram na Batalha do Buçaco, um Inglês e Outro Francês* estamo indubitavelmente perante o arquétipo do género – o *Diálogo dos Mortos* – que tanta fortuna conheceu na literatura francesa do séc. XVII, por exemplo, trazendo a Portugal em pleno século XIX, o modelo lucianesco.

Perante nós, dialogando, dois soldados mortos e enterrados, um ao lado do outro, após perecerem na guerra do Buçaco, situação inverosímil que o diálogo tenta resolver, socorrendo-se de mecanismos susceptíveis de o credibilizar junto do leitor.

Desde logo, é a indicação peritextual, em lugar destacado, a fazer o seu aparecimento após o título, insistindo no “acontecimento verdadeiríssimo, achado o manuscrito no Campo, que abandonou Massena, quando partiu para Santarém” por um militar que os esteve “escutando”. Depois, é o próprio Francês que, estabelecendo a diferença relativamente à ficção dos diálogos de Luciano – “porém nós estamos realmente comunicando um com o outro”²⁹ – vem a consolidar outros propósitos de verosimilhança suportada pela localização espácio-temporal e pela caracterização que as personagens levam a cabo de si próprias.

Alguns, sob a terra dos campos de Buçaco, não longe da “magnífica cidade de Coimbra”³⁰, no ano de 1810, indicação a que chegamos pelo recurso à datação do nascimento do Francês, agora com “vinte e dois anos, um mês e doze dias pouco mais ou menos”³¹, queixa-se ele:

“O magano que nos enterrou não podia achar pior terreno; tudo são calhaus e pouca terra por cima: os primeiros fazem-me doer os ossos; e a segunda se alguém passa por cima, logo sinto um incómodo terrível.”³²

Não é inusitada no panorama do diálogo português a nomeação das personagens feita através do recurso à indicação da sua nacionalidade. O processo foi comum em Fr. Heitor Pinto ou em Pedro de Mariz, sem que contudo fosse lícito extrair dele consequências de carácter ideológico, salvo as decorrentes da convivialidade humanista. No *Diálogo entre Dous Mortos*, contudo, a escolha de um Francês e de um Inglês para interlocutores é forçosamente significativa do antagonismo político que os divide.

Contrariamente, todavia, ao *Mentor da Moda* em que só de forma muito esporádica o Discípulo se permitia reconhecer algumas fraquezas no sistema que defendia, e em particular, no que dizia respeito a alguns desaires militares sofridos pelos exércitos de Napoleão, como o da batalha do Vimeiro, por inépcia de Junot, agora o Francês demonstra possuir alguma lucidez na apreciação da política do seu país, bem como nos alicerces ideológicos e religiosos que a suportam. Educado na religião católica, foi com profundo pesar que se viu forçado a abandoná-la, afirmando que “Negar a existência de Deus, a imortalidade da alma, o Juízo Final, as Penas e os benefícios, é

²⁶ L. S. O.:1808, p.13.

²⁷ L. S. O.:1808, p.38.

²⁸ L. S. O.:1808, p. 32.

²⁹ M.V.M.:1811, Parte III, p.3.

³⁰ M.V.M.:1810, Parte I, p.3.

³¹ M.V.M.:1810, Parte I, p.5.

³² M.V.M.:1810, Parte I, p. 4.

um delírio da razão estragada.”³³ E no início do Diálogo II é a mesma personagem que, depois de lamentar as irreparáveis perdas e as feridas sangrentas da guerra, surge a clamar:

“E será, por ventura, este o século do saber, e dos iluminados? Malditos Doutores! Pérfidos cabalistas!”³⁴

Isso não obstará a que o Francês continue a acreditar nas vitórias do Imperador, nos seus projectos megalómanos de domínio do mundo, na prodigalização de favores atestados na multiplicação de ducados e monarquias – cinquenta e cinco monarcas estão já nomeados para África, a futura marquesa de Etiópia, ex-taberneira, credora de uma dívida antiga de Napoleão, tem viagem aprazada em balão aerostático, conforme relatado num excursivo burlesco do diálogo.

Por entre a seriedade que anima as reflexões dos interlocutores, há contudo, alguns momentos em que o diálogo parece resvalar para o lado grotesco. Assim aconteceu com o episódio que anteriormente mencionávamos, mas também com a desmistificação dos alegados planos de Napoleão de fazer Massena alcançar pela Pérsia as possessões que os Ingleses detinham na Ásia. O Inglês, que afirma saber o seu “bocadinho de Geografia”³⁵, predispôs-se a demonstrar essa impossibilidade através da observação atenta e morosa do tempo que demorariam dois piolhos, a que o interlocutor chamou de viajantes, a percorrer essa distância traçada em mapas de papel: 27 dias, 4 horas e tantos minutos. Como o conseguiria Massena, se de um percurso verdadeiro se tratasse? Fica confirmada, no dizer do Inglês, a impraticabilidade do projecto, mas também, a nosso ver, o irrisório propósito épico comprovado com a ajuda de insectos desprovidos de qualquer nobreza.

O futuro, para Napoleão, antevê-o o Inglês, funesto. A sustentar tal previsão, poderá estar – lembramos – a evocação que já ele fizera anteriormente, no diálogo, de sucessivas derrotas sofridas pelos exércitos franceses em Portugal. Ainda sem ter arrefecido a refrega, mesmo por cima dos seus corpos está a batalha do Buçaco a prová-lo, uma segunda batalha de Canas, donde fogem, contudo, os generais derrotados. Uma mensagem de esperança, afinal, aquela que é deixada neste diálogo, escolhido, como os demais que aqui trouxemos, pelas constantes semânticas já enunciadas.

Portugal, à semelhança de outras nações europeias, é vítima da prepotência e da sede desmedida de poder por parte de Napoleão e luta com as armas que tem ao seu alcance. Denunciar a ideologia jacobina, atingi-la no seu âmago, desmascarar as suas perfídias e impiedades, evocar as nossas grandes vitórias passadas e presentes, cobrir de ridículo o invasor até à retirada final, eis alguns dos trunfos com que se armam os diálogos portugueses deste período, verdadeiros resistentes, também eles de um género que tem atravessado os séculos.

Bibliografia

- BARRUEL, Augustin, 1798-1799 – *Mémoires pour servir à l’Histoire du Jacobinisme Français, Mémoires pour servir à l’histoire du jacobinisme*, Hambourg, 5 vol., P. Fauche.
- CAMÕES, Luís de, 2002 – *Os Lusíadas*. Leitura, Prefácio e Notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão. Apresentação de Aníbal Pinto de Castro. Lisboa, Instituto Camões.
- L. S. O., 1808 – *Diálogo entre as Principais Personagens Francesas no Banquete dado a bordo da Amável por Junot*, Lisboa, Tipografia Lacerdina.
- LUCIEN, de Samosate, s.d. – *Oeuvres complètes de Lucien de Samosate*, trad. de Belin de Ballu, rev., corr. et complétée avec une introd., des notes et un index par Louis Humbert, Paris, Lib.Garnier Frères, 2 vols., (Classiques Garnier).
- MELO, João de, s.d. – *Doutrina de Princípios e Fundamentos da Cristandade*, Lisboa, Germão Galharde.
- M.V.M., 1808 – *Mentor da Moda ou Educação À Francesa em Forma de Catecismo para Conhecimento do Desorientado Sistema da França Nestes Últimos dias*, I Parte, Lisboa, na Imprensa de Alcobia.
- M.V.M., 1809 – *Mentor da Moda ou Educação À Francesa em Forma de Catecismo para Conhecimento do Desorientado Sistema da França Nestes Últimos dias*, II Parte, Lisboa, Nova Oficina de João Rodrigues.
- M.V.M., 1810 – *Diálogo entre Dous Mortos, ou Entretenimento entre dous Soldados que morreram na Batalha do Buçaco, um Inglês e Outro Francês*, Parte I, Lisboa, na Imprensa Régia.
- M.V.M., 1811 – *Diálogo entre Dous Mortos, ou Entretenimento entre dous Soldados que morreram na Batalha do Buçaco, um Inglês e Outro Francês*, Parte II e Parte III, Lisboa, na Imprensa Régia.
- NASCIMENTO, Maria Teresa, 2006 – *O Diálogo na Literatura Portuguesa. Renascimento e Maneirismo*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Portugal desafiado. Diálogo entre um oficial francês da Legião do Meio-Dia, e um eclesiástico da Província d’Entre – Douro e Minho, s.n., s.l., s.d.*

³³ M.V.M.:1810, Parte I, p. 6.

³⁴ M.V.M.:1811, Parte II, p. 3.

³⁵ M.V.M.:1811, Parte III, p. 11.

João Francisco Marques¹

Algumas notas sobre as Invasões Francesas em Portugal na historiografia do século XIX

R E S U M O

As Invasões Francesas, evento-charneira do fim do Antigo Regime e da Implantação do Liberalismo, na visão de Henrique Schaeffer, Oliveira Martins e Pinheiro Chagas, autores que deixaram notória presença na historiografia portuguesa oitocentista, embora envolta em véus ideológicos, proporcionam motivos bastantes para justificada revisita e óbvio cotejo.

Nas sínteses mais credenciadas da história de Portugal, globais ou restritas a eventos dinásticos e político-militares, aparecidas no século XIX, as invasões francesas, acontecimento – charneira entre o definhar do Antigo Regime e o advento da revolução liberal vintista são mencionadas com justificado relevo e merecem por certo pertinente análise, em momentos comemorativos que a memória colectiva não deve silenciar. Natural será, pois, a curiosidade de revisitá-lo que urdiu a tal respeito, por exemplo, a pena de Henrique Schaeffer, Acúrsio das Neves, Luz Soriano, Oliveira Martins e Pinheiro Chagas, espíritos de formação e talento literário diversos. Se, no século XIX, o factual era para o historiador preocupação dominante, a interpretação de cerne judicioso, a sedução do recorte literário romântico e o inflamado patriotismo entreteciam o trilha narrativo do passado, fiel a assumido escopo diacrónico. A não inclusão de José Acúrsio das Neves, autor de dois providos volumes referentes ao evento, que poderiam rotular-se de “história imediata”, foi intencional, dado a sua demasiada extensão impor um tratamento específico.² Note-se desde logo que as obras escolhidas, para além de publicadas em maré de triunfante liberalismo político e de crescente busca de fontes e de objectividade crítica, não escapam a interferências ideológicas, o que redobra a motivação para a iniciativa tentada. Por sua vez, a obra de Latino Coelho, *Historia Política e Militar de Portugal, desde os fins do XVIII século até 1814*, de que se publicaram 3 tomos, também não foi contemplada, pois infelizmente se ficou pelos fins da era setecentista.³ Já a monumental *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*, de Sebastião José da Luz Soriano, cuja “Segunda Época”, consagrada à Guerra Peninsular, é constituída por 7 volumosos tomos, aliás de grande importância por sua feição factológica e documental, só por motivos análogos à da Acúrsio das Neves não integrou esta análise.⁴

¹ Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

² José Acúrsio das Neves (1766-1834), *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração d'este reino*, Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira, 8 ts, 1810-1811. Sem data, mas da década de 1980, foi reeditada nas *Obras completas de José Acúrsio das Neves*, em 2 volumes, pelas Edições Afrontamento, do Porto. Pelos dissabores sofridos, informa Inocêncio, o autor, «molestado com as censuras de uns, e com as queixas de outros», deixou a empresa incompleta. Cf. Francisco Inocêncio da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, IV, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973, p. 182.

³ José Maria Latino Coelho (1825-1891), *História Política e Militar de Portugal, desde os fins do XVIII século até 1814*, t. I (1874), t. II (1885), t. III (1891). Para Fidelino de Figueiredo, esta obra, solidamente fundada em documentação nova, é um bom exemplar do estilo histórico e um excelente quadro da política externa de Portugal, desde a reacção de D. Maria I contra a política pombalina até ao fim da campanha do Russilhão e da Catalunha em 1795». Cf. *História Literária de Portugal (Sécs. XII-XX)*, Coimbra, Editorial Nobel, 1944, p. 360.

⁴ Sebastião José da Luz Soriano (1802-1891), *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal*. Compreendendo a história diplomática, militar e política d'este reino desde 1777 até 1834, Lisboa, Imprensa Nacional, 17 vols., 1866-189: 1ª Época, t. I (1866), t. II (1867), t. III (doc., 1879); 2ª Época, t. I (1870), t. II (1871), T. III (1874), t. IV (doc.: P. I e P. II, 1876), t. V (doc.: P. I e P. II, 1893); 3ª Época, t. I (1881), t. II (doc.: P. I e P. II, 1882), t. III (doc.: P. I e P. II, 1883), t. IV (1884), t. V (1885), t. VI (doc., 1887) e t. VII (doc., 1890). No t. II da Segunda Época entre as páginas 666-711 são descritas a entrada de Junot em Abrantes (24.11.1807) e em Lisboa (29.11), o embarque da família real (24.11) e a saída da barra (29.11). Considerando Luz Soriano como «o historiador oficial do constitucionalismo», Fidelino de Figueiredo (*op. cit.*, pp. 358-359) escreve: «A sua obra nasce da dogmática suficiência que anima todo o regime político novo, que quer recordar as revoluções e as circunstâncias históricas de que nasceu, para se comparar ao passado e concluir

Ao tomar-se a *História de Portugal* do professor universitário alemão Henrique Schaeffer, nascido em 1794 e falecido em 1868, publicada ao longo de década e meia, de 1836 a 1854, compreende-se que Latino Coelho a considerasse «porventura a mais completa e conscienciosamente escripta como historia geral do reino».⁵ Traduzida do original por Sampaio Bruno e a continuou e o mesmo fez José Agostinho,⁶ afirma Alexandre Herculano que é o melhor livro que conhece relativo à História de Portugal⁷, testemunho que abona bem a sua qualidade. Para o bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva, o seu valor aumentou com o vasto e importante «repositório de factos e documentos, inéditos uns, pouco sabidos outros, [...] coligidos pela diligência e curiosidade» do compilador, José Lourenço Domingues de Mendonça, seu primeiro tradutor português.⁸ Elaborada cerca do período das invasões napoleónicas, a evocação que lhe consagra e se alonga por uma centena de páginas do quinto tomo segue a linha da historiografia positivista.⁹ Daí, os eventos políticos, militares e diplomáticos deterem a primazia, sem que algo do que hoje se trata no âmbito específico do económico, social e cultural deixe, aqui e além, de ser aflorado. De salientar, serão, talvez, os dados quantitativos a que dá, na verdade, algum relevo, embora sejam retirados da célebre obra de Adrien Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*.¹⁰ Notória é a agressividade com que se refere aos franceses, se bem que seja sóbrio quanto ao heroísmo lusitano. Sublinha o génio estratégico de Wellington e o sentido organizador de Beresford patente no exército disciplinado que soube mobilizar, sem omitir a forma autoritária como ladeava o poder político. Acentua com suficiente recorte a resistência popular anti-francesa que, a modo de guerrilha, portugueses e espanhóis sustentaram contra as tropas invasoras. Faz ainda menção à actividade desenvolvida pela polícia de Lisboa na conjuntura. De início colaboradora com o ocupante, como aliás os poderes políticos e religiosos, seguindo a recomendação do Príncipe Regente à partida para o Brasil, após o levantamento patriótico de 1808 e o desembarque inglês, adere à revolta e auxilia o povo a repelir o exército intruso. Atente-se na rápida pincelada impressionista do estado deplorável em que os contingentes de Junot, passivamente aceites, atingiram a capital portuguesa: «Metade dos soldados assemelhava-se a cadáveres: todos os dias os lavradores traziam para Lisboa soldados carregados sobre os seus burros, sem armas, com as vestes esfarrapadas, descalços, desfigurados e quase moribundos. Vários faleceram ao chegar».¹¹ Sublinha a importância da pregação dos frades em ordem a alentar a rebelião popular, bem como a força do boato, dos rumores, das notícias que se difundiam pelo vulgo. Positivo é o entendimento que faz da decisão da família real ao abalar do país com a corte, bem como das juntas criadas em Portugal e Espanha, a fim de assegurar a resistência.

Diversas e de vária proveniência são as fontes de que se serve: francesas, como o periódico *Moniteur* (13.11.1807), inglesas e sobretudo alemãs. Das portuguesas, a mais utilizada é a obra de José Acúrsio das Neves, *História das Invasões Francesas em Portugal e da Restauração do Reino*, de que chega a trasladar algumas passagens. Mas lança igualmente mão de monografias, memórias, panfletos e periódicos, e mesmo de uma panóplia documental de proclamações e decretos. De quantos subsídios mais se poderiam recolher sobre as invasões napoleónicas nas

por uma apologia própria. [...] Sem grande espírito crítico e sem grande capacidade de síntese, a sua obra é de um paciente beneditino, que dia a dia vai compendiando factos e comentando-os um a um, com prolixidade fastidiosa».

⁵ Cf. Latino Coelho, *op. cit.*, I, p. XXV.

⁶ Henrique Schaeffer (1794-1868), professor na Universidade de Giessen, publicou a *Geschichte von Portugal*, de 1836-1864, tendo aparecido traduzida e continuada, em cinco tomos, por J. Pereira de Sampaio (Bruno): *História de Portugal desde a Fundação da Monarchia até á Revolução de 1820*, Porto, Empreza Editora, 1893-1902. A primeira versão portuguesa, traduzida do francês por José Lourenço Domingues de Mendonça, em 13 volumes, publicados de 1842-1847, ficou, porém, incompleta. Apareceu ainda, na versão portuguesa de Sampaio Bruno, um VI volume, com texto da autoria de José Agostinho, editado no Porto, Livraria Nacional e Estrangeira, s/d. A propósito desta obra, observou Francisco Adolpho Varnhagen: «Nem história política, nem á maneira de Guizot, história fabricada na sua cabeça para efeito filosófico qualquer que seja a verdade, Schaeffer estuda profundamente os factos, e narra-os com fidelidade, citando as fontes e desassombrado de preconceitos», in *Revista Universal Lisbonense*, t. I (1841), p. 23. Para Fortunato de Almeida, a história de Schaeffer mostra dificuldade em «compreender certos aspectos da vida nacional; delinear o carácter das instituições públicas e sociais; avaliar-lhes o alcance e o valor relativo. [...] Escrevendo numa época em que apenas começava a pesquisa de nova documentação portuguesa, como elemento essencial da reconstrução histórica, Schaeffer não pode aproveitar os imensos materiais acumulados há cerca de um século e que alteraram profundamente muitas páginas da história portuguesa, revelaram novos factos e determinaram conceitos imprecisos». Mesmo sem considerar os defeitos da tradução portuguesa, conclui que ela « não tem actualidade científica e tornou-se de todo inaceitável em muitas de suas páginas ». Cf. *História de Portugal*, I, Lisboa. Promoclue, s/d., pp. 11-12.

⁷ Cit. por José Pereira Sampaio (Bruno), «Nota Histórica», in *op. cit.*, t. V, p. 378.

⁸ Cf. Inocêncio, *op. cit.*, IV, p. 424.

⁹ A referência às invasões francesas encontra-se no t. V (1902) da tradução portuguesa, a pp. 343-445), que utilizamos para citar. Se o rosto da obra traz a data de 1899, a capa apresenta o ano de 1902 e o editor A. Figueirinhas.

¹⁰ Adrien Balbi, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve comparé aux autres états de l'Europe*, 2 ts, Paris, Rey et Gravier Libraires, 1822.

¹¹ Cf. H. Schaeffer, *op. cit.*, V, p. 363.

notícias e comentários dispersos nos suportes testemunhais que Schaeffer refere, se depreende o que, a dado passo, escreve: «Mensageiros secretos (Junot apossava-se das cartas, vindas pelo correio, pelo que pudessem derramar má disposição contra os franceses), das Juntas constituídas em Sevilha, Badajoz, Ciudad-Rodrigo e outras localidades trouxeram aos oficiais instucções para que regressassem aos lares pátrios, em nome da honra, da religião e da pátria; cartas particulares, endereçadas aos militares, estimulavam estes a que viessem em socorro de suas famílias e da pátria».¹² De facto, todo esse *corpus* forneceria mais pormenorizadas achegas ao desenvolvimento da ofensiva e recuo das hostes invasoras no tecido global narrativo das campanhas, podendo ajuizar-se da sua objectividade no cotejo com fontes militares fidedignas.

*

Brilhante espírito de portentosa fecundidade foi Oliveira Martins que, mal chegado a meio século de vida – nasceu em 1845 e faleceu em 1894 –, se distinguiu já como engenheiro, economista, político, jornalista, dramaturgo, ensaísta e historiador, com uma obra escrita de altíssima valia. Menéndez y Pelayo tinha-o como «o maior artista histórico que a Península produzira no seu tempo».¹³ Para o autor de *Os Filhos de D. João I*, a história era um drama de que, tal como os gregos faziam nas tragédias, importava extrair «uma lição moral» a reflectir-se no destino da *polis*. A exigência ética que o dominava conduziu-o a toldar de pessimismo, ou derrotismo, no parecer de António Sérgio, a análise literariamente sedutora da sua *História de Portugal*, aparecida em 1879 e hoje ostentando sucessivas edições.¹⁴ Atraía-o a sistematização interpretativa das causas, a fim de fundamentar a explicação dos efeitos em cuja narratividade perpassa o olhar do visionário de severos agoiros. Se Oliveira Martins considerava inconciliáveis a ciência e a história, era porque entendia que esta devia fluir livre como a narrativa de um romance verdadeiro que tinha os homens por autores, conforme Paul Veyne sustenta.¹⁵ Por isso, em suas recriações históricas há revivalismos intensos e patéticos, a lembrar os claros-escuros barrocos de Rembrandt e Caravaggio, que pretendia os aceitassem como os relatava.

Do conjunto de eventos que conduzem às invasões francesas enumera: a Campanha do Roussillon (1793) conduzida contra a França revolucionária e a subsequente quebra do comércio; a guerra das laranjas (1801) e a desorganização da defesa do país com a penalização da perda de Olivença; o Bloqueio Continental (1806) e a tentativa do encerramento dos portos portugueses ao comércio inglês; a submissão do governo ao jogo dos imperialismos e estratégias diplomático-militares britânicas; o tratado de Fontainebleau que abriu a porta à retaliação napoleónica.¹⁶ A sobrançeria da nobreza e do clero, o parasitismo e corrupção dos dirigentes, a demência da rainha e a imbecilidade do Príncipe-Regente acabaram por reduzir o povo, analfabeto e obscurantista, à indigência e lamentável condição em que se encontrava. O crescente pulular de jacobinos e predreiros-livres endossava-o Oliveira Martins ao abuso que os eclesiásticos faziam do confessionalário e do púlpito, com o Anti-Cristo personificado por Napoleão e sucessivamente nos carrascos Junot, Soult e Massena. O embarque da corte rumo ao Rio de Janeiro soa como marcha fúnebre e dobre de finados: «A onda da invasão varria diante de si o enxame de parasitas imundos, desembargadores e repentistas, peraltas e sécias, frades e freiras, mosenhores e castrados. Tudo isso, a monte, embarcava, ao romper do dia, no cais de Belém. [...] Os navios largavam o pano, na volta do mar, e fizeram proa ao sudoeste, caminho do Brasil. Enquanto a esquadra esteve à vista, pairando, os altos da cidade, donde se descobre o mar, apareciam coroados de povo, mudo e aflito. As salvas dos navios ingleses que bloqueavam o Tejo troavam lugubramente ao longe. O sol baixava, a esquadra perdia-se no mar, ia-se toda a esperança, ficava um desespero, uma

¹² *Ibidem*, p. 368.

¹³ Cit. por Joaquim Veríssimo Serrão, *História Breve da Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Editorial Verbo, 1962, p. 273.

¹⁴ *Obras Completas de Oliveira Martins, História de Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, 15ª ed. 1968. Reconhecendo que exerceu uma influência «profunda e duradoura» e «possuía eminentes dotes artísticos», Fidelino de Figueiredo, (*op. cit.*, pp. 404-405), ao falar de Oliveira Martins como historiador, observa: «Simbolista, atribuía frequentemente exagerado significado aos sucessos; pessimista comprazia-se na crítica negativa, aferindo os sucessos humanos pelos modelos ideais de perfeição que tinha no espírito. A sua obra histórica é uma ressurreição artística, em que desfilam personagens, passam exércitos, presenciavam-se batalhas e chocam-se interesses». De juízo algo severo, Fortunato de Almeida (*op. cit.*, I, p. 11), por sua vez, afirma: a *História de Portugal* de Oliveira Martins é «uma série de quadros em que os preconceitos filosóficos e o cálculo de efeitos literários substituem a realidade objectiva da história». Não a considerando mais que «peça literária dominada de sentimentos pessoais», relega-a «do âmbito da história propriamente dita, onde jamais pôde servir de guia a quem pretendesse ilustrar-se em tais matérias».

¹⁵ Cf. Paul Veyne, *Comment on écrit l'histoire, Essai d'Epistemologie*, Paris, Éditions du Seuil, 1971, p. 13.

¹⁶ A referência às invasões francesas, na edição de 1968 da *História de Portugal*, encontra-se nas pp. 513-527.

solidão».¹⁷ A invasão em tempo real, observável e observada, arranca com a entrada do exército de Junot pelas Beiras, rumo a Lisboa, perante a passividade das populações, que seguiram a recomendação do Regente, cumprindo-a também a nobreza e o clero subservientemente, numa atitude de reaccionarismo primário. O iberismo do historiador esbraceja na esperança messiânica do *Libertador* a chegar. E por que não havia de ser o governo de Junot essoutra alternativa possível à união com Espanha? A rejeição virá mais adiante. Dos três marechais bonapartistas, aponta como pior Massena, depredador e sanguinário. O saque do reino cadavérico e o comportamento opressor dos franceses conduziram à inevitável rebelião do povo. A luta de guerrilhas, o auxílio militar britânico e o êxito das tropas regulares, organizadas e disciplinadas, que paradoxalmente são recrutadas na “anarquia espontânea”, acabaram por expulsar o inimigo. A situação interna é, porém, de completa sujeição ao imperialismo inglês. A estratégia militar de Wellington explora o soldado e Beresford, a quem tratam como “procônsul” e “rei”, não deixa de incarnar a prepotência. Os tratados de 1808 e 1810 acorrentaram a economia do reino à dependência inglesa. A conclusão não pode ser mais severa: após as invasões o estado do Portugal é um «sudário de miséria e solidão», patente no retrocesso demográfico, desequilíbrio financeiro, paralisia económica, desemprego, banditismo e fome.¹⁸

As fontes que Oliveira Martins dá mostras de haver compulsado são, entre algumas mais, a *História da Guerra Civil* de Luz Soriano, a *Historia de Portugal* de Henrique Shaeffer, as *Recordações* de Ratton;¹⁹ das manuscritas, a correspondência particular, a documentação da Intendência da Polícia, dirigida por Pina Manique, e talvez testemunhas orais que parecem transparecer em descritivos de movimentações colectivas que evoca. Se ideologicamente se ponderarem os vectores que musculam a menção e análise das invasões francesas, apercebe-se o ataque ao Antigo Regime, visando, em especial, a actuação da dinastia de Bragança, responsável pela “podridão” do regime absoluto que em Portugal imperava. O príncipe regente D. João, «imbecil, indolente e avaro», personifica para o escritor essa inexorável decadência. Por outro lado, a anti-anglofilia leva-o a responsabilizar a Inglaterra pela política de reduzir o país a sua «mula de carga», resultando dessa abjecta subserviência a demissão do monarca do exercício do poder e à fuga, com a nação, em desespero, a voltar-se para a insurreição. O derrotismo extreme de Oliveira Martins conduziu-o, porém, a generalizações de conotação politico-ideológica a colidir, em vários aspectos, com a objectividade que uma imparcial interpretação dos factos atenuaria e até mesmo inverteria.

*

O escritor Manuel Pinheiro Chagas que subscreve fecunda produção literária²⁰ é, sem dúvida, o típico exemplo do efeito perverso de uma indesejável qualidade, a funcionar no domínio modelar da narrativa histórica: a dúvida não superada sobre o que é objectivo e onde começa o imaginado. De larga aceitação em seu tempo, o seu corrento estilo romântico, de comprovada mestria, seduzia a larga mancha de leitores féis. A *História de Portugal* que se lhe deve, constituída por oito densos volumes, demonstra a razão do êxito alcançado por este género de escrita entre um público predominantemente de cultura média e de proveniência social burguesa.²¹ Os reparos

¹⁷ Cf. *Ibidem*, pp. 516 e 518.

¹⁸ *Ibidem*, pp. 526 e 527.

¹⁹ Jacome Ratton, *Recordações [...] sobre ocorrências do seu tempo em Portugal [...] de Maio de 1747 a Setembro de 1810, [...]*, Londres, 1813.

²⁰ Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895) frequentou a Escola do Exército, sobraçou a pasta da Marinha e Ultramar, foi lente do Curso Superior de Letras e membro do Conselho de Estado. Jornalista, escritor, historiador e orador, deu origem, através do pós-fácio de Castilho ao seu livro *Poema da Mocidade*, à célebre «Questão Coimbrã» provocada pela carta-resposta de Antero de Quental, «Bom Senso e Bom Gosto». Deixou uma vastíssima produção em originais e traduções, de folhetins, romances, ensaios, obras dramáticas, poéticas e históricas. Mariano Pinto disse dele: «Precisa de navegar em todos os mares, beber em todas as fontes, morder em todos os frutos». Ver entre outros: Francisco Inocêncio da Silva, *op. cit.*, XVI, pp. 288-297 e 416; António Ramos de Almeida, «Manuel Pinheiro Chagas», in *Perspectiva da Literatura Portuguesa do Século XIX*, dir. João Gaspar Simões, II, Lisboa, Edições Ática, 1947, pp. 573-583.

²¹ A *História de Portugal* desde os tempos mais recuados até à actualidade, primeiramente publicada em Lisboa pelo editor Matos, da empresa tipográfica Tallement Frères, 8 volumes, s/d (1867-1874), foi segundo o plano de F. Diniz, escrita em grande parte por Pinheiro Chagas, sobretudo o último, mas contou com a colaboração de Luciano Cordeiro, António Enes, E. A. Vidal, Alberto Pimentel e outros, como assinala o rosto na indicação «Por uma Sociedade de Homens de Letras». Na justificação introdutória (I, pp. 7-12), firmada por Pinheiro Chagas, rejeita-se a história anterior ao século XVIII, considerada «rígida e artificial», porque não se contentava «com eloquência natural dos factos», antes tomava por vias: a teologia providencialista de Bossuet, as «suposições ocas de Vico», as «frívolas negações de Voltaire» ou os pressentimentos luminosos de Gibbon». Ao irromper o iluminismo, abraça-se «a ideia do povo como agente principal da história» e as transformações da civilização. Os historiadores, «mineiros do passado», desentranham dos cartórios documentos em que se fora gravando a «vida das gerações. Seguindo a «investigação moderna» espelhada na obra *Le Portugal (L'Univers Pittoresque)* do literato francês Ferdinand Denis (1798-1890), publicado em 1846 e traduzido entre nós sob a epígrafe *Portugal Pitoresco ou Descrição Histórica deste Reino* (Lisboa, 1846-1848), anterior à *História de Portugal* de Alexandre Herculano, livro influente que considerava «completo para a época», sublinha ter-lhe conservado a «formosa moldura e mantido o quadro quanto as

mais generalizados que à obra são feitos incidem: na carência de documentação de fontes arquivísticas; no teor dispersivo do fio narrativo; no pendor híbrido da construção dos eventos e na moldura envolvente dos agentes históricos.²² No tema em causa, porém, o que apresenta esta *História de Portugal* relativo às invasões francesas?²³

Antes de mais, o relato do acontecimento é exposto enquadrado no paradigma antecedente-consequente e na teia a ligar os sucessos militares, tudo inserido no contexto histórico-político coevo peninsular e europeu. A síntese perseguida reflecte sem dúvida uma preocupação diacrónica e sincrónica, com dados quantitativos a registar, mas enxameada de juízos de valor, de termos polémicos de gosto duvidoso, de empolamentos retóricos. Atravessa-lhe a narrativa discursiva o ideário patriótico próprio da época ultra romântica em conjunturas afins. O escopo factual escolhido acaba por dar realce, naturalmente, aos interventores individuais e colectivos que tornaram possível a resistência vitoriosa.

Para Pinheiro Chagas, o recurso ao Bloqueio Continental foi «a verdadeira causa da queda de Napoleão». Tomada a partir do tratado de Fontainebleau, a decisão de invadir Portugal, para quem não era viável a neutralidade, estrategicamente não resultou. Por outro lado, o comportamento dúbio do Príncipe Regente e do Governo, ao recorrerem a soluções de desespero, não contribui senão para o reino sentir o desprezo da Europa, em particular dos franceses e ingleses. O anti-bragantismo que assume, logo o patenteia, quando acusa D. João de inepto pela forma como exerce o poder. A descrição da partida da corte para o Brasil, decalcada na obra do historiador brasileiro Pereira da Silva, é julgada com extrema severidade: «Estava consumada uma das maiores vergonhas da história portuguesa. A longa série de humilhações, a que o governo do príncipe regente nos sujeitara, cerrava-se com esta fuga covarde e este abandono de Portugal, sem organização nem defesa, nem ao menos conselhos animadores, à invasão do estrangeiro».²⁴ A rebelião do povo contra o invasor espelha o valor patriótico e a exaltação da liberdade e independência nacional. Nesta mesma linha se irá entroncar o ideário da revolução liberal de 1820: «As invasões francesas em toda a Europa deixaram os germens da liberdade, nuns países arraigando as modernas instituições revolucionárias, estabelecendo a igualdade civil, essa grande conquista de 89, e estabelecendo uma sombra de instituições parlamentares que sempre eram a ténue alvorada do regime constitucional; noutros países ferindo o sentimento popular, e despertando o povo adormecido que, defendendo os seus lares, teve também a consciência de si mesmo. Foi isso o que sucedeu em Espanha e em Portugal. Abandonado pelos reis e pela nobreza, aqui o povo pode ver praticamente a verdade da famosa teoria de Sieyès. Achando-se sozinho em campo, o terceiro estado pode dizer também: “O que tem sido até aqui o terceiro estado? Nada. O que deve ele ser? Tudo».²⁵ A marcha de Junot desde a fronteira espanhola até Lisboa, de tão minuciosamente descrita, permite traçar uma cartografia da primeira invasão. O próprio contingente militar girondino é apresentado em seus quantitativos numéricos o que dá ao descritivo uma coloração objectiva.

investigações recentes permitiram». Este trabalho colectivo, afirma ainda, é «Todo de compiladores e compendiadores, reputando-o em sua «forma essencialmente popular» de «utilidade incalculável». Informa Inocêncio (t. XVI, p. 291) que, conforme explica o Autor no prólogo da segunda edição, muito melhorada e ampliada em 12 volumes com gravuras intercaladas no texto, foi abandonado o plano de Ferdinand Denis, «não havendo entre a obra do escritor francês e a obra portuguesa nem a mais leve relação». A terceira edição, já póstuma, ilustrada e de grande formato em 12 volumes, ainda frequente, tem por rosto: Manuel Pinheiro Chagas, *História de Portugal Ilustrada*, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal Sociedade Editora, 1898-1903.

²² A propósito do valor científico desta obra, Fortunato de Almeida (*op. cit.*, I, p. 11) afirmou: «As circunstâncias em que Pinheiro Chagas escreveu a sua *História de Portugal* não permitiram que o êxito do historiador igualasse o seu formosíssimo talento. Obra extensa e volumosa, carece, contudo, de inteireza de plano e harmonia de proporções; tem excessos de difusão e desvios e falta-lhe com frequência o pormenor característico e valioso; e, pior que tudo, a obra foi elaborada quase exclusivamente à vista de fontes tradicionais, sem utilização de novos elementos que corrigem, modificam ou completam a exposição de antigos escritores». Por sua vez, Fidelino de Figueiredo (*op. cit.*, p. 364) anotou: «A *História de Portugal*, de Pinheiro Chagas, vasta e sugestiva compilação, foi por muito tempo preferida fonte de informação e juízo, em breve em concorrência com as ideias de Oliveira Martins». Acentuando-lhe o cariz doutrinário, António Ramos de Almeida (*loc. cit.*, p. 582) escreveu: «A sua *História de Portugal* foi o fundo ideológico de todo um exaltado patriotismo, baseado na citação histórica, na metáfora histórica, na contínua glorificação dos factos e das figuras históricas».

²³ A narração histórica das invasões napoleónicas encontra-se na primeira edição da *História de Portugal*, vol. 8, capítulos XVI a XX, pp. 203-290, havendo uma errata na numeração dos capítulos, pois aparecem dois com a indicação: XVIII (pp. 267-280). Na 3ª edição ilustrada, a mesma evocação vem inserida no vol. 7, pp. 470-596, capítulos XXVIII, XVIII e XXIX e nos 3 primeiros do vol. 8, pp. 5-68, em que termina a retirada de Massena, começando o cap. IV com a defesa de Campo Maior e o ataque a Badajoz pelo exército anglo-luso. Do cortejo dos textos conclui-se que é integralmente o mesmo, sendo, por conseguinte, Pinheiro Chagas, o autor. Por isso citamos sempre a 1ª edição, actualizando a ortografia.

²⁴ Cf. Pinheiro Chagas. *História de Portugal*, vol. 8, p. 3.

²⁵ *Ibidem*, p. 238.

Três factos, apodados de vexatórios, ressalta o historiador na política aplicada por Junot a Portugal: a promulgação do decreto que confisca aos ingleses os seus bens; a proibição do uso de armas de fogo defensivas; o recrutamento de soldados para a legião lusitana a integrar no exército napoleónico. Refere as delações de colaboracionismo apontado a fidalgos e clérigos, rotulando o facto de aviltante. Atribuem-se os movimentos de insurreição popular à carga fiscal imposta por Junot e a derrocada de Napoleão à rejeição pelos povos do projecto imperialista. A sublevação de norte a sul do país é pormenorizadamente descrita como sintoma de união e de unidade face à dura administração do ocupante, sublinhando: «O povo fazia-lhe também uma guerra feroz, os padres e os frades davam o exemplo», a ponto de sofrer em Leiria, Évora e Beja sangrentos massacres. Dois aspectos desta reacção popular merecem-lhe, porém, desaprovação: as violentas manifestações anti-semíticas e anti-francesas na caça aos jacobinos, controlados pela Junta do Porto, e a distribuição de armas pelo povoleu que causa inúmeras desordens, aliás reprimidas pelos ingleses. O quadro dos malefícios da invasão de Soult é atenuado pela imagem que dele traça: benquisto do povo pela disciplina imposta e pelo porte humano acentuadamente diferente de Junot, e mais ainda de Massena, a quem atribui as maiores atrocidades. Não esconde, todavia, as barbaridades cometidas pelos populares, ao tirarem desforço dos horrores sofridos pela soldadesca francesa, fazendo-lhe uma montaria com as feras e privando-a de todos os recursos para sobreviver.²⁶ Os queixumes do povo estendiam-se também aos aliados ingleses, a ponto da gente das aldeias «começar a não distinguir bem os adversários que atacavam dos aliados que a defendiam».²⁷ Daí fazer passar a conclusão: «Não admira pois que na tradição popular a vinda dos franceses e dos ingleses fosse considerada duas invasões diferentes e igualmente nefastas, e que por mais de uma vez nas cisternas campesinas, onde a vingança sumária das aldeias sepultava os cadáveres dos insolentes estrangeiros, se misturasse a farda vermelha dos ingleses com o uniforme odiado dos soldados de Napoleão».²⁸

A resistência que lhe moveram traduziu-se na política da terra queimada, no que segue a obra de Cláudio Chaby, sendo a derrota que Massena sofreu nas linhas de Torres «um dos planos mais gigantescos, que um homem de guerra pode imaginar».²⁹ Daí concluir que Wellington mais que defender Portugal defendeu a Inglaterra e a Europa.³⁰ Na sua análise interpretativa, acentua-se que o povo português não passou de vítima sacrificada à fraqueza da regência, permitindo que, «em vez de sermos escravos de França», continuássemos a sê-lo dos ingleses.³¹ Este foi o drama das invasões napoleónicas e a lição a extrair do que aconteceu ao país que as teve de sofrer.

Como fontes, menciona: a *História do Estabelecimento do Constitucionalismo*, de Luz Soriano, a de Cláudio Chaby, *Excertos Históricos*, e a colecção dos documentos relativos à guerra denominada da Península, e às anteriores de 1801, e do Roussillon e Catalunha, I, (Lisboa 1863) que são as mais citadas; e Pereira da Silva, *História da Fundação do Império Brasileiro*, I (2ª ed. 1870); *Histoire de l'Empire*, II (1866), de Augustin Tiers; António Mexia Fouto Galvão Pereira, *Évora em seu abatimento gloriosamente exaltada; Colecção das ordens do dia do ilustríssimo senhor Guilherme Carr Berresford* (1809); *Panfletos* contra Napoleão e Junot e narrativas de testemunhas oculares.

*

Ao formular, no limiar do último quartel do século XIX, o que entendia ser o ofício do historiador, Latino Coelho afirmava não bastarem apenas os impressos «para quem haja de narrar miudamente os feitos» do passado recente, pois a «perquisição das causas, que influíram ou determinaram sucessos, e o seu mínimo complemento sobre o seu espírito e significado na história da civilização» eram indispensáveis. Pode, assim, verificar-se que, com a maior ou menor pertinência, estes critérios metodológicos são seguidos nas obras analisadas. Mas importará, no entanto, reconhecer que a historiografia estudada apresenta uma visão das invasões francesas duplamente conotadas com a estratégia político-militar napoleónica e o estado da sociedade que lhe sofreu o impacto. Na construção da narratividade, da sua marcha e dos condicionalismos interferentes no desenrolar dos eventos, a ideologia dos autores sobrepára sem que, todavia, a objectividade factológica, apesar do véu mental envolvente, saia, no fundo, afectada. Por isso, justifica-se, quando o pretexto surge, revisitar estes documentos historiográficos.

²⁶ *Ibidem*, p. 286.

²⁷ *Ibidem*, p. 269.

²⁸ *Ibidem*, p. 267.

²⁹ *Ibidem*, p. 287.

³⁰ *Ibidem*, p. 290.

³¹ *Ibidem*, p. 311.

Henrique José Martins Matos

As Juntas minhotas de 1808 na reacção à ocupação francesa

R E S U M O

O movimento restaurador de Junho de 1808 e a conseqüente criação de juntas de governo, um pouco por todo país, mas sobretudo no Norte de Portugal são um dos aspectos mais visíveis na luta política contra a ocupação franco-espanhola de 1807-1808. Neste artigo analisaremos a forma como se desenrolou, na Província militar do Minho, a reacção contra a ocupação estrangeira, a partir da acção da Junta de Viana, mas também a forma como a Junta de Viana se articulou com as restantes Juntas da Província, e com a Junta Suprema erigida no Porto.

Em Junho de 1808, num contexto de reacção contra a presença do ocupante francês, sem um centro político orientador, cabe à iniciativa local, através do seu braço popular ou das autoridades e dos corpos sociais preponderantes das terras, iniciar um movimento restaurador com vista à substituição das autoridades francesas. Deste movimento restaurador, surgido com maior ou menor espontaneidade, nascem novas instituições que assumem funções essencialmente relacionadas com a defesa do território. Surgindo em terras de maior proeminência social e política cedo se aliam em torno da direcção unificadora da Junta Provisional do Governo Supremo, sediada no Porto, que procurou ter uma acção política a nível de todo o território continental até à reposição do Conselho de Regência.

Surgem assim na Província do Minho, mas também em Trás-os-Montes, as Juntas, sobretudo nas terras cabeças de comarca, Valença, Braga, Guimarães, Barcelos, Vila Real, Torre de Moncorvo, Miranda do Douro, ou sedes de governos militares de cariz provincial, Viana e Bragança e na cidade do Porto, onde se vai estabelecer uma Junta Suprema. Em muitos concelhos, sobretudo com assento em Cortes, vão também surgir governos políticos em forte articulação com os governos administrativos camarários, que agregam às câmaras representantes dos três braços da Nação, clero, nobreza e povo.

Cronologicamente, diremos que o movimento da criação das Juntas se inicia a 15 de Junho de 1808, quando, em Bragança, com o general Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, governador das armas da Província de Trás-os-Montes, se começa a falar na criação de uma junta de governo, que apenas se consolida dias mais tarde, depois da criação, no dia 19, da Junta do Porto e da Junta de Viana. A partir destes três centros, irradiarão contactos para se promover, por um lado, os actos de restauração da autoridade nacional e de aclamação do Príncipe Regente, D. João, mas também serão emitidas as primeiras ordens com a finalidade de se constituírem centros de acção governativa para áreas mais alargadas como para toda a Província militar de Trás-os-Montes e para a Província militar do Minho, encabeçados, respectivamente, pelas terras sedes de governo militar, Bragança e Viana, e pelo Porto, numa estratégia de formação de um governo supremo para todo Norte de Portugal.

Para analisar o processo de constituição das Juntas na Província do Minho partiremos da actuação da Junta erigida em Viana, a qual, para além de ter sido, nesta Província, a primeira a assumir uma declaração de ruptura com as autoridades francesas, reivindica igualmente um pioneirismo, a par do Porto e Bragança, no movimento restaurador do norte do país. De destacar é também o facto da Junta de Viana pretender exercer uma área de influência alargada a toda a Província.

A criação das Juntas e governos políticos concelhios são uma segunda fase no processo de ruptura com as autoridades francesas e espanholas que se inicia com os movimentos restauradores.

Se muitos dos movimentos de criação de juntas ou governos políticos concelhios ocorrem praticamente em simultâneo com os movimentos de aclamação e de restauração, de que são exemplo, Porto, Viana, Braga, isto só acontece na fase decisiva do processo de aclamação, essencialmente a partir do dia 19 de Junho, uma vez que no início desse mês tinham já ocorrido tentativas de restauração da autoridade nacional. Algumas dessas iniciativas não são tão bem conhecidas, como sejam os acontecimentos de Chaves, às onze horas da noite de 4 de Junho, outras são mais profusamente documentadas como as que ocorrem no Porto a partir de 6 de Junho.

Nestes acontecimentos, apresentam-se alguns denominadores comuns, como sejam: o papel dos militares; a acção popular; a intervenção das autoridades; a articulação com autoridades espanholas, sobretudo nas terras da raia; o papel dos exércitos espanhóis estacionados nas terras ocupadas até inícios de Junho de 1808.

1. As primeiras tentativas de restauração.

As primeiras manifestações que levaram ao fim da ocupação política francesa devem-se, sem dúvida, ao papel que tiveram as tropas espanholas, até então a desempenhar o papel de força de ocupação, estacionadas no Porto e um pouco por toda a Província do Minho, responsáveis pela ocupação militar do Norte de Portugal, transformando a intranquilidade em rebelião¹.

Desde logo, na primeira tentativa de restauração ocorrida no dia 6 de Junho. A Junta da Galiza enviou emissários aos três regimentos do exército espanhol estacionados no Porto pedindo-lhes que desertassem e se unissem às insurreições que se faziam na Galiza. Na sequência da decisão de abandonar Portugal, as tropas espanholas procedem à prisão do general francês Quesnel, responsável pelo governo do Porto, e o general Bellesta toma a iniciativa de convocar as principais autoridades portuguesas (Câmara, oficiais militares, desembargadores da Relação) para decidirem o restabelecimento do governo nacional. No dia imediato é arvorada na fortaleza de S. João da Foz a bandeira nacional, por iniciativa do sargento-mor Raimundo José Pinheiro, a que se associaram os castelos do Queijeiro e de Matosinhos.

Estes factos tiveram repercussão em vários pontos do Norte do país. Segundo a descrição de Acúrsio das Neves, em Chaves, quase em simultâneo com os factos sucedidos no Porto, sendo que há documentação que refere o início dos tumultos na noite de 4 de Junho²; em Vila Pouca de Aguiar; em Braga no dia 8 de Junho, com o Arcebispo de Braga a mandar descobrir as armas reais no Paço e dando ordem para que se restituísse na missa a colecta pelo Príncipe Regente e mais pessoas da Família Real³, isto na sequência de informações que em Viana os espanhóis tinham prendido alguns franceses⁴. No dia 9 de Junho, em Melgaço, Acúrsio das Neves descreve pormenorizadamente a intervenção de D. António Maria Mosqueiro de Lira, a que se associam o bispo e a Junta de Orense, bem como o Marquês de Valadares, este com tropa pronta para uma intervenção militar em território nacional caso fosse necessário.

Entretanto, no Porto, dias mais tarde, o movimento restaurador vai receber o impulso decisivo⁵. Acúrsio das Neves descreve estes factos. Uns primeiros indícios verificam-se no dia 16, na procissão do Corpo de Deus,

¹ ESDAILE Charles, 2003 – *La guerra de la independencia. Una nueva historia*, Editorial Critica, Barcelona, p. 60.

² *Memórias da villa de Chaves na sua gloriosa revolução (...), por hum amante da verdade (...)*. Na Impressam Régia, Lisboa, 1809.

³ ADB/UM – *Livro dos Acórdãos e Lembranças do Illustrissimo Cabido da Sé Primaz de Braga*, 9 de Junho de 1808.

⁴ Elemento detonador do movimento restaurador em Viana, parece ter sido, igualmente, a tropa espanhola aqui acantonada, pelo menos a crer no dietarista do mosteiro beneditino de S. Romão do Neiva, que no seu dietário refere: *a revolução principia em Tras dos Montes, e estende-se pelo Minho, tendo-a excitado nesta provincia os Hespanhoes, dando exemplo em Viana, e por outras partes, posto, que não foi immediatamente seguida, mas pouco tardou em ser immitada*. ADB/UM – *Fundo monástico conventual; Beneditinos, Mosteiro de S. Romão do Neiva*, Dietário, 1797, 168, fls. 5v-10v. Ver em MATOS, Henrique José Martins de, 2001/2002 – *As invasões francesas no dietário do mosteiro de S. Romão do Neiva*, separata de “Bracara Augusta”, vol. L, Braga. *Obras Completas de José Acúrsio das Neves*, vol. 2: História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino, Tomo III, Edições Afrontamento, porto s/d, p. 67.

⁵ É profusa a bibliografia e memorialística (impressa e manuscrita) coeva com relatos sobre os eventos e seus desenvolvimentos de 1808 no Porto. Podem ser consultadas na bibliografia clássica sobre a matéria. Para além de José Acúrsio das Neves, em particular SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães, 1902-1903 – *História orgânica e política do exército português*, 17 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional; FERRÃO, António, 1925 – *A 1.ª Invasão Francesa (A invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia, 1807-1808. Estudo político e social)*, Coimbra, Imprensa da Universidade; VITORINO, Pedro, 1928 – *O grito da Independência em 1808*, Coimbra, Imprensa da Universidade; CRUZ, António, 1970 – *As invasões francesas e as suas repercussões na cidade do Porto*, Centro de Estudos Humanísticos, FLUP, Porto. Entre as várias memórias manuscritas – uma que nos parece inédita – e particularmente rica de informações é a *Memória dos Exércitos Pérfidos e Hostis em Portugal. Declaração de guerra em o 1.º de Fevereiro, e Restauração em 18 de Junho de 1808 na cidade do Porto*. Descobertas por B. d’A.C. em 1811 (ADB/UM, Fundo Barca Oliveira Ms. 130).

com a recusa das milícias em transportarem as águias francesas em lugar da bandeira portuguesa, o que só foi resolvida com a decisão do desfile das companhias não ser acompanhado de nenhuma bandeira, mas também com o aparecimento de proclamações anónimas e de alguma eferescência do povo. No dia 17 surgiram também algumas “disposições” em Guimarães.

No dia 18 arranca decisivamente o processo restaurador e revolucionário, na sequência da aclamação encabeçada, entre outros, por João Manuel Mariz Sarmento, capitão do Regimento de Artilharia nº 4 e Luís Cândido Cordeiro, tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, a partir de um levantamento militar iniciado no Quartel de Srº Ovídio, no Porto.

Dando continuidade ao movimento militar, com o armamento da população e organizando a defesa da cidade do Porto, os militares dirigem-se para a câmara com a finalidade de instalar um Governo Supremo Provisório, numa acção em que se incorpora para além da câmara, a Companhia Geral do Alto Douro. Durante a madrugada do dia 19, pelas três horas da manhã, os militares revoltosos tinham já organizado um processo eleitoral para eleger os representantes dos militares para uma Junta que deveria ainda integrar elementos da hierarquia e dignidades do Estado Eclesiástico, do governo da câmara, da cidade e do Povo, da Relação e dos negociantes. Durante o resto da noite foram encetados os contactos com as individualidades indicadas, mas em vez do encontro se realizar na casa da câmara, pelas cinco horas da manhã, conforme o combinado, este vai-se realizar no paço episcopal, onde o bispo, depois da oração inicial na capela preside a um acto eleitoral que vai consagrar uma Junta de Governo Supremo, composta tanto por figuras tradicionais, como pelos militares revolucionários, mas em que estes ficam claramente defraudados, sobretudo pelo facto de não integrarem a junta importantes figuras do levantamento militar. A proeminência da figura do Bispo do Porto dominará tanto o processo eleitoral como o próprio desenvolvimento da acção da Junta do Porto, que há-se perseguir, prender e condenar por inconfidência dois dos principais agentes da revolução militar, o capitão Mariz Sarmento e o tenente-coronel Cândido Cordeiro, mentores dum radicalismo revolucionário de base popular que a Junta do Porto conseguirá, assim, suster.

Os acontecimentos do Porto vão ter um significativo eco por todo o Norte de Portugal. Se em algumas terras os acontecimentos parecem surgir em simultâneo ou mesmo antes dos factos ocorridos no Porto, mormente o seu processo de restauração e aclamação do dia 18 de Junho, como sucede em Bragança, com o levantamento do general Sepúlveda a 11 e em que desde o dia 15 se fala em “governo da junta”, assim como em Guimarães, onde eles parecem suceder distanciadas por breves horas, nas restantes terras os acontecimentos irradiam-se depois da acção do capitão Mariz e seus apaniguados na cidade do Porto: no dia 19 de Junho em Viana e em Torre de Moncorvo; no dia 20 em Braga, depois dos factos sucedidos a 8 de Junho, em Barcelos e em Caminha; no dia 21 em Vila Nova de Cerveira e Espoude; a 22 em Ponte de Lima; no dia 23 de Junho em Vila Real, depois dos factos sucedidos a 16 de Junho; no dia 25 de Junho em Chaves, depois do sucedido entre 4 e 7 de Junho.

Estes momentos de aclamação e restauração da autoridade do Príncipe Regente estão bem patentes nos documentos oficiais municipais. É por eles, aliás, que foi possível caracterizar este movimento. As actas das vereações fazem o registo dos factos: identificam, grosso modo, de quem parte a iniciativa destes movimentos, associam ao acto aclamatório as autoridades locais, magistrados régios, autoridades eclesiásticas, autoridades e oficialidade municipal, suportadas pelos braços da Nação, que em longas listas de assinaturas, mas quase sempre separadas pelas respectivas ordens, subscrevem as decisões tomadas pelas autoridades respectivas. O espaço onde estes actos ocorrem é o espaço municipal, a câmara, a sala das vereações ou paços do concelho, descrevendo-se em algumas actas o prolongamento destas sessões para os terreiros, as praças públicas, as ruas, onde pelas janelas e portas abertas à população em maior número, sem ordem e protocolo, participa directamente da Aclamação e segue a subscrição da acta realizada no interior do salão nobre dos paços do concelho, com certa ordem, algumas vezes com tão grande afluência de população que o finalizar do dia ou a ocorrência de outros actos públicos impedia que toda a população subscrevesse a mesma acta, como refere o escrivão da câmara de Braga no *termo d'aclamação do governo de Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor feito pelo clero, nobreza e povo*.

A vila de Guimarães regista a eclosão deste movimento no dia 18 de Junho, pelas seis horas da tarde, depois de umas proclamações espanholas terem sido espalhadas na vila e na sequências de notícias relativas ao eclodir do mesmo movimento na Província de Trás-os-Montes.

Em Viana, o acto restaurador parece ter saído de uma iniciativa da nobreza e povo da vila, dinamizada pelo tenente Luís do Rego Barreto⁶, que convocaram a câmara e os mesteres do povo, como se infere do texto do acórdão: *Ahi estando juntos a Nobreza, e Povo da Villa depois de Convocarem a Camera e Misteres do Povo e debaixo da presidência do corregedor interino, Drº Domingos José Vieira a Mota Gomes*⁷, prestaram juramento de fidelidade ao Príncipe Regente D. João VI, *que antes nos governava*, tendo de imediato decidido a criação de uma Junta e elaborada um programa de acção que incluía a convocação das câmaras da comarca para se unirem ao movimento restaurador.

Em Braga, a aclamação do governo do Príncipe Regente e a restauração da autoridade da Família Real foram feitas a 20 de Junho de 1808⁸. A liderança do processo da aclamação cabe a um conjunto de individualidades identificadas no termo de aclamação: D. Luís António Calado Furtado de Mendonça, deão da Sé Primaz, presente por comissão do arcebispo de Braga; o corregedor e provedor da comarca, Bernardo José Passos; o juiz do crime João Pereira Carlos Soares Azevedo; Manuel de Lima Abreu, deputado do Cabido; João Cabral Soares de Albergaria, deputado do Cabido. Em Braga, o movimento de aclamação do Príncipe Regente embora tenha no arcebispo o seu grande impulsionador, já desde os primeiros dias de Junho de 1808, recebe um forte contributo da Junta de Viana. Efectivamente, nesse mesmo dia, 19 de Junho, o governador das armas da Província escreve ao arcebispo bracarense dando-lhe a conhecer o movimento restaurador vianense e convidando-o a transmitir esta iniciativa à câmara de Braga, para que esta os secundasse. Também, nesse mesmo dia, foi dirigido à Junta de Braga, um officio emitido pela Junta do Porto, onde igualmente se dava a conhecer ter sido abolido o governo francês, afirmando-se que o *Governo Francez se acha inteiramente abolido e exterminado d'este Paiz e restituída n'elle a Real Authoridade do Nosso Legitimo Soberano*⁹. De uma forma mais directa a Junta do Porto ordenava que fosse aclamado o nome do Príncipe Regente e as suas armas fossem descobertas.

No dia imediato, o Arcebispo de Braga dirige-se à câmara e, invocando, precisamente, as notícias provenientes do general da Província e do senado da câmara de Viana, recomendava *à desta Cidade tome logo as medidas que lhe parecerem mais convenientes a este objecto, seguindo o exemplo da Cidade do Porto e da dita Villa de Vianna e das Villas mais notaveis deste Arcebispado*¹⁰. O acto de câmara desse dia 20 de Junho, expressa precisamente a recepção do officio do Arcebispo Primaz, que incluía o officio do governador das armas da Província e da câmara de Viana, pelo qual se participava a eclosão do movimento restaurador vianense *e rogando a esta cidade houvesse de se portar com o mesmo intuziasmo e valor em hua causa tão justa como Relligioza*¹¹, para afugentar os inimigos do Altar. Participava-se, igualmente, a criação de uma Junta interina para tomar providências sobre a defesa e para o restabelecimento do governo nacional.

Como consequência destes factos, decidiui a câmara convocar o clero, a nobreza e povo *para determinarem*. Conforme refere o texto da acta da sessão de câmara, *imediatamente comparecerão* as autoridades bracarenses, os corpos do clero, a nobreza e o povo. O juiz de fora leu as cartas recebidas e o termo da câmara de Viana *E sendo lidas, (...) foi por todos unanimemente [sic] acalamado Dom João Sexto Principe de Portugal Nosso Senhor, clamando pello restabelecimento do Legitimo Governo do mesmo Senhor, em consequencia do que approvarão os artigos constantes do referido termo em tudo o que diz respeito à organização dos Corpos Militares e no mais que fosse applicavel a esta Cidade*¹². É, portanto, possível inferir daqui uma influência das autoridades vianenses no acto de aclamação e restabelecimento da autoridade nacional na câmara bracarense, o que é, no entanto, negada por estes.

⁶ José Caldas refere ter sido eleito presidente da *Junta de Defeza Nacional* a 22 de Junho. CALDAS, José, *História de um Fogo Morto, Subsídios para uma História Nacional, 1258-1848, Viana do Castelo (Fastos Políticos e Sociais)*, Facsimile da 2ª Edição; Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1990, p. 449.

⁷ O corregedor proprietário, Frederico de Almeida Correia, encontrava-se impossibilitado de exercer o seu cargo, em virtude de se encontrar doente, desde o fim do mês de Abril.

⁸ SOARES, Frei Joaquim, 1809 – *Compendio historico dos acontecimentos mais celebres, motivados pela revolução da França, e principalmente desde a entrada dos francezes em Portugal até a segunda restauração deste, e gloriosa aclamação do Principe Regente o serenissimo Senhor D. João VI*, Tomo II, Lisboa, p. 8. O autor descreve a acção restauradora bracarense como uma iniciativa de dois clérigos, da Ordem de S. Francisco, Fr. Francisco de Senhora do Carmo, da Ordem de S. Jerónimo e Fr. Francisco da Conceição, “que de Guimarães ali (Braga) forão fazer a Restauração, entrando naquella Cidade com huma Bandeira arvorada, e logo forão seguidos pelo Povo, a quem deo calor a alegria e prazer, que o Excellentissimo Arcebispo Primaz mostrou nesta occasião (...)”.

⁹ ACMB – *Registo dos Termos das Sessões da Junta Provisional do Governo desta Cidade*; Outros Fundos.

¹⁰ ACMB – *Registo dos Termos das Sessões da Junta Provisional do Governo desta Cidade*; Outros Fundos.

¹¹ ACMB – *Registo dos Termos das Sessões da Junta Provisional do Governo desta Cidade*; Outros Fundos, cópia do termo de câmara de 20 de Julho de 1808.

¹² ACMB – *Registo dos Termos das Sessões da Junta Provisional do Governo desta Cidade*; Outros Fundos..

No concelho de Barcelos o dia 20 de Junho foi, também, o momento da restauração do governo do Príncipe Regente e das autoridades nacionais sendo a responsabilidade do sucedido imputada ao povo de Barcelos, que exigia a presença das autoridades instituídas em Barcelos no edifício dos Paços do Concelho. Presentes estiveram o corregedor da comarca, o provedor, o juiz de fora, os vereadores e o procurador do concelho, juntamente com o clero, a nobreza e o povo, este através do seu representante o dr. Manuel José de Araújo Costa. De registar, em Barcelos, o mais extenso rol de subscritores do acto de aclamação que registamos nos concelhos do Norte de Portugal. Contam-se cerca de trezentos subscritores, em que nos aparecem, sem qualquer protocolo ou primazia, militares, eclesiásticos, nobres, camaristas, negociantes, comerciantes, oficialato menos, ofícios mecânicos, juízes e eleitos, magistrados régios, abandonando-se a ordem dos Três Estados.

O dia 20 de Junho de 1808 foi, ainda, o momento em que a câmara da vila de Caminha, sob a presidência do juiz de fora, juntamente com a nobreza e povo da vila, *se tinham juntos para aclamarem e defenderem os Direitos do Príncipe Regente Nosso Senhor a quem só mente querião obdeser e defendello athe ultima gota do seu sangue fazendosse arborar as Bandeiras da Nação Portuguesa, descobertas as Armas da Caza de Bragança*¹³.

A 21 de Junho a câmara de Vila Nova de Cerveira, procedeu à cerimónia de aclamação de D. João VI, como rei de Portugal, *a quem desde aqui aclamavam Rei de Portugal abemdo desde ja renunciado obdiencia a qualquer outro monarca*¹⁴, restabelecendo a autoridade nacional no concelho. No entanto, esta não parece ser a primeira preocupação da nobreza e povo da vila, uma vez que o texto do acórdão se inicia com um requerimento destes corpos para que o Juiz, presidente da câmara, libertasse da cadeia João da Cunha Pereira Lacerda e *a todos os mais Prezos na Cadeia publica desta villa [...] por serem neserarios a defeza de D. João digo a defeza da Coroa de Portugal*¹⁵.

Em Esposende, a aclamação realiza-se em 21 de Junho, na casa do senado, pelas 7 horas da manhã, apresentada como uma decisão da câmara, onde *se assentou que nos havíamos de unir aos sentimentos da nação de expulsar o jugo da nação francesa*”, sendo o acto, no entanto, subscrito pelo Juiz do Povo, então eleito, por quatro padres e outros oito subscritores, certamente representantes da nobreza e do clero locais.

No concelho de Ponte de Lima, o restabelecimento do governo nacional sucedeu no dia 22 de Junho, na sequência de um ofício enviado pela Junta de Viana, que a acta da câmara denomina, *governo interino da Província*, e que continha dezasseis capítulos relativos à forma de organização do governo provincial e dos modos e meios de defesa do território. Convocado o clero, a nobreza e o povo, para analisarem e votarem as propostas apresentadas pela Junta de Viana, *todos uniformemente declaram, que elles heram e tinham sido sempre amantes de sua patria, do seu Principe e da sua dominaçam Portuguesa, e que sempre odiaram o jugo Frances, a que os tinham sugeito a força e a perfidia, que declaravam constrangida e involuntaria a execuçam que tinham dado aos Illegitimos Decretos do general Frances e se percizo hera reclamavam todos os actos practicados a este [...] que renovavam o seu juramento de fidelidade ao Principe Regente Dom Joam e a Sua Augusta Mai Maria Primeira e estavam promptos a derramar a ultima gota do seu sangue e a exaurir todos os seos cabedães em beneficio da sua patria e do seu Principe, e que jamais mudariam de projecto, offrendo as sua cabeças, como penhor desta promessa*¹⁶. De imediato decidiram pôr luminárias nas ruas durante três dias, assim como a realização de um *Te Deum* em acção de graças.

Também em Monção se faz a Aclamação a 22 de Junho, e aqui a acta da câmara aponta a iniciativa à nobreza, ao clero e ao povo que promoveu a convocatória da câmara para este acto, bem como os elementos das milícias e ordenanças.

Em Vila do Conde a Aclamação realiza-se a 24 de Junho e a iniciativa parece ser atribuída ao juiz de fora que fez convocatória a todas as classes, na sequência das ordens emanadas da Junta do Porto. As quais, juntamente com a câmara, procurador das três classes, um membro do Conselho Real, responderam afirmativamente ao juiz de fora, uma vez que foram contabilizadas cerca de meia centena de subscritores, com a expressa referência de que nem todos puderam assinar.

¹³ ACMC – *Livro de Acórdãos da Câmara, 1799-1811*, acta de vereação de 20 de Junho de 1808.

¹⁴ ACMVNC – *Livro de Actas da câmara de Vila Nova de Cerveira, 1802-1808*, acta de vereação de 21 de Junho de 1808.

¹⁵ ACMVNC – *Livro de Actas da câmara de Vila Nova de Cerveira, 1802-1808*, acta de vereação de 21 de Junho de 1808.

¹⁶ ACMPL – *Livro de Vereações do Senado da Câmara de Ponte de Lima, 1807-1811*, acta de vereação de 22 de Junho de 1808.

2. A emergência das Juntas no Norte de Portugal.

2.1. Suas designações¹⁷

A utilização da palavra Junta para designar a instituição de governo saída das Proclamações e Restaurações de 1808 vai circunscrita na Província do Minho, ao Porto, a Viana, Braga, Barcelos e Guimarães e também a Valença; na Província de Trás-os-Montes, a Bragança, Torre de Moncorvo, Vila Real e a Miranda.

Se atentarmos bem estamos em presença de terras de maior hierarquia política, da administração e ordem territorial do Antigo Regime. Três delas são cabeças de governo militar, Porto para o território do Partido do Porto, Viana para a Província do Minho, Bragança para a Província de Trás-os-Montes que lhes conferem também importante poder regional, nesta conjuntura de guerra. E todas têm em comum o serem cabeças de comarca, a mais importante área e quadro territorial para efeito político-administrativo da Coroa, mas também da ordem senhorial¹⁸. A excepção é Penafiel onde se não constituiria Junta, certamente por efeito da força e irradiação da Junta e governo militar do Porto, ali tão perto. E três delas são cabeças de diocese, sede de governo de bispos, importante instância de poder e organização regional do território do Antigo Regime¹⁹, a saber, Porto, Bragança e Braga.

A todas as Juntas sobrelevará a Junta constituída na cidade do Porto, que por isso se chamará e será aceite como Suprema para o governo do Norte onde exercerá uma incontestada autoridade sobre as demais Juntas. Tal ascendência e liderança deve-se naturalmente à supremacia que o Porto exerce no Norte que decorre para além do exercício de tarefas políticas de alcance nacional (sede da Relação) e outras de alcance regional, governo do Partido Militar do Porto (a Norte do Mondego), governo mercantil (Alfândega e poderes da Companhia das Vinhas do Alto Douro) e à sua relevância económica, comercial e portuária para todo o Norte do país.

As Juntas tomarão diferenciadas intitulações que desde logo permitem caracterizar os objectivos e a natureza desta instituição²⁰. Fixemos as que toma a Junta do Porto, a partir da documentação reunida: Junta do Supremo Governo Magestático e Interino da cidade do Porto; Soberano Conselho de Governo das Juntas; Junta do Supremo Governo da cidade do Porto; Junta Provisional do Governo Supremo; Junta Provisional do Supremo Conselho (estabelecido no Porto); Junta Suprema na Província do Norte Revolucionadas; Junta do Solene Conselho / Supremo Conselho; Governo Interino da Província.

Salientam-se as ideias fortes desta auto ou hetero-intitulação. Tais designações pretendem definir Junta como instituição de forte carga política, mas também militar, dirigida ao governo da cidade do Porto e das Províncias Revolucionadas do Norte; Magestático e Soberano a exprimir a assumpção e representação do poder régio e nacional de que se considera legítima depositária e representante por vontade dos povos; Suprema, a exprimir a ideia de superioridade que lhe é conferida sobre as outras Juntas e poderes constituídos ou a constituir; Provisional e Interina, a fixar o carácter provisório da sua constituição e actuação, até vigorar uma solução definitiva; Supremo Conselho, a exprimir o sentido colegial, consultivo, mas também político-judicial deste corpo político. No todo ou em parte estas intitulações contribuem para definir e exprimir o conglomerado das funções e tarefas políticas que assume a Junta instalada na cidade do Porto e as condições da sua realização.

A Junta estabelecida em Viana adoptará as seguintes designações: Junta do Governo Provisional da Província do Minho; Junta do Governo Interino da Província do Minho; Junta Provisional para a Administração e Governo da Província; Junta Provisional de Viana unida ao Governo das Armas da Província; ou a forma mais abreviada: Governo Interino da Província.

¹⁷ CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério, 2008 – *O heróico patriotismo das Províncias do Norte. Os concelhos na restauração de Portugal de 1808*, Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, pp. 101-103.

¹⁸ É certo que a ordem política-administrativa da ordem e poder senhorial entra em decadência e quebra com as leis de 1790-1792 de extinção das ouvidorias donatarias: SILVA, Ana Cristina Nogueira da e HESPANHA, A. M., 1993 – *O quadro espacial*, in “História de Portugal” dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. V («O Antigo Regime», dir. de A. M. Hespánha), pp. 39-48.

¹⁹ MARQUES, João, 1989 – , *O clero nortenho e as invasões francesas. Patriotismo e resistência regional*, Porto, 1989, separata de “Revista da Faculdade de Letras. História”, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

²⁰ FRASER, Roland, 2006 – *La maldita guerra de España. Historia social de la guerra de la Independencia, 1808-1814*, Editorial Crítica, Barcelona; PRADA, Antonio Moliner – *Las juntas como respuesta a la invasión francesa*, separata da *Revista de História Militar*, Ministerio de Defensa, Instituto de Historia y Cultura Militar. Na sua intitulação mas também na sua génese, organização e programa, o movimento das Juntas portuguesas segue de perto o movimento espanhol. É aqui que se deve em primeira mão procurar a origem das designações adoptadas.

De ressaltar nestas intitulações, os elementos que contribuem para uma melhor compreensão do figurino institucional da Junta: o de um organismo que se acopla, que se une à estrutura militar. A Junta configura-se deste modo como órgão político-militar ou militar e político. O quadro de intitulação define o seu território de actuação, o da Província do Minho, que é um quadro militar, no qual se exerce a administração e governo.

Em Braga, a Junta tomará designações mais específicas: Junta Provisional do Governo e Segurança Pública de Braga; Junta de Tranquilidade e Segurança Pública, ou de forma mais abreviada, Junta de Tranquilidade Pública ou Junta da Segurança Pública.

São aqui relevados os conceitos e tarefas policiais e securitárias da Segurança e Tranquilidade Pública, que as aproximam das tarefas essenciais do Estado Ilustrado mas também evocam os «comités» de Salvação Pública da França Revolucionária. A intitulação está certamente mais activamente articulada à situação de forte tensão e crispação e movimentação político-social que ocorrerá em Braga. Mas também aos objectivos de «salvação» da ordem política local, eclesiástico-senhorial²¹.

Em Trás-os-Montes, a de Bragança intitular-se-á Junta do Governo Provincial de Trás-os-Montes; a de Torre de Moncorvo, Junta de Segurança e Administração Pública da Comarca de Moncorvo. A câmara de Torre de Moncorvo teve o cuidado de registar os termos da deliberação sobre o nome ou designação a dar à Junta, para além da composição, tarefas, competências e acção territorial, seus elementos distintivos e chancelaria: «será denominada Junta de Segurança e Administração Pública da Comarca de Moncorvo e os seus papéis autênticos serão munidos com as armas da vila» (Acta da Câmara de 25 de Junho de 1808). A Junta de Vila Real intitular-se-á Junta Interina e Provisional do Governo da vila, termo e comarca. Diz-se provisional ou provisionaria «para ocorrer às circunstâncias urgentes e actuaes que não admitem a demora necessaria para recorrer à Junta do Governo da cidade do Porto» considerando «cassada» a sua acção «logo que a Junta do Porto a não confirme e dê providências necessárias que a não justifiquem».

2.2. Tarefas e objectivos²²

Em regra, no acto de Aclamação, a que se sucede mais ou menos de imediato a constituição das Juntas – ou nas demais câmaras à instituição de governos políticos alargados ao clero, nobreza e povo – logo se define e aprova, perante o povo «constituente» ou «outorgante» presente à sua instituição, um programa de acção e tarefas a realizar.

Vamos reter os pontos essenciais fixados pelas Juntas e governos das Províncias do Minho e Trás-os-Montes. Fixemos aqui os pontos essenciais do programa, poderes e competências da Junta de Viana, da Província do Minho aprovado em reunião de 22 de Junho, que se define, de facto, no quadro de um governo supremo e soberano, para a sua Província: Restauração da regência e ordem do decreto de 26 de Novembro de 1807, incluindo a ordem militar, sacudindo o jugo estrangeiro e defendendo os direitos da nação e do soberano na fidelidade ao monarca, a incutir e a fazer incutir aos povos; Governo civil e político que delega na câmara; Governo militar, que pode delegar no General da Província, incluindo recrutamento e organização de milícias; Segurança Pública que delega no governo militar e câmara; União geral das câmaras das comarcas ao Programa da Junta; Animação de todos os estados e do eclesiástico à defesa da causa geral; Organização do processo de Inconfidência; Declaração de guerra à França.

O Programa da Junta de Viana estará de um modo geral presente em todas as Proclamações das demais Juntas e Governos da Província do Minho a quem será remetido. Aprovando no todo ou em parte os seus termos, ele será o ponto de partida em geral do Programa de Aclamação e Restauração do governo legítimo do Príncipe Regente D. João e sustentação e defesa dos direitos reais e nacionais da monarquia a que todos darão corpo e forma.

Em Braga fixam-se sobretudo tarefas em matérias civis e militares tocantes à segurança pública. Mas a acção deve alargar-se também aos casos de inconfidência, para que se propõe também a criação (como no Porto) do juízo da inconfidência: «Não são menos perigosos entre os vassallos fiéis os que semeão com suas doutrinas e opiniões os princípios da Revolução e desobediência ao soberano» (Braga, 27 de Junho de 1808). Braga impõe-se também algumas tarefas no campo das relações internacionais, tendo em vista a articulação com a causa eclesiástica galega e

²¹ Em Espanha algumas Juntas levam o epíteto de Junta de Segurança Pública (em Jaén), Junta de Tranquilidade (Córdova), Junta de Armamento e Defesa (em La Coruña, Galiza); PRADA, Antonio Moliner – *Las juntas como respuesta a la invasión francesa*, separata da *Revista de História Militar*, Ministerio de Defensa, Instituto de Historia y Cultura Militar.

²² CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério, 2008 – *O heróico patriotismo das Províncias do Norte. Os concelhos na restauração de Portugal de 1808*, Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, pp. 103-109.

espanhola, propondo-se – e sendo correspondida – a troca regular de informações da Junta (eclesiástica) de Braga com a de Tui (também ela presidida por um alto dignitário da Igreja, o Bispo de Tui)²³.

Em Barcelos, uma particular atenção é prestada à defesa e organização das milícias e corpos de voluntários, tutela e fiscalização dos cofres públicos e contribuição financeira de suporte, mas também aí se abrem devassas de inconfidentes.

Em Guimarães é particularmente inovador e singular o programa da organização da defesa da segurança pública, que aqui terá especial desenvolvimento. Ele é definido como competência das forças militares. Neste particular, no do campo da polícia e segurança pública, propõe-se a criação de um corpo de guarda específico de milícias e polícia, mas também de um corpo de cavalaria. Para tal as milícias e ordenanças deveriam ser objecto de apropriada instrução e armamento. Mas particularmente inovador é a importância e extensão do chamamento de civis à acção e defesa militar e, sobretudo, à segurança pública. Para tal propõe-se a criação de três corpos: o de Voluntários Infantes (com chefia militar), o Corpo dos Privilegiados do Cabido, o Corpo das Comunidades Regulares (das corporações monacais e conventuais). Este será um envolvimento também muito importante em Braga, aqui por acção do elemento eclesiástico. Mas de um modo geral o envolvimento civil na guerra, na defesa e segurança pública estará presente por todo o lado e é, sem dúvida, uma das características mais marcantes do movimento e restauração nacional e patriótica de 1808 que inaugurará a aliança civil e militar na defesa das grandes causas nacionais para o futuro e em particular ao longo do século XIX.

Os programas de defesa e segurança pública vimaranense ultrapassarão o quadro da vila, termo e comarca e revelam um plano mais vasto de actuação para a vigilância e segurança militar regional com a criação de partidas volantes, que vigiassem os avanços e ameaças do invasor. Tal está certamente em correlação com as movimentações militares francesas de Loison, que de Almeida se dirigiam para o Porto, chegando a Mesão Frio e a Padrões de Teixeira, para tentar sufocar a sublevação restauradora que alastrava por esta altura e potencialmente ameaçava a região vimaranense.

3. A acção da Junta de Viana

O movimento de criação das Juntas governativas na Província do Minho em 1808, está, sem dúvida, marcado pela acção pioneira desenvolvida pela Junta Provisional de Viana Unida ao Governo das Armas, e a sua tentativa de alargar o raio de influência às terras da Província, apoiando-se no órgão militar que superintendia toda esta área, que era o governo das armas da Província.

A Junta de Viana era composta pela câmara, pelo governo das armas, por dois membros escolhidos pelo povo, por dois negociantes e por todos aqueles que a Junta considerasse necessários. A presidência da Junta, por decisão tomada já no dia 22 de Junho, era atribuída ao governador das armas e na sua ausência ao juiz de fora. Estava ainda previsto que na ausência de ambos seria escolhido um outro ministro da câmara e na ausência de todos estes, um membro da Junta à pluralidade de votos. Detinha a jurisdição civil e militar sobre a Província em todos os assuntos que dissessem respeito à segurança pública.

Trata-se, efectivamente, de um novo órgão político, composto por autoridades instituídas e pela agregação de dois elementos escolhidos pelo povo, juntamente com dois negociantes e legitimadas pela acção popular, que no acto de aclamação do dia 19, reconhecem e autorizam a câmara a dar todas as providências cívicas, incumbindo-a ainda de solicitar ao governador militar da Província a confirmação da continuidade do desempenho das suas funções na nova ordem, e que a aceitar os encarrega de superintender sobre as questões relacionadas com a segurança pública, o que não pode deixar de ser entendido como a expressão política da participação popular perante as invasões francesas²⁴. Assim entendido, as Juntas como que emanam da soberania popular, que as legitima.

²³ FRASER, Roland, 2006 – *La maldita guerra de España. Historia social de la guerra de la Independencia, 1808-1814*, Editorial Crítica, Barcelona; PRADA, Antonio Moliner, 1997 – *Revolución burguesa e movimiento juntero en España*, Editorial Milenio, 1997; PRADA, Antonio Moliner – *Las juntas como respuesta a la invasión francesa*, separata de *Revista de História Militar*, Ministerio de Defensa, Instituto de Historia y Cultura Militar.

²⁴ JIMÉNEZ, José Sanchez, 1991 – *La España contemporánea. 1808-1874*. Vol. I, Ediciones Istmo, Madrid, p. 97.

As competências atribuídas são, como já referimos, variadas e vão da administração civil e militar, à administração da justiça, neste caso com poderes de aplicação da pena máxima nos casos de inconfidência, assumindo também prerrogativas no âmbito da política externa, expressas na declaração de guerra à França, e na revogação do decreto real de 26 de Novembro de 1807 que mandava receber amigavelmente os franceses. Posteriormente, aditaram-se novos artigos a regulamentar a constituição e funcionamento da Junta, incumbindo-a da segurança pública, tanto no âmbito civil como militar. O grande objectivo da Junta de Viana centra-se, a partir da estrutura militar que lhe vai dar forte significado, na organização da defesa através da reorganização dos corpos do exército e na constituição de outros corpos militares baseados no voluntariado. A administração das finanças públicas está também no horizonte da acção da Junta vianense.

Através do *Registo geral das ordens dirigidas à Junta desta vila* é possível acompanhar a actuação da Junta de Viana, o que fazemos, em síntese, enumerando aqui as acções no domínio da administração militar e das finanças: colaboração com a Junta do Porto na organização da defesa desta cidade, promovendo o envio de oficiais e de tropa espanhola; verificação do estado da artilharia, do armamento, munições e pólvora encartuchada; reparação do armamento das ordenanças; recrutamento para as milícias e incorporação nos regimentos de linha dos soldados licenciados; promoção de exercícios militares para milícias e ordenanças; ajuste dos soldos das tropas de linha e dos milicianos; promoção de louvor ao tenente Luís do Rego Barreto; determinação do número de praças dos regimentos das tropas de linha e das milícias; estabelecimento de cofre para arrecadação de donativos; exame ao estado dos Cofres; inventariação dos feitorias de Caminha, Valença, Monção e Braga; ordem aos corredeiros para darem relação dos fundos públicos; admissão a despacho todas as mercadorias inglesas; autorização de despacho de lonas e brins vindos dos portos do Norte na alfândega de Viana; promoção de união de esforços com a Junta da Corunha.

Aspecto que merece ser analisado mais particularmente é a actuação da Junta de Viana no contexto do movimento da aclamação e da restauração e a tentativa de assumir uma preponderância face às restantes juntas da Província.

A nova ordem estabelecida em Viana a 19 de Junho é de imediato divulgada pelas câmaras da comarca e da Província, contribuindo assim directamente para a eclosão do movimento restaurador em outros concelhos, nomeadamente em Braga, Vila Nova de Cerveira, Esposende²⁵ e Ponte de Lima.

A Junta de Viana parece querer assumir um certo protagonismo no contexto provincial ao pretender formar uma Junta composta por representantes das câmaras de toda a área do governo militar, para em conjunto, adoptarem as medidas convenientes para fazer face à situação vivida na Província. Às câmaras, são, assim, enviados convites para designarem deputados a integrar a Junta vianense, mas também para colaborar em no fornecimento de homens e recursos para a manutenção do esforço de guerra. Para além das câmaras procurar-se-á ainda a adesão das instituições religiosas, seculares e regulares.

Podemos acompanhar a adesão que estas pretensões tiveram, através dos fundos documentais das referidas câmaras, bem como da Junta de Braga. Por elas, verificamos como, num primeiro momento, a iniciativa vianense é bem recebida, mas num segundo momento é preterida face à Junta erigida na cidade do Porto, constituída como Junta Provisional do Governo Supremo, em substituição do Conselho de Regência e a representar o monarca, enquanto este não retomava as suas funções²⁶. Sucessivamente, as câmaras e Juntas da Província aderem ao projecto da Junta do Porto, reconhecendo-lhe a superioridade que Viana, afinal não tinha. A própria Junta de Viana, acaba, também, por reconhecer a superioridade hierárquica da Junta do Porto, tanto na esfera civil como militar.

²⁵ Na câmara de Esposende parece ter-se verificado, no próprio dia da restauração das autoridades nacionais, uma preocupação em adoptar medidas concertadas com as que tinham sido tomadas pela Junta de Viana, reafirmando a sua união à Junta de Viana. O juiz do povo, José Lino de Barros Maciel, eleito no acto de aclamação das autoridades nacionais reafirmará igualmente essa postura.

²⁶ Papel que o monarca pensava atribuir à Junta do Porto, expressas nas Instruções de 1808, dirigidas ao Bispo do Porto, e que vão ser transpostas para a Carta de Lei de 2 de Janeiro de 1809. Por elas eram fixadas a composição e estrutura funcional da Junta, que deveria instalar-se em Lisboa, e congregar igualmente a Junta do Algarve. Eram, igualmente, fixadas determinadas reformas que a Junta deveria empreender, abrangendo o campo da defesa e da administração económica e financeira. Reformas ousadas que mereceram a oposição dos sectores mais conservadores do Conselho de Estado, nomeadamente do Conselheiro António de Araújo Azevedo, por considerar serem reformas radicais demais para serem implantadas por um governo provisório, e que punham em causa o regime monárquico-absolutista. Algumas destas medidas acabaram por vingar e foram consubstanciadas na Carta de Lei de 2 de Janeiro de 1809, o que fazia desta carta de lei uma tentativa de esbater as propostas revolucionárias avançadas no tempo de Junot. CAPELA, José Viriato, 1992 – *A Carta de Lei de 2 de Janeiro de 1809 e as ameaças revolucionárias de um programa de reformas*, in “A recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil, Actas de Colóquio” Universidade do Porto, 1992.

Em Vila Nova de Cerveira, depois de no dia 21 de Junho terem procedido à cerimónia de aclamação do governo do Príncipe Regente, a 24 de Junho é lida, no senado da câmara, a carta enviada pela câmara de Viana e pelo governador das armas às câmaras da Província, datada de 20 de Junho, onde se anunciava a restauração das autoridades nacionais na cabeça de comarca, e se dava a conhecer os dezasseis artigos que passavam a regular a jurisdição das autoridades constituídas em Viana, nas quais se incluía a criação de uma Junta governativa. Da câmara de Vila Nova de Cerveira, esperavam as autoridades vianenses que os artigos dados a conhecer fossem aprovados pela nobreza e povo com o objectivo de criar um centro político e militar unificado, como garante da segurança da Província.

No dia imediato, compareceram em câmara a nobreza, o clero e os representantes do povo, aprovando os princípios gerais estabelecidos nos referidos artigos, e os que se aplicassem ao concelho, salvaguardando, no entanto, *os direitos e regalias* que, em comum e em particular, se gozavam no concelho de Vila Nova de Cerveira. Tal como tinha sido solicitado, é dado conhecimento destes procedimentos às autoridades vianenses, através de carta datada de 26 de Junho. Nela, a câmara reafirma a intenção de se sujeitar ao que for determinado pelas estruturas governativas que se criassem, em substituição do deposto Conselho de Regência, na capital do Reino, na Província ou na comarca. Com estes pressupostos entendia a câmara de Cerveira anuir à Junta criada na vila de Viana, unida ao governo das armas provincial. Entendia, no entanto, que a câmara deveria ser ouvida relativamente a elaboração de nova legislação, assim como no que respeitava à administração da justiça ou a levantamentos de cariz militar. Com a Junta criada em Viana, e à qual a câmara de Cerveira jurava fidelidade, assim como a qualquer outra hierarquicamente superior que se criasse, pretendiam assegurar a defesa da monarquia, a manutenção dos direitos, o usufruto dos bens e da vida, o que apreze revelar uma atitude bem contrária uma ideologia e prática revolucionária, antes a adopção de uma posição eminentemente conservadora, de manutenção do sistema político e social estabelecido. Para garantir os objectivos definidos, havia necessidade de recorrer à força das armas, para a qual tinham já avançado com iniciativas de recrutamento. Para suportar estes encargos era, evidentemente, necessário o concurso de todas as rendas e impostos *para que em quanto estes durarem senão sufoque a Nação arruinada*²⁷.

Na vereação de 28 de Junho, a câmara de Vila Nova de Cerveira, reconhecia já a autoridade suprema da Junta do Porto confiando-lhe a direcção de todo o movimento restauracionista. Sobre o anterior reconhecimento da autoridade da Junta vianense, é realçado o papel do governador das armas, mas diziam desconhecer qual o relacionamento da Junta de Viana relativamente à Junta do Porto e às outras Juntas criadas. Isto é, há um efectivo reconhecimento das competências militares da Junta, por força da autoridade militar do governador das armas, enquanto a direcção política do movimento restauracionista e de governo e administração da Província é reconhecidamente centrada na Junta do Porto.

Também em Ponte de Lima, em sessão de 22 de Junho, é feita a aclamação do Príncipe Regente por interferência directa do Governo Interino da Província, uma vez que é convocado o clero, a nobreza e o povo para decidir sobre os 16 capítulos relativos à forma de governo da Província e à definição dos meios de defesa.

Os capítulos são aprovados, mormente os relativos à defesa, não havendo, no entanto, qualquer referência à união pretendida por Viana, sendo que a 16 de Julho, os artigos de polícia que a câmara de Ponte de Lima pretende aprovar são já endereçados à Junta do Porto para serem aí ratificados.

Em Esposende a criação da Junta de Viana merece o completo apoio da sua câmara, traduzido ainda na manifesta disponibilidade de recursos e de colaboração nas disposições tomadas por Viana. A manifestação de articulação com a Junta de Viana é reafirmada a 23 de Junho, por proposta do juiz do povo de Esposende, José Lino Barros Maciel, quando propõe medidas de defesa e segurança pública. No dia 28 de Junho a câmara de Esposende na sequência da união às decisões da Junta de Viana, nomeava também duas pessoas do clero, da nobreza, do povo e dos negociantes que *propusessem tudo o que fosse conveniente nas actuaes circunstancias para conseguirmos a Restauração absoluta da Nossa Patria e do Nosso Principe*²⁸, que deveriam assistir às sessões da câmara quando esta o considerasse necessário.

²⁷ ACMVNC – *Livro de Actas da Câmara de Vila Nova de Cerveira, 1802-1808*, acta de vereação de 25 de Junho de 1808.

²⁸ AME – *Livro dos Acórdãos* (1807/1809).

Com a Junta de Braga, e após os primeiros contactos na sequência da aclamação e criação da Junta que contribuíram para a aclamação e estauração em Braga, verifica-se ter continuado a existir nos dias imediatos uma troca de correspondência entre a Junta de Braga e a Junta de Viana:

Se os assuntos tratados nos ofícios de 24 e 27 de Junho não mereceram qualquer objecção por parte da Junta bracarense, por se tratarem de questões da estrita competência do governador das armas, já os ofícios dos dias 23, 25 e 26 vão merecer uma forte reacção da Junta de Braga, através de um ofício dirigido à Junta de Viana a 27 de Junho. Merecem também reparo as informações obtidas pela Junta de Braga, segundo as quais, a Junta vianense tinha ordenado a um armeiro de Viana que viesse a Braga escolher oficiais; assim como tinha enviado ordens ao corregedor bracarense para afixar um edital onde se anunciavam ofertas feitas à Junta; bem como mandava entregar ao feitor do Assento 200.000 réis, a título de empréstimo, proveniente das suas rendas públicas.

A todas estas questões respondeu directamente a Junta bracarense, questionando a legitimidade das mesmas, não reconhecendo prerrogativas da Junta de Viana para além das questões eminentemente militares. Não deixa, igualmente, a Junta de Braga de reafirmar o reconhecimento de obediência à Junta Provisional do Governo Supremo do Porto, em virtude da superioridade natural da cidade do Porto sobre as restantes vilas e cidades da Província. Ao general Gonçalo Pereira Caldas, é reconhecida autoridade enquanto governador das armas da Província.

Relativamente à Junta de Viana, não se reconhece qualquer obediência por variadas razões, das quais destacam não ter sido feita a aclamação e restauração do governo nacional, por ordem da Junta de Viana. Também os bracarenses não reconhecem, no acto de aclamação, qualquer superioridade ou dependência relativamente à Junta vianense. Esta não superioridade advém até do facto de não se registar na constituição da Junta vianense qualquer artigo que consagre essa superioridade sobre as restantes comarcas da Província, bem como pelo facto dos seus artigos não terem sido aprovados pelos representantes dessas comarcas ou pelas suas Juntas. Não há, portanto, segundo a Junta bracarense, qualquer razão para a supremacia da Junta de Viana sobre as restantes, *antes haverá algumas de congruência para que ella não seja a superior*²⁹.

Após esta troca de correspondência não se verifica mais nenhum contacto entre a Junta bracarense e as autoridades vianenses, com assuntos que não fossem exclusivamente da esfera militar e, portanto, da exclusiva competência do governo das armas.

3.1. O reconhecimento da supremacia da Junta do Porto.

Questão que marca a génese da Junta vianense é a sua articulação com a Junta Provisional do Governo Supremo, sediada na cidade do Porto. Efectivamente, o relacionamento da Junta de Viana com a Junta do Porto, não foi nada pacífico, em virtude de ambas disputarem a área de influência da Província do Minho. A Junta de Viana, por ter na composição o governo das armas da Província, pretende manter na região uma autoridade autónoma, enquanto a Junta do Porto pretende substituir-se ao Conselho de Regência deposto por Junot e exercer o governo em toda a região libertada do domínio francês, sobretudo no Norte do país.

A justificação apresentada para a manutenção de uma autoridade autónoma à Junta do Porto no território da Província do Minho, prende-se com a necessidade de organizar a defesa militar da Província. Entendia, a Junta de Viana, ser capaz de organizar defensivamente a Província de uma forma mais eficaz, no que dizia respeito ao recrutamento de forças, à administração das rendas públicas e à angariação de fundos para suprir as despesas inerentes a esta organização militar. Segundo a Junta vianense, a Província tinha já esta capacidade em virtude de não ter tido a colaboração do partido das armas do Porto, o que obrigou o governo das armas provincial a tomar a organização defensiva como uma iniciativa autónoma. Para a continuidade do projecto, pretendia-se que fossem alargados os contributos financeiros das câmaras da comarca e das outras comarcas da área do governo das armas. Como tal, entendia-se não dever a Junta do Porto interferir também no processo de administração financeira.

Se os meios financeiros da Província permitiram uma auto-suficiência para a manutenção e organização da defesa, também a capacidade militar da Província garantia a continuidade dessa autoridade autónoma, desde que as forças da Província não fossem desviadas do seu território, enquanto permanecessem as ameaças francesas, uma vez que a grande diversidade de pontos por onde podiam surgir ataques inimigos, obrigava à permanência na Província da tropa disponível³⁰.

²⁹ ACMB – *Livro de cartas particulares e várias memórias*, 1732-1808, 27 de Junho de 1808.

³⁰ Uma memória depositada no Arquivo Distrital de Braga traça o quadro das principais ligações do território do Minho com a Galiza e os numerosos eixos de comunicações que facilitam a movimentação de exércitos pela região, tornando-a assim vulnerável. Intitula-se esta

Esta argumentação foi expressa em reunião de Junta de 26 de Junho, precisamente para servir de suporte às negociações que iam ser entabuladas entre a Junta de Viana e a Junta do Porto, para definir a forma de articulação entre as duas Juntas. Num documento, composto por sete artigos, constavam as *instruções particulares* dadas aos membros da Junta de Viana indicados para irem parlamentar com a Junta Suprema, o provedor da comarca Francisco Osório da Fonseca e o capitão de artilharia José Barreto Pedrosa: reafirmação da primazia da defesa da Nação, da Religião e do Príncipe; conservação da Junta Adida ao Governo das Armas da Província; organização militar como competência da Junta; possibilidade de cedência à Junta do Porto, de parte dos fundos das comarcas para despesas ordinárias; fornecimento do Assento sob responsabilidade da Junta de Viana, assim como o pagamento da tropa da Província; união de esforços para assegurar a defesa; união das Juntas mas com total autonomia nas questões de natureza militar (organização, fundos, assento e soldos das tropas); representação da Província do Minho na Junta do Porto através de dois deputados.

Depois das negociações estabelecidas com a Junta do Porto, que ocorreram a 29 de Junho, realizou-se nova sessão da Junta de Viana em 1 de Julho para serem apresentadas as suas conclusões.

Do texto do acordo ressalta tanto a não aceitação pela Junta portuense das grandes questões defendidas pela Junta de Viana, como a completa cedência por parte desta face ao Porto. Assim, foi completamente negada a possibilidade da Junta de Viana exercer, quer o poder civil quer o poder militar, uma vez que não *era compatível com o bem geral e Serviço do Príncipe, conservar-se a Junta de Vianna com autoridade e poder supremo, pelo manifesto absurdo de se dividir a Soberania do mesmo Soberano*³¹. A argumentação que justificava a centralização do poder no Porto prendia-se com as características desta cidade ser a segunda cidade do reino, por nela existir o Tribunal da Relação, pela sua população, riqueza, relações comerciais, pela maior possibilidade de angariar auxílio exterior. Mesmo a proposta de dois deputados para estarem presentes nas reuniões da Junta do Porto não foi aceite, com a justificação dos encargos que tal acarretava, uma vez que se aumentavam excessivamente os vogais, tendo apenas sido aceite um³². A Junta de Viana e o governo das armas continuariam aliados, mas sempre subordinados à Junta Suprema. Em contrapartida, a Junta do Porto concederia os fundos financeiros e militares necessários que a Junta de Viana se encarregaria de administrar, mas debaixo da superintendência administrativa e financeira da Junta do Porto. Até o provimento de oficiais para os corpos do exército, se bem que se permitia à Junta emitir uma opinião e as suas anotações sobre os sujeitos a nomear, estavam dependentes da confirmação da Junta Suprema. O único ponto em que não houve qualquer divergência teve a ver com a necessidade de unir a Província de Trás-os-Montes a esta estrutura, o que veio a suceder a 6 de Julho. Por último, ficou acertado que logo que as condições o permitissem, a alfândega de Viana poderia voltar a usar o selo para despachar as fazendas pelo seu porto³³.

Parece encontrar-se aqui a moeda de troca para explicar a aceitação da subordinação da Junta vianense à Junta do Porto³⁴, satisfazendo, assim, as conveniências económicas da região³⁵ e da própria administração financeira do concelho e da comarca, que estavam representados na Junta vianense, em detrimento, por exemplo de grupos sociais tradicionalmente mais fortes como é o clero.

memória: *Analyse dos postos e comunicações desta Província com a Galiza, bem como das gargantas dos montes que prendem a Ribeira do Minho com a do Lima ao que ajunta huma discussão breve sobre a defesa relativa, designando as avenidas que deve seguir a tropa em caso de retirada*. Memória publicada por CAPELA, José Viriato, 1992 – *A Fronteira Galaico – Minhota. Uma descrição das suas ligações e postos fronteiriços*, separata de “Terras de Bouro. O Homem e a Serra”, Série Cadernos Culturais, nº 2, Câmara Municipal de Terras de Bouro, 1992, pp. 119-134.

³¹ ACMVC – *Livro de Registo Geral das Ordens dirigidas à Junta desta Vila*, 1808, fls. 8-10.

³² Na sessão de Junta de 2 de Julho, foi nomeado para deputado permanente da Junta de Viana na Junta Provisional do Governo Supremo, o provedor da comarca, o Dr. Francisco Osório da Fonseca.

³³ Proibido o uso do selo por alvará de 22 de Novembro de 1774, permitia-se que, no espaço de um ano, se selassem na alfândega vianense as fazendas secas, enquanto não fosse obtida uma autorização do monarca para tal. Feita uma representação ao monarca a 21 de Setembro de 1808, no sentido de restituir à alfândega vianense a possibilidade de importar e exportar as fazendas secas pelo seu porto, ela não obteve qualquer resposta, pelo que se insiste, a 20 de Agosto de 1811, segundo o documento publicado por CAPELA, José Viriato, 1983 – *Viana na segunda metade do século XVIII: em torno de um processo de decadência e subalternização comercial*, “Terra de Val de Vez”, Boletim Cultural, nº 6, GEPA, Arcos de Valdevez, pp. 113-149.

³⁴ RAMOS, Luís A. de Oliveira, 1979 – *A resistência contra o expansionismo napoleónico. O caso de Viana do Minho em 1808*, “Da Ilustração ao liberalismo”, Lello & Irmão Editores, Porto.

³⁵ Neste âmbito poderá ser enquadrada, ainda, uma resolução da Junta do Porto, que reduz em 50% a taxa a aplicar aos vinhos verdes a exportar pela barra da Alfândega de Viana, na sequência do imposto lançado para suportar o esforço de guerra. Assim, enquanto para a generalidade dos vinhos, cada pipa era taxada em 2400 réis, os vinhos verdes apenas pagavam 1.200 réis deste novo imposto sobre os vinhos.

Bibliografia

- ARQUIVO CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA – *Livro de cartas particulares e várias memórias*, 1732-1808.
- ARQUIVO CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA – *Registo dos Termos das Sessões da Junta Provisional do Governo desta Cidade*; Outros Fundos.
- ARQUIVO CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA – *Livro de Acórdãos da Câmara*, 1799-1811.
- ARQUIVO CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA – *Livro de Vereações do Senado da Câmara de Ponte de Lima*, 1807-1811.
- ARQUIVO CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO – *Livro de Registo Geral das Ordens derigidas à Junta desta Vila*, 1808.
- ARQUIVO CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA – *Livro de Actas da câmara de Vila Nova de Cerveira*, 1802-1808.
- ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE – *Livro dos Acórdãos* (1807/1809).
- ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA/UNIVERSIDADE DO MINHO – *Fundo monástico conventual; Beneditinos, Mosteiro de S. Romão do Neiva, Dietário*, 1797, 168, fls. 5v-10v.
- ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA/UNIVERSIDADE DO MINHO – *Livro dos Acórdãos e Lembranças do Illustrissimo Cabido da Sé Primaz de Braga*, 9 de Junho de 1808.
- ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA/UNIVERSIDADE DO MINHO – Fundo Barca Oliveira, *Memória dos Exércitos Pérfidos e Hostis em Portugal. Declaração de guerra em o 1.º de Fevereiro, e Restauração em 18 de Junho de 1808 na cidade do Porto*, Ms. 130).
- CALDAS, José, *História de um Fogo Morto, Subsídios para uma História Nacional, 1258-1848, Viana do Castelo (Fastos Políticos e Sociais)*, Facsimile da 2ª Edição; Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1990, p. 449.
- CAPELA, José Viriato, 1983 – *Viana na segunda metade do século XVIII: em torno de um processo de decadência e subalternização comercial*, “Terra de Val de Vez”, Boletim Cultural, nº 6, GEPA, Arcos de Valdevez, pp. 113-149.
- CAPELA, José Viriato, 1992 – *A Carta de Lei de 2 de Janeiro de 1809 e as ameaças revolucionárias de um programa de reformas*, in “A recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil, Actas de Colóquio” Universidade do Porto, 1992.
- CAPELA, José Viriato, 1992 – *A Fronteira Galaico – Minhota. Uma descrição das suas ligações e postos fronteiriços*, separata de “Terras de Bouro. O Homem e a Serra”, Série Cadernos Culturais, nº 2, Câmara Municipal de Terras de Bouro, 1992, pp. 119-134.
- CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério, 2008 – *O heróico patriotismo das Províncias do Norte. Os concelhos na restauração de Portugal de 1808*, Casa Museu de Monção/Universidade do Minho.
- CRUZ, António, 1970 – *As invasões francesas e as suas repercussões na cidade do Porto*, Centro de Estudos Humanísticos, FLUP, Porto.
- ESDAILE Charles, 2003 – *La guerra de la independencia. Una nueva historia*, Editorial Critica, Barcelona, p. 60.
- FERRÃO, António, 1925 – *A 1.ª Invasão Francesa (A invasão de Junot vista através dos documentos da Intendência Geral da Polícia, 1807-1808. Estudo político e social)*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- FRASER, Roland, 2006 – *La maldita guerra de España. Historia social de la guerra de la Independencia, 1808-1814*, Editorial Crítica, Barcelona;
- JIMÉNEZ, José Sanchez, 1991 – *La España contemporánea. 1808-1874*. Vol. I, Ediciones Istmo, Madrid, p. 97.
- MARQUES, João, 1989 – *O clero nortenho e as invasões francesas. Patriotismo e resistência regional*, Porto, 1989, separata de “Revista da Faculdade de Letras. História”, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MATOS, Henrique José Martins de, 2001/2002 – *As invasões francesas no dietário do mosteiro de S. Romão do Neiva*, separata de “Bracara Augusta”, vol. L, Braga.
- MATOS, Henrique José Martins de, 2000 – *O Minho e as invasões francesas. Uma perspectiva municipal*, Universidade do Minho, Braga. *Memórias da villa de Chaves na sua gloriosa revolução (...), por hum amante da verdade (...)*. Na Impressam Régia, Lisboa, 1809.
- Obras Completas de José Acúrsio das Neves*, vol. 2: História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino, Tomo III, Edições Afrontamento, porto s/d, p. 67.
- PRADA, Antonio Moliner – *Las juntas como respuesta a la invasión francesa*, separata da *Revista de História Militar*, Ministerio de Defensa, Instituto de Historia y Cultura Militar.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, 1979 – *A resistência contra o expansionismo napoleónico. O caso de Viana do Minho em 1808*, “Da Ilustração ao liberalismo”, Lello & Irmão Editores, Porto.
- SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães, 1902-1903 – *História orgânica e política do exército português*, 17 volumes, Lisboa, Imprensa Nacional.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira da e HESPANHA, A. M., 1993 – *O quadro espacial*, in “História de Portugal” dir. José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. V («O Antigo Regime», dir. de A. M. Hespanha).
- SOARES, Frei Joaquim, 1809 – *Compendio historico dos acontecimentos mais celebres, motivados pela revolução da França, e principalmente desde a entrada dos francezes em Portugal até a segunda restauração deste, e gloriosa aclamação do Principe Regente o serenissimo Senhor D. João VI*, Tomo II, Lisboa.
- VITORINO, Pedro, 1928 – *O grito da Independência em 1808*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

Luís A. de Oliveira Ramos

Do Bloqueio Continental à Mudança da Corte para o Rio de Janeiro

R E S U M O

Do estudo da situação internacional em que a Inglaterra, aliada de Portugal, controla os mares e Napoleão, vitorioso nos campos de batalha europeus, decide impor o Bloqueio Continental, chamando à sua órbita o nosso Reino, com os seus portos, a sua armada e o seu tráfico colonial, o autor desenvolve o debate das tendências de opinião influentes no país e junto do Regente, partidário da neutralidade.

Nessa contenda entre anglófilos e francófilos, forçada por Napoleão, D. João inclina-se para a França, em detrimento de Londres, face à invasão napoleónica, volta à antiga aliança, e, comboiado pela esquadra inglesa, segue rumo ao Brasil, onde pretende criar um novo império, garantindo a permanência do Estado e da dinastia com capital no Rio de Janeiro.

O Reino, em anos sucessivos, sofrerá as inclemências de uma guerra duríssima, entra em rebelião contra os invasores. Escorraça-os graças ao apoio das forças armadas inglesas, enquanto, além-mar, se constroem bases necessárias para um Brasil autónomo. Pelo funesto tratado de 1810, de Portugal com a Inglaterra, alicerçam-se condições fundamentais do predomínio desta potência nos negócios da Europa e do Mundo.

Do bloqueio continental à mudança da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e suas incidências aquém e além-mar, a sociedade portuguesa e a realeza experimentam um conjunto de situações únicas no quadro da sua história e na memória dos povos.

O Príncipe Regente D. João e o seu círculo conhecem “novas novidades, grandes acontecimentos e desvairadas mudanças”, para usar a versificação quinhentista de Garcia de Resende. Em variados aspectos, pela positiva como pela negativa, ressonâncias de tais sucessos ilustram o advento do nosso tempo.

Então como agora, as condicionantes externas, as forças profundas, a estatura ou lanheza dos homens de Estado amoldam o curso dos acontecimentos, onde a guerra, sempre imprevisível nos seus efeitos, desempenha um papel singular mesmo se, nesse alvor de oitocentos, a arte e o génio militar se vê contrastado, se não ultrapassado, pelas mutações económicas como fundamento do poder.

Na invasão francesa de 1807, que força a transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, em causa está a luta pela supremacia entre a França e a Inglaterra que o Imperador Bonaparte não lograra conquistar e vencer, o giro do comércio nos mares, cujo domínio os britânicos confirmaram na batalha naval de Trafalgar em 1805, a intenção de tomar a apetecida armada lusa, o controlo da costa portuguesa e do porto de Lisboa, insubstituível no resguardo e reparação de navios e na mercancia ultramarina, principalmente oriunda do Brasil vastíssimo e de imensa riqueza.

Curiosamente, não obstante Trafalgar, entre 1805 e meados de 1807, depois dos fulgurantes êxitos terrestres de Napoleão frente à Áustria, que levaram à ocupação de Viena e ao fim do Sacro Império, aos seus triunfos frente à Prússia e consequente estadia em Berlim, a que se seguiu o sucesso dos exércitos franceses perante a Rússia e à paz de Tilsit, em Julho de 1807, pactuada com o czar Alexandre I, no espírito do imperador francês persistia a obsessão inglesa e a implantação do sistema continental, de resto, por ele estrategicamente anunciado, em Dezembro 1806, desde Berlim, através do bloqueio continental que, à partida, respondia ao bloqueio marítimo meses antes decretado

por Londres contra os franceses. Era assim indispensável que Portugal integrasse esse bloqueio, repudiando a aliança inglesa, facto não provável, todavia dado como adquirível pelo soberano gaulês. Parecia ainda aos espíritos mais atentos, como evidência, que, para se assenhorear do Continente europeu, Napoleão teria, vencido Portugal, de conquistar a Espanha, nesse ano de 1807, sua aliada servil e envaidecida.

Na verdade, já as tropas de Junot se movimentavam para, através da Península Ibérica, seguirem a caminho de Portugal, quando Bonaparte e Carlos IV celebraram, no final de Outubro, os Tratados de Fontainebleau. O primeiro desses convénios secretos estilhaçava, tripartindo-o, Portugal entre as partes contratantes e previa a divisão do nosso Império de Além-Mar entre as duas potências. Por seu turno, um segundo pacto ou Convenção estabelecia em pormenor a intervenção de tropas espanholas ao lado das francesas na investida contra o nosso país e a dinastia de Bragança. A este propósito, vinque-se, os contingentes militares franceses que se internaram no reino vizinho apresentavam, já na altura, um número de combatentes superior aos necessários para, em conjugação com a Espanha, neutralizar Portugal, um reino mal armado e crédulo na possibilidade de se manter neutral, ideia que, em absoluto desconvinha aos objectivos de supremacia universal de Bonaparte, cuja gula imperial tinha em mente não uma, mas as duas monarquias ibéricas, conforme a história provará.

A fortíssima pressão do imperador no sentido de desviar Portugal da Inglaterra tornara-se bem clara quando, na qualidade de embaixador da França, Andoche Junot chegou a Lisboa, em 1805, e continuou no curso da sua permanência em Portugal.

Daí em diante, Napoleão, que desde o final de 1806 resolvera consolidar o poderio gaulês no Báltico, dirige as suas ambições para o Portugal insubmisso aos ditames da união continental que ideara. Fazia-o não obstante as explicações do Príncipe Regente através do embaixador Junot, e por outras vias, acerca da necessidade do Reino manter a neutralidade e as relações com os britânicos, senhores do mar, a fim de garantir os contactos com as suas ricas possessões ultramarinas e o tráfego mercantil com os ingleses a partir de Lisboa. Deste comércio também a França então beneficiava, nomeadamente quanto a produtos que tinham a ver com o seu apetrechamento militar e industrial.

Desembaraçado das potências alemãs, tranquilo graças à aliança com o czar e com a Espanha, Napoleão decidiu romper os ajustes firmados com o Governo português. Assim, exigiu:

Que “os portos de Portugal fossem fechados aos navios e comércio da Grão – Bretanha”;

“Que todo o inglês domiciliado ou residente em Portugal” passasse a prisioneiro de guerra;

“Que os bens e mercadorias de propriedade inglesa de qualquer qualidade fossem sequestradas”, mesmo se pertença de particulares;

Que se “recebesse em Portugal um exército francês para defender as costas e portos do reino contra as esquadras da Inglaterra.”

Antes, em Agosto de 1806, o Governo inglês incumbira um legado diplomático, Lord Rosslyn, de prometer ajuda a Portugal ou para combater a invasão do Reino ou para transferir a Corte para o Brasil, mas, atendendo à crença lusa na possibilidade de manter a neutralidade e à desconfiança em relação aos ingleses que não apoiaram o nosso País na guerra de 1801, quando se perdeu Olivença, o ministro António de Araújo de Azevedo desvalorizou as propostas britânicas e Rosslyn informou Londres do fracasso da sua missão. O facto pareceu despido de gravidade, pois estava fora de causa a iminência de uma invasão francesa.

No concernente às exigências napoleónicas atrás enunciadas, que surgiram com prazos, um ano mais tarde, decorreram longas e complicadas negociações conduzidas pelo mesmo estadista português e pela nossa diplomacia em Lisboa, Paris, Londres e Madrid, entremeadas por sucessivas reuniões do Conselho de Estado, onde o assunto foi discutido com atenção de acordo com o melindre das circunstâncias.

Nesse Conselho, onde tinham assento os ministros em exercício, antigos ministros e personalidades da alta nobreza, uma minoria, encabeçada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. João de Almeida, ex-ministros e futuros condes de Linhares e de Galveias, defendia a prevalência da aliança inglesa.

A maioria, conduzida pelo então ministro principal, isto é, o ministro assistente ao despacho, António de Araújo, futuro conde da Barca, inclinava-se para a França, em prejuízo da Inglaterra e suas arrogantes prepotências. Qualquer destas tendências dispunha de eminentes apoios nos círculos influentes da sociedade lusa.

Com a anuência do Príncipe Regente, aconteceram sucessivas cedências que culminaram na aceitação das exigências de Napoleão, entre 20 de Outubro e princípios de Novembro, ignorando-se em Portugal as negociações em curso na França, de que resultou o funesto Tratado de Fontainebleau.

De par, em Londres, a 22 de Outubro, fora dos últimos desenvolvimentos pró – franceses, o embaixador D. Domingos de Sousa Coutinho – de acordo com as antigas e genuínas convicções do Príncipe Regente, paladino da neutralidade, o qual, mesmo quando cedia a Napoleão, desejava a permanência dos pactos com a Inglaterra – concluía com o Gabinete de Londres um importante convénio desde tempos em discussão. Segundo esse acordo, os britânicos renovavam o compromisso de apoiar e comboiar a retirada da Corte portuguesa e das suas esquadras de guerra e comércio para o Brasil, onde eles passariam a dispor de um porto ou dois para negociar, insistiam na celebração de um tratado comercial com Portugal, garantiam a permanência dos Braganças no respectivo trono, não sem advertir das represálias inglesas que a admissão a exigências de Bonaparte implicariam, entre as quais figurava nova ocupação militar da Madeira ou de outra colónia portuguesa, o que, afinal, aconteceu relativamente ao arquipélago atlântico e a Goa. Muito discutido e mal aceite por Lisboa, este convénio revelou-se de grandes repercussões no futuro.

Como adverte o depois Cardeal Saraiva, na altura figura de proa entre os universitários de Coimbra e cronista-mor da Congregação de S. Bento, não é admissível, apesar do que se escreveu na época, pôr em causa o patriotismo e a lealdade das personalidades que defenderam a posição francesa ou a posição inglesa a propósito da partida da Corte para o Brasil e da ocupação de Portugal pelas tropas napoleónicas.

Por isso, olhando com cuidado as tendências que se vislumbravam no meio social esclarecido, segundo escrito inédito daquele futuro Cardeal historiador, redigido em Setembro de 1808, a seguir à sua sabida participação na rebelião contra o imperialismo francês, verificamos, comparando-o com o teor dos textos do Conselho de Estado, que esse monge beneditino beneficiava de conhecimentos privilegiados e logra traduzir, nas suas linhas essenciais, a complexidade dos pontos de vista expressos pela opinião lusa, escrito que vamos sintetizar.

Os que desaprovavam a partida do Príncipe usavam uma expressiva panóplia de argumentos. Ao contrário do que outros pensavam, a retirada da Corte para o Brasil, diziam, não demoveria Napoleão dos seus intentos, antes servia para justificar a subjugação de Portugal e privar o Reino das suas colónias, descobertas e adquiridas à custa de tantas vidas e fazenda.

Ao invés, conservando-se o Príncipe no meio dos seus povos, faltaria ao imperador pretexto para conquistar e usurpar o trono. Se, caso não esperado, dados antecedentes conhecidos, Napoleão o praticasse contra o direito das gentes, tal facto seria verberado e por todos temido na Europa. Decerto, moveria os povos em geral para o combate, nomeadamente os espanhóis, pois ficariam cientes do que os esperava.

De resto, não havia exemplo de Napoleão destinar qualquer monarca sem que este o hostilizasse ou guerreasse e, por maioria de razão, vitimasse o Príncipe Regente, que anuíra às suas exigências anti-inglesas.

Urgia, portanto, ceder em relação à velha aliança e deixar os exércitos napoleónicos ocuparem os nossos portos e fazerem sofrer o nosso comércio, de maneira a obviar à ruína do País, à perda das possessões ultramarinas e ao extremo anquilosamento da economia.

Demais, diziam ainda, a viagem para o Brasil obrigaria a grandes despesas, agravando a situação de debilidade em que andavam as finanças do Reino, desde há anos.

A Marinha ficaria aniquilada, a Corte despovoada, muitas famílias em total desamparo. Os portugueses seriam abandonados pelo Príncipe que devia defendê-los como um pai, mesmo com perigo de vida.

Se rumasse para o Brasil, o Príncipe podia salvar a sua pessoa e aí estabelecer, de futuro, um grande Império, todavia como soberano tinha deveres sagrados para com os seus súbditos da Europa. Ora, ao furta-se a tão notórias obrigações régias, em favor da sua segurança, deixava de cuidar da República e “quase se desligava voluntariamente dos vínculos sociais que unem o vassalo ao monarca”, em prejuízo do direito “à obediência, à fidelidade e ao amor dos portugueses”.

A “translação do trono”, insistiam, só aos ingleses aproveitava, pois “tornavam-se senhores absolutos do comércio das possessões americanas, reduzindo os negociantes portugueses a um tráfego meramente passageiro”, lento e coarctado em estreitos limites, assim vibrando “o último golpe na prosperidade de Portugal”, por demais explorado pelos britânicos.

Em contrapartida, os defensores da transferência da Corte para o Rio de Janeiro, apesar de ignorarem o que fora aprazado em Fontainebleau, repito, tinham a convicção de que o objectivo imediato de Napoleão, de resto

sabedor, pela diplomacia portuguesa, da possibilidade do Regente ou do seu herdeiro, D. Pedro, zarpar para o Brasil, queria “senhorear-se manhosamente da pessoa do Príncipe”, para deste modo ultimar sem resistência a “usurpação da Coroa”, ou seja, aprisionar D. João e apeá-lo da potestade. Depois, pretendia reapetrechar a sua marinha, dizimada pelo Almirante Nelson, à custa da armada portuguesa e, bem assim, firmar direitos sobre o ultramar português. Numa palavra, apunhalar a Inglaterra, o inimigo principal, também ela interessada na armada e nas produções coloniais e deste modo preparar o império universal.

Os defensores desta corrente afirmavam que o Príncipe, ao deixar Portugal, evidenciava coragem e porventura desencadearia um choque capaz de libertar a Europa da sua letargia.

Segundo o seu convencimento, no Brasil, D. João seria capaz de erguer um novo império, rico e poderoso, a aumentar à custa das vizinhas possessões do inimigo espanhol.

Por força da manutenção da aliança com a Inglaterra e da prossecução das antigas relações de comércio, Portugal lograria, desde o Brasil, desenvolver esses tratos em bases “mais justas e mais iguais”. Poderia, outrossim, contrabalançar o poder de Bonaparte e de toda a Europa continental e nessa parte do mundo publicar leis, bem como transferir para a América os fundamentos da sua “grandeza e elevação e fazer no globo aquela revolução que muitas vezes tem sido anunciada e predita pelos escritores mais abalizados em política”. Ou seja, Portugal, graças a um império brasileiro alargado, estaria em condições de criar um novo mundo, um mundo melhor do que o proposto por Napoleão.

Dominado pela iminência da guerra e pelo medo, a todos escutou o Príncipe Regente entre Agosto e Novembro de 1807. Neste mês, com uma esquadra inglesa a bloquear o Tejo e prestes a tomar Lisboa e a nossa armada, ante a rápida investida através de Portugal dos exércitos franceses, que na segunda metade de Novembro se diziam dispostos a libertar o Reino dos ingleses, considerando as promessas de auxílio britânico e o aviso dos seus conselheiros, o Príncipe decidiu, a contra gosto, partir com a Família Real. Pela primeira vez, um monarca europeu mudava de continente, e não de país ou zona, e partia para uma nova capital a milhares de quilómetros da área de conflito. De resto, desde Agosto ordenara a preparação dos vasos de guerra disponíveis para uso régio, numa viagem até ao Brasil.

De facto, a 24 de Novembro, a vanguarda francesa, guiada pelo comandante-em-chefe, General Junot, sediava em Abrantes, a cerca de 150 quilómetros de Lisboa. Ainda de Espanha, no dia 17, explicara aos portugueses, numa Proclamação mentirosa, que o exército imperial queria auxiliar Portugal contra os britânicos “tiranos dos mares”. Lembra também, olvidando conscientemente os ajustes de Fontainebleau: “o vosso Príncipe declarou guerra à Inglaterra”, combatemos “por uma causa comum”. Daí, Junot esperar que a “bela cidade de Lisboa” o acolhesse “com prazer”.

No mesmo dia 24, o Regente voltara a receber o embaixador inglês Strangford e voltara à aliança inglesa. Por seu turno, o Conselho de Estado ordenara a abertura da barra de Lisboa aos vasos ingleses de batalha e comércio. E no Conselho ficou resolvida a nomeação pelo Príncipe de uma regência com poderes próprios, enquanto durasse a sua ausência. A presidir a tal Conselho ficava o marquês de Abrantes. Não se cortaram as relações com a França, apesar de ser público o teor do Tratado de Fontainebleau e de estar em curso a invasão do País.

Com evidente convicção e aparente ingenuidade, a 26 do mesmo mês D. João rubrica um Manifesto oficial em que explicava as razões de seguir para o Brasil com a mãe, D. Maria I, sua esposa, filhos e áulicos, como ainda a forma de Portugal receber os franceses, a fim de poupar os seus súbditos às inclemências da guerra. Com o irrealismo que também afectava tantos dos seus conselheiros, ministros e diplomatas, dizia-se no Manifesto régio endereçado aos súbditos:

“para evitar as funestas consequências que se devem seguir duma defesa que seria mais nociva que proveitosa... conhecendo igualmente que [as tropas inimigas] se dirigem muito particularmente contra a minha real pessoa e que os meus leais vassalos serão menos inquietados ausentando-me eu destes reinos”, resolvi “passar com a Rainha minha Senhora e mãe e com toda a família real para os estados da América e estabelecer-me no Rio de Janeiro até à paz geral”. Aos governadores, deixa Instruções concretas para o exercício da sua tarefa, entre as quais avulta “conservar em paz este Reino”.

A 27, a Família Real embarcava para uma estadia de 14 anos no Rio, com gente vária e muitos objectos ricos, num ambiente de confusão, luto e depressão colectiva. As acomodações e o abastecimento dos vasos de guerra – que só no dia 30 lograram singrar as águas do Atlântico, dada a falta de vento – revelou-se insuficiente,

mas os que viajaram seguiram apinhados nos navios portugueses, apesar dos britânicos terem feito um convite para se utilizarem as suas naus, convite não aceite.

A armada lusa, deveras artilhada e porventura a última armada famosa de Portugal, integrava oito naus, quatro fragatas, três brigues e uma escuna. Acompanhavam a nossa frota de guerra “grande número de navios do Brasil”, num total de 36 velas, escoltadas por vasos de guerra britânicos.

D. Maria I, o Regente, o Príncipe D. Pedro e o Infante D. Miguel viajaram na nau almirante Príncipe Real, considerada uma das melhores da Europa nessa categoria. D. Carlota Joaquina e quatro filhas alojaram-se na Afonso de Albuquerque. Outros infantes, inclusive a futura rainha de Espanha, acomodaram-se na nau Rainha de Portugal. O navio do mesmo tipo, Princesa do Brasil levava as irmãs da Rainha, D. Mariana e D. Maria Benedita, sua nora viúva. As condições da viagem revelaram muitas deficiências. Não havia lugar capaz para nobres, clérigos e plebeus. Carências de água, de alimentos, de roupas e remédios contrastavam com a proliferação de insectos indesejáveis, pois nem tudo se arranjava a tempo, por se julgar que não faltaria ocasião para os últimos preparativos, diz uma fonte coeva. Tempestades, calmarias e bom tempo levaram à perda de coesão da armada. Navios houve cuja viagem durou aproximadamente mês e meio, enquanto outros sofreram reparações de vulto em pleno Atlântico ou andaram perdidos cerca de três meses. Uns alcançaram o Rio directamente, houve quem arribasse a Paraíba. A Rainha, o Regente, D. Carlota Joaquina, D. Pedro e outros membros da Família Real, acostaram na Baía, onde foram triunfalmente recebidos e onde permaneceram um mês antes de demandarem o Rio de Janeiro, depois do Regente abrir os portos do Brasil ao comércio das nações amigas.

A viagem concretizou uma operação naval de grande envergadura, como escreveu um historiador da marinha, pois transportou cerca de dez mil portugueses para o Brasil. E se D. João não fundou o utópico império ideado, entre outros por D. Luís da Cunha e por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a verdade é que conquistou Caiena, a norte do Brasil, ao império francês e, anos mais tarde, pacificou e ligou a Portugal o Estado Cisplatino, isto é, o Uruguai, antes de se consagrar, o inicial criador das estruturas estatais do Reino do Brasil.

Ao contrário de outros soberanos e imperadores da Europa, o futuro D. João VI não caiu nas mãos de Napoleão, não perdeu o império ultramarino. Com a necessária ajuda dos ingleses e a decisiva contribuição do fidelíssimo povo português em rebelião, foram rechaçadas três investidas das tropas imperiais e, ulteriormente, o exército luso invadiu a própria França napoleónica ao lado dos britânicos.

Fundamentalmente, ao transferir a sede do Governo e o centro do poder para o Brasil, o Príncipe pratica um feito que espantou a Europa, porquanto, escreveu o grande historiador René Rémond “com mais de um século de antecedência, um governo europeu abandonará o seu país para manter o princípio e a existência do Estado, como o farão vários governos em 1940, frente ao avanço hitleriano”, aspecto que desde 1975, na esteira daquele mestre, gosto de relembrar.

Relativamente aos pontos de vista dos membros do partido inglês e do partido francês no Portugal de 1807, uma vez mais, o Cardeal D. Frei Francisco de S. Luís Saraiva revelou espírito prospectivo, pois teve a consciência de que pontos de vista essenciais ou laterais de uns e de outros acabaram por se verificar ou vieram a lume.

De qualquer modo, Portugal foi tomado pelas tropas imperiais e D. Maria I destronada em Lisboa, em virtude da recolagem do Príncipe Regente aos ingleses. Outrossim, e contra o que ingenuamente se pensava, Napoleão, ordenando tais procedimentos, não se preocupou com a violação do direito das gentes.

Por outro lado, a estada dos exércitos franceses trouxe, de facto, desvalia aos nossos portos e determinou perdas e mudanças insuperáveis no Reino, visto que, depois da Guerra Peninsular, a cujos heróis presto sincera homenagem, outros tempos começam.

Embora abandonados e sujeitos às omnímodas maldades da guerra, maiores dos que as sofridas em qualquer período da história de Portugal, os portugueses continuaram fiéis ao Príncipe Regente e aos Braganças sem quebrar os vínculos entre os vassallos e o soberano. A Grei ergueu-se como um todo, reagiu e, aliada aos britânicos entrou em luta contra os franceses, independentemente do seu poder e da presença de exércitos gauleses na vizinha Espanha que, depois de humilhada, abandonara a coligação com Bonaparte.

Certo é que os ingleses, sobretudo depois do tratado anglo-luso de 1810, foram os grandes beneficiários da nova instalação da Corte e entraram a fundo na economia brasileira, estimulando e explorando a sua riqueza e carências, em detrimento dos negócios portugueses e, às vezes, até do Brasil, em ascenso.

Com efeito, Napoleão queria a armada portuguesa, o trono de Portugal e decerto as suas possessões coloniais para usar nos manejos e empreendimentos internacionais. Porém, o Príncipe, ao mudar-se para o Rio de Janeiro, acabou por desferir um golpe essencial e garantiu a permanência da dinastia e do Estado.

Não tirou as vantagens esperadas quanto a tratos mais justos e iguais com a Inglaterra, nem tão pouco criou um dilatado império, diferente e exemplar nas Américas.

Ele e os seus ministros urdiram, sim, as estruturas iniciais de um Brasil autónomo, reino unido de Portugal e dos Algarves em 1815 e, logo depois, surgiu o Império, apadrinhado pelo Príncipe Real D. Pedro, o que, documento recente mostra que a ideia foi insinuado por D. João VI [Carta de D. Pedro a seu pai de 19/06/1822, recolhida no Arq. Imp. de Petrópolis pelo Prof. Eugénio dos Santos].

Em época conturbadíssima, Portugal pasto das destruições das Invasões Francesas, da anterior tutela militar inglesa e da incapacidade governamental a partir do Brasil, gerou um Estado oitocentista regido pelos princípios do liberalismo, pelos ditames da filosofia da liberdade que ainda hoje triunfa aqui e alhures.

Configura ainda um País da União Europeia, não por conquista, mas por consentimento, reagindo contra os opressores de toda a sorte, a fim de gerar sociedades mais livres, mais iguais, mais atentas às peculiaridades de outrem, independentemente do confronto entre os povos no âmbito das relações internas e internacionais, confronto, avidez e também incompreensão que, ontem como hoje, violam a paz, à escala do Orbe.

Jorge Martins Ribeiro¹

A importância do Bloqueio Continental para o futuro de Portugal e do Brasil

R E S U M O

O Bloqueio Continental decretado por Napoleão Bonaparte, em Novembro de 1806, vai ter enormes repercussões no futuro de Portugal e do Brasil. De facto, a recusa de Lisboa em aderir às imposições de Napoleão vai levar a três intervenções armadas em Portugal metropolitano, entre 1807 e 1811. Estas, além de arruinarem o tecido económico e social português, vão ter enormes repercussões a vários níveis no período posterior ao fim da época napoleónica. Além disto, a partida da corte para o Brasil vai ser capital para o desenvolvimento desta colónia, pois desembocará em 1822 na declaração da sua independência, levando alguns historiadores a considerar que o rei D. João VI foi o “fundador da nacionalidade brasileira”.

Há cerca de 200 anos, Napoleão Bonaparte, depois de uma marcha relâmpago através do norte da Alemanha e após as vitórias de Jena e Auerstedt, promulgava em Berlim, capital da Prússia, um decreto declarando as ilhas britânicas em estado de bloqueio. Este, segundo François Crouzet, constituiu, sem dúvida nenhuma, uma viragem decisiva na política napoleónica, além de que marcava, na luta económica contra a Inglaterra, a passagem da defensiva à ofensiva e proclamava a vontade de unir todo o continente europeu nesta luta².

A propósito do ano de 1806, José Acúrsio das Neves, “acérrimo adversário de Napoleão”³, na sua obra *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, publicada pela primeira vez em Lisboa no anos de 1810 e 1811, escrevia:

“O ano de 1806 será um dos mais memoráveis nos anais políticos da Europa. O reino de Nápoles é tirado ao seu legítimo soberano, para ser dado a José Bonaparte; a República da Holanda transforma-se em monarquia a favor de Luis; desfaz-se o Império Germânico, em desprezo das bases do tratado de Presburgo; e levanta-se a confederação do Reno, dominada por Napoleão com o título de Protector, a qual o imperador da Áustria é obrigado a reconhecer, renunciando ao título de imperador da Alemanha e aos direitos a ele anexos. Que agigantadas obras para serem concluídas em menos de seis meses!”⁴.

O articulado do Decreto de Berlim contrastava com a política anterior de Napoleão, o qual não se tinha oposto ao bloqueio inglês, este, porém, ultrapassava as medidas tradicionais do mercantilismo e os rigores habituais para com os beligerantes. Por não dispor de meios para levar a cabo uma política ofensiva, pois, não controlava nem os portos através dos quais se fazia o essencial do comércio britânico, nem as rotas seguidas pelos produtos ingleses para penetrarem no interior do continente, tinha-se contentado, até esta altura, em reforçar o sistema proteccionista. Com a ocupação de Hamburgo, do litoral do Mar do Norte e do Báltico, tornava-se realizável o plano de «conquistar o mar pelo poder da terra». A partir de agora era possível aplicar proibições ao comércio inglês num espaço suficientemente grande e, portanto, capaz de causar dano à Grã-Bretanha. Na sequência de novas vitórias e, depois de Tilsit, o sistema continental tornava-se uma realidade, com o encerramento da Dinamarca,

¹ Professor Auxiliar do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, CITCEM

² CROUZET, 1958: 209.

³ VICENTE, 2000: 345.

⁴ NEVES, s.d., vol. I: 190-191.

Rússia e Portugal ao comércio britânico. O Reino Unido viu o círculo fechar-se progressivamente à sua volta, de tal forma, que nos inícios de 1808, uma vez mais, de acordo com François Crouzet, a Europa e os Estados Unidos estavam quase completamente interditos ao seu comércio. Assim, a partir de finais de 1806, a Inglaterra conheceu um período difícil a nível económico, do qual só saiu no Verão de 1808, com a insurreição espanhola⁵.

O Decreto de Berlim, embora fizesse mais medo que mal, acabou por abalar o mundo comercial⁶. Jorge Borges de Macedo escreve que o Bloqueio Continental era, para a “*França imperial*” a “*única solução de que podia dispor para a luta contra a Grã-Bretanha, o que facilitava a resistência desta última e dos seus aliados*”. Aliás, segundo o mesmo autor, após Trafalgar, o “*domínio continental*” tornou-se “*a única arma disponível por Napoleão*”⁷. Refira-se, aliás, que o Bloqueio Continental foi também um instrumento de dominação económica da França. De facto, numa carta enviada ao vice-rei da Itália, príncipe Eugénio de Beauharnais, datada de 23 de Agosto de 1810, Napoleão afirmava que se o comércio inglês havia triunfado nos mares, isso devia-se ao facto dos britânicos terem a preponderância nos oceanos. Assim parecia-lhe lógico que a França, sendo superior em terra, devia dominar aí, em termos comerciais, pois, caso contrário tudo estaria perdido. Aliás, o seu lema era «*A França em primeiro lugar*»⁸.

Deste modo, o Bloqueio Continental vai ter repercussões na Península Ibérica. Aliás, de acordo com António Pedro Vicente, desde Janeiro de 1806 a Espanha estava a reunir um exército na fronteira da Estremadura, que ameaçava a província do Alentejo. D. Manuel Godoy achava que Lisboa não poderia manter, por muito tempo, o estado de neutralidade, pois, assim que Napoleão concluísse a paz no continente, recorreria a todos os meios para obrigar a Grã-Bretanha a fazer a paz com a França. E, obviamente, iria obrigar Portugal a fechar os seus portos aos navios ingleses, tanto de guerra como mercantes. A corte portuguesa, no entanto, durante algum tempo ainda manteve a esperança de que o país não fosse afectado. Embora a resolução napoleónica lhe fosse comunicada, devido “*a circunstâncias derivadas da guerra*”, apenas alguns meses mais tarde, o governo luso foi solenemente notificado⁹. Na realidade, o executivo português já anteriormente fora informado por Londres que Napoleão estava a preparar “*a invasão e conquista de Portugal*”, dado Talleyrand ter confiado tal informação a Lord Yarmouth¹⁰.

Numa obra recente, da autoria de Nicole Gotteri, intitulada *Napoleão e Portugal*, esta autora escreve o seguinte:

*“Napoleão, empenhado numa lógica de guerra económica, cujo êxito dependia duma rigorosa aplicação das medidas planeadas, não tinha os meios para pensar na situação particular dum reino prisioneiro das suas opções históricas. Tendo virado as costas à Europa, durante séculos, Portugal não podia dar uma reviravolta brusca sem pôr em jogo a sua sobrevivência, apesar das pressões da diplomacia francesa”*¹¹.

Ainda de acordo com Jorge Borges de Macedo, “*Portugal viria a tomar, no desenrolar dos acontecimentos, um papel decisivo*”, pois, de acordo com a lógica do Bloqueio Continental e, para que este fosse eficaz, qualquer país marítimo acabaria por ser envolvido. Ora, segundo o referido autor “*Portugal, com territórios nas duas margens do Atlântico e uma importante posição à entrada do Mediterrâneo, dotado de possessões na Índia e detentor de ilhas de fundamental interesse no oceano (Madeira, Açores, Cabo Verde), não tinha qualquer possibilidade de evitar o envolvimento no Bloqueio*”¹².

Não nos podemos esquecer, no entanto, que após os dois países ibéricos terem sido invadidos por Napoleão, as colónias da América do Sul abriram os seus mercados aos produtos ingleses. É de salientar que apesar das dificuldades porque a Grã-Bretanha passou, a economia de guerra prejudicou a economia Francesa, dado isto ter tido como resultado uma redução do tráfico ultramarino gaulês. De qualquer modo, o sistema continental causou descontentamento no Império Francês e pode ser ligado ao aumento dos movimentos de resistência. Além disto ter perturbado todos os padrões do comércio continental, de acordo com D. G. Wright, foram mais problemas do que os resultados positivos¹³. Na realidade, François Crouzet afirma, sem margem para dúvidas, “*que a instituição do Bloqueio Continental não provocou uma crise económica na Grã-Bretanha*”. Assim, o decreto

⁵ CROUZET, 1958: 209-210.

⁶ CROUZET 1958: 217.

⁷ MACEDO, s.l.: 338.

⁸ WRIGHT, 1984: 109-110

⁹ VICENTE, 2005: 194-196.

¹⁰ AZEREDO, 2006: 15.

¹¹ GOTTERI, 2006: 146.

¹² MACEDO, s. d: 340, 344-345; MACEDO, [1990]: 40-41.

¹³ WRIGHT, 1984: 3-55.

de Berlim não parece ter atingido nem o comércio externo, nem a prosperidade económica do Reino Unido. As circunstâncias, todavia, vão mudar no Verão de 1807¹⁴.

A Espanha acabou por aderir ao sistema continental e uma circular, datada de 19 de Fevereiro de 1807, proibia todas as relações comerciais com a Grã-Bretanha. Não terá, no entanto, passado de um gesto para apaziguar Napoleão, pois de acordo com François Crouzet, o comércio inglês não experimentou, nesta altura, mais dificuldades que nos anos anteriores. O contrabando, a partir de Gibraltar, continuou pujante, pois as autoridades espanholas eram não só negligentes como coniventes. Este escambo permaneceu de tal modo activo que, em 1807, as exportações das ilhas britânicas para o Rochedo conheceram um forte impulso, o mesmo acontecendo com as importações provenientes da Espanha¹⁵. No que diz respeito a Portugal, o autor mencionado refere o facto de o país continuar indemne, tendo a actividade comercial sido muito activa nos primeiros meses de 1807¹⁶. Não nos esqueçamos que o denominado Exército de Portugal, comandado por Junot, apenas atravessou a fronteira a 20 de Novembro de 1807, tendo entrado em Lisboa, a 30 desse mesmo mês¹⁷.

De acordo com David Chandler, o Príncipe Regente D. João tivera a ousadia de repelir o Sistema Continental, sendo, o Brasil, um novo e lucrativo mercado, além de que a armada britânica utilizava o porto de Lisboa como base de apoio às suas operações no Mediterrâneo e aos bloqueios de Toulon e de Marselha¹⁸. Recorde-se, no entanto, que, só com a chegada ao Brasil do Regente, em inícios de 1808, os portos desta colónia são abertos ao comércio com as nações estrangeiras. A conquista de Portugal tornava-se necessária, porque, segundo Chandler, a sua ocupação podia ser um útil preliminar a uma guerra com a Espanha¹⁹.

A 23 de Setembro de 1807, numa recepção, onde estava presente o embaixador português, Napoleão anunciava que a casa de Bragança deixaria de reinar, em menos de dois meses, caso não fizesse o que ele desejava; fechar os portos portugueses aos navios ingleses. Afirmava, ainda, que não toleraria um único representante britânico na Europa, dizendo-se pronto a declarar guerra a toda e qualquer potência que os acolhesse. O referido David Chandler escreve que o Regente D. João, que classifica de “*débil e sibarita*” decidira, nos inícios de Novembro, mudar de política, depois do fracasso da expedição inglesa contra Buenos Aires. Assim, após ter prometido aos ingleses que levaria a frota portuguesa para o Brasil, a fim de não poder ser utilizada contra a Grã-Bretanha, autorizaria o comércio directo com a colónia e arrendaria a ilha da Madeira à coroa britânica durante a guerra, acabara por adoptar três das exigências do ultimato napoleónico. Aceitara fechar os portos ao comércio britânico, declarar guerra ao Reino Unido e prender os ingleses residentes em Portugal. No entanto, de modo a não perder a face recusava-se a confiscar e entregar os bens dos britânicos, se bem que esta objecção fosse, de acordo com Chandler, de pouca importância²⁰.

Na realidade, conforme tivemos já oportunidade de demonstrar, os britânicos, residentes em território português, tomaram providências para salvaguardar os seus capitais e bens, tanto móveis como imóveis. E, desde Agosto de 1807, as autoridades inglesas começaram a tomar medidas para salvaguardar as fazendas dos seus compatriotas. Entre meados de Outubro e inícios de Novembro procedeu-se à evacuação de pessoas e fazendas a bordo de “comboios” de navios, que partiram tanto do Porto como de Lisboa. Assim, além de levarem para Inglaterra tudo quanto era transportável, nomeadamente os seus “*stocks*” de mercadorias e outras que adquiriram, de modo a transferirem os seus capitais, socorreram-se de vários estratagemas para protegerem os seus bens de raiz. Para este fim, recorreram a vendas ou hipotecas fictícias a portugueses, que, no caso do Porto, ficaram registadas nos livros notariais da cidade. Estas medidas revelaram-se eficazes, pois, deste modo, os ingleses, moradores no burgo portuense, a maior parte deles comerciantes, evitaram prejuízos de vulto, o que lhes permitiu regressar e retomar as suas actividades, assim que as tropas napoleónicas deixaram Portugal²¹. David Chandler, seguindo uma certa corrente historiográfica tradicional, diz que o Príncipe Regente D. João e a corte tinham partido precipitadamente

¹⁴ CROUZET, 1958: 239, 247.

¹⁵ CROUZET, 1958: 229-230.

¹⁶ CROUZET, 1958: 232-233.

¹⁷ ALMEIDA, 1934, vol. VI: 321-322.

¹⁸ CHANDLER, 2005: 640.

¹⁹ CHANDLER, 2005: 640.

²⁰ CHANDLER: 2005: 641.

²¹ RIBEIRO, [1990]: 34, 51, 54-55, 59, 87, 107-130; SANCEAU, 1970: 63; CROUZET, 1958: 257.

para o Brasil, acedendo aos pedidos do embaixador britânico, escoltados pela esquadra comandada pelo almirante Sir William Sidney Smith²².

Na realidade, já antes da intervenção napoleónica, que se adivinhava possível, se tinha decidido que a família real deixaria a metrópole, para se instalar na Madeira ou no Brasil. Desta maneira, evitava-se que o “*poder político-rei*” caísse na mão dos franceses, impedindo assim que, a exemplo doutros países, se visse obrigado a tomar atitudes danosas para a independência da nação. Aliás, não ficou em Portugal nenhum príncipe da casa de Bragança que de algum modo pudesse legitimar a ocupação napoleónica²³.

Na reunião do Conselho de Estado, que teve lugar à aproximação do exército capitaneado por Junot, este aspecto foi aí amplamente debatido pelos ministros D. Rodrigo de Sousa Coutinho e D. João de Sousa e Almeida. É de notar que as discussões tidas no Conselho de Estado foram veiculadas ao comandante francês por intermédio do abade de S. Pedro do Vale, em Ponte da Barca, a quem fora enviado de Lisboa um documento com estes informes. Redigido em Francês, este está hoje guardado no *Service Historique de la Defense*, no *Département de l'Armée de Terre*, que funciona no castelo de Vincennes.

Segundo estes ministros, duas potências dispunham directa ou indirectamente da sorte de todas as outras. Cada uma delas, animada pelo espírito que lhe era próprio, agia em razão directa dos seus interesses, os quais apesar de diferentes estavam ligados aos de outros países. Por outro lado, caso se fizesse uma reflexão sobre o carácter e a condição destas duas nações, verificava-se que ambas não perdiam de vista os seus objectivos para os quais trabalhavam sem parar.

Muito realisticamente eram de opinião que dois elementos heterogéneos e opostos não se equilibrariam nunca, levando o crescimento de um à ruína do outro e aquilo que designam de “potências passivas” apenas podiam escolher a influência de uma das duas dominantes e todos os esforços tendentes a contrabalançar a acção de uma delas não poderia senão ser precária e fútil.

Relativamente à posição de Portugal, perguntava-se se o país se poderia subtrair à influência de qualquer das duas potências e, embora estas não sejam nomeadas, é óbvio que se estava a falar da França e da Grã-Bretanha. Caso a resposta a esta questão fosse negativa, o que fazer? Qual das duas nações seguir? E define o que Portugal pode esperar de cada uma delas.

Napoleão cuja preponderância continental era incontestada, não pensava senão no Império. A sorte das armas tendia a destruir qualquer meio de prosperidade, sendo o comércio a única barreira capaz de parar o progresso bélico, porque aumentava a riqueza e seduzia o espírito geral dos povos. A França, convencida que o tráfico comercial era uma fonte de força, tentava arrancá-lo às mãos da sua rival e aniquilar o comércio inglês. Deste modo a tendência do momento era a de destruir tudo o que lhe fosse contrário.

E, no Conselho do Príncipe Regente, perguntava-se quais os projectos que a França poderia ter relativamente a Portugal, país no qual via uma nação fraca, mas depositária de uma grande parte do comércio do globo. Os ministros declaravam-se convencidos que o país entrava no plano de aniquilamento das nações comerciais. Daí não verem qual o projecto ou o tratado que garantisse a Lisboa a sua existência política, de acordo com os interesses Napoleónicos. Aliás, o país sabia bem qual o valor dado a estes convénios, pois o último já fora violado. Assim, Portugal não podia senão esperar a sorte das coroas extintas ou submetidas, pois a nação oferecia mais recursos comerciais, sendo de todos os países da Europa, o que mais se encontrava exposto à subversão por parte da França. As relações de Lisboa com as outras nações europeias eram as da obediência e da dominação, a qual se tornaria mais dura à medida que a obediência se tornasse mais necessária.

Aliás, não somente a aniquilação da forma de governo português, como a escravatura dos seus povos, são uma consequência necessária destes princípios. Deste modo, nada se podia opor à França, nem esta tinha possibilidade de mudar as suas intenções.

No que diz respeito à Inglaterra, a sua grandeza baseava-se no comércio e mantinha, por um sistema oposto ao da sua rival, senão a melhora do comércio de Portugal, pelo menos a sua conservação. Além disto, olhava com avidez para todos os factores que lhe pudessem servir para os seus fins, utilizando, para esse efeito, a força e a indústria. Tendo percebido como funcionava o comércio continental tinha-se voltado para outras zonas do globo, até porque a Ásia e sobretudo a América ofereciam um vasto campo para as especulações comerciais. Desta

²² CHANDLER, 2005: 643.

²³ MACEDO, s. d.: 350-351.

maneira, a Grã-Bretanha passaria apenas a interessar-se pelas nações que se libertassem da influência da sua rival e concorressem de forma eficiente para a prossecução eficaz dos seus objectivos.

Dado a existência de Portugal assentar unicamente no comércio, mesmo se os recursos agrícolas e o exército ainda tivessem alguma importância, tinha necessidade de um apoio estrangeiro para manter o tráfico comercial, sem o qual não podia existir. Então, onde ir buscar esta cooperação, na nação que tem por objectivo a destruição de toda a actividade comercial ou naquela que tem o interesse em a fazer florescer?

Assim, havia apenas uma maneira de resolver o problema, tomar o partido do Reino Unido, por causa da coincidência de interesses, nem que isso pressupusesse a perda política e temporária duma província. Era assim que Portugal metropolitano devia ser encarado, se comparado com as vastas colónias lusas. E, como forma de reforçar esta ideia dava como exemplo o Hanover, perguntando se a Inglaterra tinha perdido a sua existência ou a sua grandeza política, ao ver a antiga pátria dos seus reis nas mãos dos seus inimigos. Desta maneira, Portugal, não apenas por causa da prosperidade futura, mas também devido à sua existência imediata como nação, tinha necessidade de *transferir* a sua metrópole para as suas possessões ultramarinas, onde não tinha a temer a influência continental, nem as incursões terrestres. E, a fim de atingir este objectivo, que o podia salvar, tornava-se necessário recorrer à força marítima existente.

Portugal deveria aproveitar, o mais cedo possível, a protecção britânica que não seria equívoca enquanto coincidissem com os seus interesses e muito arriscada caso se afastasse deles. Na realidade, toda e qualquer negociação com a Inglaterra que não tivesse este objectivo, não o colocaria ao abrigo das invasões, pois uns sacrificavam infalivelmente o país aos outros. E, ia-se ao ponto de afirmar que qualquer deliberação que não tivesse em mente este ponto de vista, tendo em conta a situação política, teria de ser considerada como uma indiferença criminosa e como pólo de atracção de calamidades.

Este documento, destinado a ser lido por Junot, escrito num Francês pouco cuidado, no fundo pretende ser um resumo das ideias de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e de Sousa e Almeida, acerca da atitude a tomar, ante a difícil conjuntura que o país tinha de enfrentar. No entanto, o seu autor não se coíbe de afirmar que isto é uma exposição sumária das manhas de dois amigos que consagram a sua vigília e as suas reflexões ao bem e à segurança do príncipe, bem como à da nação a que pertencem. Por isso mesmo, ousam indicar ao seu soberano os sentimentos de fidelidade que os animavam. Além disto, já anteriormente afirmara que os britânicos haviam tentado, de forma falaciosa, conseguir que o Regente D. João renunciasse a todo o sistema agrícola, como impraticável em Portugal²⁴.

Este documento contemporâneo dos acontecimentos, além de confirmar tudo quanto atrás dissemos, mostra também que os franceses possuíam bons agentes secretos na corte de Lisboa. Deste modo, Junot, ainda antes de cruzar a fronteira portuguesa sabia qual o clima que se vivia nos círculos mais próximos do Regente. Por outro lado, a decisão de levar a corte e a família real para o Brasil, sacrificando a metrópole, fora tomada atempadamente e não precipitadamente como ainda hoje alguns autores querem fazer crer.

De acordo com François Crouzet, ante o agravamento da situação, durante o último trimestre de 1807, a única boa notícia que o gabinete de Londres recebera fora a partida da corte Portuguesa para terras sul-americanas. Tudo o resto era pouco tranquilizador. Na realidade, a evacuação de Portugal pelos ingleses aí residentes, a ocupação do país pelos exércitos napoleónicos e espanhóis, a ruptura luso-britânica, a declaração de guerra à Rússia, a aplicação rigorosa do Bloqueio Continental e a tensão nas relações anglo-americanas eram factos preocupantes para o futuro imediato do Reino Unido²⁵.

A ida da corte de Lisboa para o Brasil deu um novo alento ao governo inglês e aos seus apoiantes, que se começavam a inquietar com o fecho dos portos da Europa continental ao seu comércio. A propósito, Lord Melville afirmava, de modo entusiástico, ter confiança que a casa de Bragança, graças aos seus próprios recursos e à ajuda britânica, fosse capaz de infligir represálias ao inimigo, reunindo toda a América do Sul num vasto império. Igual discurso mantinha a oposição, que classificava a colónia portuguesa como o *El Dorado* capaz de fornecer a madeira necessária à *Royal Navy* e provisões às Índias Ocidentais inglesas. Apesar disto, mostrava-se menos entusiasta quanto aos bons resultados desta medida. François Crouzet escreve que o comércio com o Brasil foi a prancha de salvação sobre a qual se precipitaram, com a energia do desespero, muitos industriais e comerciantes. No entanto,

²⁴ Service Historique de la Défense. Département de l'Armée de Terre. N.º. 24 – Ministre de Souza e Almeida.

²⁵ CROUZET, François, 1958: 270.

apesar do carácter espectacular da abertura do Brasil ao comércio britânico, não nos podemos esquecer da grande importância do tráfico com as colónias espanholas, mas que se desenvolveu de forma mais discreta²⁶.

A estada da corte no Rio de Janeiro, entre 1808 e 1821, teve uma importância enorme, pois de acordo com António Pedro Vicente com a sua chegada “*tinha início a última etapa de um processo autonomista que culminou na independência política do Brasil*”²⁷. Por seu lado, para Kenneth Light a transmigração da família real de Portugal acabou por ter uma série de “*consequências positivas para Portugal, Brasil e Inglaterra*”²⁸. A já citada Nicole Gotteri, na sua obra *Napoleão e Portugal*, publicada pela primeira vez em 2004, sustenta “a tese da fuga” e escreve:

“*Para tentar salvar a monarquia, o Regente abandonava os Portugueses à sua sorte, na luta implacável que ia opor dois imperialismos. Abandonava também, violando promessas feitas, todos os regimentos estrangeiros ao seu serviço, em particular os regimentos de emigrantes franceses que deixava à mercê das tropas napoleónicas.*”

Curiosamente um contemporâneo, José Acúrsio das Neves, na sua já citada obra *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, afirmava a propósito da viagem da família real para o Brasil:

“*No dia 26 [de Novembro de 1807] apareceu o decreto em que o Príncipe Regente fez pública a sua intenção de transportar-se com S. Majestade e toda a Real Família à cidade do Rio de Janeiro até à paz geral; pois que apesar de ter procurado por todos os meios possíveis conservar a neutralidade, exaurindo o erário e chegando a fechar os portos dos seus reinos aos vassallos do seu antigo e leal aliado o rei da Grã-Bretanha, via que pelo interior de Portugal marchavam tropas do imperador dos franceses, a quem se havia unido no continente, na persuasão de não ser mais inquietado, e que estas tropas se encaminhavam à capital, dirigindo-se muito particularmente contra a sua real pessoa: tomando igualmente em consideração evitar as funestas consequências que podiam seguir-se de uma defesa que seria mais nociva que proveitosa, e o persuadir-se que os seus leais vassallos seriam menos inquietados ausentando-se S. A. Real*”.

* * *

O Bloqueio Continental, decretado por Napoleão a 21 de Novembro de 1806, complementado depois pelo Decreto de Milão, de 23 de Novembro de 1807, conforme acabámos de ver, teve uma enorme importância para o futuro de Portugal e do Brasil. Levou a três intervenções armadas em Portugal metropolitano, entre 1807 e 1811, que perturbaram a economia e a vida social do país. Obrigou à partida, e não à fuga, como disse certa historiografia, da família real para a América do Sul, facto que vai ser capital para o desenvolvimento da colónia brasileira e para a sua independência política. Oliveira Lima afirma que a opinião pública considerava “*mais instintivamente do que conscientemente, Dom João VI como o verdadeiro fundador da nacionalidade brasileira.*”²⁹ E, o general Carlos de Azeredo na sua recente obra *Aqui Não Passaram! O erro fatal de Napoleão* escreve, baseando-se em Louis-Adolphe Thiers, que a acertada decisão, tomada pelos responsáveis portugueses, de deixar a Península “*tão atacada por muitos, foi vista na Europa como um belo golpe político contra o Imperador*”³⁰. Para terminar gostaríamos de lembrar as seguintes palavras de Luís A. de Oliveira Ramos “*muito embora a mudança da capital para a América do Sul constitua aos olhos da história uma medida acertada (...) não deixa de ser exacto que na época a decisão régia provocou acesa discussão e deu azo a desencontradas reacções*”³¹.

²⁶ CROUZET, 1958: 313-314, 317-318.

²⁷ VICENTE, 2005: 28.

²⁸ LIGHT, 2005: 267

²⁹ LIMA, 1996: 21.

³⁰ AZEREDO, 2006: 21-22.

³¹ RAMOS, 1980: 49.

Referências

Fontes

Service Historique de la Défense. Département de l'Armée de Terre. *État Major de l'Armée de Terre. Article 15, section 1. Campagnes. §15 – Guerre d'Espagne et du Portugal de 1807 à 1814. 1VN 11. N.º. 24* – Ministre de Souza e Almeida.

Bibliografia

- ALMEIDA, Lopes – *A Guerra Peninsular* in “História de Portugal”, dir. Damião Peres e Eleutério Cerdeira, VI Volume. Barcelos: Portucalense Editora, 1934, p. 321-348.
- AZEREDO, Carlos de – *Aqui não passaram! O erro fatal de Napoleão*. Porto: Livraria Civilização Editora, 2006.
- CHANDLER, David – *Las campañas de Napoleón. Un emperador en el campo de batalla de Tolón a Waterloo (1796-1815)*. Madrid: La esfera de los libros, 2005.
- CROUZET, François – *L'Économie Britannique et le blocus continental (1806-1813)*. Paris: Presses Universitaires de France, 1958
- GOTTERI, Nicole – *Napoleão e Portugal*. Lisboa: Editorial Teorema, 2006.
- LIGHT, Kenneth – *A transmigração da família real de Portugal 1807-1808* in “Guerra Peninsular. Novas Interpretações. Da Europa dividida à União Europeia. Actas do Congresso realizado em 28 e 29 de Outubro de 2002”, Lisboa: Tribuna da História, 2005, p. 267-285.
- LIMA, Oliveira – *Dom João VI no Brasil*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- MACEDO, Jorge Borges – *O Bloqueio Continental*. 2ª. ed. Lisboa: Gradiva, [1990].
- MACEDO, Jorge Borges de – *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*. S.l.: Instituto de Defesa Nacional, s. d.
- NEVES, José Acúrsio das – *História geral da invasão dos franceses em Portugal e da restauração deste reino* in “Obras Completas de José Acúrsio das Neves”. Porto: Edições Afrontamento, s.d., vol. I.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira – *O Porto e as origens do Liberalismo (subsídios e observações)*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto/Gabinete de História da Cidade, 1980.
- RIBEIRO, Jorge Martins – *A comunidade britânica do Porto durante as invasões francesas 1807-1811*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, [1990].
- SANCEAU, Elaine – *The British Factory Oporto*. Barcelos: British Association Oporto, 1970.
- VICENTE, António Pedro – *José Acúrsio das Neves – Panfletário Antinapoleónico* in em “O Tempo de Napoleão em Portugal. Estudos Históricos. 2ª. ed., Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2000, p. 345-361.
- VICENTE, António Pedro, 2005 – *Portugal em 1808. Outro escenario de la Guerra Peninsular*. “Revista de Historia Militar”, Madrid, Instituto de Historia y Cultura Militar, Año XLIX, p. 191-235.
- VICENTE, António Pedro – *Portugal perante a política napoleónica: “dos bloqueios” continentais à invasão de Junot* in “Guerra Peninsular. Novas Interpretações. Da Europa dividida à União Europeia”. Lisboa: Tribuna da História, 2005, p. 15-30.
- WRIGHT, D. G. – *Napoleon and Europe*. Londres e Nova Iorque: Longman, 1984.

Abel Rodrigues¹

O Gabinete do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1804-1808). Análise da produção informacional

R E S U M O

O presente trabalho incide sobre o Arquivo do Conde da Barca, também conhecido por “Fundo Barca-Oliveira”. António de Araújo de Azevedo, conde da Barca (1754-1817), foi Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra entre 1804 e 1808. Durante esse tempo, produziu e acumulou vasta informação oficial que se encontra cristalizada no seu arquivo, desprovida do contexto originário de produção. No intuito de fixar os contextos e compreender a emergência e o estabelecimento dos complexos fluxos informacionais, recorremos a um estudo interdisciplinar que convoca a História e a Arquivística, disciplina aplicada da Ciência da Informação.

Introdução

O presente artigo condensa um capítulo da Dissertação de Mestrado intitulada “Entre o Público e o Privado: a génese do Arquivo do Conde da Barca (1754-1817), defendida em Abril de 2008 no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (RODRIGUES, 2007b).

Neste trabalho pretendemos analisar a produção informacional de António de Araújo de Azevedo, futuro Conde da Barca, no desempenho do cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, nas vésperas da partida da Corte para o Brasil, ocorrida em Novembro de 1807.

Entre 1804 e 1808, António de Araújo produziu, recolheu e acumulou vastíssima informação oficial, que conheceu tramitação efectiva no expediente da Secretaria de Estado, e que hoje se encontra conservada no seu arquivo, desprovida do contexto originário de produção.

Através de estudo interdisciplinar que convoca a História e a Arquivística, disciplina aplicada da Ciência da Informação, tentamos compreender a manutenção desta documentação num arquivo privado, entender os procedimentos arquivísticos realizados *a posteriori* e que condicionaram o acesso a esta informação, e finalmente erguer uma representação alternativa, fixando os contextos originários da informação e os os fluxos informacionais.

1. O “Fundo Barca-Oliveira”: o empirismo arquivístico

O Arquivo do Conde da Barca, também conhecido por “Fundo Barca-Oliveira” deu entrada na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, provavelmente em 1926 (RODRIGUES, 2007b).

Em 1968, ao abrigo do despacho de 28 de Dezembro que permitiu interditar à consulta pública a documentação necessária para teses de doutoramento, Nuno Daupias de Alcochete – primeiro como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian e, depois, do Instituto Português do Património Cultural – iniciou um processo de inventariação que visava a edição de um catálogo “monumental” dos manuscritos “Barca-Oliveira”, o qual não seria terminado por razões várias. Desta intervenção brotou um primeiro inventário dactilografado que, não obstante as suas deficiências técnicas, serviu de instrumento de acesso aos utilizadores que ansiavam pelo acesso àquela extraordinária documentação sobre o ocaso do Antigo Regime.

¹ Mestre em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea. Arquivista na Fundação da Casa de Mateus.

A descrição e a organização dos documentos do “Fundo Barca-Oliveira” deixavam antever uma amálgama de conceitos e técnicas arquivísticas fortemente influenciadas pela óptica do arquivista-historiador, tendo obedecido a uma lógica puramente dedutiva, assente na criação de categorias temáticas como o pessoal, o oficial, o literário e o científico. A disposição física dos documentos reflectiu esse mesmo critério, criando secções artificiais e até uma duplicação de cotas, conforme se deduz da seguinte tabela:

Tabela 1 – “Fundo Barca-Oliveira” – Distribuição física dos documentos	
Caixas	Conteúdo
• 1 – 15	• Conde da Barca: Correspondência particular
• 1 – 5	• Conde da Barca: Diplomata
• 6 – 12	• Conde da Barca: Ministro
• 13	• Conde da Barca: Conselheiro de Estado
• 14 – 15	• Conde da Barca: Ministério
• 16	• Conde da Barca: Memórias
• 17	• Conde da Barca: Diplomata e Ministro
• 18 – 19	• Conde da Barca: Oficial – Brasil
• 20 – 34	• [Caixas inexistentes]
• 35 – 40	• Conde da Barca: Oficial – Memórias
• 41	• Conde da Barca: Produção literária
• 42	• Conde da Barca: Biblioteca
• 43	• Conde da Barca: Biblioteca e Mercês
• 44 – 45	• Conde da Barca: Administração de bens
• 46-47	• Colecção de cartas de Francisco José Maria de Brito
• 48	• [Caixa inexistente]
• 49	• Arquivos de Francisco António de Araújo , de António de Araújo e de António Fernando (Abade de Lóbrigos)
• 50-51	• Conde da Barca: Oficial
• 52	• Cartas de Francisco José Maria de Brito
• 53-54	• Conde da Barca: Biblioteca
• 55-61	• Arquivo de João António de Araújo de Azevedo
• 62	• Conde da Barca: Legislação brasileira
• 63	• “Papéis” de Tomás Vicente Cabeças de Sousa

Centremo-nos exclusivamente nos documentos do conde da Barca. A disposição física dos documentos nas caixas acima referidas revela que os conceitos aplicados na descrição aniquilaram qualquer noção de organicidade ao advogar a criação de “conjuntos” documentais artificiais (a omissão de termos como secção, subsecção e série é intencional) baseadas em critérios tipológicos e temáticos, destacando-se dentro destes os acontecimentos históricos de grande notoriedade como “Preparativos militares do país”, “Partida da Corte para o Brasil”, “Invasão de Portugal”, “Tratados de comércio com a Inglaterra de 1809 e 1810”, entre outros.

Para além disto, os documentos foram desprovidos dos vários contextos e microcontextos do seu natural produtor e receptor, assistindo-se, também, à separação física de documentos compostos e de processos. Convém referir que nenhum paradigma arquivístico contemplou tais práticas e que esta organização fere, até, os princípios fundamentais da Arquivística “clássica” como o da proveniência e o da ordenação original. A filosofia que esteve subjacente a este “arranjo” cai por terra se tivermos em atenção que os contextos em que se movimenta António de Araújo enquanto morgado, diplomata, ministro ou conselheiro de Estado, não são necessariamente os mesmos. E, neste pressuposto, não podem ser olvidadas as motivações e os efeitos de uma produção documental que está intimamente ligada à preponderância do contexto envolvente.

Os exemplos do que se acaba de referir são variados:

- desmembramento do documento composto, formado por uma carta de Charles Fraser, e uma memória intitulada *Cursory observations on Brazil* (...): a carta integrou a correspondência particular, enquanto a memória permaneceu na secção “Oficial-memórias”;
- a carta de José Egidio Álvares de Almeida, secretário particular do Príncipe Regente, datada de 19 de Março de 1814 foi colocada na “Correspondência Particular” e afastada da extensa série de cartas que o mesmo autor enviou a Araújo entre os anos de 1806 e 1807;
- a correspondência dita “oficial” do conde de Vila Verde, Ministro do Reino, para António de Araújo de Azevedo, composta por cerca de 136 cartas e avisos permaneceram na caixa 7 – “Ministro”, enquanto que o aviso de 6 de Junho de 1804, que nomeia Araújo para Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e que necessariamente sanciona aquela correspondência, foi “desviado” para a Secção “Mercês” localizada na caixa 43;
- as cartas patentes referentes à carreira diplomática de Araújo passaram a integrar a caixa 43, enquanto que os despachos de Luís Pinto de Sousa, ministro dos Negócios Estrangeiros, que são o veículo das primeiras, permaneceram distribuídos pelas caixas 2 e 3; e,
- a distinção entre o particular e o oficial nas cartas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho que foram divididas em duas partes, ficando uma na correspondência particular e outra na caixa 18 – “Brasil-Oficial”.

O caso mais paradigmático foi, sem dúvida, o de Sebastião José de Arriaga Brum da Silveira, oficial de artilharia durante a Guerra Peninsular, que com a carta de 24 de Setembro de 1811 remeteu a António de Araújo um processo composto por atestações e outros documentos referentes aos seus serviços no intuito de *ganhar alguma estima de pessoas de mérito como V. Ex^a* (ADB/UM-1.2.2.25). Esse processo formado por trinta documentos numerados, dispostos por ordem sequencial e fisicamente unidos por uma linha foi decomposto e os seus documentos distribuídos por várias caixas seguindo um critério tipológico.

Por outro lado, é de referir também que a constituição da “série “Correspondência Particular”, com mais de 2000 documentos retirados de várias caixas, teve por base uma avaliação da estrutura formal dos documentos que permitiu reconhecer nos mesmos um cariz estritamente pessoal. Outra das motivações, deduzimos, residiu na intenção de agregar um vasto conjunto de nomes, glorificados pelas suas vivências e pela historiografia posterior, dos quais se destaca alguns exemplos das Belas Letras, como a marquesa de Alorna e Filinto Elísio; das Belas Artes como Francisco Bartolozzi, Francisco Tomás de Almeida, Gregório Francisco de Queirós e Henry l’Evêque; das Ciências, como o abade Correia da Serra, Félix de Avelar Brotero e o barão de Eschwege; das armas como o 3.º marquês de Alorna, Gomes Freire de Andrade, William Carr Beresford e o conde de Goltz; da política e diplomacia, como Martinho de Melo e Castro, o conde das Galveiras, o marquês de Marialva, o conde de Palmela, António de Saldanha da Gama, Rodrigo Navarro de Andrade, Cipriano Ribeiro Freire, Lord Robert Fitzgerald, Lord Holland, Charles Maurice de Talleyrand e o duque de Luxemburgo; da Igreja, como D. Gaspar de Bragança, D. Frei Manuel do Cenáculo e D. Mateus de Abreu Pereira, do comércio e indústria, como Jácome e Diogo Ratton e o barão de Quintela; e até de instituições como Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

Assim, foi com esta estrutura que o “Fundo Barca-Oliveira” chegou até aos nossos dias.

Em 1970, o acervo mantinha-se acondicionado em sala própria e continuava a captar as atenções dos investigadores portugueses e estrangeiros que aguardavam pela edição do respectivo inventário completo. O “fundo Barca-Oliveira” era então descrito de forma imprecisa e estava dividido em quatro núcleos:

- 1) a biblioteca – composta por 1300 títulos portugueses, franceses e em outras línguas, sobretudo referentes à Revolução Francesa, Guerras Napoleónicas e lutas em Portugal;
- 2) volumes de Manuscritos – que ainda estavam em catalogação;
- 3) caixas de documentação – que estavam somente colocados em maços dentro de caixas;
- 4) colecção de estampas – 58 “quadros” ou estampas, que ocupam metade das paredes da sala.

Com a criação da Universidade do Minho, em 1974, o Arquivo Distrital de Braga e a Biblioteca Pública foram dissociados um do outro e incorporados na novel Academia como suas unidades culturais.

A mudança reflectiu-se no “Fundo Barca-Oliveira” que sofreu uma separação: os manuscritos ficaram à guarda do A.D.B./U.M., enquanto os impressos permaneceram sob a custódia da B.P.B./U.M., conforme sugeria a natureza de cada um destes serviços.

Na sequência dos trabalhos arquivísticos que marcaram o quotidiano do Arquivo Distrital nos anos epigonais, os manuscritos do “Fundo Barca-Oliveira” integraram o quadro de classificação da instituição, primeiro, como “arquivo de função” e, depois, como arquivo “diplomático” dentro do grupo “Arquivos Privados e Semi-Públicos”.

Sessenta anos depois da incorporação do fundo e perante as inúmeras solicitações de vários investigadores, a Reitoria da Universidade do Minho, pelo despacho de 9 de Maio de 1986, ordenou a elaboração de um inventário simples tendo em vista a sua disponibilização imediata à consulta pública. Este inventário, realizado de forma muito sucinta, debateu-se com as dificuldades geradas pelas intervenções dos anos 60 e 70. Assim sendo, a extensão e riqueza informativa dos documentos do conde da Barca consignaram-lhe uma posição dominante face aos “papéis” dos seus antepassados, irmãos e sucessores na Casa. Foi, então, identificado um grande núcleo documental o “Fundo do conde da Barca” composto pelas secções “Actividade diplomática”, “Actividade política”, “Correspondência particular”, “Livreria” e “Papéis pessoais”. Dentro destes “Papéis pessoais” encontravam-se vários subfundos pertencentes aos irmãos e ao sobrinho do conde da Barca e, ainda, o Cartório da Casa de Sá e uma “Vária” composta por documentos de Tomás Vicente Cabeças de Sousa, por cartas de Francisco José Maria de Brito e por uma colecção de gravuras.

A realização do inventário de 1986 simbolizava, simultaneamente, o (re)início da cedência do acervo à consulta pública, mas também o fim de um ciclo do “Fundo Barca-Oliveira”.

Novamente na ordem do dia, o conjunto documental seria, desde então, alvo de uma inovadora abordagem protagonizada por Armando Malheiro da Silva que, reconhecendo a existência de documentação produzida a montante e a jusante do conde da Barca, não hesitou em classificá-lo como um arquivo de família.

2. O contributo da Ciência da Informação

O trabalho de descrição documental foi retomado por nós em 2001. A imperiosa necessidade de se disponibilizar à consulta pública a totalidade do acervo impôs a obrigatoriedade de se completar a descrição, ao nível do catálogo, tendo por base a estrutura delineada no referido inventário simples. A descrição peça a peça implicou a reconstituição das séries documentais no sentido inverso àquele que deve ser utilizado na descrição arquivística, ou seja, do particular para o geral.

A “Correspondência particular” do conde da Barca foi o campo da acção. Tratava-se de uma série artificial composta por documentos de diversas tipologias como cartas, requerimentos e representações, balizados cronologicamente pelos anos de 1788 e 1817. Desfeita a sua localização topográfica natural, bem como os vínculos orgânicos, a solução imediata passou por um esforço de restituição dos anexos ao documento matriz, procedendo-se à reconstituição dos documentos compostos e dos processos. Foram reunidos os documentos do mesmo autor, dando origem a processos epistolográficos encabeçados pelo último apelido dos autores das cartas, os quais foram, depois, ordenados alfabeticamente segundo as convenções em vigor. Mas, durante a descrição catalográfica da “Correspondência Particular”, foram sendo identificados diversos contextos da vida do receptor desses documentos e, ao mesmo tempo, foi emergindo a noção de que a manutenção desta estrutura promovia a colisão de estatutos, de dinâmicas e de vivências do conde da Barca. Tal efeito revelava-se verdadeiramente nefasto e um verdadeiro obstáculo à compreensão do fenómeno de produção informacional ao desprover os documentos de um contexto envolvente. Numa análise prospectiva, a manutenção deste critério podia criar dificuldades no acesso à informação e à problematização histórica do acontecimento pelos utentes do ADB/UM.

A solução passou pela ruptura com as noções impostas pela Arquivística “clássica”, essencialmente incorporacionista e descritiva, concebida como uma disciplina auxiliar da História, que possuía as suas raízes no historicismo e positivismo emergentes a partir de meados do século XIX.

Tal medida, implicava, antes de mais, um afastamento do conceito de “fundo” criado por Natalis de Wailly para o tratamento descritivo *a posteriori* e que, portanto, coloca a tónica na descrição dos documentos tendo por base o seu valor secundário. A nossa abordagem passou a incidir na compreensão dos mecanismos que estiveram na base da produção informacional, sendo que para tal foi necessário interpretar o valor primário dos documentos em detrimento do secundário (ROSSEAU, 1998:117-118; PEIXOTO, 1995:41-51).

Antes de se iniciar a descrição foi necessário fazer uma análise das necessidades, diagnosticar os problemas e definir um programa de tratamento da informação assente no método quadripolar de Paul de Bruyne, J. Herman e M. De Schoutheete, conforme é defendido pela Ciência da Informação (SILVA, 1999:217-226).

A descrição catalográfica assentou na interdisciplinaridade que convoca a História e a Arquivística, esta enquanto ramo teórico-prático de uma Ciência da Informação que

[...] investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento de informação para a optimização do acesso e uso. Está relacionada com um corpo de conhecimento que abrange origem, colecta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transformação e utilização da informação (BORKO, Apud SILVA, 2004:23).

Portanto, é a acção humana e social que gera e contextualiza a informação registada ou codificada num suporte, a qual está intrinsecamente ligada ao binómio informação-comunicação (SILVA, 2006:81-109), sendo por isso dinâmica, quantificável, reprodutível e transmissível (SILVA, 2002:42). Logo, a informação encontra-se intimamente ligada à preponderância do contexto envolvente e aos objectivos da acção. Neste sentido, importa referir que contexto é um conceito operativo que se define como

uma unidade agregadora de elementos materiais (um edifício, um ou mais aposentos quaisquer que constitui cenário para a acção info-comunicacional), tecnológicos (mobiliário, material de escritório, computadores com ou sem ligação à Internet, etc.) e simbólicos (o estatuto e os papéis desempenhados pelas pessoas ou actores sociais) que envolvem o(s) sujeito(s) de acção info-comunicacional através de momentos circunstanciais delimitados cronologicamente (situação). Engloba dois tipos essenciais: o orgânico e o efêmero. O contexto orgânico pode ainda ser institucional (em que a unidade agregadora é determinada estruturalmente por uma instituição pública ou privada, mas com aparelho político administrativo) e informal (em que a unidade agregadora é determinada estruturalmente por entidades individuais e colectivas, sem ou com reduzido aparato burocrático e de génese e extinção rápidas. (SILVA, 2006:144-145).

Retomámos, então, a descrição documental incidindo sobre o cartório da Casa de Sá, onde foram encontrados documentos produzidos pelos antepassados e pelos sucessores do conde da Barca. Assim sendo, não se podia verificar a primazia de um fundo documental sobre os demais subfundos, baseada unicamente no valor quantitativo e qualitativo da informação que cada um deles encerra. Esta noção implicava a validação de uma estrutura interna do arquivo que consagrava, efectivamente, uma hierarquia e uma subsidiariedade artificiais, porque inorgânicas, de um arquivo que foi sendo produzido ao longo dos séculos por uma entidade familiar na prossecução de objectivos concretos.

Portanto, as nossas atenções derivaram imediatamente para a entidade produtora dessa documentação: os Araújo de Azevedo, da Casa de Sá, em Ponte de Lima, família nobre com raízes medievais na Galiza, que a partir de quatrocentos se estabeleceu no Entre Douro e Minho, mais concretamente em Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Ponte de Lima, e que recorreu ao instituto vincular como estratégia de conservação e de aquisição de património. Na verdade, a existência e a persistência de documentação produzida entre os anos de 1479 e 1875 por membros da família comprova, objectivamente, a utilidade da documentação que foi sendo produzida, acumulada, salvaguardada e recuperada na prossecução de objectivos tanto individuais como colectivos. Assim, o pólo estruturante da documentação cristalizada no suporte é a família. Neste sentido, consentindo na existência de uma permanente correlação entre as partes (os membros) e o todo (a família), emergiu a orgânica familiar que sustenta a estrutura interna de um Sistema de Informação que se entende como *uma totalidade formada pela interacção dinâmica das partes, ou seja [que] possui uma estrutura duradoura com um fluxo de estados no tempo* (SILVA, 2006:162).

O passo seguinte consistiu na restituição virtual ao contexto originário de produção de toda a documentação existente no acervo, providenciando-se, assim, a metamorfose do “Fundo Barca-Oliveira” em Sistema de Informação Família Araújo de Azevedo.

À medida que foi sendo realizado o recenseamento da totalidade dos documentos, efectuou-se, também, o levantamento genealógico dos Araújo de Azevedo, tendo por base os nobiliários editados. A genealogia permitiu a evolução estrutural da família reconhecer e as vivências de cada um dos seus membros, num permanente desenvolvimento e aperfeiçoamento de estratégias relacionadas com a conservação, reprodução e protecção socio-económica da mesma. E por outro lado, serviu de base ao primeiro instrumento/ produto da nossa abordagem: o quadro orgânico-funcional do Sistema de Informação Família Araújo de Azevedo, no qual estão identificadas as dez secções referentes a outras tantas gerações produtoras de informação. Dentro destas secções, identificadas

pelos apelidos em uso, assinalamos as subsecções das quais a primeira corresponde ao casal administrador das propriedades familiares; a segunda ao marido (destinando-se a englobar toda a documentação produzida até ao momento do casamento); a terceira, com as mesmas características, à esposa; e as subsequentes aos irmãos/cunhados. Cada uma destas subsecções são identificadas pelos nomes completos dos produtores de informação e pelas suas datas de nascimento e de óbito (RODRIGUES, 2007a).

Por outro lado, durante a descrição documental observamos, também, a existência de documentos produzidos por outras entidades familiares com dinâmicas e orgânicas próprias, as quais devem ser entendidas como subsistemas de informação. A existência destes documentos na Casa de Sá pode ser comprovada de duas formas: pela realização de alianças matrimoniais que, não raras vezes, são o pretexto para a incorporação de dotes no património da família receptora e cuja posse é validada pela documentação que acompanha esse capital simultaneamente económico e simbólico; e pela doação de propriedades por elementos exteriores ao ramo principal da família que são legitimadas por instrumentos jurídicos como escrituras de doação, testamentos, etc. (DURÃES, 1992).

O passo seguinte consistiu na concepção de uma base de dados, baseada no instrumento de descrição multinível ISAD-G, com as alterações propostas por Armando Malheiro da Silva (2004:35), que permitiu normalizar a descrição documental e fazê-la convergir para uma única estrutura estabelecida pela dinâmica familiar imposta pelos documentos constantes no Cartório da Casa de Sá.

Assim, da nova estrutura orgânica do Sistema de Informação Família Araújo de Azevedo, surgiu o conde da Barca como Subsecção 08.01. Antes de (re)debruçarmo-nos sobre os documentos do diplomata e ministro, foi necessário proceder à recolha e análise crítica de toda a bibliografia passiva de António de Araújo de Azevedo, de forma a identificar as suas múltiplas vivências e balizar cronologicamente o desempenho dos diversos e, por vezes, concomitantes cargos públicos. Assim, identificamos diversos contextos, sendo de salientar, o Morgado e Administrador de Propriedades, o Homem de Letras, o Enviado Extraordinário na Haia (1787-1802), o Ministro Plenipotenciário em Paris (1796-1798), o Ministro Plenipotenciário em São Petersburgo (1802-1803), o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1804-1808; 1815-1817), o Ministro do Reino (1807-1808; 1817), o Ministro e Secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos (1814-1817), o Conselheiro de Estado (1807-1817), e o Presidente da Real Junta do Comércio (1807; 1817), (ver Quadro 1).

Para descortinar não só o encaixe da documentação pessoal na familiar como, também, para respeitar os vários contextos em que foi produzindo e recolhendo a documentação existente, foi necessário recorrer à *organicidade pessoal* que assenta na *infância, adolescência/juventude e na adultez/velhice* (SILVA, 2004:34). Daqui emergiu uma complexa estrutura orgânica que requereu permanentemente a avaliação dos contornos formais dos documentos, de forma a providenciar a distinção entre os documentos de natureza privada e os documentos de natureza pública, estes produzidos no âmbito das suas funções.

A grande questão que se colocava era, na verdade, a de se distinguir, dentro de cada uma das subsubsecções atrás descritas, quais os documentos que deviam ser integrados no Sistema de Informação e quais os que deviam ser restituídos aos subsistemas “de função”. A questão é assaz complexa, porquanto no Antigo Regime as práticas inerentes a cada uma das funções era fortemente condicionada pela tradição que permitia ao detentor dos cargos públicos assistir o expediente em sua casa.

Um rápido olhar pelo *Almanach do anno de 1807* demonstra inequivocamente o que acabamos de referir. Veja-se, por exemplo, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e a grande dispersão geográfica do seu pessoal com o ministro a assistir *em Belém*, o oficial maior ao *Bom Successo*, o oficial de línguas na *Rua da Cruz*, e os oficiais *na rua da Cruz em Alcântara*, *na Junqueira*, *ao Livramento*, *na Calçada da Ajuda*, entre outros.

Numa sociedade hierarquizada como a do Antigo Regime, em que se assiste a uma permanente defesa de privilégios e ao desenvolvimento de prática conducentes à manutenção do estatuto, o detentor de cargos oficiais tem tendência para acumular documentação relacionada com o desempenho de funções, como cartas, requerimentos, etc., que nunca chegaram a tramitar no expediente da secretaria.

Ora, esta situação fez com que hoje seja possível encontrar muitos documentos de natureza privada em fundos públicos e muitos documentos de natureza oficial permanecessem nos arquivos privados dos detentores dos cargos (SILVA, 1997), desconhecendo-se se a estas práticas estavam subjacentes ordens oficiais ou a mera casualidade.

No caso da diplomacia, a situação parece ter sido flagrante, pois o diplomata era o responsável pela guarda e pela passagem do arquivo da legação e demais bens ao seu sucessor e no caso da inexistência deste deveria

conservá-los em seu poder. Podemos considerar que existiu uma certa “promiscuidade” entre o público e o privado que agrediu uma linha demasiado ténue mas que, todavia, era existente.

No caso do desempenho de cargos ministeriais a questão adensa-se, pois, em Novembro de 1807, quando se procede à transferência da corte para o Brasil, foi o próprio ministro e secretário de Estado o responsável pela arrumação e pelo encaixotamento dos documentos e outros bens pertencentes à Secretaria de Estado, bem como, pelo seu transporte para o Brasil (SCWARCZ, 2002:210). Já depois da chegada aos trópicos, seria o novo Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a solicitar a António de Araújo a devolução da cifra grande que servia na Secretaria de Estado (ADB/UM – 1.2.1.2), a entrega no Arquivo Militar de todos os mapas pertencentes ao Arquivo de Lisboa (ADB/UM – 1.2.1.3), ou até sugerir, com alguma ironia, que

Não se achando registada nos livros respectivos, que se remetterão para esta Secretaria de Estado, a correspondência de Paris e Madrid de 1807 até ao momento da retirada de S. A.R. para este continente, que necessariamente há-de ser interessante; e convindo muito que ella aqui exista, tenho de rogar a V. Ex.^a queira remetter-me estes papeis no cazo que ainda os conserve em seu poder (ADB/UM – 1.2.1.4).

Como já aqui referimos, a distinção entre documentos privados e públicos é ténue mas existe. A coexistência de ambos no Arquivo do conde da Barca impõe a necessidade de se proceder à análise da estrutura formal do texto, documento a documento, recorrendo ao contributo da Diplomática, para se poder distinguir entre os que são de foro privado e os que conheceram tramitação no expediente dos organismos onde desempenhou tarefas. Dessa distinção, resulta a redistribuição virtual dos documentos particulares pelas várias subsecções e subsubsecções do Sistema de Informação e a restituição dos documentos que tramitaram nos organismos em que prestou funções pelos subsistemas de informação “de função”, que serão descritos organicamente atendendo ao enquadramento administrativo que estava devidamente instituído e regulamentado pelas instruções, normativas e pela legislação em vigor ao tempo do exercício dessas funções.

2. O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e as suas competências (1804-1808).

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra era o vértice superior de uma pesada máquina burocrática encarregue de gerir simultaneamente as relações diplomáticas com os Estados estrangeiros e o aparelho militar português [LOURENÇO (s.d.), MACEDO (s.d.), MERÊA (1964)].

Segundo o cardeal da Mota, a criação da Secretaria dos Negócios Estrangeiros era imprescindível mas como

estes por si só não occupão entre nós huma Secretaria, e a elles pertencem Tratados de Paz e guerra e commercio exterior, lhe uno o expediente da Guerra ou da milicia, que ainda em tempo de paz dá que fazer a dois tribunaes, a saber, o Conselho de Guerra e Junta dos Três Estados; e assim as Consultas de ambos, Despachos de Mercês de Militares e mais requerimentos desta qualidade e da Administração das Vedorias, Hospitaes, Fortificações, etc., devem correr pela primeria Secretaria (Apud BRAZÃO, 1976:57).

Nas palavras do mentor da reforma das Secretarias de Estado nota-se a ténue linha divisória entre o expediente dos Negócios Estrangeiros e o da Guerra. Esse será um ponto fulcral na organização do expediente desta Secretaria de Estado.

Com efeito a análise da produção informacional deste órgão da administração central implica que se conheça o seu correcto posicionamento na estrutura do Gabinete, bem como a sua orgânica. Desde a criação desta Secretaria de Estado, as únicas alterações dignas de registo, ao nível do seu enquadramento no ministério e do cumprimento das suas competências, ocorrem em 1787 quando foi desdobrada temporariamente em duas repartições entregues em regime de interinato Ministro da Marinha (os Negócios Estrangeiros) e ao Secretário dos Negócios do Reino (os Negócios da Guerra), (MERÊA, 1964:183, nota 36). Já depois da viragem do século, mais propriamente a 6 de Janeiro de 1801, verifica-se nova cisão, sendo Secretaria da Guerra entregue ao duque de Lafões, que acumulava com o cargo de ministro Assistente ao Despacho, e os Negócios Estrangeiros a Luís Pinto de Sousa, visconde de Balsemão nesse mesmo ano. No entanto, a alteração orgânica duraria pouco tempo, pois pelo aviso de 23 de Junho do mesmo ano voltou-se a unir os dois expedientes (MERÊA, 1964:187).

Mas se o posicionamento da Secretaria de Estado na estrutura governativa não sofreu grandes alterações até ao Vintismo, a verdade é que internamente houve um claro esforço de adequação às necessidades do seu objecto de gestão e à maior produção informacional decorrente da crescente burocratização do serviço.

A Secretaria de Estado estava dotada de uma secretaria, por onde corria o expediente das duas áreas referidas, permitindo o influxo de toda a documentação produzida pelos órgãos que estão na sua dependência, como também garantia a produção e a remessa dos documentos de carácter oficial nos sentidos ascendente, descendente e horizontal. Em 1807, era composta um oficial maior, um oficial maior graduado e um oficial de línguas; 20 oficiais (contando com os que estão no serviço diplomático no estrangeiro e outros ausentes), 1 ajudante de línguas, 2 ajudantes (um deles em Berlim) e 2 porteiros e guarda-livros (ALMANACH, 100-101).

Nos Negócios Estrangeiros estavam-lhe subordinados, a nível endógeno, as legações diplomáticas portuguesas no estrangeiro, como Madrid, Paris, Roma, Nápoles, Londres, Haia, Copenhaga, Berlim, Estocolmo, São Petersburgo, Viena de Áustria, Sardenha e as Cidades Hanseáticas (ALMANACH, 46-47), os consulados e viceconsulados (ALMANACH, 479-482) e, ainda, a Inspeção-Geral do Correio. Ao nível exógeno, contam-se em primeiro lugar as comunicações com os Soberanos e ministros estrangeiros e, depois, com o corpo diplomático na corte de Lisboa.

Por outro lado, importa referir que no âmbito dos negócios da Guerra estavam na dependência desta Secretaria de Estado diversos organismos, cada um deles com o respectivo de pessoal adstrito, como o Conselho da Guerra, órgão de natureza consultiva com *atribuições de gestão logístico-militar e jurisdicional, como seja a conservação de fortalezas e arsenais, provimento de postos militares, negócios relativos à expedição de tropas e julgamento das causas relativas aos militares* (SUBTIL, 1993:180-181).

Depois, o corpo militar das três armas, da metrópole e do ultramar, composto por Estado Maior, Corpo de Oficiais, o Real Corpo de Engenheiros, o Governador Armas da Corte e Província da Extremadura, com seu corpo militar adjunto, o Governador e Capitão-general do Reino do Algarve, os Governadores de Armas das Províncias do Alentejo, Beira, Minho, Trás-os-Montes, Partido do Porto e os Governadores de Armas de praças e fortalezas. Na dependência da SENEG estava também a Junta dos Três Estados, criada em 1643, a quem competia administrar os fundos necessários à manutenção de todo o aparelho militar (SUBTIL, 1993:181-182; IANTT, 1999:147-152), a Junta do Arsenal Real do Exército (uma pesada máquina burocrática criada pelo alvará de 12 de Janeiro de 1802), a Junta do Arsenal Real de Artilharia e depósito de Armas e Munições de Guerra da Cidade do Porto (criado pelo decreto de 12 de Julho de 1802), os hospitais militares e o Arquivo Militar (criado pelo decreto de 4 de Setembro de 1802).

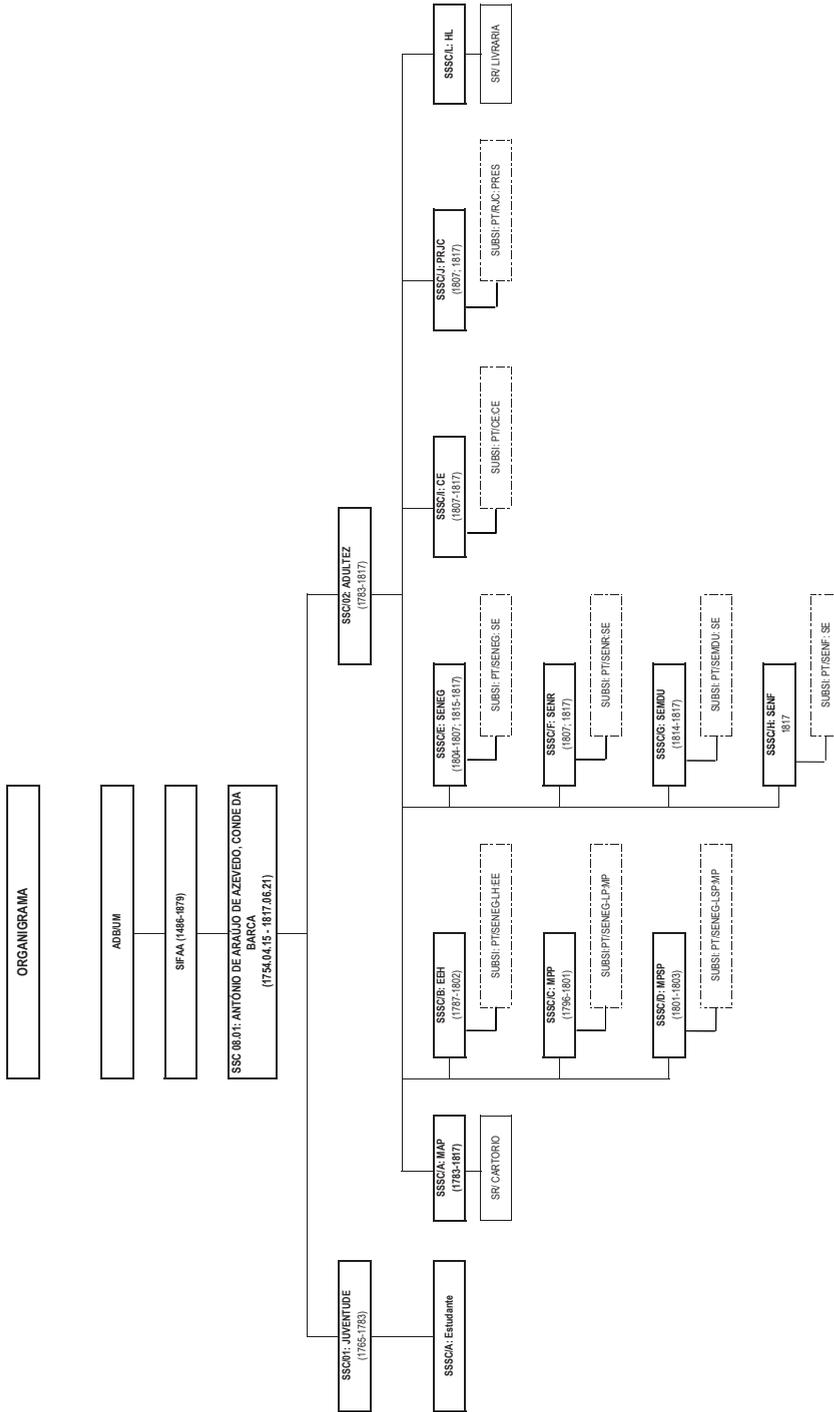
A partir de 1808 e até 1821, a Secretaria de Estado, no Brasil, manterá também comunicações constantes com a Regência do Reino estabelecida em Lisboa (MARQUES, 1989).

2.1. A nomeação de António de Araújo e as suas competências (1804-1808)

António de Araújo de Azevedo foi nomeado para Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra por aviso do conde de Vila Verde datada de 6 de Junho de 1804 (ADB/UM-1.2.1.4) e liderará o ministério durante a turbulenta crise diplomática que envolveu a Inglaterra e a França. Acompanhará a corte para o Rio de Janeiro nessas funções e só requer a exoneração de funções à chegada ao Rio de Janeiro (ANRJ-Secção Histórica, Coleção 15, livro 1, fl. 1v.). Mais tarde, regressa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, com certeza, depois de 24 de Janeiro de 1817, em substituição do marquês de Aguiar. Todavia, a vasta documentação existente no seu arquivo relacionada com o expediente desta secretaria leva-nos a crer que António de Araújo esteve incumbido interinamente da secretaria desde a morte do conde das Galveias, ocorrida a 18 de Janeiro de 1814, ou então que coadjuvou o marquês de Aguiar no exercício destas funções. Exerceu funções até à sua morte em 21 de Junho de 1817.

As comunicações a montante legitimam o exercício do poder do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, na medida em que têm como principal interlocutor o Príncipe Regente (v. quadro 2). A comunicação é assegurada por diversas vias: em primeiro lugar, através de contactos directos com o Soberano; depois, recorrendo a intermediário como o secretário particular do Príncipe Regente ou o ministro do Reino, que nestes anos acumulava com o cargo de Ministro Assistente ao Despacho.

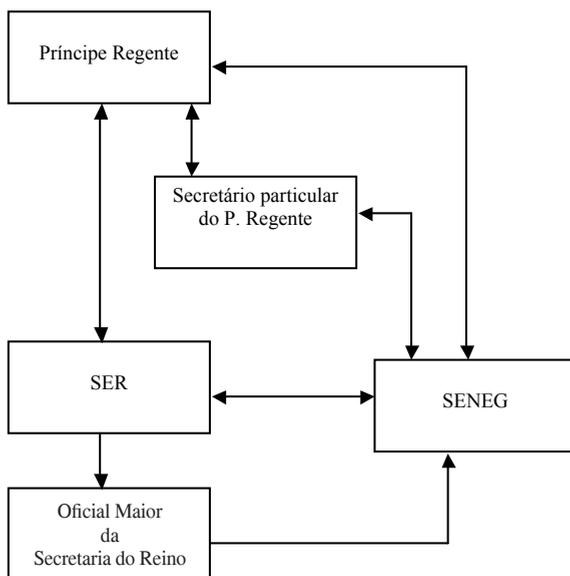
As notas do Príncipe Regente, escritas pelo seu próprio punho, referentes ao ano de 1807, constituem um instrumento que possibilita ao soberano exercer directamente a sua autoridade sobre o SENEG, mas manifestam também uma certa afectividade pois é sabido que o soberano raramente escreve cartas pelo próprio punho. O conde



Quadro 1 – SIFAA/Estrutura da SSC 08.01 – Antônio de Araújo de Azevedo, Conde da Barca (1754-1817)

de Vila Verde diria, mais tarde, a António de Araújo que *S. A. R. lê sempre as suas cartas* (ADB/UM-1.2.2.8). Os assuntos contidos nesta correspondência estão exclusivamente ligados ao despacho de gabinete como, por exemplo, quando o Príncipe informa o seu Ministro do resultado das conversações que manteve, a 26 de Outubro de 1807, com o ministro de Inglaterra, salientando que *faço estas regras para seu governo* ou, mais tarde, já em 1816, quando aprova documentação que subiu do expediente da Secretaria de Estado nos seguintes termos:

aprovo o officio incluzo e lembro a António de Araújo se o marques não seria próprio para o unir a Navarro no negócio que hontem quando me despedi lhe fallei, estou certo que António de Araújo me ha de proporcionar hum meio de eu conseguir quanto antes o que eu tanto dezejo (ADB/UM-1.2.2.32).



Quadro 2 - Comunicações a montante (1804-1808)

Também por outras vias, o Príncipe Regente exerceu a sua autoridade, nomeadamente, quando desencadeou o processo através de ordem verbal dada ao seu secretário particular José Egídio Álvares de Almeida, futuro marquês de Santo Amaro. A correspondência de José Egídio trata de diversificados assuntos como as audiências para despacho; a recepção de cartas de Araújo; a remessa das pastas da Real Assinatura para *lhes dar o seu devido expediente*; a ordem do Regente para serem apresentados os uniformes do exército, o despacho de pretensões de militares; a remessa de cartas patentes e credenciais devidamente assinadas (BARREIROS, 1962).

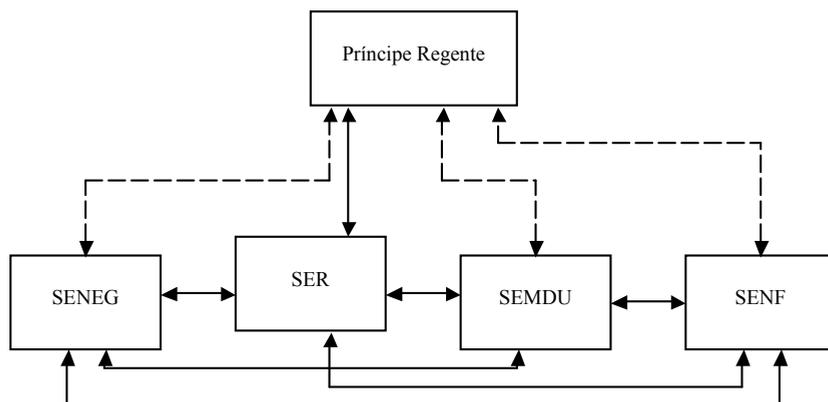
Também se denota o uso de outras vias pelo Regente, nomeadamente quando recorre aos préstimos dos seus validos mais próximos, e mesmo independentes do aparelho político-administrativo, como é o caso de Francisco José Rufino de Sousa Lobato, futuro visconde de Vila Nova da Rainha, que a bordo da nau Príncipe Real dá ordem (em nome do Soberano) para mandar embarcar os dois regimentos do Porto em lugar do regimento de Peniche (ADB/UM-1.2.4.10).

Este não é um caso isolado, pois nos primeiros anos do Brasil, verificar-se-á a convocatória para o Conselho de Estado pela mesma via (RODRIGUES, 2007b).

Mas, o canal de comunicação principal entre o Príncipe e o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra ocorre por intermédio do ministro do Reino, conde de Vila Verde. Entre os anos de 1804 e 1806, Vila Verde parece ter acompanhado sempre o Regente nos seus itinerários por Queluz, Salvaterra de Magos e Vila Viçosa, enquanto que António de Araújo permanecia em Lisboa, subindo apenas à presença do Soberano para despacho, provavelmente, uma vez por semana. A extensa série de cartas e avisos do conde de Vila

Verde, escrita entre Julho de 1804 e Novembro de 1806, deixa antever que é a este elemento quem coordena o gabinete ministerial ao promover o influxo informacional das Secretarias de Estado para o Príncipe. Devem ser interpretadas como o veículo dos documentos que conheceram tramitação nos expedientes das duas Secretarias de Estado, e por esse motivo o seu surgimento só ocorre quando algum acto oficial assim o exige. As cartas não devem consideradas como cartas oficiais, pois não foram registadas nos livros da Secretaria de Estado, nem tão pouco são lavradas segundo rígidos formulários. Revelam, antes, uma grande informalidade, sancionada pelo tratamento de “amigo”, sendo também esta característica aquilatada no tratamento das pessoas referidas nos textos que nunca são acompanhadas dos cargos que possuem. Todavia, o seu valor informativo outorga-lhes uma inegável importância para se compreender os fluxos informacionais descendente e ascendente. Por outro lado, os avisos seguem as linhas protocolares pré-estabelecidas e, como tal, são documentos jurídicos, devidamente registados nos livros do expediente da Secretaria do Reino.

O conde de Vila Verde é o intermediário privilegiado que faz subir à presença régia a mala da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, possibilitando ao Regente a leitura dos ofícios dos diplomatas portugueses, os requerimentos e as representações de elementos do corpo militar português (v. Quadro 3). É também o Ministro do Reino o responsável pelo reencaminhamento do processo no sentido descendente depois de sancionado pelo punho régio, como também a remessa da correspondência e dos processos que conheceram tramitação em outros organismos da Administração Central, como o Erário Régio, a Junta do Comércio ou as Alfândegas (ADB/UM-1.2.2.13). Torna-se possível identificar a documentação que sobe à presença régia, como a mala dos ofícios dos diplomatas portugueses para ser presente ao Soberano e recolher a sua apreciação (ADB/UM-1.2.2.2; 1.2.2.16), os despachos para serem analisados antes de serem assinados e enviados (ADB/UM-1.2.2.6), os pareceres de governadores de Armas e do Conselho da Guerra sobre a promoção de oficiais militares e o provimento de cargos (ADB/UM-1.2.2.7) e, ainda, as minutas de decretos para serem presentes ao Soberano (ADB/UM-1.2.2.12).



Quadro 3 - Gabinete Ministerial (1804-1808): Comunicações a montante e na horizontal

O expediente dos Negócios Estrangeiros

No fluxo descendente, e dentro da estrutura administrativa portuguesa, encontram-se as credenciais de um cargo diplomático bem como as indicações para o desempenho do cargo (ADB/UM-1.2.2.1), o aconselhamento sobre a correspondência e a conduta dos diplomatas portugueses (ADB/UM-1.2.2.15; ADB/UM-1.2.2.6), decisões sobre a atribuição de soldos (ADB/UM-1.2.2.9) e a autorização para a remessa de armamento do Arsenal Real do Exército para a Madeira (ADB/UM-1.2.2.4).

A nível exógeno, registam-se comentários às intenções dos diplomatas estrangeiros em Lisboa (ADB/UM-1.2.2.6), ao cerimonial de recepção a embaixadores estrangeiros (ADB/UM-1.2.2.5) e respectivas audiências (ADB/UM-1.2.2.9; 1.2.2.10), a remessa de minutas de cartas para Soberanos, ministros estrangeiros e para o Papa (ADB/UM-1.2.2.5; 1.2.2.11; 1.2.2.13).

Ainda no sentido descendente, em direitura a António de Araújo, encontrase a correspondência do oficial maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, Joaquim Guilherme da Costa Posser, por ordem do seu superior hierárquico, as quais versam assuntos do expediente desta Secretaria (ADB/UM-1.2.2.18).

As comunicações horizontais são pautadas pelo intercâmbio de informações com os colegas do ministério e envolvem correspondência recebida e expedida. Veja-se, por exemplo, a troca de informações com visconde de Anadia, para sustentar uma conspiração que levaria à sublevação do Brasil, bem patente num ofício de 20 de Maio de 1807, que *não se registou por ser matéria de muito segredo*. Mais tarde, com o agravamento da crise política, os dois ministros iniciarão a preparação da partida da corte para o Brasil, o que de certa forma reflecte a tomada de posição do Conselho de Estado, de que ambos faziam parte. Entre estes dois ministros verifica-se também a comunicação de processos, como por exemplo o da questão Bonafous et Sauvaget, referente à apreensão no Rio de Janeiro de mercadorias pertencentes a negociantes franceses em Lisboa, e, ainda, o processo relativo a Pascoal Turry, cônsul de França em Faro, que foi preso por desavenças com o Meirinho da Superintendência dos Tabacos e Alfândegas do Algarve.

Na imediata dependência do Ministro e Secretário de Estado estava, antes de mais, a secretaria, sendo esta simultaneamente produtora e receptora de informação, ascendente, descendente e horizontal, como temos visto. É no expediente da secretaria que se assiste à preparação de cartas do Príncipe Regente para o Príncipe da Paz (ADB/UM-1.1.5.1), para o Imperador da Rússia (ADB/UM-1.1.5.2), as quais foram conservadas no arquivo particular do Ministro sob a forma de minutas escritas pelo seu próprio punho ou com correções e aditamentos autógrafos. No normal funcionamento do expediente da secretaria são, também, trasladados para copiadores diversos ofícios ou realizadas súmulas dos ofícios mais importantes que entraram na secretaria. É o caso do copiador, referente aos anos de 1804 e 1808, que contém as súmulas dos despachos e ofícios de e para os embaixadores portugueses em Londres, Madrid, São Petersburgo, Paris; para o ministro francês das Relações Exteriores, para o ministro inglês dos Negócios Estrangeiros, para o ministro Russo, para o ministro da Rússia em Londres, para Silvestre Pinheiro Ferreira, em Berlim, e para Francisco Caillé de Guine em Madrid (ADB/UM-1.1.3.2.); o copiador contendo ofícios e cartas do Ministro para Caillé, Talleyrand, Czartorinsky e Príncipe da Paz, bem como umas “Reflexões” a um ofício de D. Domingos de Sousa Coutinho (ADB/UM-1.1.3.3); e um outro contendo extractos de despachos de António de Araújo para diversas legações portuguesas no estrangeiro (ADB/UM-1.1.3.4).

Na secretaria são concebidos os despachos, muitas vezes autógrafos do próprio ministro, para a legação de Londres liderada por D. Domingos António, para Paris que contou sucessivamente com D. José Maria de Sousa (ADB/UM-1.1.4.2), D. Lourenço de Lima (ADB/UM-1.1.4.7), com o secretário da legação Francisco José Maria de Brito (ADB/UM-1.1.4.8) e com Fernando José Álvares, encarregado de negócios. Também a embaixada do marquês de Marialva, discutida em Conselho de Estado, conhece tramitação pela SENEG e no seu expediente se trata das respectivas cartas credenciais (ADB/UM-1.1.1.2), cartas patentes (ADB/UM-1.1.2.1), instruções ostensivas (ADB/UM-1.1.4.4) e secretíssimas (ADB/UM-1.1.1.1), todas elas minutadas por António de Araújo. Para Madrid, seguiram os despachos para o conde da Ega escritos a partir de Queluz, de Mafra, da Ajuda e de Belém, entre 1805 e 1807 (ADB/UM-1.1.4.5), e para São Petersburgo, para Rodrigo Navarro de Andrade, entre 1806 e 1807 (ADB/UM-1.1.4.6).

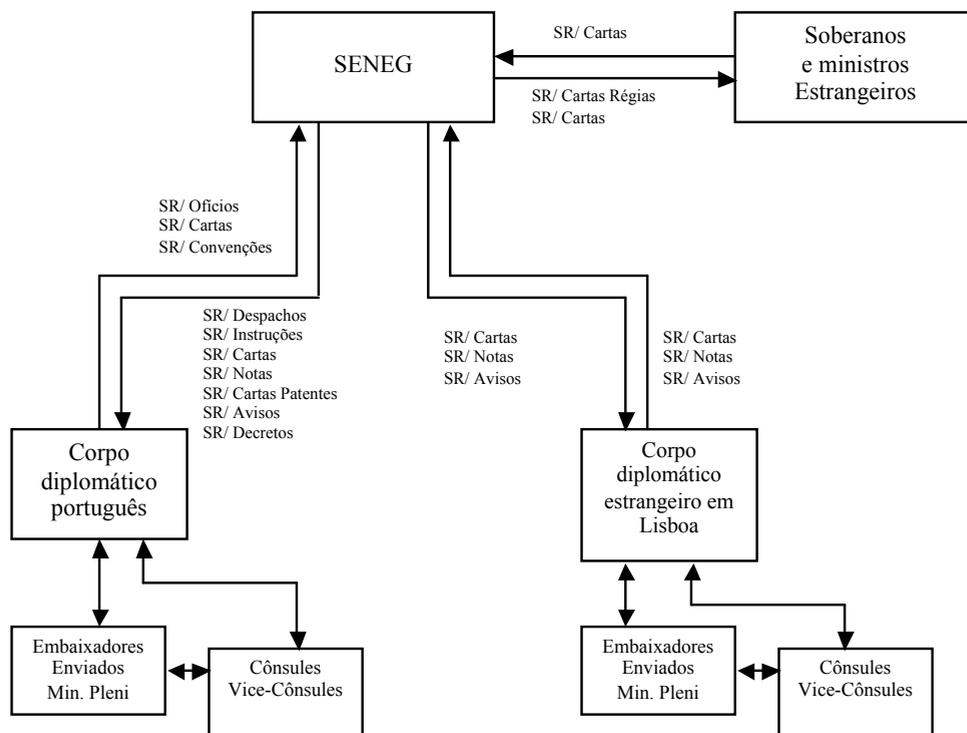
Também para o corpo diplomático estrangeiro em Lisboa foram concebidos diversos ofícios e notas: para os representantes britânicos como Lord Robert Fitzgerald (ADB/UM-1.1.6.1), Sir James Gambier (ADB/UM-1.1.6.2), Lord Strangford (ADB/UM-1.1.6.3), como também para o embaixador francês JeanAndoche Junot (ADB/UM-1.1.5.3), sendo que neste caso é conservado, também, o copiador de correspondência expedida e recebida (ADB/UM-1.1.3.1). Na ausência de Junot, a legação francesa foi assegurada pelo encarregado de negócios Rayneval, para o qual António de Araújo dirigiu diversa correspondência (ADB/UM-1.1.6.4).

A jusante do SENEG e a nível endógeno (ver Quadro 4), encontra-se o corpo diplomático português, distribuído por várias legações, sendo de destacar, também, as embaixadas extraordinárias e, ainda, as comissões de serviço no estrangeiro sem carácter diplomático. Da legação em Londres, liderada pelo embaixador D. Domingos de Sousa Coutinho, futuro conde e marquês de Funchal, chegam à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros diversos ofícios numerados e profusamente documentados com cópias de cartas do referido diplomata para ministros ingleses e do governo inglês para o mesmo diplomata. Para além disso, consta um conjunto de diversos documentos soltos, que supostamente foram apartados do documento matriz: a cópia da nota de D. Domingos para George Canning; cópias de correspondência do ministério britânico para o embaixador português; cópias

de acordos entre as duas partes (ADB/UM-1.2.5.12) e diversa documentação sobre os bens dos portugueses em Inglaterra (ADB/UM-1.3.16).

Da legação de Paris, chegavam os ofícios de D. José Maria de Sousa, o morgado de Mateus, contendo cópias das notas de Talleyrand para o diplomata português acerca da retirada de Lannes de Portugal (ADB/UM-1.2.4.1) e uma convenção pela qual a França reconhece a neutralidade de Portugal na presente guerra a troco de uma indemnização pecuniária de 16 milhões de cruzados (ADB/UM-1.4.1). Depois, durante a enviatura de D. Lourenço de Lima, que teve por objectivo cumprimentar o Imperador dos Franceses, regista-se o mesmo fluxo informacional, muito embora António de Araújo só tenha conservado no seu arquivo particular alguns extractos dos ofícios daquele diplomata (ADB/UM-1.2.5.5). Também do secretário desta legação Francisco José Maria de Brito se encontram diversos ofícios que, na sua maior parte, foram decifradas na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (ADB/UM-1.2.5.4), e, ainda, as cartas de Fernando José Álvares, encarregado de negócios em Paris depois da partida de D. Lourenço de Lima (ADB/UM-1.2.2.22).

Por seu lado, da legação em Madrid, assiste-se a documentação resultante das missões de Cipriano Ribeiro Freire e do conde da Ega. Seguindo a prática instituída, António de Araújo de Azevedo comunicou a Cipriano Ribeiro Freire o ter sido nomeado para ministro dos Negócios Estrangeiros e, ao mesmo tempo, ordenou que, logo que a corte de Madrid tomasse resolução ulterior sobre o reconhecimento do novo Imperador dos franceses, o diplomata deveria avisar S. A.R. sem perda de tempo (ADB/UM-1.1.4.1).



Quadro 4 - Os Negócios Estrangeiros (1804-1808)

A partir de 1805, a missão de Madrid, passa a ser liderada pelo conde da Ega, e, nos dois anos ulteriores, verificou-se um abundante fluxo de ofícios numerados (ADB/UM-1.2.5.11) em direcção ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, comunicou abundantemente com o seu superior hierárquico. Pela via de Madrid chegavam, também, à Secretaria de Estado, as cartas do embaixador de França em Madrid, o general Bernouville, datadas de 1804 e 1805 (ADB/UM-1.2.2.3), e as cartas de Francisco Cailh  de Guine, espço ao serviço da coroa portuguesa (ADB/UM-1.2.2.14).

Já no tempo do Brasil, António de Araújo desempenhando interinamente o cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Assim, foi o responsável pela nomeação da legação portuguesa ao Congresso de Viena, recebendo amiudadamente as notícias do desenvolvimento das negociações por cartas particulares do conde de Palmela, António de Saldanha da Gama, depois conde de Porto Santo (ADB/UM-1.2.2.28), Joaquim José Lobo da Silveira, futuro conde da Oriola (ADB/UM-1.2.2.29), e pelos secretários Francisco José Maria de Brito, Ambrósio Joaquim dos Reis (ADB/UM-1.2.2.7) e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa (ADB/UM-1.2.2.30). Dessa via de comunicação restou também variada documentação sobre a abolição do tráfico de escravos, como a cópia do tratado assinado pelos plenipotenciários portugueses em Viena a 22 de Janeiro de 1815 que se refere aos prejuízos sofridos pelos portugueses e à indemnização de 3000 mil libras (ADB/UM-1.4.3), o fragmento de uma nota relativa às negociações entre portugueses e ingleses sobre a abolição do tráfico dos escravos (ADB/UM-1.3.17), um memorial relativo aos prejuízos sofridos pelos portugueses devido à acção dos cruzadores ingleses (ADB/UM-1.3.18), e uma nota sobre o trato dos escravos que faziam no Rio Zaire os ingleses e os franceses (ADB/UM-1.3.15).

Mas, também de comissões de serviço esporádicas se ocupou a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Em 1804, Silvestre Pinheiro Ferreira partiu para a Alemanha com a missão de contratar um grupo de espingardeiros para virem a Portugal montar uma fábrica. O oficial da secretaria encarregue da negociação remeterá diversos ofícios para Araújo, alguns deles com anexos, como cartas e o contrato original que foi celebrado a 2 de Setembro de 1806 com os espingardeiros (ADB/UM-1.2.5.1).

Ao nível exógeno, os Negócios Estrangeiros compreendiam a correspondência recebida do corpo diplomático e dos cônsules estrangeiros em Portugal. Aí encontram-se cartas, notas e ofícios dos representantes de S. M. B. em Lisboa como Lord Robert Fitzgerald, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Grã-Bretanha em Lisboa, entre 1805 e 1806 (ADB/UM-1.2.4.4); Lord George Rosslyn, iniciada em Saint James a 9 de Agosto de 1806, e terminada em Lisboa a 20 de Setembro de 1806 (ADB/UM-1.2.4.5); Lord Saint Vincent para António de Araújo, todas escritas a bordo do “Hibernian” ao largo de Lisboa entre Agosto e Outubro de 1806 (ADB/UM-1.2.4.6); Sir James Gambier, cônsul-geral, entre Fevereiro de 1806 e 1807 (ADB/UM-1.2.4.7); de Lord Strangford, em 1806 e 1807 (ADB/UM-1.2.4.8), algumas delas com anexos como cartas, requerimentos e processos dos súbditos ingleses em Portugal; e uma carta do contra-almirante Sir Sidney Smith informando que tinha ordens para bloquear o Tejo com a sua esquadra (ADB/UM-1.2.2.24).

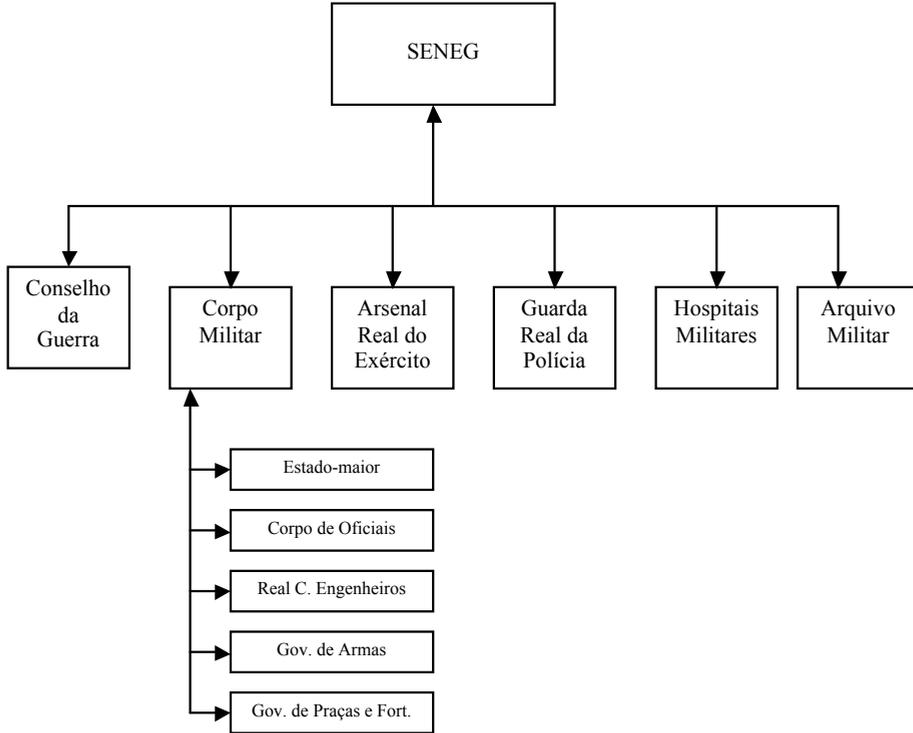
Também nos tempos do Rio de Janeiro se regista o influxo de diversas notas de Chamberlain, encarregado de negócios da Grã-Bretanha, para o conde da Barca, escritas entre 10 de Janeiro e 21 de Junho de 1817, que, na sua maioria, são relativas à saída de paquetes ingleses para a Europa (ADB/UM-1.2.4.12).

Da embaixada de França, sobem à presença do ministro a correspondência do embaixador Junot, a qual é composta de cartas, notas, ofícios referentes aos anos de 1805 e 1807 (ADB/UM-1.2.5.3); as notas de Serrurier, comissário geral das relações comerciais e encarregado dos negócios (ADB/UM-1.2.4.2); e as notas de Rayneval, encarregado de negócios de França depois da retirada de Junot, datadas de 1805 e 1807 (ADB/UM-1.2.4.9).

Refira-se que, entre 1804 e 1807, António de Araújo desempenhou, também, as funções de Inspector do Correio Geral retomando a questão da normalização dos correios entre Portugal e Espanha, dialogando com o conde de Campo Alange (ADB/UM-1.2.4.3). Para tal, recuperou o processo da correspondência trocada, em 1799, entre Luís Pinto de Sousa e o seu homólogo duque de Frias e Ucedas, existente na SENEG.

O expediente da Guerra

Por outro lado, do expediente da Guerra (ver Quadro 5), conservam-se no arquivo de António de Araújo de Azevedo diversos copiadores mistos contendo despachos e ofícios de e para a Junta da Administração Central dos Hospitais militares, referentes a 21 de Outubro e 26 de Novembro de 1807 (ADB/UM-1.2.3.3). Mas, também, encontram-se outros copiadores contendo, apenas, ofícios recebidos dos governadores de armas Florêncio José Correia de Melo, general Sepúlveda, Gonçalo Pereira Caldas, conde Monteimor (ADB/UM-1.2.5.7); e do marquês de Alorna (ADB/UM-1.2.3.1).



Quadro 5 - O expediente da Guerra (1804-1808)

Os preparativos para a defesa do Reino, em 1807, provocam o influxo de diversificada documentação como memórias dos governadores de praças sobre o estado do armamento (ADB/UM-1.3.2) e as movimentações de corpos militares (ADB/UM-1.3.12). Neste âmbito são de salientar a diversa correspondência avulsa e outras memórias dos governadores de armas da província da Extremadura (ADB/UM-1.2.5.10), da Província do Minho (ADB/UM-1.2.5.8), do Partido do Porto (ADB/UM-1.2.5.9), de Trás-os-Montes (ADB/UM-1.2.5.6), da Beira (ADB/UM-1.2.5.7), do Alentejo (ADB/UM-1.2.2.19).

A defesa de Lisboa, por si só, foi alvo de intensas reuniões, das quais brotaram documentos como cartas (ADB/UM-1.2.2.23), assentos de conferências (ADB/UM-1.3.11), pareceres e apontamentos (ADB/UM-1.3.1), projectos de estratégias militares e representações (ADB/UM-1.3.13).

Mas, também se discutiu o apronto das milícias do Entre Douro e Minho, tendo, muito provavelmente, o governador de Armas locais sido o responsável pela remessa de mapas das revistas passadas aos regimentos de Barcelos, Vila do Conde, Braga, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo, Guimarães, Ponte da Barca e de Basto (ADB/UM-1.3.3-1.3.10).

Finalmente, em 1815, chega às mãos do Ministro um processo remetido pela Regência do Reino referente aos ofícios trocados entre D. Miguel Pereira Forjaz e o Marechal Beresford a propósito do estatuto dos oficiais ingleses no seio do exército português (ADB/UM-1.2.3.4), bem como sobre o Conselho de Guerra a que foi submetido o coronel Cox sob a acusação de ter abandonado Almeida ao inimigo em 1810 (ADB/UM-1.2.3.5).

Do Conselho da Guerra, liderado pelo marquês de Angeja, sobe à presença do ministro a carta do marechal Beresford participando que, devido às dificuldades criadas pela Regência do Reino, estava disposto a empreender a viagem para o Brasil (ADB/UM-1.2.2.31).

FONTES

1. ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA/UNIVERSIDADE DO MINHO-Sistema de Informação Família Araújo de Azevedo *Subsistema Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra*

1.1. Série 01: Correspondência Expedida

1.1.1. Subsérie 01.01: Cartas Credenciais

- 1.1.1.1. *Carta credencial do Príncipe Regente para o Imperador dos Franceses informando ter nomeado o marquês de Marialva para embaixador em Paris. Minutada por António de Araújo.* 1807. 10. 28. (Caixa 32, doc. 88).
- 1.1.1.2. *Carta credencial do Príncipe Regente para o Imperador nomeando Francisco José Maria de Brito para secretário da embaixada do marquês de Marialva. Minutada por António de Araújo.* 1807. 10. 28. (Caixa 32, doc. 86).

1.1.2. Subsérie 01.02: Cartas Patentes

- 1.1.2.1. *Carta patente do Príncipe Regente nomeado o marquês de Marialva seu embaixador extraordinário junto do imperador dos franceses com poderes para concluir, assinar e ratificar qualquer tratado com a França. Minutada por António de Araújo.* 1807.11.10 (Caixa 32, doc. 89).

1.1.3. Subsérie 01.03: Copiadores

- 1.1.3.1. *Copiador da correspondência de António de Araújo, SENEG, com o general Junot.* 1805. (Caixa 32, doc. 24).
- 1.1.3.2. *Copiador da SENEG, contendo despachos e ofícios para os embaixadores portugueses em Londres, Madrid, São Petersburgo, Paris; o ministro francês das Relações Exteriores, o ministro inglês dos Negócios Estrangeiros, o ministro Russo, o ministro da Rússia em Londres, Silvestre Pinheiro Ferreira, em Berlim, e Francisco Caillé de Guine, em Madrid.* 1804-1806. (Caixa 33, doc. 1).
- 1.1.3.3. *Copiador de correspondência expedida para Caillé, Talleyrand, Czartorinsky e Príncipe da Paz, bem como umas "Reflexões" a um ofício de D. Domingos de Sousa Coutinho.* 1804-1807. (Caixa 32, doc. 80).
- 1.1.3.4. *Copiador dos despachos do SENEG para D. Domingos de Sousa Coutinho, Rodrigo Navarro de Andrade, D. Lourenço de Lima, conde da Ega e João Paulo Bezerra.* 1804-1807. (Caixa 32, doc. 81).

1.1.4. Subsérie 01.04: Despachos

- 1.1.4.1. *Despacho de António de Araújo para Cipriano Ribeiro Freire.* Queluz, 1804. 06. 06. (Caixa 27, doc. 88).
- 1.1.4.2. *Despacho de António de Araújo para D. José Maria de Sousa.* Queluz, 1804. 06. 06. (Caixa 29, doc. 104).
- 1.1.4.3. *Despacho de António de Araújo contendo as instruções secretíssimas para o marquês de Marialva para evitar a pretensão dos franceses de introduzirem tropas em Portugal.* 1807. 11. 10. (Caixa 32, doc. 90).
- 1.1.4.4. *Despacho de António de Araújo contendo as instruções para o marquês de Marialva se apresentar em Paris para tratar de negociar uma aliança com as duas potências, declarando levar plenos poderes para o fazer.* 1807. 11. 10. Minuta do aditamento às instruções de António de Araújo. 1807. 11. 15. (Caixa 32, doc. 91).
- 1.1.4.5. *Despachos de António de Araújo para o conde da Ega.* 1805-1807. (Caixa 27, doc. 108 – doc. 136).
- 1.1.4.6. *Despachos de António de Araújo para Rodrigo Navarro de Andrade.* 1806-1807. (Caixa 27, doc. 92 – doc. 94).
- 1.1.4.7. *Despachos de António de Araújo para D. Lourenço de Lima.* 1806 1807. (Caixa 29, doc. 109 – doc. 121).
- 1.1.4.8. *Despachos de António de Araújo para Francisco José Maria de Brito.* 1807. 03. 19. (Caixa 30, doc. 1 – doc. 2).

1.1.5. Subsérie 01.05: Minutas de cartas

- 1.1.5.1. *Carta (minuta de) do Príncipe Regente para o Príncipe da Paz, felicitando-o pelas graças que o rei de Espanha lhe tinha concedido.* Mafra, 1807. 03. 07. (Caixa 32, doc. 77).
- 1.1.5.2. *Carta (minuta de) do Príncipe Regente ao imperador da Rússia felicitando-o por ter contribuído para o estabelecimento da paz no continente.* Mafra, 1807. 03. 20. (Caixa 32, doc. 66).
- 1.1.5.3. *Cartas (minutas das) de António de Araújo para o general Junot.* 1806 - 1807. (Caixa 32, doc. 15 – doc.16).

1.1.6. Subsérie 01.06: Minutas de notas

- 1.1.6.1. *Notas de António de Araújo para Lord Robert Fitzgerald.* 1806, Outubro. (Caixa 30, doc. 17).
- 1.1.6.2. *Nota de António de Araújo para Sir James Gambier.* Mafra, 1807. 10. 03. (Caixa 31, doc. 51).
- 1.1.6.3. *Notas de António de Araújo para Lord Strangford.* 1807, Outubro/ Novembro. (Caixa 31, doc. 2 – doc. 16).
- 1.1.6.4. *Notas de António de Araújo para Rayneval.* 1807.08.28 – 1807.10.05. (Caixa 32, doc. 1 – doc. 12).

1.2. Série 02: Correspondência Recebida

1.2.1. Subsérie 02.01: Avisos

- 1.2.1.1. *Aviso do conde de Vila Verde para António de Araújo de Azevedo.* 1804.06.06. (Caixa 46, doc. 15).
- 1.2.1.2. *Aviso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para António de Araújo.* Rio de Janeiro, 1808. 03. 24. (Caixa 37, doc. 58).
- 1.2.1.2. *Aviso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para António de Araújo.* Paço [do Rio de Janeiro], 1808. 06. 02. (Caixa 37, doc. 62).
- 1.2.1.4. *Aviso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para António de Araújo.* Palácio de Santa Cruz, 1809. 09. 20. (Caixa 37, doc. 81).

1.2. Subsérie 02.02: Cartas

- 1.2.2.1. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. Mafra, 1804. 07. 14. (Caixa 26, doc. 5).
- 1.2.2.2. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. Mafra, 1804. 10. 21. (Caixa 26, doc. 7).
- 1.2.2.3. *Cartas do general Bernouville para António de Araújo*. 1804 - 1805. (Caixa 32, doc. 52 – doc. 53).
- 1.2.2.4. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. 1805. 01. 10 [s.l.]. (Caixa 26, doc. 19).
- 1.2.2.5. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. 1805. 02. 15. (Caixa 26, doc. 21).
- 1.2.2.6. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. Salvaterra de Magos, 1805. 02. 17. (Caixa 26, doc. 23).
- 1.2.2.7. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. Salvaterra de Magos, 1805. 02. 26. (Caixa 26, doc. 26).
- 1.2.2.8. *Carta do conde de Vila Verde para António de Araújo*. Salvaterra de Magos, 1805. 02. 28. (Caixa 26, doc. 27).
- 1.2.2.9. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. Salvaterra de Magos, 1805. 04. 19. (Caixa 26, doc. 30).
- 1.2.2.10. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. Salvaterra de Magos, 1805. 04. 21. (Caixa 26, doc. 31).
- 1.2.2.11. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. 1805. 05. 26. (Caixa 26, doc. 34).
- 1.2.2.12. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. Porcalhota, 1805. 06. 12. (Caixa 26, doc. 35).
- 1.2.2.13. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. Porcalhota, 1805. 07. 12. (Caixa 26, doc. 36).
- 1.2.2.14. *Cartas de Francisco Cailhé de Guine para António de Araújo*. 1805, Maio - Julho. (Caixa 32, doc. 55 – doc. 63).
- 1.2.2.15. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. [1805]. (Caixa 26, doc. 16).
- 1.2.2.16. *Carta do Conde de Vila Verde para António de Araújo*. Vila Viçosa, 1806. 01. 20. (Caixa 26, doc. 58).
- 1.2.2.17. *Carta (cópia da) de D. Domingos de Sousa Coutinho para George Canning*, [anexa ao ofício de 1806. 03. 26]. (Caixa 29, doc. 90).
- 1.2.2.18. *Cartas de Joaquim Guilherme da Costa Posser, oficial maior da Secretaria de Estado do Reino, para António de Araújo*. 1806.01.23 – 1806.06.28. (Caixa 26, doc. 138 – doc. 146).
- 1.2.2.19. *Cartas do marquês de Alorna, Governador de Armas da Província do Alentejo, para António de Araújo*. 1806 - 1807. (Caixa 34, doc. 88 – doc. 121).
- 1.2.2.20. *Carta (cópia da) de George Canning para D. Domingos de Sousa Coutinho*. 1807. 09. 12 (Caixa 29, doc. 100).
- 1.2.2.21. *Carta de Gomes Freire de Andrade e Castro para António de Araújo sobre a defesa do Porto de Lisboa remetendo em anexo um mapa com a relação das tropas*. Lisboa, 1807. 10. 18. (Caixa 34, doc. 48).
- 1.2.2.22. *Cartas de Fernando José Álvares para António de Araújo*. Paris, 1807. 10. 20 (Paris), Sévres, 1807. 10. 24. (Caixa 29, doc. 125 – doc. 126).
- 1.2.2.23. *Carta do brigadeiro D. Miguel Pereira Forjaz em que descreve a posição que devem tomar as tropas para a defesa de Lisboa*. 1807. 10. 10. (Caixa 34, doc. 40).
- 1.2.2.24. *Carta do contra-almirante Sir Sidney Smith*. A bordo da nau Hibernian, 1807. 11. 22. (Caixa 34, doc. 22).
- 1.2.2.25. *Carta de Sebastião José de Arriaga Brum da Silveira para António de Araújo de Azevedo*. Fronteira, 1811. 09.24. (Caixa 18, doc. 1,1).
- 1.2.2.26. *Cartas do conde de Palmela para António de Araújo*. 1813.09.30 – 1817.01.09. (Caixa 13, doc. 11,1 – doc. 11,10).
- 1.2.2.27. *Cartas de Ambrósio Joaquim dos Reis para António de Araújo*. 1814-1816 (Caixa 15, doc. 1,15 – doc. 1,35).
- 1.2.2.28. *Cartas de António Saldanha da Gama para António de Araújo*. 1814.09.25 – 1817.02.28. (Caixa 9, doc. 7,1 – doc. 7,20).
- 1.2.2.29. *Cartas de Joaquim José Lobo da Silveira para António de Araújo*. 1814.10.28-1816 (?). (Caixa 17, doc. 10,16 – doc. 10,44).
- 1.2.2.30. *Cartas de Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa para António de Araújo*. 1814.11.23-1815.08.18 (Caixa 13, doc. 19,1 – doc. 19,6).
- 1.2.2.31. *Carta do Marechal Beresford para o marquês de Angeja*. Lisboa, 1815. 07. 15. (Caixa 35, doc. 30).
- 1.2.2.32. *Carta do Príncipe Regente para António de Araújo*. [1816?]. (Caixa 38, doc. 5).
- 1.2.3. Subsérie 02.03: Copiadores**
- 1.1.3.1. *Copiador de correspondência recebida do marquês de Alorna*. 1806-1807. (Caixa 34, doc. 51).
- 1.1.3.2. *Copiador de correspondência recebida*. 1807.10. (Caixa 33, doc. 2).
- 1.1.3.3. *Copiador de correspondência recebida*. 1807.10. (Caixa 34, doc. 50).
- 1.1.3.4. *Copiador dos ofícios trocados entre D. Miguel Pereira Forjaz e o Marechal Beresford a propósito do estatuto dos oficiais ingleses no exército português*. 1814 - Setembro - Novembro. (Caixa 35, doc. 26 – doc. 28).
- 1.1.3.5. *Copiador dos ofícios trocados entre D. Miguel Pereira Forjaz e o Marechal Beresford sobre o coronel Cox*. 1814 - Outubro - Novembro. (Caixa 35, doc. 29).
- 1.2.4. Subsérie 02.04: Notas**
- 1.2.4.1. *Nota (cópia da) de Talleyrand a D. José Maria de Sousa*. 1802. 09. 24. (Caixa 29, doc. 106).
- 1.2.4.2. *Notas de Serrurier, comissário geral das relações comerciais e encarregado dos negócios de França em Lisboa, para António de Araújo*. 1805. (Caixa 32, doc. 25 – doc. 26).
- 1.2.4.3. *Notas do conde de Campo Alange para António de Araújo*. 1805 – 1807. (Caixa 29, doc. 1 – doc. 37).
- 1.2.4.4. *Notas de Lord Robert Fitzgerald para António de Araújo*. 1806. (Caixa 30, doc. 47).
- 1.2.4.5. *Notas de Lord Rosslyn para António de Araújo*. 1806. (Caixa 30, doc. 48 – doc. 64).
- 1.2.4.6. *Notas de Lord Saint Vincent para António de Araújo*. 1806. (Caixa 30, doc. 70–doc. 80).
- 1.2.4.7. *Notas de Sir James Gambier para António de Araújo*. 1806 - 1807. (Caixa 31, doc. 52 - doc. 62).
- 1.2.4.8. *Notas de Lord Strangford para António de Araújo*. 1807. (Caixa 31, doc. 18 – doc. 50).

- 1.2.4.9. *Notas de Rayneval para António de Araújo*. 1806 – 1807. (Caixa 31, doc. 103 – doc. 131).
- 1.2.4.10. *Nota de José Rufino de Sousa Lobato para António de Araújo*. A bordo da Nau Príncipe Real, 1807. 11. 28. (Caixa 35, doc. 9).
- 1.2.4.11. *Nota do marquês de Aguiar para António de Araújo*. Rio de Janeiro, 1816. 01. 11. (Caixa 35, doc. 31).
- 1.2.4.12. *Notas de Chamberlain para António de Araújo*. 1817. (Caixa 39, doc. 30 – doc. 45).

1.2.5. Subsérie 02.05: Ofícios

- 1.2.5.1. *Ofícios de Silvestre Pinheiro Ferreira para António de Araújo*. 1804 - 1807. (Caixa 27, doc. 96 – doc. 106).
- 1.2.5.2. *Ofício de Cipriano Ribeiro Freire, Enviado Extraordinário em Madrid, para António de Araújo*. 1805. 06. 06. (Caixa 27, doc. 90).
- 1.2.5.3. *Ofícios de Jean-Andoche Junot para António de Araújo*, 1805-1807. (Caixa 32, doc. 13 – doc. 14; doc. 17 – doc. 22).
- 1.2.5.4. *Ofícios de Francisco José Maria de Brito para António de Araújo*. 1807 – Abril/ Outubro. (Caixa 30, doc. 3; doc. 9; doc. 11 – doc. 15).
- 1.2.5.5. *Ofícios (extractos de) de D. Lourenço de Lima*. 1807 – Julho/ Agosto. (Caixa 29, doc. 123 – doc. 124).
- 1.2.5.6. *Ofícios de Manuel José Gomes de Sepúlveda, governador de armas de Trás-os-Montes, para António de Araújo*. 1807 – Setembro/ Novembro. (Caixa 34, doc. 77 - doc. 81).
- 1.2.5.7. *Ofícios de Florêncio José Correia de Melo, governador de armas da Província da Beira, para António de Araújo sobre a defesa da província*. 1807 – Outubro/ Novembro. (Caixa 34, doc. 56 – doc. 66).
- 1.2.5.8. *Ofícios de Gonçalo Pereira Caldas, governador de armas da Província do Minho, para António de Araújo*. 1807 – Outubro/ Novembro. (Caixa 34, doc. 67 – doc. 76).
- 1.2.5.9. *Ofícios de Luís de Oliveira da Costa de Almeida Osório, brigadeiro e governador interino, governador de Armas do Partido do Porto, para António de Araújo*. 1807 – Outubro/ Novembro. (Caixa 34, doc. 53 – doc. 54).
- 1.2.5.10. *Ofícios do marquês de Vagos, governador de Armas da corte e Província da Extremadura, para António de Araújo*. 1807 - Novembro. (Caixa 34, doc. 45).
- 1.2.5.11. *Ofícios do conde da Ega para António de Araújo*. 1805. 06.03 – 1807.08.02. (Caixa 27, doc. 137 – Caixa 28, doc. 105).
- 1.2.5.12. *Ofícios de D. Domingos de Sousa Coutinho para António de Araújo*. 1807.09 (Caixa 29, doc. 72 – doc. 103).

1.3. Série 03: Memórias

- 1.3.1. *Apontamentos para a defesa de oficiais serem empregados na defesa de Lisboa*. [1807]. (Caixa 34, doc. 36).
- 1.3.2. *Memórias resumidas do estado actual das baterias que defendem o porto de Setúbal assinada por D. Tomás de Noronha, brigadeiro e governador da praça*. 1807. 09. 04. (Caixa 34, doc. 32).
- 1.3.3. *Mapa do armamento e estado do mesmo regimento de Vila do Conde, pelo Sargento-mor, António José Lucas de Sobral*. 1807. 10. 25. (Caixa 34, doc. 28).
- 1.3.4. *Mapa do estado do armamento do regimento de milícias dos Arcos, na revista passada em 25 de Outubro de 1807, assinado pelo major graduado José Joaquim Champallimaud*. (Caixa 34, doc. 25).
- 1.3.5. *Mapa do estado do regimento de milícias de Viana na revista passada a 25 de Outubro de 1807, assinado pelo tenente-coronel, Félix Pereira da Silva*. (Caixa 34, doc. 27).
- 1.3.6. *Mapa do estado do armamento do regimento de milícias de Guimarães, na revista passada a 27 de Outubro de 1807, assinado pelo major graduado, João Baptista de Sousa*. (Caixa 34, doc. 30).
- 1.3.7. *Mapa sobre o estado do armamento do regimento de milícias de Barcelos assinado pelo sargento-mor, António José Lucas de Sobral*. Barcelos, 1807. 10. 27. (Caixa 34, doc. 29).
- 1.3.8. *Mapa do estado do armamento do regimento de Milícias da Barca, na revista passada em 29 de Outubro de 1807, assinado pelo capitão do 9.º regimento de infantaria de linha, Francisco Xavier Calheiros Bezerra de Araújo*. (Caixa 34, doc. 26).
- 1.3.9. *Mapa do estado de armamento do regimento de milícias de Basto, na revista passada em 31 de Outubro de 1807, assinado pelo major graduado, João Baptista de Sousa*. (Caixa 34, doc. 23).
- 1.3.10. *Mapa do estado do armamento de milícias de Braga na revista passada a 3 de Novembro de 1807, assinado pelo Major Graduado João Baptista de Sousa*. (Caixa 34, doc. 24).
- 1.3.11. *Resultado da conferência feita em 21 de Novembro de 1807 sobre diversos objectos da defesa do Porto de Lisboa*. 1807.11.21. (Caixa 34, doc. 44).
- 1.3.12. *Trânsitos que devem seguir os regimentos de infantaria e cavalaria da província de Trás-os-Montes, que vão acantonar-se em Tomar e Torres*. Quartel-general de Bragança, 1807. 11. 22. (Caixa 34, doc. 31).
- 1.3.13. *Representação dos comandantes das divisões que guarnecem as margens do Tejo, sobre a defesa de Lisboa*. Assinado por Gomes Freire de Andrade e Francisco da Cunha Meneses. 1807. 11. 23. (Caixa 34, doc. 46).
- 1.3.14. *Projecto da posição das tropas para a defesa da margem do norte do Tejo, assinado por D. José Carcome Lobo*. 1807. (Caixa 34, doc. 42).
- 1.3.15. *Nota sobre o comércio de escravos que fazem no Rio Zaire os ingleses e franceses*. (Caixa 38, doc. 30).
- 1.3.16. *Relação sucinta sobre a situação dos bens portugueses em Inglaterra, referindose aos navios e seus carregamentos apreendidos pelos ingleses depois da adesão de Portugal à causa do continente e às diligências levadas a cabo para serem restituídos aos seus proprietários*. [1815 ?]. (Caixa 37, doc. 56).
- 1.3.17. *Apontamento sobre as proposições de Lord Greenville acerca dos negócios de escravos*. [1815 ?]. (Caixa 38, doc. 28).

1.3.18. *Memória sobre os prejuízos sofridos pelos portugueses devido à acção dos cruzadores ingleses*. [1815 ?]. (Caixa 38, doc. 29).

1.4. Série 04: Tratados

1.4.1. *Convenção assinada entre a França e Portugal*. 1804. 03. 19. (Caixa 29, doc. 107).

1.4.2. *Accord (cópia do) entre Son Excellence Mr. Canning et moi* [D. Domingos de Sousa Coutinho]. 1807. 09. 12. (Caixa 29, doc. 102).

1.4.3. *Tratado (Extracto do) assinado no Congresso de Viena contendo as cláusulas referentes à indemnização dos vassallos portugueses [...]*. 1815. (Caixa 38, doc. 27).

2. ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Secção Histórica, Coleção 15, livro 1, fl. 1v.

2.1. *Decreto de exoneração do cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, solicitado por António de Araújo de Azevedo*. Palácio do Rio de Janeiro, 1808.03.11.

Bibliografia geral

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de (2003) – *A cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*, [s.l.] Livros Horizonte.

BARREIROS, José Baptista (1962) *Correspondência inédita entre o Conde da Barca e José Egidio Álvares de Almeida, secretário particular de El-Rei Dom João VI*, Braga: Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

BELLOTO, Heloisa Liberalli (1999) – *Diplomática luso-brasileira do século XVIII: tipologia dos documentos ascendentes e dos documentos descendentes*, in: “Páginas a&b”, n.º 3, Lisboa: Edições Colibri, pp.19-30.

BRANDÃO, Fernando de Castro (1984) – *Sinopse cronológica de história diplomática portuguesa*, Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

BRANDÃO, Raul (1912) – *El-Rei Junot*, Lisboa: Livraria Brasileira (edição facsimilada de Arquimedes Livros).

BRAZÃO, Eduardo (1976) – “A secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, criação de D. João V”, in: *Revista Portuguesa de História*, Coimbra: Faculdade de Letras, Tomo XVI, pp.51-61.

CHAUNU, Pierre (1995) – *A civilização da Europa das Luzes*, Lisboa: Editorial Estampa, 2 vols.

DIAS, Graça e J. S. da Silva (1986) – *Os primórdios da Maçonaria em Portugal*, 2.ª edição, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 2 vols.

DIAS, Silva (1953) – *Portugal e a cultura europeia (sécs. XVI a XVIII)*, in: “Biblos”, volume XXVIII, Coimbra: Universidade.

DURÃES, Margarida (1992) – “No fim, não somos iguais: estratégias familiares na transmissão da propriedade e estatuto social”, in: *Boletim da Associação de Demografia Histórica*, X, 3. (consultado a 22 de Outubro de 2006 no *Repositorium* dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho: <http://hdl.handle.net/1822/2839>).

ELIAS, Norbert (1995) – *A sociedade de corte*, 2.ª edição, Lisboa: Editorial Estampa.

FILHO, Eneas Martins (1968) *O Conselho de Estado Português e a transmigração da família real em 1807*, Rio de Janeiro: Ministério da Justiça.

HESPANHA, António Manuel (1994) – *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – século XVII*, Coimbra, Livraria Almedina.

HOBBSAWM, E. J. (1992) – *A era das Revoluções*, 4.ª edição, Lisboa: Editorial Presença.

IAN/TT (1999) – *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo. Primeira Parte. Instituições do Antigo Regime. Volume II. Administração Central (2)*. Lisboa: IAN/TT.

INSTITUTO DIPLOMÁTICO (2004) – *Relações Diplomáticas Luso-Russas. Colectânea Documental Conjunta (1722-1815)*, vol. I.

LIMA, Oliveira (1996) – *D. João VI no Brasil*, 3.ª edição, Rio de Janeiro: Topbooks.

MACEDO, Jorge Borges de (2006) *História diplomática portuguesa, constantes e linhas de força: estudo de geopolítica*, 2.ª ed. rev. Lisboa: Tribuna da História/ Instituto de Defesa Nacional, 2006.

MACEDO, Jorge Borges (1990) – *O Bloqueio Continental*, 2.ª edição revista, [s.l.] Gradiva.

MAGALHÃES, José Calvet de (1990) – *Breve história diplomática de Portugal*, Mem Martins: Europa-América.

MARQUES, Fernando Pereira (1989) – *Exército e Sociedade em Portugal no declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo*, Lisboa: Alfa.

MARTINEZ, Pedro Soares (1986) – *História diplomática de Portugal*, Lisboa: Verbo.

MARTINS, Ana Canas Delgado (2007) – *Governação e Arquivos: D. João VI no Brasil*, Lisboa: IAN/TT, 2007.

MELO, Sebastião José de Carvalho e (1986) – *Escritos Económicos de Londres (1741-1742)*, selecção, leitura, introdução e notas de José Barreto, Lisboa: Biblioteca Nacional.

MENESES, Avelino de Freitas de, [s.d.] – *Portugal da Paz da restauração ao Ouro do Brasil*, in: “Nova História de Portugal”, direcção de Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, vol. VII, Lisboa: Editorial Presença.

MERÊA, Paulo (1964) – “Da minha gaveta. Os secretários de Estado do antigo regímen”, in: *Boletim da Faculdade de Direito*, Coimbra: Universidade de Coimbra, vol. XL, pp. 173-189.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo (1987) – “Notas sobre nobreza, fidalguia e titulares nos finais do Antigo Regime”, in: *Ler História*, n.º 10, Lisboa: Edições Salamandra, Lda.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2003) – *O crepúsculo dos Grandes. A Casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, 2.ª edição revista, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2007) – *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, 2.ª edição, Lisboa: ICS.

NEWITT, Malyn, ROBSON, Martin, (2004) – *Lord Beresford e a intervenção Britânica em Portugal. 1807-1820*, Lisboa: ICS.

- O homem do Iluminismo*, direcção de Michel Vovelle, Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- OPTIMA PARS. *Elites iberoamericanas do Antigo Regime*, organização de Nuno Gonçalo Monteiro [et all], Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- PEDREIRA, Jorge, COSTA, Fernando Dores (2006) – *D. João VI*, [s.l.], Círculo de Leitores.
- PEIXOTO, Pedro de Abreu (1999) – “A aplicação das ISAD(G) aos arquivos de família”, in: *Páginas ac&b*, n.º 4, Lisboa: Edições Colibri, pp. 55-70.
- PEREIRA, Ângelo (1953) – *D. João VI. Príncipe e Rei. A retirada da Família Real para o Brasil. 1807*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- RAMOS, Luís de Oliveira (2006) – *D. Maria I*, [s.l.], Círculo de Leitores.
- RÉMOND, René (1994) – *Introdução à História do nosso tempo. Do Antigo Regime aos nossos dias*, [s.l.] Gradiva.
- RIBEIRO, Fernanda (2003) – *O acesso à Informação nos Arquivos*, [s.l.] Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2 vols.
- RODRIGUES, Abel (2006) – “O Arquivo do conde da Barca: *Mnemósine* de um Ilustrado”, in: *José Anastácio da Cunha: O Tempo, as Ideias, a Obra e ... os Inéditos*, Braga: ADB/UM, CMAT/UM, CMUP, vol. I, pp. 63-97.
- RODRIGUES, Abel (2007a) – “O Sistema de Informação Família Araújo de Azevedo. Estudo orgânico-funcional aplicado ao Cartório da Casa de Sá”, in: *Actas do 1º Congresso Internacional A Casa Nobre: Um Património para o Futuro*, Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, pp. 85-133.
- RODRIGUES, Abel (2007b) – *Entre o Público e o Privado: a génese do arquivo do conde da Barca (1754-1817)*, Dissertação de Mestrado em História das Instituições e da Cultura Moderna e Contemporânea apresentada ao ICS/UM, 2007.
- RODRIGUES, Abel (2009) – *Sistema de Informação Família Araújo de Azevedo (Arquivo do Conde da Barca), (1486-1879): Estudo orgânico-funcional e catálogo*, Braga, 4 tomos. (Versão policopiada disponível para consulta no ADB/UM).
- ROSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol (1998) – *Os fundamentos da disciplina arquivística*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- SAMPAYO, Luiz Teixeira de (1926) – *O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros (subsídios para o estudo da diplomacia portuguesa)*, Separata de “Arquivo de história e bibliografia”, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SCHWARCZ, Lília Moritz (2002) – *A longa viagem da biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, Armando B. Malheiro da (1997) – “Arquivos de Família e Pessoais. Bases teóricometodológicas para uma abordagem científica”, in: *Arquivos de Família e Pessoais – Seminário*, Vila Real: Associação Portuguesa Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas – Grupo de trabalho Arquivos Família e Pessoais, pp.51-106.
- SILVA, Armando B. Malheiro da (2000) – *Arquivística e Cultura Popular. Algumas notas sobre o binómio Informação e Cultura*, Separata de “Actas do Congresso Cultura Popular”, Fórum Maia, pp. 73-92.
- SILVA, ARMANDO Malheiro da (2006) *A Informação. Da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*, Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda (2002) – *Das «ciências» documentais à ciência da informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*, Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Armando Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda, RAMOS, Júlio, REAL, Manuel Luís (1999) – *Arquivística 1. Teoria e prática de uma ciência da informação*, volume 1, Porto: Edições Afrontamento.
- SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes (1996) – *O Desembarço do Paço (1750-1833)*, Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- SUBTIL, José, (1993) – “Os poderes do Centro: Governo e Administração”, in: *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, Vol. 4, “O Antigo Regime (1620-1807)”, [s.l.]: Círculo de Leitores, pp. 157-193.
- TORGAL, Luís Reis, ROQUE, João Lourenço (coord.), (1993) – “O Liberalismo (1807-1890)”, in: *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. V, Círculo de Leitores.
- TREMOCEIRO, Paulo Manuel, JORGE, Teresa Revés Jorge (1999) *Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, Ministério do Reino: Inventário*. Lisboa: IAN/TT.
- VIEIRA, Benedicta Maria Duque (2005) – *A formação da sociedade liberal*, [s.l.] CEHP-ISCTE.

Maria do Carmo Serén

Carisma e realidade do General Francisco da Silveira Um militar de carreira em momento de viragem



Quinta de Canelas

R E S U M O

Guarda-se do Conde de Amarante os sucessos militares que o tornaram um dos grandes da restauração do Príncipe Regente, impediram a reunião das tropas de Loison e Sault, permitindo o ataque ao Porto de Wellesley e, nomeadamente, comandando já tropas portuguesas e inglesas, o persistente percurso de expulsão dos exércitos franceses em Espanha, com batalhas que lhe granjearam uma Medalha da Vitória idêntica à de Wellington. Mas é a sua concepção de defesa das populações, contrariando o objectivo britânico de reconquistar apenas Lisboa, que torna clara a sua capacidade de resistir, reconstituindo um exército que não havia a partir de voluntários, populares, milícias e guerrilhas, que esclarece sobre a pouco reconhecida eficácia portuguesa na derrota de Napoleão e, de certo modo, nas contradições desse mesmo exército na revolução de 1820

Quinta de Canelas

A famosa espada de brilhantes do General Francisco da Silveira já não pertence à família. Mas esse valor intrínseco e extrínseco, que resultou de uma oferta do país agradecido, feita por subscrição pública, o mais alto tributo que se pode atribuir a um dos seus melhores, foi branqueada por essa velha questão do homem: como situar a sua vida interior quando tudo muda, quando o que se respeita perde valor?

O Liberalismo de muitas cepas não perdoou e deixou-o ficar no limbo dos incómodos Silveiras, que foram prestando serviço a uma Pátria diversa da que se fazia nascer com rosto de Romantismo e exigia novas fidelidades.

Os valores do herói que teve a medalha de ouro da Vitória, igual à de um Wellington vitorioso na Península e oferecidas pelo governo inglês, que foi grande de Espanha por Fernando VII e se adornou com inúmeras medalhas internacionais de velhas e novas sensibilidades, estava moldados pelo Antigo Regime, que foi também a época do Iluminismo e da Razão. Nascera com eles dentro de uma família privilegiada e respeitá-los era respeitar-se. Valores que, sabe-se bem, frutificam melhor quando a linhagem não está submetida à Corte e, questão ainda pertinente,

no contexto interior de uma vida feita no Douro herdeiro das *Cortes de aldeia*, que vira ainda recentemente serem brutalmente deslocados do seu pedestal os mais representativos líderes da nobreza do Norte, os Távora. O crime fora, como se sabia e não se aceitava, o de infidelidade.

A linhagem de Francisco da Silveira trazia com ela a cruz de Cristo dos fidalgos dos Açores que cresceram na administração das ordens militares; havia uma enorme tradição de inquietação militar dos seus antepassados desde os finais de D. João II; não tinham frequentado a Corte de Madrid, como os Meneses e os Távora, mas participado de alma limpa nas guerras da Restauração, quando o exército português se renovou e deu os melhores exemplos da cavalaria na batalha do Ameixial.

Será ainda dentro de uma larga tradição, que Francisco da Silveira faz uma compassada carreira de armas, nitidamente associada à manutenção da ordem da sua província e aos interesses de produtores de vinho, que a linhagem também representava e explicava, em parte, a trama dos seus casamentos. Havia assim ligações matrimoniais com os Távora, os Pintos, os Teixeiras e os Fonecas. Esta nobreza rural, mesmo a dos fidalgos sem título como os Silveira, mantinha casas brasonadas que também são quintas de produção, como a Quinta de Canelas do Douro, onde nasce o general, em 1763, em momento de crise agrícola no Douro. Para dominar a guerra dos preços que opunha autarquias aos governos proteccionistas, desenvolvera-se, nomeadamente no século XVIII, um poder local forte onde participavam ou tinham clientela os fidalgos a quem o absolutismo retirara elha guarda de corpo, que marcara a sua representatividade pessoal. O rizoma social desta forma de produção de bens da terra, que envolve os trabalhadores rurais, os grandes lavradores, os feitores dos fidalgos e os próprios fidalgos com o poder autárquico, faz surgir uma outra componente do Antigo Regime, o *bando*, grupo flutuante de desertores e vagabundos que espelham a margem rural do sistema, que deseritava da terra os filhos segundos.

Não se pode pensar a acção militar do general Silveira sem o conhecimento de facto desta situação: a utilização eventual dos bandos, (afinal povo armado, semi-profissional, que sempre incluía homens preparados pelo *Alardo* anual que propiciava a Ordenança). A confiança que lhes votava e o seu trato habitual com as suas virtualidades, fazia do bando homens seus. Bandos e voluntários ou milícia impreparada pelos tempos, fazem as suas primeiras glórias e serviços. E, não se pode deixar de observar que, ao contrário de muitos militares de origem nobre do seu tempo, Francisco da Silveira não fez a carreira relâmpago que os privilégios permitiam; não esteve na Campanha do Roussilhão como Bernardim Freire, não aproveitou os privilégios régios que permitiram ao futuro marechal Saldanha e tantos outros, ser capitão na flor da idade. Silveira foi marcando a sua vida militar com a cadência controlada de outros interesses imediatos: é cadete do Regimento de Cavalaria de Almeida, quando casa, em 1781 com Dona Emília Teixeira de Magalhães Lacerda, da Casa da Calçada, em Vila Real, o que fazia crescer em propriedade e dinheiro a sua linhagem, acrescentando à Quinta de Canelas, os bens do vínculo do Espírito Santo, criado em 1729. Só dez anos depois o vemos como tenente.

Na realidade, a meados do século XVIII o exército português é de pouco valia e pouco interessa a própria Coroa, determinada no comércio triangular que incluía o ciclo do ouro. O transporte do ouro que se salvaguardava com a aliança inglesa, era garantido por armadas de protecção britânicas. O país, desde D. João V, apostava na neutralidade militar com o resto da Europa e no apoio da maior armada do tempo, a inglesa. E na sua interesseira *Portugal Trade*. O que ficara muito claro na Guerra dos Sete Anos, quando tropas hispano-francesas invadem Trás-os-Montes e ocupam Chaves. Praticamente não havia exército preparado e o Marquês de Pombal chamara então o Conde de Lippe que, em poucos meses organiza e destaca os regimentos de cavalaria de Almeida, Bragança e os Dragões de Chaves: Chaves será libertada após um ano de ocupação e os regimentos do Norte avançam sobre os invasores em território espanhol, causando 20.000 mortos. De Lippe regressara ao seu principado alemão e o exército nacional ficara-se por essa inovação e um breve entreacto da sua nova eficácia.

Percorso tradicional de uma acção militar

Dez anos depois do seu tirocínio em Almeida, em 1790, Francisco da Silveira é colocado no Regimento de Cavalaria de Bragança; em 1793 é tenente e está em Chaves. Então, a sua missão específica é terminar com os bandoleiros e os bandos de guerrilheiros do Alto Tâmega. Em França é o início do Terror, com Robespierre. É também o início da guerra externa da França Revolucionária. Para Portugal será o apoio às tropas espanholas no Roussilhão, anulada a nossa neutralidade com a invasão da Espanha: a rainha D. Maria, tratada em vão pelos

médicos do rei inglês, enlouquecera e o príncipe herdeiro, D.João governa. É casado com D.Carlotia Joaquina, filha do rei espanhol Carlos IV.

Em Dezembro de 1799, já com 36 anos, Francisco da Silveira é feito capitão e ajudante do Governo de Armas da Beira. Patrulha o espaço de Lamego a Viseu, com tropas de 2ª Linha, milícias. Com o Conde de Lippe, a 2ª Linha deixara o seu papel de guarda municipal e de reserva e passara a ter serviço de fronteira, os homens devidamente armados, como auxiliares de tropas de 1ª Linha. Os capitães eram escolhidos entre os nobres da região do levantamento.

No contexto da “Guerra das Laranjas”, em 1801, a carreira militar de Francisco da Silveira parece adaptar-se ainda a esse processo defensivo da sua região. É sargento-mor, comandante em chefe das Companhias Francas de Trás-os-Montes, Minho e Douro, com chefia no Porto. No Entre Minho e Douro está o contingente do Marquês de la Rosière, emigrado francês em Londres, que chegara no ano anterior com os 6.000 homens cedidos pela Grã-Bretanha, quase todos eles emigrados, agora em luta com a França revolucionária; concentra em Chaves o Regimento de Infantaria, a Cavalaria de Bragança e dois batalhões de milícias e os voluntários treinados por Silveira. Juromenha e Olivença tinham-se rendido de imediato às tropas do favorito dos reis de Espanha, Godoy, que prosseguia, então, o seu plano de anexar para si o sul de Portugal, aliando-se aos propósitos ainda imprecisos do então Primeiro Cônsul francês, Napoleão.

Apesar do exemplo de Campo Maior, que levava 18 dias a ser ocupada, resistindo, as praças começam a ser abandonadas por tropas e população civil.

No Norte, como em todo o país, há um exército indisciplinado comandado por Bernardim Freire de Andrade, marechal de campo. Tenta-se ocupar Monterrey e não se consegue. Os portugueses regressam e fazem evacuar a praça de Chaves, que mantém uma guarnição mínima. Quando a paz é assinada e a Coroa paga uma indemnização de milhões a Godoy e Luciano Bonaparte, os portugueses tinham conseguido, apesar de tudo, manter afastados do Norte os espanhóis.

Na nova (des)ordem napoleónica

Os anos que seguem são determinados pela ascensão de Napoleão a Imperador e pelo reconhecimento das suas fulgurantes vitórias militares. Nas suas ilhas, a Grã-Bretanha organiza e reorganiza ligas militares contra a França; Napoleão acabará por propor o Bloqueio Continental à Inglaterra para sufocar a sua economia, o que coloca Portugal em grande instabilidade devido à sua aliança com a Inglaterra e pelo facto desta querer garantir a todo o custo uma base militar inglesa em Portugal para o seu ataque a França.

A resposta da regência é naturalmente e sempre, a neutralidade. Para a manter irá pagando 3 milhões mensais aos embaixadores franceses em Portugal, De Lannes e Junot. Esta infracção da neutralidade, que é de resto insuficiente para Napoleão que exige o fecho dos portos à Inglaterra, é compensada pela ocupação da Madeira pelos ingleses, com Beresford, as tentativas de ocupar Goa por Wellesley e a ameaça constante dos ingleses de ocuparem o Brasil. O valor português na panóplia internacional mede-se pelas suas colónias, nomeadamente o Brasil, agora também produtor de algodão. Toda a política diplomática portuguesa irá condicionar-se, seja qual for o partido no poder, (pró-inglês ou pró-francês), à manutenção das suas colónias fundamentais e à conservação do reino livre, não-ocupado e com a sua monarquia de Bragança, legitimando esse poder.

Pagando com os diamantes e esmeraldas do Brasil, D.João tenta garantir essa situação com a França; com a Inglaterra, além da exigência de apoio militar, há sempre a reafirmação de que os interesses ingleses em Portugal não serão atacados.

A proposta dos conselheiros pró-ingleses da retirada da Corte para o Brasil, apoiada pela Grã-Bretanha, não agrada ao Regente e só começa a ser levada em conta, (com diversos subterfúgios de adiamento,) quando o perigo de uma invasão napoleónica se agrava. Na verdade, tropas e navios portugueses tinham estado com Nelson na batalha de Trafalgar, (1804), infringindo qualquer validade das suas promessas e a ideia de Godoy começa a interessar a Napoleão, pois tem de compensar a rainha da Etrúria com um pedaço de Portugal. Godoy terá, ainda, o apoio de Talleyrand em 1806. Pitt, o ministro inglês morrerá e o novo ministro, Fox, quer saber da capacidade de defesa de Portugal e, acima de tudo, impedir que a armada portuguesa caia nas mãos dos franceses. Impõe-se que a família real siga para o Brasil. Com o ministro que logo lhe sucede, Canning, feroz anti-jacobino, depois da vitória de Napoleão em Iena, prepara-se nova coligação militar com a Prússia e a Rússia. A Prússia é logo ocupada e a Rússia é vencida em Friedland. Napoleão decreta então o Bloqueio Continental, sem apelo nem agravo. Em

Portugal começa a política de ocultamento. Há medo da ocupação francesa, (que sempre se agrava com o regresso das tropas em campanha) e medo da ocupação colonial e continental por parte dos ingleses. Vai-se adiando o encerramento dos portos, quatro comboios de residentes ingleses seguem, com bens e família para a Grã-Bretanha. D.João explica a demora dos fechos dos portos pela necessidade de regresso dos navios portugueses em trânsito pelo mundo; ao rei inglês assegura que o fecho dos portos é ficcional. Adia, acima de tudo, a sua partida para o Brasil. No porto de Lisboa, a armada danifica-se à espera.

Mas os ingleses, mal Copenhaga aceita o bloqueio, bombardeiam e destroem a cidade dinamarquesa. D.João, temendo que o mesmo suceda à capital, reforma o exército que é enviado para o litoral para defender Lisboa dos Ingleses. A meados de Outubro já se sabe que um exército francês está em trânsito por Espanha, reunindo-se a contingentes espanhóis e marchando para Portugal. De resto, a 27 de Outubro é assinado o Tratado de Fontainebleu, que divide Portugal em 3 partes, uma para Godoy, outra para a Rainha da Etrúria, outra reservada à Casa de Bragança, mas que será rapidamente entendida como francesa. E só a 3 de Novembro Napoleão é notificado do Bloqueio português. A 10, ainda D.João envia uma embaixada com o Marquês de Marialva para propor o casamento do seu filho D.Pedro com a filha de Murat, que casara com a irmã de Napoleão. Em Madrid convencem o Marquês da inutilidade da manobra e aí se vão ficando.

A 27 de Novembro inicia-se o embarque; ao que se dizia, 15.000 pessoas partiram com os seus cavalos, as suas carruagens, os seus móveis preferidos, as suas jóias. D.João levava ainda os dinheiros públicos minuciosamente levantados. Tudo se faz em grande confusão e pressa, o cais fica cheio de caixas de objectos de arte e a biblioteca régia e os navios, com o apoio de uma armada inglesa tentam vencer uma repentina tempestade na barra. Alguns, menos apressados, serão bombardeados por ordem de Junot, a partir de S.Julião da Barra, regressando, danificados, ao porto.

As vicissitudes dos franceses através da travessia de Espanha e Portugal são conhecidas. Não recebem apoio espanhol, como combinado, não há regimentos nem mantimentos à sua espera, apenas um exército pessoal de Godoy, comandado pelo general Caraffa se lhe junta. A entrada, fugindo a Almeida, (que, julga Junot, poderia estar vigilante) faz-se pela Beira Alta em tempo de chuva, tempestade e rios enfurecidos. Na retaguarda, os camponeses que vendem ou cedem os bois requisitados, roubam os equipamentos franceses e matam os retardatários. Há pouco que comer e pouco que roubar no território montanhoso que é atravessado. Mas D.João deixara um governo em seu nome e uma declaração, para ser conhecida por todos, que falava da bondade dos franceses que viriam para impedir o ataque inglês. Pedia um acolhimento leal aos franceses. A ordem é também para os quartéis militares e explica o apoio do quartel de Abrantes e de Tomar que fornecem alimento e o fardamento possível às tropas francesas famintas e descalças. Assim entra em Lisboa uma miserável vanguarda, ladeada e protegida por militares portugueses. Mas em breve chegam os regimentos retardatários, sem cavalos, naturalmente sem cavalaria e pouca artilharia.

Acção militar e conspiração

Quando finalmente chegam os regimentos espanhóis de apoio à invasão, (os 35.000 homens prometidos), com os seus 27.000, Junot soma 62.000 homens. Mas guarda para si metade das tropas francesas, que ficam em Lisboa; alguns franceses juntam-se a espanhóis no Algarve, o contingente espanhol do Marquês del Socorro, ocupa o Alentejo, enquanto outro contingente espanhol com Taranco, (e em breve com Ballestá), ocupam o Norte até Coimbra, mantendo-se ainda no Porto o primeiro exército de ocupação, o de Caraffa. Em Almeida fica a legião de Loison, para trânsito e controlo; Junot manda abrir uma estrada que liga directamente, na medida do possível, Almeida a Lisboa. Não se cumpre, desde a primeira hora, o tratado de Fontainebleu.

Entre a proclamação de despedida de D.João e as iniciativas de domínio imediatamente tomadas pelo exército ocupante, o exército português fica indeciso. Sabe-se como as altas patentes aconselhavam entre si manter o respeito pelas ordens do regente.

Mas dentro da inevitável política de guerra, Napoleão ordenara a Junot para enviar para França os familiares da família real, o melhor do seu exército, entre 5.000 e 6.000 homens, (a Legião Portuguesa) e extinguir e desarmar rapidamente o exército nacional, incluindo as milícias. Junot manteve por muito tempo a ideia de aliciar o exército português, conservando-o consigo. O que Napoleão, desde a primeira hora, considera imprudente e ingénuo.

A atitude ambígua criada por D. João, forçando o reconhecimento das tropas de Junot como aliados e ainda a admiração que o imperador francês determinava nos militares, explica que Gomes Freire de Andrade, o Marquês de Alorna e outras chefias menores se tenham responsabilizado pela organização da Legião Portuguesa. Terá 9.000 homens, mas em Baiona só entram 6.000; 3.000 perderam-se em expedições em Espanha e tornaram-se desertores.

O dismantelamento do exército começa logo em Dezembro de 1807, no Alentejo são também licenciadas todas as milícias; no Norte só a meadas de Fevereiro são licenciadas e depositam as suas armas nos magistrados locais da Justiça.

Francisco da Silveira demitira-se do exército logo em 1807 e tentara embarcar para o Brasil, não o conseguindo. Tudo indica que começara desde cedo a conspirar contra os franceses. Sabe-se que no Norte as armas dos milicianos, (de resto as mais actuais porque as milícias tinham sido reformadas por D. João nesse ano) não foram enviadas para Lisboa, como era exigido quando do dismantelamento do exército de segunda linha. E sabe-se ainda, como elas foram decisivas para armar o exército das Juntas, em 1808, mantendo-se devidamente resguardadas nas instâncias judiciais das comarcas, sendo rapidamente fornecidas quando do levantamento do Norte, este mesmo excessivamente rápido e interligado para ser entendido como espontâneo.

Entretanto, numa Espanha que de aliada a Napoleão se vira rapidamente como vítima de ocupação, com Marat a governar em Madrid e a família real prisioneira e levada à falsa fé para França, a afronta do *dois de Maio* abre a contestação e a revolta: começam a surgir Juntas Revolucionárias em nome de Fernando VII e dar-se-á-se a batalha de Bailén, contra os franceses. As Juntas conseguem o apoio dos ingleses e criam um exército, seja nas Astúrias, Jaen, Sevilha ou Cádiz. A Junta de Sevilha conta com o general Castaños, que organiza o exército revolucionário de Andaluzia que segue contra os franceses da província, o de Vedel e o de Dupont, que está em Bailén a 12 de Junho. Castaños tem um exército de quase 25.000 homens, com milícias de diversas Juntas e ainda um forte contingente de guerrilha. Só lutam cerca de 14.000 do exército de 1ª Linha, enquanto o resto, com Castaños, se mantém próximo para reforçar eventualmente o ataque. Em três dias de combate os franceses capitulam e aceitam as condições impostas por Castaños: as tropas são considerados prisioneiros de guerra, deixam as bagagens e os bens usurpados às igrejas, (só se encontram já transformadas em barras de ouro e prata), as armas e os cavalos, (apenas os oficiais superiores mantêm a espada e as bagagens vistoriadas). Só podem levar um carro e saem em navios franceses com tripulação espanhola. Assim, pela primeira vez as tropas de Napoleão depõem armas, deixam bagagens e cavalos, carros e despojos roubados. A 29 Madrid capitula, Marat leva os seus 37.000 homens, prisioneiros e residentes para França. Os Ingleses querem desembarcar com 10.000 homens de Moore em Cádiz, o que a cidade não consente; Wellesley, com os seus 9.000 homens destinados à invasão das colónias espanholas, é enviado para o largo da Península. A imprensa inglesa fala da coragem espanhola, comparando-a com a "alma de escravos" dos portugueses.

A Inglaterra manda Beresford, agora general, acompanhar este exército flutuante, às ordens do governador de Gibraltar.

De Portugal saem para se juntar ao exército das suas Juntas os espanhóis de Ballestá, do centro e do sul. Só não saem os de Lisboa e arrabaldes que Junot faz juntar e desarmar rapidamente. Com a saída progressiva de espanhóis e em contacto com as milícias e guerrilhas fronteiriças, desde Maio que surgem aclamações a D. João, no Norte e prepara-se a organização da revolta através do processo das Juntas, no mês seguinte.

É um momento de viragem, mas altamente perigoso: a vitória de Bailén faz o exército francês em França reorganizar-se e concentrar-se. Assim o sucesso de Bailén não voltará e no rescaldo da próxima derrota de Junot, Napoleão, pela primeira vez, decide comandar pessoalmente o seu exército da Península, alargado então com dois contingentes de peso, o de Ney e o de Soult.

Portugal tem uma aparente oportunidade, com a saída dos espanhóis, mas não tinha realmente um exército, nem de primeira nem da segunda linha; os seus melhores oficiais seguiram para França, (e ainda lutaram contra a Junta de Saragoça, cercando-a.) Têm Lisboa e o litoral até ao centro fortemente ocupados com tropas francesas de elite; Almeida e Abrantes, como capitais militares que controlam o Norte e o Centro e Loison sempre em movimento. Em todas as fronteiras há exército francês a pouca distância, quando as Juntas começam a ser sucessivamente vencidas e isoladas. Exércitos que podem ser facilmente reforçados. Em breve, apenas o exército rebelde do Marquês de la Romana, (que trouxera com ele o seu regimento revoltado, em serviço de apoio a Napoleão, no Norte da Europa) é o único a fazer a guerrilha na Galiza.

Neste contexto o papel das Juntas portuguesas para a libertação e autonomia portuguesa mais do que uma utopia é uma provocação.

Já a 6 de Junho Ballestá prende Quesnel e os seus soldados franceses, sai para a Galiza com as tropas espanholas de ocupação, levando os franceses prisioneiros. No dia seguinte o sargento-mor do Castelo da Foz, Raimundo José Pinheiro substitui a bandeira francesa pela portuguesa e dá ordem de entrada a um navio inglês. No Porto permanecem os 4.000 soldados de Caraffa, (eram 7.000 em Abril, mas Junot pedira 3.000 para juntar ao contingente de 7.000 homens de Caraffa em Lisboa). São homens de Godoy, não obedecem a Ballestá, mas, dentro do Tratado, a Junot. Mesmo assim a 17 de Junho havia 3.500 espanhóis comandados já por Quesnel.

O governador de armas do Porto intervém, bloqueando a autonomia do quartel; mas não impede que esse fosse o rastilho da revolta no Norte, obviamente integrada numa conspiração da região norte. A 6, o Quartel de Chaves faz a primeira proclamação, contando com a do Porto. Só se reata a revolta na noite de 17, madrugada de 18. É a adesão geral, com o apoio dos já formados corpos militares de voluntários e a população. No Porto, abre-se a barra a 20. Chaves retoma a revolta a 19 e em Vila Real, Francisco da Silveira faz uma proclamação onde afirma os objectivos da luta em geral e a adesão das Juntas Revolucionárias à Junta Suprema do Porto, governada pelo seu bispo desde a véspera. A proclamação das Juntas, aclamando o regente D. João sucedem-se, extravasando para outras províncias, incluindo o Algarve.

O exército da Junta do Porto é criado, tem como comandantes Bacelar e Bernardim Freire. Silveira também presta serviço à Junta do Porto e pertence ao seu exército, desde 21 de Julho.

É incumbido de reorganizar os corpos militares da província, de infantaria e cavalaria; mas por onde passa subleva ainda as populações. Junta os Regimentos de Infantaria 24 e Cavalaria 12, (os famosos “doze e dobra”) e os corpos espanhóis rebeldes, chegados de Monterrey, para defender Trás-os-Montes. Wellesley já se reunira com a Junta e já se sabia a enorme diferença de objectivos dos dois lados: Wellesley quer tomar Lisboa para aí fazer a base de ataque aos franceses na Península, não se interessando pelo resto do país. A Junta e o seu exército, nomeadamente Bernardim Freire, Bacelar e Silveira, numa primeira fase decisiva, querem apenas retirar e afastar os ocupantes do Norte do país; todo o seu apoio aos ingleses passa por isso: garantir a libertação do Norte e do país. De momento interessa garantir a defesa do espaço onde se encontra a Junta Suprema. E assim, bloquear Almeida e sublevar de imediato as Beiras.

Só quando já está de pé o exército da Junta, Silveira vai para o Porto, para Cavalaria 6.

A 17 de Julho Loison tem ordens de Junot para aniquilar a insurreição do Norte, dirigindo-se para o Porto. Leva 2.600 homens, boa cavalaria e 27 carros de bagagem e armamento. Chega a 20 a Lamego que se rende, segue para a Régua, onde instala uma guarnição e em seguida para Mesão Frio, onde entra com 8 peças de artilharia. Quer continuar para Amarante, chega aos Padrões da Teixeira e enfrenta tropas desordenadas de Francisco da Silveira: os voluntários do seu cunhado, Gaspar Teixeira e milícias de Vila Real, a guerrilha de Ascanho e voluntários de Miranda, Guimarães e outras milícias com os seus fidalgos. A retaguarda de Loison é investida com estratégias de guerrilha e vai confrontando emboscadas a sul de Padronelo, por vezes efectuadas por paisanos armados de paus, como o grupo de homens de Canelas. Destroem peças de artilharia, roubam e inutilizam a pólvora, bagagens e carruagens, matando o ajudante de Loison, que confundem com ele. O objectivo é desorganizar o exército francês impedir que Loison chegue ao Porto, o que conseguem. Loison regressa à Régua e pelo caminho até Almeida incendeia e mata quanto aparece. Morrem justicados cerca de 3.000 pessoas. Junot manda-o, então, apaziguar o Alentejo.

No Porto a Junta faz Silveira coronel, em Cavalaria 6.

A 1 de Agosto os ingleses desembarcam em Lavos: 14.000 homens, 18 peças de artilharia, 200 cavalos. Então, por acção das Juntas, praticamente nove décimos do país estavam libertados, embora ainda sujeitos aos “raids” punitivos de Loison. Foi fácil o desembarque, com o litoral centro limpo de franceses. A 3 de Agosto os representantes da Junta reúnem com Wellesley em Montemor-o-Velho, (Freire de Andrade, Ayres Pinto de Sousa, Canavarro e Francisco da Silveira). Não chegam a acordo. Wellesley insiste na exclusiva libertação de Lisboa, o que devia canalizar todo o esforço de guerra; a Junta defende a protecção da população geral, defendendo-os na inevitável retaliação francesa em retirada.

Mas fica acordado que as milícias portuguesas seguiriam para cercar Abrantes e o exército português juntar-se-ia a oeste de Leiria ao de Wellesley. Bernardim Freire é informado que Loison está em Santarém com 8.000

homens e quer manter tropas para defender o centro e o norte. Mas, supondo a certa altura que Loison vem contra si, Bernardim une-se aos ingleses em Caldas da Rainha e segue para Óbidos, contra a retaguarda francesa, como fora combinado. A 17 de Agosto dá-se a batalha de Roliça, 5 horas de luta antes dos franceses retirarem deixando as bagagens em campo. Wellesley só quisera 1.600 homens do exército português, (receava não ter rações alimentares suficientes), mas combateram 2.600 portugueses dos 6.000 do exército da Junta. O Regimento de cavalaria 6 de Silveira também se incluiu. Os ingleses perderam quase 500 homens.

A 21, Junot com 14.000 homens enfrenta 18 a 20.000 anglo-portugueses no Vimeiro. Acaba numa violenta luta corpo a corpo. Morrem 1.400 franceses, 4.000 são feridos, fazem-se 400 prisioneiros, os Aliados perdem 950 homens e têm 500 feridos. Os franceses perdem tudo na batalha, bagagens e material de guerra.

Com o final da batalha Wellesley é substituído no comando pelo governador de Gibraltar, que decide esperar a chegada das tropas de Moore, já que o momento era decisivo e capital: com a derrota de Junot, ocupar-se-ia Lisboa, o principal objectivo da ajuda inglesa e dos seus planos de resistência a Napoleão, inutilizando o Bloqueio.

Na espera Junot joga a sua cartada e propõe um armistício, garantindo que se o não aceitassem incendiaria Lisboa. É aceite e só será assinado a 31, sem a presença de representantes portugueses.

A 31 é pois assinada a Convenção de Sintra. Os ingleses mostram-se muito mais modestos na vitória do que os espanhóis em Bailén. Permitem que os franceses retirem com as suas bagagens e armas, os seus 600 cavalos, (todos portugueses, pois chegaram sem qualquer montada), e acabaram por levar 800, alguns da coudelaria real; só se lhes impôs a entrega de património português de que se tinham apropriado, (sabe-se que Junot conseguira enviar, pouco antes, por barco, a “sua” Bíblia portuguesa, do património real, de incalculável valor; a duquesa de Abrantes, já quando viúva de Junot vende-a por quase um milhão de francos, ao desbarato e Luis XVIII compra-a, oferecendo-a a D.João, mais tarde. Para França também já Junot enviara um lote de diamantes “que conseguira sabe-se lá onde”, dissera Thiebault).

Não sendo considerados prisioneiros os franceses embarcam com os saques, o que levanta muita revolta popular, mas a 15 de Setembro saem finalmente os últimos navios com franceses.

A Convenção de Sintra, violentamente recriminada por Bernardim Freire em nome do exército da Junta, provocará um inquérito militar em Inglaterra; o rei inglês acusa os seus generais de terem desrespeitado a soberania portuguesa e não terem procedido como vencedores em Lisboa. Mas a guerra continuava e a comissão de inquérito não recrimina na totalidade os responsáveis. Aí se foi tecendo a lenda, que os relatos dos franceses vencidos repetem, de que Portugal não teria entrado militarmente na guerra, fazendo-se representar apenas por paisanos armados de paus.

Em Dezembro levanta-se o exército português, 24 regimentos de cavalaria, 6 batalhões de caçadores, 12 de cavalaria, 4 de artilharia. Verdadeiramente nova era a Real Legião Lusitana, formada em Inglaterra por emigrados portugueses.

Mas a ocupação de Lisboa pelos ingleses, (que sempre hastearam lado a lado a bandeira inglesa e a portuguesa) ficou ensombrada pela derrota do exército de Moore em Espanha. O general inglês, levando consigo Beresford, entra por Espanha, tentando chegar a Madrid. Mas não consegue apoio dos espanhóis, que vinham sofrendo derrotas sucessivas. Ficando isolado de Portugal, regressa por Astorga é derrotado pela única campanha que Napoleão, irritado com a derrota de Junot, fez em Espanha. Moore foge com o resto do seu exército, (metade dele fica pelo caminho) pela Galiza, e é perseguido por Soult, que Napoleão, chamado para a Áustria, deixa para o substituir na campanha de recuperação de Portugal. Moore acaba por ser morto, é a derrota total; apenas alguns, com Beresford, conseguem atrapalhadamente embarcar na Corunha de regresso a Inglaterra. A repercussão é tal que os ingleses em Lisboa, sabendo-o, pensam também em embarcar.

Na Beira está parte da Legião Lusitana com o general Wilson e em Trás-os-Montes o agora brigadeiro e Governador de Armas da província de Trás-os-Montes, Francisco da Silveira. No Minho estão tropas com o general Gomes Freire. No total: menos de 4.000 homens bem treinados.

Do valor local ao valor nacional

A ordem de Napoleão, que deixa na Galiza dois dos seus melhores corpos de combate, o de Ney e o de Soult, era de ocupar Lisboa antes de 16 de Fevereiro e seguir para a Andaluzia ajudar o general Victor. Em Março, Soult tenta entrar pelo Minho, defendido por populares e pelo exército comandado pelo emigrado francês Champalimaud. Segue para Trás-os-Montes, repele os homens de Francisco da Silveira, que esperava o apoio dos

6.000 homens do Marquês de la Romana, que, ocupado na constante perseguição aos franceses na Galiza, não aparece. Silveira quer que Chaves seja evacuada, mas o comandante não quer; Silveira retira então com os seus homens bem indisciplinados para os montes. Já recebera um delegado de Soult convidando-o a render-se com a promessa de se tornar comandante de Trás-os-Montes; respondera que já o era e assim se manteria. Chaves, onde deixara uma pequena guarnição rende-se a 9 de Março, a guarnição é feita prisioneira e as milícias licenciadas. As tropas de Soult seguem para o Porto, dominando ainda Braga oito dias depois – e aí, no pânico da chegada dos franceses vários oficiais, incluindo o comandante Bernardim Freire são chacinados pela população e milícias em fúria. A 26 Soult chega às fronteiras do Porto, que não se entrega, mas onde também já grassa o pânico. Como retaliação Soult, ao quebrar a resistência da defesa, decreta 3 dias de pilhagem. É o momento do desastre da Ponte das Barcas, não suportando o peso dos milhares que querem chegar a Gaia.

Na véspera da chegada de Soult à cidade, a 25 de Março, Silveira recuperara Chaves.

Mantendo-se utópica a autonomia do país – nas fronteiras estão agora os melhores exércitos de Napoleão; e da Espanha Revolucionária, quase reduzida a Cádiz, pouco há com que contar. No Porto Soult com Laborde e Loison em Almeida anulam a importância dos 5.000 homens que em Tomar Beresford ainda treina – a libertação do Norte é a libertação de todo o país. A rapidez com que Napoleão impunha as suas iniciativas e as suas vitórias já moldam a mentalidade militar. Habituo-nos a ver o rigor da paciência de Francisco da Silveira, sempre atento à salvaguarda do seu exército, (esse exército que ele fora acompanhando desde a difícil preparação dos voluntários), mas analisada em retrospectiva a sua acção no bloqueio às tropas de Soult, (de Laborde e Loison), tudo se passa rapidamente.

Enquanto aguarda a chegada do exército de Wellesley e dos homens de Beresford, Silveira com as suas difíceis e indisciplinadas tropas não descarta o movimento contínuo que corta qualquer tipo de comunicação entre os franceses. Soult fica isolado, seja em relação ao seu exército criteriosamente espalhado no norte, seja dos outros exércitos além fronteiras. A segunda invasão, definida para conquistar o país com a ajuda eventual de Victor, desfez-se rapidamente e ficou comprometida desde finais de Abril. Soult ficou no Porto pouco mais de um mês, entra a 29 de Março e é expulso do Porto, pela aproximação das tropas de Wellesley a 11 de Maio.

Silveira, como comandante em chefe das tropas de Trás-os-Montes fora expulsando as guarnições francesas; ao mesmo tempo, recebia indicações de Beresford para impedir que as tropas de Loison se reunissem no Porto com as de Laborde, já que se esperava a chegada de Wellesley e tinha de se dar tempo a que se aproximassem do Porto. Dirige-se para Amarante, o nó dos caminhos que levavam ao Porto. Leva para aí a Infantaria 12, mantendo-se a cavalaria à distância, que Laborde ataca; Silveira fortifica-se então em Amarante, mas os franceses entram, enquanto Silveira se entrincheira na ponte, impedindo os franceses de sair. Tem consigo mais de 5.500 homens e mantém-se a bloquear Amarante desde 18 de Abril. Do Porto vem Soult com uma nova divisão a apoiar Delaborde e os franceses fazem saltar a ponte, dinamitando-a. Saem então de Amarante e Silveira segue para o Marco, Mesão Frio e Marão. Loison ainda persegue Silveira até Mesão Frio, mas as tropas de Bacelar obrigam-no a retirar. Dos 21.000 homens de Soult, 9.000 estavam em volta de Amarante. Com esta sua estratégia em Amarante, Silveira ganhara 14 dias e com toda a acção três semanas. As tropas de Wellesley estavam a chegar. A 8 de Maio Silveira vai para Vila Real e no Marão bate as tropas de Loison, suspendendo a sua marcha; recuam para a Régua.

No Porto, Soult já perdera as comunicações com os outros exércitos franceses fora do país. Tudo se resumia em vencer as tropas do Minho e, principalmente dar batalha a Silveira, que recusava a batalha campal e mantinha as emboscadas, a guerrilha, a dispersão, mostrando uma mobilidade sempre perigosa. Os franceses perdem a artilharia, homens, munições, bagagens e vão ainda perdendo as guarnições. A táctica da guerrilha instala a insegurança e desfaz a ordem de marcha, facilitando as lutas de campo aproveitadas por Silveira.

Entretanto já Wellesley, incorporando tropas portuguesas de Lisboa e do sul destruir a vanguarda de Soult em Albergaria e Grijó; já vira os regimentos portugueses, como Infantaria 11, receberem louvor de combate e chega ao Porto precisamente quando os franceses já estavam de saída desde a madrugada, com Soult, Delaborde e Quesnel, para retirarem com Loison.

Loison já saíra de Amarante e seguira para o Norte; Soult, não o encontrando, segue com as suas tropas para Guimarães, mas, perseguido, galgará a serra do Barroso, lutando contra populares e o exército português; Silveira, encarregado por Beresford de capturar Soult, persegue Loison. Depois acabará por perseguir à distância Soult, até Espanha; Beresford segue para Chaves e também não o captura.

Com o país novamente livre dos franceses o regente nomeia Wellesley marechal de campo do exército português, Beresford comandante em chefe das tropas combinadas e Francisco da Silveira Conde de Amarante.

O Norte não voltará a ser invadido, mas sofreu três meses de apocalipse; a retirada de Soult e de Loison cavou caminhos de morte, incêndios, destruição de vidas e de culturas da terra, com aquela raiva e inutilidade que a derrota e a humilhação proporcionava aos franceses.

A retirada de Soult surge no momento de máxima glória de Napoleão; casara com Maria Luísa, filha do imperador da Áustria. Quando se entrega ao problema que a Península já constituía, os seus generais, nomeadamente os que já conheciam a derrota em Portugal, como Junot, Thiebault ou Delaborde, acordam na consideração de que é necessário um exército unitário de 100.000 homens. Napoleão apenas aceita 70.000, mas dotado de forte artilharia. Comandá-lo-á o seu general preferido, Massena, “o filho querido da vitória”, imbatível, mas que se dizia cansado, o que Napoleão não aceita. Com ele virão Junot, Ney e Raynier e ainda o general de cavalaria Montbrun.

O plano de Wellington

Durante o ano de espera, o país passou a ser campo de manobras inglesas. Napoleão estava no seu máximo poder, em Espanha governava José Bonaparte. A tomada de Lisboa pelos aliados gorara o Bloqueio e a capital portuguesa mantinha-se como a retaguarda de controlo dos movimentos napoleónicos no mar.

Wellesley, com a autoridade que D.João lhe oferecera, traça o plano peninsular para expulsar definitivamente os franceses: obrigá-los a descerem, até Lisboa, defendida com as Linhas de Torres Vedras, linhas de defesa, já pensadas para Junot por um engenheiro português e que cobririam, em três linhas de defesa, os distritos de Alhandra, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras. Defenderia a parte mais a norte da barra do Tejo.

Para que o exército francês se desgastasse e chegasse a Lisboa com menores condições ofensivas (e, ao mesmo tempo todas as suas vitórias serem vazias no sentido da ocupação), até Lisboa, far-se-ia a política da terra queimada: as populações deveriam destruir e esvaziar as suas casas, e produções agrícolas, abandonando-as à ordem de Wellesley, seguindo com ele para Lisboa.

Nada poderia ser mais do desagrado de Francisco da Silveira, que continuava a defender a vasta fronteira norte desde os finais de 1809, tendo diversos recontros com os franceses e chegando a atacar Sanábria, em Agosto. Wellesley mantinha o seu exército acampado por alturas do Côa, sem intervir em qualquer acção.

Apesar de Napoleão ter decidido que se deixasse passar o Verão de 1810 sem enfrentar a luta com as febres e as epidemias sazonais que debilitavam as tropas, a 24 de Julho Massena cerca Almeida. Ney ocupa Ciudad Rodrigo; o total é de 85.000 homens. Almeida é cercada com quase 70.000, incluindo toda a cavalaria de Montbrun, cerca de 6.000 cavalos. O defensor de Almeida espera que o exército inglês o venha apoiar, mas Wellesley não mexe. Almeida só se entrega quando o exército francês faz explodir o armazém da pólvora, matando soldados e civis.

Massena fica no local até 15 de Setembro, mandando recolher víveres para 17 dias: o tempo que destinara para cercar e ocupar Lisboa. Prepara então a sua marcha e Wellesley sai à sua frente, com calma, levando consigo a multidão de desalojados, que, por vezes, saindo, incendeiam as suas casas. Trant, Bacelar e Silveira têm a função de evitar as comunicações e passagens da fronteira até Massena. Este manda ocupar Celorico, Viseu e Trancoso, que são agora lugares desertos. Segue para Santa Comba Dão, Caramulo e Wellesley para a serra do Buçaco. A multidão de refugiados são já milhares de camponeses.

Os franceses fazem sucessivos reconhecimentos para encontrar comida e lenha. Encontram sempre quem se escondeu, quem se refugia na montanha esperando a noite para regressar a casa. Sob a pressão da fome, cometem as maiores barbaridades. Em todo este período de invasão o exército francês estará em constante procura de alimento. Tempo e energia são gastos nisso, ocupando nomeadamente os homens de Montbrun.

Seguir para Lisboa implica vencer o exército aliado que se encontra no Buçaco, no cimo dos montes. Na madrugada de 27 de Setembro os franceses tomam posição no plano rodeado de montes e atacam, (Loison e Mesme). Mesme é logo ferido. É uma luta passo a passo, com baionetas. Ney e Brehier recuam, perdem mais de 4.000 homens entre mortos, feridos e fugitivos. Os generais franceses em reunião decidem abandonar a luta, torneando a posição e seguir para Lisboa. É a cavalaria de Montbrun que descobre outra saída, por Boialvo. A 28 os franceses retiram, em silêncio, derrotados no Buçaco.

Do cimo dos montes Wellesley observa, saindo depois calmamente para Torres Vedras.

Quando o exército de Massena chega a Torres Vedras pára pasmado frente às Linhas. Não há passagem possível. Nas linhas estão os ingleses, os portugueses de Beresford, as milícias de Viseu, Castelo Branco, Covilhã, Idanha, Vila da Feira, Tomar, Santarém, Lisboa, Setúbal e Torres Vedras. Ainda os 8.000 homens do Marquês de la Romana e o povo armado. São mais de 110.000 homens bem organizados e armados.

Massena já só tem 60.000 homens. Decide esperar que chegue o corpo de Soult e manda pedir a Napoleão mais 60.000. Só chegará uma legião com 10.000. Os homens estão doentes, sempre famintos, feridos. Não há barcos para atravessar o rio Há deserções constantes, bandos de desertores, como o 11º corpo, com 1.600 homens, que multiplicam as perseguições, roubos, incêndios, assassinatos. A invasão de Massena representa um período de terror arbitrário: os soldados começaram a reconhecer os locais onde tudo se escondera no abandono das terras; perseguem as mulheres que os familiares escondiam nos montes, para as venderem como vivandeiras aos oficiais, assassinam brutalmente crianças, velhos e estropiados e Massena, que tinha sido um militar de seriedade assegurada, acaba por transigir com toda esta brutalidade, perdendo os infractores, seleccionando mesmo para si resultados de pilhagens.

Em Novembro, Massena vai instalar-se em Santarém, onde faz quartel e envia brigadas para encontrar comida. Começa 1811 e não desiste. Só resolve retirar a 4 de Março.

Wellesley segue o exército; envia Beresford socorrer Badajoz que Soult ataca, para não ter de apoiar Massena. Este é ainda atacado e tem uma divisão inteira destruída em Foz de Arouce. Segue depois para Salamanca, ainda regressará a Almeida com armas e munições reforçadas para levar consigo a guarnição, que sairá por entre o fogo dos Aliados.

Nos finais de 1811 o país está liberto, acusando ainda duas excursões francesas de pilhagem no final do ano. Mas em 1812 inicia a luta em Espanha. Todo o ano se passa em excursões militares para limpar o corredor de entrada dos franceses para Portugal; Wellesley, já definitivamente duque de Wellington, mantém todo o ano o seu quartel de chefia em Portugal, em Còa, Vila Real, Lamego, mesmo Coimbra. Pouco a pouco e com muitas baixas aliadas, conquista-se Ciudad Rodrigo, Badajoz; a sul, a partir do vale do Guadiana, Hill vai destruindo os fortes no vale do Tejo espanhol. Em Julho o difícil ataque a Salamanca, que é abandonada. Depois é o caminho para Madrid.

Agora Francisco da Silveira já faz a guerra metódica mas, chegando os 42.000 homens de Marmont, Wellington regressa com o seu exército a Portugal mas acaba por estacionar em Ciudad Rodrigo. Segue-se a improvável vitória nos Montes Arapiles, onde Marmont e os generais que lhe sucedem são feridos, pondo o exército francês em pânico; Wellington que ia retirar, regressa ao perceber a confusão e os franceses retiram-se para a linha do Ebro. O rei José Bonaparte, que fugira e regressara com Marmont, foge de novo a 11 de Agosto. A 12 Wellington, os generais espanhóis, os chefes da guerrilha e Francisco Silveira entram em Madrid.

A 1 de Setembro vão ocupar Valladolid e Burgos, que oferece resistência, antes que Silveira apareça; a sua chegada põe os franceses em fuga.

O fim do ano passa-se com Wellington a conferenciar em Cádiz e a retornar para o quartel de Inverno em Portugal.

O ano de 1813 será um desastre para os franceses; Napoleão está na Campanha da Rússia com mais de 700.000 homens; chamara as suas tropas de elite, os Lanceiros e Montbrun. Na Península os franceses ocupantes eram 350.000. Nos Aliados, que iam incluindo espanhóis, o exército português já igualava o inglês em preparação militar, excedendo-o em organização. A guerrilha fornecia muita da tropa a cavalo, tinha mais de 3.000 cavalos.

Francisco da Silveira comandava a 2ª divisão portuguesa. Com a tomada de Burgos, Wellington começa a arriscar-se a aquartelar em Espanha.

Depois do ataque e vitória em Tormes, em Maio, Francisco da Silveira assume o comando da divisão de Hamilton. É obvio que os franceses convergem para Vitória, pois tendo Pamplona bem defendida, pensam dar aí a batalha decisiva, em campo aberto. Na estrada para Vitória, Wellington vence ainda a batalha de Osma, rechazando os franceses para as montanhas.

Passada a primavera, dá-se a 21 de Junho a batalha de Vitória. Todo o exército está concentrado, mas Silveira é o único a atacar. Os franceses levavam consigo o tesouro do exército, todo o armamento, - 1.500 carros, com o arquivo do Estado Maior, as bagagens dos oficiais, - 100 peças de artilharia, 200 carros menores com toda a bagagem do rei José. É a divisão de Silveira que, envolvendo o inimigo captura parte da artilharia e o famoso tesouro do rei, logo em fuga, a cavalo, seguido de 3.000 cavaleiros.

O tesouro capturado era superior a 8 milhões de cruzados em ouro, mas foi desviado por um comissário inglês e perderam-se dois terços da importância.

O exército francês segue desordenado para Pamplona. Por esta batalha Wellington e Silveira receberão cada um, a medalha de ouro da vitória, oferecida pelo rei inglês.

A maioria dos franceses passou a França; Soult é encarregado por Napoleão de reorganizar o exército e defender a França do avanço aliado. Tem consigo 30.000 homens, em breve reunirá 100.000. Ficam entretanto cidades-guarnições para ocupar,

San Sebastian, Tarragona, Pamplona. Agora já são as tropas portuguesas que tomam a iniciativa. Mas falta encontrar uma passagem pelos Pirinéus para entrar em França. Os Pirinéus são temidos não apenas pelas guarnições francesas bem colocadas, como pelos habitantes, guerrilhas ferozes que conhecem os montes. Atingir aí a noite é morte certa, levar a artilharia é aumentar-lhe as forças, pois sabem roubá-la.

Será a 2ª Divisão Portuguesa de Francisco da Silveira que abre caminho, conseguindo atravessar e limpar o desfiladeiro da Maia, em dois dias, de 28 a 30 de Julho. A 2 de Agosto desse ano, 1813, o exército aliado segue para França instalar o quartel general. Na batalha dos Pirinéus os franceses perderam 6.000 homens e os aliados 2.000. Nas acções dos regimentos portugueses, tratando-se, habitualmente, de emboscadas de guerrilha, era comum morrer a totalidade dos destacamentos, soldados e oficiais.

Silveira continua a lutar em Espanha, está no Cerco de San Sebastian, antes de passar com a sua divisão para França. Compreende-se que seja feito grande de Espanha por Fernando VII e grande de Portugal por D. João VI, receba a Comenda de San Fernando e a Grã Cruz de Cristo e da Torre da Espada, de Portugal. Mas ainda se tornará notado em França, combatendo de novo Soult, que efectua batalhas de desgaste, recuando de rio em rio, do Nive ao Nivelles e ao Adour. A 7 de Outubro Wellington entra em França. Já em 1814 Soult tenta atrair o exército para Toulouse, o que proporciona um cerco difícil, onde uma vez mais se distinguem as tropas portuguesas.

Os Aliados têm 7.500 baixas. Mas dá-se a abdicação de Napoleão. É o regresso das tropas que primeiro tinham invadido a França napoleónica.

Silveira e Wellington

Francisco da Silveira e o duque de Wellington eram ambos conservadores, ambos orgulhosos e persistentes, ambos vaidosos. O general irlandês não suportava inicialmente Silveira; reprovava-lhe o ponto de vista que demonstrou quando da primeira invasão, em Montemor-o-Velho, desprezava o exército da Junta, nomeadamente aquele exército de voluntários que Silveira organizara. Não considerava militares os milicianos e abominava ter de trabalhar com guerrilhas, como aconteceu frequentemente em Espanha.

Ao desrespeitar a ordem de Beresford, não aprisionando Soult em 1808, (o que este também não conseguiu, demorando-se até Chaves), Silveira sofreu a suspeição dos dois generais. De resto Silveira manteve sempre a sua opção fundamental, impedir nova invasão dos franceses ao Norte que comandava. E Wellington pôde deixar na reserva o seu exército inglês no Còa, em 1810, precisamente porque as fronteiras estavam protegidas. Já então os franceses se tinham habituado a respeitar Francisco da Silveira e a recear a sua mobilidade.

Mas é a partir de 1812 que Wellington pode observar de perto a condução militar de Silveira; a eficácia da sua acção na condução de tropas, o respeito pelos seus homens que não se queixavam da dureza dos trabalhos e das condições, a facilidade com que alternava a guerra metódica com a acção de guerrilha quando as circunstâncias assim o exigiam. Em Madrid tem-no a seu lado e aceita os chefes das guerrilhas, muitos dos quais eram do trato de Silveira. Em Vitória pôde ver o êxito da táctica mista de Silveira ao envolver o inimigo. Chega a dar-lhe o comando da divisão de Hamilton: a conceder-lhe o prestígio que apenas reservava aos ingleses.

As medalhas e os títulos concedidos pela Grã-Bretanha, por Espanha e Portugal quase que os igualam. Não são as grandes vitórias que lhes dão os títulos, mas a resistência oferecida em Amarante ou em Talavera de la Reina. Silveira, que não fizera uma verdadeira carreira militar até 1801, tornara-se, mesmo aos olhos de Wellington, um militar de excepção. Não fora as vicissitudes da mudança de regime, Francisco da Silveira, que esteve nos momentos mais decisivos das guerras peninsulares a partir de Junho de 1808, seria o mais lúcido representante português da derrota de Napoleão na península.

Como Wellington, Silveira era tão amado como odiado, mas sempre respeitado. O orgulho do privilégio de classe e da certeza de si são comuns aos dois. Se Silveira ganhara valores do Antigo Regime, Wellington conservara

os seus da Dublin natal. Nem um nem outro nasceram no centro do poder, por isso procuram o absoluto. E ambos, na improbabilidade histórica de vencerem Napoleão, o conquistaram.

É em Chaves, quando o exército também encabeçava o liberalismo, que Francisco da Silveira, fiel à realeza tradicional por quem lutara e por quem se construíra, que se confronta com o mal dos tempos: os seus soldados, os seus velhos regimentos obreiros de tantas glórias comuns, negam-lhe o apoio contra a Junta revolucionária do Porto de 1820. Não interessa saber se os mesmos homens, os seus familiares ou seus soldados, venham, muito em breve, a atacar esse liberalismo que agora apoiam. Em 1820 negaram o que constituíra toda a sua vida. No ano seguinte morria e não quis ser enterrado como militar.

Apontamentos bibliográficos

Para além das biografias do Conde de Amarante, (Adriano Beça, “O General Silveira”, Tip.Universal, 1909, Luís da Câmara Pina, “Um militar, o Conde de Amarante” in Ciclo de Conferências da Academia Portuguesa de História, Figuras históricas do Norte de Portugal, F.Eng. J.de A., 1983, ou Manuel da Silva Gonçalves, “General Silveira, 1º Conde de Amarante”, in Actas do Congresso Histórico de Amarante, 98”, vol. I, CMA e referências afins do Espólio documental dos Condes de Amarante, F.Sousa e outros, CMA, 1998, ou na obra publicada pelo seu confessor, Padre F. de A. Coelho de Magalhães); usou-se de equiparação de fontes tradicionais e contemporâneas sobre as invasões francesas, desde José Acúrsio das Neves, “História Geral das Invasões Francesas”, Porto, Afrontamento, 1984-1987; de Durval Pires de Lima, “Os franceses no Porto, 1807-1809”, Porto 1949 ou as obras de análise de Vasco Pulido Valente, “O povo em armas: a revolta nacional de 1808-1809”, Análise Social, ICS, nº 57, (1979) e “Ir pró maneta. A Revolta contra os franceses, (1808)”, Aletheia, 2007 e a de pesquisa e análise de fontes de José V.Capela/ Henrique Matos/Rogério Borralheiro, “O Heróico Patriotismo das províncias do Norte. Os concelhos na Restauração de Portugal de 1808”, Braga, UM/Casa Museu de Monção, 2008; ainda obras gerais, (Vols 4 e 5 da “História de Portugal”, org. José Mattoso, Estampa) e de história militar: M.Mozas Mesa, “Bailén: estúdios político y militar de la gloriosa jornada”, Madrid, Eneiso, 1940, Carlos Azeredo, “As populações a norte do Douro e os franceses em 1808 e 1809”, Porto, Museu Militar, 1984 os volumes, XII e XIII da História do Exército Português de Cristóvão Ayres, Coimbra, (optando pelas referências numéricas aí apresentadas) e, ainda, para a história da municipalidade no Antigo Regime e organização dos bandos eventuais, Rogério Borralheiro, “Os homens da governança: sistema eleitoral e ocupação dos cargos nos séculos XVIII e XIX” e João Antunes Estêvão, “Paisagem e bandos: Hierarquia, Cultura Popular e Revoltas Camponesas / O Miguelismo em Amarante e Riba-Tâmega, 1825-1828”, ambos no Vol. I, História Política Sociedade Economia, Actas Amarante Congresso Histórico 98, CMA.

Francisco Ribeiro da Silva

Objectivos e aspectos estratégicos da invasão de Soult

R E S U M O

Embora as chamadas invasões francesas, sob o ponto de vista de história nacional e europeu devam ser estudadas em bloco, não há dúvida que, na perspectiva da cidade do Porto e do Norte do país, a mais marcante das arremetidas napoleónicas foi a de Soult, em 1809. Mas, para além do cenário geográfico da invasão, propomos ao leitor uma leitura, (inspirada nas Memórias de M. Le Noble), tanto dos objectivos do Duque da Dalmácia bem como da sua grande capacidade estratégica, manifestada no desenrolar das operações.

1. Introdução

Em Maio de 2006 tive a oportunidade de participar, no Museu Militar do Porto, no lançamento da tradução espanhola de um livro que foi originalmente escrito em francês e publicado em Paris no longínquo de 1821 com o título – *Mémoires sur les opérations militaires des Français en Galice, en Portugal, et dans la vallée du Tage en 1809, sous le commandement du maréchal Soult, duc de Dalmacie, avec un atlas militaire*¹. O nome do autor é o conhecido Pierre Le Noble.

O livro interessou-me de veras. Que tem ele de especial?

Três marcas parecem-me muito relevantes: a primeira é a do tempo da escrita. O texto trata das operações militares dos franceses na Galiza, no norte de Portugal e no Vale do Tejo em 1809, ou seja, é uma memória da segunda invasão francesa, redigida durante ou pouco tempo depois das ocorrências relatadas. O tradutor do livro, Mark Guscín, sugere mesmo que o autor tomava notas quase diariamente, em tempo real.

A segunda são as circunstâncias do autor. Le Noble era comissário-chefe da administração das tropas comandadas por Soult, por nomeação do próprio Napoleão², e fazia parte das suas funções tratar das questões logísticas e de manutenção militar, ou seja, da alimentação, do calçado, das armas e munições e naturalmente do tratamento dos feridos e enfermos do exército francês. Aliás, chegou a ser nomeado por Soult Intendente Geral de Portugal³. Assim sendo, é testemunha ocular de grande parte dos episódios narrados. Embora não fosse um militar operacional, para além do que lhe foi dado observar teve ensejo de ouvir descrições dos próprios intervenientes. E o facto de ser colaborador muito próximo de Soult (partira do marechal a sugestão da sua nomeação) deu-lhe possibilidade de se aperceber bem das suas capacidades, das suas ideias e dos seus objectivos estratégicos.

A terceira relaciona-se com o espaço em que decorrem as operações: o norte de Portugal e em especial a cidade do Porto constituem o chamado teatro das operações.

É evidente que, nas circunstâncias do autor, nem tudo são vantagens e virtudes. E um livro de Memórias nem sempre ou só dificilmente é um livro de História, embora possa ser uma boa fonte histórica. Quem lê livros de Memórias, e quem lê este em especial, tem de admitir que, à partida, a proximidade afectiva do autor ao patrão lhe dificulta ou até impede a isenção, sobretudo quando se trata de emitir juízos sobre a pessoa do chefe e as suas decisões. Aliás, verifica-se que não há, ao longo das suas 300 páginas, uma palavra de crítica a Soult, sobrando as de louvor e admiração pelo marechal. Ao contrário, são notórias e frequentes as críticas a Napoleão, afirmando,

¹ LE NOBLE, Pierre, *Memorias de las operaciones militares de los franceses en Galicia, Portugal y el valle del Tajo en 1809*, trad. de Mark Guscín, La Coruña, Arenas Publicaciones, 2005.

² LE NOBLE, P., o.c., p. 63.

³ LE NOBLE, P., o.c., p. 215.

por exemplo, que Bonaparte, para além de não perceber nada de Portugal e de Espanha, foi o responsável pelo fracasso de Soult. De facto o Imperador habituado às grandes batalhas clássicas, nunca foi capaz de entender a guerra de guerrilha⁴ que aqui se desenvolveu e que tão largo futuro haveria de ter.

Em suma, os Historiadores têm-lhe apontado defeitos de parcialidade mas, como seria de esperar, não deixam de o aproveitar como fonte.⁵

Digamos então que, apesar das omissões e das incorrecções, apesar das centenas de livros de Memórias que a propósito das guerras napoleónicas foram escritas na Europa, sobretudo em França e na Inglaterra, esta reveste-se de muita utilidade não só em virtude dos pormenores abundantíssimos acerca das acções desenvolvidas e das movimentações e deslocações dos diversos corpos de tropas, mas também pelo cuidado que o autor demonstrou em apurar e fornecer apontamentos sobre a história das localidades. São de relevar ainda as informações estatísticas e factuais que fornece, embora tenham que ser utilizadas com prudência, sobretudo quando pretendem sugerir comparações entre a potência invasora e os resistentes⁶.

Pode afirmar-se ainda, em abono do seu mérito, que o livro fornece excelentes materiais para a elaboração de um guião de um hipotético filme sobre a segunda invasão francesa. Pelo que concordamos inteiramente com o tradutor da versão espanhola segundo o qual «é um livro fundamental para a história da invasão napoleónica da Galiza e de Portugal».

Utilizando-o quase exclusivamente como fonte para esta comunicação, tenho consciência da lacuna que constitui o facto de não a confrontar com descrições de outros memorialistas, incluindo a do próprio Soult, excepto num ou noutro caso.

Por que é que se deram as invasões francesas?

Antes de entrar no meu tema, talvez seja pertinente voltar a pôr aqui a questão mil vezes colocada: por que é que aconteceram as invasões francesas?

Em termos simples, poderemos lembrar que Portugal, após a revolução francesa de 1789 e a expansão imperialista que se lhe seguiu, cedo se integrou no grupo dos grandes países europeus que resolveram fazer frente ao imperialismo gaulês. Mas, como as grandes batalhas e movimentações militares se desenrolavam longe das suas fronteiras, os nossos governantes, tendo consciência de que não éramos uma grande potência, tentaram manter enquanto puderam a atitude que menos nos prejudicasse – o que veio a dar numa certa indefinição, num neutralismo pouco consistente, num tentar «agradar a gregos e a troianos» na correcta apreciação de António Pedro Vicente⁷. Na verdade, houve uma altura (1804) em que Napoleão reconheceu a neutralidade de Portugal, talvez admitindo que quem não é contra mim, é por mim. Mas naquela conjuntura, mais tarde ou mais cedo, Portugal teria que optar entre manter-se fiel à secular aliança com a Inglaterra ou entrar na órbita da pretendida hegemonia francesa. De resto, a situação não era inédita na História de Portugal. Em 1762, em plena Guerra dos Sete Anos, a Espanha e a França tentaram obrigar Portugal a aderir ao Pacto de Família, celebrado no ano anterior e a posicionar-se contra a Inglaterra. Portugal quis também então navegar na neutralidade mas isso foi entendido com uma colaboração com a outra parte e a invasão pelas tropas espanholas e francesas tornou-se inevitável, com a ocupação das praças de Vimioso, Miranda do Douro, Castelo Rodrigo e Almeida. O aspecto mais positivo desse evento terá sido a vinda do Conde de Lippe e as reformas introduzidas na organização do exército lusitano da responsabilidade desse militar enviado pela Inglaterra.

Passados pouco mais de quarenta anos, a conjuntura é diferente mas o pretexto invocado contra Portugal é o mesmo, os blocos em presença apresentam alguma semelhança e a resposta de Portugal também não foi muito

⁴ GUSCIN, Mark, Prólogo ao livro de Pierre le Noble.

⁵ Um exemplo disto mesmo é Carlos de Azeredo que no seu sugestivo livro *As populações a norte do Douro e os franceses em 1808 e 1809* (Porto, Museu, Militar, 1984) fala do «estilo panegirista» do autor e da propensão a minimizar certos aspectos (p. 214 e 225) mas transcreve (e ainda bem) várias passagens de Le Noble. Por outro lado, as excelentes notas pé-de-página do Revisor da edição, Antonio Osende Barallobre, dão-nos conta de várias incorrecções e omissões. Nós acrescentaremos que há no texto muitos topónimos com grafia errada, o que não admira num estrangeiro que está de passagem. Assim Vila Ponca por Vila Pouca, Arouco por Arouca, Povoia da Ragoa por Peso da Régua, Arojana por Arrifana, etc.

⁶ GUSCIN, Mark in LE NOBLE, P., o.c., p. 17.

⁷ VICENTE, António Pedro, *O tempo de Napoleão em Portugal. Estudos Históricos*, 2ª edição, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000, p. 14.

diferente. Mas há um dado novo que era um rasto de simpatia que existia em muitos portugueses pelos ideais da Revolução Francesa, que, aliás, desapareceu em grande parte durante as invasões.

Vejam os factos: Napoleão em Julho de 1807 intima Portugal a cumprir o «bloqueio continental» decretado no ano anterior e, portanto, a encerrar os seus portos à Inglaterra. Portugal cumpre a medida de encerramento mas autoriza que os ingleses continuem residindo no país. A atitude não agrada a Napoleão que, liberto dos compromissos na Itália, Alemanha e Polónia pela paz de Tilsit⁸, chega a um acordo secreto com a Espanha no qual se previa que o nosso país seria retalhado e repartido. (Tratado de Fontainebleau). Logo a seguir (11 de Outubro de 1807) é dada ordem a Junot para invadir Portugal.

Junot, conluiado com os espanhóis, conheceu algum sucesso inicial dada a passividade dos portugueses, mas não logrou apanhar em Lisboa a família real. Poucos meses decorridos, a Espanha desiludida com as «traições» de Napoleão subleva-se, os militares do país vizinho regressam ao seu país, e em Portugal cresce uma vaga de fundo insurreccional contra a França que, apoiada pela Inglaterra, vai conseguir expulsar os franceses. Mas Napoleão não desiste e as tropas gaulesas vão continuar em Espanha, para onde se dirige o próprio Napoleão em pessoa, estabelecendo o principal teatro de guerra na Galiza aonde entretanto tropas inglesas, comandadas pelo infeliz Sir John Moore, haviam ocorrido em auxílio de Espanha. A principal batalha, travada em La Coruña em 16 de Janeiro de 1809, ficou célebre, com a curiosidade de a vitória ser reivindicada por ambos os contendores,⁹ embora a cidade bem como a de Ferrol tivessem sido tomadas pelos franceses e o exército inglês, para além de perder o seu comandante, tenha embarcado precipitadamente, não em direcção à Inglaterra, como erradamente pensou Napoleão, mas em direcção à costa lusitana.

Breve descrição dos passos principais da segunda invasão francesa

Na sequência destas acções, Napoleão que, entretanto recebera informações inquietantes de Paris que o obrigaram a regressar, deu ordem a Soult para iniciar a invasão de Portugal. O marechal tomou conhecimento dessa ordem em 28 de Janeiro de 1809. Encontrando-se no Ferrol¹⁰, era instruído para entrar pela fronteira da Galiza, descer pelo litoral, ocupar a cidade do Porto e até se apontava a data para o efeito – o dia 5 de Fevereiro. Daí dirigir-se-ia a Lisboa pelo caminho mais curto, devendo chegar à capital a 16 de Fevereiro. Tal como Junot, assumiria o título de Governador Geral do país. E tão depressa quanto possível, convenceria os portugueses de que a Casa de Bragança, tendo fugido para o Brasil, perdera a legitimidade de reinar na Europa¹¹

Recebida a mensagem do Imperador, o marechal tratou de dar ordens aos seus generais para que a sua vontade fosse cumprida. E das conversações havidas com o valoroso e infeliz general Franchesci admitiu que seria possível atravessar a fronteira em Tui, não obstante o tempo de chuva persistente e abundante. Fizeram-se várias tentativas para passar o rio Minho em Tui e em La Guardia mas o êxito foi nulo.

Aquela breve e fracassada experiência demonstrou a Soult duas evidências:

- a) os portugueses iriam oferecer grande resistência;
- b) não era aconselhável seguir o caminho do litoral, como fora planeado.

Ocorreu então a alternativa de Orense onde havia uma ponte sobre o Minho, deixando-se em Tui uma força de ocupação e algumas centenas de feridos e enfermos. Mas por toda a parte os galegos mobilizados, sem esquecer os monges dos diversos conventos, estavam dispostos a dar luta. Para além disso, a presença das tropas do general espanhol La Romana não permitiam aos franceses grandes optimismos. Derrotá-lo ou enfraquê-lo tornou-se um objectivo na medida em que disso podia depender a entrada em Portugal.¹²

Uma vez em Orense, o marechal foi informado de que havia mais que um caminho para entrar em Portugal:

- um por Montalegre, que não servia de grande coisa porque não permitia a passagem dos carros e da artilharia;
- outro pelo vale do Lima mas esse percurso era o mais perigoso visto que La Romana poderia apoderar-se dos desfiladeiros e encurralar o exército francês;

⁸ LE NOBLE, P., o.c., p. 19.

⁹ LE NOBLE, P., o.c. nota do tradutor, p. 51.

¹⁰ LE NOBLE, P., o.c. p. 71.

¹¹ LE NOBLE, o.c., p. 59.

¹² Ver o capítulo III da obra de Le Noble (p. 71-93).

- a terceira via, que foi a escolhida, passava por Chaves, tanto mais que se sabia que aquela cidade não reconstruía as suas fortificações após a invasão de 1762 (o que se veio a verificar não ser totalmente verdade) e estava ligada a Braga por uma estrada que daria passagem aos carros e à artilharia. De qualquer modo, já a «Memoire militaire» de Augusto Chavier publicada por António Pedro Vicente aconselhara esse itinerário¹³. Para chegar a Chaves seguindo o caminho de Verin e Puebla de Sanabria foi preciso vencer não só a resistência oferecida pelas tropas de La Romana mas também de um grupo de 3.000 portugueses (números de Le Noble) que haviam entrado quinze quilómetros em território espanhol para reforçar a resistência ao invasor¹⁴.

A entrada em Chaves verificou-se em 12 de Março após capitulação difícil do comandante mas antes foi necessário afastar o General Silveira que se postara com o seu exército de 8.000 homens (contas de Le Noble¹⁵ mas, na realidade, menos numeroso¹⁶), bastante perto da cidade, na estrada de Vila Real. Em Chaves, ao castigo e à represália, Soult terá preferido desenvolver acção psicológica junto da população no sentido de a convencer de que os franceses não eram bárbaros antes vinham a Portugal como amigos e para garantir a não união com a Espanha¹⁷, discurso que repetiu noutros lugares.

Naquela cidade, tal como fizera Junot, Soult assumiu o título de Governador Geral de Portugal e logo mandou emissários a Mirandela e Bragança. E tratou de preparar a conquista do Porto, tratando de averiguar qual o melhor itinerário, se por Vila Real, se por Braga. Optou-se pelo de Braga, dadas as dificuldades que o caminho de Vila Real deixava adivinhar que tinham a ver com as montanhas e rios que era imperioso vencer e ainda pela falta de provisões. Essas dificuldades previam-se bem menores na opção pela via de Braga que, na perspectiva do Comissário, não obstante os muitos desfiladeiros, oferecia a (sonhada) vantagem de dispor de víveres em abundância, embora tivesse que enfrentar a resistência das tropas do general Bernardim Freire de Andrade. Por outro lado, a maior proximidade de Tui, onde fora instalado o armazém geral do exército¹⁸, constituía outro argumento positivo, ainda que posteriormente se viesse a verificar que aquela praça fronteiriça estava bloqueada por um grupo numeroso de portugueses e galegos¹⁹.

A caminhada foi difícil em virtude da forte oposição encontrada não só por parte das tropas organizadas (os pequenos exércitos de Silveira e de Freire de Andrade) mas também das populações que, conhecendo e aproveitando a geografia, adoptaram estratégias de guerra de guerrilha, em ambiente de grande exaltação e de radicalismo de sentimentos. E foi a exaltação extremista e a desconfiança das populações exploradas por fanáticos odientos que levou à morte ignominiosa e bárbara de Freire de Andrade e outros – espectáculo horrível que tanto impressionou Le Noble.

As descrições do perfil e das dificuldades do terreno e dos recontros sucessivos entre as tropas francesas e a resistência portuguesa feitas por Le Noble até à conquista de Braga, que se deu em 20 de Março, são pormenorizadas, muito realistas e merecem ser lidas com atenção. Não resistimos a citar as observações do autor estrangeiro a propósito do ânimo dos portugueses:

«nos combates vimos uma valentia pessoal extraordinária que nos recordou o carácter orgulhoso e valoroso dos portugueses de outrora que comandados pelos Gama, os Albuquerque, os Carrasco, os Ataídes e os Sousa conseguiram conquistar as Índias com um heroísmo igual aos mais famosos que a História antiga conserva»²⁰.

Para grande desilusão dos franceses, a cidade de Braga estava quase deserta de pessoas e vazia de provisões, pelo que se tornou necessária uma grande campanha para convencer a população a regressar. A ideia-força transmitida

¹³ VICENTE, António Pedro, *Mémoire militaire sur les routes que se dirigent de la Galice, du royaume de Léon et de la province de Zamora sur Oporto* citado por SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. VII, p. 63.

¹⁴ LE NOBLE, P., o.c, p. 98. Ver todo o capítulo IV.

¹⁵ LE NOBLE, P., o.c, p.107.

¹⁶ Joaquim Veríssimo SERRÃO aponta 2.800 homens, 60 soldados de cavalaria e quatro a cinco milhares de voluntários (*História de Portugal*, vol VII, p. 63.

¹⁷ LE NOBLE, P., o.c, p 109.

¹⁸ LE NOBLE, P., o.c, p.112.

¹⁹ LE NOBLE, o.c., p. 129.

²⁰ LE NOBLE, P., o.c, p.124. Ver todo o capítulo V.

pelos franceses era semelhante à difundida em Chaves: os franceses tinham vindo a Portugal somente para resgatar este bonito país do jugo ruinoso dos ingleses²¹.

O objectivo imediato era a conquista do Porto. Ansiavam os franceses por esse momento, não só porque essa era uma etapa obrigatória do plano napoleónico mas também porque se esperava, finalmente, encontrar uma cidade com abundância de viveres. Mas as notícias de que as pontes sobre o Rio Ave se achavam cortadas e que na cidade do Porto se reunira um exército com 60.000 homens entre soldados regulares e milícias, enquadrados por oficiais ingleses, não eram muito animadoras, tanto mais que o exército francês estava reduzido a 20.000 homens²².

Como quer que fosse, a ordem para avançar foi dada a 24 de Março. A resistência foi tenaz sobretudo na ponte de Negrelas e na Barca da Trofa, obrigando as tropas francesas a recuar e a ver desaparecer homens de grande valor militar, como foi o caso do general Jardon. Só no dia 26 foi ultrapassado o Ave em dois sítios menos fortificados. No dia 28 Soult escreveu ao Bispo do Porto, D. António de São José e Castro, procurando convencê-lo a não oferecer resistência, tanto mais que, afirmava, vinham como amigos para os livrar dos ingleses. Subliminarmente responsabilizava-o pelo muito sangue que iria correr.

Entretanto, Le Noble entretém-se a descrever os pontos fortes da preparação militar do Porto perante a iminência da chegada do invasor: merecem-lhe referência o exército comandado pelo Bispo da cidade que escolhera o Convento da Serra como seu quartel-general e elogia a beleza e a funcionalidade estratégica da Ponte das Barcas no meio da qual existia uma dupla ponte levadiça para poderem passar os barcos, ponte levadiça que também podia servir para a tornar inoperacional se tal se mostrasse necessário²³. E não lhe escapou a lembrança trágica da exaltação desagrada do povo contra o «espírito francês» que levou à chacina do general Luís Oliveira.

Em 28 de Março as tropas de Soult estavam em São Mamede de Infesta. Nesse mesmo dia Soult fez anunciar que na manhã seguinte, pelas seis horas, daria início ao ataque final, segundo um plano no qual cada um dos seus generais era incumbido de uma tarefa específica. Não obstante a resistência, ao que parece anárquica e desorganizada, a cidade insubordinada «como um reino dividido contra si mesmo»²⁴ (Carlos Azeredo), acabou por cair nas mãos do invasor. Na opinião de Le Noble, que não poupa palavras para exaltar a generosidade, o altruísmo, a abnegação e o humanismo dos soldados franceses²⁵ e até dos generais, como terá sido o caso do malgrado general Franceschi²⁶, poucas jornadas terão sido tão brilhantes para o exército francês como o dia 29 de Março²⁷.

Mas há outro balanço francês do combate do Porto menos elogioso o qual não hesita em falar sarcasticamente das circunstâncias do massacre do Porto, massacre que se deveu ao facto de durante as primeiras 24 horas se ter permitido toda a liberdade de saque e de barbárie à tropa francesa.²⁸

Para os portugueses, por muitos anos o dia 29 de Março será recordado como um dia negro em virtude do chamado desastre da Ponte das Barcas que, aliás, Le Noble não esconde mas sugere que os seus efeitos terríveis se deveram à cavalaria do Bispo que por ali fugiu desordenadamente, calcando muitos e provocando o afogamento dos que não eram atropelados. O número de baixas apresentado pelo Comissário é terrível: 8.000 mortos para além do número de afogados que considera «incalculável»²⁹. É que os afogados não resultaram apenas dos que estavam na ponte que se rompeu mas também do afundamento, por excesso de carga, das embarcações onde as pessoas se enfiavam desesperadamente para fugir aos franceses. Do lado do invasor, Le Noble não achou mais que 80 mortos franceses e 350 feridos.

Consumada a conquista do Porto, Soult tratou de a consolidar, procurando desdramatizar a situação e tentando recuperar o ânimo dos portugueses e dos portugueses com a conversa de sempre. Que vinham como amigos, etc, etc. Mas não foi fácil. A cidade do Porto não dispunha de tantas provisões nem de dinheiro como eles supunham e, porventura, seria de esperar numa cidade de grande comércio marítimo. Até a venda de vinho generoso apreendido em armazéns ou em barcos ingleses foi difícil ou impossível de efectivar. Depois, quando começou a enviar forças para

²¹ LE NOBLE, P, o.c., p. 127.

²² LE NOBLE, P, o.c., p. 130-131.

²³ LE NOBLE, P, o.c., p.137.

²⁴ AZEREDO, Carlos, *As populações ...*, p. 126.

²⁵ LE NOBLE, P, o.c, p. 151 e 152.

²⁶ LE NOBLE, P, o.c, p. 235.

²⁷ LE NOBLE, P, o.c., p 148.

²⁸ AZEREDO, Carlos, o.c., p. 132.

²⁹ LE NOBLE, P, o.c., p, 147.

norte, para leste e para sul para afirmar e confirmar o domínio francês não conseguiu ultrapassar o Vouga. E tanto no Entre Douro e Minho como em Trás-os-Montes, por toda a parte, deparou com resistências porfiadas e golpes de guerrilha que desmoralizavam as suas tropas. Essa mensagem de resistência é bem clara no texto de Le Noble. E surgiam notícias de que, na fronteira do Minho, portugueses e galegos se concertavam não só para fazer frente aos invasores mas também para os expulsar. Entretanto, Chaves fora retomada pelo valente general Francisco Silveira.

Aliás o comando francês foi percebendo que sem eliminar os generais Silveira na zona de Amarante e do Tâmega e Bouzelo na fronteira do Minho, não poderia pensar em avançar para Lisboa. O que, aliás, nunca conseguiu, ainda que Silveira tenha sido ocasionalmente batido na ponte de Amarante na madrugada de 2 de Maio de 1809, feito heróico que, na opinião de Le Noble, deve figurar nos fastos da nação francesa. Mas o insubmisso general logo recuperou. Provavelmente Le Noble terá razão quando se queixa de que os franceses não aproveitaram bem essa vitória.

Entretanto, o auxílio da Inglaterra que se sabia estar no terreno, tornou-se mais visível e efectivo, quando Sir Arthur Wellesley apareceu no Porto junto à Quinta do Prado, dos Bispos do Porto. Em 12 de Maio foi possível assenhorear-se da cidade.

Soult não teve outra alternativa senão abandonar precipitadamente o burgo. Deste modo, o Porto que fora a coroa de glória do Duque da Dalmácia foi também o início da sua derrota nesta missão.

De facto, a segunda invasão, na perspectiva de Le Noble, resultou num fracasso³⁰. Porquê? Porque o projecto foi um erro em si mesmo. Ou seja, Napoleão, mal informado, laborou numa série de equívocos que o levaram a conceber mal e a planear pior a operação. Que equívocos?

a) Napoleão convenceu-se, sem fundamento para tal, de que os portugueses receberiam os franceses como amigos. Para lhe demonstrar o contrário teria sido fácil: bastava que alguém o tivesse informado de que todo o Portugal se levantara contra Junot e os interesses que ele representava.

b) Pensou que os ingleses que, embarcaram precipitadamente em La Coruña, iriam regressar a Inglaterra e deixar os portugueses sem esperança, quando afinal a realidade foi bem diferente, pois rumaram a Portugal.

c) O exército francês era débil, cansado, pouco numeroso e mal equipado face ao exército anglo-lusitano incomparavelmente mais numeroso e melhor apoiado.

Em tudo isto, o menos culpado, na opinião de Le Noble, foi Soult e assim, na sua opinião, o entendeu o Imperador que em vez de o humilhar após o fracasso, como muitos pretendiam, antes o promoveu.

Ao tentar justificar e desculpar o fracasso da invasão, para além de sublinhar repetidamente os aspectos que acabei de enunciar, Le Noble refere ainda três circunstâncias importantíssimas.

A primeira tem a ver com o que poderíamos chamar «a guerra da informação», ou seja, a recolha e circulação de informações. Soult terá movido montanhas para criar um sistema de informações eficaz. Mas a discrição dos portugueses alimentada desde a guerra da Restauração, discrição que ele chama de «proverbal», não forneceu ao inimigo mais que informações «vagas e por vezes contraditórias³¹». Portanto, com ou sem culpa, Soult perdeu a guerra da informação.

A segunda relaciona-se com a guerra das estratégias. Ou seja, teoricamente Portugal devia ser atacado coordenadamente em três frentes: a norte pelo marechal Soult; a leste por Ciudad Rodrigo e por Almeida pelo General Lapisse; e, mais a sul, entre Badajoz e o Tejo pelo Marechal Victor. A norte tudo se cumpriu.

Mas sucedeu que:

por um lado, os ingleses enviados a Portugal, colocaram-se em locais estratégicos: o General Cradock em Tomar, com tropas em Santarém, Tomar e Leiria; o General Mackenzie, por ordem de Wellesley postara-se em Abrantes com uma divisão inglesa e uma brigada de cavalaria para reforçar as tropas do Alentejo e vigiar a marcha do Marechal Victor; Beresford defendia o Douro frente a Lamego e Silveira na zona de Chaves impediria a retirada dos franceses por aquela zona;

por outro lado, os generais Lapisse e Victor não cumpriram: o primeiro porque entendeu que não era necessário entrar em Portugal e marchar para Abrantes, deixando livres as duas praças de Almeida e Ciudad Rodrigo. Apesar das ordens que havia recebido, preferiu avançar ao longo da fronteira espanhola e reuniu-se em Alcântara, no vale do Tejo espanhol, com o Marechal Victor. Este, ignorando o êxito de Soult, no Norte, foi-se

³⁰ Estas ideias são desenvolvidas ao longo do capítulo II do livro de Le Noble (p. 59-70).

³¹ LE NOBLE, P., o.c., p.186

aproximando do Guadiana³², regressando mais tarde já em meados de Maio a Alcântara³³. A acusação a Lapisse é retomada por Le Noble no balanço final³⁴.

A terceira circunstância: a questão da moral das tropas. Havia entre os franceses expedicionários muitos medos acumulados³⁵. Além disso, entre os militares gauleses havia quem não compreendesse a motivação da guerra contra Espanha e Portugal senão como um desígnio pessoal de Napoleão e achasse essa guerra injusta. Ainda que esse sentimento não fosse generalizado, foi divulgado e isso constituiu mais um contratempo a que Soult teve que fazer frente³⁶.

Como quer que seja, com ou sem culpas do Duque da Dalmácia (para Le Noble, Soult, como dissemos, não merece senão elogios), a verdade é que o Marechal teve que retirar precipitadamente do Porto, não sem antes destruir tudo o que pudesse atrasar a marcha (incluindo o produto de saques e património valioso roubado aos portugueses durante a campanha), optando por romper pelo Vale do Sousa e reunindo os corpos do seu exército lá mais adiante nos altos de Guimarães, seguindo por Póvoa de Lanhoso, Salamonde, Misarela, Peneda, atingindo terras da Galiza em 19 de Maio. A decisão de avançar para Lugo teve em conta informações sobre a localização do general Ney e o cerco que naquela cidade padecia uma guarnição francesa.

Para Le Noble, no entanto, a retirada de Soult foi gloriosa e «merece um lugar entre as mais célebres»³⁷.

Soult continuou por Espanha e depois das batalhas de Talavera de la Reina (de resultado dividido) e Puente el Arzobispo em 8 de Agosto de 1809 na sequência da qual deixou as tropas inglesas e espanholas em tão abatido estado moral que, ao relatar os acontecimentos ao rei, propôs em alternativa o seguinte:

- a) marchar sobre Lisboa para destruir os postos ingleses antes que o exército pudesse regressar e impedir o seu embarque ou
- b) pôr cerco a Ciudad Rodrigo e Almeida para dali assegurar e garantir o domínio das operações militares em Portugal.

O Rei acabou por não aceitar nenhum dos projectos e não soube aproveitar a vantagem adquirida em Puente del Arzobispo.

Le Noble conclui (e eu também vou concluir) com uma advertência final em que valoriza o sentido estratégico do seu chefe: «deve-se fazer constar que o plano do Marechal Soult de juntar um exército de 70.000 homens para tomar Ciudad Rodrigo e Almeida e para actuar de seguida em Portugal, foi adoptado e executado por Napoleão dez meses depois»³⁸.

³² LE NOBLE, P., o.c., p.189

³³ LE NOBLE, P., o.c., p.219

³⁴ LE NOBLE, P., o.c., p. 212

³⁵ LE NOBLE, P., o.c., p.192.

³⁶ LE NOBLE, P., o.c., p. 211.

³⁷ LE NOBLE, P., o.c., p. 211.

³⁸ LE NOBLE, P., o.c., p. 258. Veja-se todo o capítulo X que é o último da obra.

Luís Carlos Amaral¹

O povoamento da terra bracarense durante o século X²

R E S U M O

A partir das últimas décadas do século IX, com a instalação dos condes galaico-asturianos nas terras situadas entre o Minho e o Mondego, o processo de reorganização territorial conheceu um forte impulso. Este movimento acelerou a integração da região no conjunto da monarquia asturo-leonesa, e contribuiu para um apreciável desenvolvimento humano e material da sociedade do Noroeste hispânico. O aumento gradual do número de documentos escritos, ilustra de forma clara a multiplicação dos lugares povoados e dá testemunho bastante do dinamismo social do espaço bracarense. Deste modo, procurámos com o presente estudo caracterizar e explicar as grandes linhas que pautaram esse processo, ao longo do decisivo século X.

Introdução

Desde os finais da década de sessenta do século IX, o território a sul do rio Minho converteu-se em cenário de uma profunda reorganização tutelada pelos representantes da monarquia asturiana. Os escassos diplomas que sobreviveram deste período noticiam a instalação dos condes e de outros senhores, e dão-nos conta, muito especialmente, do dinamismo socioeconómico que se vivia em certas zonas do Entre-Douro-e-Minho. Em vários casos os factos relatados pelos documentos permitem-nos entrever, com alguma segurança, realidades que já se vinham a desenvolver antes mesmo da chegada das autoridades nortenhas. Estes elementos, no entanto, são limitadíssimos e fragmentários e não autorizam estabelecer com exactidão um quadro geral³. De qualquer maneira, é indiscutível que a instalação dos condes galaico-asturianos constituiu um momento de viragem e de aceleração do processo de reordenamento territorial, mesmo considerando que a historiografia tem propensão para valorizar muito esta fase, em larga medida fruto da inexistência de fontes documentais significativas para o período imediatamente anterior. As cartas da época de Afonso III das Astúrias (866-911) surgem-nos, assim, como os primeiros testemunhos fidedignos que nos permitem aproximar, se bem que de forma cautelosa e limitada, da sociedade e do espaço

¹ Universidade do Porto, Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras. Investigador do CITCEM. E-mail: lcamaral@letras.up.pt

² Inscrevendo-se numa investigação mais alargada, que desenvolvemos aquando da preparação da nossa dissertação de doutoramento, defendida em 2008 (AMARAL, 2007), o presente estudo foi inicialmente apresentado no Congresso Internacional *Rudesindus. San Rosendo. O seu tempo e o seu legado*, celebrado em Mondonhedo, Santo Tirso e Celanova, entre 27 e 30 de Junho de 2007. Apesar do texto definitivo ter sido entregue para publicação em português, surgiu nas respectivas actas em versão castelhana, sem que o autor fosse previamente informado desse facto (AMARAL, 2009). Deste modo, não houve qualquer hipótese de revisão, nem de evitar diversos erros e equívocos resultantes da tradução. Por esta razão, entendemos editar de novo o trabalho, agora na sua redacção original em português, e depois de termos procedido a algumas pequenas correções. Finalmente, refira-se que a leitura deste artigo deverá ser complementada com a de um outro, também da nossa autoria, intitulado “Poblamiento y organización eclesiástica del territorio bracarense (Finales del siglo IX-Primer cuarto del siglo XI)” (AMARAL, 2008).

³ Igualmente consciente destas limitações, o historiador galego Ermelindo Portela tem vindo a desenvolver investigações, cujos resultados se aproximam inteiramente da nossa interpretação. Consulte-se, em particular, o seu estudo, PORTELA, 1994: 79-95, no qual escreveu, a propósito de um diploma de 889 da região de Ourense: “La restauración de una iglesia en medio de tanto bosque hace pensar, a primera vista, que nos hallamos, por fin, ante un testimonio de la repoblación. La lectura completa del documento obliga, sin embargo, a pensar con más cautela. La dotación de bienes incluye una larga serie de objetos y libros litúrgicos, pero también una larga relación de cosas necesarias para el sostenimiento de la vida material (...); no hay ninguna indicación acerca de que este conjunto de elementos propios de la ocupación y explotación del espacio sean el resultado de una instalación reciente” (p.91). Mais adiante, acerca de uma outra escritura, concluiu: “Una vez más, ahora en el extremo sur de Galicia, la referencia, en los primeros testimonios documentales de que podemos disponer, a un largo pasado de ocupación humana” (p.92).

minhotos dos finais do século IX. Como o futuro se encarregou de demonstrar abundantemente, tratou-se de um processo efectivo de *organização social do espaço*, que, nas palavras de García de Cortázar, se caracterizou por ser “um combinado de control estratégico, instalación humana y aprovechamiento del territorio”⁴.

Antes ainda de passarmos ao tema principal que nos propusemos abordar, gostaríamos de esclarecer alguns problemas terminológicos e de metodologia. Se perguntarmos a qualquer medievalista peninsular, estudioso do período asturo-leonês, qual é o vocábulo que melhor define o povoamento do espaço cristão nesta época, estamos certos de que a resposta será unânime e dada sem hesitação: a *villa*. A omnipresença documental da *villa* como elemento determinante na descrição da paisagem e no enquadramento do património fundiário, constitui uma realidade desde há muito conhecida pelos investigadores e desde há muito, também, sublinhada pelo discurso historiográfico⁵. Trata-se de uma estrutura amplamente discutida e estudada, pelo que, hoje em dia, muitos dos problemas e debates por ela suscitados começam a estar superados. De acordo com Carlos de Ayala Martínez, esses debates desenvolveram-se em torno de três temas principais: a presumível ou suposta continuidade das *villae* romanas, especialmente nas regiões da Península mais influenciadas pela romanização; o problema do desajustamento e da não aplicabilidade dos modelos clássicos de descrição e interpretação do regime domínial do Norte da França à realidade peninsular; e, finalmente, a longa e discutida questão da polissemia da palavra *villa*, sobretudo quando se pretende definir os critérios que permitem distinguir as *villae* que eram simples explorações agrícolas, daquelas que já se tinham constituído em embrionárias aldeias⁶. Em relação às duas primeiras questões, mesmo não dispondo ainda de respostas conclusivas, nomeadamente do ponto de vista teórico, a verdade é que a historiografia peninsular mais recente já não se sente tão obrigada a tomá-las como pontos de partida incontornáveis para o estudo dos seus objectos de âmbito local e regional⁷. O mesmo já não se pode dizer no que respeita ao terceiro problema.

Em torno da distinção documental e arqueológica entre a *villal* exploração agrícola e a *villal* aldeia continua a desenvolver-se muita da investigação actual⁸. Ninguém duvida que no século XI, em particular na sua segunda metade, e na região de Entre-Douro-e-Minho, a *villal* aldeia, melhor dizendo, a aplicação do termo *villa* nos documentos com o sentido quase exclusivo de aldeia, constitui uma realidade indesmentível⁹. Porém, quando tentamos estabelecer com rigor o início desta estrutura de povoamento, ou seja, determinar as coordenadas espaciais e cronológicas que lhe dão pleno sentido, bem como as suas principais causas, as dificuldades avolumam-se consideravelmente. Antes de mais, devido ao escassíssimo número de diplomas dos finais do século IX e do X que chegaram até nós¹⁰ e, em segundo lugar, mercê do carácter extraordinariamente vago da palavra *villa*, tal como aparece na documentação

⁴ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1991: 18. O estudo da organização social do espaço leonês e castelhana durante a Alta Idade Média tem ocupado o essencial da produção historiográfica deste investigador, destacando-se, no conjunto da sua já muito vasta obra, os livros, GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985a, e GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988.

⁵ Como se pode calcular, a bibliografia sobre as *villae* é vastíssima, pelo que nos limitaremos a indicar os estudos que nos foram de maior utilidade e que reputamos de grande rigor e profundidade. Apesar de totalmente ultrapassado enquanto tentativa de interpretação global do processo de repovoamento do Norte de Portugal, deve sempre consultar-se o clássico estudo de SAMPAIO, 1979, nomeadamente pela lucidez e inteligência com que o autor abordou os documentos. Além deste, vejam-se, também, SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1966: 215-252, GARCÍA DE CORTÁZAR, 1969: 84-86, GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985b: 60-71, GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988: 7-46, PALLARES-MÉNDEZ; PORTELA SILVA, 1975: 99-110, MOXÓ, 1979: 27-33, 50-54, ALARCÃO, 1980: 171-179, LÓPEZ ALSINA, 1988: 197-207, MATTOSO, 1992: 454, 460-462, 499-500, BALIÑAS PÉREZ, 1992: 195-230, AYALA MARTÍNEZ, 1994: 149-188, PEÑA BOCOS, 1995: 125-146, e LÓPEZ QUIROGA; RODRÍGUEZ LOVELLE, 1997: 687-748.

⁶ AYALA MARTÍNEZ, 1994: 149-151.

⁷ Tome-se, como exemplo, o estudo de PEÑA BOCOS, 1995: 125-146.

⁸ A este propósito, veja-se a interessante proposta de *classificação tipológica* das *villae*, avançada por AYALA MARTÍNEZ, 1994: 185-188.

⁹ De facto, parece hoje claro que também no território português de Entre-Douro-e-Minho, a partir do século X, as aldeias se transformaram gradualmente no modelo preferencial de organização do *habitat* rural. Segundo José Mattoso, “sabemos que a antiga grande exploração rural, polarizada em torno de um centro, onde se concentravam os serviços orientadores da produção, onde vivia o grande proprietário e os seus dependentes, que asseguravam os transportes, assim como as actividades transformadoras e os trabalhos domésticos, evoluiu frequentemente no sentido de se atenuarem os vínculos entre esse centro e o respectivo território e de ele se tornar o núcleo de um *habitat* proto-urbano. Dito por outras palavras, o centro da *villa* vem a tornar-se numa aldeia. (...) Em suma, a concentração habitacional em aldeias parece ter-se tornado o modelo mais frequente do *habitat* rural, como propõe García de Cortázar” (MATTOSO, 1992: 462). Para Robert Durand, “si (...) on lève les yeux des textes portugais pour les porter sur l’ensemble de l’Occident, on se débarrassera définitivement de toute impression de *finisterrae*. En effet, la situation portugaise n’a rien d’insolite à cette époque. Le Xe siècle y apparaît bien comme un moment de rupture dans l’habitat rural, avec un début de regroupement, accompagnant la prise de conscience d’intérêts communautaires. Cela rejoint l’évolution largement constatée dans le reste de l’Europe (...)” (DURAND, 1982: 125-126). Sobre esta problemática, veja-se a síntese de GARCÍA DE CORTÁZAR, 1988: 7-46.

¹⁰ Dispomos apenas de quatro diplomas para o período que vai de cerca de 873 a 900, e de 45 para todo o século X (901-1000).

desse período. Não significa isto que, ao longo do século XI, o vocábulo *villa* tenha passado a ser utilizado com maior precisão. Na realidade, permanece com um sentido genérico. As escrituras desta época, contudo, revelam uma muito maior variedade de termos, como herdade, casal¹¹, vilar, leira, etc., que não sendo inteiramente novos, conhecem então uma assinalável divulgação nos formulários documentais, possibilitando, quando os confrontamos com a *villa*, precisar melhor a realidade económica e espacial desta última¹².

Apesar da ambiguidade da palavra *villa* cercear muito a acção do investigador no momento em que procura estabelecer a(s) realidade(s) material(ais) que o vocábulo documental traduz, deveremos ter presente que ele encerra no seu interior uma forma precisa de conceber o ordenamento do território. Neste sentido, parece claro que o nível de “ruralización al que llega la sociedad de la Galicia noroccidental de la Alta Edad Media propicia que se generalice entre los contemporáneos la falsa idea de una organización social del espacio básicamente uniforme a lo largo de todo el territorio” e, por isso mesmo, não será de estranhar que “los clérigos que redactan los documentos recurren monótonamente a un mismo y único término — *villa* —, para referirse a lo que los contemporáneos visualizaban como la célula espacial de habitación básica, el escenario en el que los hombres se enfrentaban con la naturaleza para producir el principal tipo de riqueza entonces conocido: los bienes derivados del trabajo de la tierra. Sólo una categoría conceptual abstracta, como la que se oculta bajo el término *villa*, podría haber sido insistentemente aplicada a realidades tan diversas y dispares desde tantos puntos de vista”¹³.

Esta citação de Fernando López Alsina sintetiza, em nosso entender, a razão principal que explica a multiplicidade de situações que se ocultam por detrás da palavra *villa* e, além disso, define os parâmetros que reputamos mais apropriados para o desenvolvimento da nossa análise, atendendo a que o estudo aprofundado e respectiva *classificação* das *villae* referidas na documentação ultrapassa o âmbito do presente trabalho. Uma vez que nos interessa determinar com clareza os ritmos cronológicos e a distribuição espacial dos núcleos de povoamento na região bracarense, não poderemos esquecer nunca que a organização do território que transparece dos documentos reflecte, em primeiro lugar, a visão daqueles que maioritariamente a traduziram por escrito: os clérigos.

Tendo em conta o nosso objectivo e as limitações das fontes, optámos por dividir as células não eclesiásticas de povoamento em duas categorias únicas, as *villae* e os lugares, cientes de que cada um dos grupos encerra uma enorme variedade de casos. Embora questionável e demasiadamente genérica, esta repartição teve como finalidade valorizar sobretudo o carácter de sítios povoados dos topónimos recolhidos, isto é, de sítios onde viviam efectivamente pessoas. Aparentemente simples, este critério levantou diversas vezes sérios problemas de interpretação, quer porque há topónimos aos quais não vem associado qualquer outro elemento identificativo, quer porque muitos vocábulos parecem designar apenas uma terra explorada e não propriamente um local habitado. Nesta última hipótese considerámos somente os casos em que o contexto do documento autoriza uma interpretação no sentido de lugar povoado, ou ainda quando através de referências documentais posteriores, mais explícitas do que a primeira, pudemos concluir que determinado topónimo corresponde, desde o mais antigo testemunho escrito, a um sítio habitado¹⁴.

O povoamento da terra bracarense

Sabemos hoje que o longo reinado de Afonso III representou para a monarquia asturiana um momento decisivo na afirmação da autoridade régia, que teve paralelo em um igualmente importante desenvolvimento da base económica. Tratou-se de um verdadeiro crescimento, que provavelmente já começara antes, mas que só nas derradeiras décadas do século IX e primeiras do seguinte atingiu uma apreciável solidez económica, revelada através de um crescente número de diplomas¹⁵. É precisamente desta época que chegaram até nós os primeiros testemunhos directos sobre o povoamento da região bracarense.

¹¹ Acerca da formação, evolução e expansão desta decisiva unidade de ordenamento do território e da sociedade do Noroeste peninsular, consulte-se o recente e excelente estudo de MARQUES, 2008.

¹² Bastará consultarmos um cartulário como o *Liber Fidei* (LF), para nos apercebermos da multiplicação dos vocábulos referidos e de outros relativos à caracterização da propriedade fundiária.

¹³ LÓPEZ ALSINA, 1988: 197.

¹⁴ Foram estas as principais coordenadas que presidiram à elaboração do quadro e dos mapas de povoamento.

¹⁵ Um clima geral de desenvolvimento e expansão transparece dos estudos apresentados ao congresso sobre *La Época de Alfonso III y San Salvador de Valdediós*, reunido em Oviedo, em 1993, e cujas actas foram publicadas no ano seguinte. As questões económicas e sociais foram tratadas por José Ángel García de Cortázar, que apresentou uma comunicação intitulada, “Crecimiento económico y síntomas de

Poucos anos volvidos sobre a presúria de Portucale (868), talvez cerca de 873, *Flomarico* e *Scelemondo* e respectivas mulheres procederam à doação da igreja de S. Miguel, que haviam edificado “*in villa negrelus territorio bracharensis ubiherum portugalensis secum sancte marie subtus mons cauallus prope riuulum haue*”. Ao mesmo tempo que estabeleceram o dote que possibilitaria a manutenção futura de todos os “*presbiteros et fratres (...) que in uita monastica perseuerauerint*”, os dois casais aproveitaram a escritura para sublinharem a legalidade e a legitimidade que lhes assistiam na posse da *villa*: “*edificauimus istius domum in nostra villa que presimus cum cornam et abende Adefonsus principem et comite lucidii vimarani*”¹⁶. Deixando a área de Guimarães e aproximando-nos da cidade de Braga, vejamos mais dois exemplos. No dia 28 de Junho do ano de 900, o *notário* Atanagildo redigiu uma carta de compra e venda através da qual Vidisclou vendeu a Astramundo e a *Agnitrudie* a *portione* que detinha na “*villa que dicent Viciscli, qui iacet ad radice de Sancta Marta qui dividet cum villa Eigani et villa Nugaria territorio Bracarensi*”, e que equivalia à oitava parte da totalidade da *villa*. Da parcela vendida, que incluía o “*pomicelum medium qui iacet inter ambas aquas et cellario*”, deveria excluir-se parte de um pomar e de uma vinha. Por tudo isto, os compradores pagaram um “*cauallo dosno de IIIlor. solidos gallicanos et Ilos. solidos in alio precio, sub uno Vtes. solidos gallicanos*”¹⁷. Quatro anos depois, mais exactamente a 3 de Junho de 904, *Domninus* e sua mulher doaram ao presbítero Andiário metade de uma vinha “*cum omne suo terreno vel clausura*”, situada “*in villa Nugaria inter Desideria Lamazales subtus monte Spino, iuxta riuulum Alister*”¹⁸.

Três casos que relatam outras tantas situações distintas. Teríamos grande dificuldade a partir destes testemunhos, que esgotam praticamente o conjunto de diplomas particulares da época de Afonso III relativos à região bracarense, em vislumbrar um Entre-Douro-e-Minho espartilhado pelas *villae* sobreviventes da romanização, como pretendia Alberto Sampaio¹⁹. Seja como for, e apesar da relativa dispersão dos exemplos considerados, há vários traços comuns que convirá sublinhar. Em primeiro lugar, nas três cartas o enquadramento fundiário, ou seja, a referência patrimonial mais importante é constituída por uma *villa*: a igreja de S. Miguel tinha sido construída na *villa* de Negrelus; a *portione* vendida por Vidisclou foi determinada em função da globalidade da *villa que dicent Viciscli*; e a metade da vinha doada por *Domninus* e sua mulher foi identificada como sendo parte integrante da *villa* de Nogueira. Em segundo lugar, os vários *notários* recorreram ao mesmo tipo de formulário para descreverem a localização das *villae*. No primeiro exemplo serviram-se de coordenadas eminentemente geográficas, a saber, o relevo (“*(...) secum sancte marie subtus mons cauallus (...)*”) e a rede hidrográfica (“*(...) prope riuulum haue*”). Nos outros dois acrescentaram a estas o registo de diversos lugares habitados que lindavam com os bens em causa. Mas o relevo e os rios mencionados não se esgotam como simples acidentes geográficos. Com efeito, tanto no caso do *mons cauallus* como no de *Sancta Marta* e no do *monte Spino* estamos perante designações que se referem

transformación en las estructuras de la sociedad y del hábitat en el reino de Alfonso III de Asturias” (GARCÍA DE CORTÁZAR, 1994: 27-53). Como o autor reconhece logo no início, o próprio título do seu trabalho “constituye una conclusión” (p.27).

¹⁶ PMH, DC, doc. V: 3-4. A *villa negrelus*, situada no território de Braga da cidade Portucaleense, converteu-se na antiga freguesia de S. Miguel do Paraíso, primeiramente chamada de Negrelus e do Inferno, extinta e incorporada na freguesia de S. Jorge de Selho, do moderno concelho de Guimarães. Permanece hoje como paróquia eclesiástica.

¹⁷ LF, tomo I, doc. 174: 206. A *villa que dicent Viciscli* ficava situada no concelho de Braga, nas proximidades ou mesmo no interior (pelo menos em parte) da actual freguesia de S. João Baptista de Nogueira. Para Ermelindo Portela, corroborando uma opinião anteriormente expressa por Amancio Isla Frez, os *solidos gallicanos* constituem um “testimonio de la pervivencia, en el noroeste peninsular, del sistema monetario hispanogodo” (PORTELA, 1994: 92). Um vestígio mais que sugere a continuidade da ocupação humana neste território.

¹⁸ LF, tomo I, doc. 175: 207. A *villa Nugaria* converteu-se na actual freguesia de S. João Baptista de Nogueira, do concelho de Braga.

¹⁹ Ao escrever sobre o povoamento do território português na época romana, Alberto Sampaio afirmou o seguinte: “Retalhados os territórios das cidades, o quadro que se nos apresenta, delinea-se nos traços mais simples. Uma capital — *urbs* ou *civitas*, domina a região coberta de vilas (...). Estendendo-se contíguas, como as densas malhas de uma rede, as vilas foram um dos principais pontos de apoio da romanização (...). Se abstrairmos pois das numerosas povoações urbanas da actualidade, e olhando só para as freguesias rurais, as imaginarmos prédios rústicos que eram então, representar-nos-emos com bastante fidelidade o aspecto geral da distribuição agrária no domínio romano e visigótico” (SAMPAIO, 1979: 111-112). Em face deste cenário, não hesitou em concluir que, durante a fase inicial da Reconquista, “qualquer que fosse (...) a falta de governo, a confusão era superficial; o fundo sobre o qual assentava a neo-sociedade era antigo: a parte superior do edifício arruinara-se, mas as fundações resistiam, ligadas pelo forte cimento romano” (SAMPAIO, 1979: 122), e, por isso, “quando veio o governo asturiano, a coroa, fazendo a presúria dos prédios rústicos, estabeleceu logo, como regra, a conservação do regime existente; este só por excepção e violência foi alterado — política sensata, em virtude da qual continuou ininterrompida a produção agrícola e o desenvolvimento da população, não obstante a confusão dos tempos” (SAMPAIO, 1979: 128). Todo o vigor da tese contrária ao ermamento ressalta destas palavras, que, tal como este, é hoje indefensável num dos seus pontos centrais: a quase total permanência das estruturas populacionais. Acrescente-se, aliás, que a própria imagem de um Entre-Douro-e-Minho retalhado num sem-número de *villae* durante o período romano, está completamente posta de lado na actualidade. De acordo com Jorge Alarcão são raríssimos os vestígios de *villae* romanas na região minhota (ALARCÃO, 1980: em particular 174-177).

a montes, mas que representam, sobretudo, locais fortificados situados em proeminentes elevações²⁰. E é muito provável que a expressão *secum sancte marie* aluda igualmente a uma antiga fortificação implantada no cabeço denominado monte da Senhora, na área da extinta freguesia de S. Miguel do Paraíso, do concelho de Guimarães. Quanto aos dois rios citados, o Ave e o Este, sempre constituíram duas vias de comunicação no território bracarense.

Em terceiro lugar, deveremos assinalar que a impressão geral que se colhe dos documentos é a de um mundo que parece respirar uma economia de paz²¹. Em paralelo com as referências directas a um cenário militarizado — menção de locais fortificados e de solene presúria *cum cornam et albende Adefonsus principem* — emergem dos diplomas citados, sem excepção, realidades socioeconómicas que pressupõem uma estabilidade e um nível de organização razoáveis. Só assim se compreende a disponibilidade e o empenho colocados na construção da igreja de S. Miguel, a progressiva fragmentação das *villae Viciscli* e de Nogueira, e também a necessidade de utilizar nos documentos vocábulos que permitissem caracterizar e individualizar, com rigor, terrenos com dedicações agrícolas especializadas, como vinhas e pomares. De qualquer maneira, não deveremos esquecer que as escrituras deste período, ao descreverem o processo de colonização rural em curso, desenvolveram formulários e uma terminologia uniformizadores, acabando por assemelhar, documentalmente, realidades bem diversas entre si. Recordemos, por último, que a própria existência destes diplomas é, em si mesma, um sintoma de estabilidade e de ordenamento territorial que não se limita ao plano agrário. De facto, só uma sociedade em vias de organização pode aspirar a vincular os seus membros, de forma duradoura, a um quadro jurídico gradualmente inteligível e aceite por um número crescente de pessoas.

O que acabámos de expor dificilmente poderia encontrar melhor tradução documental do que aquela que nos proporciona a composição realizada entre os bispos D. Nausto de Coimbra²² e D. Sesnando de Iria, sobre a posse da igreja e *villa* de Sta. Eulália de Águas Santas. Trata-se do famoso documento XIII dos *Diplomata et Chartae*²³, que desde Alberto Sampaio²⁴ e Gama Barros²⁵ até Sánchez-Albornoz²⁶ e, mais próximo de nós, Carlos Alberto Ferreira de Almeida²⁷, tem sido objecto de significativas análises. Este último investigador, sem dúvida aquele que mais lucidamente comentou o diploma, para além de ter sido o primeiro a identificar correctamente a *villa* de Sta. Eulália de Águas Santas com a actual freguesia de Sta. Eulália de Rio Covo, do concelho de Barcelos, não hesitou mesmo em considerá-lo como “o melhor e mais minucioso documento para o estudo da ocupação da terra e seu parcelamento do Noroeste português, nos inícios do século X”²⁸.

Mas comecemos pelo princípio. Nos inícios do ano de 906, mais propriamente a 11 de Janeiro, os citados prelados chegam finalmente a um consenso sobre a divisão da igreja e *villa* de Sta. Eulália de Águas Santas. A questão que os opunha acerca da partilha de tão importante património, levava já representantes seus a reunirem-se em Oviedo e em Santiago de Compostela. Uma vez alcançado o acordo, foi este passado a escrito sob a forma de uma composição, na qual ficaram registados e descritos com bastante pormenor, os bens que couberam a cada uma das partes²⁹. O bispo de Iria D. Sesnando e os seus homens ficaram com uma várzea, 18 campos de vários

²⁰ O *mons cauallus* era uma antiga fortificação situada na elevação de Nossa Senhora do Monte, na freguesia de S. Martinho de Conde, do concelho de Guimarães. De acordo com o Abade de Tagilde, este topónimo designava também a cadeia de montes que se estende desde o Ave (paróquia de S. Miguel do Paraíso) até ao Vizela (freguesia de S. Paio de Moreira de Cónegos) (VMH, doc. I: 2, nota 1). *Sancta Maria* era um antigo local fortificado localizado num cabeço do monte da Falperra, na freguesia de S. João Baptista de Nogueira, do concelho de Braga. Nesta mesma freguesia situava-se, igualmente, a vetusta fortificação denominada *monte Spino*.

²¹ Veja-se GARCÍA DE CORTÁZAR, 1994: 53.

²² Acerca deste prelado consulte-se SOARES, 1941a: 144-148, PIEL, 1947: 558-560, e BARROCA, 2000: 17-22.

²³ PMH, DC, doc. XIII: 8-9. Uma outra versão deste documento, desdobrada em três diplomas distintos, encontra-se no LP, vol. II, docs. 354, 355 e 356: 261-265.

²⁴ SAMPAIO, 1979: 39, 70, 71, 74, 75, 123, etc..

²⁵ BARROS, 1954: 294.

²⁶ SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1966: 222, nota 31, 242-245.

²⁷ ALMEIDA, 1966: 635-642, e ALMEIDA, 1970: 97-107.

²⁸ ALMEIDA, 1970: 98.

²⁹ A parte introdutória do diploma esclarece-nos sobre a forma como os dois prelados se apoderaram da *villa* de Sta. Eulália: tratou-se verdadeiramente de um acto de presúria levado a cabo por *homines* dos dois bispos. Não será difícil de adivinhar, portanto, que a contenda deve ter nascido de desentendimentos gerados entre os ditos *homines*, aquando da divisão dos prédios: “*Non est enim dubium sed plerisque cognitum eo quod orta fuit contentio inter partem domni nausti colimbriensis sedis episcopi et domni sisanandi hiriensis sedis episcopi pro ecclesia et uilla uocabulo sancta eulalia que scita est in silua scura in territorio brakalensis sedis ubi dicent aquas sanctas quotprehendiderunt homines domni nausti episcopi. id est. minizus cum suis filios et sua kasata. et de parte domni sisanandi episcopi adulfus abba. et pro id coniuncti fuimus in oueto et postea in sancto iacobo ad archis. conuenit inter eos bone pacis uoluntas ut roborarent placitum de parte domni nausti episcopi. ad uicem persone eius domnus fraurengus episcopus. et ad uicem persone domni sisanandi episcopi uiliulfus presbiter ut coniungerent se in ipsa uilla*

tamanhos, dois pomares, uma vinha, dois casais e meio, três linhares e metade dos moinhos existentes, tudo localizado na área ocidental da *villa*, confinante com as actuais freguesias de S. Paio de Midões, Sta. Marinha de Remelhe, S. Martinho das Carvalhas e S. João Baptista de Silveiros. D. Nausto, bispo de Coimbra, e os seus homens obtiveram uma várzea, 24 campos de dimensões diversas, um pomar, meio casal, meio linhar e a outra metade dos moinhos. Situados maioritariamente no lado nascente da *villa*, os bens deste prelado estavam limitados pela *karraria antiqua* e pelas extremas das actuais paróquias de Sta. Maria de Moure, S. Romão de Fonte Coberta e S. João Baptista de Silveiros. Todos os campos e demais prédios estavam rodeados e entrecortados pelos indispensáveis espaços reservados ao bosque. A zona onde se implantava a *villa* chamava-se, significativamente, Silva Escura, ou seja, floresta cerrada: “(...) *eclesia et uilla uocabulo sancta eulalia que scita est in silua scura in territorio brakalensis sedis ubi dicent aquas sanctas (...)*”. E entre as propriedades divididas figuram diversos soutos: “*de terras et salto (...)*”; “*saltos de kasa placidii (...)*”; “(...) *agra de assaiola cum suo saltu (...)*”; etc.³⁰.

Um dos aspectos mais assinaláveis do diploma reside no elevado número de parcelas agrícolas e outros prédios que regista. Este cenário de grande divisão fundiária resulta ainda mais vincado se tivermos em conta que os bens dos dois prelados, apesar de constituírem a maior parte, não esgotavam o património existente no perímetro da *villa*. Diversas propriedades aparecem referidas simplesmente porque lindavam com os bens em disputa³¹. Esta fragmentação, aliás, não deveria ser algo de muito recente, pois o diploma assinala, com alguma frequência, terras vedadas que sugerem claramente um tempo longo de ocupação³². Na fonte são mencionados também 25 habitantes/camponeses que, como é óbvio, não constituíam a totalidade dos moradores da *villa*. Alguns deles surgem apenas porque, como vimos, os seus bens confrontavam com os dos prelados. Sobre as terras destes camponeses parece mesmo não pesar qualquer tipo de dependência ou imposição, ou pelo menos o diploma não as regista, pelo que somos levados a concluir que poderá tratar-se de homens livres vivendo em propriedades alodiais.

Mas a minúcia de quem redigiu a escritura permite-nos também aclarar o tipo de povoamento da *villa* de Sta. Eulália. As frequentes referências do género “(...) *agro ubi ansemundus habitat (...)*”; “(...) *agrum qui est subtrus kasa gundesalui (...)*”; “(...) *agro ubi habitant filii sindi (...)*”³³, etc., induzem-nos a pensar que estamos perante um povoamento muito disseminado, onde as casas se misturavam com as lavras e os soutos, proporcionando essa aparente *confusão* tão distintiva da região do Entre-Douro-e-Minho e que, segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, remontava já à baixa romanidade³⁴. Parece, portanto, que neste território o parcelamento da propriedade cresceu de braço dado com um povoamento disperso. Esta leitura, facilmente sustentável com os dados da fonte, não invalida, obviamente, a existência de alguns sítios onde o povoamento podia ser mais concentrado, formando já verdadeiras aldeias. É isto, pelo menos, o que nos sugere o contexto documental em que se inscrevem alguns dos lugares divididos entre os dois bispos, como *uillare spasandi* e outros³⁵. Ora, um território com este nível de organização e de ocupação humana, só se pode entender devidamente quando inserido num cenário de longa duração, tanto ou mais assinalável quanto o espaço desenhado pelo diploma, isto é, a área da *villa*, corresponde rigorosamente aos limites da actual freguesia de Sta. Eulália de Rio Covo³⁶.

A excepcionalidade da escritura que acabámos de analisar e o facto de não dispormos de mais nenhum diploma com estas características para este período, limitam seriamente as nossas hipóteses de generalização. Contudo, parece-nos difícil aceitar que num território tão semelhante nas suas coordenadas maiores como é o entre Lima e Ave, este caso constituísse uma singularidade. O mais provável é que a realidade social e económica da *villa* de Sta. Eulália fosse já

prenominata et facerent inter se colmellos diuisionis quomodo in placitum quod inferius est resonat sicut et fecerunt extra dextros ecclesie” (PMH, DC, doc. XIII: 8-9).

³⁰ PMH, DC, doc. XIII: 8-9. Como é sabido, o vocábulo *salvus* pode designar igualmente uma terra de pastagem. Porém, tal como verificou Carlos Alberto Ferreira de Almeida (ALMEIDA, 1970: 100), as condições geográficas do espaço de Sta. Eulália de Rio Covo e de algumas paróquias vizinhas propiciam uma ampla cobertura florestal, visível ainda hoje. Refira-se, também, que apesar de ter desaparecido o topónimo *silua scura*, os vestígios do antigo bosque subsistem, por exemplo, nos nomes das freguesias limítrofes de Carvalhas e Silveiros.

³¹ Entre outros exemplos: “*et inde per ribulo usque in foui. et inde per kasa tractemiri*”; “(...) *at karraria antiqua et inde usque in ccasa aruetani (...)*”; “*linare sub kasa sindi medio*” (PMH, DC, doc. XIII: 9).

³² Entre outros exemplos: “*kasale placidii per sua sepe integrum*”; “*agro astrulfi per ribolo usque per suas sepes in omnique circuito integro*”; “*et sepe de agro telleli usque in sepe de agro astrulfi medietatem*” (PMH, DC, doc. XIII: 9).

³³ PMH, DC, doc. XIII: 9.

³⁴ ALMEIDA, 1970: 103.

³⁵ Para além deste, talvez também *siccariolo* e *bustello* (e provavelmente outros ainda) constituíssem já aldeias. Qualquer um dos lugares citados foi dividido ao meio entre os dois prelados.

³⁶ Segundo a opinião de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, “a «uilla» de Santa Eulália, com os seus limites de 906, (...) é precisa e exactamente a freguesia de Santa Eulália pelos seus limites actuais” (ALMEIDA, 1970: 99).

extensível a outras zonas da região minhota, mesmo que com intensidades diversas. A documentação posterior torna perfeitamente verosímil esta conjectura.

Advertimos mais acima sobre algumas das limitações que as fontes dos finais do século IX e da centúria seguinte apresentam. Deveremos agora alargar um pouco mais os nossos comentários, uma vez que passamos a analisar na globalidade os dados recolhidos. O primeiro e fundamental problema com que nos defrontamos é o de tentar avaliar a representatividade dos documentos de que dispomos. Por outras palavras, gostaríamos de saber qual a percentagem que significam no conjunto dos diplomas efectivamente produzidos, no período e espaço considerados. Trata-se de uma questão em relação à qual não temos sequer uma ideia aproximada. De facto, não conseguimos apurar, no estado actual dos nossos conhecimentos, qual o volume provável de documentos elaborados e, conseqüentemente, o número de desaparecidos. Por outro lado, recordemos que a esmagadora maioria das fontes preservadas chegou até nós através de cópias tardias, vulgarmente inseridas em cartulários dos séculos XII e XIII. Significa isto todo um processo de transmissão, ao longo do qual se cometeram, consciente ou inconscientemente, um número elevado de omissões, deturpações, interpolações, falsificações, etc.³⁷. E tenhamos ainda em conta que as fontes nem sempre *classificam* da mesma maneira um determinado núcleo de povoamento. Com alguma frequência, por exemplo, a designação de *villa* associada a um topónimo na sua primeira citação documental, pode desaparecer em diplomas posteriores e vice-versa, isto é, um topónimo sem qualquer outra adjectivação num primeiro momento, pode muito bem ser identificado como *villa* em fontes subsequentes. Por último, deve-se também mencionar o número considerável de alterações toponímicas provocadas pelo desenvolvimento do processo de organização territorial, ainda longe da sua cristalização definitiva. Parece-nos evidente que estas circunstâncias fragilizam todas as *classificações* e contagens a que procedemos.

Um cenário com esta configuração exige muitas precauções, nomeadamente no que respeita aos números brutos de topónimos recolhidos e à sua tradução cartográfica. Neste último caso, em concreto, deveremos ter presente que o simples aumento de pontos num mapa, revelando por vezes acentuadas diferenças de região para região ou de época para época, pode resultar, unicamente, de um volume maior de fontes disponíveis e/ou da existência de um documento excepcional, e não propriamente de um efectivo crescimento da realidade considerada. Essencialmente pelas razões expostas, decidimos utilizar grelhas cronológicas distintas na elaboração do quadro e dos mapas, a fim de podermos dispor de níveis diversos de leitura e, em simultâneo, reduzir as eventuais distorções provocadas pelas limitações das fontes. Neste sentido, os resultados numéricos e cartográficos a que chegámos, além de provisórios e, portanto, passíveis de correcções futuras, deverão ser entendidos apenas como indicadores qualitativos, como ordens de grandeza. Estamos numa área onde o contributo da arqueologia se revela cada vez mais necessário e indispensável.

	<i>Villae</i>	%	Lugares	%	Totais	%
c. 873 - 900	8	7	12	9,6	20	8,4
901 - 925	13	11,4	22	17,6	35	14,6
926 - 950	19	16,6	42	33,6	61	25,5
951 - 975	49	43	24	19,2	73	30,5
976 - 1000	10	8,8	9	7,2	19	8
1001 - 1025	15	13,2	16	12,8	31	13
Totais	114	100	125	100	239	100

Núcleos de povoamento da Diocese de Braga (c. 873 – 1025)

Uma primeira análise do quadro permite-nos estabelecer algumas das principais coordenadas do desenvolvimento do povoamento na região bracarense. Parece claro, antes de mais, um crescimento gradual e contínuo do número de núcleos habitacionais, desde o último quartel do século IX até cerca de 975. Esta tendência, mais acentuada a partir de 925, tem como única excepção a redução para quase metade do total de lugares referenciados entre 951 e 975, em comparação com o período imediatamente anterior. Mas, neste caso, a explicação deve residir unicamente nas particularidades das fontes conservadas, uma vez que também nos parece algo suspeito o elevado número de *villae* assinaladas nessa mesma época, quer quando confrontado com o antecedente, quer na sua relação com o número

³⁷ Sobre os problemas enunciados, e apesar de centradas quase exclusivamente no caso galego, vejam-se as pertinentes observações de LÓPEZ ALSINA, 1988: 20-43, e de BALIÑAS PÉREZ, 1992: 24-29.

de lugares. Seja como for, a soma de *villae* e de lugares deste período representa um aumento apreciável em relação aos valores anteriores, reforçando o crescimento assinalado.

Antes de prosseguirmos, lembremos que a contabilização de um determinado topónimo num dos cortes cronológicos que estabelecemos, não significa que ele tenha sido fundado nesse lapso temporal, mas, simplesmente, que a primeira menção documental que se conhece pertence a esse período. Como se sabe, na esmagadora maioria dos casos os diplomas registam as *villae* e os outros lugares porque são objecto de transacções imobiliárias, ou porque servem para localizar e delimitar certos bens, e não para assinalar a sua fundação. Desta maneira, a primeira notícia escrita de um topónimo significa, regra geral, o contacto com uma realidade social e económica já instituída.

O crescimento que comprovámos, possibilita-nos delinear um paralelismo estreito entre a organização social do espaço e o estabelecimento e posterior afirmação da aristocracia condal portugalense³⁸. Na realidade, estamos perante dois sintomas de um único processo: a integração e reorganização do território de Entre-Douro-e-Minho no âmbito do reino asturo-leonês. Ambos nos falam de expansão. Porém, ao sublinhar o carácter inseparável e a forte complementaridade existente entre os dois factores, não podemos esquecer que a documentação de que dispomos permite-nos supor que o povoamento da região bracarense já estava em curso, quando os condes e os seus homens aqui se instalaram. Os diplomas deste período revelam-nos, preferencialmente, cenários humanos já estabelecidos e em desenvolvimento e não tanto situações criadas a partir desse momento³⁹. Esta conjectura, baseada para já apenas em limitados vestígios documentais, de modo algum diminui o papel determinante da nobreza condal no alargamento e aceleração do processo de povoamento, tornando-o mais efectivo e sistemático, ao mesmo tempo que dele retirava amplo benefício, tanto político como económico. Em suma, parece óbvio que a aristocracia portugalense consolidou o seu poder, em simultâneo com a expansão do povoamento na região a sul do rio Minho.

Observando de novo o quadro, verificamos uma acentuada quebra no número de topónimos aparecidos pela primeira vez no último quartel do século X. A percentagem de *villae* e de lugares novos obtida nesta fase, 8 %, consegue mesmo ficar atrás do valor alcançado no período inicial (c.873-900 = 8,4 %), cifrando-se como a mais baixa de toda a série considerada. Este aparente abrandamento do processo repovoador parece manter-se, se bem que de forma menos intensa, nas primeiras décadas do século XI. A primeira constatação a fazer tem a ver com as fontes disponíveis. A quantidade de cartas conservadas do período que vai de 976 a 1025 é superior, não apenas em termos absolutos mas também percentuais, à da época anterior⁴⁰. Já do ponto de vista qualitativo permanece idêntica a tipologia documental, pelo que a diminuição de informações sobre topónimos novos não pode ser imputada, neste caso, ao processo, tantas vezes arbitrário, da preservação de fontes. Temos, pois, de concluir, que o decréscimo de referências significa de facto um abrandamento nas iniciativas repovoadoras ou, pelo menos, no alargamento territorial da estrutura política e administrativa, grandemente responsável pela multiplicação de documentos.

Seja como for, qualquer um destes sintomas invoca uma conjuntura de crise. Ora, praticamente desde a morte de Ordonho III (951-956), que o reino de Leão mergulhou numa grave crise política, que só terminou verdadeiramente com a chegada ao poder de Fernando I, o *Magno*, em 1037(-1065). Tanto quanto sabemos hoje, a aristocracia condal portugalense participou activamente, e desde o início, no complicado xadrez da política leonesa, agravado constantemente pelas disputadas sucessões régias⁴¹.

Neste contexto, deveremos compreender a intervenção do conde Gonçalo Mendes de Portucale e de outros nobres galegos na eleição de Ordonho IV, o *Mau*, (958-960), ao mesmo tempo que outros magnates galegos e portugalenses, entre os quais o conde Paio Gonçalves, neto do conde Afonso Betote, apoiavam o seu rival, Sancho I (956-958 e 960-966), irmão do falecido rei Ordonho III⁴². Esta atitude do conde de Portucale levou mesmo Sancho I a invadir as suas terras e a subjugá-lo pelas armas, em 966⁴³. Os exemplos referidos ilustram bem o grau de envolvimento dos condes

³⁸ A propósito da implantação da aristocracia condal portugalense, consulte-se, entre vários outros estudos, a excelente síntese de MATTOSO, 1982: em especial 13-35, e ainda MATTOSO, 1981.

³⁹ Os casos particulares analisados ao longo do presente estudo constituem exemplos suficientes do que agora reafirmamos.

⁴⁰ Para a época que decorreu entre 976 e 1025 temos 38 documentos, enquanto dispomos apenas de 32 para o período anterior (c. 873-975). Ver nota 10.

⁴¹ Sobre a intervenção da aristocracia portugalense nas questões da política leonesa veja-se, entre outros estudos, os que citámos na nota 38, e também FERNANDES, 1973, e RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, 1987.

⁴² Acerca dos reinados e das violentas contendas que opuseram Sancho I e Ordonho IV, veja-se RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, 1987, e RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, 1995: 308-330.

⁴³ De acordo com Justiniano Rodríguez Fernández, baseado nos relatos cronísticos de Sampiro e do toledano D. Rodrigo Jiménez de Rada, "la presión militar y política (de Sancho I) hubo de tener su principal centro de operaciones en tierras orensanas y en la comarca de

portugalenses nas questões internas da política leonesa e explicam também como, a médio prazo, tais comportamentos se transformaram em causa prioritária da sua decadência. Resta acrescentar apenas, que o declínio do grupo condal foi acompanhado (e precipitado) pela ascensão de uma nova aristocracia local, na qual avultavam os infanções. Por último, assinala-se que a agitação política vivida nos vários espaços do reino de Leão foi ainda mais agravada com o incremento das investidas muçulmanas, particularmente desde que o celebrado Almançor, *hajib* do califa Hisham II de Córdoba (976-1009 e 1010-1013), chegou ao poder, em 978(-1002)⁴⁴.

As circunstâncias que acabámos de referir sublinham as convulsões políticas e militares que se faziam sentir no território de Entre-Douro-e-Minho e tornam compreensível que o clima não fosse muito propício ao desenvolvimento social e económico da região. Revelam-se, assim, credíveis os dados do quadro e verosímil a hipótese de um abrandamento das ações repovoadoras no último quartel do século X e primeiras décadas da centúria seguinte.

Do ponto de vista espacial, a observação atenta dos mapas 1 e 2 permite estabelecer os contornos fundamentais da distribuição dos núcleos de povoamento, ao longo da terra bracarense. Retenhamos, em primeiro lugar, o papel ordenador desempenhado pelos principais cursos de água. Mesmo sendo mais aparente do que real, a verdade é que os rios parecem compartimentar os locais habitados. De norte para sul, verificámos uma reduzida mancha de povoados em torno da “*uilla de ponte in ripa limie*” (Ponte do Lima)⁴⁵, que se dissipa em seguida até às margens do Neiva. A partir daqui, a malha do povoamento começa verdadeiramente a adensar e quanto mais nos aproximamos do Cávado e do Homem, sobretudo da sua área de confluência, mais evidente se torna a nossa leitura.

O espaço entre os rios Cávado e Este introduz-nos não apenas no coração da diocese bracarense, mas também num dos territórios mais densamente ocupados desde o início. Esta circunstância resulta, antes de mais, do facto de aí se localizar a velha cidade episcopal que, apesar de permanecer como Sé vacante, nem por isso deixava de manter parte do seu prestígio e da sua vetusta estrutura urbana. Recordemos que, cerca de 873, Afonso III reuniu em Braga uma cúria régia, na qual esteve presente o conde Vímara Peres, e ordenou a restauração e repovoamento da urbe, bem como a delimitação do seu termo⁴⁶. Outro aspecto importante a sublinhar nesta zona, reside no facto dos núcleos habitacionais se distribuírem com regularidade, tanto para este como sobretudo para oeste da cidade, ao longo da área delimitada pelos dois rios. Esta rede parece interromper-se já em pleno concelho de Barcelos, revelando-se circunscrita a sul por um conjunto de povoações que bordejam as duas margens do Este.

As malhas do povoamento voltam a alargar-se no espaço compreendido entre este último rio e o Ave, para se tornarem a cerrar quando penetramos no território de Entre-Ambas-as-Aves (entre o Ave e o Vizela). Nas cercanias de Guimarães multiplicam-se os sítios habitados, descobrindo uma região de elevada ocupação e organização social e económica, a que não é alheio, obviamente, o próprio burgo, sede política dos condes portugalenses desde a segunda metade do século X. Aqui fundou a condessa D^a. Mumadona Dias, cerca de 950, o famoso mosteiro de Guimarães⁴⁷, ao qual associou mais tarde o importante castelo de S. Mamede, que ela própria mandara construir para defesa do cenóbio⁴⁸. A sul do Vizela aumenta de novo a dispersão dos núcleos povoados e diminui o seu número. Esta tendência agrava-se quanto mais nos abeiramos da estrema da diocese, sendo evidente que uma interpretação mais aprofundada do ordenamento deste território, implica um maior e melhor conhecimento da organização do espaço limítrofe pertencente ao bispado portuense⁴⁹.

Braga, feudos adictos a san Rosendo y a la familia de Gonzalo Menéndez, cuyo prestigio y poderosos valimientos parecían ser incontrastables y decisivos. Las tierras septentrionales extremas y su dominante foco de Compostela, sintiendo el peso de su aislamiento, no tardarían en someterse, por convicción o por fuerza, resultando así fácil al ejército real la penetración hasta las aguas del Duero (...)” (RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, 1987: 95). Veja-se, também, MATTOSO, 1992: 538.

⁴⁴ Sobre a governação e as campanhas militares de Almançor consulte-se, entre outros, o estudo clássico de LÉVI-PROVENÇAL, 1982: 410-437, e o recente trabalho de SÉNAC, 2006. Relativamente às expedições conduzidas no actual território português veja-se AZEVEDO, 1939: 113-116, e AZEVEDO, 1974.

⁴⁵ Documento de 11 de Junho de 985, publicado em SÃO PAYO, 1930: 16-18.

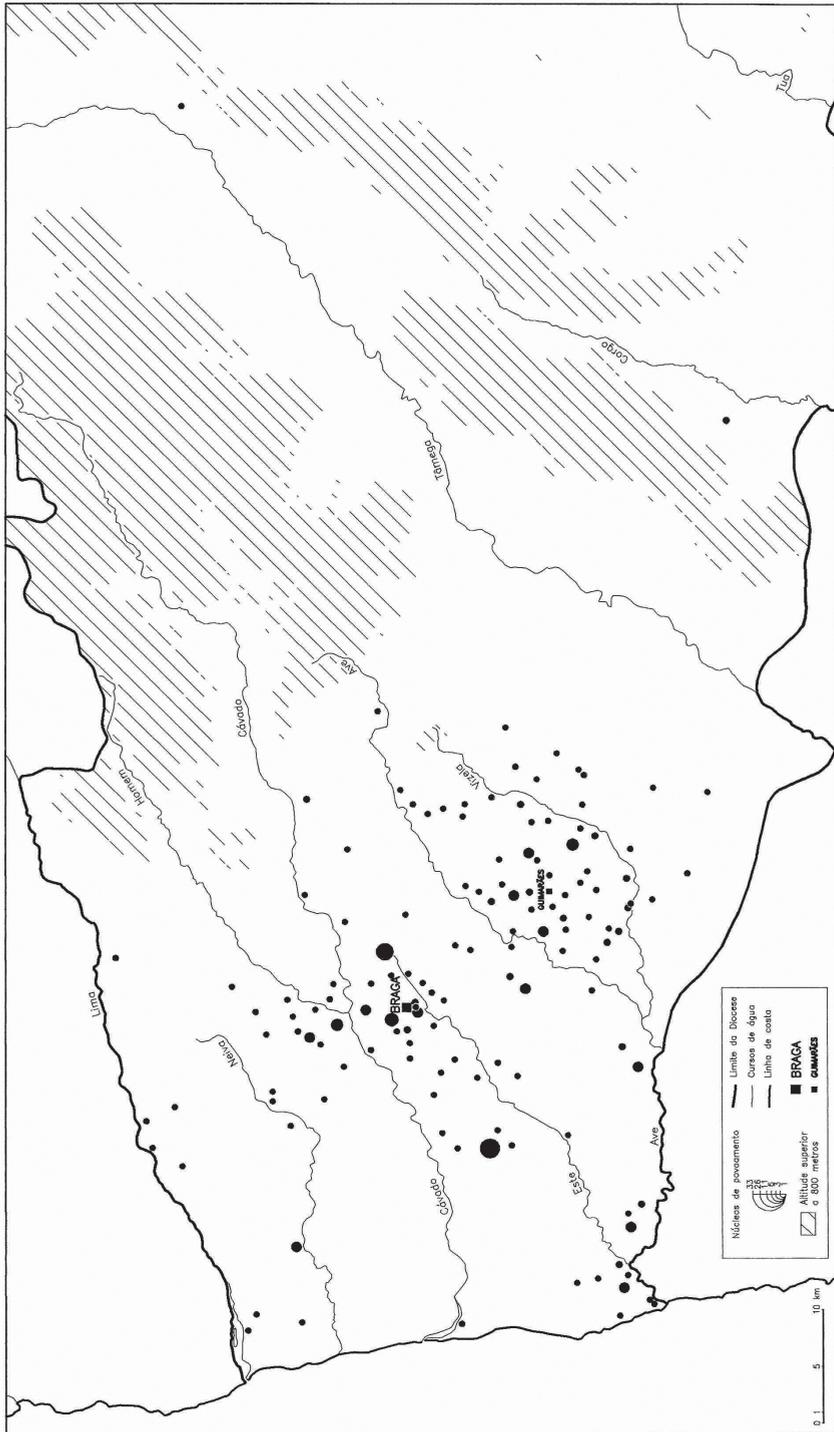
⁴⁶ “*Hec vero consumptum intervenit ad civitas Bracara que prius metropolitana noscuntur sicuti in libris antiquita[s] pa] tres sancti prencaverunt et fecit ibi concilium cum omne regni eius ut popularent ea et dedit pontificibus et previsores sapientissimos qui determinarent terminos eius sicuti terminaverunt (...). Hec est terminatio Bracare civitas quam perexquisierunt isti supra nominati per iussionem ipse imperator Adefonsus*” (LE, tomo I, doc. 16: 35).

⁴⁷ Sobre os problemas que envolveram a fundação do mosteiro de Guimarães, veja-se FERNANDES, 1973: 47-53, COSTA, 1981: 153-154, e RAMOS, 1991, vol. I: 48-56.

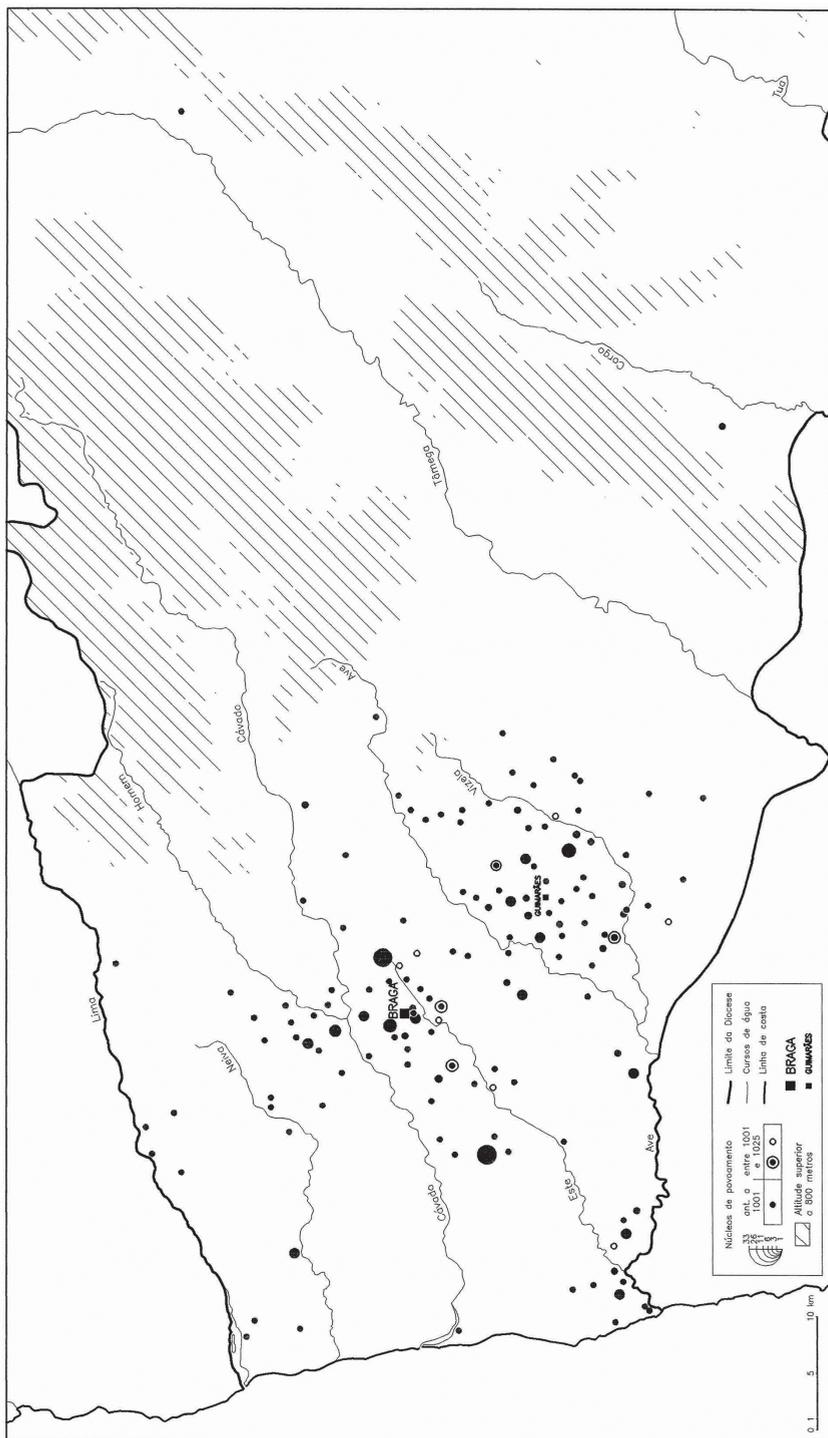
⁴⁸ Veja-se documento de 4 de Dezembro de 968, publicado em PMH, DC, doc. XCVII: 61.

⁴⁹ Apesar de limitado às instituições monásticas e centrado numa época posterior à que agora analisamos, o trabalho de José Mattoso sobre o florescimento do monaquismo na diocese portugalense fornece elementos muito importantes para a caracterização do povoamento nessa região (MATTOSO, 1968). Igualmente relevantes são os dados facultados pela recente investigação de MARQUES, 2008.

Mapa 1 — Núcleos de povoamento da Diocese de Braga
(sécs. IX e X)



Mapa 2 — Núcleos de povoamento da Diocese de Braga
(1001 — 1025)



O cenário traçado coloca-nos na presença de um povoamento eminentemente interior e disseminado, pautado pelos rios principais que contribuem também para desenhar os grandes vales da região. Se tivéssemos elaborado uma cartografia mais fina, de menor escala, pelo menos para as áreas mais povoadas, a realidade da dispersão seria ainda mais notória. Os núcleos habitacionais constituem perfeitos alvéolos incrustados nos inúmeros e pequenos vales minhotos, recortados por colinas facilmente transponíveis. Acessibilidade e fertilidade da terra transformaram-se, assim, em esteios maiores da fixação dos homens⁵⁰.

Porém, uma escala mais reduzida poderia fazer-nos perder a indispensável visão de conjunto e contribuir para abusivas generalizações. Com efeito, são bastante extensas as áreas sobre as quais pouco ou nada sabemos através das fontes documentais e que, por isso mesmo, provocam nos mapas contrastes que são, em determinados casos, excessivos. Não desconhecemos que os papéis de Braga como sede religiosa e de Guimarães como sede político-militar foram extremamente importantes, enquanto factores de aglutinação da rede de *villae* e lugares. Não é por acaso que as zonas das quais são as respectivas cabeças constituem, de facto, as mais povoadas. Contudo, exactamente porque eram centros de poder já com um apreciável grau de institucionalização, também devem ter contribuído para que se produzissem mais documentos escritos, sobretudo nas áreas onde detinham maior influência, ou seja, nas que lhes estavam mais próximas. Em consequência, não nos deveremos deixar convencer demasiado pela evidência dos mapas, apesar de não duvidarmos que, no essencial, eles transmitem uma ideia correcta da distribuição do povoamento.

Há contrastes, no entanto, que pela sua amplitude necessitam de maior esclarecimento. Sobre Trás-os-Montes as fontes revelam um silêncio quase total para este período. As razões prendem-se, fundamentalmente, com a rudeza da região, em geral montanhosa ou planáltica e pobre do ponto de vista agrícola, e também com o facto do poder asturiano não ter sido capaz, ou não se ter interessado devidamente pela efectiva ocupação do território. É certo que, à volta de 872, fixou-se em Chaves o conde Odoário, proveniente da zona de Ourense, com o mandato expresso de Afonso III para iniciar o repovoamento da região⁵¹. Porém, depois dessa data, e durante muito tempo, o vazio documental é absoluto. Em conclusão, ignoramos quase por completo o que se passava nas terras altas brigantinas e do planalto mirandês e, para além das informações sobre Chaves e arredores⁵², apenas dispomos de mais duas notícias sobre outros tantos lugares da actual freguesia de Sta. Marinha de Vila Marim, do concelho de Vila Real⁵³. De qualquer maneira, estes reduzidíssimos elementos não deixam de ser significativos, uma vez que respeitam a dois territórios, Chaves e Panoias, que, no futuro, se revelarão como muito importantes para a diocese bracarense.

Difícil de explicar é também o vazio populacional da quase totalidade do litoral, com a assinalável excepção da zona da foz do Ave. É sabido que, por esta altura, a costa e o mar estão longe de desempenharem as funções que mais tarde serão chamados a representar na História portuguesa. A população afastava-se do mar não apenas pelas dificuldades materiais levantadas pela navegação atlântica, mas também porque do oceano vinha o perigo das investidas da pirataria muçulmana e normanda⁵⁴. Quando, em 968, a condessa D^a. Mumadona Dias decidiu entregar o castelo de S. Mamede ao mosteiro de Guimarães, justificou a sua atitude afirmando que tal se devia às recentes incursões dos *infíeis*, que haviam assolado as proximidades do cenóbio: “(...) *persecutio gentilium irrui in huius nostre religionis (sic) suburbium et ante illorum metum laborauimus castellum quod uocitant sanctum mame (...)*”⁵⁵.

⁵⁰ Uma excelente síntese da geografia humana e física do Entre-Douro-e-Minho pode ver-se em RIBEIRO, 1986: especialmente 101-129, 145-149.

⁵¹ De acordo com o testemunho de uma escritura do tombo do mosteiro galego de S. Salvador de Celanova, datada de 1 de Outubro de 982, o conde Odoário, “*qui venit in civitatem Flaviae secus fluvium Tamice, vicos et castella erexit et civitates muniuit et villas populavit atque eas certis limitibus firmavit et terminis certis locavit et inter utrosque abitantes divisit et omnia ordinate atque firmate bene cuncta disposuit*” (TC, tomo I, doc. 265: 377).

⁵² As primeiras informações sobre Chaves surgem no âmbito da acção desenvolvida pelo conde Odoário, a partir de 872, e estão contidas num documento muito posterior do mosteiro galego de S. Salvador de Celanova, de 1 de Outubro de 982 (TC, tomo I, doc. 265: 377-385; ver nota anterior). Dispomos ainda de notícias acerca da vizinha povoação de *Faiões* (actual freguesia de Sto. Estêvão de Faiões) e do cenóbio (Sto. Estêvão de Faiões) que aí se fundou, muito provavelmente no último quartel do século X (respectivamente, escrituras de 24 de Junho de 995, em LF, tomo II, doc. 406: [145]; e de 30 de Agosto de 1025, em SOARES, 1941b: 153-159, publicada igualmente uma cópia com muitas deficiências no LF, tomo I, doc. 22: 44-51).

⁵³ Trata-se dos lugares de Quintela e Refontoura que, apesar de citados pela primeira vez em uma escritura de doação à Sé de Braga, de 6 de Junho de 1082 (LF, tomo I, doc. 111: 131), já deveriam estar povoados no século X. Com efeito, o documento assinala que parte dos bens doados, localizada num dos lugares referidos, havia pertencido a um avô do doador.

⁵⁴ Acerca das incursões normandas no actual território português, consulte-se AZEVEDO, 1939: 117-119, 165, e AZEVEDO, 1974.

⁵⁵ PMH, DC, doc. XCVII: 61.

Por sua vez, a *Chronica Gothorum* dá-nos conta de uma demorada expedição normanda que, depois de saquear o território situado entre o Douro e o Ave, atacou o castelo de Vermoim, cabeça da Terra do mesmo nome⁵⁶.

É credível que a progressão dos normandos até Vermoim se tenha feito a partir de Vila do Conde, que constituía o centro aglutinante do povoamento junto à desembocadura do Ave. A *villa de comite*, que nos surge referida pela primeira vez numa escritura de 26 de Março de 953⁵⁷, e cujo nome derivaria do facto de, segundo A. de Almeida Fernandes, ter sido uma fundação do próprio conde Afonso Betote⁵⁸, oferecia já nesta altura uma excelente situação, pois além de “*fundata in castro uocitato sancto ihoanne*”⁵⁹, era defendida a norte e a leste por um conjunto significativo de fortificações (Terroso, Argifonse e Bagunte)⁶⁰. Constituía seguramente um bom porto de abrigo e é quase certo que a sua produção salineira e de pescado apresentasse já nesta época valores significativos⁶¹. Local privilegiado de atravessamento do Ave, representava também um ponto muito importante na via de acesso a Portucale pela orla marítima⁶². Finalmente, acrescenta-se que a malha do povoamento desta zona tem uma idêntica correspondência na área portuense a sul do Ave, formando com ela um todo coerente⁶³.

Caminhando para norte, ao longo da costa, a ocupação humana é quase inexistente, e só dispomos de referências documentais acerca da *villa* de Fão⁶⁴, muito próxima da foz do Cávado, e, mais acima, sobre Darque e Mazarefes⁶⁵, junto ao curso terminal do Lima, e S. Romão de Neiva⁶⁶, em análoga posição relativamente ao Neiva. Essacos povoados que parecem privilegiar as (e beneficiar das) desembocaduras dos principais rios.

Concluindo. O período analisado, desde os finais do século IX até ao primeiro quartel do século XI, revela a mais antiga imagem da distribuição do povoamento ao longo do território bracarense, na primeira fase da *Reconquista*. A conjugação dos dados quantitativos e cartográficos, necessariamente parcelares, descobre-nos uma tendência de crescimento moderado mas efectivo, que se materializou tanto no fortalecimento da estrutura inicial, como no gradual alargamento do espaço *organizado*. Deste modo, os elementos que reunimos e estudámos constituíram-se em testemunhos privilegiados do alargado desenvolvimento que conheceram as terras a sul do Minho nesta época, contribuindo, em simultâneo, para uma definição mais rigorosa de todo o processo.

⁵⁶ “*Era MLIV. VIIIo. idus septembris veniunt Lormanes ad castellum Vermudii, quod est in prouincia Bracharensi. Comes tunc ibi erat Aluitus nuniz*” (PMH, Scrip.: 9). Para Rui Pinto de Azevedo, “a chegada dos invasores normandos a terras de entre Douro e Ave foi em Julho de 1015, mas como se demoraram aí nove meses, só em Abril de 1016 devem as suas naus ter levantado ferro do porto do Douro, onde naturalmente estiveram abrigadas”. Neste contexto, conclui-se “que o ataque a Vermoim se efectivou em Setembro de 1015” (AZEVEDO, 1974: 88).

⁵⁷ PMH, DC, doc. LXVII: 38-39.

⁵⁸ “(...) estou hoje convicto (...) de que Vila do Conde e várias localidades vizinhas foram presuradas cerca de 870 pelo conde Betote, sendo mesmo este o conde a que se refere o nome da actual vila” (FERNANDES, 1973: 26).

⁵⁹ PMH, DC, doc. LXVII: 39. Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, o velho castro de S. João estava situado “onde hoje se encontra o convento de Santa Clara”, na parte mais elevada da actual cidade de Vila do Conde (ALMEIDA, 1978: 34-35).

⁶⁰ Estes três antigos locais fortificados estavam situados, respectivamente, na freguesia de Sta. Maria de Terroso do concelho da Póvoa de Varzim; no monte da Cidade, no lugar de Gifonso da freguesia de S. Miguel de Arcos, do concelho de Vila do Conde; e na freguesia de Sta. Maria e S. Miguel de Bagunte, também do concelho de Vila do Conde.

Refira-se ainda que pelo lado sul a foz do Ave se encontrava igualmente protegida, graças a uma importante fortificação, o *castro de boue*, localizado no lugar de Vilarinho da freguesia de S. Salvador de Macieira da Maia, do concelho de Vila do Conde. De acordo com Carlos Alberto Ferreira de Almeida, trata-se de “um dos castelos mais citados na nossa documentação medieval e cuja primeira referência conhecida é de 907 (Abril, 13; PMH, DC, doc. XIV: 9-10) (...). Em 974 (Maio, 12; PMH, DC, doc. CXII: 70-71) (...) é apelidado de castelo (“(...) *castellu de boue* (...)”) o que parece sintoma de uma construção relativamente cuidada. Ele assenta sobre um velho castro e está relacionado não só com a via romana *per loca maritima* e a foz do Ave como também com o convento de Vairão” (ALMEIDA, 1978: 34).

⁶¹ A primeira referência documental a Vila do Conde surge no já citado documento de 26 de Março de 953 (PMH, DC, doc. LXVII: 38-39). Trata-se de uma escritura de venda, através da qual D^a. Chãmoa Pais vendeu ao abade Gonta e aos religiosos do mosteiro de Guimarães, as *villae* do Conde e de Quintela. Em relação à primeira o diploma diz explicitamente: “*id est uilla de comite (...) ab intecro uobis concedimus cum suas salinas et cum suas piscarias* (...)” (PMH, DC, doc. LXVII: 39).

⁶² Consulte-se, a este propósito, ALMEIDA, 1968: 167-170, 180-181.

⁶³ Veja-se, sobre este assunto, a bibliografia referida na nota 49.

⁶⁴ Trata-se da actual freguesia de S. Paio de Fão, do concelho de Esposende, citada pela primeira vez em um documento de 20 de Junho de 959 (PMH, DC, doc. LXXVII: 48).

⁶⁵ Freguesias de S. Sebastião de Darque, referida primeiramente em um diploma de 13 de Novembro de 959 (LÓPEZ FERREIRO, 1899, *Apêndices*, n.º LXXIII: 169-172), e de S. Nicolau de Mazarefes, cuja citação inicial data de 11 de Junho de 985 (SÃO PAYO, 1930: 16-18), ambas do concelho de Viana do Castelo.

⁶⁶ Freguesia de S. Romão de Neiva, do concelho de Viana do Castelo. Apesar de referida pela primeira vez em um diploma de 6 de Abril de 1087 (PMH, DC, doc. DCLXXX: 406-407), tudo leva a crer que já deveria estar povoada no século X. Com efeito, segundo Avelino de Jesus da Costa, “atendendo a que o mosteiro (de S. Romão de Neiva) foi fundado (antes de 1022) *in villa que fuit de Fromarico Cendoniz (...)*», vila que passou depois para seus filhos e netos e destes para os doadores do terreno destinado à construção do mosteiro, temos de concluir que esta terra já estava povoada na primeira metade do séc. X ou ainda antes” (COSTA, 1997-2000, vol. I: 183).

Fontes e Bibliografia citadas

Fontes

- LF - *Liber Fidei Sanctae Bracarenis Ecclesiae*, ed. crítica por Avelino de Jesus da Costa, Braga, Junta Distrital de Braga, 3 tomos, 1965-1990.
- LP - *Livro Preto da Sé de Coimbra*, ed. crítica por Avelino de Jesus da Costa, Leontina Ventura e M. Teresa Veloso (e Rocha Madahil), Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 3 vols., 1977-1979.
- PMH, DC - *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Diplomata et Chartae*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, vol. I, 1867-1873.
- PMH, Scrip. - *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Scriptores*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, vol. I, 1856-1861.
- TC - *O Tombo de Celanova: Estudio Introductorio, Edición e Índices (ss. IX-XII)*, ed. de José Miguel Andrade Cernadas, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 2 tomos, 1995.
- VMH - *Vimaranis Monumenta Historica a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum*, ed. de João Gomes de Oliveira Guimarães (Abade de Tagilde) e Alfredo Pimenta, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, partes I e II, 1929-1931.

Estudos

- ALARCÃO, Jorge, 1980 - "Os problemas da Origem e da Sobrevivência das *Villae* Romanas do Norte do País", in *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. III, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, p.171-179.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1966 - "O documento n.º 13 dos Diplomata et Chartae. Duas considerações", *Lucerna. Cadernos de Arqueologia do Centro de Estudos Humanísticos*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, vol. V (*Actas do IV Colóquio Portuense de Arqueologia*), p.635-642.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1968 - *Vias Medievais. I. Entre Douro e Minho*, Porto, edição policopiada.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1970 - "Ainda o documento XIII dos «Diplomata et Chartae»", *Revista da Faculdade de Letras. Série de História*, Porto, Universidade do Porto, vol. I, p.97-107.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1978 - *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho — Desde as origens a 1220*, Porto, edição policopiada.
- AMARAL, Luís Carlos, 2007 - *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*, Porto, edição policopiada.
- AMARAL, Luís Carlos, 2008 - "Poblamiento y organización eclesiástica del territorio bracarense (Finales del siglo IX-Primer cuarto del siglo XI)", in *La Pervivencia del Concepto. Nuevas reflexiones sobre la ordenación social del espacio en la Edad Media*, coord. de José Ángel Sesma Muñoz e Carlos Laliena Corbera, Saragoça, Universidad de Zaragoza, p.113-147.
- AMARAL, Luís Carlos, 2009 - "La población de la tierra bracarense durante el siglo X", in *Rudesindus. San Rosendo. Su tiempo y su legado*, dir. de Francisco Singul, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, p.176-188.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, 1994 - "Relaciones de propiedad y estructura económica del Reino de León: los marcos de producción agraria y el trabajo campesino (850-1230)", in *El Reino de León en la Alta Edad Media. VI*, Leão, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», p.133-408.
- AZEVEDO, Luís Gonzaga de, 1939 - *História de Portugal*, pref. e rev. de Domingos Maurício Gomes dos Santos, Lisboa, Edições «Bíblion», vol. II.
- AZEVEDO, Rui Pinto de, 1974 - "A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-16", *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tomo XIV, p.73-93.
- BALIÑAS PÉREZ, Carlos, 1992 - *Do mito à realidade: A definición social e territorial de Galicia na Alta Idade Media (Séculos VIII e IX)*, Santiago de Compostela, Fundación Universitaria de Cultura.
- BARROCA, Mário Jorge, 2000 - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, *Corpus Epigráfico Medieval Português*, tomo 1, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- BARROS, Henrique da Gama, 1954 - *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.ª ed. dir. por Torquato de Sousa Soares, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, tomo XI.
- COSTA, Avelino de Jesus da, 1981 - "Povoamento e Colonização do Território Vimaranesense nos séculos IX a XI", in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada. 850.º Aniversário da Batalha de S. Mamede (1128-1978)*, Guimarães, Comissão Organizadora do «Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada», vol. III, p.135-196.
- COSTA, Avelino de Jesus da, 1997-2000 - *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*, 2.ª ed. refundida e ampliada, Braga, 2 vols., Irmandade de S. Bento da Porta Aberta.
- DURAND, Robert, 1982 - "Communautés Villageoises et Seigneurie au Portugal (Xe-XIIIe s.)", in *Estudos de História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, vol. I, *Séculos X-XV. Homenagem a A.H. de Oliveira Marques*, p.119-136.
- FERNANDES, A. de Almeida, 1973 - *Portugal no Período Vimaranesense (868-1128)*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, separata (*Revista de Guimarães*, vol. LXXXII, 1972).
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, 1969 - *El dominio del monasterio de San Millán de la Cogolla (siglos X a XIII). Introducción a la historia rural de Castilla altomedieval*, Salamanca, Universidad de Salamanca.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, 1985a - *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV*, coord. de..., Barcelona, Editorial Ariel.

- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, 1985b - "Del Cantábrico al Duero", in *Organización social del espacio en la España medieval. La Corona de Castilla en los siglos VIII a XV*, coord. de José Ángel García de Cortázar, Barcelona, Editorial Ariel, p.43-83.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, 1988 - *La sociedad rural en la España Medieval*, Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, 1991 - "La repoblación del valle del Duero en el siglo IX: del yermo estratégico a la organización social del espacio", in *Actas del Coloquio de la V Asamblea General de la Sociedad Española de Estudios Medievales. La Reconquista y Repoblación de los Reinos Hispánicos. Estado de la Cuestión de los Últimos Cuarenta Años*, Saragoça, Diputación General de Aragón, p.15-39.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, 1994 - "Crecimiento económico y síntomas de transformación en las estructuras de la sociedad y del hábitat en el reino de Alfonso III de Asturias", in *La Época de Alfonso III y San Salvador de Valdediós. Congreso de Historia Medieval. Oviedo (27 setiembre-2 octubre) 1993*, Oviedo, Universidad de Oviedo, p.27-53.
- LÉVI-PROVENÇAL, Évariste, 1982 - *España Musulmana. Hasta la Caída del Califato de Córdoba (711-1031 de J.C.)*, tomo IV da *Historia de España*, fund. por Ramón Menéndez Pidal, Madrid, Espasa-Calpe, 5.ª ed. (1.ª ed. espanhola, 1950).
- LÓPEZ ALSINA, Fernando, 1988 - *La Ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, Santiago de Compostela, Ayuntamiento de Santiago de Compostela.
- LÓPEZ FERREIRO, Antonio, 1899 - *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, Santiago de Compostela (Imp. y Enc. del Seminario Conciliar Central), tomo II.
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge; RODRÍGUEZ LOVELLE, Mónica, 1997 - "Un modelo de análisis del poblamiento rural en el Valle del Duero (siglos VIII-X), a partir de un espacio macro-regional: las Tierras Galaico-portuguesas", *Anuario de Estudios Medievales*, Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, vol. 27/2, p.687-748.
- MARQUES, André Evangelista, 2008 - *O casal. Uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*, Noia, Editorial Toxosoutos.
- MATTOSO, José, 1968 - *Le Monachisme ibérique et Cluny. Les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*, Lovaina, Publications Universitaires de Louvain.
- MATTOSO, José, 1981 - "As famílias condais portucalenses dos séculos X e XI", in *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Editorial Estampa, p.101-157.
- MATTOSO, José, 1982 - *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães e C.ª Editores.
- MATTOSO, José, 1992 - "Portugal no Reino Asturiano-Leonês", in *História de Portugal*, vol. I, *Antes de Portugal*, coord. de José Mattoso, [Lisboa], Círculo de Leitores, p.439-565.
- MOXÓ, Salvador de, 1979 - *Repoblación y sociedad en la España cristiana medieval*, Madrid, Ediciones Rialp.
- PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA SILVA, Ermelindo, 1975 - "Aproximación al estudio de las explotaciones agrarias en Galicia durante los siglos IX al XII", in *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, vol. II, *Historia Medieval*, p.95-113.
- PEÑA BOCOS, Esther, 1995 - *La Atribución Social del Espacio en la Castilla Altomedieval. Una nueva aproximación al feudalismo peninsular*, Santander, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria.
- PIEL, Joseph-Maria, 1947 - "A propósito do nome do Bispo Nausto de Coimbra (867-912)", *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tomo III, p.558-560.
- PORTELA, Ermelindo, 1994 - "Galicia en la época de Alfonso III", in *La Época de Alfonso III y San Salvador de Valdediós. Congreso de Historia Medieval. Oviedo (27 setiembre-2 octubre) 1993*, Oviedo, Universidad de Oviedo, p.79-95.
- RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva, 1991 - *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950-1250)*, Porto, 2 vols., edição policopiada.
- RIBEIRO, Orlando, 1986 - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 4.ª ed..
- RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Justiniano, 1987 - *Sancho I y Ordoño IV, Reyes de León*, Leão, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro».
- RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Justiniano, 1995 - "La Monarquía Leonesa. De García I a Vermudo III (910-1037)", in *El Reino de León en la Alta Edad Media. III. La Monarquía Astur-Leonesa. De Pelayo a Alfonso VI (718-1109)*, Leão, Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro», p.129-413.
- SAMPAIO, Alberto, 1979 - *Estudos Históricos e Económicos*, vol. I, *As Vilas do Norte de Portugal*, Lisboa, Editorial Vega (1.ª ed. 1899-1903).
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio, 1966 - *Despoblación y Repoblación del Valle del Duero*, Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires.
- SÃO PAYO, Conde de (D. António), 1930 - *Dois documentos inéditos anteriores à nacionalidade*, Lisboa, Imprensa Nacional, separata (*O Archeologo Português*, vol. XXVII, 1929).
- SÉNAC, Philippe, 2006 - *Al-Mansûr. Le fléau de l'an mil*, Paris, Éditions Perrin.
- SOARES, Torquato de Sousa, 1941a - "A inscrição tumular do bispo Nausto de Coimbra (867-912)", *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tomo I, p.144-148.
- SOARES, Torquato de Sousa, 1941b - "Um testemunho sobre a presúria do bispo Odoário de Lugo no território Bracarense", *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tomo I, p.151-160.

Pablo S. Otero Piñeyro Maseda¹

O apoexo dos Escudeiros na Galiza baixomedieval. O caso dos Vilaríño. O seu patrimonio e parentelas

R E S U M O

Da heteroxeneidade do grupo social dos calificados como “escudeiros” e da súa relevancia deriva a necesidade de coñecer os seus patrimonios, filiacións, fidelidades, parentelas e traxectoria vital, para situalos convenientemente no seu contexto histórico. Por este motivo, resulta oportuno exemplificar este proceso xeral na Baixa Idade Media galega cun caso particular, o de os Vilaríño, familia de escudeiros ourensáns ao servizo da gran Casa dos Sarmiento, e con posibles conexións familiares coa nobreza portuguesa.

Na documentación baixomedieval galega moitos personaxes nobres reciben o apelativo de “escudeiro”. A acepción “escudeiro” é un termo pouco preciso, cambiante de significado ao longo do tempo, e que tan sequera califica a un grupo social homoxéneo dentro da oligarquía nobiliaria. O que nun primeiro momento puido ser un oficio militar ou posto na mesnada, irase convertindo nun calificativo social moi concreto, distinto, por exemplo, ao de “cabaleiro” ou “vasalo do rei”, pero que tamén sitúa á persoa na complexa sociedade do medievo. O apoexo dos escudeiros é a consecuencia inmediata da aristocratización baixomedieval propiciada pola revolución Trastámara castelá.

É ben sabido que xunto ás grandes liñaxes medievais existía unha auténtica constelación de liñaxes menores, moitas veces vinculadas a eles por lazos de parentesco²; xuntos formaban auténticas redes sociais de poder³. Os escudeiros, membros desas liñaxes menores, manterán unhas características peculiares que se repiten ao longo dos séculos XIV y XV: emulaban as conductas violentas dos seus señores desde os seus postos de influencia, especialmente nos abusos sobre os bens eclesiásticos; mantiñanse ligados durante xeracións sucesivas tanto ao patrimonio de determinadas institucións eclesiásticas como ao servizo das grandes casas nobiliarias; actuaban como verdadeiras estruturas de poder no señorío, esencia do sistema feudal; as súas continuas asociacións antroponímicas, os seus enterramentos e a exhibición de emblemas heráldicos evocaban a memoria familiar, coa que tamén pretendían lexitimar o seu patrimonio foral...

Da heteroxeneidade do grupo social dos escudeiros e da súa relevancia deriva a necesidade de coñecer os seus patrimonios, filiacións, fidelidades, parentelas e traxectoria vital, para situalos convenientemente no seu contexto histórico⁴. Por este motivo, resulta oportuno que nesta comunicación se exemplifique este proceso xeral

¹ IEGPS (CSIC-XuGa). Esta comunicación presentada na cidade do Porto o trece de novembro de 2009 no marco do “XXIX Congreso da Asociación Portuguesa de Historia Económica e Social (APHES). Memória Social, Patrimónios e Identidades”, foi preparada polo autor ó abeiro do Programa de recursos humanos (RHS) do Plan Galego de Investigación, Desenvolvemento e Innovación Tecnolóxica-Incite (2006-2010), Programa “Ángeles Alvaríño”, convocatoria 2008, cofinanciado polo Fondo Social Europeo. O autor está disfrutando dunha estada de investigación posdoutoral no CEPES (Centro de Estudos da Población, Economía e Sociedade) da Universidade do Porto.

² Así o sinalou o profesor vasco Ignacio Arocena Echeverría segundo cita Arsenio **Dacosta**, *Los linajes de Bizkaia en la Baja Edad Media: poder, parentesco y conflicto*, Bilbao, Servicio Editorial, Universidad del País Vasco, 2003, pág. 299. Unha nómina bastante completa de liñaxes gallegos pode verse en Eduardo **Pardo de Guevara y Valdés**, “De las viejas estirpes a las nuevas hidalguías. El entramado nobiliario gallego al fin de la Edad Media”, *Nalgures*, 3 (2006), páxs. 278-280.

³ “Estos clanes tenían una dimensión muy grande, agrupando a un importante número de personas; lo que hace pensar más bien en una tribu que en una simple familia, o una amplia familia. Estas estructuras sociales difieren profundamente de las nuestras y, en general, de las estructuras de toda la era «moderna»; su estudio exige, por parte del historiador, un esfuerzo decidido de cambio de orientación”: véxase Jacques **Heers**, *El clan familiar en la Edad Media*, Barcelona, Labor, d.l. 1978 (Labor universitaria. Manuales), pág. 287.

⁴ “Situar a cada personaxe en su contexto histórico es una buena forma de acercarse a la realidad, siempre compleja, pero, sin duda, determinante, de la función de la nobleza en el período medieval”: véxase María Concepción **Quintanilla Raso**, *Nobleza y caballería en la*

na Baixa Idade Media galega cun caso particular, o de os Vilaríño, familia de escudeiros ourensans ao servizo da gran Casa dos Sarmiento.

Todo este empeño é posible despois de rastrear e analizar a presenza dos Vilaríño en distintos fondos documentais (mosteiros de Oseira, Celanova, Santo Domingo de Ribadavia, catedral de Ourense... entre outros), e da reconstrución da traxectoria vital dos seus máis sinalados representantes⁵.

Os historiadores non dedicaron moitas páxinas a aclarar o fenómeno do protagonismo dos escudeiros na Baixa Idade Media⁶. Tal cualificativo non é desde logo o único, aínda que sí o máis habitual. Outros que se localizan na documentación son os de “vasalo do rei”, “doncel”, “fidalgo” ou mesmo “cabaleiro”, aínda que este último apelativo é moi pouco frecuente a partir da segunda metade do século XIV. Cada un de eles encerra realidades moi concretas,

Edad Media, Madrid, Arco Libros, 1996 (Col. Cuadernos de historia, Arco Libros, 17), pág. 66. José Ramón Díaz de Durana, pola súa parte, coincide na mesma opinión e resalta as aportacións de Carlos Estepa Díez, en *Las Behetrías castellanas*, Madrid, Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo, 2003, 2 vols. + 1 disco compacto (Mapas) (Col. Estudios de historia, Castilla y León. Consejería de Educación y Cultura) e de Ignacio Álvarez Borge, *Poder y relaciones sociales en Castilla en la edad media: los territorios entre el Arlanzón y el Duero en los siglos X al XIV*, [Valladolid], Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 1996 (Col. Estudios de historia, Castilla y León. Consejería de Educación y Cultura): sinala Díaz de Durana que ambos autores conveñen en que “sigue sendo necesario profundizar en el conocimiento de los sectores inferiores de la nobleza al norte del Duero, de esos escuderos de los que apenas conocemos sus nombres y sobre los que desconocemos su historia”; destaca de Carlos Estepa o seu capítulo dedicado aos denominados «hidalgos locales» e, aínda que afirma que “resulta muy difícil precisar qué entendemos bajo esta denominación”, realiza una aportación de gran interese para identificarlos. Se trataría de hidalgos que «vivían en lo suyo», hidalgos que no exercían ningún poder sobre vasallos campesinos, hidalgos que non eran señores e que poden constituir un grupo fronterizo con el campesinado, con los «labradores de behetría». Continúa Díaz de Durana afirmando que “como propone Álvarez Borge es necesario profundizar en el conocimiento de las clientelas nobiliarias”, referenciando varios traballos de Cristina Jular “y de los mecanismos que permitían a los sectores de la pequeña nobleza participar en el reparto de los recursos generados en otros dominios y en otras actividades—remuneraciones en metálico, participación en las rentas reales y señoriales—pero también, añado, avanzar en el conocimiento de otros mecanismos—por ejemplo, el control de los oficios relacionados con la justicia a escala local o comarcal—que permitieron a esos escudeiros e hidalgos mantener y consolidar históricamente su preeminencia social y política”: véxase José Ramón Díaz de Durana Ortiz de Urbina, *La otra nobleza, escuderos e hidalgos sin nombre y sin historia: hidalgos e hidalguía universal en el País Vasco al final de la Edad Media (1250-1525)*, Bilbao, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, d.l. 2004, páxs. 43-44.

⁵ Esta e outras liñaxes foron abordados na miña Tese doutoral *La documentación del monasterio de Oseira (Orense) 1435-1485. Estudio, edición e índices. La huella de la nobleza*, Santiago de Compostela, tese doutoral inédita, Universidad de Santiago de Compostela, 2008.

⁶ Entre outros autores, localizáronse os seguintes comentarios sobre o fenómeno dos escudeiros: Jean Flori, na súa obra *Caballeros y caballería en la Edad Media*, [traducción de Godofredo González], Barcelona, Paidós, d.l. 2001 (Col. Paidós Orígenes, 21), páxs. 119-120 di que “la palabra «escudero» parece haber tenido en el siglo XIII una evolución semántica comparable a la de «miles» en el siglo XI y «caballero» en el XII. Designa en primer lugar a los servidores encargados del cuidado de las armas y de los caballos. Con esos servidores, que seguían siéndolo de por vida, se mezclan en el siglo XII los hijos de la aristocracia que, a su lado, aprenden las artes del futuro caballero. El retraimiento ante la invisibilidad de caballero incrementa el número de escuderos nobles que no han sido aún investidos (o que no lo serán nunca), con lo cual la palabra termina por designar un título inferior de la nobleza”. José Ramón Díaz de Durana Ortiz de Urbina, no seu magnífico estudio xa citado, identifica aos escudeiros como “pequenos hidalgos rurales” cun protagonismo histórico e prácticas sociais que se encarga de estudar con gran profundidade e rigor nas provincias vascas. No ámbito luso, destacan as opinións de A. H. de Oliveira Marques, que di que “entre os tipos sociais conviria distinguir os terratenentes, comezando polo rei e a súa familia, os nobres, o clero dos bispados, das abadías e das ordens religiosas-militares, encarar depois aquilo a que chamaríamos a “classe média”—pequena nobreza dos infanções, dos cavaleiros e dos escudeiros, baixo clero tanto secular como regular, cavalaria vilá dos concelhos...”, véxase, *Guia do estudante de História Medieval portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, ed. Estampa, 1988 (Imprensa Universitária, num. 15), pág. 29. Pola súa parte, Joel Serrão (dir.), no seu *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1985, voz “Escudero”, vol. 2, páxs. 430-431, opina que o escudero era propiamente o home encargado de levar o escudo do cabaleiro; “mas cedo passou a ser elemento de uma classe de nobreza”. Para o cabaleiro o escudero era indispensable, pois non só o axudaba a se armar, senón que tamén o acompañaba ao combate, para auxiliarlle cando era derrumbado... En certas listas militares españolas localízanse cabaleiros vilanos que eran homes de oficio, e como fan referencia tamén aos seus escudeiros, pódese admitir que estes fosen asalariados seus, que terán só aquela función de forma transitoria, só durante o tempo que durase a campaña. Os nobles mozos que entraban a servir nos pazos do rei ou dos «ricos-homens» facían na categoría de «donzéis ou pagens, rapaces bastante novos, que alí eram instruídos nos usos da guerra, jogo de armas, equitação, etc.» pasando despois a escudeiros e sendo, finalmente, armados cabaleiros. Estes escudeiros «por linhagem» que moitas veces prestaban na guerra o mesmo servizo que os cabaleiros, mantíñanse posiblemente na súa categoría, non só por non haberen alcanzado aínda a idade ou sona suficiente para pasar a cabaleiros, “mas também por falta de fortuna”. Posteriormente, foi constituída con eles a garda que acompañaba aos grandes señores e tamén é probable que deles dependesen directamente, pero outros estaban ligados aos cabaleiros vasallos daqueles. Tiñan, en teoría, dereito ás mesmas compensacións que os cabaleiros polos danos que sufrían, pero cunha importante diferenza, “que eram obrigados a contentar-se com a reparação pecuniária”. Na organización da nobleza da Casa de don Alfonso V (1438-1481) a segunda categoría era de “escudero fidalgo”, pero parece que tiña sido atribuída a homes de pequena categoría social, o que levantó protestas das cortes; evidentemente, nestas datas o apelativo de “escudero” non correspondía xa á súa función primitiva.

quizáis en ocasións pouco homoxéneas e confusas, que ben merecerían estudos específicos e comparativos para abordar a súa significación e relevancia nunha sociedade fortemente xerarquizada⁷.

O mundo cabaleresco medieval é extremadamente complexo, e moitos autores puxeron de relevo a denominada “ideoloxía cabaleresca”, connatural á sociedade medieval feudal ou señorial⁸. Parece que o “mundo dos escudeiros” da Galicia baixomedieval é o caso das antigas realidades dos séculos XII e XIII.

Qué é un escudeiro? En primeiro lugar, hai que tratar de esclarecer se estamos falando dunha profesión, dun oficio de armas, ou dunha categoría social, dado que habitualmente os personaxes que reciben tal nomeamento pertencen a liñaxes máis ou menos poderosas e sempre actúan en escenarios políticos ou económicos de certo relevo. Sen embargo, ambas consideracións parecen non ser opostas, senon complementarias: é dicir, o exercicio dunha profesión guerreira, nun escenario fortemente señorializado ofrece claras connotacións de fidalguía.

Tradicionalmente díxose, tomando as informacións dos textos legais casteláns—tamén portugueses—que os escudeiros son aqueles nobres ou fidalgos—conceptos que ben merecerían matizacións de interese—aos que lles falta seren armados cabaleiros para entrar no grupo da caballería. É dicir, é o estado previo á recepción da orde da caballería⁹. A eclosión na segunda metade do século XIV e no XV dos escudeiros no ámbito galego, e a casi inexistencia dos cualificados como “cabaleiros” na documentación, podería supoñer que numerosos personaxes nobres, ou ben non podían acceder—“falles grande” poderíase dicir—ou incluso non lles interesaba alcanzar a caballería, como suxeriron algúns autores noutros ámbitos¹⁰.

A miña proposta metodolóxica para explicar o fenómeno dos escudeiros parte do coñecemento dos propios escudeiros como individuos, das súas prácticas sociais, das súas filiacións e parentelas, das súas clientelas ou grupos sociais entre os que se documentan, dos patrimonios que van acumulando, da súa memoria familiar e da súa forma de vida... en suma, do rastreo e análise da documentación na que se mencionan. O mesmo pode aplicarse, aínda que tal propósito excede estas páxinas, nas traxectorias dos cabaleiros galegos documentados alomenos desde os primeiros decenios do século XIV. Por estas razóns, a Xenealoxía, como ciencia e técnica historiográfica e no contexto da renovación dos seus métodos e obxectivos, suministra unha metodoloxía capaz de dar interesantes respostas aos obxectivos propostos¹¹. E naturalmente, as edicións documentais permiten ao seu transcriptor ter un contacto especial cos textos, o que posibilita que desde a área das denominadas Ciencias e Técnicas Historiográficas se formulen hipóteses de traballo para o estudo da historia social da nobreza e de todo o conxunto da fidalguía baixomedieval galega¹².

⁷ Un importante punto de partida pode ser a utilísima compilación de textos xurídicos, históricos, teóricos, políticos e literarios imprescindibles para coñecer o discurso cabaleresco castelán na Idade Media—Alfonso X, Alfonso XI, don Juan Manuel, Alonso de Cartagena, Diego de Valera, Hernando del Pulgar, entre outros moitos—de Carlos Heusch [con la colaboración de Jesús Rodríguez Velasco], *La Caballería castellana en la baja edad media: textos y contextos*, Montpellier, Université de Montpellier III, 2000 (Collection Espagne médiévale et moderne, 1).

⁸ Véxase Jesús D. Rodríguez Velasco, *El debate sobre la caballería en el siglo XV. La tratadística caballeresca castellana en su marco europeo*, [s.l.], Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 1996 (Col. Estudios de Historia) e Jean Flori, *Caballeros y caballería en la Edad Media...*

⁹ Así o considera María Isabel Pérez de Tudela y Velasco, seguindo as “Partidas”, en *Infanzones y cabaleiros. Su proyección en la esfera nobiliaria castellano-leonesa (S. IX-XIII)*, [s.l.], Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense de Madrid, 1979, pág. 311.

¹⁰ José Ramón Araluce Cuenca, no seu estudo sociolóxico do “Libro de los estados” de don Juan Manuel, considera que o propio infante, acérrimo defensor da caballería que “aumenta el honor y la honra, porque «es la mayor honra a quie home fijoalga puede llegar et el caballero lleva nombre de caballería». É estraño que este home, que tantos eloxios fai deste honor, que ve aos seus iguais e superiores recibir a orde de caballería, e que ten o privilexio de armar cabaleiros, teña a orgullo non selo”: véxase José Ramón Araluce Cuenca, *El libro de los Estados: don Juan Manuel y la sociedad de su tiempo. Con un glosario terminológico*, Madrid, José Porrúa Turanzas, [1976] (Ensayos). Jean Flori apunta no mesmo sentido, ao afirmar que “a finales de la Edad Media, la caballería ya no es, como en el siglo XII, la noble corporación de guerreros de élite a caballo; ya no es, como en el siglo XIII, la corporación de élite de los caballeros nobles; se convierte en cofradía de élite de la nobleza, la de los nobles armados caballeros. Los aspectos culturales e ideolóxicos han prevalecido sobre los aspectos funcionales. Las órdenes de caballería, tomando el relevo de la caballería «ordinaria» a la que consideran débil y claudicante, acentúan aún más estos aspectos”. Máis adiante o mesmo autor considera que “la caballería en el siglo XIII tiende a identificarse con la nobleza por cuanto la investidura de caballero se les prohíbe a los plebeyos. Esta identificación es sólo temporal. En efecto, en esta época numerosos hijos de nobles no reciben la investidura de caballeros. Se contentan con el título de «señoritos». Sin embargo, pueden ejercer la profesión militar, pero no pasan de sargentos (a caballo) o escuderos («sctutiferi, armigeri»). Sin embargo, en el século XI, los príncipes aceptan la denominación de «miles» y ellos mismos dicen ser caballeros. La razón me parece sencilla: refleja el sentimiento de una pertenencia común a una entidad más profesional que social. Refleja también la profunda militarización de la sociedad y más aún, de la mentalidad aristocrática”: véxase Jean Flori, *Caballeros y caballería en la Edad Media...*, páxs. 90 e 115.

¹¹ Véxase Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, “¿Hacia una nueva ciencia genealógica? Reflexiones para una renovación en sus métodos y objetivos?”, *Medievalismo*, 2 (1992), páxs. 171-183.

¹² Tal proposta e concepción metodolóxica desenvolveuse na miña xa citada Tese doutoral, parte dela —precisamente a que se refire aos vestixios da nobreza— aínda inédita.

Os Vilaríño, o seu patrimonio e parentelas

Pouco pode precisarse ata o momento da orixe e o entorno familiar dos primeiros Vilaríño o “Villarino”, salvo que se trata dun grupo familiar de escudeiros documentado desde a segunda metade do século XIV “a par da poussa de Vilarinno” (San Mamede da Canda. Piñor)¹³, lugar que podería considerarse solar da liñaxe. Un dos primeiros escudeiros documentados alí é Pedro Gómez de Vilaríño. Ao longo do século XV algún dos seus membros como Roy González de Vilaríño—asociación antroponímica habitual—vincularase á hoste da Casa dos Sarmiento, condes de Ribadavia¹⁴. A súa relación con outras liñaxes do entorno ourensán como os Mosqueira, Noguerol e Ougea de Albán e a súa repetida presenza no mosteiro de Oseira situará ás súas parentelas na área ourensana e tamén na terra do Ribeiro de Avia.

Sen embargo, ata o momento non se pode descartar unha posible ascendencia portuguesa do liñaxe: el “Livro de Linhagens” do Conde don Pedro cita en dúas ocasións á ascendencia dalgúns personaxes “dos Vilarinhos”¹⁵. O mesmo “Livro” di que

*“Este dom Gonçalo Pereira, arcebispo [de Braga], sendo escolar mui novo, sem ordêes, e estando no estudo de Salamanca, filhou i ùa dona que chamavam dona Tareija Pirez Vilarinha, filha de dom Pero Gonçalvez Vilarinho, e fez em ela ùu filho que chamarom dom Alvaro Gonçalvez de Pereira, e foi metido na ordem do Espiritual muito moço”*¹⁶.

Nun recente estudio sobre a procedencia social dos membros das ordes militares de Santiago e Avis en Portugal, Luís Filipe de Oliveira, documenta a “Brás?” Fernandes Vilarinho como comendador de Messejana (Aljustrel) da Orde de Santiago en 1374, pero descarta a posibilidade de que se trate da mesma liñaxe citada no “Livro de Linhagens”¹⁷. De novo en Galicia, en 1478 documéntase, como se verá máis adiante, ao escudeiro Broz López de Vilaríño no entorno de San Cristovo de Cea.

Os Vilaríño documéntanse en torno ao mosteiro ourensán de Santa María de Oseira desde mediados do século XIV, e dan nome a unha capela – tamén chamada de San Andrés – anexa ao mosteiro “que está en el

¹³ Vilaríño é un topónimo moi repetido en toda a xeografía galega, tanto como lugar como nome de parroquia; sen embargo, pódese deducir polo que se verá ao longo destas páxinas, que o identificador do grupo se refire ao lugar de Vilaríño, en San Mamede da Canda (Piñor. Ourense). Nese lugar aínda se conserva hote un fermoso pazo com torre.

¹⁴ Eduardo Pardo de Guevara sintetiza a traxectoria desta importante liñaxe castelán: “Junto a todos los mencionados hubo también, como ha escrito García Oro, linajes extraños al reino gallego por su origen y estilo de vida que asumieron a partir de entonces un muy importante papel en el contexto de la nueva nobleza gallega, acaparando extensos dominios y significativas dignidades. El primer caso es el de los Sarmiento, señores de Bureba y Villamayor (Burgos), uno de cuyos miembros fue don Diego Pérez Sarmiento, adelantado mayor de Castilla y canciller de la Banda con Pedro I, pero que tras su sospechosa indecisión en Araviana debió huir a Aragón, donde murió asesinado en 1363. Hijo de este último fue, precisamente, don Pedro Ruiz Sarmiento, que fue enviado a Galicia – tras el fratricidio de Montiel – con la misión de liquidar los focos de resistencia petrista. El rotundo éxito que alcanzó en su misión explica muy bien que Enrique II lo promoviera rápidamente al adelantamiento mayor de Galicia, oficio que monopolizarían sus descendientes, y que lo recompensará además con un importante conjunto patrimonial, a cuya cabeza figuraron las villas de Ribadavia y Santa Marta. Juan I completaría los nuevos estados en 1379, concediendo al mismo don Pedro Ruiz Sarmiento las villas y señoríos de Sobroso, Parada, Valle de las Achas, Deva y Petán”: véxase Eduardo Pardo de Guevara y Valdés, *Parentesco e identidade. Un panorama desde Galicia al fin de la Edad Media. Discurso de ingreso leído el día 15 de marzo de 2007*, Madrid, Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía, [e.p.]. Unha monografía adicada aos Sarmiento é de Gonzalo Francisco Fernández Suárez, *La nobleza gallega entre los siglos XIV-XV: Los Sarmiento condes de Ribadavia*, Santiago de Compostela, El Eco Franciscano, 2002.

¹⁵ Véxase 36M11 e 66U1, páxs. 412 do vol. 1 e 151 do vol. 2 de José Mattoso (edição crítica), *Livros de Linhagens do Conde D. Pedro*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980, 2 vols. (Portugaliae Monumenta Historica: a saeculo octavo post Christum usque ad quintra, segtum decimum, Nova Série, vol. 2/1 e 2/2). El “Livro de Linhagens” contén varias adicións posteriores a 1340, data aproximada da súa escritura, en opinión de José Mattoso, “con duas refundições de 1360-1365 e de 1380-1383”: *id. ib.*, vol. 1, páx. 48.

¹⁶ Aquí parece apuntarse unha presenza en Salamanca dunhos Vilaríño. Frey Álvaro Gonçalvez de Pereira sería prior da Orde de San Juan en Portugal e destacado cabaleiro hospitalario: véxase 21G14-15 en *id. ib.*, vol. 1, páxs. 238-257 e Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, *A Ordem Militar do Hospital em Portugal: dos finais da Idade Média à Modernidade*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1999-2000 (Militarium Ordinum Analecta, 3/4), páx. 251. O mellor estudo sobre as liñaxes portuguesas medievais é de José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias 1279-1325*, Porto, [s.n.], 1997, 3 vols..

¹⁷ O mesmo autor da novas doutros Vilarinhos en Santarém, Évora, Tavira, Lagos e Loulé: véxase Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, [s.l.], Universidade do Algarve, 2009 (Arte, Literatura e Historia), páxs. 405-406.

atrio o cementerio de la iglesia, arrimada a la girola”¹⁸ por enterrarse alí alomenos desde mediados do século XV personaxes da estirpe¹⁹.

Este grupo familiar ten como os seus primeiros membros documentados ata o momento a Pedro Gómez de Vilariño, Nuño Gómez de Vilariño e Gonzalo Gutiérrez de Vilariño, todos eles escudeiros, que recibirán en foro no último tercio do século un considerable número de bens, sitios ó redor dos actuais municipios ourensáns de Piñor e Coles, algúns dos que volverán a doar ao mosteiro ao remate dos seus días.

Ao longo do século XV documéntase repetidamente no mosteiro de Oseira – entre outros Vilariño, proba da temprana atomización da liñaxe – a Roy González de Vilariño, escudeiro do Conde de Santa Marta, fillo de Gonzalo Gutiérrez, que continuará acrecentando aquelas posesións e beneficiándose de importantes foros. No seu testamento, custodiado no fondo ursariense, ademais de mandarse enterrar na capela de San Andrés “que foy e he dotada de meu linagen”, doará ao mosteiro o couto de Torrecela (Santiago de Torcela. Piñor) que tiña ocupado. Os seus descendentes continuarán mantendo numerosas posesións da mordomía de Lueda e do entorno de Cea, ao Norte da cidade de Ourense.

Pedro e Nuño Gómez de Vilariño

O primeiro personaxe do grupo familiar que se documenta en Oseira é Pedro Gómez de Vilariño, que intervéen como testemuña nun foro outorgado polo mosteiro en xaneiro de 1358²⁰. Vólvese a documentar en agosto de 1364, esta vez nunha escritura de renuncia do rector de San Xoán de Barrán (Piñor. Ourense) de dúas casas da súa igrexa, a favor do abade de Oseira. Este último documento está otorgado “a par da poussa de Vilarinno” (San Mamede da Canda. Piñor. Ourense), lugar que se pode considerar solar da liñaxe. Pedro Gómez de Vilariño intervéen como testemuña, sendo nomeado “escudeiro”, e tamén o fai Roy Lourenzo, fillo de Juan Rodríguez de Camba²¹.

Non se pode precisar, por outro lado, se Nuño Gómez de Vilariño foi irmán de Pedro Gómez: en novembro de 1359 cítase nun foro de bens en San Lourenzo de Ribela (San Miguel de Melias. Coles. Ourense) outorgado por Oseira a favor de Alvar Rodríguez da Castiñeira, escudeiro de Juan Pérez de Novoa²², e de Aldonza Pérez, a súa mujer; especificase que “et a a morte do postrimeiro de vos a dous fillos de Nuno Gomes de Villarinno et de Thereyía Alvares, vossa filla...”²³.

Tampouco se pode precisar se este Nuño Gómez de Vilariño se pode identificar con Nuño Gómez “escudeiro”, que en febreiro do ano 1351 intervéen como testemuña – entre outros xunto a Juan de Milleirós²⁴ – na sentenza que a favor do mosteiro de Oseira deu Andrés Sánchez de Gres, merino maior do rei en Galicia “en lugar de Guter Fernandez de Toledo” contra Andrés Miguélez, escudeiro, alcalde de la “Pobra de Chantada”, por razón das martiniegas que este último cobraba aos vasalos e caseiros de Oseira²⁵.

Nuño Gómez de Vilariño como marido de Teresa Álvarez, filla dun escudeiro da Casa de Novoa, representaría os intereses deste grupo nobiliario en pleno contexto bélico castelán.

¹⁸ Véxase doc. núm. 2501 en Pablo S. **Otero Piñeyro Maseda**, *Colección Diplomática do mosteiro cisterciense de Santa María de Oseira (Ourense) 1435-1485*, vol. V, [s.l.], Tórculo; Departamento de Historia I, 2008, páxs. 27-28.

¹⁹ “La capilla y después el convento, afirmaban el prestigio de la casa noble. Tanto en el caso de los príncipes como en los simples linajes. El patronazgo fue uno de los elementos de poder y de cohesión social. Así, pues, la presencia de un mausoleo familiar en el interior de una iglesia o de un convento no era algo fortuito u ocasional; testifica al menos un acuerdo entre el clero y el señor y también, en muchos casos, la aceptación por parte del clero de una posición de autoridad, de una especie de tutela”: véxase Jacques **Heers**, *El clan familiar en la Edad Media...*, páxs. 276-278.

²⁰ Véxase doc. núm. 1745 en Miguel **Romaní Martínez**, et al., *Colección Diplomática do mosteiro cisterciense de Santa María de Oseira (Ourense) 1310-1399*, vol. III, [s.l.], Tórculo; Departamento de Historia I, 1993, páxs. 273-274.

²¹ Véxase doc. núm. 1784 en *id. ib.*, páxs. 306-307.

²² Juan Pérez de Novoa foi escudeiro e tenente de Aguiar (Ourense) no segundo terzo do XIV: era curmán de Juan Fernández de Soutomayor, e fillo de Fernán Yáñez de Soutomayor: véxase doc. núm. 1803 en *id. ib.*, páxs. 318-320.

²³ Véxase doc. núm. 1755 en *id. ib.*, páxs. 283-284.

²⁴ Posiblemente trátase dun personaxe pertencente á estirpe lucense dos Temes. En decembro de 1362 documéntase a frey Juan Pérez de Milleirós, frade do mosteiro mendicante de Santa María de Bonaval, que afora Ares González Xarpa, cidadán de Santiago, uns bens en San Simón de Ons de Cacheiras (Teo. A Coruña) “o qual casal et herdades, segundo fito he, et conas probrañças que ora estan enno dito casal et herdades a min perteeçen por parte de meus padre et madre Iohan Peres de Mileyroos, scudeyro, et sua moller Tareiga Peres, que foron, et por herança de meus yrmaos Pero Goterres et Garçia Goterres, que foron”: véxase doc. 241 en María Xosé **Justo Martín** e Manuel **Lucas Álvarez**, *Fontes documentais da Universidade de Santiago de Compostela. Pergameos da Serie BENS do Arquivo Histórico Universitario (Anos 1237-1537) (Edición diplomática)*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 1991 (Col. Fontes Documentais para a Historia de Galicia), páxs. 246-247.

²⁵ Véxase doc. núm. 1691 en *id. ib.*, páxs. 230-232.

En setembro de 1373 Nuño Gómez xa falecera, pois nun foro que o abade frey Afonso de Oseira concede ao escudeiro García Pérez, morador en “Sam Julao de Ribella” (Coles) de “las herdades et casas et vinas et arvores et foros et dereytos et dereyturas” que posee o mosteiro na aldea de Levices (San Miguel de Melias. Coles) especificase que “as quas herdades forom de Nuno Gomes de Vilarino”, e polas que terá que pagar corenta libras en diñeiros blancos²⁶. Tamén se conserva a súa memoria en outro foro outorgado en 1378, ao aforar o mesmo abade de Oseira a Ruy García, de Barrán, o lugar de Senderiz “dicho da Pousa e o casar de Sigirae”, ambolos dous en San Xoán de Barrán (Piñor) que “había dado al monasterio Nuño García de Villarino” por pago de tres fanegas de centeno²⁷.

Polo visto, parece interpretarse que Nuño Gómez de Vilarino deixou un importante lote de bens ao mosteiro de Oseira ó redor dos actuais municipios ourensáns de Piñor e Coles; deste feito non se pode deducir que non tivese sucesión do seu matrimonio con Aldonza Pérez. O substancioso foro dos seus bens outorgado ao escudeiro García Pérez²⁸ podería ser un indicio de parentesco entre ambos—incluso con Ruy García (ou Gómez) de Barrán, que se beneficia do lugar de Senderiz “dicho da Pousa”—, bens que como se verá máis adiante continuarán nas mans dos Vilarino.

Gonzalo Gutiérrez de Vilarino

No ano 1379, de novo no mosteiro de Oseira, documéntase a Gonzalo Gutiérrez de Vilarino, escudeiro, recibindo foro xunto a súa muller Constanza Fernández do lugar de Freixedo (p. Santa Baia de Longos. San Cristovo de Cea) por seis libras de pan e outros servizos²⁹. Uns anos antes, en abril de 1373 o abade de San Clodio do Ribeiro (Leiro) aforaba ao escudeiro Gonzalo Gutiérrez de Vilarino, a súa muller Constanza Fernández e a unha voz “todos los herdamentos et cassas et viñas et erdades et foros et bêês” que Lourenzo Yáñez de Ourantes e a súa muller Teresa Fernández “vosos avoos que foron” tiñan do mosteiro a súa morte “et depois Eynes Lourença, sua filla et vossa madre, que foy” nas fegresías de Santiago e Santa Mariña de Esposende (Ribadavia y Cenlle), por pago do recoñecemento e foros que pagaban os seus antecesoros³⁰. A filiación non se sabe se fai referencia aos ascendentes de Gonzalo ou da súa muller Constanza—máis ben parece que a esta última—e dedúcese que a cuantía dos bens aforados era de importancia. En agosto de 1396, nunha pesquisa realizada a petición do abade de San Clodio, sobre os bens que posee o mosteiro en Esposende, dise que “o lugar do Campo, que teen os fillos de Gonçaluo de Goterres an de fazer del foro d’aquelo que y Deus der, et demays duas lampreas”, polo que se deduce o seu falecemento antes desa data³¹.

En abril de 1433 pode documentarse unha referencia histórica deste personaxe: a abadesa de San Miguel de Bóveda houbo de recibir

“todos los herdamentos, casas et aruores, herdades et cortinas laurados et por laurar anuados et por anobarde et por anobar (sic) (...) enna frigesia de Santa Maria de Castelo d’Asma et en seus termynos, et enna aldea de Quintan, et con seus termynos, que he todo en terra de Tavoada do alfos de Chantada (...) que abra quinze annos et vinte annos et mayz tempo que llos non pagaran dos ditos herdamentos, nen lle mostraran cartas nen contrauptos que ninhuas personas tenesen de foro aos ditos herdamentos acomo quer por elo abia rrequerido por moitas veses”.

Polo tanto, afora eses bens a Afonso de Moreda, fillo de Vasco de Moreda, e a tres voces “segundo as trouxo a jur et a maaon” o escudeiro Gonzalo Gutiérrez³².

²⁶ Véxase doc. núm. 1814 en *id. ib.*, páxs. 331-332.

²⁷ Só se conserva o extracto do “Repertorio” de Oseira, polo que se deduce que o “García” debe ser un “Gómez”: véxase doc. núm. 1859 en *id. ib.*, páx. 362.

²⁸ En marzo de 1359 documéntase ao escudeiro García Pérez de Ribela pleiteando coa abadesa de San Miguel de Bóveda (Amoeiro) polo arrendo que ela lle fixera de todos os bens que o mosteiro tiña en San Xoán de Coles en febreiro de 1357: tamén se documenta en decembro de 1374 recibindo foro de seis leiras de viña en Santa Marta de Velle (Ourense) por parte do prior do mosteiro de San Pedro de Rocas: véxanse respectivamente, docs. núms. 17 e 18 en Adolfo **Fernández Fernández**, *O Mosteiro feminino de San Miguel de Bóveda na Idade Media. Estudo histórico e colección documental (séculos XII-XV)*, Noia, Editorial Toxosoutos, 2005 (Serie Trivium, 17), páxs. 141-145 e docs. núms. 112 e 114 en Emilio **Duro Peña**, *El monasterio de San Pedro de Rocas y su colección documental*, Orense, Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”, 1972, páxs. 213-215.

²⁹ Véxase doc. núm. 1868 en Miguel **Romaní Martínez**, et al., *Colección Diplomática...*, vol. III, páx. 369.

³⁰ Véxase doc. núm. 369 en Manuel **Lucas Álvarez** e Pedro **Lucas Domínguez**, *El monasterio de San Clodio do Ribeiro en la Edad Media: estudio y documentos*, Sada, Edicións do Castro, 1996 (Galicia medieval. Fontes, 1; Publicacións do Seminario de Estudos Galegos), páxs. 502-503.

³¹ Véxase doc. núm. 401 en *id. ib.*, páxs. 530-532.

³² Véxase doc. núm. 37 en Adolfo **Fernández Fernández**, *O Mosteiro feminino de San Miguel de Bóveda...*, páxs. 178-180.

Polo que parece interpretarse do documento, Gonzalo Gutiérrez debeu disfrutar de forma fraudulenta estes bens monásticos do Sur da actual provincia de Lugo, o que demostra unha vez máis o poder e a forza usurpadora destes escudeiros que aínda sendo descoñecidos, mediatizaron a vida cotiá dos cenobios galegos.

En maio de 1405 a abadesa do mosteiro de San Pedro de Vilanova de Dozón afora a Gutierre Gómez de Vilaríño, á súa muller Leonor Rodríguez e a unha voz os lugares de Casfigueiro e Cotelas (San Mamede da Canda) por pago de oito fanegas de pan³³. Aínda sen poderse documentar, pero atendendo á asociación antroponímica e a súa cronoloxía, se podería supoñer a Gutierre Gómez fillo do escudeiro Gonzalo Gutiérrez de Vilaríño. Un documento outorgado en novembro de 1417 ofrece interesantes informacións: Leonor Rodríguez “moller de Goter Gomes de Vilarinno, que foy” co permiso do tutor do seu fillo Monino, Vasco Fernández de Moreda, e con outorgamento de Nuño Gómez de Vilaríño, “yrmao” de Gutierre Gómez, afora polo tempo que o ten de Oseira unha casa con o seu “celeiro” e o seu corral, e dúas cortiñas, todo elo sito “na aldea de Çea, que he en terra do Bolo de Senda, que esta açerca do forno que esta en fondo da dita aldea” por pago de dous marabedis, un carneiro e o tercio das cortiñas. Este foro foi outorgado en “a pousa de Nuno Gomes de Vilarinno”, que interveu como testemuña xunto dous de seus “homes”, un deles zapateiro³⁴.

Polo menos desde o ano 1410 xa se documenta a Nuño González ou Gómez³⁵ de Vilaríño: nesta data doa ao mosteiro de San Clodio do Ribeiro os lugares do Campo e Mocaleira, en Esposende (Cenlle) e media pousa de Señorín (O Carballiño), que recibe de novo en foro, por pago do cuarto do pan e viño, e unha “porcalla” con pan e viño³⁶.

Atendendo ás asociacións antroponímicas pódese supoñer a Nuño Gómez de Vilaríño de mediados do trescentos xunto a súa muller Aldonza Pérez como os pais do escudeiro Gonzalo Gutiérrez de Vilaríño, e polo tanto avó dos irmáns Gutierre e Nuño.

Un novo documento, de setembro de 1424, engade outro personaxe—sen poder tampouco precisarse o seu parentesco cos anteriores—chamado Álvaro Gómez de Vilaríño, que volve a aforar “huna casa que esta en a rua de Fondo, en a aldea de Çea, con seu çeleiro et cortinnas”, xunto a “huna geira de herdade en semente que jas en a herdade dos Casares, que seja de mina parte” por precio de doce marabedis. Como testemuña intervéñen un “home” de Álvaro Gómez³⁷.

Roy González de Vilaríño

É o personaxe mellor documentado en Oseira do seu grupo familiar. A súa filiación coñécese por unha escritura outorgada no mosteiro feminino de San Pedro de Vilanova de Dozón: en maio de 1432 outorga un documento no que se lle nomea escudeiro, fillo de Gonzalo Gutiérrez de Vilaríño e de Aldonza Afonso, no que cede a dona Inés García, abadesa de San Pedro de Vilanova de Dozón, todas as galiñas cebadas e o señorío alto e baixo que Juan Pérez cedera a o seu pai na aldea de Barrán (San Xoán de Barrán. Piñor)³⁸. Como xa se veu, Gonzalo Gutiérrez de Vilaríño, documentado no último tercio do trescentos, estaba casado con Constanza Fernández en 1379, polo que se pode considerar a Aldonza Afonso como a súa segunda muller.

Támén Roy González tivo máis dun matrimonio: en decembro do ano 1424 se documenta a “Maria Anes de Merees, moller que foy de Ares Mosqueiro e muller que agora soo de Roy Gonsales de Vilaryno, escudeyro” aforando unha leira de herdade “chantada de vina” en San Cristovo de Regodeigón (Ribadavia) por pago dun puzal de viño “e non vindo por el eno tenpo da vendimia, que mo tenades ena cuba ata dia de Entroydo”³⁹. Vinte anos despois, en concreto en 1446, o mosteiro de Oseira afora a Roy González de Vilaríño, “a su mujer Beatriz

³³ Véxase doc. núm. 2094 en Miguel **Romaní Martínez**, Pablo S. **Otero Piñeyro Maseda** e Margarita **Garrido**, *Colección Diplomática do mosteiro cisterciense de Santa María de Oseira (Ourese) 1400-1435*, vol. IV, [s.l.], Tórculo; Departamento de Historia I, 2003, páxs. 65-66.

³⁴ Véxase doc. núm. 2279 en *id. ib.*, páxs. 329-331.

³⁵ Existen abreviaturas que presentan diferentes desenvolvementos e hai momentos nos que “Gs” pode ser un “Gómez” ou un “González”: se trata, en certa medida, dunha limitación da Paleografía que podería solventarse cun maior número de documentos transcritos.

³⁶ Véxase doc. núm. R295 en Manuel **Lucas Álvarez** e Pedro **Lucas Domínguez**, *El monasterio de San Clodio do Ribeiro...*, pág. 791.

³⁷ Véxase doc. núm. 2365 en Miguel **Romaní Martínez**, *et al.*, *Colección Diplomática...*, vol. IV, páxs. 438-440.

³⁸ AA, *Fondo de Pergaminos*, San Pedro de Dozón, caixón 2, mazo 2, núm. 231. O estado de conservación do pergameo é péximo e ademais está roto, polo que a lectura dos seus nomes é moi dificultosa.

³⁹ Véxase doc. núm. 12 en María del Carmen **Enríquez Paradela**, *Colección diplomática del monasterio y convento de Santo Domingo de Ribadavia*, Ourense, Museo Arqueolóxico Provincial, 1987 (Anexo 8 del Boletín Auriense), páxs. 78-79.

Afonso y una voz”, o lugar de Vilaríño (San Mamede da Canda. Piñor), por pago de seis fanegas de centeo e outros servicios⁴⁰.

En abril de 1439 noméase como “escudeyro do endeantado de Gallica” – que o era don Diego Pérez Sarmiento, conde de Santa Marta – nunha escritura na que “por amor de Deus e por las almas de meu padre e de meus aboos e de aqueles donde eu veño” donaba o lugar de Vilaríño de Cabo da parroquia de San Mamede da Canda (Piñor) “e apropio e unio para en todo sempre a a capela dos de Vilarino, que foy e he dotada de meu linagen”, sita no mosteiro de Santa María de Oseira, coa condición de “que eu aja en miña vida una razón tamaña como hun monge en o dito mosteiro quando eu en el estuber; e despois de meu finamento que esta razón que a aja para por todo sempre outra persona que seja o mays propinco e o mays vello de meu linagen en o dito mosteiro”, ademais da posesión do dereito de padroado de tal capelanía⁴¹. A doazón, polo que se ve, tiña unhas contrapartidas moi favorables aos de Roy González; unha vez máis, o contexto do outorgamento desta escritura é descoñecido, pero o máis probable é que eses bens serían levados de forma fraudulenta, e para que non existisen males maiores, os monxes ursarienses preferían “mantelo” que telo como inimigo⁴².

Roy González de Vilaríño interven de novo en abril de 1436 para defender os seus dereitos sobre as súas herdades de “Alongos” (p. Santa Baia de Longos); debía ter serios problemas sobre a lexitimidade das súas posesions pois requiriu cunha carta de excomunió do abade da Trínidade (Ourense) e vicario do bispo de Ourense a dous veciños para que declarasen o que sabían delas⁴³.

En xullo de 1442 recibe foro do abade frey Juan de Sante de Oseira, e a dúas voces, da metade do lugar de Fondo de Cea – a outra metade xa a levaba – por pago de dúas fanegas de pan, unha de centeo, otra de millo miúdo e dous marabedís; e as voces, dúas fanegas de centeo e dous marabedís⁴⁴; desta maneira Roy González irá aumentando as súas posesións.

Resulta de especial interese o seu testamento, outorgado en xaneiro de 1448 na pousa de Vilaríño (San Mamede da Canda), a pesar de que antes desta data intervén, como se verá, noutras escrituras. Nómbrase escudeiro, e “sentíndome moyto agrabeado en o corpo de grabe” manda que o enterren na capela de San Andrés do mosteiro de Oseira; a súa filla Inés de Vilaríño, muller de Lopo de Sanín, a “alço por boz” dos seus lugares de Ansamonde (San Martiño do Lago. Maside) e do Pumar (p. San Xoán de Coiras. Piñor), “que son en o Chao de Castela”; tamén as viñas de “Buças”, en San Xoán de Ourantes (Punxín) e de “Vilaverde”, dous puzales de viño que recibe de renda, outros dous e medio de viño branco, “as tres terças” do lugar do Pereiro, en San Mamede de Palmés (Ourense), o lugar de Quintela (San Xoán de Coiras), e todos os seus bens en Santa Baia de Longos (San Cristovo de Cea). Ao seu sobriño Gutierre de Vilaríño “a mynna terça parte da pousa de Vilarinno, segundo esta partida”; a súa muller Beatriz Afonso lle deixa a pousa de Senderiz cos seus lugares (San Xoán de Barrán. Piñor), para que “a tenna en sua vida et a o tempo de seu finamento que fique livre et quita a o meu neto Roy, fillo de frey Romeu, et finandose este moço sen ydade, que se torne a suas yrmaas et mynnas netas”. Ao seu sobriño Lopo de Vilaríño mándalle “por bos dos meus lugares, o de Fondo de Cea et o do Pedrouço”. Recoñece deber a frey Romeu cinco doblas de ouro e noventa marabedís polo que “lançolle por elo a prendas os meus lugares, o d’Ansamonde et o do Pumar, et as mynnas vinnas de Bouças et de Vilaverde, que se pagar para esto, et se lle mynna filla der os maravedis, que tenna as ditas propeydades”. Entrega o couro de Torrecela (Santiago de Torcela. Piñor) ao mosteiro de Oseira, salvo que aínda non falecese⁴⁵, e finalmente, manda certas cantidades de diñeiro ás igrexas de Torrecela,

⁴⁰ Véxase doc. núm. 2613 en Pablo S. Otero Piñeyro Maseda, *Colección Diplomática...*, vol. V, páx.. 99.

⁴¹ Véxase doc. núm. 2501 en *id. ib.*, páxs. 27-28.

⁴² En 1624 hai noticia de que Jorge de Barros, receptor, executou “una ejecutoria del lugar de Villarino de Cabo que por otro nombre se llama de los Escudeiros dimanada de la Audiencia Real de este Reino de Galicia”: véxase M.ª José Portela, Margarita Garrido e Miguel Romani, (ed.), *Repertorio para las escrituras antiguas del Archivo Bajor: Catálogo del Archivo Monacal de Oseira en 1629*, [Santiago de Compostela], Tórculo Edicións, 1993, páx. 184 do *Repertorio*, e 309 da edición.

⁴³ Véxase doc. núm. 1230 en Emilio Duro Peña, *Catálogo de los documentos privados en pergamino del Archivo de la Catedral de Orense: 888-1554*, Orense, Instituto de estudios Orensanos “Padre Feijoo”, 1973, páx. 296. O documento editao Anselmo López Carreira, *Estudio sincrónico da economía de Ourense no século XV*, Memoria de Licenciatura inédita, Santiago, Universidad de Santiago de Compostela, 1983.

⁴⁴ Véxase doc. núm. 2556 en Pablo S. Otero Piñeyro Maseda, *Colección Diplomática...*, vol. V, páx. 60.

⁴⁵ Esta manda dí o seguinte “pasando agora en a morte que leixo et torno o meu couro de Torrezela a o mosteiro d’Oseira, et tomando a vida que o tenna *ser (sic)* o dereyto tinna”; na edición do documento xa se chamou a atención sobre as diferenzas que existen entre o texto do pergameo orixinal e a copia do “Repertorio” de Oseira, que edita esta cláusula así: “por quanto me sinto moyto encarrejado en miña conciencia do couro de Torrezela que teño aforado do mosteiro de Santa Maria d’Oseira, que por ende de oje día da fata de meu testamento, que por mi e por miñas vozes demito e torno e leixo libremente o dito couro a o dito mosteiro, renunciando e partindo e amovendo de mi o foro e dereito e señorío e jur e posion que avia a o dito couro; e todo o dou e torno e outorgo a o dito mosteiro para que de aquí endeante

de Carballeda (p. Santa María de Carballeda. Piñor), de San Xoán de Barrán (Piñor) e Santa Baia de Longos (San Cristovo de Cea) “et para esto que os clérigos destas iglesias, que me tragan en suas oraçions”⁴⁶.

Entre as testemuñas do testamento cítase a Lourenzo de Vilaríño, posible irmán de Roy, que se volve a documentar en Oseira en setembro de 1449 cando recibe foro, xunto á súa muller Teresa Eanes e a dúas voces, do lugar de Vilaríño “que mandou Roy Gonsales a capella d’Oseyra” por pago de dúas fanegas de centeo, dúas galiñas e catro marabedís en moeda vella⁴⁷. Estes personaxes tamén se documentan anos antes, concretamente en novembro de 1431, cando Lourenzo Yáñez de Vilaríño, xunto coa súa muller Teresa Eanes, reciben da abadesa de San Pedro de Vilanova de Dozón, e a tres voces, los lugares de Reda y Cimadevila, en San Mamede da Canda (Piñor) por pago de catro fanegas e media de centeo e nove marabedís por dereituras e outros oito por luçtuosa⁴⁸.

En síntese, Roy González de Vilaríño, escudeiro do Adelantado Diego Pérez Sarmiento⁴⁹, foi fillo de Gonzalo Gutiérrez de Vilaríño, documentado no último tercio do trescentos, e de Aldonza Afonso; tiña – posiblemente de forma ilícita – o couto de Torrecela, a pousa de Senderiz – onde quizais residía –, e a de Vilaríño, da que tiña a terceira parte posiblemente por partixa entre os seus irmáns. Como el recoñece, a súa liñaxe estaba moi ligada á capela de San Andrés de Oseira, de aí que se lle coñece como “dos de Vilaríño”, o que fai supoñer que a súa vinculación co mosteiro ursariense foi apoio principal no seu despegue patrimonial, centrado en torno aos actuais municipios de Piñor e San Cristovo de Cea. Casaría en dúas ocasións, primeiro, en terras do Ribeiro de Avia, con Maria Anes de Merés, e despois con Beatriz Afonso; de unha delas nacería frey Romeu, que pola súa parte tería varios fillos – quizais todos naturais – entre eles ao seu homónimo Roy.

Trátase dun escudeiro que sen pertencer a recoñecidas estirpes galegas, vai medrando ao amparo dos grandes señores laicos e eclesiásticos, como parece tamén fórono facendo os seus antepasados.

A parentela de Roy González de Vilaríño

Unha filla de Roy González de Vilaríño, mellorada no seu testamento, sería Inés de Vilaríño, muller de Lopo de Sanín, personaxe posiblemente oriundo de San Pedro de Sanín (Ribadavia). Sen poderse precisar documentalmente, supóñese que foron fillos seus Inés e Broz López de Vilaríño. A primeira, en agosto de 1492 documéntase recibindo foro de dona Isabel de Ulloa, abadesa de San Pedro de Vilanova de Dozón, xunto co seu marido Gómez de Rapela, escudeiro, veciño de Ribadavia, e a tres voces, o lugar de Pumar, parroquia de Santa Comba do Trevoedo (Maside. Ourense), como xa o traía, por tres puzales de viño rosete ao ano⁵⁰. E o escudeiro Broz López de Vilaríño intervéñen nun documento outorgado en decembro de 1478, onde xunto coa súa muller Inés Fernández reciben foro de Oseira, e a dúas voces, do lugar de Anllo, na parroquia de San Cibrao de Castrelo (San Cristovo de Cea), por pago de cinco fanegas de centeo, seis marabedís vellos e a condición de “et quitarnos edes de vosos yrmaos a pas et a salvo, so penna de perderdes este dito foro”, e interviñendo como testemuña “el sensor conde de Rybadavea”⁵¹, o que fai supoñer que Broz López pertencía á hoste de don Bernardino Pérez Sarmiento⁵².

Roy González de Vilaríño nomea como sobriños no seu testamento, sen saber se entre eles eran irmáns, a Lopo e Gutierre de Vilaríño. Tamén menciona como neto a outro Roy “fillo de frey Romeu”.

o dito mosteiro o posa receber libremente sen contradición outra alguna e fazer del como de sua cousa propia. E digo que qualquier que da miña parte contra esto for, que aja a yra de Deus e de Santa Maria e a miña maldiçon conpridamente, e este asi o mando cumprir por esta miña postrimera boontade”. Se o feito pode ser o mesmo, a fortaleza expresiva é ben distinta, o que fai pensar se as copias de documentos – ou traslados deles – nos tumbos monásticos, respecto a aspectos controvertidos, faltan ou non á realidade histórica. Desde logo, o couto de Torrecela pertencía ao mosteiro de Oseira alomenos desde antes do ano 1211, cando o rei Alfonso IX confirma a Oseira a posesión e liberdades, entre outros, do “cautum de Torrezela quod de me comparastis”: véxase doc. núm. 143 en Miguel **Romaní Martínez**, *Colección Diplomática do mosteiro cisterciense de Santa María de Oseira (Ourense) 1025-1310*, vol. I, Santiago, Tórculo Edicións, 1989, páxs. 147-148.

⁴⁶ Véxase doc. núm. 2636 en Pablo S. **Otero Piñeyro Maseda**, *Colección Diplomática...*, vol. V, páxs. 113-117.

⁴⁷ Véxase doc. núm. 2653 en *id. ib.*, páxs. 131-132.

⁴⁸ AA, *Fondo de Pergaminos*, San Pedro de Dozón, caixón 2, mazo 2, núm. 230. O estado de conservación do pergameo é péximo, polo que a lectura dos seus nomes é moi dificultosa.

⁴⁹ Anselmo **López Carreira** inclúeno na nómina de escudeiros localizados en Ourense entre 1430 e 1439: véxase *A cidade de Ourense no século XV. Sociedade urbana na Galicia baixomedieval*, [Ourense], Deputación Provincial, d.l. 1998, pág. 576.

⁵⁰ AA, *Fondo de San Payo*, A-1.B, Pauta II, fol. 303r.

⁵¹ Véxase doc. núm. 2994 en Pablo S. **Otero Piñeyro Maseda**, *Colección Diplomática...*, vol. V, pág. 367.

⁵² Como xa se advertiu liñas atrás, localízase ao Sur de Portugal, en 1374, un “Brás?” Fernandes Vilarinho como comendador de Messejana (Aljustrel) da Orde de Santiago, o que pode ser significativo, dada a rara asociación antroponímica con un nome tan pouco frecuente.

Lopo González de Vilaríño

Documéntase en maio de 1453 como escudeiro “vezino da villa de Riudavia” aforando “en no tempo et voces en que o eu teno aforado do moesteyro de San Cloyo” o lugar do Campo “con suas casas et viñas et cortynas” salvo a “adega do Canpo con sua camara et resyo que esta tras la adega” por pago de vinte e catro marabedís de moeda vella, noventa por luictuosa e certa cantidade de viño polas viñas “asy branco conmo rosete”, e obrigación de poñer máis viñas no monte⁵³. O lugar do Campo de Esposende donárao a San Clodio Nuño Gómez de Vilaríño, como xa se dixo, na primeira década do catrocentos, polo que se pode supoñer a Lopo González fillo de Nuño, establecendo así unha liña dos Vilaríño en Ribadavia.

O mesmo Lopo González tamén se documenta no mosteiro de Oseira, en maio de 1461, como testemuña dun foro outorgado en Ribadavia⁵⁴. Anselmo López Carreira menciona a un “Lopo de Vilaríño” como “fidalgo” ourensán entre 1430 e 1439, sen saber agora con precisión se se trata ou non do mesmo personaxe⁵⁵; ao mesmo Lopo de Vilaríño, fidalgo, se refire un documento datado en novembro de 1437 e outorgado por o concello ourensán “escripuindo os omees de pe fidalgos pera gerra que noso señor El Rey ha con os mouros de Granada”, no que figura xunto con Gómez de Chantada, Nuño Vázquez e Rodrigo Ares, “fidalgos” e “todos estes son familiares e criados e paniaguados do noso señor obispo et non son vesiños da dita çibdade”⁵⁶. No ano 1441 menciónase a Lopo González de Vilaríño como “criado” do bispo de Ourense don Diego Rapado⁵⁷, o que lle posiciona nun importante posto de influencia no cabido ourensán; a súa posición social non era desdeñable pois se documenta con criados ao seu servizo alomenos desde 1435⁵⁸.

Isabel González de Vilaríño

Arredor de 1453 figura Lopo González de Vilaríño, escudeiro, precisamente como levador dun foro do cabido ourensán e a seis voces, do casal de Vilamour, “que jaz eno Chao de Castela”, na parroquia de Santo Estevo de Vilamour (Punxín. Ourense), por pago de cincuenta e seis marabedís “longos”⁵⁹; anos despois, en Ribadavia, en marzo de 1494, Isabel González de Vilaríño, filla de Lopo González de Vilaríño, outorga poder ao seu marido o escudeiro Gonzalo Fernández de Toubes, para renunciar e doar ao cabido de Ourense o dereito de presentación de San Martiño de Alongos (Toén. Ourense) con todas as súas herdades, xunto co lugar de Vilamour “que fue de su padre”, que seguramente levaba sen dereito algún⁶⁰.

No último tercio do século XV “la mujer de Gonzalo Fernández de Toubes” levaba pola forza dúas fanegas de centeo e catro marabedís vellos en San Martiño de Beariz (San Amaro. Ourense)⁶¹. Resulta de sumo interese que en dúas igrexas de A Peroxa, en concreto San Cristovo do Souto e San Vicente de Graíces compartise Isabel González de Vilaríño o “padroiro” con Diego de Lemos, que se pode identificar co caudillo Irmandiño, señor de

⁵³ Véxase doc. núm. 569 en Manuel **Lucas Álvarez** e Pedro **Lucas Domínguez**, *El monasterio de San Clodio do Ribeiro...*, páxs. 683-684.

⁵⁴ Véxase doc. núm. 2781 en Pablo S. **Otero Piñeyro Maseda**, *Colección Diplomática...*, vol. V, páxs. 194-195.

⁵⁵ *A cidade de Ourense no século XV...*, pág. 577.

⁵⁶ Véxase doc. núm. 164 en Jesús **Ferro Couselo**, *A vida e a fala dos devanceiros: escolma de documentos en galego dos séculos XIII a o XIV*, Vigo, Galaxia, 1967, vol. 2 (Terras de Ourense), páxs. 170-171.

⁵⁷ Véxase doc. núm. 4 del Apéndice IV (Concello) en Anselmo **López Carreira**, *A cidade de Ourense no século XV...*, páxs. 667-668.

⁵⁸ Documéntase ao seu criado Pedro implicado xunto a outras tres persoas no asasinato de Álvaro da Seara, morto por “huna ferida enna cabeza” na rúa da Obra de Ourense “et non facendo nen disendo mal a persona alguna por que mal deve de receber”: véxase doc. núm. H33 en Anselmo **López Carreira** (ed.), *Fragments de notarios (Ourense, séculos XIV-XVI)*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, Sección de Patrimonio Histórico, 2007 (Fontes para a Historia de Galicia, 6), páxs. 470-471. Non debeu ser condenado porque en abril de 1457 se lle documenta adquirindo en poxa pública – posiblemente en nome de Lopo – seis cargas de viño por precio de trinta marabedís cada moio: véxase doc. núm. E59 en *id. ib.*, páxs. 268-271.

⁵⁹ Véxase María Beatriz **Vaquero Díaz**, *Libro das posesións do Cabido Catedral de Ourense (1453). Edición, transcripción e índices*, Vigo, Universidade de Vigo, Servizo de Publicacións, 2005, fol. 46r., pág. 117 de la ed.

⁶⁰ Véxase doc. núm. 1536 en Emilio **Duro Peña**, *Catálogo de los documentos privados...*, pág. 355. Confirma este “padroiro” Cándido **Cid**, “Una visita pastoral de la diócesis Auriense en 1487”, *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, 6, núm. 124, pág. 84. En outubro de 1507, Gonzalo Fernández de Toubes “fidalgo con outorgamento de miña moller” Isabel González de Vilaríño, ambos veciños de Ribadavia, aforan a cinco voces a herdade de viña de Pena Quebrada por pago dun moio de viño branco: véxase doc. núm. 29 en María del Carmen **Enríquez Paradelo**, *Colección diplomática...*, páxs. 97-98.

⁶¹ Véxase Cándido **Cid**, “Una visita pastoral...”, 5, núm. 110, pág. 230.

Ferreira e Sober⁶², e no caso do Souto na proporción 2/3 o de Lemos, 1/3 a de Vilaríño⁶³. Non se pode precisar polo momento se en algunhas xeracións pasadas habería algunha filiación común.

O escudeiro Gonzalo Fernández de Toubes suponse fillo de Afonso Fernández de Toubes, escudeiro do conde de Santa Marta a mediados do catrocentos⁶⁴. Gonzalo, pola súa parte, parece o era do conde de Ribadavia don Bernardino Pérez Sarmiento, pois figura como testemuña xunto a Broz López de Vilaríño, – do que xa se falou – tamén escudeiro, e Pedro Vázquez de Puga, meiriño de Roucos (Cenlle), nunha escritura de concerto de maio de 1499 entre os frades do mosteiro de Santo Domingo de Ribadavia e o propio conde, sobre os dereitos que reclamaba o citado mosteiro sobre a auga dun canle que o conde utilizaba para servizo da súa fortaleza de Ribadavia⁶⁵.

María del Carmen Enríquez Paradelo informa dunha interesante fundación do matrimonio Toubes e Vilaríño extraída do Arquivo Histórico Provincial de Ourense: en 1516 Gonzalo Fernández de Toubes e a súa muller Isabel González de Vilaríño doan á súa capela de San Jorge, que estaba no mosteiro de Santo Domingo de Ribadavia “junto a la pared de Sacristía” cuatro fanegas de centeo no lugar de Casandulfe, en San Paio de Loeda (Piñor), tres fanegas de centeo no de Castrelo de San Cibrao (San Cristovo de Cea), e o casal de Vilaríño, en San Miguel de Carballeda (Carballeda de Avia), con carga dun responso con auga bendita a véspera de Santo Domingo, unha Misa rezada co seu responso todos os venres do ano, e outra cantada, tamén con responso, no mes de agosto, diante da imaxe de Nosa Señora da referida capela; en 1522 engade Isabel González de Vilaríño á doazón de dous moios de viño, e en 1523, o seu marido engade a carga de dúas misas semanais cos seus responsos, unha o venres e outra o sábado⁶⁶.

O P. Aureliano Pardo Villar apuntaba ademais que

“de la antigua capilla de San Jorge dice Avila y la Cueva, que estaba «al costado norte de la iglesia, entre esta y la sacristía, y la demolieron los Religiosos en mis días para hacer allí otra obra; había en sus paredes a bastante altura del suelo dos magníficos sepulcros, uno al naciente y otro al lado opuesto, en que yacían el caballero Gonzalo Fernández de Toubes, y en el otro la noble señora Isabel González Vilaríño, su mujer, que fabricaron y dotaron con muchas rentas dicha Capela en los primeros años del siglo XVI». Para mayores detalles acerca de su situación, añadiremos con Boán, que se hallaba a la derecha de la puerta lateral de entrada a la iglesia»⁶⁷.

Unha mágoa que a ignorancia de outrora e o pouco aprecio – posiblemente en ocasións fundamentado – que gozaban os monumentos funerarios de determinados personaxes a ollos dos eclesiásticos prive ás xeracións futuras dos testemuños da Historia nestes enterramentos. Ademais de interesantes inscricións alusivas, poderían estar esculpidas as armas dos Vilaríño, que ata o momento non foron identificadas por non se localizar testemuños medievais ou dos primeiros anos do século XVI. Eses emblemas heráldicos poderían ofrecer importantes pistas sobre a orixe da estirpe.

Gutierre González de Vilaríño

Non pode precisarse o parentesco de Gutierre de Vilaríño, beneficiado polo seu tío Roy González nun tercio da pousa de Vilaríño, con Leonor Rodríguez e Gutierre Gómez de Vilaríño. Documentábase alomenos desde 1434 intervindo primeiro como testemuña nunha escritura de foro que o abade de Oseira outorga ao fillo dun notario de Ribadavia, dunha leira de monte en San Cristovo de Regodeigón (Ribadavia)⁶⁸. A seguinte nova na

⁶² Sobre a liñaxe dos López de Lemos, véxase o completo estudio de Eduardo **Pardo de Guevara y Valdés**, *Los López de Lemos, señores de Ferreira y Sober. El linaje y sus parentelas en los siglos XIV al XVI*, [en prensa].

⁶³ Véxase Cándido **Cid**, “Una visita pastoral...”, 5, núm. 114, páx. 325.

⁶⁴ Afonso Fernández de Toubes documéntase en decembro de 1445 xunto a Pedro Ougea de Albán e Sueiro de Villamarín como “escudeiros do señor conde de Santa Marta”, asegurando ao concello de Ourense “como fidalgos et escudeiros” a libre circulación dos ourensáns polas terras e señoríos do conde para asistir as súas feiras: véxase doc. núm. 174 en Jesús **Ferro Couselo**, *A vida e a fala dos devanceiros...*, vol. 2, páx. 179. A explicación contextual deste documento en Gonzalo Francisco **Fernández Suárez**, *La nobleza gallega entre los siglos XIV-XV...*, páxs. 147-151.

⁶⁵ Véxase doc. núm. 51 en Gonzalo Francisco **Fernández Suárez**, *La nobleza gallega entre los siglos XIV-XV...*, páxs. 560-562.

⁶⁶ Véxase María del Carmen **Enríquez Paradelo**, *Colección diplomática...*, páx. 22. No ano 1550 Sebastián González da Capela doa á citada capela un moio de viño, con obrigación de se enterrar alí, e no seu defecto, “en la sepultura de su padre, ante el altar de San Sebastián”.

⁶⁷ Véxase Aureliano **Pardo, OP**, “El convento de Santo Domingo de Ribadavia”, *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, 9, núm. 206, páx. 415.

⁶⁸ Véxase doc. núm. 2447 en Miguel **Romaní Martínez**, et al., *Colección Diplomática...*, vol. IV, páxs. 536-538.

que se menciona, tamén de 1434, é un brevísimo extracto dun documento no que xunto á súa muller – que non se nombra – recibe en foro de Oseira a “granxa” de Torrecela (Santiago de Torcela. Piñor)⁶⁹. En xullo de 1453 intervéñe como testemuña nunha escritura outorgada en Pambre na que Fernán Ares Nogueiro recibe de Lopo Sánchez de Ulloa, “vasalo de noso sennor el rey” o beneficio de San Breixo de Monterroso (San Salvador de San Breixo. Monterroso. Lugo) e o tercio sen cura da igrexa de San Xián de Insua (Taboada. Lugo) “segundo que os soya teer et pesuyr voso sogro Ares Conde, que Deus aja”⁷⁰. Esta escritura sitúa a este Gutierre González entre os escudeiros da gran Casa de Ulloa, xunto aos renomeados Nogueiro, que tamén derivarían en algunha das súas liñas cara á terra de Riba de Miño (Ribadavia)⁷¹.

Tampouco pode precisarse o seu matrimonio con Violante Vázquez de Puga: no traslado dunha escritura de partixas dos bens de Pedro Vázquez de Puga e da súa muller Guiomar Lourenza outorgada en maio de 1437 se documenta a “Violante Vazquez, muger de Gutierrez Gonzalez”⁷². Deste matrimonio puido haber outra Violante Vázquez de Puga, documentada en febreiro de 1493 como prima de Nuño González de Puga, merino de Allariz; recibe o tratamento de “dona” e ten alomenos un criado a o seu cargo⁷³.

Anselmo López Carreira documenta entre 1430 e 1439 a un escudeiro de García Díaz de Cadórniga chamado “Goterre González”, que podería identificarse co personaxe visto recibindo bens en Oseira⁷⁴; e en 1434 tamén o documenta como morador na rúa das Chousas de Ourense⁷⁵. Tamén son moi interesantes as mencións a Gutierre González no “Libro de notas de Álvaro Afonso” de 1434: en marzo se lle cita como escudeiro, posesor dunha herdade en San Xurxo da Touxa (Taboadela. Ourense)⁷⁶; e no mes de agosto do mesmo ano é citado varias veces: primeiro recibindo “huna cota e con huna taça” que lle “frontou” Gonzalo Yáñez, e prometendo Gutierre “que era prestes de as quitar”⁷⁷; a continuación, nomeado como escudeiro de Fernando Enríquez⁷⁸, era requirido por Afonso de Abral para que lle aceptase o pago do foro dunha casa “ao Postigoo de San Francisco” da cidade de Ourense, e que por non querelo recibir, entablaba pleito con el⁷⁹.

A pobreza e inexactitude das novas respecto a Gutierre González fai incluso dubidar de se se trata do mesmo personaxe, pois figura nunha época cercana tanto ao servizo de García Díaz de Cadórniga como de Fernando Enríquez, ambos personaxes vinculados ao concello ourensán, pero tamén á gran Casa de Ulloa⁸⁰.

No segundo tercio do catrocentos un Gutierre de Vilariño xa falecera con sucesión, pese a que dela aínda nada se sabe: na igrexa de San Fiz de Brués (Boborás) se declara en torno a 1480 que “outros fidalgos por imposición lle demandan certos jantares, os cuales son os Darmas, e os de Puga, e os heredeiros de Juan Vecerra, García Carballo e os fillos de Guterre de Vilariño”⁸¹, nova que afianza a idea do seu matrimonio con Violante de Puga.

⁶⁹ Véxase doc. núm. 2452 en *id. ib.*, pág. 544. A inexistencia de máis mencións a esta escritura, que se presume debía ter importancia polos bens aforados, fan sospeitar da súa “autenticidade”, é dicir, de se foi un foro “de forza” e polo tanto “de facto”; tampouco se documenta en Oseira a granxa de Torrecela; o couto sí, como se veu nunha nota precedente, alomenos desde antes de 1211. Acaso podería confundirse “Gutierre” con “Roy”, e “granxa” por “couto”, aínda que esta suposición resulta francamente pouco convincente.

⁷⁰ “Testemuñas que foron presentes: Guterre Gonçalves de Vilarinno, Juan Nogeiro, Vasco de Palaço, Juan Belloos, fillo de Roy Vasques Nogeiro”: AHN, *Diversos*, Colección Diplomática, leg. 1, núm. 23.

⁷¹ Véxase o caso, entre outros, de Gil Nogueiro en Pablo S. Otero Piñeyro Maseda, *La documentación del monasterio de Oseira (Ourense) 1435-1485. Estudio, edición e índices. La huella de la nobleza*, Santiago de Compostela, tese doutoral inédita, Universidade de Santiago de Compostela, 2008, páxs. 853-855.

⁷² Véxase *Memorial ajustado, hecho de orden del Consejo, con citación, y asistencia de las Partes, del Pleyto que en él siguió, en Grado de Segunda Suplicación, entre don Baltasar Manuel Pardo de Figueroa, Marqués de Figueroa, y de la Talaya, vecino de la Villa de Pontevedra, como marido, y conjunta persona de Doña Ana Jacoba de Valladares, núm. 57, y el abad, y monges de Nuestra Señora de Oseira, Orden de San Bernardo, n. 58. Sobre la pertenencia de la granja de la Cuqueira, sita en el Coto de Prado*, [Madrid, s.n., 1778], fols. 148r.-149v.

⁷³ Véxase doc. núm. 1527 en Emilio Duro Peña, *Catálogo de los documentos privados...*, pág. 353.

⁷⁴ Véxase Anselmo López Carreira, *A cidade de Ourense no século XV...*, pág. 576.

⁷⁵ Véxase doc. núm. 5 en Anselmo López Carreira, *Padróns de Ourense...*, pág. 46.

⁷⁶ Véxase doc. núm. 145 en Anselmo López Carreira (ed.), *Libro de notas de Álvaro Afonso: Ourense, 1434*, 2.^a ed. corr., Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, Sección de Patrimonio Histórico, 2005 (Fontes para a Historia de Galicia, 3), páxs. 82-83.

⁷⁷ Véxase doc. núm. 373 en *id. ib.* pág. 192.

⁷⁸ Marido dunha Leonor de Novoa: véxase doc. núm. 212 en *id. ib.* páxs. 117-118.

⁷⁹ Véxanse docs. núms. 374 e 375 en *id. ib.* pág. 192.

⁸⁰ Véxase Anselmo López Carreira, *A cidade de Ourense no século XV...*, páxs. 616-620.

⁸¹ Véxase Cándido Cid, “Una visita pastoral...”, 5, núm. 116, pág. 352.

Roy Fernández de Vilaríño

Finalmente, como neto de Roy González se cita no seu testamento a outro Roy “fillo de frey Romeu”: podería tratarse de Roy Fernández de Vilaríño, documentado entre 1482 e 1483 como “home” do abade de Oseira frey Ares de Santa María⁸². Sería unha boa posición, como persoa do séquito do abade, para o que parece ser un fillo natural dun fraile que non se puido localizar, ata o momento, en ningunha comunidade monástica.

Outros personaxes do século XVI

Xunto a todos estes tamén figuran outros, sen filiación e nexos de unión coñecidos, posibles membros da liñaxe: por exemplo un Gonzalo de Vilaríño, que en 1494, despois de pleitear, se resigna a dar ao cabido ourensán os bens que ocupaba, feito polo cal os recibe en foro pois “por elo el meresçia galardón”⁸³.

Na última década do século XV e ao longo do século XVI, moitos dos bens ursarienses da mordomía de Lueda (Piñor), especialmente os coutos de Lueda e Vilaríño, figuran case sempre vinculados aos Mosqueira, Noguerolos e Ougea de Albán; ata o momento non se puido documentar a liña de unión dos Vilaríño cos anteriores, sucedida probablemente a mediados do XV e motivada quizáis por segundos matrimonios. A fins do século XVI hai novas referidas ao lugar de Saa, en San Xoán de Sadurnín (Cenlle), do mosteiro de Melón, “de que se solía pagar moyo y medio de vino a Rodrigo Gonsales de Villarino”; algúns dos levadores deste lugar eran Antonio de Puga, marido de Lucrecia Pérez, Úrsula de Novoa, muller de Juan de Deza, e Ana de Novoa, muller de Baltasar Mosquera, xunto aos menores dun Pedro Ougea de Albán⁸⁴. Por esas mesmas datas tamén se documenta ao notario Rodrigo González Vilaríño por terras de Lalín⁸⁵. O mesmo pódese dicir coa nova de que en 1563 Gutierre González de Vilaríño “en nombre y como procurador del cardenal García Díaz de Mosquera, como heredero del canónigo Gonçalo de Ulloa, su padre”, se nomea segunda voz dun foro outorgado por Melón en 1537 de todo o que o mosteiro posuía en Santa María de Lamas (Leiro), Portatón e lugar de Pazos de Castrelo, que outorgárase a Gonzalo de Ulloa e Mayor de Ulloa, e como antes o tiña Pedro Ougea de Albán, por precio de novecentos dous marabedís e obriga de facer apeo de seus bens⁸⁶.

Roy González de Vilaríño e Gutierre de Vilaríño, polo que se ve, convertíronse tamén en asociación antroponímica referente da súa liñaxe en época moderna.

A pesar da cantidade de novas documentais reunidas aínda falta moito por saber sobre a orixe e consolidación social dos Vilaríño, entre outras razóns pola abundante documentación que aínda permanece inédita. Os primeiros resultados alcanzados con esta metodoloxía parecen ofrecer, sen embargo, boas perspectivas de traballo.

Conclusións

O apelativo “escudeiro” parece designar un oficio militar de personaxe nobre, cunha función específica na guerra. O caso de Lopo González de Vilaríño é significativo, pois recibe tanto o apelativo de escudeiro como o de fidalgo, incluso o de “omee de pe fidalgo” no contexto dun chamamento á guerra contra os mouros de Granada en 1437, o que pode acreditar o dito no comezo destas páxinas: unha función militar “de pe” moi diferente á reservada noutroa aos cabaleiros.

Os escudeiros encontran na fragmentada, caótica e señorializada realidade galega do trescentos e catrocentos un excelente caldo de cultivo para o seu progreso económico e social: a debilidade real favorece as súas posicións de presión, amparados polos seus maiores das casas nobres máis poderosas, como os Sarmiento ou os Ulloa, no caso analizado nestas páxinas. Encontran nos mosteiros—desprotexidos, a mercede dos nobres, pero moitos deles ricos en bens—as vítimas propicias: usurpación de coutos (que xera unha xerarquización e dereitos sobre persoas),

⁸² Véxanse docs. núms. 3047, 3051 e 3067 en Pablo S. Otero Piñeyro Maseda, *Colección Diplomática...*, vol. V, páxs. 407, 411 e 427-428, respectivamente.

⁸³ Véxase Anselmo López Carreira, *A cidade de Ourense no século XV...*, pág. 369, n. 154.

⁸⁴ AHPO, *Tumbo de fray Lorenzo Pérez, de Melón*, Clero, Libro 339, Melón, fol. 203r.

⁸⁵ Véxase doc. núm. 347 en Isidro García Tato, *Las encomiendas gallegas de la Orden Militar de San Juan de Jerusalén. Estudio y edición documental*, vol. 1 (Época Medieval), Santiago de Compostela, CSIC; Xunta de Galicia, Instituto de Estudios Gallegos “Padre Sarmiento”, 2004, pág. 407, punto 9—onde tamén se cita a “Juan González Villarino” e “Alonso Oxea”—; pág. 409, punto 39; pág. 431, punto 348; pág. 436, punto 372; pág. 445, punto 429; e pág. 452, punto 461.

⁸⁶ AHPO, *Tumbo de fray Lorenzo Pérez, de Melón*, Clero, Libro 339, Melón, fol. 135v. Tamén indica que a terceira voz sería don Fernando de Andrade en 1576.

de herdades (foros forzados) e patroados ou “igrexas” (fonte de ingresos regular e segura, instrumento de control e dominación social e política sobre os parroquianos). As súas bases económicas vanse consolidando.

Trátase dun desenvolvemento social dos escudeiros que vai necesariamente acompañado de progreso económico, fundamentado este último en bases maioritariamente agrarias de dudosa procedencia, aínda que non sempre serán as únicas. A inicial proxección local destes personaxes nobres, ou máis exactamente parroquial, tomará co paso do tempo un carácter comarcal, feito que favorecerá, naturalmente, a institución do morgado no último decenio do século XV.

A partir do reinado dos Reis Católicos a organización e control efectivo por parte da Coroa consolídase, os escudeiros obterán a perpetuidade na Idade Moderna eses bens que levaban pola forza “desde sus abuelos”, como ás veces se repite na documentación e pleitos conservados, de aí a multiplicación de pazos e casas nobles, “pousas”, que poblan xa desde o século XV a xeografía galega, en moitos casos sobre terras supostamente aforadas. A dependencia das institucións eclesiásticas era tal, que os que poden ser considerados os seus propios “solares”⁸⁷ pertencían en realidade a aquelas, de aí que se xerara a práctica habitual de usurpar eses bens que no momento de facer testamento se queren devolver aos seus propietarios eclesiásticos para redimir as súas culpas: é o caso da pousa de Senderiz de San Xoán de Barrán (Piñor) e posiblemente a de Vilaríño de San Mamede da Canda (Piñor). O mesmo pódese dicir dos dereitos pertencentes ao couto de Torrecela (Piñor)⁸⁸.

Os escudeiros emparentaban con outras familias de escudeiros, práctica endogámica común entre a nobreza⁸⁹: así pois, un escudeiro casaba cunha filla doutro escudeiro, como se puido ver no caso de Isabel González de Vilaríño, filla do escudeiro Lopo González, e muller do escudeiro Gonzalo Fernández de Toubes. Sen embargo, non se pode asegurar a tendencia á unión entre parentes, ou non se puido documentar, polo momento, nos Vilaríño. Posiblemente o sistema hereditario de tendencia máis igualitaria, podería determinar a descendencia, e documéntanse particións de propiedades tan significativas como as xa mencionadas “pousas”, neste caso a de Vilaríño.

Outro rasgo que se pode observar entre os escudeiros é a presenza de “homes” ao seu servizo – caso documentado en Nuño Gómez de Vilaríño – o que posiblemente permite ofrecer unha rede clientelar verdadeiramente tupida aos seus maiores. Tales “xefes” poden ser tanto laicos, de grandes casas nobiliarias – caso dos Sarmiento, condes de Ribadavia, con Roy González de Vilaríño ou Broz López de Vilaríño – como eclesiásticos ou institucións eclesiásticas – caso do bispo de Ourense Diego Rapado co seu “criado” Lopo González de Vilaríño –. As distintas xeracións parecen non mudar de filiación política: alomenos dúas xeracións dos Vilaríño son escudeiros dos Sarmiento; os Fernández de Toubes, tamén. Esta circunstancia non se confirma, sen embargo, en 1453 con Gutierre González de Vilaríño, personaxe documentado con Lopo Sánchez de Ulloa, vasalo do rei, da gran Casa de Ulloa. Esta significativa contradición ben merecerá un estudio detallado das alianzas nobiliarias daquel turbulento contexto histórico, ou acaso pode ser indicador do carácter “mercenario” ou pragmático destes personaxes.

Ao final dos seus días, os escudeiros contarán cun enterramento familiar: inscricións alusivas ás súas fundacións, representacións heráldicas da súa liñaxe ou, incluso, dos seus partidos nobiliarios. Os monumentos funerarios recordarán a súa existencia nas “súas” igrexas, capelas ou altares, caso da de San Andrés en Oseira – ou “dos Vilaríño” – ou de San Jorge dos Toubes e Vilaríño en Santo Domingo de Ribadavia. Co tempo poderán ser unha presenza incómoda para os cregos – posiblemente máis en sentido físico que mental –, e moitos serán desgraciadamente destruídos, como neses dous casos.

O detido análise de cada unha das liñaxes de escudeiros galegos protagonistas de tantos acontecementos da nosa Historia, ofrecerá unha imaxe moito máis clara do noso pasado; posibilitará que as conclusións que aquí se albiscan, se confirmen, maticen ou mesmo rexeiten. A comparación con outros espazos peninsulares resultará tamén sumamente proveitosa. E valorando os estudos dedicados a outras rexións que se consultaron para a elaboración destas páxinas, se vemos as poucas aportacións procedentes de Galicia, a distancia empeza a ser preocupante.

⁸⁷ Entendido como espazo que “reune todos los elementos reales y simbólicos que contribuían a la grandezadel linaje: por un lado la casa-torre, hogar de la familia principal da liñaxe, (...) la conciencia de un origen y de un remoto antepasado común a los miembros da liñaxe expresadas en un conjunto de leyendas utilizadas para mistificar sus orígenes”: véxase José Ramón **Díaz de Durana Ortiz de Urbina**, *La otra nobleza, escuderos e hidalgos sin nombre y sin historia...*, pág. 126.

⁸⁸ Respecto a este couto, reconece o cronista de Oseira frai Tomás de Peralta no ano 1677, de forma un tanto lacónica, que “otra tal declaración como esta podían hazer oy los que descenden deste hidalgo [Roy González de Vilaríño], restituyendonos el Coto de Villariño, que posesen con harto peor título, como ellos saben muy bien, y aun otros muchos”: véxase Fray Tomás de **Peralta**, *Fundación, antigüedad, y progresos del imperial monasterio de Nuestra Señora de Osera de la orden del Cister*, (Facs. de la ed. de Madrid, Melchor Alvarez, 1677), [Santiago de Compostela], Xunta de Galicia, Dirección Xeral de Patrimonio Cultural, [1997] (Patrimonio Cultural Galego. Fundamentos teóricos), pág. 227.

⁸⁹ Véxase María Concepción **Quintanilla Raso**, *Nobleza y caballería en la Edad Media...*, págs. 35-40.

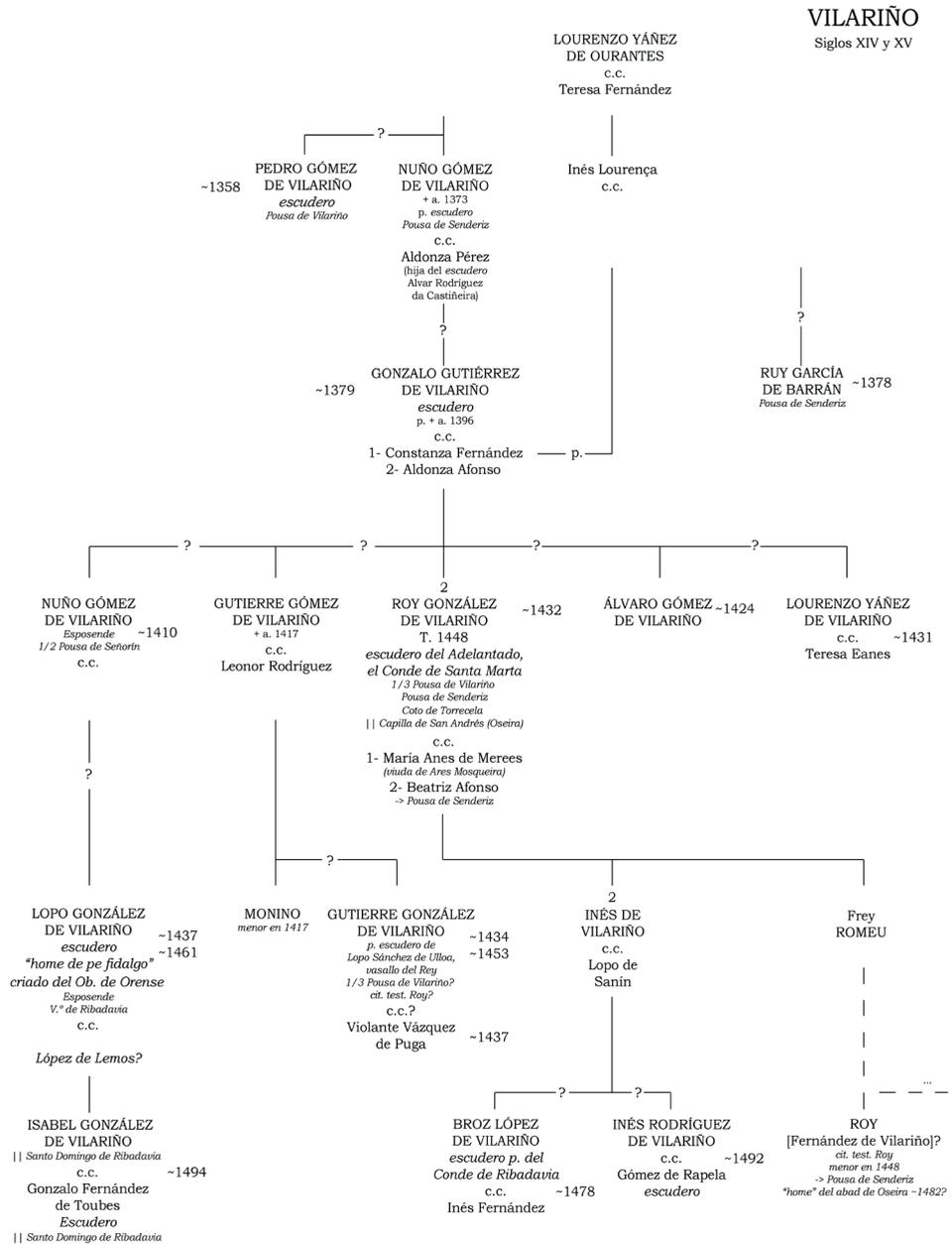
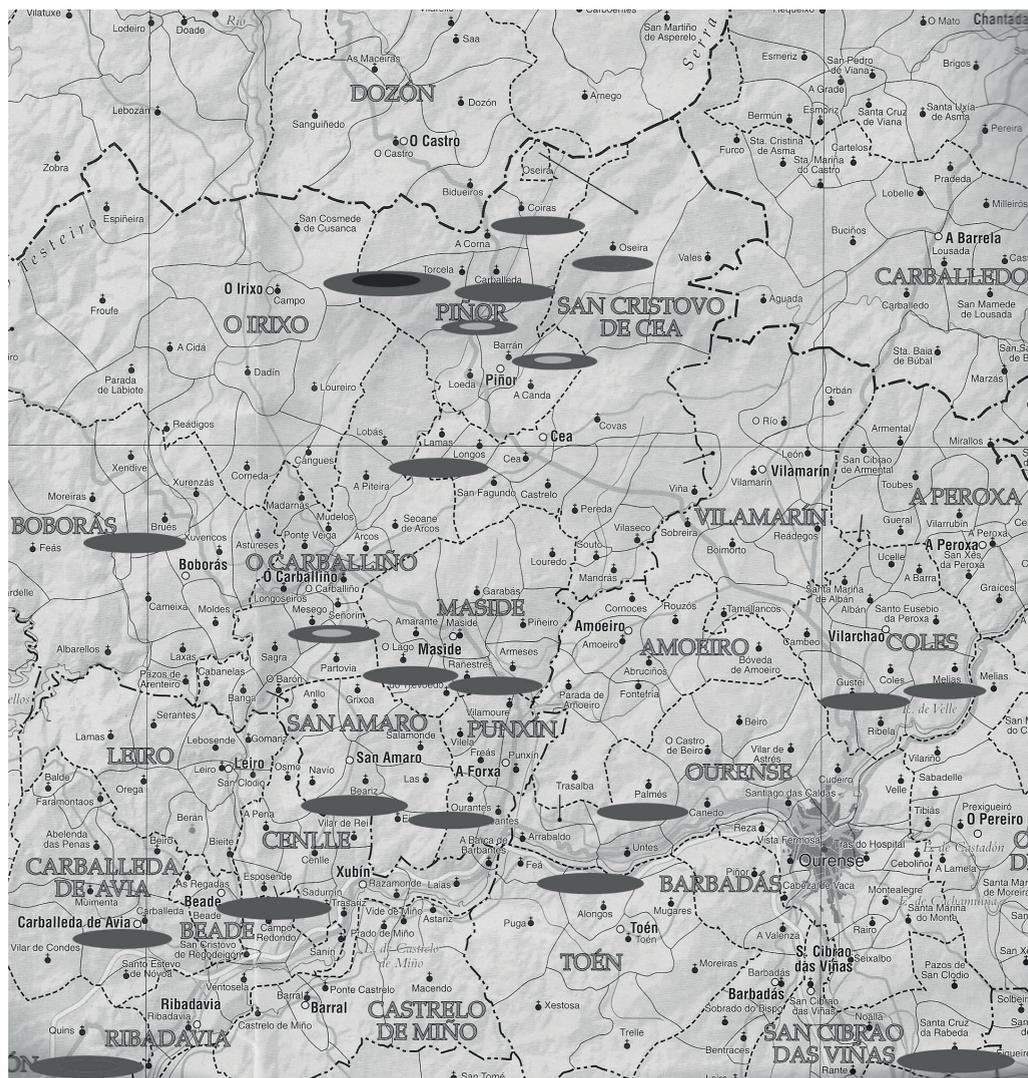


Tabla de filiación dos Vilariño

Séculos XIV-XV



Fragmento de Mapa Parroquial de Galicia tomado de Andrés FRECEDO LEDO e Manuel GALLEGO FRECEDO (dir.)

Mapa de límites das parroquias. Cartografía territorial básica de Galicia, (Santiago de Compostela), Sociedade para o Desenvolvemento Comarcal de Galicia, 2001.

 Bens levados polos Vilaríño

 Couto

 Pousas

 Enterramentos dos Vilaríño

*Posesións dos Vilaríño
Séculos XIV-inicios do XVI*

Maria do Rosário Castiço de Campos¹

A Fábrica de Papel da Lousã e o processo de industrialização em Portugal

R E S U M O

A fábrica de papel da Lousã passou por vicissitudes várias, desde a sua fundação, nos inícios do século XVIII, até meados do século XIX. A instalação da fábrica teve lugar no reinado de D. João V, tendo a decisão régia ocorrido na sequência de um pedido formulado à Coroa por um fabricante italiano. As condições que se reuniam no concelho terão sido determinantes para a escolha de implantação do imóvel, como evidenciamos neste estudo.

1. Introdução²

“Durante o reinado de D. João V, além de se dar sequência aos planos económicos que vinham de longe, ampliaram-se e robusteceram-se com novas disposições que a experiência foi aconselhando”³.

Assim se refere Fortunato de Almeida à política de desenvolvimento interno do Rei Magnânimo, a quem, como afirma, “alguns só conhecem dissipações de ostentação e vícios pessoais”⁴. Contrariando essa visão, o autor refere que D. João V “facilmente compreendeu quanto convinha apoiar o desenvolvimento económico”⁵ e terá sido nessa perspectiva que dinamizou as manufacturas⁶. Entre estas, salienta-se a fundação de uma fábrica de papel na Lousã. Esta iniciativa enquadra-se na política de industrialização que remonta a D. Pedro II, política a que D. João V deu continuidade.

2. Contextualização histórica da fábrica de papel da Lousã

A fundação de uma fábrica de papel da Lousã, “a mais antiga das da área coimbrã e mesmo do País”⁷, remonta ao reinado de D. João V, nomeadamente ao ano de 1714, como comprovam os documentos.

¹ Doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professora – Adjunta na Escola Superior de Educação de Coimbra. rcampos@esec.pt

² Este trabalho foi apresentado no XXIV Encontro da Associação Portuguesa de História Económica Social que decorreu no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, entre os dias 12 e 13 de Novembro de 2004. Foram efectuadas algumas correcções ao texto da comunicação apresentada no referido Encontro sem se alterar, no entanto, o sentido do seu conteúdo.

³ Fortunato de Almeida, “Subsídios para a História Económica de Portugal”, *Revista de História*, nºs 33 a 36, 1920, p.166.

⁴ Fortunato de Almeida, *ob.cit.*, p.167.

⁵ *Ibidem*, p.167.

⁶ Nesta primeira fase de industrialização aparecem as duas expressões *manufactura* e *fábrica* para caracterizar os empreendimentos fabris dessa época. Como afirma Peter Kriedte: “O progresso que a manufatura trouxe não resultou da introdução de métodos de fabrico mecanizados – o desenrolar do processo de fabrico continuava a ser caracterizado pelo trabalho manual – mas antes de uma nova organização do processo de produção. Com a concentração espacial desse processo, tornou-se possível uma fragmentação e uma unificação sistemática das várias fases do trabalho e, assim um aumento, por vezes considerável, da produtividade. *Grosso modo*, podemos afirmar que a importância da manufatura consistiu, sobretudo, no facto de ela ter sido um importante elo de ligação da indústria domiciliária para a produção fabril (...). A manufatura apontou o caminho da fábrica” (Peter Kriedte, *Camponeses, Senhores e Mercadores. A Europa e a Economia Mundial (1500-1800)*, Lisboa, Teorema, 1980, p. 213-214). Refira-se que na documentação sobre a fábrica de papel da Lousã o imóvel aparece também designado por *Engenho do papel*.

⁷ José Maria Amado Mendes, *A Área Económica de Coimbra – estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, 1984, p. 189.

Foi José Maria Ottone, fabricante de origem italiana que, nesse ano, solicita à Coroa um empréstimo para a construção de uma fábrica na Lousã⁸, iniciativa que surge na sequência da instalação de outras fábricas de papel que o mesmo fabricante levará a efeito noutras partes do país⁹.

Ao escolher a Lousã para a instalação de uma outra manufactura do papel, José Maria Ottone terá avaliado as condições que existiam localmente para a instalação do imóvel. Com efeito, a Lousã reunia um conjunto de condições propícias à instalação da manufactura: água abundante, pelo menos durante o Inverno, proporcionada pelo rio Arouca que atravessa a Lousã em direcção ao rio Ceira; matos em abundância, combustível vegetal que a serra da Lousã facultava; madeiras indispensáveis ao próprio edifício e ao processo de fabrico; mão-de-obra disponível, especialmente durante o Inverno, dado o predomínio da agricultura na zona; produção de linho, factor não despreciando já que do trapo de linho se produzia o papel de melhor qualidade; posição geográfica privilegiada dada a proximidade da Lousã em relação a Coimbra, pólo universitário e cultural¹⁰.

Para além dessas condições, a Lousã apresentava a particularidade de, em data anterior, se ter feito um primeiro ensaio de produção de papel recorrendo-se na altura a uns moinhos locais¹¹.

3. Vicissitudes por que passou a fábrica de papel da Lousã desde a sua fundação a meados do século XIX

Tendo deferido o pedido solicitado pelo empreendedor italiano, a Coroa nomeia paralelamente à concessão do empréstimo¹², um superintendente tendo em vista a gestão local do mesmo. Revestindo esse cargo a figura de um “particular serviço” a escolha recaiu em João Netto Arnaut, antigo corregedor de Coimbra, natural da Lousã e morador no Espinhal. O empenhamento do *Conservador* da fábrica como por vezes é identificado, valeu-lhe mercês régias que se estenderam aos seus descendentes¹³.

A laboração da manufactura está comprovada no ano de 1716, ano em que tem lugar o abastecimento de papel ao Colégio de Jesuítas de Coimbra. A esta instituição outras se juntaram, nomeadamente a Academia Real da História¹⁴.

Tendo beneficiado de privilégios concedidos por alvará régio, a fábrica de papel da Lousã passará por uma fase de expansão, na primeira metade do século XVIII, entrando num período de crise, à morte de José Maria Ottone¹⁵, crise que os herdeiros do instituidor não conseguiram superar apesar de terem feito algumas diligências¹⁶. Quando se inicia o reinado de D. José, constatando-se que os proprietários da fábrica nunca haviam satisfeito o empréstimo concedido pela Coroa, por decisão régia foi feita a avaliação do imóvel e seus pertences para posterior arrematação. Não tendo a fábrica *lançador*, veio a ser arrematada pela *Real Fazenda*, passando a ficar sob administração da Junta do Comércio¹⁷.

O interesse demonstrado por um *comerciante do Porto*, João Baptista Bourgeois em reabilitar a fábrica de papel da Lousã, determinando para o efeito as suas condições, levaram à decisão de se vender o imóvel ao referido negociante por preço igual ao da arrematação por parte da Coroa. Para esta decisão régia que remonta a 1769 terá contribuído a intervenção de Jacôme Rattton, também ele, em dado momento, interessado na fábrica, como refere numa obra da sua autoria¹⁸.

Tendo morrido inesperadamente João Baptista Bourgeois, a Junta do Comércio procura outras pessoas capazes de reabilitarem a fábrica. A escolha recaiu em Anselmo José da Cruz, Inácio Pedro Quintela, Francisco

⁸ A análise da fábrica no século XVIII encontra-se na nossa dissertação de doutoramento (Maria do Rosário Castiço de Campos, *Redes de Sociabilidade e de Poder: Lousã no século XVIII*, Coimbra, Faculdade de Letras, (dissertação de doutoramento policopiada), 2003).

⁹ Uma em Braga e outra em S. Paio de Oleiros, no lugar da Lapa, concelho de Vila da Feira (Ver sobre o assunto Maria do Rosário Castiço de Campos, *ob. cit.*, pp. 86-87)

¹⁰ Ver Maria do Rosário Castiço de Campos, *ob. cit.*, pp. 77-79.

¹¹ Ver Jorge Borges de Macedo, *Problemas da Indústria em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Editorial Quercro, 1982 e Maria do Rosário Castiço de Campos, *ob. cit.*, p. 85.

¹² Empréstimo que fez cinco contos e oitocentos mil réis (Maria do Rosário Castiço de Campos, *ob. cit.*, p. 89).

¹³ Ver Maria do Rosário Castiço de Campos, *ob. cit.*, pp. 90-93.

¹⁴ Ver Maria do Rosário Castiço de Campos, *ob. cit.*, p. 97.

¹⁵ Terá ocorrido entre Agosto de 1737 e meados de 1738 (Maria do Rosário Castiço de Campos, *ob. cit.*, p. 98).

¹⁶ Ver Maria do Rosário Castiço de Campos, *ob. cit.*, pp. 98-104.

¹⁷ A Junta do Comércio tinha a seu cargo “grande parte da actividade comercial e industrial” (Nuno Luís Madureira, *Mercados e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 1834*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 38).

¹⁸ Jacome Rattton, *Recordações sobre occurências no seu tempo*, Londres, Impresso por H. Bryer, 1813, p. 15.

José Lopes e João António Amorim Viana, negociantes da praça de Lisboa. Por Alvará de 1770, assinado pelo *Conde de Oeiras*, confirma-se a venda e a concessão de vários privilégios a estes indivíduos, ficando a fábrica, como as demais do país, sob a inspeção da Junta do Comércio. As condições que haviam sido facultadas ao negociante do Porto, mantiveram-se em relação aos da praça de Lisboa, exceptuando-se, no entanto, o pedido de fiança de que os mesmos foram dispensados pela confiança neles depositada pelo poder régio.

Ao promover a venda do imóvel, o Marquês de Pombal estava a dar continuidade ao surto de desenvolvimento industrial com que se identifica o seu mandato, ao mesmo tempo que contribuía para reforçar o poder económico da burguesia pombalina. Com efeito, Anselmo José da Cruz e Inácio Pedro Quintela eram dois negociantes representativos da praça de Lisboa, conforme atestam os documentos da Junta do Comércio, e estavam intimamente ligados às políticas do Marquês de Pombal. A estes, juntavam-se Francisco José Lopes e João António Amorim Viana, também eles homens de negócios e tal como aqueles ligados ao comércio do Tabaco e às companhias pombalinas.

Com esta venda a fábrica de papel é reabilitada satisfazendo contratos, nomeadamente, com a Universidade.

Porém, nova crise surge com a morte dos diversos membros da sociedade pombalina e com a passagem da fábrica para os respectivos herdeiros. E se em 1790 uma situação conflituosa provocada pela não prestação de contas por parte de João António de Amorim Viana, sócio que desempenhava as funções de “Caixa” da Fábrica¹⁹, era prenúncio de uma nova crise, esta deflagra, de facto, em 1816.

Com efeito, nesse ano, D. Ana Maria Febrónia de Amorim Viana, viúva de João António Amorim Viana, não podendo nem querendo continuar, após a morte de seu marido²⁰, na administração da Fábrica²¹ e tendo sido, como afirma, “inútil o expediente que tomara de convocar os sócios para deliberarem sobre o destino actual e futuro da Fábrica”²², em requerimento à Coroa, solicita que “se mandasse pela Conservatória do Commercio inventariar, avaliar e judicialmente arrematar, tudo quanto pertencesse á dita Fábrica, entrando o seu producto no crédito da sociedade, para se ultimarem as contas sociais”²³.

Além de D. Ana Febrónia de Amorim Viana, eram então sócios da Fábrica, D. Ana Angélica Severina de Souza Lopes, viúva do outro sócio Francisco José Lopes²⁴; o Barão de Quintela, herdeiro de Inácio Pedro

¹⁹ João António de Amorim Viana, não tendo prestado contas aos sócios, até 1790, foi instado a prestá-las por D. Ana Angélica Severina de Souza Lopes, viúva do sócio Francisco José Lopes, “na qualidade de cabeça de casal de seu falecido marido”. Porém, devido ao protelamento da prestação de contas até 1809, João António Amorim Viana, “por sentença final foi obrigado à sua prestação”. A questão das contas não estava, contudo ainda ultrapassada quando ocorreu o falecimento de João António Amorim Viana, em 21 de Novembro de 1815. A análise dos “Autos de Execução das contas da Sociedade da Fábrica de Papel da villa da Louzã, que a supplicante D Ana Angélica Severina de Souza Lopes move contra os herdeiros do sócio Caixa João António de Amorim Viana” permite conhecer a situação das contas relativas à Fábrica (AHMOP, *Junta do Comércio – Processos de licenciamento de Fábricas, 1763-1833*, JC8).

²⁰ A sua morte havia ocorrido a 21 de Novembro de 1815. Era então morador em Lisboa, na rua da Caldeira, freguesia de Santa Catarina. (IAN/TT, *Registos Paroquiais*, Lisboa, Freguesia de Santa Catarina, Livro 15, fl. 2vº).

²¹ De salientar que no “Mappa das Fabricas desta Villa da Louzã e seu termo...”, com a data de 18 de Abril de 1814, aparece o nome de João António de Amorim Viana como *Proprietário* da Fabrica de Papel da Lousã.

Este mapa, organizado na sequência da Provisão régia de 30 de Setembro de 1813, inclui ainda outras informações pertinentes relativas à Fábrica. A saber: os géneros de papel fabricado eram, o papel *anilado fino, extrafino, ordinário e pardo*; o papel era consumido na Vila da Lousã e em Coimbra; tinha então a Fábrica um Mestre; 8 *Officiais*, 2 *Aprendizes*; 14 *Serventuários*; 2 *Escreventes* e produzia, por ano 2300 resmas de papel. O *Estado da Fábrica*, era considerado *Bom*.

Refira-se que a informação facultada pelo corregedor, na sequência da referida Provisão, apenas salienta que existiam na Comarca de Coimbra fábricas na Lousã e Cantanhede, afirmando em relação à cidade de Coimbra e em sequência de informação do Escrivão da Câmara, que “não há fábricas talvez por terem fechado inteiramente algumas notáveis que há annos exestão nesta cidade, como Cellas, porém ainda se fabricão louças groças” (AHMOP, *Junta do Comércio – Mapas e Contas dos Ministros Territoriais acerca das Fábricas existentes – 1788-1814*, JC12).

Salientamos, no entanto, que a relação de fábricas apresentada por José Acúrsio das Neves, conforme “Informação e relação do Corregedor da Comarca de 4 de Junho de 1813”, identifica várias fábricas na cidade de Coimbra e noutros terras da comarca, para além das de Cantanhede e Lousã. Especificamente, em relação à Fabrica de Papel da Lousã, a informação qualitativa que nos dá é de *progressiva*. (José Acúrsio das Neves, *Variedades sobre Objectos relativos às Artes, Commercio e Manufacturas, consideradas segundo os principios da Economia Politica*, Tomo I, Lisboa, Impressão Régia, 1814, pp. 198-200).

²² Para o efeito, enviara uma carta a todos os sócios cuja cópia se encontra no AHMOP, *Junta do Comércio – Processos de licenciamento de Fábricas...*, JC8

²³ AHMOP, *Junta do Comércio – Consultas da Junta do Comércio (1763-1833)*, JC10: “Consulta da Junta do Comércio de 8 de Novembro de 1819”. Ver também sobre o mesmo assunto no AHMOP, *Junta do Comércio – Processos de licenciamento de Fábricas...*, JC8.

²⁴ Em alguns documentos aparece o nome do sócio Francisco José Lopes com a designação Francisco Lopes de Carvalho. (Ver documentação no AHMOP, *Junta do Comércio – Processos de licenciamento de Fábricas...*, JC8.). De salientar que no Alvará de 1770 o nome que figura é Francisco José Lopes. (IAN/TT, *Junta do Comércio*, Livro 112, fl. 256 a 258).

Quintela²⁵ e o Barão de Sobral²⁶, “viúvo e cabeça de casal de sua defunta mulher, filha herdeira e representante” de Anselmo José da Cruz.

Com efeito, ao requerimento da viúva de Amorim Viana seguiu-se a audição dos demais sócios interessados²⁷.

Constatando-se na sequência dessa audição que “a Real Fazenda” não havia recebido, até então do sócio Caixa, nem dos seus herdeiros *um só pagamento*, achando-se por *indmenizar daquella soma*²⁸, o Príncipe Regente solicita parecer sobre o assunto ao *Dezembargador Conservador dos Privilegiados*, parecer que mediante a *Portaria dos Governadores do Reino* de 2 de Setembro de 1817, determina a venda da fábrica em hasta pública, com “declaração porem de que o Arrematante, qualquer que elle seja, se obrigará com fiança idónea a que a mesma Fabrica continue a laborar, sem interrupção”. Determina, por sua vez, a mesma Portaria, a possibilidade de D. Ana Angélica Severina de Souza Lopes “merecer a preferênciã em igualdade do preço”²⁹ na arrematação.

Esta situação preferencial é contestada por D. Ana Febrônia de Amorim Viana que pede a suspensão da arrematação. O pedido é deferido por Provisão de 3 de Dezembro de 1817³⁰. A Fábrica de Papel da Lousã entra, definitivamente, num período litigioso.

Esse período conturbado só terminará a 13 de Setembro de 1821, com a venda da Fábrica em hasta pública a um negociante de Coimbra, Francisco Pereira e ao pagamento definitivo à Real Fazenda da dívida de 2.800\$000 réis³¹.

A morosidade do processo subsequente à morte de todos os sócios que compunham a sociedade que comprara a Fábrica da Lousã na época pombalina espelha bem o período conturbado³² que se vivia na época em Portugal³³. A fábrica de papel passa nesse período por uma fase crítica conforme retratam os documentos³⁴.

²⁵ Era então Barão de Quintela, Joaquim Pedro Quintela. Foi Barão em 1805. (José – Augusto França, “Burguesia Pombalina, Nobreza Mariana, Fidalguia Liberal”, *Pombal Revisitado*, Lisboa, 1984, Vol. I, p. 26). Refira-se que uma “parte da sua colossal fortuna herdara-a das riquíssimas casas de seus tios maternos, o Dezembargador Luís Rebelo de Quintela e Inácio Pedro Quintela familiar do Santo Officio, mercador da Rua Nova” (Raul Esteves dos Santos, *Os Tabacos – Sua influência na Vida da Nação*, Lisboa, Seara Nova, 1974, Vol. I, p. 365 e Maria do Rosário Castiço de Campos, *ob. cit.*, p. 109).

²⁶ AHMOP, *Junta do Comércio – Processos de licenciamento de Fábricas...*, JC8.

O Barão de Sobral era Gerardo Wenceslau Brancaamp de Almeida Castel Branco, genro de Anselmo José da Cruz e seu herdeiro, uma vez que a sua filha, na época, já havia morrido. De origem holandesa, já nascido em Portugal Gerardo Brancaamp, casara com a filha de Anselmo José da Cruz e de D. Maria Madalena Crocco da Cruz Sobral, D. Joana da Cruz Sobral. Tem o título de barão de Sobral em 1813 (Ver sobre o assunto José – Augusto França, “Burguesia Pombalina, Nobreza Mariana, Fidalguia Liberal”, *Pombal Revisitado*, Lisboa, 1984, Vol. I, p. 26 e Raul Esteves dos Santos, *Os Tabacos – Sua influência na Vida da Nação*, Lisboa, Seara Nova, 1974, Vol. II, p.240).

²⁷ AHMOP, *Junta do Comércio – Consultas da Junta do Comércio (1763-1833)*, JC10.

Afirma, em 20 de Fevereiro de 1816, o Barão de Quintela em resposta a intimação datada desse mês e ano: “Que pelas circunstancias particulares da Fábrica de Papel na Louzã [...] cumpre que ella se venda.

Que esta venda deve ser feita em hasta pública por que deste modo será mais vantajozo, como por que se evitão impulações e contendas. Que no intervallo que deve seguir-se athé a avaliação da sobredita venda, se continuem os trabalhos da Fabrica para se aproveitarem os materiais existentes.

E que havendo-se principiado a liquidar as contas da Sociedade a instancias da Administração da casa do falecido socio Francisco José Lopes, se continuem a aprestar nos mesmo autos” (AHMOP, *Junta do Comércio – Processos de licenciamento de Fábricas...*, JC8).

²⁸ AHMOP, *Junta do Comércio – Consultas da Junta do Comércio (1763-1833)*, JC10: “Consulta da Junta do Comércio de 8 de Novembro de 1819”.

²⁹ AHMOP, *Junta do Comércio – Consultas da Junta do Comércio (1763-1833)*, JC10: “Consulta da Junta do Comércio de 8 de Novembro de 1819”.

³⁰ Tendo sido feito “o Inventário da Fábrica e sua Avaliação em Novembro de 1817, quando se tratava da fazer publica por Editaes a sua arrematação foi esta suspença pella Provisão da Real Junta do Commercio de 3 de Dezembro do mesmo anno a requerimento de D. Ana Febrônia da Amorim Viana (AHMOP, *Junta do Comércio – Processos de licenciamento de Fábricas...*, JC8) Ver também sobre o assunto no AHMOP, *Junta do Comércio – Consultas da Junta do Comércio (1763-1833)*, JC10: “Cópia do requerimento feito em nome dos Officiaes e mais pessoas empregadas na Fabrica de papel da Lousã”.

³¹ Este pagamento foi feito “em conformidade do Avizo da Secretaria de Estados dos Negócios do Reyno de 20 de Janeiro de 1820, expedido a requerimento de Dona Anna Angelica Severina de Souza Lopes em que se ordenou que do preço da arrematação se entregasse no Thezouro Publico aquella quantia de que a Fazenda era credora” (AHMOP, *Junta do Comércio – Processos de licenciamento de Fábricas...*, JC8: “Cópia da certidão da entrega destes 2.800\$000 réis no Tesouro Público”).

³² Os operários da Fábrica, apercebendo-se de decisões régias pouco coerentes, manifestam esse sentimento quando afirmam: “Não he da competencia dos Supplicantes allegarem a incoherencia e illegalidade com que se altera a marcha sempre seguida e sagrada da hasta publica: tomando-se os lanços em Praça e não se ultimando naquelle acto e dia a competente arrematação em Juizo, onde pellos Editaes forão convidados todos os lançadores que quisessem comparecer, e onde podião concorrer os sócios, por si, ou seus procuradores, quando julgassem conveniente aos seus interesses affrontar os lanços offercidos” (AHMOP, *Junta do Comércio – Consultas da Junta do Comércio (1763-1833)*, JC10: “Cópia do Requerimento feito em nome dos Officiaes e mais pessoas empregadas na Fábrica de papel da Lousã”).

³³ Este período vai coincidir com a ausência da Família Real no Brasil e as subsequentes lutas internas.

³⁴ AHMOP, *Junta do Comércio – Consultas da Junta do Comércio (1763-1833)*, JC10: “Cópia do Requerimento feito em nome dos Officiaes e mais pessoas empregadas na Fábrica de papel da Lousã”.

De salientar que, no “Mapa das Fabricas estabelecidas com Approvação Régia”, datado do ano de 1827, identifica-se Francisco Pereira como o proprietário da Fábrica de Papel, especificando-se, no documento, que esta se localiza nos “subúrbios da Villa da Lousã”³⁵. Mas nesse ano, como afirma Forjaz de Sampaio, “apenas tinha tres tinas”, referindo o autor que assim “se conservou a fábrica até 1833, em que o sr. Lemos ficou seu único proprietário. Desta época data o seu maior aumento e aperfeiçoamento”³⁶.

Este indivíduo a que se refere Forjaz de Sampaio era João José de Lemos que, em 1823, fizera com Francisco Pereira e António Ribeiro Pessoa, uma sociedade “para exploração” da fábrica³⁷.

“Por falecimento dos dois primeiros sócios, e depois de pagos todos ou parte dos diferentes legados por elles deixados, passou a fabrica a ser propriedade de João José de Lemos. Fallecendo este em 1844, nomeou herdeiro seu primo Francisco Gonçalves de Lemos, deixando a fábrica a outro seu primo, o sr. João Gonçalves de Lemos os quaes fizeram entre si uma sociedade universal³⁸, ficando mais tarde único proprietário da fábrica o sr. João Gonçalves de Lemos”³⁹.

Com efeito, em 1845, no *Mapa das Fábricas existentes no Continente e Ilhas Adjacentes*, é o nome de João Gonçalves de Lemos que figura como proprietário da fábrica de papel da Lousã. Nessa referência à fábrica, são ainda facultadas algumas *observações*. Afirma-se no documento: “Empregão-se diariamente nas differentes officinas da manufactura, preparos e aperfeiçoamento do papel 110 a 120 pessoas, não incluindo as officinas de forja, serralheria, carpintaria, forneira, pedreiro etc. Acha-se num estado progressivo quanto ao seo material e aperfeiçoamento que muito tem augmentado, decadente, porém, quanto ao preço que offerece no mercado este genero que está baixando todos os dias”⁴⁰.

4. Conclusão

Face às vicissitudes por que passou a fábrica podemos perguntar que razões poderão estar subjacentes a essa evolução? Qual o impacto da industrialização localmente? Como se posiciona a comunidade local face à instalação do imóvel?

Do que pudemos constatar em trabalho anterior no qual fizemos uma análise micro-histórica da comunidade tomando como fio condutor a fábrica de papel⁴¹, salientamos que o concelho da Lousã formado por cinco freguesias, Lousã, Foz de Arouce, Rio de Vide, Vilarinho, Casal de Ermio, era no século XVIII um município onde a agricultura era a actividade dominante. A manufactura instala-se localmente sem que se verifique uma alteração da estrutura económica. Com efeito, a comunidade continua a integrar-se no regime senhorial, nela se cruzando uma complexa rede de senhorios. E se a mão de obra especializada vinha de fora, a não especializada, era recrutada a nível local, conjugando-se os ritmos de produção do papel com o sector agrícola, já que o Inverno, período de maior produção da pasta, correspondia a um tempo de menor necessidade de braços no trabalho do campo. E apesar de terem ocorrido diversas oportunidades para a aquisição da fábrica por parte da população local, não foram identificadas pessoas da terra a procederem à sua arrematação. A agricultura continuou a ser a actividade dominante, sendo fonte de riqueza e de prestígio social. E ainda que a água fosse um bem essencial para a agricultura e por isso origem de litígios, a fábrica instala-se sem que se assista a resistências localmente, situação que ocorre noutros espaços⁴². A própria população estrangeira integra-se na comunidade estabelecendo relações familiares com pessoas do concelho.

De referir ainda que transversal à história da fábrica é a sua dependência em relação ao Estado, estado, que empresta mas que se mostra incapaz de fazer cumprir os compromissos assumidos por aqueles que a si recorrem.

³⁵ AHMOP, *Junta do Comércio – Consultas da Junta do Comércio-1827*, JC10.

³⁶ Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, *Uma Viagem à Louzã no mez de Julho de 1838* (Nova Edição comemorativa do centenário duma excursão que consagra a Região da Louzã como objectivo de Turismo), Louzã, Câmara Municipal da Louzã, 1938, pp. 42-43.

³⁷ Júlio M. de Lemos, *Subsídios para a História da Louzã*, Louzã, E.A., 1946, p. 14.

³⁸ Francisco Gonçalves de Lemos era irmão de João Gonçalves de Lemos. João Gonçalves de Lemos administrava, na época, a “Fábrica, enquanto o irmão ficava em Coimbra, como representante da sociedade”. João Gonçalves de Lemos “passou, a partir de 1867, a usufruir em plena propriedade toda a Fábrica e restantes propriedades” (Júlio M. de Lemos, *ob.cit.*, pp. 22 e 25).

³⁹ *O Conimbricense* (5706), 2 de Agosto, 1902, p. 2.

⁴⁰ AHMOP, *Ministério do Reino – Correspondência recebida com mapas das fábricas existentes no continente e Ilhas Adjacentes, 1845-1846*.

⁴¹ Maria do Rosário Castiço de Campos, *ob. cit.*

⁴² Ver Jorge Miguel Pedreira, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*, Lisboa, Difel, 1994, p. 28 e Aurélio de Oliveira, “Indústrias em Braga. IV. As fábricas do papel do Rio Este”, *Bracara Augusta*, Vol. XLIX, nº 96 (109), 1993, pp. 421-425.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP)

Junta do Comércio – Processos de licenciamento de Fábricas, 1763-1833, Fábrica de Papel da Louzã, JC8.

Junta do Comércio – Mapas e Contas dos Ministros Territoriais à cerca das Fábricas existentes – 1788-1814, JC12.

Junta do Comércio – Consultas da Junta do Comércio (1763-1833), JC10.

Junta do Comércio – Consultas da Junta do Comércio – 1827, JC10.

Ministério do Reino – Correspondência recebida com mapas das fábricas existentes no continente e Ilhas Adjacentes, 1845-1846.

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT)

Junta do Comércio, Livro 112.

Registos Paroquiais, Lisboa, Freguesia de Santa Catarina, Livro 15, fl. 2vº.

FONTES IMPRESSAS

NEVES, José Acúrsio das, *Variiedades sobre Objectos relativos às Artes, Commercio e Manufacturas, consideradas segundo os principios da Economia Política*. Tomo I, Lisboa, Impressão Régia, 1814.

O Conimbricense (5706), 2 de Agosto, 1902.

RATTON, Jacome, *Recordações sobre occurrencias no seu tempo*, Londres, Impresso por H.Bryer, 1813.

SAMPAIO, Adrião Pereira Forjaz de, *Uma Viagem à Louzã no mez de Julho de 1838* (Nova Edição comemorativa do centenário duma excursão que consagra a Região da Louzã com o objectivo de Turismo), Louzã, Câmara Municipal da Louzã, 1938.

OUTRAS OBRAS DE CONSULTA

ALMEIDA, Fortunato de, “Subsídios para a História Económica de Portugal”, *Revista de História*, nºs 33 a 36, 1920, pp. 140-196.

CAMPOS, Maria do Rosário Castiço de, *Redes de Sociabilidade e de Poder: Louzã no século XVIII*, Coimbra, Faculdade de Letras (dissertação de doutoramento policopiada), 2003.

FRANÇA, José – Augusto, “Burguesia Pombalina, Nobreza Mariana, Fidalguia Liberal”, *Pombal Revisitado*, Vol.I, Lisboa, Editorial Estampa, 1984, pp.20-23.

KRIEDTE, Peter Camponeses, *Senhores e Mercadores. A Europa e a Economia Mundial (1500-1800)*, Lisboa, Teorema, 1980.

LEMOS, Júlio M. de, *Subsídios para a História da Louzã*, Louzã, E.A., 1946.

MACEDO, Jorge Borges de, *Problemas da Indústria em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Editorial Quercus, 1982.

MADUREIRA, Nuno Luís, *Mercados e Privilégios. A Indústria Portuguesa entre 1750 1834*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

MENDES, José Maria Amado, *A Área Económica de Coimbra – estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984.

OLIVEIRA, Aurélio de, “Indústrias em Braga. IV. As fábricas do papel do Rio Este”, *Bracara Augusta*, Vol. XLIX, nº 96 (109), 1993, pp. 417-443.

PEDREIRA, Jorge Miguel, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial, Portugal e Brasil (1780-1830)*, Lisboa, Diffel, 1994.

SANTOS, Raul Esteves dos, *Os Tabacos – Sua influência na Vida da Nação*, Vol. I e II, Lisboa: Seara Nova, 1974.

ERRATA

p. 146, linha 7, onde se lê "rio Arouca" deverá ler-se "rio Arouce".

Carlos Manique da Silva¹

Da vontade unificadora do Estado à adaptação da escola pública às realidades locais: o papel dos governadores civis e dos comissários de estudos (anos de 1840-1860)

R E S U M O

É objectivo do autor registar, nas suas linhas de maior força, a entrada no campo educativo de duas figuras institucionais: governadores civis e comissários de estudos. A preocupação maior será perceber até que ponto tais funcionários deram corpo a um projecto de uniformização pedagógica capaz de conferir unidade nacional à instrução pública.

A intervenção dos governadores civis

Dir-se-á serem muito abrangentes as atribuições e competências que em matéria de ensino público, e à luz do código administrativo cabralista, estavam cometidas ao governador civil². Cabia-lhe “superintender os estabelecimentos de instrução primária, e secundária, dando anualmente conta ao Governo”³, sendo porém, no decurso do tempo e à luz de outros textos normativos, especificadas algumas funções⁴.

Mas o que me parece mais interessante na intervenção dos governadores civis prende-se exactamente com o facto de serem observadores privilegiados das realidades locais e regionais. No que a esse aspecto concerne, seria por si só elucidativo destacar uma personalidade a vários títulos notável; refiro-me a José Silvestre Ribeiro.

Se avaliarmos bem, vemos que a passagem de Silvestre Ribeiro pelos três distritos administrativos que sob sua administração se encontraram – sucessivamente Angra do Heroísmo, Beja e Funchal, num período compreendido entre 1839 e 1852 – deixou marcas no domínio da instrução pública. Destacarei apenas, por entre um vasto e diversificado leque de iniciativas conhecidas, a fundação de uma biblioteca popular na ilha Terceira e da Associação Promotora da Instrução Popular da Infância Desvalida na cidade de Beja, assim como a criação de nove escolas elementares no distrito do Funchal.

Importante é, do mesmo modo, o seu magistério de influência, nas suas linhas de maior força subordinado à seguinte concepção:

“A grande comunidade do Estado compõe-se de uma multidão de comunidades parciais, as quais o mesmo Estado deve não só proteger, senão também vigiar nas suas diferentes relações com a sociedade, com os seus próprios

¹ Doutorado em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Contacto: manique@net.sapo.pt

² Figura criada pelo Decreto de 16/5/1832. TENGARRINHA, 2002.

³ *Código Administrativo Português de 18 de Março de 1842*, artigo 226.º.

⁴ Pela sua relevância, destaco as seguintes: inspeccionar as escolas públicas e particulares (Decreto de 20/9/1844, artigo 86.º); presidir, fora de Lisboa, aos exames de admissão à Escola Normal, caso se verifique a ausência do comissário de estudos (Decreto de 24/12/1845, artigo 30.º); promover, através de subscrições e donativos, a construção de escolas de instrução primária (Decreto de 20/12/1850, artigo 3.º); presidir aos exames dos opositores às cadeiras de instrução primária, de igual modo na falta do comissário de estudos (Decreto de 30/12/1850, artigo 6.º); dar ao Conselho Superior de Instrução Pública (CSIP) as informações por ele exigidas para poder elaborar as propostas para provimento dos lugares do professorado (Decreto de 25/6/1851, artigo 21.º); intervir nos processos de jubilação de professores de instrução primária e secundária (Portaria de 19/5/1853). Mais tarde, o Regulamento para execução das Leis de 2/5/1878 e 11/6/1880 (Decreto de 28/7/1881) atribuirá também, em matéria de instrução pública, amplas funções aos governadores civis, contemplando estas, por exemplo, a prerrogativa de suspender os professores que “ensinem doutrinas contrárias à religião do Estado, à moral e bons costumes, e às leis do Reino” (artigo 209.º).

membros, e com terceiros interessados; e daqui provêm um interesse, e um dever de patronato e de tutela sobre os estabelecimentos religiosos, pios, de instrução pública, económicos, etc.”⁵

Nesse sentido, devo dizer que Silvestre Ribeiro elege frequentemente a missiva como forma de sensibilizar instituições e personalidades com responsabilidades no campo da instrução pública e/ou reconhecida influência junto das populações, nomeadamente câmaras municipais, administradores de concelhos, párocos, professores e mesmo pais, recorrendo neste último caso à alocação. Estamos, é certo, na presença de textos que não deixam qualquer dúvida quanto ao seu objectivo primeiro (o alargamento da frequência do ensino), a ponto de, em alguns deles, se abdicar do “dever de patronato e de tutela”, conforme fica paradigmaticamente expresso numa carta dirigida aos ouvidores eclesiásticos da ilha Terceira. Eis um trecho elucidativo:

“Reflectindo neste objecto [a existência de dez freguesias sem escola] veio-me ao pensamento que com grande proveito dos povos poderia utilizar-se o préstimo, a ciência, a dedicação e a caridade do clero em cada uma das localidades [...]

Deixar-se-ia ao arbítrio de tais Professores o plano da Escola, o local da Aula, a hora do dia, ou da noite, segundo fosse mais cómodo a eles e aos moradores; e em uma palavra facultar-se-lhes-ia a maior latitude de liberdade neste objecto.”⁶

A questão passa obviamente a colocar-se noutros termos, a partir do momento em que é decretada a obrigatoriedade escolar (Reforma Geral da Instrução Pública de Costa Cabral, Decreto de 20/9/1844). Com efeito, no ano seguinte Silvestre Ribeiro recorda os administradores de concelho do distrito de Beja que, nos termos da citada lei, devem “avisar, intimar e repreender” os pais “que são negligentes em mandarem os seus filhos às Escolas”⁷.

Na mesma linha de pensamento, é forçoso afirmar agora que Silvestre Ribeiro, designadamente enquanto governador civil do Funchal, desenvolve várias iniciativas no sentido de uniformizar a acção pedagógica, imagem claramente contrastante com a prerrogativa por si concedida (em concreto na referência à ilha Terceira), aos párocos das freguesias onde não existissem escolas, de cujo arbítrio, como vimos, dependeria a organização do ensino.

É, em parte, apontando deficiências e omissões ao funcionamento do comissariado de estudos⁸, a quem por direito competia a inspecção das escolas primárias e secundárias dos distritos administrativos⁹, que o governador civil do Funchal cria provisoriamente, em 31 de Agosto de 1847, uma associação com amplos poderes e cujo fim era o de “proteger e inspecionar debaixo do ponto de vista administrativo, literário e disciplinar, as escolas de ensino primário”¹⁰. Curiosamente, a referida associação compunha-se de comissões de protecção para as escolas situadas nas zonas rurais (uma por escola), e de comissões centrais (uma para todas as escolas de cidade), variando no essencial a sua constituição de acordo com critérios de divisão administrativa; isto é, consoante se localizasse numa freguesia, freguesia sede de concelho ou capital de distrito, sendo que em quase todas o pároco tinha representação privilegiada (substituído apenas na comissão central da capital de distrito, a mais relevante já se vê, pelo bispo diocesano).

Não será demais reproduzir aqui as competências das comissões filiais – assim designadas por dependerem hierarquicamente de uma comissão central – pelo facto de nos ajudarem a perceber, entre outros aspectos, que Silvestre Ribeiro estava no fundo a pensar na descentralização dos serviços da instrução primária, garantindo por essa via alguma autonomia aos docentes e a adaptação do ensino às realidades locais. Constituíam então atribuição das ditas comissões filiais:

- 1.º Visitar, vezes amiúde, colectiva, ou separadamente, a escola primária debaixo da sua protecção.
- 2.º Vigiar pela manutenção e escrupulosa observância dos regulamentos e métodos da escola.

⁵ *Colecção dos Escriptos Administrativos e Litterarios do Ill.mo e Ex.mo Snr. Joze Silvestre Ribeiro [...] Governador Civil do Districto d'Angra do Heroismo*, 1843: 2.

⁶ *Colecção dos Escriptos Administrativos e Litterarios do Ill.mo e Ex.mo Snr. Joze Silvestre Ribeiro [...] Governador Civil do Districto d'Angra do Heroismo*, 1843: 85.

⁷ *Colecção de Alguns Escriptos Administrativos do Governador Civil do Districto de Beja, o Sr. José Silvestre Ribeiro, no Anno de 1845*, 1845: 88.

⁸ As críticas tinham, na essência, que ver com o facto de o comissário de estudos do Funchal não ter nomeado os seus sub-delegados, a quem competia visitar as escolas nos lugares muito distantes das capitais de distrito (cf. o Decreto de 20/9/1844). Tal devia-se a que, mesmo na década de 1850, o Estado tinha pouco pessoal na administração periférica. SILVEIRA, 1997.

⁹ Cf. o Decreto de 20/9/1844.

¹⁰ IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 3543, processo 174: documento s. p.

- 3.º Deliberar, de acordo com o respectivo professor, sobre as adendas ou modificações que convenha fazerem-se no regulamento geral, *para o pôr em harmonia com as circunstâncias da localidade*.
- 4.º Determinar no fim de cada mês, e de acordo com o respectivo professor, qual o programa de lições que tenha de observar-se no mês subsequente.
- 5.º Presidir aos exames que hajam de fazer-se no fim do ano lectivo, e distribuir aos alunos que o merecerem, louvor ou censura.
- 6.º Assinar o certificado de «capacidade» que deva dar-se ao aluno que por seu exame se mostrar habilitado para sair da escola. Este diploma deverá ser passado e referendado pelo respectivo professor.
- 7.º Promover uma subscrição nos limites da respectiva freguesia, para com o produto dela ocorrer à despesa com livros, penas, papel, lápis, etc. para os alunos pobres.
- 8.º Cumprir e fazer cumprir todas as ordens e regulamentos que lhe forem expedidos pela comissão central.
- 9.º Enviar à comissão central no fim de cada ano lectivo um relatório sobre o estado literário e moral da respectiva escola, um mapa demonstrativo do movimento dela nesse ano, e uma conta do produto da subscrição, e do uso que dele tiver feito.¹¹

De outra parte, as comissões centrais tinham como prerrogativa investigar as causas que obstavam à frequência do ensino, consultando para o efeito, pela interposta pessoa do governador civil, o CSIP. Porém, em aspectos de natureza propriamente pedagógica gozavam de ampla latitude, podendo mesmo “inquirir quais os melhores métodos, os mais recentes, para o ensino das matérias de instrução primária e, depois de maduramente examinados, adoptá-los e fazê-los adoptar pelas comissões filiais do distrito”¹²; ora, isto estava em nítida contradição com o regulamento orgânico do CSIP, segundo o qual deveria esse órgão “estabelecer a uniformidade de doutrina, e de método em todos os ramos de ensino”¹³. Consignadas estavam também reuniões para “deliberar sobre objectos de ensino ou disciplina”¹⁴, antevisão clara das conferências pedagógicas.

Logicamente, o passo seguinte foi a publicação, em 3 de Setembro de 1847, de um projecto de regulamento para as escolas primárias do distrito, no qual Silvestre Ribeiro estabeleceu com clareza os princípios em que deviam assentar os programas, regulou a sequência dos exercícios escolares, definiu horários e um modelo de escrituração, sem esquecer as penas disciplinares¹⁵, submetendo-o depois a apreciação superior. E em 26 de Outubro de 1847, o CSIP, analisando as várias providências tomadas pelo governador civil, e não obstante conceder-lhe por esse mesmo motivo voto de louvor, manifesta-se contra o projecto de regulamento que lhe fora submetido, aconselhando o seu delegado a aguardar a publicação do regulamento geral de instrução primária¹⁶, o que em boa verdade só acontecerá em 1850¹⁷.

Mas fique desde logo o leitor certo do seguinte: mesmo depois de 1851, com o advento da política regeneradora, continuaremos a assistir a disfunções na administração pública. E com isto quero especificamente significar que os governadores civis não deixarão de conferir densidade própria à sua acção, conscientes como estavam do desfazamento existente entre a letra do Decreto de 20/9/1844, nomeadamente no capítulo da obrigatoriedade escolar, e as realidades educativas. Ouçamos com atenção António Vaz da Fonseca e Melo, governador civil do distrito de Leiria:

“Que receio há-de ter de multas aquele que não tem meios para as pagar? Qual é mesmo a autoridade que se atreve a tornar efectiva a sanção da Lei? Nenhuma. O que acontece é ficar a Lei esquecida e letra morta, habituando-se os povos à desobediência. Nações há, aonde militavam iguais inconvenientes, que substituíram já o princípio da coacção pelo da plena liberdade, e os resultados não desconceituaram a reforma, nem iludiram a expectativa. Se a minha opinião não foi sempre esta, estou hoje persuadido de que o ensino se não dilatará mais pelo simples facto de ser obrigatório.”¹⁸

¹¹ IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 3543, processo 174: documento s. p.; itálico meu.

¹² IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 3543, processo 174: documento s. p.

¹³ Decreto de 10/11/1845.

¹⁴ IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 3543, processo 174: documento s. p.

¹⁵ Cf. IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 3543, processo 174.

¹⁶ Cf. IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 3543, processo 174.

¹⁷ Refiro-me ao Decreto de 20 de Dezembro.

¹⁸ *Relatorios sobre o Estado da Administração Publica nos Districtos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856*: 195-196.

Creio ser oportuno dizer que os relatórios em questão, publicados pela Imprensa Nacional desde a segunda metade da década de 1850, constituem uma importante fonte para o conhecimento do estado da administração pública, designadamente no que concerne à aproximação estatística – eco da preocupação governativa em caracterizar o país, detectar áreas de intervenção urgente e, naturalmente, perceber os resultados dos esforços de uniformização em sectores decisivos da vida nacional (educação, saúde, justiça, segurança...). Impõe-se, no entanto, manter alguma distância crítica na sua análise, bastando para o efeito ter presente tratar-se de um acto administrativo que vincula um delegado do poder central a uma cadeia de comando. Quer isso significar que, amiudadas vezes, a narrativa traduz somente a visão “autorizada”.

Uma constatação interessante para a década seguinte é, aliás, a de que as diligências que são tomadas no sentido da centralização educativa do Estado (a entrada em funcionamento do ensino normal, em 1862, a classificação por parte do CSIP dos compêndios escolares, a realização das primeiras inspecções extraordinárias e a própria uniformização dos modelos e escrituração escolar) têm escassa tradução prática.

É neste ponto que julgo importante regressar aos relatórios dos governadores civis não apenas, tem de dizer-se, pelo lado do diagnóstico das dificuldades por que passava a instrução primária, mas também pelas medidas propostas para as superar.

Vejamos então como, em Setembro de 1867, o governador civil do Funchal, Jacinto António Perdigão, depois de proceder à visita de inspecção ordenada pela Portaria de 1/8/1866¹⁹, traça o panorama do estado da instrução popular no distrito administrativo a seu cargo, muito idêntico, de resto, ao definido pelos demais governadores:

“O número de escolas é insuficiente.

As casas onde elas se acham estabelecidas não têm nenhuma das condições precisas para servir ao destino a que estão sendo aplicadas.

A sua colocação não está subordinada, como aliás devia, ao pensamento de facilitar a frequência.

A mobília é miserável.

Os professores, salvas honrosas excepções, nem têm zelo, nem aptidão para o ensino.

O método empregado (se método se pode chamar) é tal que a inteligência do aluno permanece em completo repouso; porque nem se lhe pedem provas de que entendeu o que leu, nem se lhe explica o que de facto mostrar não haver compreendido.

Os livros empregados no ensino nem têm uniformidade, nem escolha.

A frequência é irregularíssima.

O aproveitamento dos alunos é em geral mesquinho.

Os pais não fornecem aos filhos os livros e utensílios de que estes carecem na escola.

O espírito dos habitantes do campo, na sua grande generalidade, recusa-se a reconhecer as vantagens de dar instrução aos filhos.

E a iniciativa e auxílio local em favor deste interesse é absolutamente nulo.”²⁰

A sua reflexão aponta contudo duas causas principais para a registada dificuldade em generalizar o ensino elementar: a incompetência dos professores e a indiferença das populações face àquilo que considera ser o “interesse social” da instrução.

No seu entender, o ensino primário estava assim num ponto – e o *Documento I*, não obstante os dados estatísticos nele apresentados merecerem alguma distanciação crítica²¹, situa por certo a avaliação do governador civil – que impunha medidas céleres e efectivas.

¹⁹ A portaria em causa determinava que os governadores civis visitassem, quanto antes, os distritos administrativos sob sua jurisdição no sentido de permitir ao governo, na base dos relatórios a elaborar por esses magistrados, atender “às necessidades da pública administração, as quais só podem ser exactamente conhecidas por meio da visita e da inspecção” (*Diário do Governo*, n.º 173, de 3/8/1866). Não apresentaram relatórios os governadores civis de Coimbra, Lisboa, Vila Real e Angra do Heroísmo.

²⁰ *Colecção dos Relatorios das Visitas feitas aos Districtos pelos respectivos Governadores Civis em virtude da Portaria de 1 de Agosto de 1866*, 1868: 37.

²¹ Não tanto pelos dados relativos à população geral e população em idade escolar, cuja referência é o Censo de 1864, mas muito mais pelo apuramento da frequência média dos alunos. Por exemplo, neste último caso, o governador civil do Funchal menciona o seguinte relativamente ao concelho de Santa Cruz: “A frequência geral daquelas escolas é portanto de 54 alunos, e como a população educanda do concelho deve ser de 1117 indivíduos, pois que tantos são os que correspondem à oitava parte da população geral, é evidente que a frequência representa apenas 1/20 da que de facto aí deveria haver”. *Colecção dos Relatorios das Visitas feitas aos Districtos pelos respectivos Governadores Civis em virtude da Portaria de 1 de Agosto de 1866*, 1868: 12.

Documento I

Situação do ensino primário no distrito administrativo do Funchal, em 1867, segundo os dados apresentados no relatório do governador civil, Jacinto António Perdigão.

Concelhos	População geral ²²	N.º total de escolas	N.º total de freguesias/n.º freguesias sem escola	Frequência média dos alunos	% da frequência dos alunos relativamente à população geral	% da frequência dos alunos relativamente à população em idade escolar ²³
Santa Ana	8430	4 (3 do sexo masculino)	5/2	127	1,5%	10,7%
Machico	8640	3 (2 do sexo masculino)	5/3	62	0,72%	5,2%
Ponta do Sol	15 507	6 (4 do sexo masculino)	6/2	158	0,98%	7,2%
Câmara de Lobos	11 162	4 (3 do sexo masculino)	5/2	139	1,2%	7,7%
Santa Cruz	8939	5 (4 do sexo masculino)	6/2	54	0,6%	4,8%
Calheta	12 285	3 (2 do sexo masculino)	7/5	98	0,8%	5,6%
S. Vicente	7537	4 (3 do sexo masculino)	3/0	113	1,5%	10,7%
Funchal	28 989	18 (9 do sexo masculino, onde se inclui 1 de adultos)	9/0	649	2,2%	15,7%
Porto Santo	1567	2 (1 do sexo masculino)	1/0	11	0,7%	-
Porto Moniz	5829	4 (3 do sexo masculino)	5/2	119	2%	15,7%

Fonte: Elaboração própria a partir da *Colecção dos Relatórios das Visitas feitas aos Districtos pelos respectivos Governadores Civis em virtude da Portaria de 1 de Agosto de 1866*, 1868.

E, feito o diagnóstico, a sua preocupação vai ao ponto de determinar, através de alvará de 16/8/1867, um conjunto de medidas visando a melhoria da instrução primária no distrito, medidas essas alicerçadas em comissões protectoras a criar nas freguesias onde existisse uma escola. O objectivo fundamental era “promover o aumento da frequência das escolas”, admitindo-se persuadir os “pais de família [...] das vantagens ligadas à instrução”, bem como adquirir, mediante subscrições, “livros elementares para uso dos alunos pobres”²⁴ – formulação a fazer lembrar as posteriores comissões promotoras de beneficência e ensino. Mas, estranhamente, a letra do citado alvará atribuía competências pedagógicas às comissões protectoras, podendo estas, por exemplo, avaliar o desempenho profissional dos docentes e, mesmo, exigir dos “alunos as provas práticas do seu adiantamento”²⁵.

Estamos efectivamente perante um desvio aos textos normativos – o que não deixa de ser relevante por conferir densidade própria à acção de Jacinto António Perdigão – e pela razão maior de a inúmeras vezes citada Reforma Geral da Instrução Pública de Costa Cabral (Decreto de 20/9/1844), regulamentada seis anos mais tarde e em vigor até finais da década de 1870²⁶, fixar que ao governador civil, delegado do CSIP, competia superintender a tudo o que dissesse respeito à instrução primária e secundária, exceptuando as “doutrinas e métodos de ensino”, atribuição dos comissários de estudos.

Não se pense, no entanto, tratar-se de um acto isolado, outros testemunhos apontam em idêntico sentido. É disso exemplo, ainda na década de 1860, a intervenção do governador civil de Viseu, D. José Manuel de Menezes de Alarcão. Considerando a instrução popular como “elemento primeiro da civilização e moralidade dos povos”, D. José de Alarcão revela-se intransigente quanto ao valor das escolas nocturnas, e pelos motivos que a seguir se expõem:

²² Creio ser este conceito coincidente com o de *população absoluta* no Censo de 1864, reportando-se assim ao número de habitantes de facto, isto é, “pessoas presentes mas também as estranhas ou transeuntes”. *Estatística de Portugal. População. Censo da população no 1º de Janeiro de 1864*: VIII.

²³ Devo dizer que o Decreto de 20/9/1844 considera em idade escolar as crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 15 anos, ao passo que o Censo de 1864 adopta como limite inferior os 6 anos.

²⁴ *Colecção dos Relatórios das Visitas feitas aos Districtos pelos respectivos Governadores Civis em virtude da Portaria de 1 de Agosto de 1866*, 1868: 38.

²⁵ *Colecção dos Relatórios das Visitas feitas aos Districtos pelos respectivos Governadores Civis em virtude da Portaria de 1 de Agosto de 1866*, 1868: 38.

²⁶ Não ignoro, obviamente, a existência da Reforma de 16 de Agosto de 1870, considero sim a sua efemeridade, pois o governo Saldanha a que pertenceu D. António da Costa, o autor do texto reformador, esteve somente dois meses no poder. Acresce dizer que todos os diplomas emanados desse mesmo governo, entre os quais se contava o que havia criado o Ministério da Instrução Pública, foram revogados em 27 de Dezembro de 1870. CARVALHO, 1996.

“A experiência de muitos anos e de toda a parte tem demonstrado que as escolas de dia, além de pouco frequentadas, são-no o mais irregularmente possível, tanto da parte dos alunos, porque só por excepção a elas concorrem nas duas lições diárias, principalmente nas povoações rurais, como da parte dos professores, que, mal retribuídos, cerceiam quanto podem nas horas do ensino para as aplicarem em outros misteres de que possam auferir meios de subsistência. Entendi portanto que muito aproveitaria a instrução aplicando-se duas horas das seis diárias ao ensino nocturno.”²⁷

Ora, o decreto que regulamentava a Reforma de Costa Cabral, datado de 20/12/1850, era bem explícito quanto ao tempo de duração das aulas (seis horas diárias, equitativamente distribuídas por dois turnos, um de manhã, outro de tarde). Previa-se, é certo, nas escolas rurais a possibilidade de os comissários de estudos alterarem os horários, “para mais cedo ou mais tarde, em todo o ano, ou em parte dele, conforme convier às ocupações dos alunos aplicados aos trabalhos agrícolas”²⁸, mas isso não admitia, certamente, a eventualidade de serem suprimidas horas a um turno, ou mesmo a sua eliminação por completo.

À medida porém que nos aproximamos do final da década de 1860, vários indicadores devolvem a ideia de ser necessário regular o ensino nocturno, particularmente no período posterior à publicação das instruções anexas à Portaria de 20/7/1866, nas quais, entre outras providências, se indicava aos governadores civis e comissários de estudos que, até à regulação do citado ensino, “promovessem em todas as localidades onde houvesse professores o estabelecimento *voluntário* das referidas escolas [nocturnas], convidando os professores públicos a prestarem esse serviço”²⁹. Veja-se como o problema é sentido pelo governador civil de Bragança, Henrique José Ferreira Lima, em Dezembro de 1866:

“O serviço das escolas nocturnas carece de ser regulado definitivamente, porque delas devem colher-se vantajosos resultados; estas escolas são mais frequentadas do que as diurnas, mas é certo que os professores não podem dar por dia três lições, como estão dando actualmente; alguns deles têm representado a conveniência de darem uma aula de dia e outra à noite, e que esta seja para crianças e adultos; convirá porém que o ensino das crianças seja feito promiscuamente com o dos adultos? É problema que não estou habilitado para resolver.”³⁰

O que de facto se instaura no decénio de 1860 é o “princípio de uma só aula diária”³¹, situação excepcionalmente consignada no Regulamento dos cursos nocturnos (Decreto de 28/11/1867), da autoria de Mártens Ferrão. Esse diploma autorizava os professores das escolas nocturnas, na circunstância de prolongarem as lições “por mais tempo do que o correspondente à gratificação”, a leccionar apenas um turno diário, com a duração de quatro horas³². Uma outra excepção legal se abria ainda, e na particularidade de os professores de ensino público não auferirem qualquer remuneração por ministrarem cursos nocturnos, ficando da mesma sorte dispensados, nos três dias semanais reservados a essas aulas, de um dos turnos diurnos³³.

Porém, no plano das realidades os desvios eram certamente muitos, a julgar pelas reiteradas tentativas governamentais (sobretudo através das Portarias de 14/7/1868 e de 17/5/1870) de pôr cobro ao mencionado “princípio de uma só aula diária”. E, segundo a letra da última portaria, assinada pelo Duque de Loulé, o que estava fundamentalmente em jogo (saliente-se desde logo num entendimento oposto ao manifestado pelo governador civil de Viseu, D. José de Alarcão) era assegurar que, nas povoações rurais com apenas uma única escola, não seria excluída da sua frequência grande parte dos alunos. Quer dizer, a existência de dois turnos diários permitiria, pelo menos no plano teórico, estabelecer igual número de turmas: uma de rapazes, outra de raparigas³⁴.

Ora, o que pretendo enfatizar com essa oposição (entre o teor do normativo e a perspectiva de D. José de Alarcão) é a crença, personificada na figura do governador civil, e não ignoro que o cargo em causa se encontrava muito dependente do carácter da pessoa que o exercia, de que o esforço reformador teria de passar por dinâmicas sociais já existentes.

²⁷ *Colecção dos Relatórios das Visitas feitas aos Districtos pelos respectivos Governadores Civis em virtude da Portaria de 1 de Agosto de 1866*: 2.

²⁸ Decreto de 20/12/1850, artigo 7.º, § 1.º

²⁹ Citado em FERNANDES, 1993: 121.

³⁰ *Colecção dos Relatórios das Visitas feitas aos Districtos pelos respectivos Governadores Civis em virtude da Portaria de 1 de Agosto de 1866*: 7.

³¹ Durante a visita de inspecção extraordinária de 1867, o inspector do 3.º círculo de Aveiro anulou autorizações que os professores tinham para “juntar as duas aulas diárias numa só”. DIAS, 1998: 132.

³² Decreto de 28/11/1867, artigo 6.º, § único.

³³ Cf. o Decreto de 28/11/1867.

³⁴ Cf. a Portaria de 17/5/1870.

2. A intervenção dos comissários de estudos

Se deslocarmos agora a nossa atenção para uma outra figura institucional com responsabilidades no universo escolar – o comissário de estudos³⁵ – constatamos que a sua intervenção, firmada nos anos de 1860, se distancia de alguma maneira da do governador civil, no sentido em que, regra geral, interpreta com menor desvio a função para a qual foi investido; e isto por duas ordens de razão fundamentais: em primeiro lugar, pelo facto de ser substancialmente mais específico o seu campo de actuação; depois, por se tratar, à semelhança do governador civil, de um delegado do CSIP de nomeação régia, menos susceptível de ser influenciado pelas elites locais, menos próximo também, tem de dizer-se, da vida das comunidades rurais. Faça notar que, por imperativo legal, o comissário dos estudos será o reitor do liceu da capital de distrito.

Os relatórios anualmente elaborados pelos comissários de estudos devolvem-nos uma imagem do estado da instrução pública consonante com aquela que, em páginas anteriores, nos deixaram alguns governadores civis. A esse respeito, é paradigmática a avaliação do comissário de estudos de Castelo Branco, Francisco António Rodrigues de Gusmão³⁶, no relatório referente ao ano lectivo de 1852-1853, nele elegendo a ignorância e a pobreza como principais causas que obstavam à generalização do ensino elementar. Escutemo-lo:

“Os pais de família indigentes não ousam dispensar seus filhos do serviço que lhes prestam em vários misteres; o tempo que gastassem nas escolas equivaleria a um desfalque nos seus interesses.

As vantagens da instrução primária são também mal apreciadas pelo povo rústico. É muito comum nas pessoas do campo ufanarem-se de não saber ler nem escrever, reputando estas prendas inúteis ou prejudiciais. Alguns pais há que não querem que seus filhos aprendam a ler e escrever, para que de futuro não sejam incomodados para regedores, juízes eleitos, jurados [...]

Estes meios coactivos [onde inclui, à luz do Decreto de 20/9/1844, a preferência de analfabetos para o recrutamento militar] podem reputar-se excelentes, porém são, entre nós, evidentemente injustos, porque não são os interessados que têm toda a culpa da sua profunda ignorância; grande parte da responsabilidade cabe sempre, mais ou menos directamente, à autoridade, a qual dispõe, ou pode dispor, dos meios necessários para conseguir que nenhum cidadão chegue aos quinze anos sem gozar do benefício da instrução primária.”³⁷

Francisco de Gusmão aponta depois um conjunto de medidas, em seu entender fundamentais para superar esse estado de coisas, designadamente conferir aos párocos das freguesias rurais a responsabilidade de ministrar o ensino, instalar as escolas em edifícios públicos e abrir, como diz, a escola normal de professores³⁸. Nítida é de resto a sua preocupação com a uniformização pedagógica, lamentando a inexistência em Portugal de um manual para os mestres, referenciando mesmo, no relatório do ano lectivo seguinte, a seminal obra de Pablo Montesino, *Manual para los Maestros de Escuelas de Parvulos*³⁹.

À semelhança do que referi para os relatórios dos governadores civis, a análise destes documentos impõe algum distanciamento crítico. Para se ter uma ideia, dos descritores utilizados nos relatórios dos primeiros anos da década de 1850⁴⁰, aquele que diz respeito aos métodos (leia-se, modos de ensino) apresenta, regra geral, resultados

³⁵ No essencial, as suas atribuições passavam por: visitar e inspecionar todas as escolas primárias e secundárias dos distritos, para avaliar o seu estado (Decreto de 20/9/1844, artigo 161.º, § 1.º); remeter ao CSIP um relatório sobre as ditas visitas de inspecção (idem); desempenhar a função de reitor nos liceus das capitais de distrito (idem); presidir aos exames de admissão à escola normal nos vários distritos administrativos, à excepção do de Lisboa (Decreto de 24/12/1845, artigo 30.º); autorizar a alteração de horários nas escolas rurais (Decreto 20/12/1850, artigo 7.º, § 1.º); conceder licenças para haver aulas nocturnas de adultos, no caso de ser impossível frequentá-las em outro horário (idem, artigo 7.º, § 2.º); informar o CSIP das faltas cometidas pelos professores (idem, artigo 8.º); assistir aos “exames gerais” de instrução primária (idem, artigo 15.º); presidir aos exames dos opositores às cadeiras de instrução primária (Decreto de 30/12/1850, artigo 6.º e Decreto de 30/10/1869, artigo 2.º); intimar os professores das escolas públicas a ensinarem regularmente o novo sistema de pesos e medidas (Portaria de 17/11/1859); fiscalizar tudo o que concernia ao Regulamento dos cursos nocturnos (Decreto de 28/11/1867, artigo 24.º). A figura do comissário de estudos será efemeramente extinta pela Reforma de D. António da Costa (Decreto de 16/8/1870, artigo 71.º), situação confirmada em definitivo com a Reforma de 2 de Maio de 1878, que consigna já a figura do inspector escolar.

³⁶ Doutorado em medicina pela Universidade de Coimbra, Francisco de Gusmão desempenhou também funções de delegado de saúde no distrito de Portalegre. Não surpreende assim que a sua actividade pedagógica se tenha centrado na temática da higiene infantil e escolar. NÓVOA, 2003.

³⁷ IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 3647-A: documento s. p.

³⁸ Cf. IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 3647-A.

³⁹ Cf. IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 3647-B.

⁴⁰ Eram as seguintes as categorias utilizadas: localização da escola, estado do edifício escolar, frequência dos alunos, número de alunos aprovados em exame final, nome do professor, qualidade e data do diploma, seu “merecimento”, método adoptado. IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 3647-A.

perfeitamente inconcebíveis para o período histórico em causa. Exemplifico: segundo a informação dos comissários de Faro, Portalegre, Braga, Aveiro e Angra do Heroísmo, no ano lectivo de 1852-1853 nenhum professor das escolas primárias desses distritos adoptava o modo individual⁴¹. Havia, por certo, a ideia de relatar superiormente uma realidade consentânea com a letra do Decreto de 20/12/1850, que prescrevia os modos simultâneo e misto.

Por outro lado, existiam também dificuldades na recolha e sistematização da informação, associadas ao facto, nota Francisco de Gusmão, de os comissários terem a obrigação de visitar as escolas duas vezes por ano⁴², algo impensável em seu entender, dadas as distâncias a percorrer e a módica remuneração do cargo⁴³. Mais, por essa mesma ordem de razão os relatórios baseavam-se predominantemente nos mapas estatísticos remetidos pelos professores aos comissários de estudos, mapas esses, não é difícil de adivinhar, com dados também eles pouco exactos.

As questões que tenho vindo a levantar são bem caracterizadas pelo comissário de estudos do Funchal, Marceliano Ribeiro de Mendonça. Eis o resultado da sua avaliação para o ano lectivo de 1853-1854, depois de ter visitado, tudo leva a crer, as escolas públicas do distrito:

“Quanto à divisão da escola em classes nenhum professor a tinha feito em harmonia com o disposto no artigo 30.º do decreto de 20 de Dezembro de 1850. Uns não ensinavam todas as matérias, outros ensinavam mais umas do que outras. A divisão das matérias pelo tempo lectivo era tão irregularmente feita, que umas vezes era o professor que se entretinha em trabalhos estranhos à escola, enquanto esta funcionava sob direcção dos decuriões; outras vezes era a maior parte da escola que estava a não fazer nada, enquanto o professor tomava lição aos decuriões [...] Assim, a falta de livros próprios e uniformes para os trabalhos de cada classe, tornava impossível a divisão da escola em classes; e a falta destas obstava a que o professor seguisse qualquer outro método, que não fosse o individual. Embora digam os professores, nos mapas de frequência remetidos para o Conselho Superior, que o método seguido nas respectivas escolas é o mútuo, ou o simultâneo, ou o misto de mútuo e simultâneo não os acredite o Conselho Superior. A falta de livros condenava-os a seguir, com raríssimas excepções, o método individual.”⁴⁴

Consciente, pois, da falta de “método” nas escolas, Marceliano de Mendonça opta, num primeiro momento, por criar uma associação de professores. Os objectivos eram suficientemente perceptíveis na circular que dirigiu a todos os docentes, publicada em 7 de Outubro de 1854 no *Semanário Oficial*. Assim, da dita associação deveria emergir um “pensamento colectivo mas uniforme, que presidindo ao ensino de todas as escolas” desse ao “método de cada professor autoridade”⁴⁵.

O mesmo número do *Semanário Oficial* dava à estampa um documento intitulado “projecto de uma associação de conferências sobre o ensino primário”, nele se definindo mais detalhadamente os fins pretendidos, e que passavam “pela discussão e escolha dos melhores métodos de leitura, escrita, cálculo, gramática, geografia, história, etc. a fim de que todos os sócios hajam de esclarecer-se e instruir-se mutuamente sobre os melhoramentos que mais convenha introduzir nas escolas de ensino primário”⁴⁶. Sabemos ainda que as conferências aconteceriam duas vezes por mês, que a quotização dos professores serviria para subscrever três prestigiados periódicos sobre instrução pública (em português, inglês e francês), e, por fim, que as directrizes emanadas das assembleias, caso não se opusessem a qualquer lei ou ao Regulamento do CSIP, seriam, mediante provimento do comissário de estudos, observadas nas escolas do distrito.

E é prosseguindo o objectivo de uniformizar a acção pedagógica que, num segundo momento, Marceliano de Mendonça estabelece um extenso e minucioso regulamento interno aplicável às escolas de ensino simultâneo, formalmente apresentado aos professores numa sessão solene realizada em 15 de Dezembro de 1855, a despeito do seu carácter provisório. Não é propósito meu deter-me no citado regulamento – sancionado de resto pelo Ministério do Reino (Portaria de 12/5/1856) – mas tão-somente ilustrar as motivações que presidiram à sua elaboração. E, verdade seja dita, o fundamental para o comissário de estudos era assegurar, por um lado, que se

⁴¹ Cf. IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 3647-A.

⁴² Apesar de várias diligências, não consegui localizar o normativo que determinava essa obrigação.

⁴³ Cf. IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 3647-A.

⁴⁴ IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 3647-C: 6-7.

⁴⁵ IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 3647-B: documento s. p.

⁴⁶ IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 3647-B: documento s. p. A proposta de Marceliano de Mendonça não parece ser animada por um traço mutualista, contrariamente ao sucedido com a Associação de Professores, de igual modo criada no ano de 1854 (os estatutos provisórios datam de Novembro). Nesse projecto estiveram envolvidas personalidades como Francisco Maria de Sousa Brandão e Luís Filipe Leite, entre outras. NÓVOA, 1987.

ensinassem “igualmente todas as matérias da instrução primária, sem prejuízo de nenhuma”, e, por outro, que os alunos não permanecessem “desocupados e ociosos parte considerável de cada sessão”⁴⁷. Sem embargo, é o próprio Marceliano de Mendonça a registar, no relatório anual de 1856-1857, a inconsequência de todo o seu esforço, acrescentando porém passar a superação do problema por uma inspecção efectiva⁴⁸.

Mas é durante os anos de 1860, período esse onde se regista um esforço político para generalizar o ensino elementar, e indiquei já algumas medidas reveladoras dessa intencionalidade, que a figura do comissário de estudos emerge decisivamente. Ilustra-o de forma perfeita Mariano Ghira, pelo interessante protagonismo à frente da comissão de estudos de Lisboa.

Para a cronologia considerada, Mariano Ghira será mesmo uma das personalidades com maior conhecimento de causa do panorama da instrução primária, sobretudo pelo facto de ter participado em todas as inspecções extraordinárias realizadas às escolas públicas e privadas (1863-1864, 1867 e 1875), tendo aliás produzido, na esfera da primeira visita, um longo e detalhado relatório. À semelhança de outros observadores citados em páginas anteriores, a proximidade das populações e do universo escolar levam-no a rejeitar o ensino obrigatório, no seu entender “inexequível e contrário à índole dos nossos costumes”⁴⁹.

O certo é que a partir de 1864 toda a intervenção do comissário de estudos de Lisboa se orienta para a regulação das escolas, divulgando então projectos de edifícios escolares⁵⁰, uniformizando modelos de escrituração e, não menos decisivo, dedicando especial atenção à formação dos docentes, consciente pois do isolamento intelectual em que estes viviam.

E é nesse sentido que promove, no ano lectivo de 1867-1868, depois de ter visitado a Exposição Universal de Paris (1867), as conferências pedagógicas de Lisboa. Importa todavia afirmar que tais assembleias de professores consubstanciam um desígnio da inspecção extraordinária de 1867⁵¹.

Há por certo em Mariano Ghira a assunção de ser possível regenerar socialmente o país através da escola; crença generalizada e que marca de resto, nos anos de 1860-1870, o início de um ciclo de “*optimismo reformador*”⁵².

E não deve ter sido outro o pensamento de Mariano Ghira quando, em 28 de Dezembro de 1867, no Liceu Nacional de Lisboa, perante uma plateia onde se encontravam personalidades como Luís Filipe Leite e D. António da Costa, abriu a primeira sessão de trabalhos das conferências pedagógicas.

Entendia assim o comissário de estudos e reitor do dito Liceu que “todos os que se achavam presentes, pela sua inteligência e pela prática, que tinham, das coisas do ensino, poderiam elucidar as questões, em que se houvesse de entrar, e apresentar bons alvitre, que mais tarde conjuntamente com as actas destas conferências, seriam levados ao conhecimento do governo [...]”

Deste modo o poder central se acharia habilitado com a opinião de homens técnicos para resolver muitas questões práticas do ensino.⁵³

Importa, por fim, referenciar outra iniciativa pensada pelo comissário Mariano Ghira no quadro da citada visita de estudo ao estrangeiro e regulada por Portaria de 31/12/1869. Falo do primeiro ensaio de escola graduada em Portugal⁵⁴. Diz, no entanto, muito dos meios disponibilizados e do alcance da experiência, a mesma portaria ordenar que na nova instituição – a Escola Central de Lisboa – se utilizassem mobílias e objectos provenientes da suprimida aula de ensino mútuo⁵⁵.

Considerações finais

Creio ter ficado clara a inconsistência (e inconsequência) do voluntarismo de alguns delegados do CSIP, mesmo no esforço de aproximação às realidades sociais das populações – o paradigma pode bem ser a situação do

⁴⁷ *Regulamento interno das escholhas d'ensino simultaneo do districto do Funchal*, 1855: 37.

⁴⁸ Cf. IAN/TT, *Ministério do Reino*, maço 3647-E.

⁴⁹ GHIRA, 1865: 259.

⁵⁰ SILVA, 2002, 2005.

⁵¹ Cf. a Portaria de 12/10/1866.

⁵² NÓVOA, 2005: 35.

⁵³ *Actas das Sessões das Conferencias Pedagogicas feitas no Lyceu Nacional de Lisboa*, 1868: 5.

⁵⁴ Estou obviamente a falar na esfera de influência do Estado, já que desde o ano de 1866 a escola graduada é ensaiada na Casa Pia de Lisboa. SILVA, 2008.

⁵⁵ Convém frisar que a Escola Central de Lisboa surge na sequência da extinção das escolas de ensino mútuo e do comissariado pelo método de Castilho. Cf. o Decreto de 14/12/1869.

distrito administrativo do Funchal, bastando ter presente às várias medidas equacionadas (e os resultados delas obtidos) entre 1847 e 1867.

A verdade é que no final dos anos de 1860 tudo se mostra ainda incerto, variável e arbitrário do ponto de vista da organização pedagógica – a “prática consuetudinária”, para adoptar uma expressão coeva, orienta a acção educativa da generalidade dos docentes. E aqui há seguramente correspondência com a débil intervenção do Estado na consolidação de um campo especializado de conhecimentos pedagógicos, sem o qual era impossível ordenar o universo educativo. Por outro lado, não era de todo em todo possível fazer emergir dinâmicas de inovação sem a formação do professorado. Não certamente por acaso, na origem dos primeiros cursos normais estão duas tentativas de renovação pedagógica (a introdução do ensino mútuo e os ensaios com o método de Castilho), apesar de claramente desenquadradas de uma política sistemática de apoio à divulgação de princípios inovadores.

Fontes e Bibliografia

a) Fontes Manuscritas

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT)

Ministério do Reino, maço 3543, processo 174.

Ministério do Reino, maços 3647-A, 3647-B, 3647-C e 3647-E.

b) Fontes Impressas

Actas das Sessões das Conferencias Pedagógicas feitas no Lyceu Nacional de Lisboa no Anno Lectivo de 1867 a 1868 sob a Presidencia de Mariano Ghira, Comissario dos Estudos do Districto e Reitor do Mencionado Lyceu, 1868, Lisboa: Imprensa de Júlio C. Pereira Coutinho.

Código Administrativo Portuguez de 18 de Março de 1842, 1854, Lisboa: Imprensa Nacional.

Colecção de Alguns Escriptos Administrativos do Governador Civil do Districto de Beja, o Sr. José Silvestre Ribeiro, no Anno de 1845, 1845, Lisboa: Typographia de Silva.

Colecção dos Escriptos Administrativos e Litterarios do Ill.mo e Ex.mo Snr. Joze Silvestre Ribeiro, do Conselho de S. M. F. Bacharel formado em Canones, Commendador da Ordem de Crist, Cavalleiro das Ordens da Conceição, e Torre e Espada, Governador Civil do Districto d'Angra do Heroísmo, 1843, Angra do Heroísmo: Imprensa do Governo.

Colecção dos Relatorios das Visitas feitas aos Districtos pelos respectivos Governadores Civis em virtude da Portaria de 1 de Agosto de 1866, 1868, Lisboa: Imprensa Nacional.

Estatistica de Portugal. População. Censo da População no 1º de Janeiro de 1864, 1868, Lisboa: Imprensa Nacional.

GHIRA, Mariano, 1865 – *Relatorio sobre a visita de inspecção ás escolas do districto de Lisboa feita no anno lectivo de 1863-1864*, Lisboa: Typographia Portuqueza.

Reformas do Ensino em Portugal, 1835-1869, Tomo I, Vol. I, 1989, Lisboa: Ministério da Educação/Secretaria-geral.

Reformas do Ensino em Portugal, 1870-1889, Tomo I, Vol. II, 1991, Lisboa: Ministério da Educação/Secretaria-geral.

Regulamento interno das escholâs d'ensino simultaneo do districto do Funchal, provisoriamente estabelecido por provimento do respectivo commissario dos estudos, 1855, Funchal: Typographia Nacional.

Relatorios sobre o Estado da Administração Publica nos Districtos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856, 1857, Lisboa: Imprensa Nacional.

c) Bibliografia

CARVALHO, Rómulo de, 1996 – *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2.ª edição.

DIAS, Luís Pereira, 1998 – *As outras Escolas. O Ensino Particular das Primeiras Letras entre 1859 e 1881*, Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (tese de mestrado).

FERNANDES, Rogério, 1993 – Marcos do Processo Histórico da Alfabetização de Adultos em Portugal, *Colóquio Educação e Sociedade*, 2, pp. 115-144.

NÓVOA, António, 1997 – *Le Temps des Professeurs*, Lisboa: INIC.

NÓVOA, António, 2003 (dir.) – *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto: Asa.

NÓVOA, António, 2005 – *Evidentemente, Histórias da Educação*, Porto: Asa.

SILVA, Carlos Manique da, 2002 – *Escolas belas ou espaços são? Uma análise histórica sobre a arquitectura escolar portuguesa (1860-1920)*, Lisboa: IIE.

SILVA, Carlos Manique da, 2005 – A ideia de “casa da escola” no século XIX português, *História*, 6, pp. 291-312.

SILVA, Carlos Manique da, 2008 – *Do modo de aprender e de ensinar: renovação pedagógica e cenários de experimentação da escola graduada (1834-1892)*, Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação (tese de doutoramento).

SILVEIRA, Luís da, 1997 – Estado liberal e centralização. Reexame de um tema. In Luís Nuno da Espinha Silveira (coord.). *Poder central, Poder Regional, Poder Local: uma perspectiva histórica* (pp. 63-84), Lisboa: Edições Cosmos.

TENGARRINHA, José Manuel (dir.), 2002 – *História do Governo Civil de Lisboa*, Lisboa: Governo Civil.

Maria Antonieta Cruz

Os recenseamentos eleitorais como fonte para o estudo das elites no decurso da Monarquia Constitucional: da Regeneração à República

R E S U M O

Este artigo pretende evidenciar o carácter incontornável das listas de Recenseamento Eleitoral para o estudo da História Política e da História Social. Analisa o suporte legislativo que lhes deu origem no período em análise, as condições da sua elaboração, as diversidades que encerra, fragilidades e méritos do conjunto documental. Referenciando, de forma exemplificativa, alguns resultados de trabalhos de investigação já realizados, tendo por base os Livros de Recenseamento Eleitoral, procura evidenciar as potencialidades desta fonte para o estudo das elites.

0. Introdução

O texto aqui publicado tem por base a lição apresentada no âmbito das provas de agregação que realizámos recentemente e insere-se no programa do seminário de Orientação História das Elites¹, na rubrica onde procuramos reflectir sobre as fontes mais frequentemente usadas para o estudo das elites² e analisar, complementarmente, algumas obras nas quais foi concretizada a sua utilização. Com referimos no Relatório Pedagógico-Científico, também apresentado nas referidas provas, a prevalência da abordagem da realidade nacional, que assumimos como objectivo predominante deste seminário, não implica que excluamos a observação da situação europeia que permitirá a essencial e desejável ponderação das diversas realidades nacionais.

Para o estudo da Monarquia Constitucional Portuguesa, em função da evolução do sistema representativo e das alterações introduzidas na legislação eleitoral, consideramos que deve ser feita a seguinte delimitação:

Primeiro período – *Da Implantação do Liberalismo à Regeneração*. Tempo de instabilidade, dominado pelas eleições indirectas com algumas dificuldades organizativas a deixarem marcas na disponibilidade documental.

Segundo período – *Da Regeneração à I República*. Fase de maturidade do sistema censitário-capacitário. As eleições jamais deixarão de ser directas, alargando-se ou retraíndo-se o sufrágio em função dos objectivos e opções doutrinárias das elites políticas que dominavam o corpo legislativo.³

Após a implantação da República, como é sabido, abre-se um novo ciclo eleitoral que, pese embora a permanência de enormes restrições ao direito de voto, retira das condições para a obtenção de capacidade eleitoral qualquer cláusula material. A este terceiro período de análise seguir-se-á a fase gerada pelo golpe de 28 de Maio de 1926, com óbvio reflexos na mudança de paradigma no que concerne ao sistema eleitoral. Por fim deve ser feita a observação em tempo de sufrágio universal.

Esta aula circunscreve-se ao segundo dos períodos indicados, isto é, ao tempo que decorre de 1850 a 1910. Como objectivos específicos desta unidade temática, poderemos referir:

¹ Aula integrada no *Seminário de Orientação – História das Elites* que faz parte do Mestrado de História Contemporânea.

² Uma referência circunstanciada às *Fontes* foi incluída no *Relatório pedagógico-científico* também apresentado no âmbito das provas de Agregação.

³ Sobre a ligação do articulado legislativo eleitoral, no que concerne à determinação do corpo eleitoral e os objectivos políticos que lhe estão subjacentes, elaborámos um estudo de caso (Porto, Gondomar e alguns concelhos da Região Demarcada do Douro) que deu origem um pequeno livro que aguarda publicação. CRUZ, no prelo.

1. Sensibilizar os alunos para a multiplicidade de fontes utilizáveis nos estudos das elites;
2. Familiarizar o aluno com alguns dos fundos documentais disponíveis;
3. Estimular a utilização complementar de documentação diversificada;
4. Analisar o “Estado da Arte”, através de obras que consubstanciam exemplos de utilização, parcial ou total, da fonte em análise.

Do Sumário da Aula faz parte:

1. Análise dos livros de Recenseamentos Eleitorais – origem e enquadramento histórico
2. Exame do conteúdo da fonte
3. Crítica da fonte
4. Apresentação exemplificativa de resultados de trabalhos de investigação já realizados, tendo por base os Livros de Recenseamento Eleitoral, o que evidenciará as potencialidades incontornáveis desta fonte para o estudo das elites
5. As fontes complementares – referência sucinta

1. Recenseamentos Eleitorais – origem e enquadramento histórico

Um dos princípios básicos do Liberalismo é, como é sabido, (a par do Princípio da Soberania Nacional e do Princípio da Independência dos Poderes: legislativo; executivo; judicial.)⁴ o Princípio da Representação, que se concretiza na delegação do exercício da soberania nos “representantes legalmente eleitos”. A igualdade absoluta é irrealizável, mas a prática da democracia compatibiliza-se com a teoria democrática através do Princípio da Representação desde que, como afirma Karl Mannheim (1893-1947), as regras sejam respeitadas e os eleitos sejam seleccionados e controlados regularmente pelos eleitores.

Como sublinha Dieter Nohlen “*Todo o debate sobre o princípio da representação... deve ter em conta, quer a relação com a teoria democrática, quer a situação histórica e sociopolítica específica na qual actua o sistema eleitoral*”⁵

Para concretizar este princípio, os cidadãos são chamados à participação na eleição dos seus representantes no Parlamento, sede primordial do poder legislativo. Fazer parte do corpo eleitoral exige o prévio recenseamento dos eleitores, assegurando-se, assim, que apenas é atribuído o direito de voto aos cidadãos considerados mais bem preparados para a assunção responsável da participação na vida política.

Como foi sublinhado por François Goguel, “l’étude des élections relève de l’histoire, de la géographie, de la sociologie e de la science politique”⁶.

Integradas num amplo conjunto documental⁷ resultante dos processos eleitorais⁸, as listas de recenseamento dos cidadãos com direito de voto, sobretudo em tempo de sufrágio limitado⁹, como ocorre na cronologia aqui consignada, constituem-se como uma fonte de grande interesse para a História Social¹⁰. Elas permitem atingir a estrutura da sociedade.

⁴ A separação de poderes é, ainda hoje, como refere Paulo Ferreira da Cunha, “... um grande, belo e imprescindível princípio constitucional. CUNHA, 2003, p.189.

⁵ NOHLEN, 2007, p.31.

⁶ GOGUEL, (Dir.), 1954, prefácio, p.X.

⁷ A Documentação Eleitoral é muito variada como se pode constatar, por exemplo, em: GOGUEL, (Dir.), 1954.

⁸ São muitos os trabalhos que utilizam documentação que faz parte dos processos eleitorais. Salientaremos apenas duas revistas com muitos artigos sobre elites: a *Ruralia* em espaço rural, e a *Revue de Histoire du XIXe. Siècle* com uma geografia mais alargada.

Como exemplo recente podemos citar: CHAMARD, “Conflit au village et politisation des campagnes au XIXe. Siècle: “Boisset-Saint-Priest (Loire), 1830-1892”, *Ruralia*, 2004-14.

Este artigo foi colocado on line em 1 de Janeiro de 2008.

⁹ A data de universalização do voto foi muito variável. Em França o sufrágio universal masculino ficou consignado pela primeira vez em 1848, no mesmo ano em que a Suíça o fez, mas muitos outros países apenas o introduziram no século XX. Do conjunto de países menos liberais na concessão de direito de voto fazem parte: a Noruega, que apenas adoptou um sufrágio mais alargado depois de 1897; a Suécia, que seguiu um regime censitário muito restritivo até 1907; a Holanda, que só alargará o eleitorado, através da introdução de medidas capacitárias ao lado das censitárias, a partir de 1896; a Bélgica, que manteve até 1892 um grupo de possuidores de direito de voto de cerca de 2% da sua população, quando em Portugal, na mesma data, os eleitores atingiam 18% a 19% dos portugueses.

Cf., FORNER, 1997; ALMEIDA, 1991, pp.205-215.

¹⁰ Ver, entre outros, por exemplo: VALLÉS e BOSCH, 1997. COX, e KATZ, 2002.

Em 1932 H. Contamine utilizava as Listas Eleitorais na sua tese *Metz et la Moselle, de 1814 à 1870*, e, duas décadas depois, surgia o estudo do departamento de Eure (*Le département de l'Eure sous la Monarchie constitutionnelle, 1814-1848*), obra de J. Vidalenc, igualmente tributária da informação contida na referida fonte.

Coube a Ernest Labrousse apresentar no Congresso Internacional das Ciências Históricas, em Roma, em 1955, a cabal demonstração da essencialidade desta fonte.¹¹ A sua importância será de novo ressaltada, em colóquio na Sorbonne, realizado em 1957 pelo grupo de *Estudo das Estruturas Sociais*, presidido por Georges Lefebvre.¹² Também André-Jean Tudesq acentuou, em artigo publicado em 1958,¹³ alguns dos aspectos mais relevantes das listas em que se inscreveram os detentores de capacidade eleitoral e se indicavam os possuidores de direito à elegibilidade, considerando estes róis um contributo imprescindível para a análise da sociedade. Desde então muitas pesquisas foram realizadas tendo por base os Recenseamentos Eleitorais, reforçando-se, assim, a evidência do carácter incontornável destas listas para o estudo da História Política e da História Social.

Geradas, no período em análise, pela inexistência de sufrágio universal, a sua organização corresponde à necessidade de arquitectar um corpo eleitoral e traduz-se na inventariação dos cidadãos aos quais era concedido o direito de voto, exigido para a necessária concretização do princípio da representação.

A concepção do sufrágio universal como ideal a atingir para a construção da plena cidadania foi um princípio de concretização adiada em função da real estrutura de poderes, tradutora das desigualdades efectivas que a sociedade liberal não extinguiu. Por outro lado, protelar a participação plena na vida política pode resultar, também, e usurpando aqui o título da obra de Hans Jonas,¹⁴ da assunção do “princípio da responsabilidade”.

Com efeito, por força do imperativo de qualificação do voto foram sendo introduzidos mecanismos de exclusão dos cidadãos considerados menos preparados para a responsabilidade de escolherem os caminhos de realização do bem comum, de contribuírem para a construção de um país mais justo, mais equitativo, mais feliz. Para Domenico Losurdo a limitação do sufrágio corresponde à ideia da multidão ‘criança’ a precisar de tutor.¹⁵

As opções políticas, traduzidas no normativo, retraíram ou ampliaram o corpo eleitoral condicionando-o, em exclusivo, ou em simultâneo, à comprovação de um *censo*, de uma *capacidade*, de uma *condição*. As eliminações, tantas vezes consignadas em função da salvaguarda de princípios positivos, não raro, como já referimos, traduzem a cautela do poder legislativo que, desta forma, procurava proteger o sentido de voto de influências que considerava nefastas.

Ao longo da Monarquia Constitucional foram muitas as reformas eleitorais com efeitos mais ou menos relevantes na constituição do corpo eleitoral, o qual, não raro, como já mencionámos, se procurou harmonizar com os objectivos políticos dos seus mentores. Dieter Nohlen afirma que “o sistema eleitoral mais adequado para um país é aquele que consegue cumprir empiricamente determinados objectivos ou exigências funcionais”¹⁶ e salienta a incidência dos “factores históricos, ou seja, socioestruturais e culturais... sobre os efeitos dos sistemas eleitorais”¹⁷ sublinhando, que “os legisladores, consoante o lugar e o tempo, professam ideias próprias e interesses específicos”, elementos que incidem sobre as opções.¹⁸

¹¹ A bibliografia francesa dos anos 1950 acerca das listas censitárias é abundante. Entre outras referiremos:

– AGULHON, 1959, pp.453-460;

– GONNET, 1961, pp.603-615.

Muitos outros autores usaram documentação eleitoral nas suas investigações: Louis Chevalier, André Armengaud, Philippe Vigier, Adeline Daumard, Claude-Isabelle Brelot, Jayme António Cardoso e em Portugal: Sandra Brito, José Arriscado, Maria Antonieta Cruz, Mariana Bernardo, Paulo Jorge Fernandes, Luís Lima, etc..

¹² LEFEBVRE, 1957, p. 99-105.

¹³ TUDESQ, 1958, pp.277-288.

Este autor utilizou em outros artigos as listas censitárias. Ver, por exemplo: TUDESQ, 1956, pp.25-52. TUDESQ, 1958, pp.531-541.

¹⁴ JONAS, 1990.

¹⁵ LOSURDO, 2004.

¹⁶ Cf. NOHLEN, 2007, p.13.

¹⁷ Cf. NOHLEN, 2007, p.13.

¹⁸ Cf. NOHLEN2007, p.13.

Para além das opções ideológicas, os corpos eleitorais foram, também, tributários das patologias do sistema, nomeadamente do *gerrymandering* ou *decoupage e malapportionment ou representação desigual*.

O percurso que decorre da implantação do liberalismo à adopção do sufrágio universal foi ondulando entre avanços relevantes, que no nosso país quase atingiam o sufrágio universal masculino em 1878, e retrocessos penalizantes, numa marcha que denuncia a controvérsia ideológica existente em torno da concessão do direito de voto. Laurent Le Gall afirma, sobre o alargamento do corpo eleitoral, que, ao quebrar-se o “equilíbrio censitário” a “dilação do direito de voto abre sobre o desconhecido; também a mobilização dos antigos privilegiados do direito de voto corre a par, nas comunas, à medida do medo que eles têm de não influenciar suficientemente os resultados”¹⁹.

Mais ou menos avançados, em função de vicissitudes várias, nenhum dos textos legislativos, ao longo deste período, colocou em causa a pertinência da restrição do sufrágio. Não foi considerado, senão excepcionalmente, que as limitações ao direito de voto pudessem comprometer o genuíno exercício da soberania. Estreitou-se o corpo eleitoral, no nosso como nos outros países do mundo liberal, em função da salvaguarda da competência cívica, procurando criar as condições exigíveis para que as decisões cruciais para o país fossem assumidas pelos mais responsáveis e qualificados portugueses²⁰. Os debates parlamentares em torno desta problemática são elucidativos dos diversos edifícios argumentativos que sustentaram os diferentes posicionamentos dos deputados.²¹

Importa sublinhar que os índices de participação eleitoral dos “cidadãos activos” era elevado no nosso, como em outros países do mundo liberal. Melvin Edelstein, por exemplo, estudou as eleições de 1790 no departamento (província) de Landes, muito longe de Paris, e verificou que 61% dos “cidadãos activos” participaram no processo. Este conjunto, de acordo com o autor, inclui grupos sociais muito diversificados “nomeadamente minorias de cultivadores”.²² Em Portugal, na segunda metade do século XIX, a percentagem de votantes ultrapassou sempre os 50% de eleitores. De assinalar que a participação foi maior na cidade do Porto que na de Lisboa. Nesta as percentagens ficavam aquém da média nacional, de acordo com os dados coligidos por Pedro Tavares de Almeida.²³

Nas longas discussões sobre a questão da natureza do voto, nas condições exigidas aos eleitores, censitárias e/ou capacitárias, jamais se ponderou, como é óbvio, a exclusão dos homens mais ricos e mais qualificados, do corpo eleitoral. A pertença da *Elite* a este grupo é, pois, constante ao longo de todo o constitucionalismo monárquico. A organização dos processos eleitorais assegura-nos um manancial informativo incontornável para o seu estudo. A relevância desta fonte justifica assim a nossa escolha.

Conhecidos os determinantes históricos que marcaram a elaboração dos *Livros de Recenseamento Eleitoral*, importa aludir aos textos legislativos fundamentais que orientam o processo no período em análise.

As condições exigidas para a formação do corpo de Eleitores variaram ao longo do período em análise. A legislação de 30 de Setembro de 1852 exigia uma idade mínima que foi, entre 1852/1867 de 25 anos²⁴. Depois de 1867, data da promulgação do Código Civil, muitas das comissões de recenseamento, frequentemente, apenas exigem a idade de 21 anos.²⁵ A par desta exigência imponha-se, ainda a comprovação da posse de uma renda líquida anual mínima de 100\$000 réis ou, em alternativa, as habilitações referidas nos artigos 7º e 8º²⁶. O artigo 9º enunciava a situações que determinavam a exclusão do direito de votar²⁷.

¹⁹ LE GALL, 2007. Tradução nossa.

²⁰ Os eleitores eram, muitas vezes, condicionados na sua opção de voto. François Lalliard refere que um “servidor zeloso do regime” francês para “facilitar” a votação do plebiscito em 1852 no cantão de Boissy-Saint-Léger distribuiu boletins “OUI” aos eleitores. 94,9% dos eleitores da comuna votaram SIM.

²¹ Ver, por exemplo: CRUZ, 2004, pp. 74-91.

²² EDELSTEIN, 2004.

²³ ALMEIDA, 1991, pp. 141-149.

²⁴ As excepções a esta regra geral estavam consignadas no § único do artigo 7º da referida lei. Assim podiam votar com apenas 21 anos: casados, oficiais do exército ou da armada, clérigos de ordens sacras, e os habilitados com os cursos que a lei enumerava.

²⁵ Há alguma divergência nos procedimentos das diversas comissões recenseadoras – alguns governos indicam a necessidade de aplicação da legislação eleitoral que ainda não consignava, especificamente, a coincidência entre maioridade e idade de obtenção de capacidade eleitoral.

²⁶ Os clérigos de ordens sacras e os possuidores das habilitações que a lei enumerava foram dispensados da prova de censo.

²⁷ Dos excluídos de votar, faziam parte “os creados de servir”, os libertos, os “falidos não rehabilitados” e os “interditos da administração dos seus bens”

Com a legislação de 8 de Maio de 1878 generaliza-se a exigência de 21 anos como idade mínima e, em simultâneo, a comprovação de uma renda líquida anual mínima de 100\$000 réis ou, em alternativa, a demonstração da capacidade de leitura e escrita ou a condição de chefe de família (artigo 1º). Os excluídos de votar são indicados no § único do artigo 1º.²⁸

Esta legislação alargou substancialmente o corpo eleitoral e, ao ruralizá-lo, reforçou a possibilidade de participação dos sectores mais conservadores da população portuguesa.²⁹ Novas circunstâncias políticas determinarão, em 1895, a restrição deste universo. Com efeito, a legislação de 28 de Março de 1895, mantendo a idade mínima exigida nos 21 anos (artigo 1º), baixando a colecta mínima anual para \$500 réis, apenas permitirá, em alternativa, o exercício da cidadania política aos portugueses que soubessem ler e escrever (nos. 1 e 2 do artigo 1º), e que eram, como é sabido, muito poucos. O artigo 2º encarregava-se de enunciar as situações que determinavam a exclusão de certos indivíduos do corpo eleitoral, espelhando um quadro de fundamentação das rejeições semelhante ao da legislação anterior.

Se a legislação eleitoral do Constitucionalismo português, apesar das variações já assinaladas, foi bastante restritiva na atribuição de capacidade eleitoral, as normas de selecção da representação parlamentar foram ainda mais discriminatórias confinando a elegibilidade a um número exíguo de “cidadãos activos”. Até 1910, com a excepção de alguns períodos muito curtos³⁰ não enquadráveis no período em análise, para poderem ser candidatos a um assento no órgão legislativo os homens deste país teriam de comprovar, para além da idade legal, a posse de um rendimento de 400\$000 réis.³¹

Concluindo, as Listas de Recenseamento Eleitoral no período da Monarquia Constitucional englobam apenas uma pequena parcela do corpo social – os homens, que constituem o grupo, mais ou menos amplo, que corresponde às disposições legislativas em vigor, e que é sempre um conjunto minoritário em relação ao total da população.³²

Apesar de as restrições enunciadas desvirtuarem o princípio da igualdade e agravarem a distribuição desigual do poder político, fazendo corresponder o corpo de eleitores e de elegíveis a uma parcela ínfima dos portugueses, em cuja composição se torna claro o maior peso dos recenseados em centros urbanos, nomeadamente das cidades de Porto e Lisboa, onde os níveis médios de riqueza comprovada eram mais elevados, asseguram que a eventual exclusão de elementos das elites do conjunto dos recenseados será apenas residual.

Da boa prática na elaboração do recenseamento de eleitores e elegíveis depende a legitimidade eleitoral.³³

– formalidades processuais, subjacentes à elaboração do rol de eleitores e elegíveis.

²⁸ São mantidas as exclusões da legislação de 1852 a que foi acrescentado este impedimento a “praças de pré”

²⁹ CRUZ, 1992, pp. 251-267.

³⁰ ALMEIDA, 1998: 723-731. (Da instauração do Liberalismo até às instruções de 7 de Agosto de 1826; do decreto de 8 de Outubro de 1836 à lei de 9 de Abril de 1838; e depois na I República que, logo em 1911, concede a elegibilidade a todos os eleitores que saibam ler e escrever.)

³¹ A legislação de 30 de Setembro de 1852 excluía no artigo 10º os não eleitores, os membros da Câmara dos Pares e os estrangeiros.

A legislação de 28 de Março de 1895 para além da enumeração de um grande número de profissionais inelegíveis, quase todos ligados à função pública, no artigo 4º consignava, ainda, no §1º do artigo 5º, a persistência da incompatibilidade durante os seis meses subsequentes ao momento de o funcionário ter deixado “de servir o cargo na sua circumscrição”. Porém a inelegibilidade prevista não abrange os funcionários cuja jurisdição “abrange todo o continente...” § 3º do mesmo artigo 5º.

O diploma estabelece, também, representação máxima para alguns profissionais (magistrados, funcionários do estado, médicos, advogados...) o que deve ser ponderado no estudo dos elegíveis deste período.

³² Exemplificando a relação recenseados/população total:

Portugal – 9,7% em 1870; 10,2% em 1874; 18,8% em 1890; 12% em 1910

Bélgica – cerca de 2% – 1848/1892

Itália – cerca de 2% – 1861/1880; 7% / 9% – 1881/191

Espanha – 2,6% – 1865; 24%/27% – 1868/1876 (sufrágio universal masculino);

4,5% / 5,7% – 1878/1889

Suécia – 5% / 8% – 1866/1906

Reino Unido – cerca de 3% – 1832/1866; 12,1% / 15,6% – 1884(5)/1917.

ALMEIDA, 1991, Quadro A.2, p.216.

ALMEIDA, 1998, pp. 205-212.

³³ O Recenseamento em Portugal, tal como na maioria dos países liberais, era facultativo. A obrigatoriedade é generalizada no decurso do século XX com algumas excepções pontuais (Alguns estados dos EUA mantêm o carácter facultativo)

A legislação eleitoral procurou salvaguardar o processo de eventuais falhas organizativas estabelecendo os trâmites processuais a cumprir pelas comissões recenseadoras e a calendarização dos mesmos.

Observemos, em primeiro lugar a Comissão Recenseadora.

Esta comissão, cuja composição realça o papel dos maiores contribuintes, era coadjuvada pelas autoridades administrativas locais e pelo pároco, este com um papel importante na confirmação da identidade dos cidadãos e das informações por estes fornecidas, pois que, como sublinha Laurence Coutrot, é frequente a dissonância entre a *Categoria Indígena*, que decorre do julgamento na primeira pessoa (“sou industrial de hotelaria”) e a *Categoria do Perito*, (“é taberneiro”). Esta não é o “simples espelho da primeira”.³⁴ A percepção do próprio, como refere Jean-Claude Perrot, é diferente da imagem social que gera.

A legislação que suportava a formação destas comissões foi, essencialmente, até 1884, o *Decreto de 30 de Setembro de 1852*, (Título V – *Da Formação das Comissões de Recenseamento*) que prescrevia que seriam constituídas em cada concelho ou bairro e compostas por 7 membros escolhidos pelos 40 maiores contribuintes do concelho ou do bairro. A eleição era anual e realizava-se na primeira quinzena de Janeiro. O escrutínio era por listas sendo atribuídos todos os lugares àquela que obtivesse $\frac{3}{4}$ dos votos. Quando a lista vencedora alcançava menos de $\frac{3}{4}$ dos votos ocupava 4 lugares ficando os restantes 3 para a lista derrotada.

Depois de 1884 – há apenas a ressaltar a introdução da alteração do método de eleição das comissões de recenseamento de Lisboa e Porto.³⁵

A informação disponibilizada para organização das listas de eleitores recenseados, é, sobretudo, regulamentada pela lei eleitoral de 30 de Setembro de 1852³⁶ e pela lei eleitoral de 23 de Setembro de 1859. Os elementos que permitiam a sua elaboração eram provenientes de organismos oficiais ou resultantes da vontade expressa dos eleitores. Assim, a comissão recenseadora baseava o seu trabalho:

- a) Nas Relações Fiscais dos Eleitores Censitários, elaboradas pelos Escrivães da Fazenda do Concelho ou do Bairro.
- b) Nas Listas de Funcionários Públicos recenseáveis, fornecidas pelos respectivos serviços.
- c) Requerimento do Próprio Interessado:
 1. mediante prova documental de capacidade censitária.
 2. comprovação de ser “Chefe de Família”
 3. demonstração de Alfabetização

2. *Análise do conteúdo da fonte*

No final do processo de recenseamento estavam elaboradas listas semelhantes à da figura 1.

No período em análise, as listas de eleitores e elegíveis contêm informações inestimáveis sobre os recenseados. À referência do **nome, morada, idade, profissão** e, em alguns casos, **habilitações académicas**, junta-se a valiosa menção dos diversos **tipos de rendimento**. O **direito à elegibilidade** para deputado e/ou para cargos administrativos e a indicação dos membros do grupo dos **40 maiores contribuintes** fazem, também, parte dos elementos que podem ser recolhidos nesta fonte.

³⁴ COUTROT, 2002, p.124.

³⁵ Com efeito, cada bairro destas duas cidades era dividido em cinco secções e, em cada uma destas, a assembleia dos 40 maiores contribuintes elegia cinco representantes em escrutínio de “lista incompleta”, votando cada um apenas num nome, salvaguardando-se, assim, a protecção das “minorias”. Os representantes elegiam os 7 membros da comissão recenseadora do bairro.

³⁶ Artigos 26º a 30º.

nome do eleitor

morada

idade

profissão

escolaridade (alguns anos)

rendimentos

direito à elegibilidade:

- para deputado

e/ou

- para cargos administrativos

- 40 maiores contribuintes

figura 1

3. Crítica da fonte

A utilização de qualquer documentação exige, como refere Pierre Salmon, um prévio esforço de medição rigorosa do valor do testemunho, edificando-se, assim, a crítica da sua autenticidade (crítica externa)³⁷ e credibilidade (crítica interna).

Neste sentido, urge apresentar aos mestrandos o elenco de *fragilidades e méritos* do conjunto documental a que temos vindo a aludir. Assim:

3.1. Do conjunto das Fragilidades salientamos:

- a) As decorrentes da inscrição automática e do recenseamento facultativo.
Na realidade, quando o recenseamento é facultativo ou quando a inscrição automática, por erro, atribui ao eleitor um montante de rendimento colectável inferior ao exigido por lei para a obtenção de capacidade eleitoral, este depara-se com um dilema: ao agir para que o seu nome seja incluído nas Listas Eleitorais, evidenciará um rendimento que passa a ser tributado; ao não o fazer, confrontar-se-á com a sua consciência cívica, com a sua vontade de ser cidadão activo.
- b) As relativas às omissões por negligência e exclusões de má fé.
Esta é uma fragilidade ultrapassável pela introdução de mecanismos de controlo da arbitrariedade, inseridos, no nosso país, sobretudo a partir de 1878, e que previam o recurso aos tribunais que frequentemente determinavam a inclusão de cidadãos que a comissão recenseadora afastara por inabilidade ou fraude. Em vários países a garantia do cumprimento da legislação eleitoral em vigor foi uma preocupação crescente e cada vez mais eficaz.³⁸

³⁷ Pierre SALMON, divide a **crítica externa ou crítica de autenticidade** em:

§ Crítica da proveniência

§ Crítica de reconstituição

E a **crítica interna ou crítica de credibilidade** em:

§ Crítica da interpretação

§ Crítica de competência

§ Crítica de veracidade

§ Crítica de rigor

§ Verificação dos testemunhos

SALMON, 1979, pp.107-180.

³⁸ Pouthas sublinha a ausência de qualquer garantia para o eleitor ilegitimamente afastado das listas no tempo de Villèle (1821/1828).

No tempo de Guizot (1840/1847) a preocupação com a omissão de eleitores levou à criação da sociedade "Aide-toi, le Ciel t'aidera" que determinou a inclusão, em poucas semanas, de 15.500 eleitores (23%) antes excluídos.

Pouthas 1961, p.10.

- c) As exclusões por incapacidades legais – o caso dos empregados públicos inamovíveis (1852/78). Não é relevante para o estudo das elites porque, na sua generalidade, tinham outros rendimentos, e/ou habilitações académicas que lhes permitiam, quase sempre, ultrapassar a limitação legal.
- d) A não coincidência entre domicílio político e residência do eleitor. Apesar de não se traduzir em qualquer inclusão ou exclusão indevidas, poderá revelar uma imagem distorcida dos respectivos espaços.
- e) A imperfeição da documentação fiscal: a fraude é incontornável e presente em toda a documentação semelhante.
- f) Muito característica da cronologia em análise, a múltipla actividade profissional, é uma dificuldade comum, a muitos outros documentos, em Portugal como em outros países, apenas ultrapassável pelo cruzamento de fontes.
- g) As mulheres são as grandes ausentes estando, no entanto, espelhadas, de certo modo, na situação dos maridos.
- h) É nos *Estudos Comparativistas* que a utilização desta documentação deve ser mais cautelosa, quer comparando espaços nacionais, quer, sobretudo, confrontando realidades internacionais. Nestes, é também de sublinhar a existência de especificidades processuais em alguns países que têm importantes implicações na utilização/utilidade da documentação eleitoral. Assim, por exemplo, os estudos das eleições na Grã-Bretanha, como refere François Goguel, não podem, como em Portugal ou em França, comparar pequenas “unidades territoriais” porque os votos são recenseados globalmente por circunscrição.³⁹

Mesmo circunscritos a Portugal nos estudos comparativos há que encarar cautelosamente:

- a) Os reflexos da ligação do modelo eleitoral ao sistema tributário na composição do corpo de eleitores – com relevância no nosso país –, visto que da segregação fiscal positiva ao longo do território nacional, que se traduzia em pagamento de impostos mais elevados aos residentes em terras mais desenvolvidas, resultava um afastamento político dos habitantes de territórios mais atrasados, determinado pela existência de censo uniforme para todo o território nacional⁴⁰.
- b) Também, até 28 de Março de 1895, as eventuais desigualdades introduzidas pela inclusão de impostos adicionais no cálculo do censo devem ser ponderadas nestes estudos.
- c) Finalmente, a dificuldade da análise comparativa de rendimentos, traduzidos, preponderantemente, através do pagamento de impostos. Estes eram aplicados:
 1. ou por *repartição* (exemplo – a contribuição predial) – em que o montante do imposto é previamente fixado e depois repartido, normalmente de forma proporcional, tendo em conta o rendimento ou a riqueza dos contribuintes.
 2. ou por *quotidade* (aplicada à contribuição predial urbana a partir de 1903 e à rural a partir de 1911) que consiste na aplicação de uma taxa à matéria colectável. Esta também variava ao longo do território nacional em função da ordem atribuída a cada espaço, classificação condicionada ao desenvolvimento demográfico e económico de cada unidade geográfica/administrativa considerada.

É importante sublinhar, ainda, que em alguns casos para se conhecer o rendimento total é necessário converter as diversas parcelas dos impostos pagos aplicando as respectivas taxas, que diferem de tributo para tributo.⁴¹

³⁹ GOGUEL, 1954, Prefácio.

⁴⁰ CRUZ, 1999, pp. 73-74.

⁴¹ Exemplificando:

Se a “Décima de impostos annexos de prédios rústicos e urbanos arrendados” for de 5%, um contribuinte que tenha inscrito nessa coluna um pagamento de 192\$000 terá um rendimento total 3.840\$000 (192 x 100 : 5 = 3. 840\$000).

3.2. Do elenco dos méritos dos Livros de Recenseamento Eleitoral constam:

- a) A Maior Uniformidade Informativa – na realidade, o edifício formal da sua preparação garante:
 1. Elaboração em simultâneo
 2. Bases de Elaboração iguais
 3. Directivas claras
 4. O mesmo agente de recolha da informação.
- b) Tradução mais rigorosa da distribuição profissional da população analisada que a permitida, por exemplo, pelas sucessões ou pelos Inventários *post-mortem*. Os Recenseamentos Eleitorais registam momentos diversos da vida dos eleitores, acompanham a sua vida activa; não fixam, como os documentos atrás referidos, o momento derradeiro em que podem ser consideráveis os casos de aposentação a indiciar um amplo espaço social de inactividade, inexistente na realidade. Com efeito, no século XIX, a promoção social permanecerá muito ligada à propriedade imobiliária e, por isso, muitos indivíduos se auto designam exclusivamente como proprietários, sobretudo no fim da vida.
- c) Importa sublinhar que é, claramente, menor a incidência das limitações da fonte no estudo das elites. As razões são várias. Assim:
 1. as elites não fogem significativamente ao recenseamento quando ele é facultativo porque querem participar, agir, determinar o futuro. Desejam ter visibilidade social. A participação nos actos políticos pode constituir-se como uma oportunidade de afirmação da diferença. Como afirma a Professora Adeline Daumard, que considera a sociedade burguesa como uma sociedade de elites, apostando na competência e nas capacidades individuais: *A originalidade da burguesia reside em sua convicção de que ela pode e deve moldar o futuro.*⁴²
 2. As incapacidades legais enunciadas atingem as elites apenas residualmente.
 3. Concomitantemente, as elites conhecem os mecanismos de acção judicial contra as omissões negligentes ou fraudulentas e dispõem das condições necessárias para a sua utilização.

Concluindo – As debilidades apontadas não excluem o imenso valor dos Recenseamentos Eleitorais para o estudos das Elites. A sua riqueza informativa não fica anulada pelas suas fragilidades que, diagnosticadas, acautelam o investigador para a sua rigorosa utilização. Como no uso de qualquer outro recurso documental de elaboração oficial, exige-se o prévio conhecimento do suporte legislativo que lhe deu origem, das condições de elaboração, das diversidades que encerra, das correlações existentes e dos seus reflexos.

Importa fazer uma referência à *Disponibilidade dos Livros de Recenseamento Eleitoral*.

Em Portugal, existem mais Livros de Recenseamento que em outros países,⁴³ e estão, quase sempre, guardados nos Arquivos Municipais. A circunstância de existir uma cópia de vários recenseamentos no Arquivo Histórico-Parlamentar – Assembleia da República, onde se encontram, também, os Cadernos de Descarga Eleitoral, permitirá, certamente, o alargamento deste estudo a grande parte do território nacional.

A nossa experiência no terreno tem-se confrontado com dificuldades mas, até agora, não nos deparámos com impossibilidades e são já vários os concelhos estudados: Porto, Viseu, Gondomar, Vila do Conde, Espinho e na RDD – os concelhos de Peso da Régua, Mesão Frio, Lamego, Vila Real e Santa Marta de Penaguião.

4. Fonte de utilização incontornável

Pensamos que os estudos políticos e sociais têm nos livros de Recenseamento Eleitoral uma fonte de utilização incontornável.

Já em 1958, Tudesq se referia às “listes électorales de la monarchie censitaire” como um dos “nouvelles sources de l’histoire sociale”⁴⁴ e Pouthas, em artigo publicado em 1961, consideraria esta fonte como incontornável.⁴⁵

⁴² DAUMARD, 1992, p.432.

⁴³ Em França, por exemplo, são frequentes as referências de historiadores à destruição de muitos livros de recenseamento eleitoral como papel velho, paralelamente com outros acidentes que determinaram o seu desaparecimento.

⁴⁴ TUDESQ, 1958, p.277.

⁴⁵ POUTHAS, 1961, pp.9-22.

A relevância da fonte para o estudo das Elites enquanto quadro, estático e dinâmico, numa parte essencial da sociedade parece-nos irrefutável.

Ela permite, ano a ano:

- uma análise numérica (números absolutos e relativos) e uma análise socioprofissional
- o estudo da distribuição dos *eleitores e dos elegíveis*, dos *maiores contribuintes*, dos *diversos grupos socioprofissionais*, dos detentores dos diferentes *escalões de rendimentos*, dos *diversos grupos etários* e, em alguns casos, das *habilitações académicas*.
- o cruzamento da informação, que é sempre possível e se traduz num manancial de pesquisa incomensurável.

É exequível a análise das diversas variáveis contidas nas listas eleitorais em quadros geográficos diversos: no País, Concelho a Concelho, Freguesia a Freguesia, ou mesmo Rua a Rua.

Para além da *descrição estática* é possível a *comparação, territorial e cronológica* e, como consequência, a panorâmica da evolução ocorrida num determinado espaço geográfico, num arco temporal determinado.

O cruzamento dos livros de recenseamento eleitoral com os cadernos de descarga, para além da análise política do exercício efectivo do direito de voto e da abstenção, permite:

- a) cartografar espaços geográficos de abstenção
- b) cartografar espaços socioprofissionais de abstenção
- c) cartografar espaços socioprofissionais de apoios partidários⁴⁶

Exemplificando, poder-se-á estudar:

- ***Proporção da Elite no Corpo Eleitoral.***
- ***Descrição e Evolução da Composição da Elite.***
- ***Repartição Geográfica dos Centros Administrativos, Judiciários, Universitários, Económicos, Militares ...***⁴⁷
- ***Distribuição dos Rendimentos Colectáveis no Espaço Social e no Espaço Geográfico Estudado:***
 - 1. Tipo e Classes de Rendimento.***
 - 2. Rendimento/Grupo Socioprofissional***
 - 3. Evolução dos Rendimentos de cada Grupo Socioprofissional***
 - 4. Peso absoluto e relativo dos vários componentes tributários no cálculo do censo (contribuição predial, contribuição industrial ...)***
- ***Elite Urbana/Elite Rural – Estudo Comparativo:***
 - 1. Grupos Socioprofissionais Predominantes em cada um dos Espaços***
 - 2. Evolução da Composição do Grupo num Determinado Período***
 - 3. Comparação de Rendimentos***

5. As fontes complementares

A utilização cruzada e simultânea de diversos documentos, mormente os notariais, que tratam apenas parcelas deste universo, pode adicionar um contributo apreciável ao aprofundamento da investigação, pois permite controlar, afinar, precisar, algumas informações que os Recenseamentos Eleitorais fornecem. Isto é, completa a crítica de credibilidade da fonte Recenseamentos Eleitorais, ao comparar a informação nela contida com outros testemunhos respeitantes aos mesmos sujeitos sociais.⁴⁸

⁴⁶Cruz, 1997, pp.173-188.

⁴⁷ Apenas um entre muitos outros exemplos:

FAÛRE, 1979, pp.113-130.

Publicado, também, em: CROSSICK, e CHAUPY, (Eds.), 1984, pp.155-174. (*The grocery trade in nineteenth-century Paris: a fragmented corporation*)

Como o próprio autor afirma, o mundo de “l’épicerie était un monde contrasté”. Faure realizou o seu estudo utilizando vários tipos de documentos entre os quais as listas eleitorais censitárias.

⁴⁸ Esta tarefa constitui aquela que é referida por Pierre Salmon como “A verificação dos testemunhos”

SALMON, 1979, p.132.

Numa referência, necessariamente sumária, às fontes que podem permitir ultrapassar as limitações das listas eleitorais e às fontes alternativas que permitem a sua verificação, salientaremos⁴⁹:

Afinação da informação⁵⁰:

- a) Relativa à *Profissão* e à sua evolução ao longo do tempo de vida:
 - registos notariais diversos;
 - a multiplicação da análise dos recenseamentos eleitorais em datas diferentes;
 - inventários post-mortem (que nomeadamente permitem avaliar comparativamente fortuna e rendimentos);
 - Imposto Sucessório – as limitações desta fonte resultam das amplas isenções em Portugal. De facto, grande parte do património legado não se constitui como massa tributária, visto que a transmissão se faz num espaço parental de isenção, nomeadamente entre pais e filhos.
 - Almanagues
- b) No que concerne às *Habilitações*
 - processos de alunos em escolas e na Universidade
 - registos de associações, clubes, e outras organizações privadas e públicas.
- c) Acerca da *Origem familiar/ estatuto social*
 - inventários post-mortem
 - registos paroquiais
 - registos notariais
 - jornais
 - listas de membros de associações, clubes, e outras organizações privadas e públicas.

A concluir importa apresentar exemplos de resultados obtidos em estudos de casos.

São frutos de um trabalho de anos e fazem parte de um projecto amplo de análise social de espaços com intensas relações ao longo do tempo e com fortes e visíveis sinais de articulação entre as suas elites. Espaços com elementos que os juntam para além das fronteiras que os dividem: Porto/Vila Nova de Gaia e Porto/Região Demarcada do Douro ligados pela produção e comercialização do Vinho do Porto; Porto/Gondomar reunidos pela indústria do ouro e da prata.

De sublinhar que a exemplificação traduz parcelas de informação que conjugadas permitem uma análise muito profunda da população em observação. A fonte é riquíssima e os frutos do seu estudo serão essencialmente limitados pela capacidade de lhe formular perguntas.

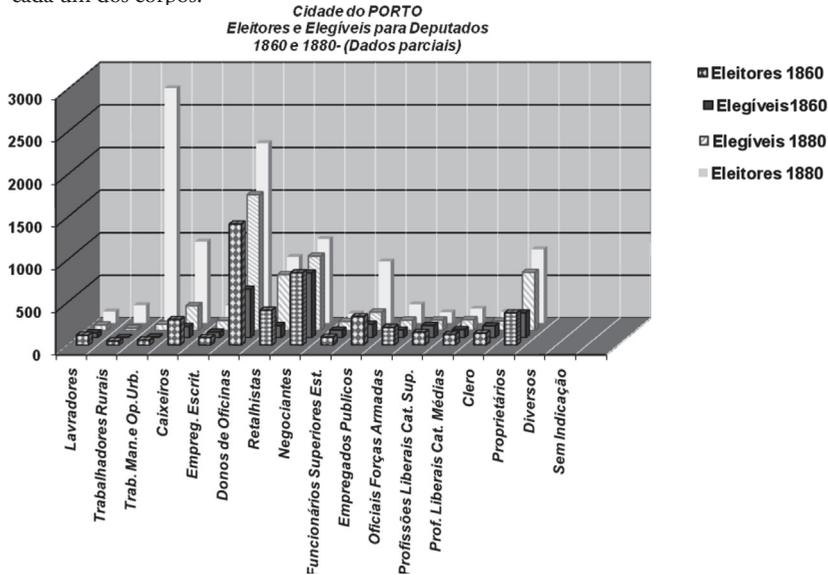
⁴⁹ Em vários trabalhos por nós realizados fizemos uso das fontes aqui indicadas.

⁵⁰ Importa sublinhar que à exposição da docente serão adicionadas actividades de grupo que completarão as tarefas exigidas ao cumprimento dos objectivos específicos da unidade temática, já referidos.

EXEMPLO I

O Gráfico permite:

- Análise da composição profissional do corpo de eleitores e do corpo de elegíveis pertencentes a um determinado espaço geográfico.
- A sua observação diacrónica.
- O estudo das consequências das alterações legislativas na composição qualitativa e quantitativa de cada um dos corpos.

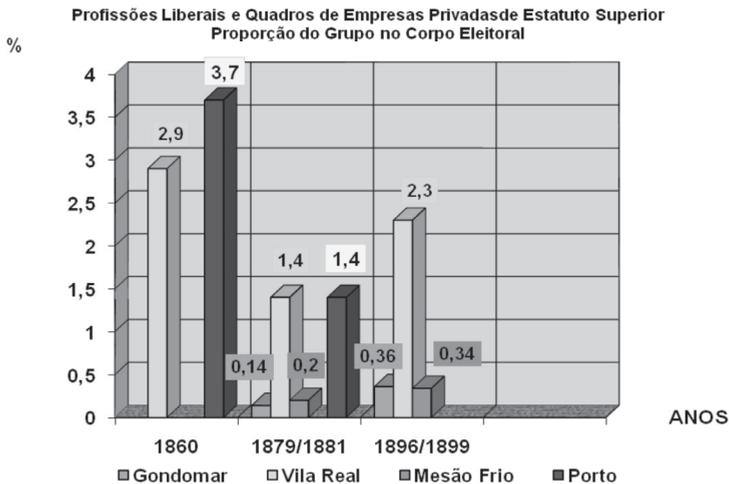


NOTA – Na categoria “Oficiais das Forças Armadas” foram considerados os oficiais gerais, superiores e subalternos.

EXEMPLO II

O Gráfico permite:

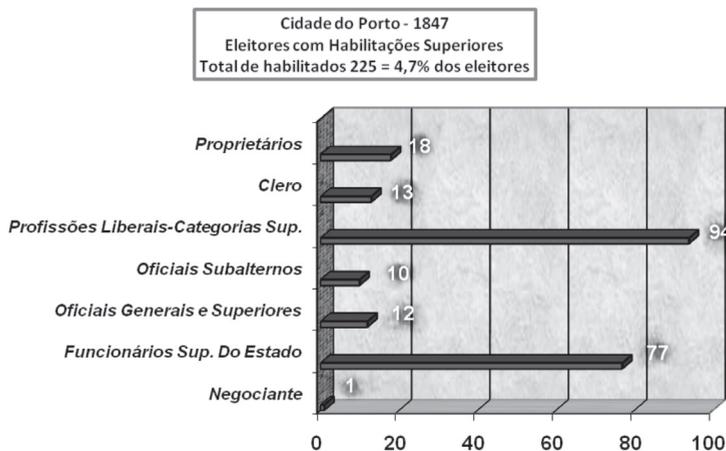
- O estudo da representatividade das Profissões Liberais e Quadros de Empresas Privadas de Estatuto Superior em espaço urbano e em espaço rural.
- A sua observação diacrónica.



EXEMPLO III

O Gráfico permite:

– O estudo das profissões dos eleitores que possuíam habilitações superiores.



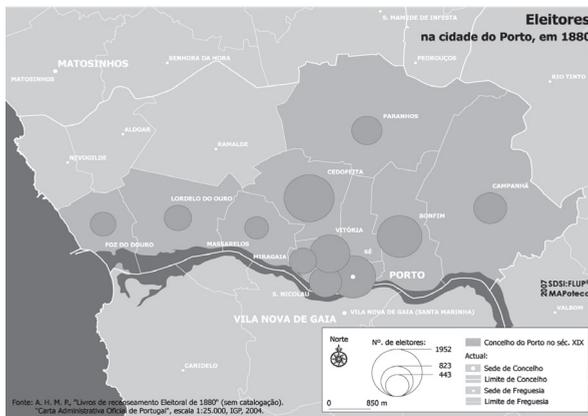
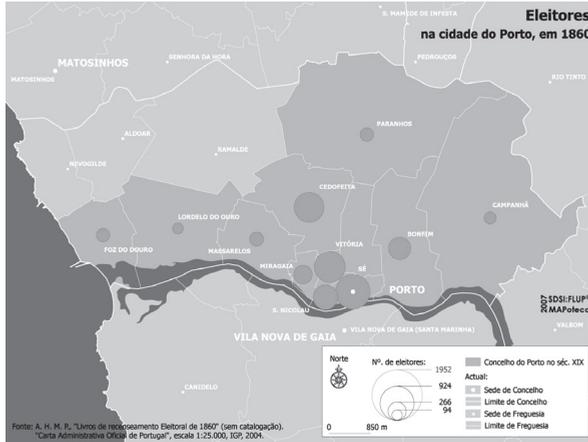
EXEMPLO IV

O Quadro permite:

– A análise comparativa de rendimentos de altos quadros dos sectores público e privado e a confrontação da sua evolução num determinado arco temporal.

Rendimentos - Cidade do Porto

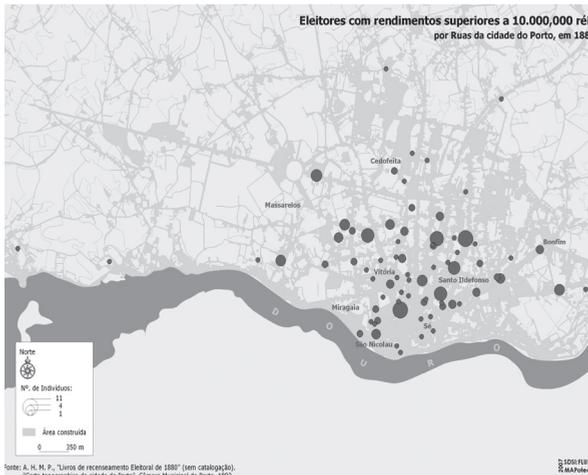
Rendimentos (em réis)	Funcionários Superiores do Estado						Profissionais Liberais Categorias Superiores					
	1847		1860		1880		1847		1860		1880	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Desc./Inferior R Mínimo	-	-	2	2,1	11	9,9	-	-	38	25,2	24	19,2
R = 100\$000	1	1,0	-	2,1	-	9,9	2	1,5	-	25,2	-	19,2
100\$ <R = 200\$	1	2,0	-	2,1	-	9,9	19	15,2	7	29,8	2	20,8
200\$ <R = 400\$	16	17,8	12	14,9	11	19,8	51	52,2	27	47,7	1	21,6
400\$ <R = 800\$	27	44,6	24	40,4	18	36,0	39	80,4	34	70,2	13	32,0
800\$ <R = 1.000\$	8	52,5	14	55,3	14	48,6	6	84,8	11	77,5	9	39,2
1.000\$ <R = 2.000\$	36	88,1	24	80,9	25	71,2	18	97,8	18	89,4	26	60,0
2.000\$ <R = 4.000\$	12	100	12	93,6	19	88,3	3	100	15	99,3	24	79,2
4.000\$ <R = 6.000\$	-	-	5	98,9	7	94,5	-	-	1	100	19	94,4
6.000\$ <R = 8.000\$	-	-	-	98,9	5	99,1	-	-	-	-	1	95,2
8.000\$ <R = 10.000\$	-	-	-	98,9	-	99,1	-	-	-	-	3	97,6
10.000\$ <R = 20.000\$	-	-	1	100	-	99,1	-	-	-	-	2	99,2
20.000\$ <R = 40.000\$	-	-	-	-	1	100	138	-	-	-	1	100
Totais	101		94		111				151		125	



EXEMPLO VII

O Mapa permite:

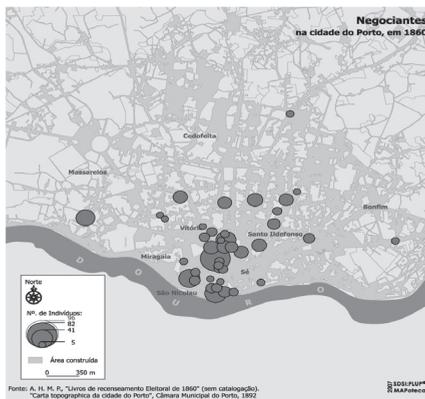
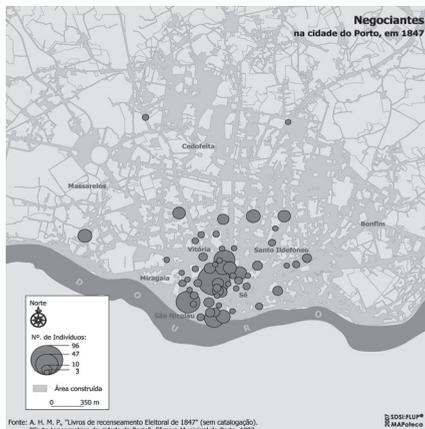
– Cartografar as ruas da cidade onde é maior a concentração de altos rendimentos.



EXEMPLO VIII

Os Mapas permitem:

- A análise da distribuição geográfica de um determinado grupo de eleitores, no exemplo ruas ocupadas pelos negociantes, e a sua evolução num período estabelecido.



A amostragem parece não deixar margem para dúvidas: os recenseamentos eleitorais constituem-se como uma fonte incontornável para os estudos de História, mormente para o estudo das ELITES.

Uma das grandes riquezas das Listas de Recenseamento Eleitoral radica na amplitude da população nelas incluída. Se é certo que em contexto de regime eleitoral censitário e/ou capacitário, não é o total da fortuna que permite a um homem ser considerado eleitor, mas sim a fortuna tributada, e que a informação que se pode retirar das listas de recenseamento eleitoral é tanto mais próxima da realidade quanto maior for a equidade fiscal dessa sociedade, é igualmente inequívoco que as exclusões incidem sobretudo nas categorias inferiores do eleitorado e são residuais no âmbito das elites. Porém as elites não são compostas apenas pelos notáveis da riqueza. Elas incluem, também, as profissões prestigiadas cujo exercício se adequa à satisfação das necessidades e expectativas da comunidade, os possuidores de relevância intelectual/cultural, a par da permanência de notabilidade gerada pela pertença a uma família prestigiada, patenteando de forma evidente a continuidade de notoriedade ligada à tradição.

Estas notabilidades são, também, em grande medida, identificáveis nas listas de recenseamento eleitoral, elaboradas no quadro de uma legislação que consignou um conjunto diversificado de factores determinantes do direito de voto.

Como afirma Pouthas, “Il ne faut certes pas penser que les listes électorales suffisent à constituer la documentation sociale et puissent dispenser d’avoir recours aux autres sources. Mais je mets en fait qu’outre leur valeur propre, elles permettent au moins un “débrouillage” rapide et une définition, mieux que sommaire, des structures de la bourgeoisie censitaire.”⁵¹ ... e é neste quadro social, sem dúvida, que se encontra a Elite. Para o seu estudo, as listas de recenseamento eleitoral são, a nosso ver, um importante ponto de partida.

BIBLIOGRAFIA

- AGULHON, Maurice, 1959 – *Les sources statistiques de l’histoire des notables au début du XIXe. Siècle dans les archives d’un département: le Var*. “Actes du LXXXIVe. Congrès des Sociétés savantes”, pp.453-460;
- ALMEIDA, Pedro Tavares de, 1985 – Comportamentos Eleitorais em Lisboa (1878-1910). “Análise Social”, Lisboa, vol. XXI (85), pp. 111-152.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de, 1991- Eleições e caciquismo, Lisboa, Difel.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de (Org. e intr.), 1998 – A Legislação Eleitoral Portuguesa – 1820/1926, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ALMEIDA, Pedro Tavares; PINTO, António Costa; BORMEIO, Nancy (Orgs), 2006 – *Quem Governa a Europa do Sul?*, Lisboa, ICS⁵².
- ANDRÉ, Isabel Margarida, 1984 – *O poder local: eleições, eleitos, e gestão municipal – contributo para a geografia do poder local em Portugal*, Lisboa, FLUL.
- ANNINO, Antonio (Dir.), 1995 – *Historia de las Elecciones en Iberoamerica, Siglo XIX: de la Formacion del Espacio Politico Nacional*, EUA, Fondo de Cultura Economica.
- ARRISCADO, José Augusto P. Viana, 1999 – *Protagonistas e Formas de Poder na Sociedade Vianense da Segunda Metade do século XIX*, dissertação de mestrado, Porto, FLUP.
- ARTOLA, Miguel, 2005 – *Constitucionalismo en la Historia*, Barcelona, Crítica.
- ÁVILA, E. Cabezas, 2000 – “*Los de Siempre*”, *Poder, Familia e Ciudad – Ávila, 1875/1923*, Madrid, Siglo XXI, pp. 191-213.
- BERNARDO, Maria Ana Rodrigues, 1992 *Sociabilidade e Práticas de Distinção em Évora na Segunda Metade do Século XIX – O Círculo Evorense*, Évora, Provas de capacidade científica e aptidão pedagógica apresentadas na Universidade de Évora.
- BERNARDO, Maria Ana, 2002 – *A Dinâmica dos Recenseamentos Eleitorais no Final da Monarquia e na I República*. Penélope, Lisboa, n.º 27, Celta, pp. 93-124.
- BEST, Heinrich; COTTA, Heinrich (Eds.), 2000 – *Parliamentary Representatives in Europe- 1848/2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*, Oxford, Oxford University Press⁵³.
- BEST, Heinrich; COTTA, Heinrich (Eds.), 2007 – *Democratic Representation in Europe . Diversity, Change and Convergence*, Oxford, Oxford University Press.
- BOGDANOR, Vernon e BUTLER, David (Dir.), 1983 – *Democracy and Elections. Electoral Systems and Their Political Consequences*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BOM, Frédéric, 1978 – *Les élections en France – Histoire et sociologie*, Paris, Seuil.
- BOTELLA, Juan, 1997 - *L’élite gouvernementale espagnole*, in *Le Recrutement des elites en Europe*, Dir., SULEIMAN, Ezra N. e MENDRAS, Henry, Paris, La Decouvert, pp. 181-191.

⁵¹ POUTHAS, 1961, p.20

⁵² Os mesmos autores publicaram em 2003: *Who Governs Southern Europe? Regime Change and Ministerial Recruitment, 1850-2000*, Londres, Frank Cass, 2003.

⁵³ É incluído nesta obra um trabalho sobre Portugal: MAGONE, José M., “Political Recruitment and Elite Transformation in Modern Portugal, 1870-1999: The Late Arrival of Mass Representation”, pp. 341-370.

- BRELOT, Claude-Isabelle, 1992 – *La Noblesse Reinventée – Nobles de Franche – Comté de 1814-1870*, Paris, Les Annales Littéraires de l'Université de Besançon.⁵⁴
- BRITO, Sandra Cristina Pereira de Brito, 2004 – *Clube Fenianos Portugueses – Um Projecto de Civilização, Uma Busca de Projecção*, tese de mestrado, Porto, FLUP.
- CADART, Jacques, 1948 – *Régime Électoral et Régime Parlementaire en Grande Bretagne*, Paris, Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- CÂNDIDO, António, 1878-1881 – *Princípios e Questões de Philosophia Política*, vol. I, “Condições Científicas do Direito de Suffrágio”, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CARDOSO, Jayme Antonio, 1974 – *A População votante de Curitiba – 1853/1881*, dissertação de mestrado, Curitiba.
- CARDOSO, Jayme Antonio, 1978 – *Essai d'utilisation des listes électorales dans l'étude de la population du Paraná (Brésil) ver 1870*, Paris, EHESS.
- Censo Eleitoral da Metrópole*, 1916 – Lisboa, Imprensa Nacional.
- COELHO, Trindade, 1908 *Manual Político do Cidadão Português*, 2.^a edição, Porto, Empresa Litteraria e Typographica.
- COUTROT, Laurence, 2002 – *Les catégories socioprofessionnelles: changement des conditions, permanence des positions?*. “Sociétés Contemporaines”, nos.45-46, Paris, Iresco/CNRS – l'Harmattan.
- COX, Gary e KATZ, Jonathan, 2002 – *Elbridge Gerry's Salamander. The Electoral Consequences of the Reapportionment Revolution*, Cambridge, CUP.
- CROSSICK, G. e CHAUPY, H.C. (Eds.), 1984 – *Shopkeepers and Masters artisans in nineteenth-century Europe*, Londres e Nova Iorque, Methuen.
- CRUZ, Ana Margarida da Costa, 2006 – *A Elite de Poder de Santarém nas primeiras décadas do Regime Liberal (1834-1865)*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- CRUZ, Jesús, 2000 – *Los Notables de Madrid – Las Bases Sociales de la Revolución Liberal Española*, Madrid, Alianza Editorial.
- CRUZ, Manuel Braga da (coord.), 1998 – *Sistemas Eleitorais: o debate científico*, Lisboa, ICS.
- CRUZ, Maria Antonieta, 1992 – *Impacto da Legislação Eleitoral Fontista de 1878 no Distrito do Porto*. “Revista da Faculdade de Letras – História”, Porto, F.L.U.P., vol. IX, pp. 251-267.
- Cruz, Maria Antonieta, 1997 – *Os Eleitores de Rodrigues de Freitas em 1871 e 1878*. “Actas do Colóquio – Rodrigues de Freitas – A Obra e os Contextos” Porto, CLC-FLUP, pp.173-188.
- CRUZ, Maria Antonieta, 1999 – *Os Burgueses do Porto na Segunda Metade do Século XIX*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida.
- CRUZ, Maria Antonieta, 2004 – *Direitos Humanos – Uma Utopia em Construção*, in “Estilhaços de Sonhos: Espaços de Utopia”, orgs., VIEIRA, Fátima e CASTILHO, Maria Teresa Vila Nova de Famalicão, Edições Quasi.
- CRUZ, Maria Antonieta, 2006 – *Elite Política Local de Vila Real: da Regeneração ao Estado Novo*, in “Douro Contemporâneo – Actas do Encontro realizado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto”, Coord, PEREIRA, Gaspar Martins; LEAL, Paula Montes, Porto, GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, pp.111-132.
- CRUZ, Maria Antonieta, 2007 – *Eleições no Porto e em Gondomar: da Monarquia para a República – um estudo comparativo*. “Revista da Faculdade de Letras – História”, Porto, F.L.U.P., III série, vol. VIII, pp. 459-479.
- CRUZ, Maria Antonieta, No prelo. *Legislação Eleitoral e Objectivos Políticos – Da Regeneração à República*.
- CUNHA, Paulo Ferreira, 2003 – *Política Mínima*, Coimbra, Almedina.
- DAUMARD, Adeline (Dir.), 1973 – *Les Fortunes Françaises au XIXe. Siècle*, Paris, Mouton, “I Partie – Problèmes généraux et synthèse des résultats”, pp. 62-177).
- DAUMARD, Adeline, 1992 – *Os Burgueses e a Burguesia na França*, S. Paulo, Martins Fontes, p.432.
- DAUMARD, Adeline, 1996 – *La bourgeoisie parisienne de 1815 à 1848*,⁵⁵ Paris, Albin Michel.
- DÉLOYE, Yves, 2002 – *Socialisation religieuse et comportement électoral en France. L'affaire des “catéchisme augmentés” (19e.-20e. siècles)*. “Revue Française de Sciences Politiques”, Paris, Presses de Sciences Po, vol. 52, n.º 2/3, pp. 179-199.
- DOGAN, Mattei e HIGLEY, John (eds.), 1998 – *Elites, crises and the Origins of Regimes*, Lanham, Rowman & Littlefield.
- EDELSTEIN, Melvin, 2004 – *Participation et sociologie électorales dans de département des Landes en 1790*. “Annales Historiques de la Révolution Française”, Paris, Belin, n.º 316, (colocado on line em 16 de Abril de 2004).
- FAURE, Alain, 1979 – *L'épicerie parisienne au XIXe siècle ou la corporation éclatée*, “Mouvement Social”, Paris, Éditions de l'Atelier, n.º 108, pp. 113-130.
- FAUSTINO, Carla Sofia, 1997 – *A Elite Política de Arraiolos – 1890/1918*, policopiado, dissertação de mestrado – Lisboa, ISCTE.
- FERNANDES, Paulo Jorge Azevedo, 1997 – *As faces de Proteu: elites urbanas e poder municipal em Lisboa de finais do século XVIII a 1851*, Lisboa, tese de mestrado, UNL.
- FONSECA, Helder Adegas, 1996 – *O Alentejo no século XIX, economia e atitudes económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- FONSECA, Helder Adegas, 2004 – *O Perfil da 'Elite Censitária' no Sul de Portugal: Alentejo, século XIX*, in “Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no século XIX”, org. VIEIRA, Benedicta Maria Duque, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, pp. 27-51.⁵⁶
- FORNER, Salvador (coord.), 1997 – *Democracia, elecciones y modernización en Europa – siglos XIX y XX*, Madrid, Ediciones Cátedra.
- GIRARD, M.L., 1961 – *Pour l'étude d'une circonscription électorale*. “Bulletin de la Section d'Histoire Moderne et Contemporaine”, Paris, Imprimerie Nationale, fascículo III, pp. 23-27.

⁵⁴ II partie, cap. VII – “naissance de la vie politique moderne”.

⁵⁵ Nova edição com prefácio da autora pp. I -XXVIII; Obra premiada pela Académie des Sciences morales et politiques

⁵⁶ Uma versão deste texto foi publicada em *Ayer – Revista de Historia Contemporânea*, Madrid, n.º 48, Marcial Pons, 2002, 185-221.

- GOGUEL, François, (org. e pref.), 1954 – *Nouvelles études de sociologie électorale*, Paris, Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, A. Colin.
- GONNET, P., 1961 – *Hierarchie des fortunes notables urbaines de la fin d'Ancien Régime à la Restauration (1791-1826)*. “Congrès National des Sociétés Savantes”, Montpellier, Sect. Histoire moderne, pp. 603-615.
- GUTIÉRREZ, Rosa Ana (Ed.), 2003 – *Elecciones y cultura política en España e Italia (1890-1923)*, Valência, Universidade de Valencia.
- JARDIN, A., e TUDESQ, A. J. 1973 – *La France des Notables – 1. L'évolution générale (1815-1848)*. “Nouvelle Histoire de la France Contemporaine”, Paris, Seuil, Vol.VI.
- JONAS, Hans, 1990 – *Le principe responsabilité. Une éthique pour la civilisation technologique*, Paris, Les Éditions du Cerf.
- KENT, Sherman, 1971 – *Electoral list of France's July Monarchy (1830-1848)*. French historical studies, Universidade do Minnesota, fasc.1, pp. 117-127.
- LABROUSSE, E., 1955 – *Voies Nouvelles Vers Une Histoire de la Bourgeoisie Occidentale au XVIII e et XIX siècles (1700-1850)*. “Actas do X Congresso Internazionale di Scienze Storiche”, Roma, pp. 367-396.
- LALLIARD, François, 2002 – *La fortune des Wagram : De Napoléon à Proust*, Paris, Perrin.
- LE GALL, Laurent, 2005 – *L'électeur en campagnes. Une Seconde République dans le Finistère*. “Ruralia”, Dezembro, 2004-15, [on line], colocado on line em 30 de Setembro de. URL: <http://ruralia.revues.org/document1052.html>. Consultado em Agosto de 2007.
- LEÃO, Azedo, 1915 – *A Questão Eleitoral*, Lisboa, Tipografia Bayard.
- LEFEBVRE, G., 1957 – *Un colloque pour l'étude des structures sociales*. “Annales historiques de la Révolution française”, Paris, Société des études robespierristes, t. XXIX, p. 99-105.
- LOPES, Fernando Farelo, 1991 – *Clientelismo, 'crise de participação' e deslegitimação na I República*. “Análise Social”, Lisboa, ICS – Universidade de Lisboa, vol. XXVI (111), pp.401-515.
- LOPES, Fernando Farelo e FREIRE, André, 2002 – *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais – uma introdução*, Lisboa, Celta Editora.
- LOSURDO, Domenico, 2004 – *Democracia ou Bonapartismo . Triunfo e decadência do sufrágio universal*, S. Paulo, Unesp.
- MARINHO, José da Silva, 2000 – *Construction d'un gouvernement municipal. Élités, élections et pouvoir à Guimarães entre Absolutisme et Libéralisme (1753-1834)*, Braga, Universidade do Minho.
- MAYEUR, Jean-Marie, CHALINE, Jean-Pierre e CORBIN, Alain, 2003 – *Les Parlementaires de la Troisième République*, Paris, Publications da Sorbonne.
- MENEZES, Luís Manuel Machado, 1988 – *As eleições legislativas de 1921 e 1925 no Arquipélago dos Açores*, dissertação de mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- MIRANDA, Jorge (Org. e introdução), 1984 – *As Constituições Portuguesas*, 2.ª edição, Lisboa, Petrony.
- MÓNICA, Maria Filomena, 1996 *As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910*. “Análise Social”, Lisboa, ICS – Universidade de Lisboa, vol. XXXI (139), pp.1039-1084.
- MORAZÉ (et all.), 1946 – *Études de Sociologie Électorale*, Paris, Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- MOTA, Fernando Manuel Carvalho da, 2006 – *As Eleições e o Poder Municipal em Lisboa entre 1851 e 1867*, dissertação de mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- NOHLEN, Dieter, 2007 *Os Sistemas Eleitorais: o contexto faz a diferença*, Lisboa, Livros Horizonte.
- OLMO, Mª Concepción Marcos del, 1995 – *Voluntad Popular y Urnas – Elecciones en Castilla y León durante la Restauración y la Segunda República (1907-1936)*, Valladolid, Publicaciones Universidad de Valladolid.
- ORTEGA, José Varela (Dir.), 2001 – *El poder de la influencia – Geografía del caciquismo en España (1875-1923)*, Madrid, Marcial Pons.
- ORTEGA, José Varela, 2009 – *Eleições e Democracia em Espanha*, Lisboa, Livros Horizonte.
- PEREIRA, João Manuel Rodrigues, 1997 – *Elites Locais e Liberalismo – Torres Vedras 1792-1878*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE.
- POUSINHO, Nuno Manuel C. Carriço, 2001 – *A Elite Municipal de Castelo Branco entre 1872-1878*, dissertação de mestrado, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- POUTHAS, M. CH. H., 1961 – *Les listes électorales sous la monarchie censitaire et leur utilisation*”. “Bulletin de la Section d'Histoire Moderne et Contemporaine”, Paris, Imprimerie Nationale, fascicule III, pp.9-22.
- PRIETO, Lourenzo Fernández; SEIXAS, Xosé M. Núñez; REGO, Aurora Artiaga; BALBOA, Xesús (coord.), 1997 – *Poder Local, elites e cambio social na Galicia non urbana (1874-1936)*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.
- PROENÇA, Maria Cândida, 1987 *Eleições Municipais em Sintra, 1910-1926*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra.
- Revista *Actes*, n.º 140 – “VOTES”, Dezembro, Paris, Seuil, 2001.
- Revue Française de Science Politique*, volume 5, vários números, 2004.⁵⁷
- ROCKMAN, Bert A., 1997 – *Continuidé et changements: les élites politiques et administratives américaines*. SULEIMAN, Ezra N. e MENDRAS, Henry (Dir.), “Le Recrutement des elites en Europe”, Paris, La Decouvert, pp.229-242.
- RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar, 1985 – *A Geografia Eleitoral dos Açores de 1852 a 1884*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- ROMANELLI, Raffaele, 2008 – *Duplo Movimento*, Lisboa, Livros Horizonte.
- SALMON, Pierre, 1979 – *História e Crítica*, Coimbra, Almedina.
- SERRA, João B., 1987 – *Elites Locais e Competição Eleitoral em 1911*. “Análise Social”, Lisboa, ICS – Universidade de Lisboa, vol. XXIII (95), pp. 59-95.
- SIEGFRIED, André (et all), 1948 – *Colloque de sociologie électorale*, Paris, Domat-Montchrestien.
- SIEGFRIED, André, 1949 – *Geographie électorale de l'Ardèche sous la troisième République*, Paris, Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

⁵⁷ São incluídos neste volume vários artigos acerca de resultados de eleições e notáveis em França.

- SOBRAL, José Manuel e ALMEIDA, Pedro G. Tavares de, 1982 – *Caciquismo e poder político: reflexões em torno das eleições de 1901*. “Análise Social”, Lisboa, ICS – Universidade de Lisboa, vol. XVIII, (72-73-74), pp. 649-671.
- TUDESQ, André-Jean, 1956 – *L'étude des notables. Inventaires des sources et projets d'enquête*. “Bulletin d'Histoire moderne et contemporaine”, Paris, Société d'Histoire Moderne Contemporaine – Belin, pp.25-52.
- TUDESQ, André-Jean, 1958 – *La bourgeoisie de Béziers sous la Monarchie de Juillet d'après les listes électorales censitaires*. “Actes du LXXXIIIe. Congrès des Sociétés savantes”, Aix, pp.531-541.
- TUDESQ, André-Jean, 1958 – *Les listes électorales de la monarchie censitaires*. “Annales ESC”, Paris, Armand Colin, 13e. année, n° 2, pp. 277-288.
- TUDESQ, André-Jean, 1974 – *Les structures sociales du régime censitaire*. “Conjuncture économique, structures sociales – Hommage à Ernest Labrousse”, Paris, Mouton, pp. 477-490.
- TUSELL, J. 1991 – *El Sufragio Universal en España (1891-1936)*. “Ayer”, n° 3, pp.183-201.
- VALLÉS, Josep M. e BOSCH, Agusti, 1997 – *Sistemas Electorales y Gobierno Representativo*, Barcelona, Ariel.
- VV.AA., 1988 – *L'étude comparée des réformes électorales en Europe XIXe.-XXe. – une approche interdisciplinaire*, Actas do colóquio realizado no Instituto Universitário Europeu, Florença.

Luís Grosso Correia

A evolução demográfica da Freguesia do Bonfim da cidade do Porto na Época Contemporânea¹

ABSTRACT

This article was demanded by the parish of Bonfim in the city of Porto in the 1990's. It was presented in 1999, but not published. The aim of the present work is to define the specific identity of the socio-demographic development of the Bonfim parish in the context of the city of Porto during the 19th and 20th centuries. The results presented are based on the data available in the period, both from the local or religious authorities and from the official statistics.

A freguesia do Bonfim era, com os seus 34.497 habitantes, em 31 de Dezembro de 1991 a quarta freguesia mais populosa da cidade do Porto.

O Bonfim, que em termos populacionais absolutos, foi a primeira freguesia da cidade do Porto entre 1890 (22.512 habitantes) e 1930 (38.418 habitantes), atingiu o pico da sua evolução demográfica em 1950 (42.501 habitantes). Desde este ano, e à semelhança de outras freguesias centrais e pericentrais da cidade do Porto, o Bonfim entrou numa fase de involução demográfica, excepção feita ao período inter-censitário de 1970-1981.

Os dados estatísticos mais recentes denotam esta tendência de crescimento negativo: o saldo natural da freguesia foi em 1997 de 303 nados-vivos contra 418 óbitos². Uma outra abordagem possível, sobre esta conjuntura demográfica, poderá ser ainda indicada pelo número médio de filhos por mulher em idade fértil (15-49 anos) que em 1981 era de 0,81, ou seja, quase três vezes inferior ao índice de 2,1 (2,1 filhos por mulher), que é aquele que assegura a substituição das gerações.

Para o presente trabalho histórico-demográfico vamos seguir o fio do devir histórico da freguesia do Bonfim. Assim, iremos reter a nossa atenção no período anterior a 1838-1841 (anos estes que balizam a criação *de jure* e *de facto* da freguesia) e nele tentar reconstituir a evolução demográfica do Bonfim, no período compreendido entre 1841 e 1864 e, por último, no período estatístico que se abre em 1864 e que decorre até ao recenseamento geral da população portuguesa de 1991.

Terminaremos o presente estudo com o esboço das lógicas geracionais, familiares e urbanas que em finais do século XX se começam a configurar em contexto urbano.

1. O conhecimento da população portuense, em particular, e nacional, em geral, anterior a 1 de Janeiro de 1864, data do primeiro recenseamento da população nacional, caracteriza-se por uma série de documentos não sistemáticos mais orientados por preocupações políticas, fiscais e económicas do que por procedimentos de rigorosa análise quantitativa ou estatística.

Desde o século XII que é possível periodizar a história da estatística em Portugal a partir de uma série de documentos com algumas preocupações de carácter quantitativa, a saber:

- os *róis* (séculos XII-XVI) que registam, em particular, factos de carácter excepcional como a contagem das forças militares (arrolamento dos besteiros com D. Diniz, por exemplo), os réditos fiscais (sobre os

¹ O presente estudo é o resultado de uma encomenda feita pela Junta de Freguesia do Bonfim do Concelho do Porto. Os resultados do estudo foram apresentados em conferência pública proferida no Salão Nobre da mesma Junta de Freguesia, em 25 de Fevereiro de 1999. É, por isso, um trabalho original que ficou por publicar e que assume as marcas do tempo, ou seja, é um trabalho datado de finais da década de 1990 que não entra em linha de conta com as dinâmicas da população e os estudos conexos desenvolvidos ao longo da primeira década do século XXI.

² Cf. *Anuário Estatístico da Região Norte – 1997, 1998.*

- tabeliães), a enumeração de bens (Mosteiro de Grijó – 1364-1365), rendimentos e despesas do Estado (Inquirições e Confirmações, Livros de Contas Municipais...);
- numeramentos e corografias (1527-1776), documentos que marcam o início da formação de uma mentalidade quantitativista no processo político-institucional da construção do Estado moderno e do dinâmico desenvolvimento da economia de mercado desde a escala local à escala planetária. Os numeramentos, ou melhor, as contagens da população vão surgir no século XVI de uma forma mais organizada e sistematizada tendo nos corregedores de comarca a figura central do seu processo de execução. Deste século data ainda o aparecimento de importantes instrumentos para o conhecimento aproximado das populações, como as corografias, as geografias e a cartografia;
 - os cadastros (1776-1852) – dentro do espírito racionalista das Luzes e do advento de teorias económicas de inspiração fisiocrática, tornou-se premente a inventariação e o conhecimento das potencialidades das nações. Dentro desta linha serão dados os primeiros passos no sentido da criação de um organismo que especificamente cuidasse de estudar, numa perspectiva quantitativa, os temas, assuntos e rubricas passíveis de serem transformados em números e quantidades e que procedesse à sua análise lógica e metódica por categorias de análise (população, actividades económicas, contas públicas ...). Assim, em 1841 é criada a Secção de Estatística e Topografia na dependência da inspecção-Geral de Obras Públicas do Ministério do Reino;
 - a era estatística (a partir de 1852) – o ano de 1852 demarca a criação do Ministério das Obras Públicas, ministério este que vai adoptar o sistema métrico decimal (tendo por base o metro e o segundo); em 1857 é criada, dentro do ministério, a Comissão Central de Estatística do Reino, que, dois anos mais tarde, será convertida em Repartição de Estatística; em 1864 é realizado o primeiro censo populacional de Portugal e a partir de 1875 dá-se início à publicação do *Annuario Estadístico*.

A partir do último quartel do século XIX são normalizados «os inquéritos a efectuar e promovem-se operações de recolha directa de dados, aplicando-se e desenvolvendo-se técnicas e processos matemáticos de representação e distribuição estatística»³.

2. O conhecimento da população da cidade do Porto pode ser reconstituído a partir de 1527, ano do primeiro *numeramento* da população portuguesa ordenado por D. João III. A cidade e os seus arrabaldes (Santo Ildefonso, Cordoaria, Miragaia, Massarelos, Gaia, Vila Nova e Meijoeira) contariam com 3.006 fogos⁴, os quais corresponderiam a uma população aproximada de 12.000 a 15.000 habitantes⁵.

O cadastro populacional seguinte foi elaborado em 1623 pelo bispo do Porto, D. Rodrigo da Cunha. Para toda a restante centúria de Seiscentos não é conhecido mais nenhum outro recenseamento da população⁶.

Com o século XVIII uma nova mentalidade em relação à *contagem da gente* dará os seus primeiros passos. Para tanto contribuiu a Academia Real de História (fundada em 1720 e que congregava um vultuoso número de pessoas que acompanhavam de perto as novidades do Iluminismo transpirenaico), a reforma pombalina da Universidade (1772), a fundação da Academia Real das Ciências (1779) e os alvares do pensamento político-liberal. «Ora, e a essa conclusão pretendemos chegar, nessa lenta mutação das mentes e da cultura é que se insere a crescente preocupação com as realidades correntes da existência nacional – a geografia, a cartografia, o inquérito regional, os projectos cadastrais e a contagem da gente»⁷. Será à luz desta corrente cultural que irá surgir ao longo de Setecentos, e no que directamente concerne à população portuense, uma série de levantamentos, quer do número de fogos, quer do número de habitantes, a saber:

- i) em 1732 – a *Geographia Historica* de D. Luis Caetano de Lima;

³ Sousa, 1995: 21. Foi ainda nesta obra que se fundamentou a periodização da história da estatística em Portugal ora apresentada em forma de breve preâmbulo.

⁴ Por *fogo* é designada toda a «casa ou local habitado por uma só família, entendendo-se por família qualquer grupo de pessoas, vivendo juntas, ou mesmo uma só pessoa vivendo independente» (cf. *Censo da População no Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*. Lisboa: MOPCI/Imprensa Nacional, 1896, p. CI), ou ainda, o «prédio ou a parte de prédio destinados à habitação de uma só família ou convivência» (cf. *VIII Recenseamento da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*. Lisboa: INE, 1945)

⁵ Cf. Jorge, 1899: 109.

⁶ Cf. Santos, 1978.

⁷ Serrão, 1973: 21.

- ii) em 1758 – o *Diccionario Geographico de Portugal*, o qual, em 27 volumes, congregou as *memórias paroquiais*, remetidas pelas curas de uma parte das freguesias do país, que foram elaboradas de acordo com os *Interrogatorios* formulados pelo padre Luís Cardoso e enviados pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino através dos bispos⁸;
- iii) em 1787 – *A descrição topográfica e histórica da cidade do Porto* de Agostinho Rebelo da Costa;
- iv) em 1794 – o estudo mais tarde designado por *Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do século XVIII*, elaborado por José Gomes Villas Boas, engenheiro do Real Corpo de Engenheiros;
- v) em 1798 – o *Censo de Pina Manique*, obra do intendente-geral de D. Maria I;
- vi) e ainda, embora já entrados no século XIX, mas respirando na mesma atmosfera mental dos recenseamentos anteriores, o *Recenseamento de 1801* ordenado pelo Conde de Linhares.

A reconstituição da população da freguesia do Bonfim anterior ao período da sua criação como circunscrição administrativa (1838-1841) só foi possível, dentro das limitações das fontes utilizadas, para os anos de 1822 e 1833.

Ressalva-se o facto de a fonte utilizada para este último ano não fornecer a informação completa e necessária para a análise e compreensão global da população da futura freguesia à época devido ao seu carácter acentuadamente militar⁹. Daí que só viesse a ser possível reconstituir, a partir da fonte de 1833, alguns parcos dados relativos às condições habitacionais, designadamente os focos de pobreza e as *ilhas*, da população residente.

A reconstituição aproximada mais fiável e completa da população da futura freguesia do Bonfim só foi possível realizar para o ano de 1822, quando, após a Revolução Liberal de 1820, foram publicadas as listas dos cidadãos eleitores¹⁰. Para tanto houve a necessidade de reconfigurar o espaço da futura freguesia a partir da toponímia das ruas, travessas, vielas, praças e lugares¹¹ e depois contabilizar o número de fogos pertencentes a esses mesmos locais.

Em 1822 a mais populosa e maior freguesia da cidade, Santo Ildefonso, parecia já reunir as condições para criar uma cisão interna e dar origem a uma nova freguesia. Esta freguesia, a ser criada, viria, previsivelmente, a adquirir um peso proporcional considerável ao se afigurar como a quarta freguesia mais populosa da cidade.

Dos levantamentos anteriormente referidos (1623 a 1822) foram extraídos os dados relativos à população da cidade do Porto segundo as suas freguesias de referência, acrescidas da futura freguesia do Bonfim¹² (ANEXO 1).

3. A cidade do Porto era composta por sete freguesias em 1836: Sé, Vitória, S. Nicolau, Santo Ildefonso, Cedofeita, Miragaia e Massarelos. Por Decreto de 26 de Novembro de 1936 foram-lhe anexadas as freguesias de Lordelo do Ouro, S. João da Foz e Campanhã. Por carta de Lei de 27 de Setembro de 1837 é integrada na cidade a freguesia de Paranhos.

A desigual distribuição da área urbana e dos habitantes pelas freguesias da cidade exigiu uma reforma destas circunscrições administrativas. Assim, por iniciativa do Bispo da cidade e com sanção superior, por parte da Câmara Municipal e do Administrador Geral do Distrito, é aprovado, por Portaria de 13 de Fevereiro de 1838, o plano de arredondamento das freguesias da cidade do Porto. Esse plano, realizado por uma comissão constituída pelo Bispo, Câmara Municipal e Juntas de Paróquia, previa a desagregação da freguesia mais populosa da cidade desde 1787, Santo Ildefonso, abrindo-se lugar, assim, para a criação da freguesia do Senhor do Bonfim.

Criada *de jure* em 1838, a freguesia do Bonfim só se constituiu *de facto* como circunscrição administrativa em 1841, através do *Plano de divisão e arredondamento das Paróquias da Cidade do Porto* decretado a 18 de Dezembro por D. Maria II.

⁸ Das memórias paroquiais respeitantes à cidade do Porto só temos conhecimento de duas que foram impressas: a de Massarelos e de Cedofeita (cf. *O Tripeiro*, 1964-1965). As demais memórias paroquiais da cidade permanecem nos documentos originais depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

⁹ Cf. AHMP (Arquivo Histórico Municipal do Porto) – *Recenseamento dos Bairros de Santa Catarina e Santo Ovidio*, 1833, Livros nº 2037 e 2038. Segundo a nossa contagem, a futura freguesia do Bonfim contaria, à época, com 752 fogos, dos quais apenas 543 eram habitados, isto, lembre-se, em pleno Cerco do Porto no contexto das guerras liberais.

¹⁰ Cf. «Mappa das assembleas eleitoraes no circulo da freguezia» in *Borboleta Constitucional*, nº 229, de 11.10.1822. Esta lista foi publicada pelo juiz e vereadores do Senado da Câmara do Porto.

¹¹ Essa reconstituição teve por base os seguintes documentos: *Edital*. Câmara Municipal do Porto, 29.12.1841; as plantas topográficas da cidade do Porto de 1813, 1834, 1839, 1865 e 1892; o *Registo dos cidadãos que podem votar nas presentes eleições para deputados e senadores – 1838-1840* (AHMP, Livro 225); RAMOS, Félix – *Roteiro do Porto concluído em Abril de 1896*, ed. do autor.

¹² A fonte de 1795 não foi por nós integrada nesta reconstituição do Bonfim anteriormente a 1838-1841 devido ao seu carácter lacunar (cf. AHMP – *Listas das Companhias de Ordenanças do concelho do Porto ... que contem da Freguezia de Santo Ildefonso*. Livros nº 4450 e 4454). Segundo esta fonte, a futura freguesia do Bonfim contaria apenas com 153 fogos, número este que, no nosso entender, subrepresenta a população previsível para a área a ocupar pela freguesia se tomarmos em linha de análise os valores e proporções da freguesia de Santo Ildefonso.

O *Edital* camarário de 29 de Dezembro desse mesmo ano justificava o plano de divisão e arredondamento das freguesias nos seguintes termos: «além de muito necessário e conveniente para todos os efeitos civis e judiciais, se torna de evidente utilidade ao serviço eclesiástico, porque segundo a distribuição nelle proposta pôde cada hum conhecer mais distintamente as suas ovelhas, nutri-las com o pasto espiritual, e acudir-lhes melhor do que até agora com o frequente socorro e prompta administração dos sacramentos». A partir deste excerto, reconhecessem facilmente as motivações dos promotores da ideia de criação da nova freguesia da cidade do Porto.

Com vista a tornar rigoroso o trabalho de reconstituição demográfica de uma freguesia urbana num período pré-estatístico, tornou-se fundamental proceder à cartografia toponímica da área em análise. Nesta linha, houve a necessidade de identificar e cartografar os contornos físicos da freguesia do Bonfim a partir do seu documento fundador, o *Plano de divisão e arredondamento das Paróchias da Cidade do Porto*¹³, a saber:

Principa na Praça das Flores, ou Fôjo – sobe pela parte do Norte à rua do Amparo a entrar pela Rua, que vai ter a Salgueiros – comprehende a Povoia de Baixo, e de Cima, na parte que pertencia a Santo Ildefonso – e d’ahi vai seguindo ao Largo da Aguardente pelos antigos limites da Parochia de Santo Ildefonso – desce à Rua Bella da Princeza d’ambos os lados até à Travessa da Fontinha – sobe pela dita Travessa à Rua nova de Vinte e Quatro d’Agosto – segue pela nova Rua junto à Quinta dos Congregados – a Rua de S. Jeronymo – comprehendendo a Rua de Fernandes Thomaz até à Viella de Malmerendas = e d’abi à Rua Vinte e Três de Julho – e voltando pela Rua da Murta, que lhe fica pertencendo, vem pela Travessa da Nora ao Reimão e segue até ao lado do Camarão – vai pela Viella da Senhora das Dores até ao Passeio das Fontainhas – desce até ao Rio Douro, subindo pelo Rego Lameiro até à Capella do Padrão de Campanhã. Continuando pela Lomba até fechar na Igreja desta Parochia do Bonfim. Ficão pertencendo a esta Parochia todas as Ruas, Travessas, Viellas e Bêcos incluídos na linha do arredondamento da mesma.

Os contornos da recém-criada freguesia do Bonfim foram por nós traçados sobre a base cartográfica de 1892¹⁴ em ordem a tornar mais visível a área por ela ocupada (ANEXO 2).

5. Com base no plano de arredondamento ou nova demarcação das freguesias da cidade do Porto aprovado pela Portaria de 13 de Fevereiro de 1838, operou-se nesse mesmo ano, sob a supervisão do estatista Miguel Franzini, um recenseamento da população do Porto cujos resultados foram publicados no *Diário do Governo* nº 94 de 1840.

Este recenseamento da cidade foi considerado por Ricardo Jorge como o melhor feito na cidade do Porto em meados do século XIX¹⁵. Por este facto, os resultados apresentados pelo recenseamento de Franzini que tinham por unidade de cálculo o fogo foram reanalisados por aquele médico portuense¹⁶ em ordem a ponderar o número de habitantes correspondente a cada fogo (ANEXO 3).

6. O percurso pela história demográfica do Porto que temos vindo a analisar – todo ele fundamentado em levantamentos populacionais desprovidos de grande rigor quantitativo, já para não dizer estatístico – demonstra-nos, antes de entrarmos na fase estatística, que a cidade registou, no período de 1623 a 1864, um crescimento moderado se tomarmos em consideração a respectiva taxa de crescimento médio anual: 1,02%.

Por outro lado, se se considerar que a mesma taxa é de 1,92% para o período que decorre entre 1838 e 1864, parece possível afirmar que os dois últimos terços do século XIX vão ser determinantes para o lançamento de um forte crescimento demográfico, o qual será contemporâneo, complementar e/ou convergente com outros crescimentos: o industrial, o comercial e o urbano.

É neste processo de modernização da cidade do Porto que, doravante, iremos abordar a evolução demográfica da freguesia do Bonfim.

7. A necessidade de conhecer com rigor a população portuguesa nas suas diferentes categorias (género, idade, estado civil, instrução, naturalidade ...) levou as autoridades governamentais a iniciar o seu recenseamento periódico,

¹³ *Edital*. Câmara Municipal do Porto, 29.12.1841.

¹⁴ Agradecemos a amabilidade e solicitude com que a Doutora Helena Madureira disponibilizou parte da base cartográfica por si digitalizada (de que se serviu com vista à preparação da dissertação de mestrado em Planeamento Urbano que apresentou à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto) e que foi por nós utilizada no Anexo 2. Aproveita-se igualmente a oportunidade para reconhecer e agradecer o trabalho desenvolvido pelo Dr. Miguel Nogueira, do Gabinete de Cartografia da FLUP, a nível das bases cartográficas do concelho do Porto que em muito aproveitaram ao presente estudo.

¹⁵ Cf. Jorge, 1899: 118.

¹⁶ Cf. Jorge, 1897: 104.

metódico e sistemático a partir de 1864. Desde então, a melhoria da qualidade e a complexificação da informação recolhida foi uma constante ao longo dos censos populacionais que se lhe seguiram: 1878, 1890 ... 1981, 1991¹⁷.

A evolução demográfica da freguesia do Bonfim entre 1864 e 1991 é caracterizada por duas tendências de sinal contrário: crescimento positivo até 1950 e crescimento negativo a partir deste ano, com excepção do crescimento pouco significativo registado no período inter-censitário de 1970-1981 (ANEXO 4)¹⁸.

O ano de 1950 é, assim, o pico da evolução demográfica da freguesia, ao passo que a cidade do Porto, no seu todo, continua a aumentar os seus efectivos até 1981 (exceptua-se o período inter-censitário de 1960-1970, no qual todo o país recuou em termos demográficos devido aos fortes fluxos emigratórios).

Perante os resultados apresentados, é possível distinguir seis fases na evolução global da população do Bonfim que a seguir passamos a analisar.

7.1. 1864-1911 – Fase que corresponde ao período de maior vitalidade da freguesia. Neste intervalo de 47 anos a população da freguesia regista um forte e contínuo crescimento, chegando quase a triplicar o número dos seus efectivos. É possível destacar no período em análise duas sub-fases de crescimento: a sub-fase de 1864-1890, na qual se descortina um crescimento populacional acelerado; e a sub-fase seguinte (1890-1911), caracterizada por um crescimento assaz forte, mas que, a avaliar pelas taxas de crescimento médio anual, fica aquém da sub-fase anterior.

É de assinalar ainda que no período intercensitário de 1864-1890 o Bonfim passará do quarto para o primeiro lugar das freguesias mais populosas da cidade do Porto, mantendo esta posição até 1930¹⁹.

No seu conjunto, o Porto regista um crescimento moderado, comparativamente ao da jovem e pujante freguesia do Bonfim, embora no período em análise (1864-1911) a cidade conheça uma das suas fases de maior crescimento.

O recenseamento da população de 1890 demarca, a um tempo, o pico do período de mais forte crescimento da cidade do Porto e da freguesia do Bonfim na época contemporânea. Aliás, o Bonfim chega a ser, segundo o recenseamento populacional de 1890, a segunda freguesia mais populosa do país, logo atrás da freguesia lisboeta de Santa Isabel.

Para melhor se compreender este crescimento excepcional, há que entrar em linha de conta na nossa análise, não apenas com o saldo natural do concelho do Porto, mas também com o papel regulador desempenhado pela imigração (ANEXO 5). Como se pode constatar a partir dos resultados apresentados, em 1890, os residentes no Bonfim são na sua quase maioria estranhos à própria freguesia e com grande margem de segurança se pode afirmar que eles seriam na sua maioria estranhos ao concelho do Porto. A freguesia do Bonfim parece ter sido construída, a nível populacional, de fora para dentro, ou seja, por imigrantes que ora vinham das freguesias mais populosas do centro histórico da cidade, ora para ela se encaminhavam pelos fluxos do êxodo rural. Temos assim de considerar o importante papel desempenhado pela micro-mobilidade, intra-citadina, pela meso-mobilidade, intra-distrito do Porto, e, com maior projecção, pela macro-mobilidade, ou seja, a migração de maior distância (nacional e internacional) a nível do crescimento demográfico quer do Bonfim, quer da cidade do Porto.

É curioso referir que a cidade do Porto foi à época adjectivada pelo médico Ricardo Jorge como uma cidade *cemiterial*. Cemiterial, já pelos elevados índices de mortalidade (que se manterão até à década de 1920), já pelos elevados índices de natalidade. Estes elevados índices quase que se anulavam mutuamente, fazendo com que o crescimento demográfico da cidade fosse, na sua maioria animado mais pelo saldo migratório do que pelo saldo natural da população residente (ANEXO 6).

Face aos resultados apresentados, poder-se-á afirmar que existe no interior da cidade do Porto uma vincada diferenciação espacial dos indicadores gerais dos comportamentos demográficos (natalidade, mortalidade e nupcialidade): morre-se mais no núcleo histórico, onde existe uma maior densidade populacional, do que na zona da *Vilarinha* (Aldoar e Nevogilde); «as freguesias com maior população operária, como o Bonfim, apresentam a

¹⁷ O recenseamento de 1864 foi elaborado de acordo com métodos estatísticos modernos e com as orientações dos congressos internacionais de estatística de Bruxelas (1853) e Paris (1855). A partir de 1877, Portugal adoptou as directrizes do Congresso Internacional de Estatística de S. Petersburgo (1872), as quais defendiam a realização dos censos populacionais de 10 em 10 anos, nos anos terminados em zero. O cumprimento dessa directiva iniciou-se em 1890, foi excepcionalmente interrompida em 1910 (pelo adiamento do censo para o ano seguinte) e, por fim, foi alterado em 1981. A partir deste ano, Portugal, a fim de se harmonizar com as normas em vigor na então Comunidade Económica Europeia, passou a recensar a população de 10 em 10 anos, nos anos terminados em um (cf. Carrilho, 1991: 11-17)

¹⁸ Em ordem a garantir termos de comparação, a inteligibilidade e a avaliação dos resultados apurados para o Bonfim considerou-se, por bem, a apresentação dos valores respeitantes ao seu contexto demográfico integrador e mais directo: o concelho do Porto.

¹⁹ Nesta data é ultrapassada pela freguesia de Cedofeita. Em 1991, o Bonfim era a quarta freguesia da cidade do Porto em termos de volume de habitantes, logo atrás, e por ordem decrescente, das freguesias de Paranhos, Campanhã e Ramalde.

par de uma alta natalidade, taxas de mortalidade elevadas²⁰; registam-se diferenças assinaláveis a nível das taxas de nupcialidade – extremamente baixas em Miragaia (3,9‰) e elevadas na já referida *Vilarinha* (9,9‰); a nível da natalidade temos uma variação entre os 24‰ de Miragaia e os 43‰ de Ramalde²¹.

7.2. 1911-1920 – Neste período, que identificamos como a segunda fase de evolução da freguesia do Bonfim, verifica-se um enfraquecimento súbito do ritmo de crescimento. A taxa de crescimento anual obtida (0,6%) evidencia bem a natureza dos condicionalismos impostos a uma dinâmica demográfica de forte expansão que se desenhou na fase anterior. A I Grande Guerra, que atingiu cerca de 10 mil portugueses, entre mortos e estropiados, as epidemias de gripe pneumónica de 1918-1919 que vitimaram cerca de 102.750 pessoas em todo o país, e a emigração galopante nas duas primeiras décadas do século XX²² poderão enquadrar as causas explicativas desta fase de desaceleração no crescimento da freguesia.

7.3. 1920-1950 – Neste período podemos distinguir duas sub-fases: uma que vai de 1920 a 1925 e outra que decorre entre 1925 e 1950.

Na primeira é retomado o ritmo de crescimento anterior a 1911. Este comportamento demográfico é bastante significativo dado que a freguesia acabava de sair de uma fase de fraco crescimento causado pelos fenómenos político-militares, biológicos e sociais anteriormente assinalados. Na segunda sub-fase o Bonfim entra num período de gradual e significativo enfraquecimento do ritmo de crescimento demográfico, tendência esta que acabará mesmo por inverter o sinal do crescimento no período inter-censitário seguinte.

Como já anteriormente foi relevado, os crescimentos do Bonfim, em particular, e da cidade do Porto, em geral, registados até ao ano de 1925 são contemporâneos, por um lado, de grandes problemas de saúde pública (epidemias várias, condições de salubridade pessoal e social deploráveis...) e, por outro, de um crescimento natural muito ténue da população do concelho. Este último factor remete-nos, necessariamente, para a ponderação do papel fundamental desempenhado pela imigração no crescimento populacional da cidade, já que as micro-variáveis mortalidade e fecundidade apresentavam um saldo positivo muito ténue.

O período inter-censitário de 1925-1950 é particularmente significativo para a freguesia do Bonfim, já que a freguesia deixa o grupo que liderava o crescimento da cidade do Porto e passa, gradualmente, a integrar o conjunto das freguesias que regista taxas de crescimento médio anual inferiores à média do concelho do Porto. Este comportamento populacional é, assim, um claro sinal da reorientação do processo de fixação de residência para as freguesias periféricas da cidade, quer da zona oriental (Campanhã e Paranhos), quer da zona ocidental (Ramalde, Aldoar, Nevogilde, Foz e Lordelo).

²⁰ Pereira, 1995: 51.

²¹ A juntar aos resultados apresentados, podemos destacar, em particular, as crises de mortalidade de 1899 e 1918, que mais não fazem que potencializar a tendência para a plurimorbilidade da população do Porto. Em 1899, num estudo realizado a partir dos Boletins Mensais de Estatística Sanitária (Maia, 1995), as afecções primordiais foram introduzidas pelo sarampo, principalmente junto das crianças e com maior incidência na Primavera. A eclosão violenta de enterites nos meses de Verão irá roubar a vida principalmente às crianças (até 5 anos); a tuberculose é responsável por 60% dos óbitos dos adultos entre os 20 e 29 anos; bronquites e pneumonias vêm crescer as suas taxas de incidência junto das crianças devido à epidemia em circulação: a peste bubónica.

No ano anterior à crise de 1918, as enterites continuavam a representar a causa maior de óbitos (18%) seguida da tuberculose (13%) e de outras afecções do foro pulmonar. O ano de 1918 conheceu duas grandes vagas epidémicas de gripe que, associadas à epidemia de tipo exantemático, atravessam todo o Portugal, fazendo as taxas brutas de mortalidade ultrapassar os 40‰ a nível nacional e os 45‰ na cidade do Porto. A primeira epidemia, a «gripe espanhola», fez-se sentir entre os meses de Junho e Julho, atingiu o seu pico em finais do Junho, fez crescer a mortalidade citadina devido, sobretudo, às afecções do trato respiratório. A segunda vaga, a «influenza pneumónica», iniciou-se em Agosto e, embora de transmissão mais lenta, revelou-se mais mortífera que a anterior: localizada inicialmente em Vila Nova de Gaia, estendeu-se a todo o país através do exército. Esta crise pneumónica, para além de coexistir com afecções intestinais, estava associada a um surto de varíola, que atingiu a sua expressão máxima em 1919. O ano de 1918 conheceu ainda o surto virulento do tifo exantemático que, sob a forma de febres tifóides, vai subsistir em estado endémico não só no Porto como em comunidades piscatórias da costa portuguesa (aliás, o seu primeiro foco eclodiu em Espinho no ano de 1917).

O estado patogénico da mortalidade da cidade do Porto entre 1880 e 1920 evidencia uma estrutura de mortalidade com as seguintes características:

- elevada mortalidade infantil, causada essencialmente por infeções bacterianas decorrentes da má qualidade do leite e da água;
- elevada mortalidade juvenil causada por doenças do trato respiratório e por deficiente nutrição;
- mortalidade adulta significativa nas idades de 20 a 30 anos devido à tuberculose pulmonar.

A quebra da taxa de mortalidade da cidade do Porto iniciar-se-á a partir da década de 20 e, em 1937, situar-se-á abaixo dos 20‰.

²² Emigração que, à época, se orientava predominantemente para o Brasil. A título de ilustração, basta referir que o ano de 1912 foi o recordista de saídas de efectivos populacionais até aí registadas: 89.000 indivíduos a nível nacional (cf. Arroitea: 1983).

O ano de 1925 demarca o ponto de inversão da tendência de forte crescimento, que vinha caracterizando a população da freguesia do Bonfim desde 1864, salvaguardando a especificidade já referida do período de 1911-1920. Surge então, a partir de 1925, uma tendência de fraco crescimento populacional, que virá a culminar com as taxas de crescimento negativas registadas no período seguinte.

7.4. 1950 e 1970 – As duas décadas deste período balizam a quarta fase da evolução demográfica da freguesia do Bonfim. Esta fase é caracterizada pela tendência decrescente da população, tendência esta que é mais vincada para o decénio 1960-1970.

Apesar da involução demográfica do Bonfim, a população do concelho do Porto, no seu conjunto, continua em expansão até 1960, iniciando só depois uma evolução negativa, aliás comum a todo o país, até 1970. As causas desta tendência decrescente verificada na década de 60 são por demais conhecidas: a forte emigração (sobretudo clandestina), agora orientada fundamentalmente para a Europa transpirenaica e, em menor grau, a guerra colonial que eclode a partir de 1961.

Estes comportamentos derivam de um processo conhecido na evolução das cidade: a progressiva periferação da fixação residencial. Assim, se desde finais do século XIX as freguesias centrais (Sé, S. Nicolau, Vitória e Miragaia), ditas históricas, registam um ténue crescimento ou mesmo um crescimento negativo da sua população, em simultâneo, as freguesias pericentrais como Santo Ildefonso, Cedofeita e Bonfim aumentam os seus efectivos populacionais, em particular as duas últimas freguesias referidas até meados do nosso século. Não é, desta forma, surpreendente a diferenciação dos ritmos demográficos e urbanísticos entre a área central e a periferia do concelho do Porto, nem a manutenção de um crescente ritmo de crescimento, lançado em finais do século XIX, das freguesias de Paranhos, Ramalde, Campanhã e, de mais recente data, Aldoar.

7.5. 1970-1981 – A quinta fase da evolução demográfica da freguesia do Bonfim corresponde a um período de ténue crescimento, o qual é, sobretudo, animado pelo movimento de retorno dos portugueses das ex-colónias²³ e pela inflexão dos fluxos migratórios, ou seja, reduz-se o número de emigrantes e aceleram-se os movimentos de regresso.

Num país com larga tradição de emigração, e desde que os serviços estatísticos nacionais apresentam resultados capazes de apurar o saldo migratório, Portugal regista, pela primeira vez, um ano com saldo migratório positivo (1974) seguido dos anos seguintes até 1981. No período compreendido entre 1974 e 1981, entraram em Portugal 677.046 efectivos populacionais, dos quais 182.190 eram emigrantes portugueses regressados da Europa, Estados Unidos da América e Canadá, entre outros.

7.6. 1981-1991 – Se considerarmos que a recuperação demográfica de 1970-1981 foi um entre-acto, a última fase da evolução demográfica da freguesia do Bonfim parece entroncar no processo de involução que se abriu a partir de 1950, com a particularidade de agora se registar o agravamento das tendências dessa evolução negativa. Assim, neste período atinge-se a taxa de evolução mais negativa que a freguesia conhece na era estatística e que remete a nossa explicação para os efeitos de num fenómeno demográfico contemporâneo e actual: a segunda transição demográfica²⁴.

²³ O crescimento médio anual da população portuguesa ao longo da década de 70 regista um pico em 1974 de 4,40%, que deixa ao longe a taxa, também elevada, registada em 1973 (2,64%) e a taxa média dos restantes anos da década ($\approx 0,50\%$) (cf. Nazareth, 1988: 112).

²⁴ Para entendermos este conceito de segunda transição demográfica temos que, em primeiro lugar, analisar sucintamente o modelo com grande poder explicativo para a evolução demográfica dos dois últimos séculos: a transição demográfica. Este modelo tem várias fases:

- Fase de pré-transição, em que os níveis de mortalidade e de natalidade são muito elevados e com níveis próximos, o que implica a existência de um crescimento lento da população;
- Fase da transição demográfica propriamente dita, que se decompõe em duas etapas: um primeiro período em que a mortalidade declina, a natalidade permanece num nível elevado e em que se regista um importante crescimento da população; um segundo período em que a mortalidade mantém a tendência de declínio e a natalidade começa a declinar; o crescimento da população continua, mas em ritmos e proporções inferiores à do período anterior.
- Fase de pós-transição, em que os níveis de mortalidade e de natalidade são pouco elevados e com níveis semelhantes; consequentemente, os níveis de crescimento populacional são muito baixos e tendendo para o zero (cf. Nazareth, 1988: 63).

A cidade do Porto, de uma maneira geral, passou, num período de 100 anos, de elevadas taxas de mortalidade e natalidade para taxas mais baixas (trata-se do fenómeno comum a todo o Ocidente europeu denominado por transição demográfica), as quais, por seu turno, relevam um fenómeno muito actual: o crescimento zero ou negativo da população ou, segundo teorias mais recentes sobre os modernos comportamentos demográficos, a segunda transição demográfica. A ideia fundamental da transição demográfica é, como anteriormente foi analisado, a da passagem de um estado de equilíbrio entre os elevados níveis de mortalidade e de fecundidade para um outro estado de equilíbrio, em que mortalidade e fecundidade apresentam níveis baixos, na sequência ou paralelamente a um processo de modernização. Este baixos níveis de mortalidade e fecundidade evoluíram para uma situação extrema, fazendo mesmo o crescimento natural das populações tender para o zero. Esta tendência para a estagnação ou mesmo involução do crescimento demográfico levanta questões de tal forma complexas

8. A evolução demográfica do Bonfim atrás analisada não deve levantar no leitor a ideia de que a freguesia se encontra a atravessar um processo de desertificação populacional. Bem longe disso, não obstante a perda de efectivos populacionais, a freguesia do Bonfim é ainda uma das freguesias mais povoadas do concelho Porto. Assim, o Bonfim, quer em 1900, quer em 1991, era uma freguesia que se encontrava acima da média do concelho de habitantes por quilómetro quadrado (ANEXO 7).

Numa análise mais rigorosa aos resultados apresentados, podemos relevar que em 1900 o Bonfim registava uma média de 8.654 habitantes por km², ao passo que a média concelhia se situava nos 3.978 habitantes por km². Em 1991, as mesmas médias eram, respectivamente, de 11.310 habitantes por km² contra 6.626 habitantes por km².

9. A evolução demográfica da freguesia do Bonfim não é fruto de um processo original. No conjunto das freguesias da cidade do Porto, o Bonfim acompanha de perto o gradual processo, desde a Idade Média até à actualidade, de periferização das zonas residenciais (ANEXO 8).

Assim, a fixação de residências parece avançar, numa primeira etapa, que poderemos situar em toda a centúria de Oitocentos e na primeira metade do século XX, do núcleo histórico para a primeira coroa de freguesias pericentrais (Santo Ildefonso, Cedofeita e Bonfim) e depois para as freguesias mais periféricas da cidade do Porto.

Não obstante o carácter algo rigoroso da análise registada no parágrafo anterior, ele, contudo, não esgota a inteligibilidade do desenvolvimento populacional e urbano da cidade do Porto. Assim, para o período de transição do século XIX para o século XX (o período do mais forte crescimento populacional registado na cidade), «mais do que o crescimento tentacular, o crescimento do Porto resulta, de facto, do crescimento das suas “aldeias”, destes núcleos periféricos, que mantêm até tarde uma identidade própria»²⁵.

No entanto, é forte a atracção que a cidade do Porto exerce sobre o Norte do país, área da sua maior influência económica, social, cultural e demográfica, pelo que, na segunda metade do século XX, é inegável o crescimento que os concelhos limítrofes da cidade tiveram à luz do conceito de periferização da fixação da residência. Este fenómeno mantém ainda toda a sua actualidade se atentarmos nos resultados apresentados pelo último *Anuário Estatístico* (ANEXO 9).

O concelho do Porto apresenta-se como a área com um comportamento demográfico de sinal contrário aos demais concelhos da área metropolitana da sua influência. E, assim, voltámos ao início deste ponto de análise: a evolução demográfica da freguesia do Bonfim não é fruto de um processo original, mercê da sua inclusão num conjunto de freguesias urbanas que já perderam toda a dinâmica de crescimento populacional.

10. Os resultados apresentados demonstram que a cidade do Porto passou, num período de 100 anos, de elevadas taxas de mortalidade e natalidade para níveis mais baixos das mesmas taxas, só que, desta feita, num quadro sócio-demográfico muito diferente e muito actual: o crescimento zero ou negativo da população, ou, se quisermos, o fenómeno, já anteriormente caracterizado, da segunda transição demográfica.

Esta tendência que caracteriza o período intercensitário de 1981-1991, torna-se mais evidente se se considerar que 50,4% das mulheres activas entre os 15 e 49 anos de idade não tinham, segundo o recenseamento de 1981, qualquer filho, ou, numa outra leitura possível, tendem a adiar a concepção e a restringir o número de filhos (ANEXO 10). Este comportamento não é exclusivo do Bonfim mas de todo o país, pois que Portugal já não consegue, desde 1982, assegurar a substituição das gerações. Isto é o índice sintético de fecundidade, ou melhor, o número médio de filhos por mulher situava-se nos 2,127 (ou melhor ainda, 2.127 filhos por cada 1.000 mulheres em idade fértil) em 1981, o que ainda permitia a substituição das gerações. Mas, logo a partir de 1982 esse índice cai para 2,071, para continuar a regredir de forma gradativa até 1992 e aí se fixar em 1,546²⁶. O comportamento da população da freguesia do Bonfim, neste domínio, compara-se ao das populações dos países do norte da Europa, ao apresentar em 1981 um índice sintético de fecundidade na ordem dos 0,814, isto é, nasciam 814 crianças por cada 1.000 mulheres activas entre os 15 e os 49 anos de idade. Ora esse valor é quase uma terça parte do número de nascimentos que permitem a substituição das gerações: 2.100/1.000 mulheres (índice 2,100).

que começa a emergir a ideia de uma segunda transição demográfica, assente em atitudes socio-demográficas que podem ser consideradas de «individualistas». Se a «primeira transição demográfica aparece ligada a processos tais como a modernização, a industrialização, a urbanização e o laicismo» (Nazareth, 1991: 41), a segunda transição demográfica, com o contínuo declínio da fecundidade, leva a um recuo demográfico provocado pela emergência de novos comportamentos centrados à volta de duas noções fundamentais: os direitos do indivíduo e a realização pessoal (no fundo, um contexto social e demográfico de carácter menos solidário e mais individualista).

²⁵ Pereira, 1995: 49.

²⁶ Cf. Carrilho, 1993.

Os factores explicativos da queda da fecundidade extravasam o campo puramente demográfico e devem ser alocados na malha socio-económica da sociedade portuguesa contemporânea. O progresso da medicina e a redução da mortalidade, sobretudo infantil, o adiamento do casamento e, conseqüentemente, o adiamento do nascimento do primeiro filho, a difusão dos métodos de contracepção, o prolongamento da esperança de vida escolar dos jovens, a dificuldade dos jovens no acesso ao primeiro emprego, o aumento da qualificação académica e da actividade das mulheres, as estratégias de afirmação social e profissional do casal, entre outros, são factores sociais explicativos para os padrões de comportamento anteriormente referidos²⁷.

Por outro lado, este fenómeno deve ser enquadrado pela evolução da estrutura etária e sexual da população do Bonfim.

11. O desequilíbrio do número de efectivos populacionais entre os sexos é «um fenómeno que tende a agravar-se com a idade, o que traduz o fenómeno da sobremortalidade masculina às diferentes idades, bem expressa na diferença de esperança de vida à nascença, entre os dois sexos»²⁸. A distribuição dos efectivos populacionais denota um desequilíbrio favorável ao sexo feminino à medida que a idade vai aumentando. Isto é, segundo os recenseamentos de 1878 e 1991 regista-se «uma proporção de nascimentos de um e outro sexo sensivelmente iguais, com uma ligeira predominância dos rapazes; facto assinalável é o da grande estabilidade desta relação de masculinidade ao nascimento, que é geralmente da ordem de 105 nascimentos masculinos para 100 nascimentos femininos»²⁹. Nas idades mais avançadas observa-se a inversão desta relação de masculinidade que traduz os efeitos combinados, por um lado, da maior mortalidade infantil e emigração masculinas e, por outro, da maior longevidade feminina (ANEXO 11).

No entanto, pode-se constatar a partir dos resultados apresentados que as populações de 1878 e 1991 são muito dissemelhantes: em 1878 temos uma população que se caracteriza por uma estrutura etária extremamente jovem, com um potencial de crescimento fisiológico muito elevado; em 1991 temos uma população envelhecida, aliás, duplamente envelhecida: no topo e na base.

Sinais da já aludida quebra da fecundidade e de atitudes e comportamentos sociais e demográficos mais individualistas, que deverão ser combinados com o processo de periferização das áreas de residência.

12. Uma outra forma de se avaliar a evolução da estrutura da população é através da sua distribuição por grandes grupos funcionais (ANEXO 12).

Destaca-se, na evolução apresentada, o crescimento do volume de idosos, o recuo dos jovens e o aumento da população activa, não obstante de esta se encontrar em fase de progressivo envelhecimento.

Uma outra abordagem alternativa à evolução da estrutura da população do Bonfim poderá ser executada mediante a avaliação dos índices de envelhecimento e de dependência da sua população (ANEXO 13).

Não obstante a mudança de metodologia de análise, os resultados continuam a relevar a enorme quebra que o grupo dos jovens teve na freguesia no período inter-censitário de 1981-1991, que é contemporâneo de um fenómeno de sinal inverso por parte do grupo dos idosos. Este grupo chega mesmo, no período considerado, a fixar-se como o segundo grupo etário mais importante da freguesia, operando-se, assim, uma radical alteração da estrutura da população do Bonfim.

Aliás, este fenómeno não é exclusivo da população do Bonfim, nem da população portuense: trata-se de um fenómeno nacional com um enquadramento europeu (ANEXO 14). Portugal que, no quadro comunitário europeu, ainda é considerado um país com uma população jovem começa gradualmente a aproximar-se do modelo demográfico da Europa ocidental, caracterizado por um duplo envelhecimento. Tanto envelhece no topo da pirâmide etária, com o avolumar do grupo dos idosos, e dos grandes idosos (maiores de 85 anos); como envelhece na base, com a contínua regressão do grupo dos jovens.

13. Novas lógicas geracionais, familiares e urbanas.

A inversão da relação entre o volume de idosos e o de jovens exige a reconceptualização dos comportamentos demográficos, designadamente a nível da relação entre as gerações, da estruturação das famílias e da concepção das áreas urbanas.

²⁷ Cf. Carrilho e Peixoto, 1993: 10.

²⁸ Carrilho, 1991: 23.

²⁹ Tapinos, 1985: 35.

Os idosos são ainda encarados, em Portugal, numa perspectiva miserabilista, com a concentração dos esforços na construção de albergues, lares e asilos com vista a enquadrar os reformados de parques recursos económicos, e numa perspectiva estritamente financeira, com os esforços desenvolvidos pelos poderes públicos no sentido de encontrar os recursos adequados para fazer face ao progressivo envelhecimento populacional. Porém, a previsível explosão demográfica das terceira (50-64 anos) e quarta (75 e mais anos) idades, irá tornar estas categorias populacionais num poderoso grupo de pressão a nível político, o que, em tempo oportuno, poderá implicar a reivindicação de equipamentos médico-sanitários adequados (mais especialistas em gerontologia, por exemplo), «asilos com equipamentos sofisticados, meios financeiros adequados e uma estrutura de produção-consumo adaptada a esta situação»³⁰.

O recuo dos jovens obrigará necessariamente, por exemplo, a uma reestruturação dos sistemas educativo e formativo. Estes sistemas deverão apostar, por um lado, na requalificação e inovação educacionais, desde a relação professor-aluno até às soluções curriculares dos diferentes cursos, e, por outro, no previsível aumento da esperança de vida escolar dos jovens, que, consequentemente, poderá implicar o alargamento da escolaridade obrigatória e do acesso ao ensino superior graduado e pós-graduado.

A população activa, que, na actual conjuntura, ainda detém um volume de efectivos capaz de aguentar o esforço fiscal, social e económico necessário para acorrer às necessidades de solidariedade social, encontra-se em processo de envelhecimento acelerado. Os desafios lançados a esta categoria funcional da população poderão colocar-se, sobretudo, nas idades terminais, mercê da reconversão tecnológica e organizacional do tecido empresarial e das alterações da estrutura das necessidades de mão-de-obra.

As mutações relacionadas com a instituição familiar, base tradicional da sociedade, colocam-se quer a nível quantitativo (dimensão e número), quer a nível qualitativo (relações entre os seus membros, a idade ao casamento, o divórcio...). As mutações das famílias têm consequências demográficas (sobretudo sobre a nível da fecundidade), sociais (por exemplo, nas tipologias das habitações a construir) e económicas (em particular, nos modos de consumo e no mercado de trabalho). As representações subjectivas relacionadas com a carreira profissional e com a valorização económica e social, a vulgarização do emprego feminino, o aumento da distância entre o local de trabalho e o local de residência..., acarretam consigo «um conjunto de problemas relacionados com a integração familiar dos idosos, das crianças e dos doentes»³¹.

O movimento de concentração das populações em núcleos urbanos continua a efectuar-se, só que desta feita já não tem a cidade do Porto por principal centro de fixação, mas sim os concelhos circunvizinhos. Aparentemente paradoxal, este movimento limitou-se a derivar os seus interesses de fixação urbana para a periferia da sede área metropolitana em virtude do elevado preço da habitação na cidade do Porto. O Grande Porto continua a ser um *alfobre de gente*, como diria Ricardo Jorge, só que a cidade do Porto já não consegue captar o êxodo rural, nem fazer crescer naturalmente a sua população. O Grande Porto parece caminhar no sentido de um maior equilíbrio espacial e populacional a nível dos seus concelhos, sendo, no entanto, de ressaltar o papel aglutinador que a cidade do Porto exerce sobre essa mesma área e o Norte de Portugal. O Porto continua a oferecer um conjunto de postos de trabalho, serviços e informações vitais para a realização pessoal e profissional, bem como para a realização de projectos colectivos, pelo que a cidade vive cada vez mais dos movimentos pendulares da populações circunvizinhas que a ela vêm trabalhar, estudar, comprar, vender, recrear-se, divertir-se, fruir dos diversos equipamentos culturais, entre outros.

Na actual conjuntura, a cidade do Porto, em geral, e a freguesia do Bonfim, em particular, devem tomar consciência da sua fragilidade demográfica. Fragilidade essa que entronca no progressivo envelhecimento das suas populações (mercê do aumento da esperança de vida); na incapacidade de inverterem o sinal negativo do crescimento natural dessas mesmas populações (o que potencializa ainda mais o envelhecimento da população, só que desta feita a partir da base da pirâmide etária); nas novas atitudes, representações e comportamentos sócio-económicos que se têm vindo a desenvolver, de uma maneira geral, na sociedade portuguesa; na estrutura dos respectivos mercados imobiliários (incapaz de competir com os preços mais baratos dos concelhos circunvizinhos do Porto) e, consequentemente, na incapacidade de reverterem a seu favor os fluxos do processo de periferização das residências.

³⁰ Nazareth, 1988: 103.

³¹ *Ibidem*: p. 104

FONTES

- AHMP (Arquivo Histórico Municipal do Porto) – *Recenseamento dos Bairros de Santa Catarina e Santo Ovidio, 1833*, Livros nº 2037 e 2038.
 AHMP, *Registro dos cidadãos que podem votar nas presentes eleições para deputados e senadores – 1838-1840*, Livro nº 225
 AHMP – *Listas das Companhias de Ordenanças do concelho do Porto ... que contem da Freguezia de Santo Ildefonso*. Livros nº 4450 e 4454
Anuário Estatístico da Região Norte – 1997. INE: 1998.
Boleto Constitucional, nº 229, de 11.10.1822.
Censos da População no Continente. Lisboa: Imprensa Nacional/INE (1864-1991).
Edital. Câmara Municipal do Porto, 29.12.1841.
 Plantas topográficas da cidade do Porto de 1813, 1834, 1839, 1865 e 1892

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROTEIA, Jorge C., 1983 – *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
 CARRILHO, Maria José, 1991 – “Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: evolução global do continente português”, *Estudos Demográficos*, nº 30, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, p. 11-30.
 CARRILHO, Maria José, 1993 – “O processo de envelhecimento em Portugal: que perspectivas...?”, *Estudos Demográficos*, nº 31, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, p. 75-98.
 CARRILHO, Maria José; PEIXOTO, João, 1993 – “A evolução demográfica em Portugal entre 1981 e 1992”, *Estudos Demográficos*, nº 31, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, p. 7-19.
 JORGE, Ricardo, 1897 – *Origens e desenvolvimento da população do Porto. Notas históricas e estatísticas*. Porto: Typographia Occidental.
 Idem, 1899 – *Demographia e hygiene da cidade do Porto*. vol I., Porto: Câmara do Porto/Repartição de Saúde e Hygiene.
 MAIA, João M., 1995 – “Padrões de mortalidade e transição sanitária no Porto (1880-1920)”, *População e Sociedade*, nº 1, Porto: Centro de Estudos da População e Família, p. 233-243.
 NAZARETH, J. Manuel, 1988 – *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.,
 Idem, 1991 – “Portugal na Europa Comunitária no final dos anos oitenta”, *Estudos Demográficos*, nº 30, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. p. 41-45.
 Idem, 1993 – “A demografia portuguesa no contexto da Europa Comunitária no início dos anos noventa”, *Estudos Demográficos*, nº 31, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
O Tripeiro, 6ª série, Ano IV-V, 1964-1965
 PEREIRA, Gaspar Martins, 1995 – *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento.
 RAMOS, Félix, s/d. – *Roteiro do Porto concluído em Abril de 1896*, s/l.: ed. do autor.
 SANTOS, Cândido dos, 1978 – «A população do Porto de 1700 a 1820», *Revista de História*, vol. I, Porto: Centro de História da Universidade do Porto.
 SEARN (Secretaria de Estado do Ambiente e Recursos Naturais), 1988 – *Portugal – Atlas do Ambiente. Carta Administrativa – Notícia explicativa*. Lisboa: SEARN.
 SERRÃO, Joel, 1973 – *Fontes de demografia portuguesa. 1800-1862*. Lisboa: Livros Horizonte.
 SOUSA, Fernando de (org.), 1995 – *História da estatística em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional da Estatística.
 TAPINOS, Georges, 1985 – *Élément de demographie*. Paris: Armand Colin.

Anexo 1:

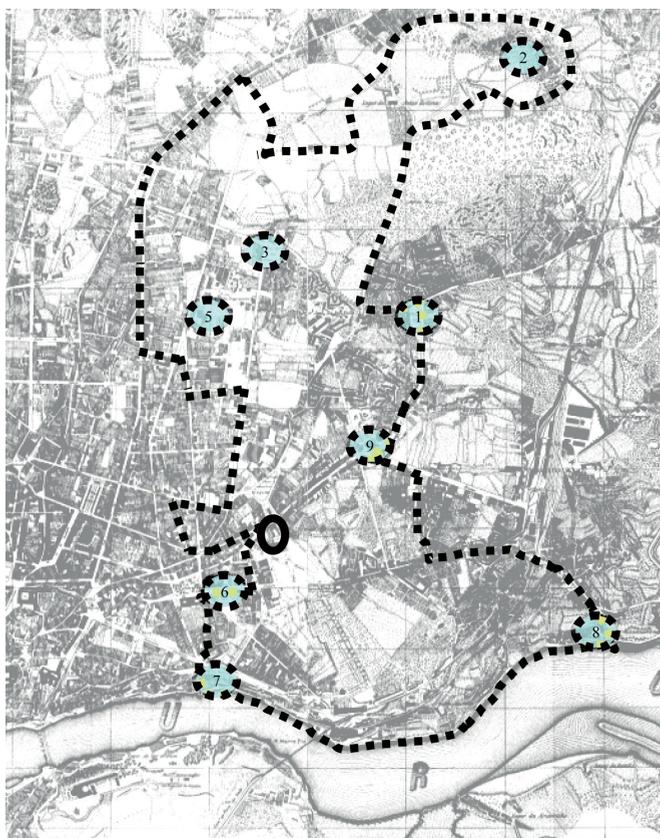
Evolução da população do Porto segundo o número de fogos e de habitantes, por freguesias (1623-1822).

Freguesias	População da cidade do Porto											
	1623	1732	1787		1794		1798	1801		1822		
	Hab.	Hab.	Hab.	Fogos	Hab.	Fogos	Fogos	Hab.	Fogos	Hab.*	Fogos	
Cedofeita	411	985	4.061	805	4.061	805	1.206	5.469	1.312	7.202	1.861	
Massarelos	1.094	1.184	1.545	324	1.545	324	322	1.424	322	1.320	341	
Miragaia	1.398	1.809	2.757	661	2.463	650	615	2.830	657	2.322	600	
Santo Ildefonso	1.150	4.747	18.814	4.390	14.444	4.462	4.572	16.546	4.709	24.614	6.360	
[Bonfim]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	[4.625]	[1.195]	
S. Nicolau	3.578	4.458	5.289	1.374	3.394	924	998	3.799	990	3.696	955	
Sé	6.055	7.836	13.892	3.185	10.065	2.113	2.356	10.167	2.335	9.114	2.355	
Vitória	2.400	3.864	5.652	1.281	3.496	1.089	1.099	3.983	1.000	4.420	1.142	
Total	16.086	24.883	52.010	12.020	39.468	10.367	11.164	44.218	11.345	52.688	13.614	

* O coeficiente multiplicador do número médio de indivíduos por fogo utilizado (3,87) foi ponderado tendo em consideração os coeficientes utilizados em 1801 (4,1), 1834 (3,87) e 1841 (3,87).

ANEXO 2:

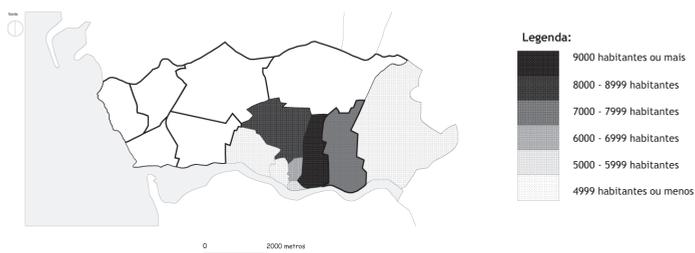
A Freguesia do Bonfim em 1841 (base cartográfica de 1892).



Legenda: 1 – Praça das Flores; 2 – Salgueiros; 3 – Póvoa; 4 – Largo da Aguardente; 5 – Quinta dos Congregados; 6 – Reimão; 7 – Passoio das Fontainhas; 8 – Rego do Lameiro; 9 – Igreja do Bonfim

ANEXO 3:

População da cidade do Porto por freguesias em 1838



Fonte: *Diário do Governo*, nº 94 de 1840; JORGE, 1897, p. 104.

ANEXO 4:

Evolução da população do Bonfim, concelho do Porto e Portugal continental segundo as taxas de crescimento médias anuais (1864-1991).

Censos	Bonfim			Concelho do Porto			Portugal (Continente)		
	f	1	2	f	1	2	f	1	2
1864 *	10.721	-	100,0	89.349	-	100,0	3.927.392	-	100,0
1878 *	15.240	3,02	142,2	110.707	1,71	123,9	4.303.660	0,66	109,6
1890*	22.512	3,98	210,2	146.454	2,69	163,9	4.713.319	0,76	120,0
1900	26.395	1,72	246,4	165.729	1,32	185,5	5.039.744	0,67	128,3
1911	31.493	1,76	294,0	191.890	1,44	214,8	5.586.053	0,94	142,2
1920	33.402	0,67	311,8	202.310	0,60	226,4	5.668.232	0,16	144,3
1925 "	37.368	1,50	348,8	215.738	1,33	241,5	-	-	-
1930	38.418	0,56	358,6	229.794	1,30	257,2	6.340.797	1,13	161,4
1940	41.260	0,74	385,2	258.518	1,25	289,4	7.218.882	1,31	183,8
1950	42.501	0,30	396,8	281.406	0,88	315,0	7.921.913	0,93	201,7
1960	42.103	-0,09	393,1	303.424	0,78	339,6	8.292.975	0,46	211,2
1970	37.925	-0,99	354,0	301.655	-0,06	337,6	8.074.960	-0,27	205,6
1981	38.605	0,16	360,4	327.368	0,77	366,4	9.336.760	1,33	237,7
1991	34.497	-1,12	321,8	302.472	-0,91	338,5	9.862.540	0,55	251,1

1 - taxa de crescimento médio anual;

2 - índice de evolução em percentagem (1864 = 100);

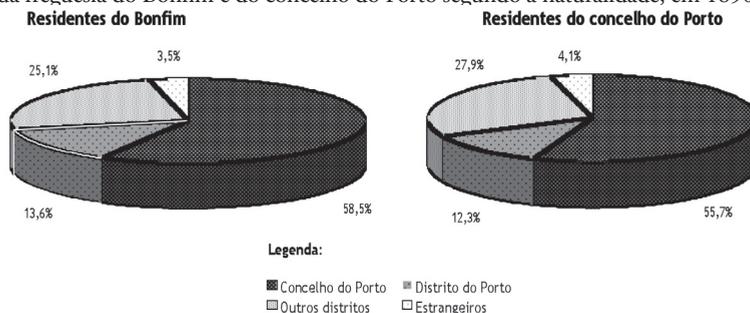
* - população legal. Os totais do concelho do Porto incluem as freguesias de Aldoar, Nevogilde e Ramalde que até 1895 fizeram parte do concelho de Bouças, hoje Matosinhos.

" - Recenseamento Excepcional da População das cidades de Lisboa e Porto.

Fonte: Recenseamentos da População para os anos indicados.

ANEXO 5:

Residentes da freguesia do Bonfim e do concelho do Porto segundo a naturalidade, em 1890 (em %).

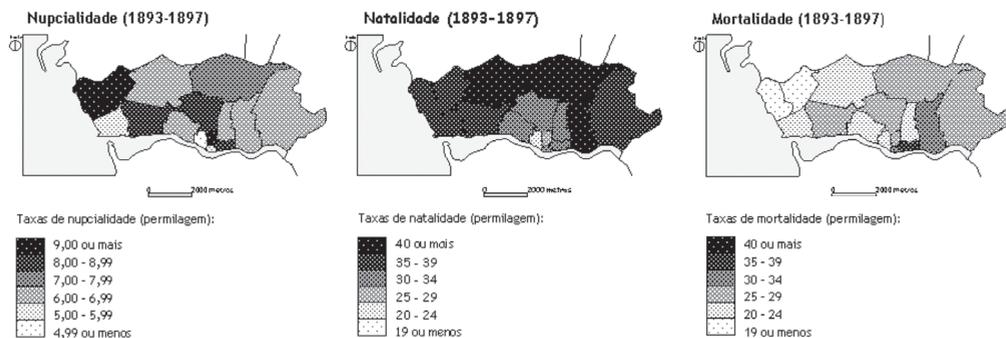


Fonte: *Censo da População* de 1890

Fonte: *Censo da População* de 1890.

ANEXO 6:

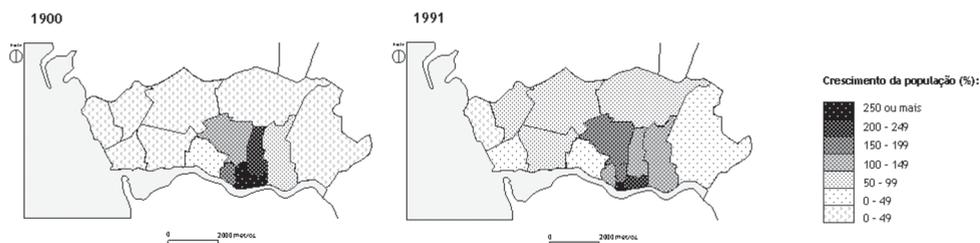
Variáveis demográficas segundo as freguesias do concelho do Porto (1893-1897).



Fonte: Ricardo Jorge, 1899.

ANEXO 7:

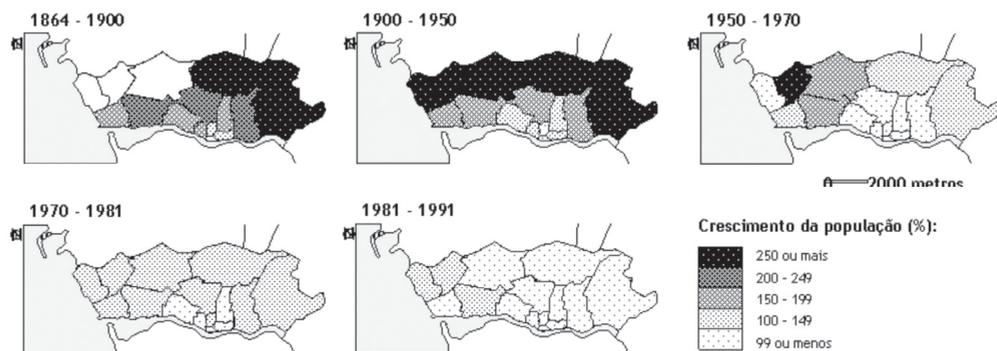
Evolução da densidade populacional das freguesias do concelho do Porto entre 1900 e 1991 (segundo as áreas totais das freguesias em 1988)



Fonte: *Censos da População* (1900 e 1991) e SEARN (1988).

ANEXO 8:

Evolução demográfica das freguesias do Porto segundo os ritmos de crescimento populacional do Bonfim (1864-1991)



Fonte: *Censos da População* (1864-1991).

ANEXO 9:

População do Grande Porto segundo as variáveis demográficas em 1997 (estimativa).

Circunscrição	População residente		Variáveis demográficas			
	1991	1997	T. Natalidade	T. Mortalidade	Saldo Natural	T. Nupcialidade
Portugal	9.867.147	9.934.110	11,1	10,8	0,3	6,4
Grande Porto	1.167.800	1.191.740	11,8	9,0	2,8	7,0
Espinho	34.956	35.950	12,4	7,4	4,9	9,1
Gondomar	143.178	150.420	12,1	7,7	4,4	6,3
Maia	93.151	100.640	13,2	7,7	5,5	6,8
Matosinhos	151.682	162.290	11,1	8,1	2,9	6,6
Porto	302.472	276.070	10,1	12,2	-2,1	6,9
Póvoa de Varzim	54.788	57.540	14,9	8,5	6,4	9,2
Valongo	74.172	79.380	11,8	6,8	5,0	7,5
Vila do Conde	64.836	66.820	13,3	8,4	4,9	8,7
V. N. Gaia	248.565	262.630	12,3	8,4	3,9	6,7

Fonte: Anuário Estatístico de 1997. Lisboa: INE: 1998.

ANEXO 10:

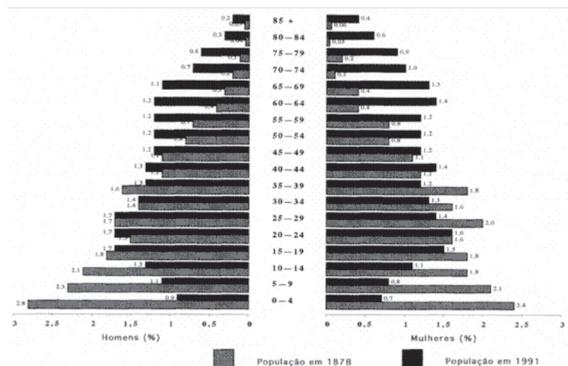
Mulheres dos 15 aos 49 anos segundo o número de filhos descendentes (com elas residentes) – Bonfim, 1981.

Idades	Número de filhos						Total	%
	Sem filhos	1	2	3	4	5 e +		
15-19	482	27	2	-	-	-	511	7,7
20-24	809	202	39	5	-	-	1.055	15,9
25-29	619	458	188	25	-	1	1.291	19,5
30-34	398	406	353	73	8	1	1.239	18,7
35-39	295	251	293	94	20	8	961	14,5
40-44	309	187	197	79	26	9	807	12,2
45-49	428	176	97	44	11	5	761	11,5
Total	3.340	1.707	1.169	320	65	24	6.625	
%	50,4	25,8	17,6	4,8	1,0	0,4		100

Fonte: Censo de 1981 – Quadros não publicados. Lisboa: INE, 1983.

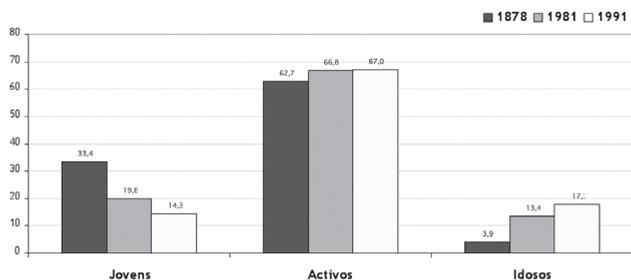
ANEXO 11:

População da freguesia do Bonfim segundo os grupos etários em 1878 e 1991 (em %).

Fonte: *Censos da População* para os anos indicados.

ANEXO 12:

População do Bonfim segundo os grupos funcionais (1878, 1981 e 1991).



Fonte: *Censos da população* para os anos indicados.

Anexo 13:

Índices de envelhecimento e dependência da população do Bonfim em 1878, 1981 e 1991.

Índices da População do Bonfim (em %)

Ano	Envelhecimento	Dependência Total	Dependência Jovens	Dependência Idosos
	1	2	3	4
1878 *	11,8	59,3	53,1	6,2
1981	68,0	49,7	29,6	20,1
1991	123,5	47,1	21,1	26,0

Legenda: 1 – Idosos/Jovens; 2 – Jovens+Idosos/Activos; 3 – Jovens/Activos; 4 – Idosos/Activos. *Jovens: 0-14 anos; Idosos: 65 e mais anos; Activos: 15-64 anos*

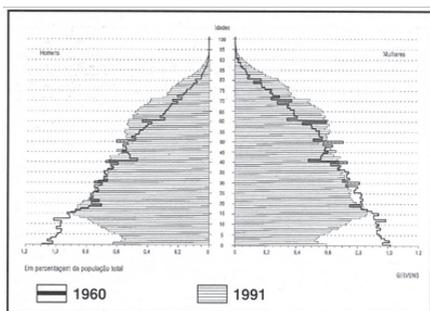
* Um conceito importante a reter, para melhor se compreender a população em 1878, é de que à época o trabalho infantil não encontrava qualquer obstáculo de natureza legal, social ou cultural. A título de exemplo, basta atentar no *Relatório Industrial* de 1881, o qual refere amíde aprendizes do género masculino de 9 anos de idade e do género feminino de 10 anos de idade.

Fonte: Censos da População para os anos indicados.

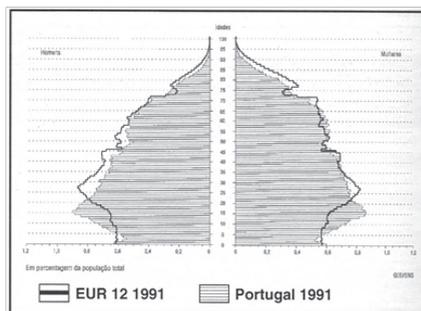
ANEXO 14:

Evolução da estrutura etária da população portuguesa entre 1960 e 1991 e estrutura etária portuguesa e da Comunidade Económica Europeia em 1991

Portugal 1960-1991



Portugal e Europa Comunitária em 1991



Fonte: M. J. Carrilho, 1993

Notícias

XXIX ENCONTRO da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL *SOCIAL MEMORY, HERITAGE AND IDENTITIES*

13 e 14 de Novembro de 2009, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
<http://web.letras.up.pt/aphes29.html>

Realizou-se, nos dias 13 a 14 de Novembro de 2009, o XXIX encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social. A oportunidade e a relevância da organização deste encontro pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e o seu impacto na sociedade científica nacional e internacional, são bem evidentes nos diferentes indicadores produzidos no contexto deste encontro.

Prova do seu carácter internacional é a representatividade expressa nas propostas de *papers* de 188 investigadores provenientes de diversas universidades e unidades de investigação estrangeiras (EUA, Brasil, Japão, Espanha, Inglaterra, Itália, França, Bélgica, República Checa) de um universo composto por 172 propostas individuais. O formato do encontro incluía painéis, apresentados por coordenadores (48 apresentações individuais incluídas em 9 painéis temáticos) e as restantes, nas quais se incluíam 10 propostas de jovens investigadores candidatas ao prémio APHES, organizadas em sessões tematicamente tituladas pelas Comissão Organizadora.

A justificação para a realização deste evento, os objectivos científicos e sociais a alcançar e os resultados desejados, o elenco dos participantes, a conferência inaugural (“Was there ever a Ruling Class? Surnames and Social Mobility in England over the very long run, 1200-1914”), pelo Professor Gregory Clark, da University of California-Davis <http://www.econ.ucdavis.edu/faculty/gclark/> foram propostos, desde o primeiro momento, quando a Comissão Organizadora elegeu como temática MEMÓRIA SOCIAL, PATRIMÓNIO(S) E IDENTIDADE(S), abrindo um conjunto de possibilidades de trabalho.

Este encontro inseriu-se, assim, no quadro da descentralização geográfica e da dinamização de actividades científicas locais e regionais em articulação com as internacionais, objectivos desenhados pela APHES. Remontando as raízes destes encontros à década de 80 do século XX (o primeiro realizado em Coimbra, na Faculdade de Economia, em Junho de 1980), sob a égide de um novo discurso historiográfico e de uma metodologia científica que procurava fazer escola, ultrapassou o âmbito nacional, integrando-se nas iniciativas e redes de investigação criadas em vários países, articuladas na Associação Internacional de História Económica Social (European Historical Economics Society <http://www.ehk.lu.se/ehes/>).

Em Assembleia-geral da APHES, em Novembro de 2008, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto apresentou uma proposta científica estruturadora do encontro de 2009, assumida por uma Comissão Organizadora constituída por membros do *Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais* (Amélia Polónia, Antonieta Cruz, Gaspar Martins Pereira, Inês Amorim e Luís Carlos Amaral).

O tema central proposto pela Comissão Organizadora, *MEMÓRIA SOCIAL, PATRIMÓNIO(S) E IDENTIDADE(S)*, radicou na actualidade, na sua pertinência e na necessidade de a comunidade científica se lançar numa discussão em torno de conceitos e de dinâmicas que se querem desmistificadas e cientificamente esclarecidas, conceitos-chave na produção científica contemporânea da área das Ciências Sociais e das Humanidades, abarcando reflexões no domínio da Filosofia, da Sociologia, da Sociologia, da Antropologia e da História.

O elenco dos temas, sendo meramente sugestivo, inseria-se numa panóplia vasta de aproximações possíveis aos conceitos-âncora propostos:

MEMÓRIAS: mecanismos de construção e socialização da memória: da memória individual às memórias colectivas; espaços de memória: a memória individual (a biografia); a memória familiar; a memória comunitária; a mistificação historiográfica da memória nacional; a memória do trabalho, da empresa, dos sindicatos, do movimento operário; a memória do espaço e o espaço da memória: construções e representações do Espaço.

PATRIMÓNIOS: o património natural, histórico, cultural como instrumento de desenvolvimento sustentável: estudos de caso; património agrícola, industrial, marítimo, iconográfico, religioso: recenseamento, preservação e dinamização cultural; a regulamentação nacional e internacional dos patrimónios: os conflitos de interesse.

IDENTIDADES E ALTERIDADES: comunidades e sociedades: identidades de grupo, locais e nacionais. A polémica dos bairrismos e dos nacionalismos; identidades como factores de inclusão e de exclusão social. As diferenças entre identidades; convívios difíceis: os confrontos de identidades no espaço português, europeu e mundial; jogos de alteridade: integração de emigrantes e de minorias étnicas e/ou religiosas; expansionismo europeu e processos de colonização: identidades em confronto; a redução à identidade: mecanismos de redução da diferença; fronteiras: geográficas, linguísticas, culturais, religiosas, económicas...

As propostas de painéis, comunicações individuais e candidatas ao Prémio APHES, foram apreciadas por uma Comissão Científica composta por Ana Bela Nunes, Presidente (Instituto Superior de Economia e Gestão/Universidade Técnica de Lisboa), Armando Luís Carvalho Homem (Faculdade de Letras da Universidade do Porto), Inês Amorim (Faculdade de Letras da Universidade do Porto), Fátima Nunes (Universidade de Évora), Rui Santos (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa) e Álvaro Garrido (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra).

A organização do programa final, estruturado em dois dias, resultou na apresentação de 47 mesas, movimentando uma média de quatro propostas por sessão, coordenadas por presidentes de mesa, criando a oportunidade para a realização de um debate necessário.

A participação alargada de investigadores e estudantes de pós-graduação de mestrado e de doutoramento encontrou no Congresso um espaço privilegiado de participação, sendo incentivadas a submeter os seus trabalhos ao Prémio APHES / Banco Espírito Santo. A este último puderam concorrer mestres e doutores há menos de três anos, conforme o regulamento disponível em www.aphes.pt.

Das propostas realizadas, avaliadas pela Comissão Científica, resultou a atribuição do prémio, *ex-aequo*, a Hugo Ribeiro da Silva e Patrícia Costa Valente, dois antigos alunos do Curso de História da FLUP, que defenderam as suas dissertações de mestrado também nesta mesma Faculdade, desenvolvendo, de momento, percursos de doutoramento e investigação próprios.

O encontro contou com o apoio logístico da FLUP, no seu todo, e em particular do *DHEPI – Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* (por delegação da APHES), em colaboração com o

CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura Espaço e Memória» (unidade de I&D, sediada na FLUP), através do profissionalismo dos seus funcionários (Susana Cunha e Paula Montes Leal).

Sublinhe-se o apoio de uma equipa de alunos de Licenciatura e de Mestrado, que participaram activamente no acompanhamento das sessões e de todos os participantes do encontro, sinal de uma adesão e envolvimento total do DEPHI, objectivo que norteou, desde o princípio, a Comissão Organizadora.

Finalmente, a importância do encontro terá merecido apoios institucionais materializados através da atribuição de financiamentos vários, provenientes da Reitoria da Universidade do Porto, do Banco de Portugal, da Fundação para a Ciência e Tecnologia e da própria APHES.

Os textos enviados e/ou os resumos, assim como os currícula, encontram-se disponíveis na página do evento (<http://web.lettras.up.pt/aphes29.html>) construída expressamente para o seu propósito e, também, neste caso, com a disponibilidade de um antigo aluno de licenciatura em História, hoje doutorando da FLUP (Flávio Miranda).

Inês Amorim

The Military Orders: politics and power Fifth International Conference – Centre for the Crusades, Cardiff University

A Fifth International Conference, subordinada ao tema “The Military Orders: politics and power”, foi organizada pelo Centre for the Crusades da Universidade de Cardiff e decorreu de 3 a 6 de Setembro de 2009 nas instalações da referida Universidade (Glamorgan Building). Este encontro científico contou com a participação de cerca de 80 investigadores provenientes do Reino Unido, França, Itália, Holanda, Áustria, Suécia, Hungria, Alemanha, Polónia, Portugal, Espanha, Canadá, EUA, Austrália, Chipre e Síria. A participação de todos os investigadores foi muito produtiva e acompanhada de intensos debates científicos em torno da temática definida. Registe-se que está prevista a edição das actas deste congresso, pelo que foram entregues a todos os participantes as normas de preparação e uniformização dos textos, a entregar até 31 de Dezembro do corrente ano.

Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

IV Encontro de Primavera Percursos na Licenciatura em História

O DHEPI organizou o *IV Encontro de Primavera. Percursos na Licenciatura em História*, que decorreu nas instalações da FLUP nos dias 14 e 15 de Maio de 2009. O principal objectivo deste encontro é proporcionar aos estudantes do 1º ciclo em História a apresentação de trabalhos científico-pedagógicos desenvolvidos na licenciatura, no âmbito dos Seminários em História Medieval, Moderna e Contemporânea. Esta iniciativa teve um excelente acolhimento por parte dos alunos e foi bastante participada. Sublinhe-se que 17 alunos apresentaram 14 comunicações, uma vez que dois dos trabalhos tiveram apresentação conjunta, dadas as afinidades dos objectos de estudo desenvolvidos.

O leque temático das comunicações foi diversificado. Assim, houve intervenções sobre Marcas de oralidade nos documentos da chancelaria de D. Afonso IV (Carlos Eduardo Verdier Graf); O carácter dos reis de Portugal na Crónica Geral de Espanha de 1344 (Nuno Ricardo Gonçalves Moreira); A visão do Islão na Crónica do Conde D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara (Márcia Fernanda Silva Santos); Representações de um rei ausente (António Magalhães); A comunidade holandesa da cidade do Porto na viragem do século XVI (Paulo A. C. Correia). Por sua vez, a vertente administrativa constituiu o centro da abordagem de textos como: A madeira e a pimenta nas cartas de quitação de D. Manuel I (Daniela Sofia de Jesus Magalhães e Diana Daniela Ladeira da Costa); Dos julgados aos concelhos: a evolução administrativa da Idade Média aos nossos dias – Felgueiras, Santo Tirso e Vila do Conde (André Ribeiro Moreira; Olegário Nelson Azevedo Pereira e Tânia Raquel Gomes Lacerda); Os oragos das freguesias das terras da Nóbrega, de Lanhoso e de Panóias nas Inquirições de 1220 e 1258 e na Lista das Igrejas de D. Dinis (Ricardo José Barbosa da Silva). Por fim, o Porto durante a 1ª República constituiu uma das grandes unidades temáticas deste encontro, contando com os seguintes trabalhos: Uma afirmação municipalista: a criação do conservatório no Porto (Fernando Carlos Cerqueira Gomes Sottomayor); Entre duas revoluções: ecos da revolução russa na imprensa do Porto (Marisa Ferreira Távares); A crise das subsistências no Porto da 1ª república: 1916-1918 (Arnold Arie van Rossum); O abastecimento de carvão no Porto durante a grande guerra (César Pereira); “Luz e vida” – uma loja maçónica no Porto na 1ª república (Paulo Almeida); A gripe espanhola de 1918 no Porto (Hugo Ricardo T. Ferreira da Silva).

Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

XXXV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA MILITAR

Entre 31 de Agosto e 4 de Setembro de 2009, realizou-se no Porto, no Centro de Congressos da Alfândega, o XXXV Congresso Internacional de História Militar, iniciativa anual da Comissão Internacional de História Militar (CIHM). Tendo a CIHM cometido

a organização do congresso à Comissão Portuguesa de História Militar (CPHM), contou a mesma com o significativo apoio da Universidade do Porto (através do Departamento de História da Faculdade de Letras) e da Câmara Municipal do Porto.

A cerimónia de abertura do congresso, em 31 de Agosto, decorreu na Sala Infante do Centro de Congressos da Alfândega e foi presidida por Sua Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional, contando, igualmente, com a presença do Presidente da Câmara Municipal do Porto, do Reitor da Universidade do Porto, além, naturalmente, dos Presidentes das CIHM e CPHM e de diversas autoridades civis e militares.

Dada a circunstância de se comemorar em 2009 o segundo centenário da 2.^a Invasão Francesa, desde há cerca de 3 anos que a CPHM manifestara perante a CIHM não só a sua candidatura à organização do congresso de 2009, mas também que o tema fosse, de algum modo, relacionado com a Guerra Peninsular. Para tornar o tema do congresso mais abrangente, assentou-se, por fim, que o mesmo tomaria a seguinte forma: *A guerra no tempo de Napoleão. Antecedentes, campanhas militares e impactos de longa duração.*

Este estimulante tema haveria de se revelar como muito atraente, acabando o Secretariado Científico do congresso por seleccionar 86 comunicações em representação de 30 países. No total, contando também com os representantes dos países que não apresentaram qualquer comunicação, estiveram presentes delegações de 40 países, provenientes de todos os continentes.

A conferência inaugural, inserida na cerimónia de abertura, foi proferida pelo Professor Doutor Luís António de Oliveira Ramos, professor jubilado da Universidade do Porto e seu ex-Reitor, a qual versou o tema *A Europa contemporânea e as campanhas napoleónicas.*

No último dia do congresso, em 4 de Setembro, realizou-se uma conferência de encerramento, proferida pelo Professor Charles Esdaile, da Universidade de Liverpool, subordinada ao tema: *As Guerras Napoleónicas num contexto global.*

O congresso, na sua vertente académica principal, contou com a realização de 26 sessões, destinadas à apresentação oral de 80 comunicações. Complementarmente, foram realizadas mais três iniciativas: uma workshop para jovens estudantes licenciados, subordinada ao tema *A transferência de técnicas e conhecimentos militares para a sociedade civil, incluindo o intercâmbio de culturas através dos militares*, que contou com a apresentação de 6 comunicações de jovens congressistas de Portugal, Brasil, Itália e Estados Unidos da América; uma mesa redonda sobre *Portugal e as Invasões Francesas*, na qual participaram representantes de Portugal, Espanha, França e Reino Unido; um “Book Panel” dedicado aos *Livros novos e recentes sobre a época de Napoleão*; e, ainda, uma workshop sobre *Arquivos*.

No último dia, a encerrar as actividades, realizou-se a habitual Assembleia-Geral da CIHM, na qual, entre outros assuntos, foi prestada informação relativa aos dois próximos congressos, a realizar em Amesterdão (2010) e Rio de Janeiro (2011).

Como é habitual nos congressos da CIHM, paralelamente ao programa académico desenvolveu-se um programa de carácter turístico, destinado aos acompanhantes, programa esse que, além de dar a conhecer a cidade do Porto, levou este grupo à Área Militar de S. Jacinto e à cidade de Aveiro e a um cruzeiro no rio Douro. Na quarta-feira, dia 2 de Setembro, como é tradicional, a totalidade dos participantes e acompanhantes foram em viagem pela província do Minho, visitando Guimarães e Ponte do Lima. O programa social foi complementado com recepções nocturnas oferecidas pela CPHM (Serra do Pilar), pela Câmara Municipal do Porto (na sede do município), pelo Exército Português (no quartel de Santo Ovídio) e com um jantar numa das caves de Vinho do Porto, em Vila Nova de Gaia. Por fim, na sexta-feira à noite, realizou-se o tradicional jantar de despedida, na Sala Arquivo da Alfândega do Porto.

Em regime opcional, o programa do congresso prosseguiu no sábado, dia 5 de Setembro, com dois “tours” pós-congresso, um no rio Douro e outro com termo em Lisboa. Este último levou os congressistas e seus acompanhantes a visitar, entre outras localidades, Buçaco, Coimbra, Fátima, mosteiro da Batalha e Campo de S. Jorge, Alcoobaça, Mafra e Évora.

David Martelo

Notas de Leitura
e Recensões Críticas

Marquês de Soveral – Homem do Douro e do Mundo
– Son of the Douro Man of the World

Tivemos o ensejo de apresentar o Livro “MARQUÊS DE SOVERAL – Homem do Douro e do Mundo” em Setembro de 2008, no âmbito da “VinDouro” em São João da Pesqueira, a convite do autor, o Dr. Gonçalves Guimarães e da Câmara Municipal da Pesqueira.

O Dr. Gonçalves Guimarães, sem colocar de lado o conhecimento sedimentado sobre as variadas matérias que nele aborda, estriba-se em fundas indagações sobre documentos inéditos, ou seja, apresentou-nos uma obra, produto da investigação fundamental aquela que, verdadeiramente, faz evoluir o conhecimento histórico. O autor, com esta biografia colocou assim mais alguns “tijolos” nesse edifício ainda muito incompleto que é a História do Douro. Para fundamentar o seu trabalho usou entre outros instrumentos o Arquivo Central da Marinha, o Arquivo Distrital de Viseu, o Arquivo do Marquês de Soveral, os arquivos do Solar dos Condes de Resende, a documentação da Feitoria Inglesa do Porto e as Bibliotecas Públicas Municipais do Porto e de Gaia.

Apetrechado com informes preciosos colhidos nestes meios difusores de cultura e informação, o autor começa por nos dar uma panorâmica sobre o ambiente em que a Europa se encontra mergulhada nos últimos anos da vida do seu biografado. O livro não tem início com referências aos primeiros anos de vida de Luís Maria Pinto de Soveral – Marquês de Soveral – mas com uma alusão ao contexto que envolve a sua morte numa casa de Saúde de Paris. A perspicácia do autor ao retratar a envolveria do acto fúnebre do biografado, coloca-nos logo muito perto de perceber o meio social em que o Marquês de Soveral se moveu, a dimensão transnacional da sua acção diplomática, a teia de relações que desenvolveu ao mais alto nível da aristocracia europeia da época, etc. Afinal, na doença e nos últimos tempos de vida, Soveral foi acompanhado pela rainha viúva D.^a Amélia e pelo seu filho D. Manuel II entre outros monarcas que com eles partilharam as agruras do exílio na cidade luz. Os relatos dos jornais da época que aludiram ao falecimento do ilustre diplomata duriense de que o autor se serve, põem-nos assim perante uma personalidade que, em vida, frequentava Buckingham Palace, Sandringham, Windsor e Balmourol, por ser amigo pessoal do Príncipe de Gales e com ele partilhar espaços tão próximos como o dos iates reais ingleses. Em suma, aponta já os principais marcos da vida do Marquês de Soveral que à frente desenvolve.

Nesta incursão aturada pela imprensa nacional e internacional da época, o autor destaca os elogios ao Marquês de Soveral proferidos por figuras gradas do Estado português de entre as quais destaca Bernardino Machado, então Presidente da República, dando mesmo nota da elaboração de uma obra de arte, a tempera e tinta, do pintor inglês Beerbohm, denominada “Edward Parade” onde estão representadas 12 personalidades que acompanham o rei Eduardo VII, onde sobressai a figura o seu amigo Marquês de Soveral a par de personalidades que a história inglesa e do mundo imortalizou como Winston Churchill ou o filósofo Edward Moore, pai do neo-realismo inglês.

O autor retoma esta faceta londrina de Luís Maria Pinto de Soveral em capítulo próprio, assim o exigiu a projecção que o biografado adquiriu nos meios sociais e diplomáticos da Londres Vitoriana.

A dimensão dos homens conhece-se na partida e não apenas na chegada à sociedade onde evoluem. É esta uma das primeiras lições de interdisciplinaridade que autor nos deixa neste livro entre a metodologia histórica e a literatura.

Não se pense contudo que o autor descuidou a vida do Marquês de Soveral no momento do nascimento. Ao contrário, soube dispensar às origens deste Nobel duriense a atenção merecida ao recorrer às melhores fontes para assegurar que Luís Maria Pinto de Soveral descendia de uma notável linhagem de fidalgos nortenhos e durienses que faz remontar a Vimara Peres e a D. Egas Moniz, detendo-se pormenorizadamente nos meandros da genealogia e da heráldica da família do biografado que, e cito o autor, “tendo sido amado por muitas mulheres, conforme o comprovam as inúmeras cartas e bilhetinhos de amor existentes no seu arquivo” guardado em Vila Viçosa nos fundos documentais da Fundação da Casa de Bragança, nunca casou nem deixou geração.

O Marquês de Soveral, como quase todos os homens do interior, também sentiu o fascínio pelo mar. Quem o assegurou foi o próprio pai ao escrever ao Rei D. Luís assegurando que Luís Maria Pinto de Soveral tinha “a maior vocação e desejos de servir o país na carreira de oficial de marinha” corria o ano de 1845. No Verão desse mesmo ano, efectuou novo pedido ao monarca a fim de que o filho praticasse “nas esquadras de Sua Majestade Britânica”. O autor apurou que foi desde tenra idade (12 anos apenas) que o futuro Marquês de Soveral sentiu vontade de vencer as montanhas que parecem asfixiar os durienses para experimentar a liberdade alimentada pela aparente infinitude dos horizontes marítimos.

Certo é que, após ter feito os seus estudos preparatórios e frequentado como aspirante de marinha, algumas cadeiras da Academia Politécnica do Porto, Luís Maria Pinto de Soveral, com 20 anos, partiu para a Bélgica, onde fez com distinção o curso de ciências políticas e administrativas na prestigiada Universidade de Lovaina, descobrindo uma vocação que se foi sobrepondo às saudades que um marinheiro sempre nutre pelas coisas do mar... ao mesmo tempo o autor dá-nos conta do nascimento do diplomata.

O Dr. Gonçalves Guimarães dedicou a este aspecto uma atenção que merece destaque, quer pelo esforço de pesquisa que representou, mas sobretudo porque nos dá a verdadeira dimensão da importância de Soveral enquanto diplomata. Como é natural, na decisão do biografado enveredar pelas relações internacionais pesou a influência directa de familiares, nomeadamente do seu cunhado 8º Visconde de Asseca, doutor na matéria pela Universidade de Louvaina, mas também pelo prestígio de algumas figuras da diplomacia nacional que também frequentaram a mesma Universidade, a título exemplificativo referimos o 8º Conde de Oeiras e 6º Marquês de Pombal, António Carvalho e Melo, isto sem contar com o impulso do prestígio que, na época, representava ter obtido um grau por tão reconhecida academia europeia.

¹ GUIMARÃES, J. A. Gonçalves – *Marquês de Soveral, Homem do Douro e do Mundo, Son of the Douro Man of the World*: Gaia, Edições Gaia Livro, S.A., 2008.

É neste contexto que aos 22 anos, Luís Maria Pinto de Soveral inicia a carreira diplomática como adido de legação e encarregado de negócios interino em Viena de Áustria. Podemos dizer que entrou com o pé direito. No ano seguinte é segundo secretário da legação em Berlim, onde permanece até 1882 como encarregado de negócios a convite de Bismarck, o unificador da Alemanha, conhecido como o “Chanceler de Ferro”. Seguiu-se Madrid – onde permanece pouco tempo. A paixão que por ele nutria uma princesa espanhola determinou a sua saída da representação portuguesa na capital do país vizinho. A guia de marcha era para Roma – expiação dos seus pecados passionais? O autor não deu resposta a esta questão. Seja como for, Soveral não chegou a tomar posse do lugar, optando por alargar horizontes através do mecanismo mais adequado – as viagens por toda a Europa – em Londres não resistiu ao fascínio daquela que era há muito considerada a capital do mundo – após alguns investimentos de carácter social, materializados em avultados gastos em festas e recepções que quase o arruinaram, não fora a providencial morte do seu tio Jorge Artur que lhe deixou em testamento significativos meios de fortuna, consegue em 1885 ser nomeado para a legação londrina.

Goza já de grande prestígio junto da aristocracia da capital inglesa – as suas relações privilegiadas com o Príncipe de Gales – futuro Eduardo VII ajudam. Não se pense no entanto que o papel de diplomata deste ilustre duriense se quedou pelo ambiente frívolo das passerelles das festas e recepções a que o ofício o obrigava. Os tempos eram conturbados. Como nos recorda o autor, Portugal vivia tempos difíceis. Uma dívida externa teimava em não descer. Um problema político que caía no âmbito das relações internacionais, resultante do Ultimatum inglês que exigia a retirada dos territórios africanos entre Angola e Moçambique, facto que gerou no país um sentimento anti-britânico sem precedentes, aproveitado pelo governo de então para se fortalecer. O inimigo comum fortaleceu sempre o poder vigente e ajuda a ofuscar os próprios erros perante o povo.

É este o quadro em que Soveral tem de se mover em Londres e que o conduz directamente a negociações com o Foreign-office que culminam no tratado Luso-britânico de 11 de Junho de 1891 cujo resultado, vantajoso para ambas as partes, acaba por revelar a melhor faceta de diplomata. Tal desempenho mereceu-lhe a Grã Cruz da Ordem de Santo André atribuída pelo governo de Lisboa e a Grã Cruz de São Miguel e São Jorge, concedida pela Rainha Vitória (galardão normalmente atribuído a príncipes de sangue estrangeiros). Ao que parece abriu-se uma excepção para o diplomata duriense. O seu desempenho diplomático trouxe-lhe a fama que o levou a assumir em 1893 a pasta dos negócios estrangeiros no governo presidido por Hintze Ribeiro. Nesse ano rebentava a disputa pela soberania da ilha da Trindade entre o Brasil e a Inglaterra: Mais uma questão muito melindrosa, cuja solução honrou o nome de Soveral mais uma vez envolvido em negociações entre Lord Salisbury, ministro dos estrangeiros de Inglaterra e o Dr. Carlos de Carvalho, ministro do Brasil.

Soveral foi nomeado par do reino em 1898 e, em 1901, recebeu a mercê do título de marquês de Soveral. No seu palmarés de sucessos diplomáticos, conta-se ainda a preparação do segundo tratado de Windsor, celebrado em 1904. Representou igualmente Portugal em 1907 na IIª Conferência de Haia, realizada com o intuito de evitar a primeira grande guerra.

O fim da monarquia (1910) apanhou o Marquês de Soveral na capital inglesa. Apressou-se a declarar a sua discordância em nome daquilo que acreditava ser a defesa dos superiores interesses de Portugal, apoiando, D. Manuel II e a Rainha D.^a Amélia no seu exílio forçado, afastando-se então da vida pública. De resto este aspecto é desenvolvido de forma enquadrante numa descrição clara da situação política complexa que Portugal então viveu.

O Dr. Gonçalves Guimarães reservou algumas páginas deste livro para nos retratar a vida sócio-política e cultural em que se moveu Luís Maria Pinto de Soveral. Especialista em estudos queirosianos deixa nota das experiências do ilustre duriense com o grupo dos “Vencidos da Vida” que, entre 1888 e 1893, uniu um grupo de onze personalidades irmanadas pela desilusão da vida política dominante. Ramalho, Eça, Guerra Junqueiro e Oliveira Martins, entre outras personalidades das letras e das artes conviveram nos Verões passados na praia da Granja com Luís Maria Soveral, encontros que se prolongariam em Lisboa, Paris e Londres. A este propósito o autor deixa notas sobre mais uma paixão que a figura galante de Soveral despertou – Trata-se de Emília de Castro Pamplona, filha dos Condes de Resende, que acabaria por casar com Eça de Queirós em 1886.

Também aqui, o autor não se limitou a enumerar um conjunto de factos que marcaram o percurso da personalidade de que se ocupou. No capítulo 6 Deste livro intitulado *De Ministro a Marquês*, o Dr. Gonçalves Guimarães traça um quadro esclarecedor da complexidade da vida pública portuguesa dos derradeiros anos do século XIX para fazer nela sobressair os contributos de Luís Maria Pinto de Soveral no sentido da resolução das causas em que por dever de ofício político se viu envolvido. É que, o ilustre duriense, como refere a dado o seu biógrafo não nutria particular apreço pela vida política partidária, antes, sem dela se afastar totalmente, manteve-se equidistante relativamente aos partidos em confronto – O Regenerador e o Partido Democrático – enquadrando-se desta forma no perfil recentemente traçado por um psiquiatra da região do Douro que se aventurou a passar a livro o perfil sócio-cultural do Homo-duriense, apontando-lhe como característica a independência e a liberdade.

Serve esta referência para introduzir a última parte desta minha nota de leitura, servindo-me do texto que o Dr. Gonçalves Guimarães escreveu acerca de Soveral enquanto Homem do Douro.

Herdeiro da Quinta de Sidrô, Luís Maria Pinto de Soveral, sempre que podia aqui se refugiava apesar dos apelos das suas amizades da Granja e de Lisboa. Ao invés de responder a tais apelos, preferiu muitas vezes convidar os seus amigos e diversas personalidades a alojarem-se na quinta, acompanhando-o durante as temporadas que por aqui passou (em 1906 estiveram em Sidrô, os Príncipes D. Luís Filipe e D. Manuel).

Respondeu aos pedidos que os seus concidadãos da Pesqueira lhe dirigiam, às vezes para alcançarem coisas simples, outras solicitando ajuda para as festas em honra da Senhora dos Remédios que se venerava na Igreja da Santa Casa da Misericórdia da Vila. Outras ainda para auxiliar o corpo de bombeiros ou para tarefas de maior vulto como a da abertura da chamada estrada da Ferradosa ou da criação do Hospital, obras a cuja concretização emprestou a sua influência.

Terminamos sugerindo uma leitura do capítulo 9 deste livro, no qual o autor se esmerou para, como refere, tanto quanto a verdade histórica lho permitiu, falar dos amores e desamores que o seu biografado viveu que, por tantos que foram, o lavaram a

dizer com cautela que “faleceu sem descendência conhecida” para acrescentar “para que um dia a sua história não nos brinde com alguma surpresa”.

Por fim salientamos que se trata de uma edição bilingue que faz ecoar o passado de um ilustre duriense além fronteiras, ou seja, nos palcos de boa parte da sua vida. Ademais é uma obra que honra o seu autor pelo aturado estudo que o suporta, honra também o Douro e um dos seus filhos mais ilustres – Luís Maria Pinto de Soveral – O Marquês de Soveral, honra igualmente os seus patrícios das terras da Pesqueira que, estamos certos, agradecem a iniciativa desta publicação que aclara a vida e a obra de um vulto da diplomacia portuguesa que viu a luz do mundo pela primeira vez em terras do Douro.

António Barros Cardoso

Narciso de GABRIEL, *Ler e escribir en Galicia. A Coruña: Universidade da Coruña – Servizo de Publicacións, 2006, p. 405 (ISBN: 84-9749-189-0). Língua: Galego.*
(A presente recensão é a tradução do trabalho publicado pela revista *Paedagogica Historica* – *International Journal of the History of Education*, Vol. 44, nº 3, Junho de 2008, pp. 361-364).

O trabalho em referência, da autoria de Narciso de Gabriel, Professor Catedrático de Teoria e História da Educação da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade da Corunha, tem por objectivo analisar a evolução do processo de alfabetização básica da sociedade galega ao longo dos séculos XIX e XX a partir de fontes e estudos estatísticos disponíveis.

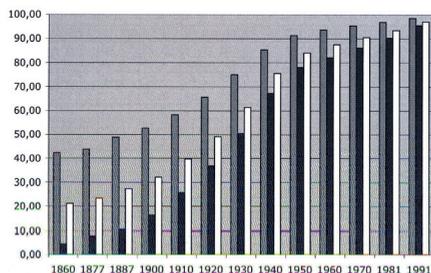
A investigação que fundamenta a presente obra teve por finalidade apoiar provas académicas, denotando a obra, assim, uma estrutura mais académica ao compreender uma introdução, seis capítulos, referências bibliográficas e apêndices estatísticos.

No primeiro capítulo, relativo ao enquadramento conceptual e metodológico do trabalho, o autor analisa a evolução dos estudos sobre alfabetização, designadamente a nível conceptual, teórico e metodológico, traçando o estado da arte das diferentes gerações de investigações e investigadores de referência internacional e em Espanha. O *corpus* documental principal da investigação é constituído pelos treze recenseamentos da população espanhola, os quais fornecem informação dados sobre a alfabetização entre 1860 e 1991. O autor coloca um elevado rigor metodológico na descrição, problematização e avaliação das fontes estatísticas trabalhadas com vista a garantir, por um lado, a correcção e fiabilidade das informações e dos resultados e, por outro, a estabilidade interna do estudo, designadamente a nível dos conceitos, critérios, categorias, variáveis, unidades de análise, escalas de trabalho, técnicas adoptadas, entre outros. O enfoque adoptado no estudo é assumidamente analítico e quantitativo, colocando o estudo no quadro da primeira das três gerações de investigações sobre alfabetização definido por Harvey J. Graff (cf. *The literacy myth: cultural integration and social structure in the nineteenth century*. New Brunswick, 1991). Narciso de Gabriel explica esta sua opção pela inexistência de estudos específicos sobre a quantificação e extensão da alfabetização dos galegos e das galegas durante o período estatístico e a sua intregação a várias escalas: nacional (Espanha), regional (Galiza), provincial (A Coruña, Lugo, Ourense e Pontevedra) «partidos xudiciais» e municípios. Os resultados da investigação são apresentados sob a forma de tabelas (89), gráficos (16), mapas (57) e anexos (87).

O segundo capítulo, intitulado «Alfabetização, semi-alfabetização e analfabetismo», debruça-se sobre a evolução demográfica da Galiza, as taxas de alfabetização total e da alfabetização dos maiores de 10 anos de idade, cruzando alguns dos resultados apurados para a população masculina com estatísticas de recrutamento militar, recenseamentos eleitorais e fontes administrativas com vista a aprofundar a problematização e a inteligibilidade dos resultados.

A Galiza contava em 1860 com 1.799.224 habitantes e com 2.720.445 em 1991. A população galega apresenta um crescimento inferior ao conjunto da Espanha durante esse período, comprovado pela involução da taxa do seu peso demográfico na sociedade espanhola, que passa dos 11,5% verificados em 1860 para os 6,9% em 1991. A principal causa desta evolução negativa não tem a ver com anomalias no crescimento natural da Galiza mas sim com os efeitos das fortes fluxos migratórios que caracterizam a sua população, especialmente a população masculina, até à década de 1980. Os efeitos da emigração masculina fazem-se sentir no aumento da taxa de feminização da população galega, a qual atinge o seu ponto mais alto nas décadas de 1910 e de 1920 (125%) para depois ir lentamente descendo até 1991 (109%). Numa análise diferencial segundo o género, as taxas de alfabetização da população masculina com 10 ou mais anos de idade é superior à média nacional de Espanha em todos os censos estudados. As mulheres galegas, pelo contrário, apresentam taxas de alfabetização inferiores à média nacional até ao recenseamento populacional de 1950 (neste ano as galegas alfabetizadas – 78,17% – ultrapassam a média nacional em 0,17%). O diferencial sexual da alfabetização é uma constante na população galega, tendo intervalos que oscilam entre os pólos de 38% a 36%, registados entre 1860 e 1900, e os 3%, verificados em 1991. A Figura 1 sintetiza a evolução das taxas de alfabetização da população galega segundo o género entre 1860 e 1991.

Figura 1: Taxas de alfabetização da população masculina e feminina maior de 10 anos de idade na Galiza entre 1860 e 1991.



Fonte: Narciso de Gabriel, 2006, p. 67.

Legenda: Cinzento – Homens; Preto – Mulheres; Branco – População galega maior de 10 anos.

Três períodos se destacam no processo de alfabetização da Galiza na época estatística: 1860-1900, 1900-1950 e 1950-1991. O primeiro e o terceiro períodos são caracterizados por uma evolução moderada, ao passo que o segundo período, especialmente até 1940, apresenta uma forte dinâmica na expansão social das competências da leitura e da escrita. Esta periodização foi definida em função do conceito de *transição da alfabetização*, desenvolvido por Clara Eugénia Núñez, o qual se processa entre dois limiares: as taxas situadas do limiar dos 30-40% traduzem um fenómeno social de alfabetização mais restrita e uma barreira ao desenvolvimento económico; as taxas iguais ou superiores ao limiar dos 70% marcam o início do processo de universalização da alfabetização e de *outputs* positivos sobre a economia.

A fase mais aguda desta transição da alfabetização da população galega (1900-1940), será especificamente analisada no terceiro capítulo, o qual toma por estudo a relação entre idade, período e *cohortes*. A partir da metodologia de análise de *cohortes*, o autor avalia a influência dos factores idade, período, geração, mortalidade e emigração no processo de aquisição das competências de leitura e escrita. A partir da aplicação de diferentes modelos de investigação (vertical, horizontal e diagonal), o autor destaca as seguintes tendências registadas entre homens e mulheres: as taxas de alfabetização registada em cada censo diminuem à medida que aumenta a idade, aumentam dentro de cada grupo de idades nos sucessivos censos e aumentam ainda à medida que cada geração vai envelhecendo, acabando por estabilizar no intervalo dos 71-80 anos de idade. Através de uma análise intra-cohortes, são detectados ainda outros comportamentos: a maioria dos indivíduos que chegam à condição de alfabetizado fazem-no antes ou durante os 11-20 anos e o nível de alfabetização de cada geração tende a aumentar com a idade e o tempo. No entanto, as circunstâncias históricas (expansão da rede escolar primária, por exemplo) são mais determinantes no acesso das mulheres à leitura e à escrita do que entre os homens. Entre os homens, para além da escolaridade primária, o serviço militar, a escolarização primária tardia, as campanhas de educação de adultos e a emigração, entre outros, geram contextos diversos, formais e informais, de aprendizagem da leitura e da escrita ao longo do seu ciclo de vida.

A emigração e a mortalidade são os principais factores da saída de efectivos populacionais. A evolução da população alfabetizada é mais complexa dado que, por um lado, pode ser influenciada negativamente por aqueles dois factores e, por outro, ter um carácter reversível, pois os emigrantes podem regressar e os analfabetos podem aprender a ler e escrever. A Galiza é uma região de forte emigração, sobretudo, transatlântica: estima-se que entre 1836 e 1960 tenham saído cerca de 2.000.000 de galegos, 860.000 dos quais entre 1901 e 1920. No início do século XX, a percentagem de retorno oscilava entre 65% (1901-1910 e 1921-1930) e 81% (1911-1920), mas o saldo migratório registado entre 1860 e 1980 cifrava-se em, aproximadamente, menos 1.200.000 indivíduos. Os principais agentes do êxodo são os homens, enquanto que as mulheres só lentamente vão aumentando a sua participação no fluxo migratório: 16% (1885-1895), 30% (1916-1930) e 40% (1951-1955).

Dados relativos ao período de 1900 a 1930 revelam que a emigração captava os efectivos populacionais com menos de 35 anos de idade (92% dos emigrados), precisamente as idades que evidenciavam um maiores índices de alfabetização, com uma intensidade inexorável: 1/3 da população dos 11 aos 30 anos no período 1900-1920 e 1/4 do mesmo patamar etário em 1920-1930. A partir dos resultados apurados na comarca de Ulla (1898) e nos municípios de Santiago (1871-1878) e de Ortigueira (1900-1930), o autor conclui que os emigrantes galegos tinham um nível cultural claramente superior às médias das suas povoações de origem. Este mesmo perfil irá caracterizar os emigrantes galegos nas décadas de 1960 e 1970, quando o fluxo do êxodo se reorientar para a Europa Central e as taxas de alfabetização da população galega estiverem acima dos 87% e 90%, respectivamente.

A eficácia alfabetizadora da escolaridade primária é analisada no capítulo quarto (intitulado «Os anos escolares») através do cruzamento dos dados da alfabetização entre os 6 e os 10 anos de idade com as taxas de escolarização primária entre 1887 e 1960. A maior dificuldade assinalada pelo autor neste tipo de análise tem a ver com a determinação rigorosa do número de escolas primárias existentes na Galiza ao longo deste período: enquanto que é possível conhecer com algum rigor a rede e as taxas de matrícula das escolas oficiais, já as escolas privadas, devido à natureza diferenciada da sua iniciativa e das práticas, resistiam ao controlo estatístico, especialmente as «*escolas de ferrado*» estudadas por Narciso de Gabriel em trabalho anterior (cf. *Escolantes e escolas de ferrado*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 2001). Não obstante as dificuldades assinaladas, o autor destaca três períodos de expansão na evolução das taxas de escolarização primária, que coincidem com os períodos de desenvolvimento sócio-económico da Galiza: a segunda

metade do século XIX, período em que se implanta a rede pública e se escolariza cerca de 33% da população; os anos de 1910 a 1936, durante os quais se supera o limiar dos 50%; e o período entre 1950 e 1980, que culmina com uma escolarização quase total da população. Já as fases críticas da escolarização primária galega respeitam aos períodos de transição entre o século XIX e XX e ao da guerra civil e suas consequências. Os resultados da expansão da escolarização primária na Galiza denotam uma relação positiva com a evolução das taxas de alfabetização, especialmente no período da transição da alfabetização anteriormente referido.

A geografia da alfabetização (título do capítulo quinto) remete o estudo para escalas de análise mais finas e desagregadas. Assim, operando com taxas de alfabetização da população total, o autor desenha o perfil de 15 comarcas, 48 «partidos xudiciais» e 323 municípios galegos. Os resultados apurados introduzem o capítulo sexto e último («As condicionantes da alfabetização»), no qual, através do cruzamento de factores de carácter geográfico, económico, social e cultural, Narciso de Gabriel dá a conhecer algumas hipóteses de pesquisa e chaves para a compreensão da evolução da alfabetização na Galiza. As hipóteses de pesquisa sugeridas têm a ver com, por exemplo, a influência directa e indirecta do protestantismo na promoção das taxas de escolarização e de alfabetização e a relação entre a língua materna galega, durante muitos anos afastada da prática e cultura escolares, e a aquisição das competências da leitura e da escrita num contexto bilingue (um inquérito de 1992 revelava que 97% dos galegos compreendia a língua materna, 86% conseguia falá-la, 46% conseguia lê-la e 27% escrevê-la).

As chaves para a compreensão da alfabetização galega são, segundo o autor, as seguintes: a experiência escolar é o determinante imediato da alfabetização, não obstante o facto de as zonas de alfabetização já estarem culturalmente definidas antes da escola pública deixar as suas marcas; os municípios estabelecidos em zonas de alta montanha apresentam níveis de alfabetização masculina superiores à média galega; existe uma relação negativa entre a superfície dos municípios e as taxas de alfabetização, ou seja, as taxas mais elevadas de alfabetização registam-se nos municípios mais pequenos (Beade ou Corcubión, por exemplo); regista-se uma relação positiva entre densidade populacional e alfabetização, especialmente a feminina, isto é, em termos gerais, a alfabetização predomina nas zonas mais densamente povoadas e dinâmicas, sobretudo, a nível económico; os sectores de actividade que registam maiores taxas de alfabetização são o sector terciário (comércio, serviços administrativos e domésticos) e o secundário (mais entre os artesãos do que entre os trabalhadores da indústria); a expectativa e intensidade da emigração relaciona-se de forma positiva com a alfabetização feminina e masculina, confirmada pelo facto de, entre 1860 e 1900, por exemplo, o maior aumento das taxas de alfabetização ter sucedido nas zonas de maior emigração.

Luís Grosso Correia - Email: lgrosso@letras.up.pt

As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares. Coordenação de Isabel Cristina Fernandes. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 2009, 942 páginas.

A obra intitulada *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente* consiste na publicação das actas do V Encontro sobre Ordens Militares, que teve lugar em Palmela entre os dias 15 e 18 de Fevereiro de 2006, tendo a tarefa de edição sido coordenada por Isabel Cristina Fernandes. Trata-se de uma obra editada pela Câmara Municipal de Palmela, por via do seu Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GEOS), já em 2009, e que recolheu como patrocinadores a Presidência da República, através da Chancelaria das Ordens Honoríficas, e a Fundação Calouste Gulbenkian. Neste volume, que conta com 942 páginas, estão reunidos 38 textos, sendo três deles elaborados em co-autoria. Assim, ao lê-lo usufruímos de um leque muito diversificado de questões que resultam da reflexão das referidas 4 dezenas de colaboradores, tanto portugueses como estrangeiros.

Os conferencistas, cujos textos figuram nestas Actas, pertencem a instituições muito diversas, sendo todas elas de reconhecida importância científica. Referimo-nos, no caso português, às Universidades do Porto, Coimbra, Nova de Lisboa, Évora e Lusíada. O universo académico dos participantes contou igualmente com representantes das prestigiadas Universidades de Paris 1 – Pathéon – Sorbonne (França), Nantes (França), Blaise Pascal – Clermont-Ferrand 2 (França), Autónoma de Madrid (Espanha), Castilla-la-Mancha (Espanha), Alcalá de Henares (Espanha), Hamburgo (Alemanha), Bochum (Alemanha), Szeged (Hungria), Bari (Itália), Degli Studi di Lecce (Itália), Durham (Reino Unido), Haifa (Israel) e Califórnia (Santa Barbara). A este leque devemos ainda acrescentar os centros de investigação a que grande parte dos intervenientes está associada. São eles o Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, o Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e do Porto, o Instituto de Estudos Medievais, o Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, o Centro de Estudos Históricos, o Centro de História de Além-Mar, ambos da Universidade Nova de Lisboa e o Instituto de Historia do Consejo Superior de Investigaciones Científicas de Madrid. Houve, igualmente, oradores que pertencem à Assemblée Nationale de Paris, ao Museo Arqueológico Nacional de Madrid e ao Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, ou seja o Gabinete da Câmara que se assume como a entidade promotora do congresso que está na base deste volume de actas. Em função da lista apresentada não podemos deixar de sublinhar a diversidade de contribuições reunidas neste livro, que correspondem a uma paralela pluralidade de abordagens, bastante enriquecedoras do debate intelectual.

Do ponto de vista científico, este livro é de grande interesse e actualidade, não só para os investigadores que se dedicam mais especificamente ao estudo das Ordens Militares, mas também para todos os que se mostram atentos à história de Portugal e às suas múltiplas articulações externas. Esta última vertente é ilustrada com reflexões que se centram no espaço peninsular, em virtude da origem comum e dos respectivos vínculos jurídicos entre algumas das organizações presentes em território português e as suas casas conventuais localizadas no reino vizinho (caso de Santiago e Calatrava-Avis); no Próximo Oriente, dada a origem de algumas das Ordens (como o Hospital e o Templo) e a forçosa articulação que se foi estabelecendo entre o Ocidente e o Oriente, processo em que

estas se envolveram de forma particular; e no Extremo Oriente, em função da inserção das instituições em estudo (nomeadamente, Cristo e Santiago) no processo expansionista português dos séculos XV e XVI.

A organização interna destas actas conta com cinco secções temáticas: Historiografia e Memórias; Nobrezas e Composição Social; O Ocidente e o Oriente: Contactos, Influências e Interações; Espaços e Vivências; e, por fim, Poderes, Instituições e Dinâmicas Políticas. As grandes áreas no livro são precedidas por um texto de apresentação, da autoria de Luís Adão da Fonseca, e pela conferência de abertura, proferida por Michel Balard.

Uma observação do conteúdo destas cinco partes revela aspectos muito interessantes. Com efeito, a conferência de abertura, que precede a parte dedicada à Historiografia e Memórias proporciona-nos um utilíssimo balanço da pesquisa francesa sobre Ordens Militares. Apesar de, formalmente, este texto ter este estatuto específico na orgânica do livro, encontra-se perfeitamente inserido nos objectivos da sua primeira secção. As revisões historiográficas constituem uma boa prática, que merece atenção acrescida nos próximos tempos, por diversas razões. A produção científica abundante de que beneficiamos, e que traduz o contributo de muitos países, pode também ser divulgada através da elaboração de balanços que tenham por objectivo determinadas áreas geográficas, ou diversas instituições ou mesmo temas específicos. No domínio historiográfico, impõe-se também a discussão de obras marcantes, o pensamento de certos autores, bem como a análise das memórias que as próprias instituições vão criando a seu respeito. Todos estes exercícios enriquecem o nosso conhecimento e ampliam a reflexão que desenvolvemos.

Na temática sobre Nobrezas e Composição Social podemos ler textos que privilegiam as abordagens sociológicas dos membros que fazem parte das Ordens Militares, apurar quem são os indivíduos que ingressam nas suas fileiras e encontrar elementos sobre o perfil etário dos homens que protagonizam estes processos. De salientar é o diálogo estabelecido entre os historiadores das Ordens Militares e os peritos em história da Nobreza, essencial ao entendimento claro das questões apontadas.

Por sua vez, O Ocidente e o Oriente: Contactos, Influências e Interações mostra-se o campo mais inovador e, inclusivamente, destacado no título do livro, na medida em que foi o mote do próprio congresso. Como já referimos, aqui temos enfoques centrados na Península Ibérica, no Oriente Latino, com destaque para as Ordens do Templo e do Hospital, e num outro Oriente mais distante, ou seja, o Oriente relacionado com a Expansão portuguesa, o qual, por tradição de estudo, não tem sido associado de forma sistemática às Ordens, mas que precisa de ser analisado também nesta perspectiva.

A quarta parte é dedicada aos Espaços e Vivências, contando com trabalhos que incidem tanto sobre Portugal, como sobre áreas geográficas distantes (Próximo Oriente e áreas de influência da Casa de Anjou). São trabalhos que encerram um elevado potencial de comparação, pois a partir do conhecimento da presença das Ordens em zonas muito concretas será possível enveredar por análises comparativas de grande utilidade. Por fim, a secção Poderes, Instituições e Dinâmicas Políticas reúne um conjunto mais disperso de textos, que procuram discutir, em grande parte, as formas de relacionamento das Ordens com outros poderes e as respectivas estratégias de afirmação gizadas por estas organizações e por aqueles com quem convivem.

Em suma, nestas páginas encontramos nomes representativos dos estudos sobre Ordens Militares, que ora subscrevem leituras mais convencionais, ora mais inovadoras. Há, também, textos com maior incidência em questões locais e pontuais, mas nem por isso menos importantes no plano do aprofundamento do conhecimento sobre as Ordens Militares, a par de outros que procuram uma compreensão mais transversal para determinados aspectos. Em função dos elementos sublinhados, é uma leitura recomendável e que traduz um avanço na investigação desenvolvida em torno das Ordens Militares.

Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

Comendas das Ordens Militares na Idade Média. *Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares*, vol. 11. Porto: CEPESE / Livraria Civilização, 2009, 231 páginas

No âmbito das actividades programadas pelo Grupo de Investigação de Estudos Medievais e do Renascimento do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), foi organizado um Seminário Internacional sobre as *Comendas das Ordens Militares*, nos dias 3 e 4 de Novembro de 2008. Esta actividade decorreu nas instalações da Universidade Lusíada do Porto e contou com a participação de 10 investigadores portugueses, 5 italianos e um espanhol. Todos estes investigadores participaram no seminário com uma intervenção de cerca de 20 minutos. O debate em torno das ideias expostas foi muito participado e revestiu-se do maior interesse científico. Sublinhe-se que esta actividade contou, também, com a adesão dos alunos do 2º ciclo em História Medieval e do Renascimento (Mestrado) da Faculdade de Letras do Porto, que estiveram presentes em todas as sessões.

Este seminário inscreveu-se no projecto bilateral que alguns investigadores do referido grupo de investigação têm com o Consiglio Nazionale di Ricercha (CNR) de Itália e assinalou o encerramento de uma parte do projecto dedicado às Ordens Militares, em curso nos anos de 2007-2008. Sublinhe-se que, a este nível, cumpriu uma tradição de colaboração que conta com cerca de duas décadas, em parte concretizada com o Istituto di Storia della Europa Mediterranea. Neste sentido, esteve presente o Director desta instituição, Doutor Luca Codignola, que dedicou grande interesse ao programa de trabalhos e ao contacto com os investigadores portugueses. O programa incluiu a apresentação de um livro do Professor Marco Tangheronni, intitulado *Della Storia: in margine ad aforismi di Nicolás Gómez Dávila* (Milão: Sugarco, 2008), e uma visita de estudo ao complexo conventual da comenda de Leça do Balio.

A publicação das actas deste seminário teve lugar no Verão de 2009, sob a designação: *Comendas das Ordens Militares na Idade Média. Militarium Ordinum Analecta. Fontes para o Estudo das Ordens Religioso-Militares*, vol. 11. Porto: CEPESE / Livraria Civilização, 2009, 231 páginas. Estas Actas contam com textos que versam aspectos mais amplos e transversais, como *As Comendas: enquadramentos e aspectos metodológicos; Le commende dei Giovanniti: studi e ricerche; As Comendas enquanto espaço de enquadramento religioso; As Comendas Novas da Ordem de Cristo. Uma criação manuelina; As Comendas na Época Moderna: um ponto de situação*

historiográfico; *Os livros de visitas quincentistas às Comendas da Ordem de Santiago*. Um enfoque mais geográfico, a partir da análise de várias comendas, é outra das linhas de abordagem que podemos encontrar nestas actas em artigos, como *Fronteiras territoriais e memórias históricas: o caso da Comenda de Noudar da Ordem de Avis; Il Gran Priorato di Capua: fondazione e sviluppo territoriale tra XII e XVIII secolo; Precettorie e commende dell'Ordine Giovannita nel Mezzogiorno d'Italia*.

A perspectiva social é um dos pontos fundamentais dos textos editados nas actas em apreço. A este nível, o artigo *Fidalgos, Cavaleiros e Vilões: As ordens militares de Avis e de Santiago (1330-1449)* é o que apresenta uma análise mais abrangente, a par de outros mais centrados em determinadas personalidades como *Os Mascarenhas, uma família da Ordem de Santiago; os Furtado de Mendonça portugueses. Um caso de ascensão social alavancada nas Ordens Militares*; e, por fim, *Gutierrez de Sottomayor: protagonismo político del comendador de Alcántara*.

Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

A Guerra e a Sociedade na Idade Média. VI Jornadas Luso-Castelhanas de Estudos Medievais, 2 volumes. Campo Militar de S. Jorge (CIBA) – Porto de Mós – Alcobaca – Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais e Sociedad Española de Estudios Medievales, 2009 (1044 páginas).

A obra intitulada “A Guerra e a Sociedade na Idade Média” é constituída pelas actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais, organizadas pela Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais e pela sua congénere espanhola. Este congresso decorreu de 6 a 8 de Novembro de 2008 no Campo Militar de S. Jorge (Centro Interpretativo da Batalha de Aljubarrota), em Porto de Mós, no Mosteiro da Alcobaca e no Mosteiro de Batalha. Reuniu várias dezenas de participantes, sobretudo portugueses e espanhóis, embora se verificasse também a presença de investigadores italianos e franceses.

As VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais foram dedicadas à guerra e, em concreto, ao contexto e ao tempo em que se inseriu a Batalha de Aljubarrota. O resultado editorial é visível na publicação das respectivas actas em dois volumes, decorrido apenas um ano sobre o encontro científico que lhes deu origem.

O modelo de organização das jornadas reflecte-se na estrutura das actas em apreço. Assim, regista-se a repartição dos textos em quatro áreas temáticas. A abrir cada uma destas áreas podemos ler os textos de enquadramento, as designadas conferências, das respectivas problemáticas em discussão, seguidos de diversas comunicações. A área 1 versa *A guerra em acto. Aljubarrota em debate* e conta com três conferências, da autoria de Vicente Álvarez Palenzuela, Luís Adão da Fonseca e João Gouveia Monteiro e com nove comunicações (quatro de investigadores espanhóis e cinco de portugueses). A área 2, *No rasto da guerra*, abre com duas conferências, proferidas por Manuel González Jiménez e por Maria Helena da Cruz Coelho, e tem continuidade em 18 conferências (cinco de investigadores espanhóis, onze de portugueses, uma de um italiano e outra de um francês). A terceira área sobre as acções de *Negociar e manter a paz* é contextualizada pela conferência de Pau Cateura Bennasser e explorada através de treze comunicações (cinco de investigadores espanhóis e oito de portugueses). Por fim, a quarta área, dedicada às *Memórias e celebrações*, abre com as conferências da autoria de Salvador Claramunt Rodríguez e de Arnaldo Espírito Santo, seguidas de doze comunicações (quatro de investigadores espanhóis e oito de portugueses).

Da leitura destas actas ressalta o sentido plural da guerra, pois, para além de constituir objecto de estudo em si mesma, também é pretexto para se aprofundar a investigação de dimensões complementares, como as suas consequências, a plataforma diplomática a que dá origem e o conjunto de acções paralelas que concorrem para a manutenção da paz. A estas perspectivas juntam-se outras linhas de reflexão com o propósito de se esclarecer o quadro de referências proporcionadas pela guerra, como o seu eco em tempos posteriores e as formas encontradas para comemorar a guerra.

Do ponto de vista historiográfico, esta obra, em dois volumes, inscreve-se num ciclo especialmente profícuo de reflexão sobre a Batalha de Aljubarrota, acompanhado também pela edição de algumas fontes documentais de referência incontornável e pela abertura do Centro Interpretativo, construído no Campo Militar de S. Jorge.

Paula Maria de Carvalho Pinto Costa

Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, [s.l.], Universidade do Algarve, 2009 (Arte, Literatura e História), 556 págs., ISBN: 978-972-9341-80-9.

Hace ya más de una decena de años, el profesor portugués Luís Adão da Fonseca reconocía el impulso que habían tenido las investigaciones sobre la Historia de las Órdenes Militares, especialmente desde el año 1986, momento en el que se inauguró en la Facultad de Letras do Porto el seminario sobre Órdenes Militares en el “Mestrado” de Historia Medieval. De aquel empeño, y de la creación en el año 1996 del *Seminário Internacional de Órdenes Militares*, entre investigadores portugueses, españoles e italianos, surgió la revista *Militarium Ordinum Analecta*, que desde el año 1997 – bajo el generoso patrocinio de la “Fundação Eng. António de Almeida” y del CEPESE (Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade) de la Universidade do Porto – viene editando interesantísimas monografías sobre estas importantes instituciones medievales.

En esta ocasión es el patrocinio editorial de la Universidad do Algarve la que publica “com alterações de pormenor” la Tesis doctoral de Luís Filipe Simões Dias de Oliveira, profesor de la Facultad de Ciencias Humanas y Sociales (FCHS) de esa Universidad, sumándose así al nutrido grupo de investigadores dedicados al estudio y ediciones documentales de las órdenes militares en la Península, como Paula Pinto Costa, Carlos de Ayala, Isidro García Tato, María Cristina Pimenta, Carlos Barquero Goñi o Áurea Javierre Mur, entre otros.

De las primeras páginas del grueso volumen hay que destacar las interesantísimas reflexiones del prologoista, el ilustre profesor José Mattoso, que por ser casi excepcionales en el panorama investigador ibérico, merecen especial atención: reconoce el poco favor que se tributa a la Historia resolver problemas controvertidos con el único argumento de autoridad. En palabras del prologoista, “as interpretações produzidas pelos historiadores têm de ser constantemente revistas, confrontadas com novas observações, examinadas a partir da sua coerência ou incoerência com estruturas reconhecidamente vigentes na época e no lugar em causa e com conjunturas rigorosamente identificadas e datadas”. Se trata, por tanto, de reconocer que en la Historia Social las *tesis* deben ser más bien *hipótesis*, sometidas a constante revisión. El propio profesor Mattoso asume en estas páginas su error – y no ha sido la primera vez que lo hace – al considerar como modelo para el caso portugués las conclusiones que Georges Duby estableció para la sucesión patrimonial en las familias nobles francesas: su discípulo, el profesor José Augusto de Sotto Mayor Pizarro demostró en su Tesis doctoral² que el modelo portugués – herencia igualitaria –, era contrario al observado por Duby en Francia – de heredero principal – defendido después por Mattoso en Portugal. Y este comportamiento social modificaba muchas pautas de actuación y explicaba determinadas prácticas sociales de la nobleza lusa. El “cruzamiento de dados prosopográficos” posibilitó, según Mattoso, un importante avance del conocimiento histórico, imposible si su propio discípulo no hubiese sometido a duda su autoridad y si no ejercitase el espíritu crítico que todo investigador debe practicar.

José Mattoso se retrata trayendo a colación ese famoso refrán de “rectificar es de sabios”, y de nuevo no le duelen prendas a la hora de presentar en el “Prefácio” sus inexactas “hipótesis” – una vez más por seguir el modelo observado en Francia por George Duby – después de los resultados obtenidos por la investigación de Luís Filipe Oliveira: las órdenes militares de Santiago y Avis aceptaban en su seno tanto a nobles como a burgueses, que “não eram refúgio privilegiado de bastardos nobres nem de filhos segundos, que os não nobres podiam ascender aos cargos superiores, e que nunca deixaram de ser pólo de atracção para burgueses e membros da aristocracia urbana”. Así pues, si bien Mattoso consideraba que el acceso a la condición noble o de “fluidez social” era un fenómeno social en la frontera durante el siglo XII – v.g. con los caballeros villanos –, con la aportación de Oliveira se demuestra que el proceso se mantuvo al menos hasta el siglo XV, al constituir las órdenes militares una puerta de acceso a la nobleza en un momento en el que “se renova e ao mesmo tempo reforça a sua própria ideologia”. Y todo ello supone, en definitiva, interpretar y comprender el significado de los acontecimientos.

El volumen de Luís Filipe Oliveira consta de la “Introdução” y dos “partes”, la primera titulada “Os homens das Ordens” con dos capítulos, el primero dedicado a los maestros y administradores, y el segundo a los comendadores; y la segunda parte se titula “Apoios, origens e percursos”, dividida en tres secciones, “A Sucessão dos Mestres e dos Administradores (1330-1449)”, “A Sucessão nas comendas e nos ofícios (1327-1449)”, y “O Universo dos Comendadores”; cada uno de ellos se subdividen en apartados, unos dedicados a la Orden de Avis y otro a la de Santiago. En palabras del autor, en esta segunda parte “os textos e os materiais são o complemento das observações e das análises feitas nos capítulos anteriores”. El libro finaliza con la “Conclusão”, fuentes y bibliografía.

En la “Introdução” el autor analiza la bibliografía existente, especialmente escasa hasta el último tercio del siglo XX, y pone de manifiesto la poca dedicación prestada al ambiente social de las órdenes militares, tanto en Portugal como en España, con estudios mucho más centrados en cuestiones patrimoniales o institucionales. Un cambio en esta concepción vino de la mano de Philippe Jossereand, a fines de los 90 del pasado siglo, al tratar de modo introductorio las personalidades que regían a los comendadores templarios y hospitalarios: deducía que la aristocratización de las órdenes era un fenómeno tardío, todavía no manifestado con claridad en el trescientos. Los indicios en Portugal parecían llevar a las mismas conclusiones, en especial por las prácticas hereditarias igualitarias en la nobleza, si bien su presencia en las órdenes resultaba incuestionable aún no siendo general. Luís Filipe Oliveira pretende una caracterización sociológica de las órdenes entre 1330 y 1449, en particular de los maestros y comendadores de las de Santiago y Avis, por ser éstas quienes dominaban las llanuras del Sur del Tajo, en un espacio en el que protagonizaron su reconquista, y por ser, además, dos órdenes “diferentes”, es decir, sujetas a distintas reglas y con diferentes matices, como la mayor “laicidad” de la española. Señala también las dificultades de llevar a cabo el estudio prosopográfico de maestros y comendadores, motivada por la falta de documentación de las órdenes – se perdieron muchos diplomas – o los cortos mandatos de muchos de ellos, lo que le obligó a manejar otro tipo de documentación, como la de la Corona o la monástica. Finaliza la introducción justificando el período cronológico elegido: proceso de progresivo fortalecimiento de la autoridad regia, de aristocratización de las milicias, de tutela

² José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias 1279-1325*, 3 vols., Porto, [s.n.], 1999.

monárquica de las órdenes, de su papel en los acontecimientos políticos lusos como el acceso a la Corona del propio maestre de Avis después de la crisis de 1383-1385, y su peso político en los proyectos de cruzada en África emprendidos por la nueva dinastía de Avis.

En la primera parte del volumen, “Os homens das Ordens”, Luís Filipe Oliveira desmenuza la caracterización del ambiente sociológico de las órdenes, su organización interna y administración, el ejercicio de los mandatos, la influencia de la Corona, la imagen aristocrática de las órdenes y su composición social, todo ello con abundantes referencias a los acontecimientos políticos, comparando la trayectoria de las órdenes en Portugal y Castilla, y manejando con extraordinaria habilidad noticias documentales – numerosísimas, de diferentes fondos archivísticos, aunque en ocasiones con transcripciones demasiado filológicas – cronísticas, bibliográficas – fundamentalmente portuguesas y españolas – e incluso epigráficas. Lástima que no se incluyesen junto a los numerosos gráficos y tablas, cartografías alusivas a las encomiendas estudiadas e imágenes de alguno de sus monumentos más representativos, muchas veces mencionados en el texto.

La segunda parte, titulada “Apoios, origens e percursos”, es complementaria de la primera: se amplian o matizan aspectos ya tratados en las páginas precedentes. Se trata de la parte prosopográfica, es decir, de las semblanzas de los maestros y comendadores de Avis y Santiago realizadas para “conhecer-lhes a origem social e familiar e traçar as grandes linhas do seu percurso biográfico”. Entre las casi dos centenas de semblanzas se encuentran personajes de indudable resonancia gallega, como Churrichaos, Freires de Andrade o Paradás. Las dificultades en la elaboración de estas páginas – algo más de la mitad del volumen – resultan evidentes para cualquiera que haya tenido que dedicar empeños a las biografías históricas de personajes caracterizados por noticias muy fragmentarias: recuerdo aquí, como colaborador, al Diccionario biográfico gallego de los Trastámara, desarrollado en el Instituto de Estudios Gallegos “Padre Sarmiento” (CSIC-Xunta de Galicia), financiado por la Fundación Pedro Barrié de la Maza, y dirigido por el Dr. Eduardo Pardo de Guenara, en proceso de redacción.

La mayor parte de los personajes biografiados en esta segunda parte del volumen estarían abocados casi al total anonimato de seguir el autor prácticas historiográficas *modernas* por desgracia bastante habituales, supuestamente renovadoras, más preocupadas por logomaquias que por datos empíricos. Sólo se echan en falta aquí tablas de filiación e ilustraciones de la emblemática utilizada por maestros y comendadores de las órdenes estudiadas.

En el último apartado, dedicado a la “Conclusão”, Luís Filipe Oliveira subraya la fuerte presencia de “villanos” entre los miembros de las órdenes estudiadas por él, fenómeno que puede corroborar el hecho de que el propio conde don Pedro de Barcelos “não mostrase grande apreço pelos homens das ordens e se comprazesse em notar a sua vilania, ou em acentuar a falta de «generosidade» que distinguia alguns deles”. La nobleza no monopolizó los puestos en las órdenes de Avis y Santiago, y su mayor o menor presencia estaría condicionada por los propios acontecimientos políticos, por lo menos hasta el final del siglo XIV “quando as ordens se converteram num beneficio entregue aos aristocratas da corte e aos Infantes da família real. Até essa época, quer os mestres, quer os freires de origem nobre, procediam, em regra, de famílias de pouco renome, por vezes com origens obscuras e ignoradas pelos nobiliários medievais”. La influencia de la Corona estaría detrás de la aristocratización de las órdenes, especialmente a partir de la segunda mitad del siglo XIV; y ya a mediados de la centuria siguiente, los comendadores “eram já de origem nobre” y controlarían las encomiendas en beneficio propio y de sus parentelas. Desde ese momento, el viejo ideal de “serviço à Cristiandade” y de cruzada con el que se identificaban los propios monarcas, especialmente en los inicios de la conquista de África en época del rey João I, será prácticamente abandonado al asimilarse las órdenes con un “modo de vida” bastante más placentero.

La historiografía hispana sobre órdenes militares cuenta, por tanto, con una nueva y magnífica aportación que, como bien recuerda el profesor Mattoso, está fundamentada en la “necessidade de procederem a investigações sistemáticas e a exercitarem o espírito crítico”. Luís Filipe Oliveira, también pragmático, asegura que en sus biografías hay “hipóteses a verificar e emendas a fazer, sem esquecer diversas lacunas para colmatar”. Y es que precisamente en todo ello se basa el conocimiento histórico, y este volumen es buen ejemplo a imitar.

Pablo S. Otero Piñeyro Maseda
Doctor del IEGPS (CSIC-XuGA) asociado al CEPESE³

³ Ó abeiro do Programa de recursos humanos (RHS) do Plan Galego de Investigación, Desenvolvemento e Innovación Tecnolóxica-Incité (2006-2010), Programa “Ángeles Alvaríño”, cofinanciado polo Fondo Social Europeo. O autor está disfrutando dunha estada de investigación posdoctoral no CEPESE.

Notas de uma investigação em curso⁴

O Livro de Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa e a construção da memória de um espaço dominial (finais do século XII e inícios do XIII)

A composição do Livro de Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa ter-se-á iniciado em finais do século XII, talvez entre 1177 e os primeiros anos da centúria de Duzentos⁵, resultando da selecção, organização e reprodução de um conjunto de diplomas originais conservados no arquivo do respectivo cenóbio. Esta fonte foi transcrita e publicada por Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa⁶, e é com esta edição que temos vindo a trabalhar.

Embora pretendendo com este breve texto avaliar e interpretar as informações espaciais contidas neste cartulário, começaremos, antes de mais, por questionar o contexto e a razão pela qual ele foi produzido. Deste modo, poderemos estabelecer, com maior rigor, a validade dos dados que vamos utilizar no estudo do domínio fundiário desta instituição monástica nos séculos XI e XII.

Uma vez que os oito primeiros fólios do manuscrito se perderam⁷, não sabemos se alguma vez existiu um preâmbulo explicando o porquê da elaboração deste códice. É provável que as forças operantes em Paço de Sousa tivessem sentido a necessidade de criar um instrumento prático de gestão e de defesa dos direitos do mosteiro contra eventuais usurpações. Assim sendo, como se justifica a exclusão de determinados documentos, que se encontravam no arquivo do cenóbio, mas que só são conhecidos porque estão transcritos ou sumariados nas Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa de Fr. António da Assunção Meireles? Encontrámos aí 9 doações de bens localizados nos concelhos de Penafiel, Paredes, Arouca e S. Pedro do Sul, com datas compreendidas entre 1071 e 1170⁸, todas elas de membros da família dos Ribadouro, e ainda uma “permuta” efectuada com D. Hugo, bispo do Porto⁹. A isto acrescenta-se mais uma doação de 1088 de Egas Ermiges e da sua mulher, que se encontra nos *Diplomata et Chartae*¹⁰. No entanto, se, por um lado, se excluíram alguns documentos que diziam directamente respeito ao mosteiro, por outro, integraram-se diplomas associados a outras instituições ou pessoas¹¹, são exemplo disso as doações à igreja/“comunidade” de S. Miguel de Mato (conc. de Arouca) que foram incluídas no cartulário de Paço de Sousa (docs. 105 e 106)¹².

A necessidade de afirmar simbolicamente o poder do mosteiro através de uma construção memorial do seu domínio e dos seus benfeitores, com especial relevo para a família patronal, poderá ter sido outro dos motivos para a constituição deste *liber*; ele assume-se deste modo, como um instrumento de memória¹³ num contexto em que a escrita e a cultura da escrita ganhavam uma crescente importância no seio da sociedade medieval¹⁴. Não obstante não termos identificado ainda a totalidade dos intervenientes nos actos deste cartulário, é perceptível que uma grande parte dos doadores pertence à família patronal (segundo José Mattoso, 45,4%¹⁵), ou seja, aos Ribadouro. Num contexto de fragmentação do património familiar da nobreza senhorial, devido à divisão da herança pelos vários filhos e filhas¹⁶ – o que é, aliás, visível nos documentos de Paço de Sousa –, estes indivíduos, além da intenção de salvar a alma e obter um contra-dom espiritual, desejavam ver o seu nome e o da sua família ligados ao mosteiro e à terra, conservando essa memória através do acto escrito. Segundo P. Geary, a terra era um símbolo que constituía a identidade das famílias e, nesta sequência, o autor afirma que: «Current scholarship on monastic property is demonstrating how families used donations and precarious holdings to channel wealth from one generation to another, in a real sense creating relationship through the symbolic medium of land, recorded and accessible in monastic archives»¹⁷.

Deste modo, analisando os diplomas de Paço de Sousa, percebe-se a necessidade que houve em explicar a procedência dos bens adquiridos por esta instituição, estabelecendo uma espécie de genealogia da titularidade jurídica das propriedades, onde se distingue aquelas que os benfeitores herdaram por via materna ou paterna: “...*hereditate que habemus de aviorum et parentum*

⁴ O presente texto baseia-se na comunicação apresentada no XXIX Congresso da APHES, no painel «A memória documental do espaço: do Entre-Douro-e-Minho às terras de conquista (sécs. X-XIII)» coordenado pelo Prof. Doutor Luís Carlos Amaral, e resulta da investigação que temos vindo a desenvolver para a nossa dissertação de mestrado sobre o domínio fundiário do Mosteiro de Paço de Sousa, nos séculos XI e XII.

⁵ MATTOSO, 1972: 7.

⁶ LTMPS (ver citação completa no final do artigo).

⁷ MATTOSO, 1972: 7.

⁸ Todos estes doadores pertencem à linhagem dos Ribadouro, cf. docs. 4, 18, 25, 31, 37, 39, 40, 41, 44 em MEIRELES, 1942: 115-171. Encontrámos ainda referência a 10 documentos perdidos, cf. recolha feita a partir do *Índex das Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa* em MATTOSO, 2002: 30.

⁹ A 11 de Setembro de 1116, D. Hugo, bispo do Porto, renunciou ao foro de parada ou jantar e a todos os outros direitos da sua Sé sobre o mosteiro em troca de dois casais em Zeidonese (conc. de Penafiel) e um em Piães (conc. de Cinfães). Cf. MEIRELES, 1942: 166, doc. 38.

¹⁰ Em 1088, Egas Ermiges e sua mulher Gontina Eriz doam bens ao mosteiro de Paço de Sousa situados no conc. de Penafiel. Cf. PHM-DC: 126-127, doc. DCCXIII.

¹¹ A aquisição de bens por parte de determinada instituição levava a que, por vezes, fossem incorporados no seu “arquivo” os diplomas que se relacionavam directamente ou indirectamente com esses bens. Veja-se um exemplo em AMARAL, 1995.

¹² A pequena comunidade deve ter-se extinguido e S. Miguel de Mato passou a ser uma igreja secular, tendo Paço de Sousa conseguido o seu padroado em 1275. Cf. MEIRELES, 1942: 99-100.

¹³ Sobre o papel central da memória nos cartulários veja-se o cap. “cartulaires et *memoria*” em CHASTANG, 2001: 18-23.

¹⁴ CHASTANG, 2009: 8-9.

¹⁵ Cf. quadro em MATTOSO, 2002: 66.

¹⁶ Veja-se sobre as estratégias de transmissão de património: PIZARRO, 1999: 565-592.

¹⁷ GEARY, 1999: 171.

nostrarum(...)” (doc. 98), “(...) *illo casal de avio meo Germias Sarrazinis (...)* de illo casal que fuit de avia mea Gualamera(...)” (doc. 101), “(...) *hereditatem quanta venit michi in porcione de avio meo nomine patre Aufiz(...)*” (doc. 120); assim como outras possessões que foram adquiridas por compra – “(...) *et comparavi illos de Gomeze Petriz et de Maria Menendiz pro centum bragales(...)*” (doc. 68), – ou escambo – “(...) *V casales et cambiarunt illos cum Osorio Pelaiiz(...)*” (doc. 13).

Perceber a lógica da organização interna de um cartulário nem sempre é fácil. A verdade é que o *Liber Testamentorum* de Paço de Sousa, constituído por 157 diplomas com datas compreendidas entre 938 e 1222, não parece seguir um projecto uniforme. Analisando os intervenientes em cada um dos actos escritos, verificamos que, em alguns momentos, agruparam-se documentos relativos a determinado(s) indivíduo(s) ou família, sem atender à sua ordem cronológica. Tanto quanto pudemos identificar, os primeiros documentos estão ligados a membros da família dos Ribadouro. Todavia, a partir do documento 77, parece haver uma certa preocupação em reunir diplomas respeitantes a determinado(s) lugar(es) – docs. 77 a 78 e 80 a 84, bens em Galegos (conc. de Penafiel); docs. 88 a 92, bens em Cadeade (conc. de Penafiel); docs. 94 a 96, bens em Velhos (conc. de Penafiel); docs. 97 a 102, bens em Vilar e Escariz (conc. de Penafiel); docs. 103 a 108, bens em Belece e Covelas (conc. de Arouca); docs. 110, 113 a 115, bens em Figueira, Lagares e Escariz (conc. de Penafiel); docs. 119 a 120, bens em Folgoso (conc. de Castelo de Paiva); docs. 130 a 131, bens em Vilarinho (conc. de Penafiel) e docs. 150 a 152, bens em Cadeade (conc. de Penafiel) – ou a determinado(s) bem(ns), com é o caso dos docs. 104 a 106 referentes à igreja de S. Miguel de Mato (conc. de Arouca). Por outro lado, os docs. 134 a 138 são todos do ano de 1177, sendo que, a partir daqui, os diplomas parecem seguir uma certa sequência cronológica, com excepção de oito documentos interpolados que pertencem aos anos de 1167, 1015, 1109, 1170, 1139, 1135, 1137¹⁸. No final do cartulário, surge uma genealogia de Mendo Moniz, onde são também identificadas as possessões dos seus descendentes, uma forma de demonstrar a riqueza, a posição social e a identidade da família dos Ribadouro, na sequência do que já afirmamos anteriormente.

Verificamos que este cartulário não é uma mera recolha e duplicação de diplomas originais, o texto apresentado foi inserido num novo contexto, transformado-se o seu uso social e cultural¹⁹. Facto que levanta, antes de mais, a questão da fiabilidade das informações que apresenta, devido às possíveis modificações, voluntárias ou involuntárias, que terão ocorrido durante o processo de transcrição²⁰. No caso do cartulário de Paço de Sousa, há indícios de algumas abreviações ou uniformizações, nomeadamente no caso das testemunhas: surgem normalmente apenas 3, no máximo 4, e, por exemplo, os docs. 135 e 136 nem sequer as apresentam; como também não se identifica, na grande maioria dos actos, o notário. Observa-se ainda a transcrição incompleta de algumas datas (sendo provável que o copista não tenha conseguido ler correctamente a datação em letra visigótica) e a repetição de um mesmo diploma, embora contendo cabeçalhos diferentes (docs. 104 e 108). Todavia, as simplificações e os lapsos que possam ter ocorrido não parecem colocar em causa a credibilidade e a coerência deste texto no seu conjunto.

Este *liber* deve ser encarado como uma obra “completa”²¹, na qual está patente a construção de uma determinada imagem do espaço patrimonial. Este último, em vez de assumir a forma de um todo homogéneo, é representado segundo dois universos de referência: o conjunto dos bens imóveis e a malha jurisdicional que permitia a este instituto monástico estabelecer relações com a periferia sobre o qual exercia o seu poder²². É essa a imagem dada pelos vários tipos documentais presentes nesta compilação: doações, compras-vendas, escambos, sentenças e contratos. No seu conjunto, eles fizeram «d’un ensemble de terres et de droits dispersés et parfois minimes un tout cohérent rassemblé en un seul codex»²³.

Analisando as informações espaciais que este “conjunto” nos proporciona, concluímos que os vocábulos designativos dos vários tipos de propriedades levantam alguns problemas. As *heriditates*, *villae*, “*casales*”²⁴ que nos surgem na documentação são conceitos polissémicos, cada um pode englobar realidades muito diversas e dificilmente apreensíveis na sua totalidade²⁵. Por outro lado, a crescente fragmentação da terra e a sua expressão nos vários diplomas como meras parcelas não nos permite perceber as verdadeiras dimensões dos terrenos ou outros bens que passaram para as mãos do mosteiro – “*ofero(...)* *nostras porciones de ecclesias pernominatas (...)* de Sancto Jacobo de Petri qui se divit per tres tercias (...) *faciunt inde VIII partes (...)* et de alia tertia faciunt inde VI partes (...) et alia VI (...)” (doc. 58), “*Idem de hereditate Susanna Diaz septima integra et de Pinuti VII et de Ieluire et de Dulce (...)* VII integra et media septima (...)” (doc. 81).

Desta forma, apercebemo-nos que o processo de recolha dos dados espaciais do cartulário e de tentativa de reconstituição daquilo que foi domínio deste instituto monástico exige uma atenta reflexão e uma clara definição dos critérios adoptados na sua interpretação. A verdade é que «por mais anódino ou factual que possa ser um diploma, ele nunca é inteiramente *inocente* na forma como foram seleccionados e encadeados entre si os elementos que o compõem»²⁶. É, por vezes, em alguns desses diplomas aparentemente banais que nos apercebemos do poder do mosteiro e do esforço feito para a elaboração de uma memória escrita dos seus direitos. Veja-se, por exemplo, o diploma datado de 12 de Agosto de 1123, no qual Paio Alvites teve de dar uma herdade

¹⁸ Cf. LTMPs: 119-139. A análise diplomática (e paleográfica) parece suportar a hipótese de este cartulário ter começado a ser composto por volta de 1177, cf. MATTOSO, 1972: 7.

¹⁹ A este respeito ver: CHASTANG, 2009: 7.

²⁰ A este respeito ver: FERNÁNDEZ FLÓREZ, 2004: 164-165.

²¹ BERTRAND e HÉLARY, 2007: 195.

²² Cf. a ideia de que o espaço patrimonial presente no cartulário não é um todo homogéneo, mas um conjunto de *loci* em articulação com o universal no seio da Igreja em: CHASTANG, 2006: 29.

²³ BERTRAND e HÉLARY, 2007: 206.

²⁴ Acerca do casal como conceito poliédrico veja-se: MARQUES, 2008: 21-24.

²⁵ Normalmente, elas vêm acompanhadas por fórmulas que podem parecer “inúteis”, mas que nos esclarecem, por vezes, sobre o conteúdo. Veja-se: GARCÍA DE CORTÁZAR, 2006: 143-157; GARCÍA DE CORTÁZAR, 2008: 87-97.

²⁶ AMARAL, 2007: 256.

à instituição porque cometeu dois homicídios dentro do seu couto (doc. 91). Também na sequência da contenda sobre a posse da igreja de Vila Cova de Vez de Avis, incluem-se duas sentenças favoráveis a Paço de Sousa (docs. 127 e 129), nas quais se refere a doação desse bem efectuada por Paio Peres «Romeu» em 1105, também ela incluída no cartulário (doc. 15).

Chegado o momento de concluir estas breves considerações, estamos cientes de que a fonte em causa é o reflexo de uma memória que se quis preservar, e que, por isso, nos transmite apenas uma imagem aproximada daquilo que foi o domínio deste instituto monástico no período a que se reporta.

Fontes:

- MEIRELES, Fr. António da Assunção, 1942 – *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa e Índice dos documentos do arquivo composto por Frei António da Assunção Meireles*. Publicação e prefácio do Académico Titular fundador Alfredo Pimenta. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- LTMPs = *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa. Braga: Livraria Cruz, 1972 [Separata da Revista *Bracara Augusta*, vol. XXIV, fasc. 58-59 (69-70), 1970].
- PMH-DC = *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Diplomata et Chartae* [organização de Alexandre Herculanus]. Vol. I, fasc. III. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1870.

Bibliografia:

- AMARAL, Luís Carlos, 1995 – *Um património laico no século XI: os bens fundiários de Pedro Lovesendes e de D.^a Araganthe Mides*. Guimarães: s.l.e. [Separata das *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*].
- AMARAL, Luís Carlos, 2007 – *Formação e desenvolvimento do domínio da Diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)*. Porto: ed. polícopiada [dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto].
- BERTRAND, Paul ; HÉLARY, X., 2007 – «Constructions de l'espace dans les cartulaires». In *XXXVII Congrès de la SHMES: Construction de l'espace au Moyen Âge: pratiques et représentations*. Paris: Publications de la Sorbonne.
- CHASTANG, Pierre, 2001 – *Lire, écrire, transcrire. Le travail des rédacteurs de cartulaires en Bas-Languedoc (XIe – XIIIe siècles)*. Paris: Éditions du CTHS.
- CHASTANG, Pierre, 2006 – «Cartulaires, cartularisation et scripturalité médiévale: la structuration d'un nouveau champ de recherche». *Cahiers de Civilisation Médiévale*. Tomo 49. Poitiers: Centre d'Études Supérieures de Civilisation Médiévale-Université Poitiers.
- CHASTANG, Pierre, 2009 – «L'archéologie du texte medieval». *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre. Hors-série – Le Moyen Âge vu d'ailleurs*. N.º 2. Auxerre: Centre d'Études Médiévales d'Auxerre. Disponível on-line em <http://cem.revues.org/index8702.html>.
- FERNÁNDEZ FLÓREZ, José A., 2004 – «La huella de los copistas en los cartularios leoneses». In *Orígenes de las Lenguas Romances en el Reino de León: siglos IX-XII*. Vol. 1. León: Centro de Estudios e Investigación «San Isidoro» / Caja España de Inversiones / Caja de Ahorros y Monte de Piedad / Archivo Histórico Diocesano.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, 2006 – «Memoria y cultura en la documentación del monasterio de Arlanza: la respuesta de las fórmulas “inútiles” (años 912 a 1233)». In *La Península en la Edad Media. treinta años después: estudios dedicados a José-Luis Martín*, coord. de José María Mínguez Fernández e Gregorio del Ser Quijano. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, 2008 – «Memoria y cultura en la documentación del monasterio de Samos: la respuesta de las fórmulas “inútiles” (años 785 a 1209)». *Inter-American Music Review: Concordis Modulationis Ordo. Ismael Fernández de la Cuesta. In Honorem*. II. Vol. XVIII, 1-2. [Los Angeles]: Robert Stevenson.
- GEARY, Patrick J., 1999 – «Land, Language and Memory in Europe 700-1100». *Transactions of the Royal Historical Society*. 6.^a série, vol. 9. Londres: Royal Historical Society.
- MARQUES, André Evangelista, 2008 – *O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*. Noia: Toxosoutos.
- MATTOSO, José, 1972 – «Apresentação». In *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, ed. de Maria Teresa Monteiro e J. J. Rigaud de Sousa. Braga: Livraria Cruz. [Separata da Revista *Bracara Augusta*, vol. XXIV, fasc. 58-59 (69-70), 1970].
- MATTOSO, José, 2002 – *O Monaquismo Ibérico e Cluny*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PIZARRO, José Augusto, 1999 – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Vol. 2. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família – Universidade Moderna.

Filipa da Silva Lopes²⁷

²⁷ Aluna do Mestrado em História Medieval e do Renascimento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do CITCEM – Grupo “Memória, Património & Construção de Identidades”.

The portuguese kingdom and napoleon's continental blockade

The British naval victories of Cape St. Vincent, Aboukir and Trafalgar prompted the annihilation of Napoleon's naval capability, and compelled him to seek the ruin of Great-Britain's economy by imposing what became known as the Continental System. Consequently, after signing the Treaty of Tilsit, the French Emperor turned his attention to Portugal, as the country defied the blockade by keeping its sea ports open to trade with the English. Before 1806, however, Napoleon already planned invading and taking control over Portugal, as his correspondence can confirm. By the early 19th century, Portugal was still one of the worlds' maritime powers, although it remained neutral to maintain good relationships with England, as well as with France and Spain. London reacted against Napoleon's impositions by declaring an embargo against France and its allies. There is some evidence that the Berlin Decree was a pretext to invade and take possession of Portugal, to maintain a strong alliance with Spain, to take over the more powerful Portuguese fleet and incorporate it under the French flag, to give access to the French fleet to the port of Lisbon and stop the Portuguese wine trade with England.

Carlos de Azeredo

The Viscount of Balsemão's collection of 18th-century cartographical representations of France

The Public Municipal Library of Porto preserves a collection of cartographical representations of France dating from the 18th century. An inventory of this collection that once belonged to the Viscount of Balsemão, was carried out in 2002. By identifying the technical and historical aspects of this cartographical collection and making its geographical reading, the objective was twofold: to disclose the image of the French territory given through these maps and atlases, and to perceive the purpose of their purchasing at that time.

Ana Sofia de Almeida Coutinho

The influence of the French invasions in the production of the Portuguese literature in dialogue

The analysis of a set of dialogues published in Portugal during the troubled period of the French invasions, revealed the potential of the genre as an instrument of resistance against the invader through criticism, laughter, derision, but also via the role of encouragement to manifestations of a patriotic nature. Dialogue, which had not lost its vitality since the appearance of Ropicapnefma in 1532, now seems to clearly take a Lucianesque direction

Maria Teresa Nascimento

Some notes about the French Invasions of Portugal in 19th-century historiography studies

The French invasions are a key moment in the late Portuguese Ancien Régime and rise of the Liberal movement. Therefore, the importance of reviewing and conducting comparative studies by historians such as Henrique Schaeffer, Oliveira Martins and Pinheiro Chagas, whose works greatly contributed to the 19th-century Portuguese historiography in spite of its ideological veil.

João Francisco Marques

The 1808 "juntas minhotas" and the reaction to the French Occupation

The social restoration movement of June 1808 and consequent creation of the "Juntas de Governo", spread all over the country, but particularly in northern Portugal, are one of the most visible aspects in the political war against the Franco-Spanish occupation of 1807-1808. In this paper, we will analyse the development in the military Province of Minho, the reaction against the foreign occupation, the actions taken by the "Junta de Viana", and also how the "Junta de Viana" interacted with the other "Juntas de Provincia" and with the "Junta Suprema" created in Porto.

Henrique José Martins Matos

The Continental Blockade and transfer of the Portuguese court to Brazil

This paper analyses the national debate between different currents of opinion on the issue of the Continental Blockade, trying to influence the Prince Regent, who personally supported Portugal's neutrality. This study is the result of a reading of the international circumstances that drove England, an ally of Portugal, to be the dominant sea power, while Napoleon, bolstered by his victories in the European fields of battle, declares the Blockade and incorporates Portugal in its sphere of influence to control its ports, its fleet and trade with its colonies.

Caught in the middle of this conflict between Anglophiles and Francophiles imposed by Napoleon, John VI of Portugal was initially more inclined towards France but, following the country's invasion by Napoleon military forces, the Prince Regent confirms the old alliance with England and, with an English escort, fled to Brazil where he was determined to establish a new empire with its capital in Rio de Janeiro, thus ensuring the continuation of the State and royal family.

In the following years the kingdom suffers the hardships of a terrible war but also rises up against the invading forces. Aided by the British army, the French were driven out of the country, while on the other side of the Atlantic the foundations of an autonomous Brazil were being built. The disadvantageous treaty to Portugal, signed in 1810, established the foundations for the emergence of Great-Britain as the world's dominant naval and maritime commerce power.

Luís de Oliveira Ramos

The Continental Blockade and its impact in the political future of Portugal and Brazil

The Continental Blockade, declared by Napoleon Bonaparte in November 1806, had huge repercussions in the shaping of Portugal and Brazil's political future. Lisbon's refusal to close its national ports to commerce with the British prompted France to invade Portugal for three times, from 1807 to 1811. These invasions not only had devastating consequences in the country's economy and society, but also affected the political and social events following the collapse of Napoleon's empire. At the same time, the transfer of the Portuguese court to Brazil was decisive for the colony's future, culminating in the declaration of independence in 1822, which leads some historians to consider King John VI of Portugal the "founder of the Brazilian nationality".

Jorge Martins Ribeiro

The Minister and Secretary of State for Foreign Affairs and War Office (1804-1808).

Analysis of the informational production

This paper focuses on the Count of Barca archive, also known as the "Barca-Oliveira Archive". António de Araújo de Azevedo, Count of Barca (1754-1817), was Minister and Secretary of State for Foreign Affairs and War between 1804 and 1808. He produced, collected and accumulated immense official information which is found in his archive, lacking its original production context. In order to comprehend the emergence and establishment of information flows, we resort to an interdisciplinary study that calls upon History and Archivist, an applied subject of the Information Science degree.

Abel Rodrigues

Charisma and facts about General Francisco da Silveira

The Count of Amarante, who was responsible for many military victories against the French troops, is regarded as one of the figures responsible for reinstating John of Portugal as the Prince Regent, for preventing Loison and Soult join their regiments, allowing Wellesley's attack to Porto and, as commander in chief of the Portuguese and British troops, and to force out the French forces through a series of battles in Spanish territory. For his military victories he was awarded the Victory Medal together with Wellington. However, contrary to the British strategy to conquer Lisbon, his conception of population defence reveals his ability to resist by organizing an army based on single volunteers, groups of militia and guerrilla forces. It also confirms

the role played by the Portuguese military capacity to defeat Napoleon's army and, to some extent, contributes to understand its inner contradictions during the 1820's revolution.

Maria do Carmo Serén

Soult's invasion of Portugal: objectives and strategies

Although the generally called French invasions should be looked from a more general perspective, whether considering the Portuguese or the European history, there is no doubt that the invasion commanded by Soult in 1809 was the most significant offensive of the Napoleonic military in the history of Porto and northern Portugal. Concurrently with the geographical study of the invasion and based on the memoirs of M. Le Noble, this paper suggests an interpretation of the duke of Dalmatia's objectives, as well as of the exceptional strategic skills revealed in the field of operations.

Francisco Ribeiro da Silva

The process of territorial reorganisation in the lands between rivers Minho and Mondego during the 10th century

As from the final decades of the 9th century, with the installation of the Galician-Asturian counts in the lands situated between rivers Minho and Mondego, the process of territorial reorganisation was given a strong impulse. This movement accelerated the integration of the region into the area of the Asturian-Leonese monarchy and contributed to an appreciable human and material development of society in north-eastern Iberia. The gradual increase of written documents clearly illustrates the multiplication of populated places and gives sufficient evidence of the social dynamism of the Braga region. Thus, in the present study, is an attempt to characterize and explain the main features which dominated this process during the decisive 10th century.

Luis Carlos Amaral

The apogee of the squires in late medieval galicia The vilariño family case: their patrimony and ancestry

The social heterogeneity and importance of those admitted as "squires" demonstrates the importance of collecting more information about their patrimony, ancestry, allegiance, relatives and course of life, to fully understand the historical context in which they lived in. Therefore, the study of the particular case of the Vilariño family provides us with the elements to a broader overview of this selective process during the late Middle Ages in Galicia. This family from Orense, with possible kinship ties with Portuguese noblemen, served the powerful Sarmiento family as squires.

Pablo Otero Maseda

The paper mill in Lousá and the industrialization process in Portugal

Since the foundation in Lousá, in the early 18th century, until the middle of the 19th century, the paper factory has gone through different changes. Its installation has taken place during the reign of D. João V and the royal decision occurred because of a request made by an Italian manufacturer.

The particular conditions found in the municipality of Lousá were extremely important in the process of deciding its location, as we will show in this study.

Maria do Rosário Campos

From the unification of the State to the adaptation of public schools to the local realities: the role of the civil governors and the study supervisors (1840 to 1860)

In this paper, it is the author's purpose to elaborate an overview about the establishment of two institutional figures in the educational field: civil governors and study supervisors. The major interest is to understand if

these officials gave an effective contribution to a uniform pedagogical project able to establish national unity in public education.

Carlos Manique da Silva

**Electoral Lists Records as a source for the elites in constitutional monarchy:
from the regeneration to the republic**

This paper aims to highlight the pivotal role of Electoral Lists in research on Political and Social History. It studies the legislative support originating those lists within the chosen period, and also the conditions of the making of that support, the diversity within it and the frailties and merits of the documents as a whole.

Using as case studies the results of prior multiple research based on Electoral Lists Records, I intend to demonstrate their potential as a source in the study of the Elites.

Maria Antonieta Cruz

**The demographic development of the parish of Bonfim (of the city of Porto)
in the contemporary period**

This article was requested by the parish of Bonfim, in the city of Porto, in the 1990's. It was delivered in 1999, but was not published.

The aim of the present work is to define the specific identity of the socio-demographic development of the Bonfim parish in the context of the city of Porto during the 19th and 20th centuries.

The results presented are based on the data available at that time, both from local and religious authorities, as well as from official statistics.

Luis Grosso Correia